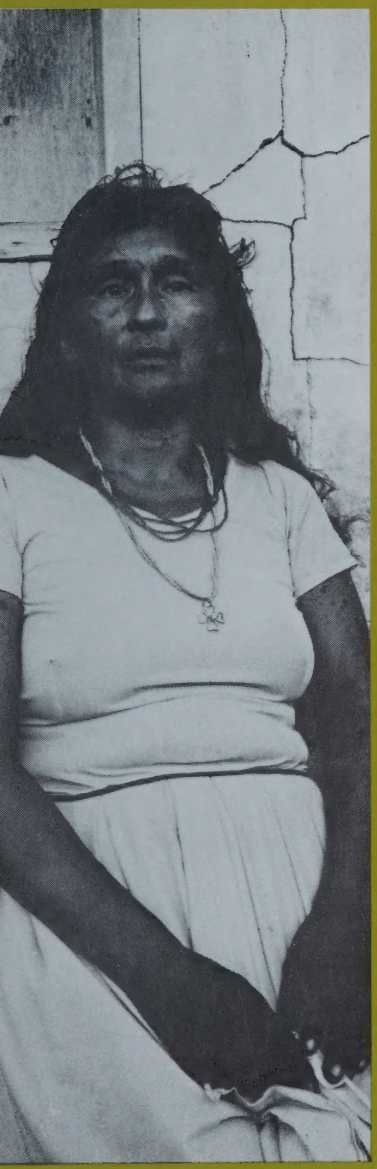
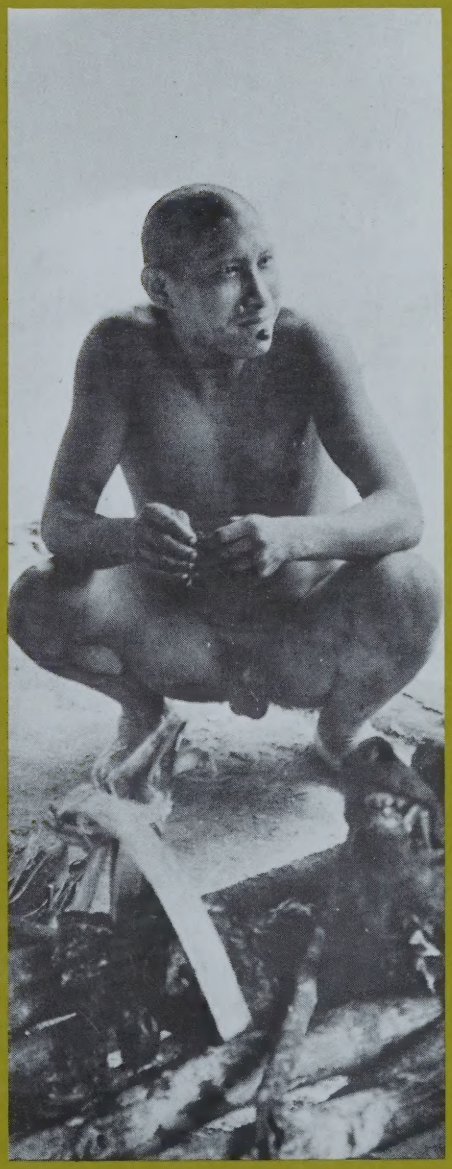
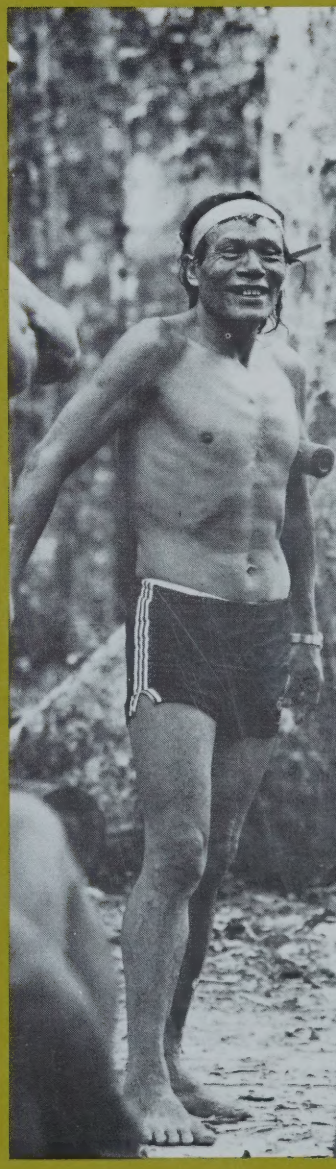
981.00498
P869
v.8

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

8 SUDESTE DO PARÁ (Tocantins)

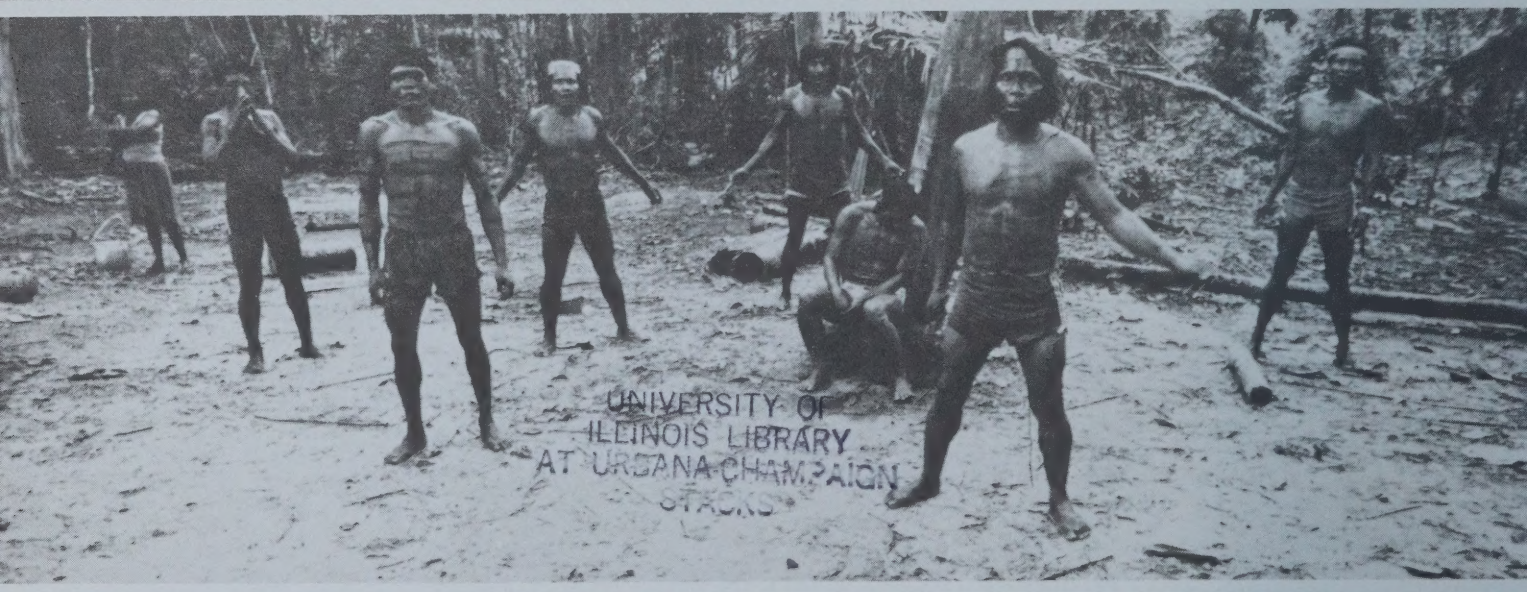


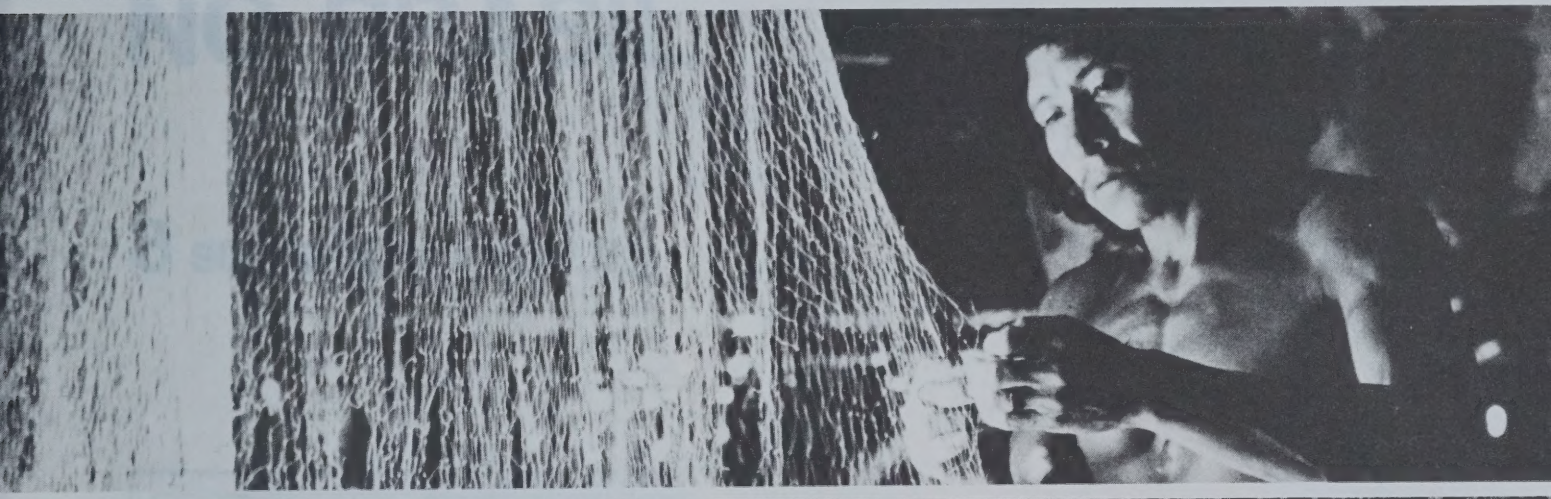




Asuriní do Tocantins
Parakanã
Gavião
Suruí
Xikrin do Cateté

Anambé
Amanayé
Tembé-Turiwara
Tembé


UNIVERSITY OF
ILLINOIS LIBRARY
AT URBANA-CHAMPAIGN
STACKS



NOTICE: Return or renew all Library Materials! The *Minimum* Fee for each Lost Book is $50.00.

The person charging this material is responsible for its return to the library from which it was withdrawn on or before the **Latest Date** stamped below.

Theft, mutilation, and underlining of books are reasons for disciplinary action and may result in dismissal from the University.
To renew call Telephone Center, 333-8400

UNIVERSITY OF ILLINOIS LIBRARY AT URBANA-CHAMPAIGN

DEC 23 1991
OCT 29 1991

L161—O-1096

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

8 SUDESTE DO PARÁ (Tocantins)

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

SUDESTE DO PARÁ (Tocantins)
volume 8

Plano da Obra: Povos Indígenas no Brasil é uma obra composta de 18 volumes que sistematiza os resultados de uma ampla *pesquisa-movimento*, envolvendo antropólogos, missionários, indigenistas, índios, fotógrafos, lingüistas, jornalistas, médicos e outros, sobre os povos indígenas que existem hoje no Brasil. Cada um desses volumes contém texto, fotos, iconografias, mapas, documentos, depoimentos e fontes sobre os povos indígenas existentes em cada Área, que são: 1. Noroeste da Amazônia, 2.I. Roraima (lavrado), 2.II. Roraima (mata), 3. Amapá/Norte do Pará, 4. Solimões, 5. Javari, 6. Juruá/Jutaí, 7. Tapajós/Madeira, 8.I. Sudeste do Pará (Xingú), 8.II. Sudeste do Pará (Tocantins), 9. Maranhão, 10. Nordeste, 11. Acre/Purus, 12. Rondônia, 13. Oeste do Mato Grosso, 14. Parque Indígena do Xingu, 15. Leste do Mato Grosso/Goiás, 16. Leste, 17. Mato Grosso do Sul e 18. Sul. A edição da obra será completada com a publicação das conclusões e índices em volume(s) separado(s). Uma atualização anual das informações sobre todas as áreas é publicada na série *Aconteceu*.

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP — Brasil. Catalogação-na-Fonte
Câmara Brasileira do Livro, SP

P894 v. 8.II — Povos indígenas no Brasil / (coordenador geral Carlos Alberto Ricardo). — São Paulo : CEDI, 1985.

Vários colaboradores
Bibliografia
Conteúdo: v. 3. Amapá/Norte do Pará; v. 5. Javari; v. 8.II. Sudeste do Pará/Tocantins

1. Índios da América do Sul-Brasil. I. Ricardo, Carlos Alberto, 1950. II. Título: Sudeste do Pará/Tocantins.

811271 — CDD-980.41

Índices para catálogo sistemático:
1. Brasil: Índios 980.41
2. Brasil: Povos Indígenas 980.41
3. Índios: Brasil 980.41
4. Povos Indígenas: Brasil 980.41

Publicação não comercial
Com apoio de ICCO, PPM e NORAD

Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Av. Higienópolis, 983 — CEP 01238 — São Paulo — SP — Brasil
R. Cosme Velho, 98 — fundos — CEP 22241 — Rio de janeiro — RJ — Brasil

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

8 SUDESTE DO PARÁ (Tocantins)

São Paulo
1985
CEDI

Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Coordenação do volume:
Equipe de edição com a colaboração especial de Lux Vidal
Colaboradores do volume:
Ana Lange (pesquisa de apoio arquivo DPI/FUNAI)
Antonio Carlos Magalhães (ficha-padrão e versão preliminar cap. Parakanã)
Antonio Cotrim Soares (depoimento sobre a Transamazônica)
Carmem Affonso (informações e fotos Anambe e Tembé-Turiwara)
Carlos A. Ricardo (fotos Suruí)
Claudia Andujar (fotos Xikrin do Cateté)
Conceição Militão da Rocha (pesquisa de apoio arquivo AESP/FUNAI)
Edna Maria de Souza (pesquisa de apoio Belém)
Iara Ferraz (redação e fotos cap. Gavião, ficha-padrão e informações cap. Suruí)
Iberê Sassi (ficha-padrão Parakanã)
Lucia Andrade (redação e fotos cap. Asuriní do Tocantins, informações sobre os Gavião da Montanha)
Lux Vidal (redação e fotos cap. Xikrin do Cateté, fotos Parakanã)
Miguel Rio Branco (foto Gavião)
Nair Benedicto/F4 (fotos Asurini do Tocantins, Parakanã e Tembé)
Napoleão Figueiredo (informações e foto Anambé)
Nello Ruffaldi (informações e fotos Anambé e Tembé)
Noêmia Salles (versão preliminar cap. Tembé/Guamá)
Orlando Silva Sampaio (fotos Suruí)
Paulo Santos (fotos Gavião)
Raimunda Soares (pesquisa de apoio Belém)
Renato Queiroz (versão preliminar cap. Suruí)
René Füerst (fotos Parakanã e Xikrin do Cateté)
Roque Laraia (foto Asuriní do Tocantins e Suruí)
Saulo Petean/F4 (fotos Gavião)
Pe. Sérgio Tonetto (informações Anambé)
Vincent Carelli (fotos Gavião, Suruí, Tembé e Xikrin do Cateté)
Virginia Valadão (redação e fotos cap. Tembé)
Yves Billon (fotos Parakanã)

Equipe de edição:
Editor de texto: Carlos A. Ricardo
Redação: André Toral, Dominique Gallois, Regina Müller e Vincent Carelli
Editora de arte: Diana Mindlin
Assistente de arte: Marco Antonio Teixeira de Godoy
Editor de foto: Vincent Carelli
Serviços de laboratório: Nelson Kon e Francisco Otoni Coelho Neto
Mapas, diagramas e croquis: Maurício Piza
Mapa Geral (encarte): Alícia Rolla
Revisão de mapas e diagramas: Alícia Rolla
Revisão de texto: Fany Ricardo e Carlos Eduardo Ladeira de Oliveira
Pesquisa de apoio: Fany Ricardo
Serviços de escritório: Airton Pereira da Costa e Angela Cristina Fernandes
Colaboração: Sergio Alli

Consultores para esse volume:
Coleções Etnográficas: Dominique Gallois
Línguas Indígenas: Yonne de Freitas Leite
Situação Fundiária: Alfredo Wagner B. de Almeida
Padronização Editorial: Leda Maria V. B. Leite

Fotocomposição: Forma Composições Gráficas Ltda.
Fotolito: Fototraço Ltda.
Impressão e Acabamento: Gráfica e Editora FCA

981.00498
P869
v.8

Apresentação

Este volume trata da situação atual dos povos indígenas que vivem na porção Leste do Estado do Pará, na área de influência da bacia do Rio Tocantins.

Ao final de um longo processo de trabalho iniciado em 1981, a equipe de edição decidiu pela divisão do volume em dois tomos, diante da extensão do material a ser publicado. Em um dos tomos foram agrupados os capítulos que tratavam dos grupos indígenas que vivem na bacia do Rio Xingú, ficando os demais para este tomo, denominado Tocantins. *Com isso, o capítulo* Xikrin do Cateté *ficou deslocado do bloco de oito capítulos que trata de grupos Kaiapó e, sobretudo, distante do capítulo geral* Kaiapó, *cuja leitura prévia é imprescindível. Optou-se, então, pela numeração contínua dos capítulos, como um alerta aos leitores, atribuindo o número um ao primeiro capítulo do tomo* Xingu, *recaindo nos capítulos do* Tocantins *a numeração de 15 a 23.*

O processo de trabalho que resultou nesta publicação envolveu dezenas de colaboradores com participações diferenciadas (conforme relação que aparece na página do Expediente), *na maioria antropólogos e um grande esforço da equipe de edição, ao longo de praticamente quatro anos.*

Em meados de 1982, um conjunto de capítulos já havia recebido uma primeira redação, por parte dos antropólogos considerados, cada qual, especialista num determinado povo. Nos casos em que isso não foi possível, pela inexistência ou falta de disponibilidade de tal tipo de colaborador, membros da própria equipe de edição trataram de juntar e ordenar informações dispersas em várias fontes para formar o perfil de um povo.

Em agosto de 1983, finalmente, foi possível montar uma versão preliminar do volume Sudeste do Pará, *contendo uma introdução geral e mais doze capítulos, num total de 712 páginas datilografadas, precedidos de uma Apresentação, na qual a equipe de edição relacionava e qualificava as informações cartográficas e fotográficas disponíveis em arquivo, além de apontar as lacunas do texto e algumas questões que exigiriam explicações e pesquisas complementares.*

No conjunto, uma avaliação da versão preliminar deixava imediatamente clara a enorme deficiência de informações, sobretudo atualizadas, a respeito da maioria dos grupos Kaiapó e dos assim chamados "remanescentes" de grupos Tupi.

Nessa ocasião, aliás, é que se começou a colocar em pauta o conjunto de grupos Tupi que vivem a Nordeste do Estado do Pará, obrigando a ampliação da cobertura da Área Sudeste do Pará. Praticamente não havia informaçaões atualizadas em arquivo e poucos contatos com possíveis colaboradores. Sabia-se que, no século passado, alguns grupos migraram da margem esquerda do Tocantins (os Anambé e os Turiwara) e do Maranhão (os Tembé) e que se agregaram a grupos autóctones, ocupando a região entre o Gurupi e o Tocantins. Foram reunidos temporariamente em aldeamentos missionários e colônias indígenas, onde se processou uma relativa fusão entre esses povos. Por esta razão, Anambé, Amanayé, Turiwara e Tembé são muitas vezes confundidos nas fontes antigas e recentes, registrando-se a mesma denominação para os habitantes dos rios Cairari, Acará, Capim e Guamá.

No entanto, a situação que vem se consolidando há várias décadas é de separação destes grupos que mantêm, atual-

mente, poucos contatos entre si. Houve várias tentativas do órgão indigenista oficial de reunir tanto os Anambé como os Tembé-Turiwara do Acará junto aos Tembé da RI Alto Rio Guamá, às quais esses grupos resistiram, ocorrendo apenas a fixação de alguns indivíduos. Alguns sinais atuais da identidade específica desses grupos recomendavam que fossem tratados, cada qual, em separado. Resultaram capítulos heterogêneos, com poucas informações, excetuando-se o caso dos Tembé, cujas terras estão encravadas no maior litígio fundiário do Pará, e sobre os quais foi possível reunir um material histórico e atual mais consistente.

Após a circulação, por alguns meses, das 20 cópias da versão preliminar entre colaboradores da Área e consultores por tema, resultou uma extensa pauta de pesquisas complementares que visava sobretudo precisar informações consideradas básicas (censos, datas históricas, medidas oficiais, documentos sobre a situação jurídica das terras e outros) e completar as informações visuais (fotografias, desenhos, croquis e mapas).

O cumprimento desta pauta, coordenado e muitas vezes realizado pela equipe de edição, foi extremamente penoso e demorado. Em parte, porque não se tinha acesso direto aos arquivos da FUNAI, bloqueados aos pesquisadores do CEDI (freqüentemente através de subterfúgios burocráticos) pelos dirigentes do órgão oficial. Por outro lado, a equipe de edição não promoveu nenhum deslocamento especial às áreas indígenas da região do Tocantins, para coleta de informações. Limitou-se a acompanhar e a subsidiar, com material de apoio e questões, a dinâmica de relacionamento em curso entre os colaboradores e os grupos indígenas.

Entretanto, recaiu sobre a equipe de edição, até o final do processo de "fechamento" da versão para publicação, o trabalho de receber e classificar novas informações, de qualificá-las, em contato com os colaboradores e introduzi-las no texto, reescrevendo quase todos os capítulos.

Multiplicaram-se, durante 1984 e 1985, as cartas, telefonemas e pequenas reuniões da equipe de edição com os colaboradores "em trânsito": com missionários católicos ligados ao Regional Norte II do CIMI e que realizavam visitas periódicas a alguns grupos da região; com indigenistas da FUNAI (Brasília e 2.º DR), especialmente aqueles que participaram de GTs para identificar e delimitar áreas indígenas; e com antropólogos ligados às várias universidades, que mantinham relações de pesquisa e apoio com alguns grupos indígenas há vários anos e que, no momento, faziam parte da assessoria antropológica da CVRD para a região de influência do Projeto Carajás.

No processo de revisão e complementação da versão preliminar registre-se que, a pedido de Krohokrenhum, chefe Gavião, o capítulo referente a seu povo foi lido e anotado na aldeia, em outubro de 1983, por Krua Gavião e pela antropóloga Iara Ferraz.

Em alguns casos, os capítulos foram enviados a antropólogos que haviam realizado pesquisas no passado, na tentativa de animá-los a reler seus diários de campo e a tirar da gaveta documentos avulsos e fotografias.

Várias questões, sobretudo aquelas ligadas à situação fundiária, exigiram o trabalho articulado dos colaboradores, da equipe de edição e dos consultores, num processo constante de pautar questões para complementação de informações, avaliar o material obtido e reencaminhar novos passos, até o esclarecimento das pretensões dos próprios grupos indígenas com relação à terra, como também da posição dos interesses dos não-índios, confrontantes e/ou invasores das áreas indígenas. Evidentemente, os resultados não foram homogêneos para todos os casos e as informações apresentadas nos itens "Situação Atual das Terras" de cada capítulo devem ser avaliadas e complementadas localmente.

Finalmente, é importante ressaltar que a dinâmica atomizada do funcionamento da rede de colaboradores desta Área, a dispersão das informações, as distâncias e as diferenças de situação dos vários grupos indígenas, dificultaram a reflexão de algumas questões gerais que perpassam atualmente a situação da maioria dos grupos indígenas da Área. O Sudeste do Pará é uma das regiões-síntese do processo de ocupação da Amazônia na sua fase recente, como se verá adiante, na Introdução.

São Paulo, dezembro de 1985.

Siglas

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
AI	Área Indígena
AJAM	Ajudância Autônoma de Marabá/FUNAI
BEC	Batalhão de Engenharia Civil
BCG	Vacina contra tuberculose
BNCC	Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A.
BSB	Brasília
CAPEMI	Caixa de Pecúlio Militar
CEF	Caixa Econômica Federal
CEME	Central de Medicamentos
CIBRAZEM	Companhia Brasileira de Armazenamento
CIDA	Companhia Industrial de Desenvolvimento da Amazônia
CIDAPAR	Companhia de Desenvolvimento Agropecuário, Industrial e Mineral do Estado do Pará
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNAE	Companhia Nacional de Alimentação Escolar/MEC
CNEC	Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S/A.
COAMA	Coordenação da Amazônia/FUNAI
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
COMARA	Empresa de Construção Ligada à Aeronáutica
CPI/SP	Comissão Pró-Índio de São Paulo
COPAGRO	Companhia Paraense de Mecanização, Industrialização e Comercialização Agropecuária
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CSN	Conselho de Segurança Nacional
CTI	Centro de Trabalho Indigenista
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DC	Desenvolvimento Comunitário
DDC	Divisão de Desenvolvimento Comunitário/FUNAI
DER	Departamento de Estrados de Rodagem
DERPA	Departamento de Estradas de Rodagem do Pará
DGO	Departamento Geral de Operações/FUNAI
DGPC	Departamento Geral de Planejamento Comunitário/FUNAI
DGPI	Departamento Geral do Patrimônio Indígena/FUNAI
DNPM	Departamento Nacional de Pesquisas Minerais
DOCEGEO	Rio Doce Geologia e Mineração Ltda. (subsidiária da CVRD)
DOU ou DO	Diário Oficial da União
DPF	Departamento da Polícia Federal
DPI	Departamento do Patrimônio Indígena/FUNAI
DR	Delegacia Regional/FUNAI
DSG	Divisão do Serviço Geográfico do Exército
EBCT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
EFT	Estrada de Ferro Tocantins
ELETROBRÁS	Centrais Elétricas do Brasil
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil
EPM	Escola Paulista de Medicina
EVS	Equipe Volante de Saúde/FUNAI
FAB	Força Aérea Brasileira
FINSOCIAL	Fundo de Investimento Social
FSP	Jornal *Folha de S. Paulo*
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNRURAL	Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural

GT	Grupo de Trabalho
GETAT	Grupo Executivo das Terras do Araguaia/Tocantins
GO	Goiás
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
INAM	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
INCO	International Nikel Company
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA	Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
ITR	Imposto Territorial Rural
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
MA	Maranhão
MEAF	Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários
MINTER	Ministério do Interior
MIRAD	Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário
MME	Ministério de Minas e Energia
MNTB	Missões Novas Tribos do Brasil
MPEG	Museu Paraense Emilio Goeldi
O ESP ou ESP	jornal *O Estado de S. Paulo*
PA	Pará
PB	Paraíba
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PF	Polícia Federal
PFC	Projeto Ferro-Carajás
PGC	Programa Grande Carajás
PI	Posto Indígena/FUNAI
PIA	Posto Indígena de Atração/FUNAI
PIDC	Plano Integrado de Desenvolvimento Comunitário
PIX	Parque Indígena do Xingu
PLANTEL	Agrimensura e Agronomia Ltda.
PM	Polícia Militar
POLAMAZÔNIA	Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PPM	Pão Para o Mundo
PROPARÁ	Companhia de Desenvolvimento Agropecuário, Industrial, Mineral do Estado do Pará
PVK	Posto de Vigilância Kateté
RADAM	Projeto Radam/Brasil — Levantamento de Recursos Naturais
RI	Reserva Indígena
SESC	Serviço Social do Comércio
SESP	Serviço Especial de Saúde Pública — Fundação
SGE	Serviço Geográfico do Exército
SIL	Summer Institute of Linguistics
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SPU	Serviço de Patrimônio da União
SUCAM	Superintendência da Campanha de Saúde Pública
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
STF	Supremo Tribunal Federal
TELEPARÁ	Telecomunicações do Pará S/A.
TJ	Tribunal de Justiça
TFR	Tribunal Federal de Recursos
USP	Universidade de São Paulo
UFPa	Universidade Federal do Pará
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

Sumário

Introdução I

15 Asuriní do Tocantins 1

Nome 1
Língua 1
Localização 2
População 2
Histórico do contato 3
Modo de vida 5
Tutela e assistência 10
Situação atual das terras 13
Decreto n.º 87.845 de 22/11/1982 14
Fontes de informação 17

16 Parakanã 18

Nome 19
Língua 19
Localização 20
População 21
Histórico do contato 23
Modo de vida 30
Tutela e assistência 38
Projeto serraria, da FUNAI à CAPEMI 39
Situação atual das terras 42
Decreto n.º 68.913 de 13/07/1971 43
Carta dos ocupantes (1983) 45
Relação de ocupantes incidentes na AI Parakanã 46
Decreto n.º 91.028 de 05/03/1985 48
Relação de ocupantes da AI Parakanã (1984) 50
Fontes de informação 51

17 Gavião 52

Nome 53
Língua 54
Localização 54
População 55
Histórico do contato 55
Krohokrenhum, chefe Gavião 66
Tutela e assistência 71
Decreto n.º 80.100 de 08/08/1977 78
CVRD indeniza Gavião pela passagem da ferrovia 80
Modo de vida 83
O primeiro ano da castanha 90
Situação atual das terras 92
Decreto n.º 4503 de 28/12/1943 93
Memorial descritivo de demarcação 95
Fontes de informação 98

18 Suruí 100

Nome 101
Localização 101
Língua 101
População 102
Histórico do contato 103
Batedores do exército na Guerrilha do Araguaia 104
Modo de vida 107
Tutela e assistência 113
Situação atual das terras 115
Decreto n.º 88.648 de 30/08/1983 116
Fontes de informação 121

19 Xikrin do Cateté 122

Nome 123
Língua 123
Localização 123
População 124
Histórico do contato 125
Modo de vida 129
Tutela e assistência 136
Situação atual das terras 138
Memorial descritivo de demarcação 141
Mineração e Garimpo 144
Fontes de informação 148

20 Anambé 150

Nome 151
Língua 151
Localização 151
População 151
Histórico do contato 153
Modo de vida 154
Tutela e assistência 156
Situação atual das terras 160
Fontes de informação 160

21 Amanayé 162

Nome 163
Língua 163
Localização 163
População 163
Histórico do contato 164
Situação atual das terras 165
Decreto n.º 306 de 21/03/1945 165
Fontes de informação 167

22 Tembé-Turiwara **168**

Nome 169
Língua 169
Localização 169
População 169
Histórico do contato 170
Modo de vida 172
Tutela e assistência 173
Situação atual das terras 173
Fontes de informação 175

23 Tembé **176**

Nome 177
Língua 177
Localização 177
População 180
Histórico do contato 181
Modo de vida 184
Tutela e assistência 191
Situação atual das terras 194
Decreto n.º 307 de 21/03/1945 195
O maior litígio Fundiário do Pará 196
Gal. Bandeira de Melo afasta índios em favor da empresa 199
Acordo FUNAI/Kabacznik 200
João Soares, o Joca 204
Memorial descritivo de delimitação 208
Fontes de informação 209

Bibliografia Geral 211

Índice Onomástico 223

8 Sudeste do Pará (Xingú)

Sumário
Apresentação
Introdução
1 Arara
2 Asuriní do Xingú
3 Araweté
4 Juruna
5 Xipáia
6 Kaiapó
7 Gorotire
8 Kikretum
9 Kuben-Kran-Ken
10 A-Ukre
11 Kokraimoro
12 Mẽkrãgnoti
13 Kararaô
14 Xikrin do Bacajá
Bibliografia
Índice Onomástico

Introdução

A situação atual dos povos indígenas que vivem na Área que se convencionou chamar SUDESTE DO PARÁ, tratada extensamente ao longo de 23 capítulos divididos em dois tomos, aparece aqui resumida e comentada, com o apoio de quadros e tabelas que procuram apresentar alguns dados básicos sobre o intenso e complexo processo recente de ocupação dessa porção da Amazônia.

O *Quadro Geral* (nas duas páginas seguintes) relaciona 28 povos, sendo 6 ainda considerados "arredios", vivendo em aproximadamente 46 aldeias e totalizando cerca de 4.300 pessoas nos interflúvios Tocantins-Araguaia/Xingu-Iriri e Gurupi/Tocantins. A grande diversidade (étnica e histórica) dos grupos indígenas e o recorte arbitrário dessa imensa região, não recomendam generalizações apressadas a respeito dos efeitos dos processos de ocupação econômica dos últimos trinta anos sobre as perspectivas de futuro para os povos aqui considerados.

À primeira vista, a julgar pela crônica estampada nos jornais diários e na televisão, sobretudo a partir da inauguração da rodovia Belém-Brasília, fica difícil imaginar que pequenos povos indígenas tenham muitas chances de sustentar projetos próprios para o futuro, mantendo suas terras e sua identidade étnica, em condições tão adversas.

O Estado do Pará e, sobretudo, sua porção Sudeste, têm sido, juntamente com Rondônia e regiões do Mato Grosso, os exemplos mais nítidos da "opção de desenvolvimento" para os chamados "espaços vazios" da Amazônia brasileira, implantada sob o Regime Autoritário (1964/84).

Na Área em questão, o Estado investiu em grandes obras de infra-estrutura (rodovias, ferrovia, hidroelétricas, núcleos urbanos, aeroportos, etc.), favoreceu e garantiu os investimentos privados de grandes grupos econômicos do exterior e do Centro-Sul do país (na compra de grandes extensões de terra para especulação e em investimentos produtivos na agropecuária e atividades de mineração), transformou-se ele mesmo em grande investidor (através, por exemplo, da empresa estatal CVRD, na área do Projeto Carajás) e mostrou-se inoperante para garantir os direitos históricos dos povos indígenas ou para conter a onda, ainda em curso, de violências e injustiças que têm recaído sobre as populações camponesas.

Do ponto de vista dos próprios povos indígenas da Área, uma leitura corrida dos dois tomos deste volume, apesar da heterogeneidade das informações e da dificuldade de se registrar depoimentos diretos em português, sugere estilos e estratégias de enfrentamento diversos.

Os grupos Kaiapó (tratados nos capítulos de 6 a 14 e no 19), apesar da dispersão espacial das suas aldeias, têm ensaiados ações conjugadas e enfrentado até com o uso da violência autodefensiva as tentativas de invasões de suas terras. Seu *ethos* guerreiro e a imagem de agressividade e "terror" que as agências de contato e os meios de comunicação difundiram a seu respeito, desde as escaramuças do período das frentes extrativistas, continuam marcando a presença dos grupos Kaiapó na cena política local, regional e nacional.

Basta lembrar, por exemplo, que em várias aldeias Kaiapó os funcionários da FUNAI têm curta permanência e pouca arrogância. Foram os Kaiapó de Gorotire que, em 1980, mataram 20 trabalhadores da Fazenda Espadilha, que in-

vadia o limite Leste da AI Kaiapó e, mais recentemente (1985), tomaram áreas do complexo garimpeiro de Cumarú até que os órgãos públicos federais acertassem a situação jurídica das suas terras e a porcentagem sobre a produção do ouro. Isso para não falar das célebres figuras do cel. Pombo (um Kaiapó de Kikretum que comanda os negócios da comunidade, com enormes quantidades de dinheiro conseguido pelo arrendamento de um garimpo no extremo nordeste da AI Kaiapó, sem intermediários) ou do "cacique" Raoni dos Mẽtuktíre (grupo Kaiapó que será tratado no volume 14 desta série, denominado *Parque Indígena do Xingú*).

Já os grupos de origem Tupi, aparecem mais vulneráveis e

QUADRO GERAL DOS POVOS INDÍGENAS DA ÁREA SUDESTE DO PARÁ

Povo	Nome da Área	População (Data/Fonte)	Nome das Aldeias	Agências de Contato
ARARA	AI Arara e AI Arara I	55 (FUNAI:85) 22 (FUNAI:85)	Laranjal Icopti	FUNAI: PIA, EVS (2º DR) Base Arara
ASURINÍ DO XINGÚ	AI Koatinemo	56 (Ir. de Jesus:84)	Koatinemo	FUNAI: PI, EVS (2º DR) Irmãzinhas de Jesus
ARAWETÉ	AI Araweté do Igarapé Ipixuna	139 (FUNAI:85)	Ipixuna	FUNAI: PI, EVS (2º DR)
JURUNA	AI Paquiçamba	44 (FUNAI:83)	Bela Vista	FUNAI Aj. Altamira*
XIPÁIA-KURUÁIA	AI Curuá sem providência sem providência	45 (FUNAI:85) 52 (Lamas:81) 60 aprox. (Panza:84)	Cajueiro Vila S. Sebastião (Altamira) baixo Curuá/médio Iriri	Prelazia do Xingú* FUNAI Aj. Altamira*
XIPÁIA (?)	AI Arara	70 ? (FUNAI:85)	Ig. Cachoeira Seca e Ig. Dois Irmãos	FUNAI: Base Arara
GOROTIRE	AI Kaiapó	581 (FUNAI:84)	Gorotire	FUNAI: PI, EVS (2º DR MICEB
KIKRETUM	AI Kaiapó	272 (Trevisan:83)	Kikretum	FUNAI: PI, EVS (2º DR) Prelazia do Xingú
KUBEN-KRAN-KEN	AI Kaiapó	186 (MICEB:84)	Kuben-Kran-Ken	FUNAI: PI, EVS (2º DR) MICEB
A-UKRE	AI Kaiapó	163 (Trevisan:83)	A-Ukre	FUNAI MICEB*
KOKRAIMORO	AI Kaiapó	176 (MICEB:84)	Kokraimoro	FUNAI: PI, EVS (2º DR) MICEB
MẼKRÃGNOTI	AI Baú-Mẽkrãgnoti sem providência sem providência	155 (Thompson:84) 49 (Trevisan:83) 160 (Thompson:84) 80 (Thompson:84)	Xixé Baú Iriri Novo Pukanù	FUNAI: PI, EVS (2º DR)
MẼ-NGRA-MRARI	sem providência	?	Rio Xixé	isolados
PU'RO	sem providência	?	Baixo Rio Curuá	isolados
PITUIARO	sem providência	?	Rio Mururé	isolados

* visitas ocasionais

debilitados diante das frentes de expansão ou dos (des)caminhos da política indigenista. Os efeitos da abertura da rodovia Transamazônica e da construção da Hidroelétrica de Tucuruí, acompanhadas de maneira desastrosa pela FUNAI, por exemplo, celebrizaram tristemente os Parakanã como um povo "vítima do milagre" (na expressão de S. Davis: 1978). Dos Asuriní do Xingú, se chegou a afirmar que estavam num processo deliberado de auto-extinção, diante das condições adversas que o contato com a civilização lhes impôs. Enfim, a situação dos chamados "remanescentes" Tupi do interflúvio Gurupi/Tocantins (os Anambé, Amanayé, Tembé-Turiwara e Tembé), de um lado, e a dos quase intocados Araweté, de outro, não invalidariam a observação.

Povo	Nome da Área	População (Data/Fonte)	Nome das Aldeias	Agências de Contato
KARARAÔ DO IRIRI	RI Kararaô	31 (FUNAI:84)	Kararaô	FUNAI: PI, EVS (2º DR)
KARARAÔ DO JAMANXIM	sem providência	?	?	isolados
KARARAÔ DO GUAJARÁ	sem providência	?	?	isolados
XIKRIN DO BACAJÁ	AI Bacajá	172 (Fischer:85)	Bacajá Trincheira	FUNAI: PI, EVS (2º DR) CVRD
ASURINÍ DO TROCARÁ	AI Trocará	132 (Andrade:84)	Trocará	FUNAI: PI, EVS (2º DR)
PARAKANÃ	AI Parakanã sem providência	211 (Magalhães e Vieira Fº:84) 137 (Madeiro:84)	Paranati Marudjewara Bom Jardim	FUNAI: PI, EVS (2º DR) CVRD FUNAI: Frente de Atração
GAVIÃO	RI Mãe Maria	176 (Ferraz: 85)	Kaikoturé	FUNAI CVRD
SURUÍ	AI Sororó	109 (Ferraz:85)	Casa Velha Queimada	FUNAI: PI, EVS (2º DR) CVRD CIMI NORTE II*
XIKRIN DO CATETÉ	AI Cateté	304 (Vidal:85)	Pukatingrô Kamkrokro	FUNAI: PI, EVS (2º DR) CVRD
ANAMBÉ	AI Anambé fora da AI	32 (FUNAI:84) 11 (CIMI NORTE II:83)	Aldeia do Cairari	FUNAI (2º DR)* CIMI NORTE II* Paróquia de Mocajuba*
AMANAYÉ	RI Amanayé	4 famílias (SUCAM:84)	Barreirinha	
TEMBÉ-TURIWARA	AI Tembé fora da AI	18 (Affonso:84) 12 (Affonso:84)	Cuxiu Mirim	FUNAI (2º DR)*
TEMBÉ	AI Alto Rio Guamá	275 (FUNAI:85)	Pitomba PI Guamá São Pedro Velho Frasqueira Tawari	FUNAI: PI, EVS (2º DR) CIMI NORTE II
	fora da AI AI Alto Rio Guamá/ AI Alto Turiaçu	25 (CIMI:84) 157 (FUNAI:85)	Rio Guamá Banha PI Canindé Ig. das Pedras Cajueiro	FUNAI: PI, EVS (6º DR)

* visitas ocasionais.

Um caso significativo de resistência altiva, no conjunto dos povos desta Área, é sem dúvida o dos Gavião (grupo Jê-Timbira). Eles se mantiveram em guerra constante com os extratores de castanha, desde o princípio do século XX e receberam um golpe frontal à integridade do seu território e da sua organização social com a abertura da então PA-70, ligando Marabá à rodovia Belém-Brasília, já em meados dos anos 60. Divididos em pequenos subgrupos, bastante depauperados pelas doenças e constantes transferências, os Gavião conseguiram, a partir de meados dos anos 70, um incrível processo de recuperação demográfica e cultural. Ainda que finalmente confinados numa área de 62.488 ha, cortada por duas rodovias, pela ferrovia de Carajás, pelas linhas de transmissão de Tucuruí, cercada de fazendas e invadida por centenas de posseiros, o sucesso relativo da estratégia de enfrentamento encabeçada pelo líder Krohokrenhum parece inacreditável.

Mas existem ainda na Área pelo menos seis grupos "arredios", dos quais cinco são Kaiapó, localizados em municípios da região do Xingú, nos quais as modalidades e a intensidade do processo recente de ocupação econômica guarda diferenças da região do Tocantins. Diante de interesses econômicos de porte, chegará a vez desses "arredios" serem "atraídos" e "pacificados" por expedições oficiais.

O Pará foi palco de vários ciclos "pacificatórios" oficiais, a reboque de interesses econômicos como, por exemplo, o dos anos 50, destinado a controlar os Kaiapó e garantir os interesses extrativistas nos vales do Xingu e Fresco (ver no capítulo geral *Kaiapó*) celebrizando o sertanista Francisco Meirelles do SPI.

Na passagem dos anos 70, com o início da construção da Transamazônica, como parte do PIN (Plano de Integração Nacional), a recém-criada FUNAI improvisou um grande plano de "pacificações" (ver na bibliografia, FUNAI: 1970) para lidar com os supostos milhares de índios "arredios" que as frentes de trabalho das empreiteiras iriam encontrar pelo caminho.

Na época, o comando da FUNAI (cujo presidente era o Gen. Bandeira de Mello, de triste memória) estava sintonizado com o ritmo das empresas de construção e com interesses imobiliários e agropecuários, na febre de desenvolvimentismo dos anos do chamado "milagre brasileiro". Entregues à própria sorte, sem pessoal e recursos adequados, as frentes de atração cometeram seguidas violências contra os direitos dos povos indígenas da região: transmissão de doenças, seguidas de inúmeras mortes com omissão de socorro, além de constantes transferências compulsórias (ver, por exemplo, nos itens "Histórico do Contato", dos capítulos *Gavião*, *Parakanã* e *Asuriní do Xingú*). Os veementes protestos lançados à opinião pública na época, através da imprensa, pelo sertanista Antonio Cotrim Soares, são dignos de nota. Ele acabou rompendo e saindo da FUNAI, em 1972, anunciando que não queria mais "ser coveiro de índio!" (ver na *Bibliografia* relação de relatórios escritos por Soares e entrevista especial ao CEDI).

Um dos últimos casos de "pacificação" desse ciclo dos anos 70, ainda não se completou. Trata-se dos Arara, dos "temíveis Arara" que tanto "atrapalharam" os planos oficiais e privados de colonização ao longo do trecho Altamira-Itaituba da Transamazônica. Aos poucos, finalmente, os quase 80 Arara que sobreviveram foram reunidos em uma área, ainda não demarcada.

Terras indígenas: desprotegidas legalmente e invadidas

No conjunto, as terras indígenas consideradas no volume SUDESTE DO PARÁ têm garantias jurídicas bastante precárias; em alguns casos, os órgãos públicos nada fizeram nesse sentido. O controle efetivo que os vários povos indígenas exercem sobre as terras às quais julgam ter direitos (que nem sempre coincidem com os limites reconhecidos oficialmente) também está bastante prejudicado por invasores privados (garimpeiros, empresas agropecuárias, colonos e posseiros) e ocupações permanentes de agências estatais (linhas de transmissão de energia elétrica, estradas, ferrovia e cotas de inundação de barragens).

As informações tabuladas no *Quadro Geral das Terras Indígenas da Área Sudeste do Pará* (a seguir) sustentam as observações gerais enunciadas acima e permitem acrescentar, quanto à *situação jurídica*:

1. Considerando as garantias jurídicas das áreas indígenas (cuja disposição no *Quadro* está em ordem decrescente, com base nas regras vigentes no Estatuto do Índio e no decreto 88.118), nota-se que nenhuma delas completou o processo e está registrada no SPU;

2. Menos de 1% das terras (os 47.979 ha das AIs Trocará e Sororó, sobre o total de 8.689.902 ha do conjunto de áreas relacionadas no *Quadro*) estão com as suas demarcações homologadas por decretos presidenciais. Ainda assim, os Suruí contestam a demarcação e pretendem um acréscimo de 24.022 ha, na AI Sororó;

3. No segundo bloco, estão quatro AIs (Kararaô, Paquiçamba, Parakanã e Kaiapó) que representam 44% das terras indígenas reconhecidas oficialmente na Área. Possuem decretos federais de reconhecimento, mas não estão demarcadas, total ou parcialmente;

4. As RIs Amanayés e Mãe-Maria e a AI Alto Rio Guamá (601.488 ha, 7% do total), todavia permanecem consagradas juridicamente por decretos estaduais dos anos 40; à espera da promoção a nível federal. Há quem alegue que, entre esses casos, a RI Mãe-Maria, dos Gavião, é um caso à parte, por se tratar de uma doação particular das terras

reconhecida oficialmente de modo *definitivo*, diretamente à comunidade;

5. Do conjunto das três AIs Arara (com 1.485.500 ha, 17% do total), apenas a AI Arara I está claramente assinalada como área de ocupação dos índios. As demais, contam com um condicionante bastante provisório: o término das "atrações":

6. O bloco seguinte, no *Quadro*, inclui 8 AIs (somando 2.707.935 ha, 31% do total) que estão oficialmente reconhecidas por documentos precários, ou apenas por procedimentos administrativos internos, apenas a nível da FUNAI; e

7. Finalmente, vale ressaltar que há terras indígenas sem qualquer tipo de providência, a saber: aquelas utilizadas como habitat dos "arredios" relacionados na *observação* ao final do *Quadro*, dos Parakanã recentemente contatados no Ig. Bom Jardim, de vários agrupamentos Xipáia-Kuruáia e das aldeias Mẽkrãgnotí que se deslocaram da AI delimitada para a região do Iriri Novo.

Na coluna denominada "Situação fundiária e observações", no *Quadro*, aparecem informações sobre a situação *de fato* das AIs e permitem as seguintes observações:

1. Pelo menos, cerca de 480.000 ha de terras indígenas estarão ocupadas, na virada do século, por empreendimentos estatais de infra-estrutura. Aproximadamente 72.000 ha já foram ocupados pelo GETAT, pela CVRD e ELETRONORTE, nas terras dos Gavião (rodovias, ferrovia, linha de transmissão e loteamento para assentamento dos colonos), dos Xikrin do Cateté (de cuja reserva o GETAT subtraiu 3.125 ha para formar faixas que têm como objetivo isolar fisicamente áreas de lavra já de posse da CVRD) e dos Parakanã (inundação de Tucuruí, variante da Transamazônica e loteamento para assentamento de colonos). E cerca de 408.000 ha de terras serão inundados com as águas retidas pelas barragens do Complexo Hidroelétrico Altamira, projetado para a Volta Grande do Xingu (156.800 ha na RI Kararaô, 600 ha na AI Paquiçamba, 106.000 ha na AI Arara, 75.575 ha na AI Koatinemo e 68.950 ha na AI Araweté/Ipixuna);

2. Interesses de fazendeiros (pessoa física ou empresas agropecuárias) também conflitam com os interesses indígenas na Área. Com os dados disponíveis não se pode precisar o montante de terras pretendido por fazendeiros em AIs, mas se somando as informações a respeito, contidas no *Quadro*, para as AIs Cateté, Sororó, Tembé e Gavião (150.622 ha) e considerando as pretensões dos empresários na porção Sul da AI Kaiapó (que recentemente, pelo Dec. 91.244, de 09.05.85, foi ampliada até as margens do Trairão) e de fazendeiros nas AIs Anambé e Amanayés, o total pode chegar facilmente a 1,5 milhão de ha;

3. Entre colonos e posseiros, que pretendem ou efetivamente ocupam pequenos lotes de terras no interior de AIs, não há informações que permitam um cálculo de área preciso. Mas são mais de 6.000 ocupantes só na AI Tembé do Alto Rio Guamá e várias centenas, entre as AIs Parakanã, Gavião e Arara;

4. Há pelo menos 10.000 garimpeiros, que praticam a lavra manual e, sobretudo, semimecanizada, dentro de terras indígenas, somando-se as estimativas para a AI Kaiapó (5 mil a Nordeste e mais 5 mil a Sudeste) com informações fragmentadas para as AIs Cateté, Bacajá, Mẽkrãgnotí e Araweté; e

5. Finalmente, merece registro a atividade predatória que empresas madeireiras vêm executando nas AIs Arara, Cateté, Kaiapó e Anambé.

Diante das observações acima, qual será o futuro das terras indígenas da Área? Para seguir no cálculo, acrescentando algumas especulações, pode-se dizer que até o final deste século pelo menos 35% das terras serão subtraídas aos índios ou estarão em disputa acirrada, de fato e/ou de direito. Basta somar as áreas já ocupadas ou por ocupar pelas empresas estatais, mais as áreas pretendidas por fazendeiros e empresas agropecuárias e atribuir, para efeito de cálculo, 50 ha em média para 1.200 famílias de ocupantes camponeses. Acrescente-se, ainda, os 1.237.900 ha das AIs Arara II e Arara que, provavelmente, serão reincorporados ao Patrimônio da União, e, posteriormente, vendidos a particulares, tão logo todos os Arara estejam reunidos na AI Arara I.

Isso sem contar, evidentemente, com as novas situações de disputas e litígios de terra que certamente surgirão no bojo da expansão da frente camponesa, da frente agropecuária, da frente garimpeira, da frente extrativista e de novos empreendimentos estatais de infra-estrutura.

Finalmente, entre as ponderações acerca do presente e do futuro próximo dos povos indígenas da Área, é preciso destacar: a implantação total do Projeto Carajás, a progressiva instalação dos empreendimentos do Programa Grande Carajás e os interesses de pesquisa e exploração mineral por parte de empresas, dentro das AIs.

A seguir, serão apresentadas algumas informações básicas especialmente produzidas para este volume, a respeito dos aspectos centrais dos processos de ocupação econômica em curso e em perspectiva na Área, intercaladas por comentários e citações, como subsídios de apoio à reflexão de todos aqueles interessados em entender e apoiar a luta dos povos indígenas por direitos permanentes.

* * *

QUADRO GERAL DAS TERRAS INDÍGENAS DA ÁREA SUDESTE DO PARÁ

Nome da Área Indígena	Município	Situação jurídica	Área aproximada	Situação fundiária e observações
AI Trocará	Tucuruí	Dec. nº 87.845 de 22.11.82 homologa a demarcação (DOU 24.11.82)	21.722	Demarcada em 1977 pela PLANTEL. Invasões ocasionais de coletores de castanhas, caçadores e pescadores, através da Rodovia Trans-Cametá, que corta a AI.
AI Sororó	São João do Araguaia	Dec. nº 88.648 de 30.08.83 homologa a demarcação (DOU 31.08.83)	26.257	Demarcada em 1977 pela PLANTEL. Em estudo, pelo GT FUNAI/CVRD/GETAT (Port. 1831/E de 07.02.85), acréscimo de uma área de 24.022 ha, também pretendida por posseiros e por Almir Queiroz de Moraes (Castanhais Fortaleza I, II, III) a Sudoeste; por Antonio Almeida Braga (Castanhal Cajueiro), a Noroeste; Evandro Azevedo, ao Norte; e outros imóveis ao Sul.
RI Kararaô	Altamira	Dec. nº 68.914 de 13.07.71 cria a Reserva Indígena Kararaô (DOU 14.07.71)	224.000 (?)	Não demarcada. Da descrição dos limites da AI no decreto não constam as coordenadas geográficas e a base cartográfica utilizada pela FUNAI em 16.06.74 (IBGE, milionésimo) apresenta diferenças significativas com as cartas do RADAM (1:250 mil) quanto a posição dos três igarapés de referência (Mossoró, Pedro Arcângelo e Cajueiro). 70% (?) da AI será inundada com a construção da barragem de Babaquara, do complexo hidroelétrico de Altamira.
AI Paquiçamba	Senador José Porfírio	Dec. nº 89.489 de 29.03.84 declara área de ocupação dos silvícolas (DOU 30.03.84)	6.000	Não demarcada. Três famílias de posseiros foram indenizadas pela FUNAI em 1984, mas até maio de 1985 não haviam sido reassentadas. Várias famílias Juruna residem fora da AI. Aproximadamente 10% da AI será inundada com a construção da barragem de Juruá, do complexo hidroelétrico de Altamira.
AI Parakanã	Itupiranga Jacundá	Dec. nº 91.028 de 05.03.85 declara área de ocupação dos índios Parakanã (DOU 06.03.85)	317.000	Não demarcada. Levantamento Fundiário FUNAI/GETAT/CVRD (1983) registrou 68 ocupações de não-índios, nos limites Leste e Oeste da AI, das quais 50 possuem "licenças de ocupação" do INCRA; do total, 18 apresentavam ocupações efetivas e nas 50 restantes, pastagens e áreas de extração de madeira.
AI Kaiapó	São Félix do Xingú	Dec. nº 91.244 de 09.05.85 declara área de ocupação dos silvícolas (DOU 10.05.85)	3.300.000	Demarcação incompleta. Fazendas implantadas ao Sul da AI, com títulos provisórios e definitivos concedidos pelo governo do Pará. Garimpos de ouro a Nordeste (Rio Branco, 5 mil pessoas), a Leste (Cumarú, 10 mil pessoas) e ao Sul (Trairão) da AI. Invasões de empresas madeireiras nos limites Sul e Norte.
RI Amanayés	São Domingos do Capim	Dec. Est. nº 306 Reserva terras aos índios Amanayés (DO Pará 27.03.45)	261.000	Não demarcada. Em estudo pelo GT-FUNAI/INCRA (Port. nº 1793/E de 09.11.84). Várias fazendas implantadas na AI.

continua na página seguinte

continuação do quadro da página anterior

QUADRO GERAL DAS TERRAS INDÍGENAS DA ÁREA SUDESTE DO PARÁ

Nome da Área Indígena		Situação jurídica	Área aproximada	Situação fundiária e observações
AI Alto Rio Guamá	Ourém Vizéu Paragominas	Dec. Est. nº 307 Reserva terras aos índios Tembés, Timbiras, Urubus e Guajás (DO Pará 27.03.45)	278.000	Demarcação (1972/76) incompleta. Encravada no maior litígio fundiário do Pará. O Banco Denasa de Investimentos S/A pretende cerca de 87.000 ha da AI e o Sr. Mejer Kabacznik, 6.000 ha. Cerca de 6 mil posseiros vivem no interior da AI.
RI Mãe Maria	Marabá	Dec. Est. nº 4.503 de 28.12.43 concede de modo definitivo um lote de terras devolutas do estado aos Gaviões. (DO Pará 30.12.43)	62.488	Demarcada em 1982. 289 ha cedidos à ELETRONORTE para as linhas de transmissão de Tucuruí; 170 ha cedidos à CVRD para a implantação da ferrovia de Carajás. Invasões: 38 famílias assentadas pelo GETAT em 1981, a Sudoeste (Ig. Flexeiras); centenas de famílias de posseiros a Sudeste e, a leste, o Sr. Antonio Caetano de Moraes, proprietário da Fazenda Lago Azul, pretende 3.600 ha.
AI Arara I	Altamira	Port. nº 528/N de 30.10.78 declara área de ocupação dos índios Arara (DOU 23.11.78)	247.600	Não demarcada. Intermitentemente invadida por colonos, posseiros e madeireiras pela Transamazônica e vicinais. No passado recente, a AI foi pretendida pela COTRIJUÍ.
AI Arara II	Prainha e Porto de Moz	Dec. nº 88.018 de 04.01.83 declara área interdítada para fins de atração e pacificação dos índios Arara-grupo 2 (DOU 05.01.83)	177.500	Os Arara desta AI foram transferidos pela FUNAI, em julho de 1985, para a AI Arara I. Invasão de posseiros e madeireiras.
AI Arara	Altamira	Port. nº 1854/E de 15.04.85 interdita área com acréscimo para efeito de atração (DOU 18.04.85)	1.060.400	Aproximadamente 25% da AI (porção Leste) é pretendida pela COTRIJUÍ e o restante pelo INCRA (Glebas Pium, Cajari e Cascata e P. F. Cachimbo). Há madeireiras atuando na área, como a BANAC, com uma serraria no km 180 da Transamazônica, ligada por uma estrada a uma outra serraria, na beira do Iriri. Ao longo das margens dessa estrada, há centenas de posseiros. A ocupação de lotes por colonos assentados pelo INCRA ao Sul da Transamazônica atinge uma faixa entre 15 e 30 km, adentrando a área interditada. Aproximadamente 10% da AI será inundada com a construção da barragem de Babaquara, do complexo hidroelétrico de Altamira.
AI Cateté	Marabá	Memorial descritivo do PI Cateté — Edital FUNAI/Pres. (DO Pará 16.03.77)	439.150	Demarcada em 1977/79 pela PLANTEL. Invasão da empresa agropecuária Fazenda Grã-Reata, do grupo Pau D'Arco, que pretende cerca de 30 mil ha a Sudeste da AI; questão pendente na justiça federal. Colonos assentados pelo GETAT no limite Sul na faixa entre a PA-279 e os limites da AI. Invasões intermitentes de madeireiras nos limites Oeste e Sul; invasões de garimpeiros ao Norte, pelo Ig. Salobo. A assessoria antropológica da CVRD recomendou retificação nos limites Sul e Oeste (1985).

continua na página seguinte

continuação do quadro da página anterior

QUADRO GERAL DAS TERRAS INDÍGENAS DA ÁREA SUDESTE DO PARÁ

Nome da Área Indígena	Município	Situação jurídica	Área aproximada	Situação fundiária e observações
AI Bacajá	Senador José Porfírio	Delimitada pelo convênio FUNAI/ RADAM — GT permanente para assuntos de terra (Port./FUNAI nº 380/N 26.06.76)	192.125	Demarcada em 1979, pela SETAG, que reduziu a AI no limite Norte. Garimpo de ouro "Mundo Novo" (500 pessoas em 1985), no Rio Manezão, dentro da AI delimitada. Aldeia Trincheira e castanhais utilizados pelos Xikrin estão fora da AI demarcada. A assessoria antropológica da CVRD recomendou a ampliação de limites, integrando a AI a uma área contínua, juntamente com a AI Koatinemo, AI Araweté e os Parakanã do Ig. Bom Jardim (1985).
AI Koatinemo	Senador José Porfírio	Delimitada pelo GT FUNAI/RADAM — INCRA (Port. nº 627/E 15.10.79) em conjunto com as AIs Bacajá e Ipixuna. Desmembrada pelo DPI/FUNAI em 1983, foi encaminhada ao GT-Interministerial 88.118/83 e considerada "em fase de aprovação" pelo parecer nº 111 de 06.06.84.	288.660	Não demarcada. 75.575 ha da AI serão inundados pela barragem de Babaquara do complexo hidroelétrico de Altamira. Há uma proposta de integração desta AI com áreas vizinhas, conforme assessoria antropológica da CVRD, 1985 (idem acima).
AI Araweté do Ig. Ipixuna	Senador José Porfírio	Delimitada pelo GT FUNAI/RADAM-INCRA (Port. nº 627/E 15.10.79) em conjunto com as AIs Bacajá e Koatinemo. Desmembrada pelo DPI/FUNAI em 1984, conforme proposta do antropólogo Eduardo V. de Castro (1982)	985.000	Não demarcada. Invasões intermitentes de garimpeiros no limite Sul (Ig. Bom Jardim). 7% da AI, incluindo o local da aldeia atual, serão inundados pela barragem de Babaquara do complexo hidroelétrico de Altamira. Há uma proposta de integração desta AI com áreas vizinhas, conforme assessoria antropológica da CVRD, 1985 (idem acima).
AI Baú Mẽkrãgnoti	Altamira	Proposta do antropólogo G. Verswijver à FUNAI em 1981. Reestudada pelo GT-FUNAI (Port. nº 1704/E de 06.09.84) que não apresentou proposta de delimitação.	781.000	Não demarcada. Garimpos de ouro, ao Norte (Rio Curuá) e a Nordeste (Rio Baú). As aldeias Pukanú e Iriri Novo estão fora dos limites propostos em 1981.
AI Anambé	Moju	Delimitada pelo GT FUNAI-INCRA (Port. nº 1793/E de 09.11.84).	8.150	Invasão de madeireiras, ao Sul e a Noroeste da AI; o Sr. Luis Costa Brasileiro possui Título definitivo fornecido pelo ITERPA, a Noroeste da AI.

continua na página seguinte

QUADRO GERAL DAS TERRAS INDÍGENAS DA ÁREA SUDESTE DO PARÁ

Nome da Área Indígena	Município	Situação jurídica	Área aproximada	Situação fundiária e observações
Al Tembé	Tomé Açu	Delimitada pelo GT FUNAI-INCRA (Port. nº 1793/E 09.11.84).	850	Não demarcada. Sem invasões, conforme 2ª DR/FUNAI (dez. 1984).
Al Curuá	Altamira	Delimitada pelo GT FUNAI-ITERPA (Port. nº 1868/E 10.05.85).	13.000	Não demarcada.

Obs.: Áreas sem providência:
Não estão incluídos no quadro acima os grupos Kaiapó isolados (Mẽ-Ngra-Mrari no Rio Xixé, Pu'ro no baixo Rio Curuá, Pituiaro no Rio Murure, Kararaô do Jamanxin, Kararaô do Guajará) e Parakanã no Igarapé Bom Jardim, cujas terras encontram-se sem providência. A comunidade Xipáia-Kuruáia da Vila São Sebastião/Altamira e as famílias do mesmo povo, dispersas ao longo do médio Curuá e baixo Rio Iriri, se encontram na mesma situação.

Intervenção governamental e malha fundiária

A Área que se convencionou chamar SUDESTE DO PARÁ, em função do agrupamento de um conjunto de áreas indígenas, resultou estar composta por 16 municípios, cuja população, segundo o Censo de 1980, era de 578.286 habitantes (ver *Quadro* adiante).

No momento, as 20 áreas indígenas, com todas as ressalvas feitas na primeira parte desta Introdução, correspondem a 18,9% da área total dos municípios onde estão localizadas.

Um levantamento da estrutura fundiária dos mesmos municípios, revelou que existem 115 imóveis rurais cadastrados com área igual ou superior a 20 mil ha cada, que pertencem a 105 proprietários e correspondem a 12,3% da área total. Ressalte-se que, no caso de S. Félix do Xingú, 25 proprietários detêm quase dois milhões de ha (15,8% da área total do município).

Seria demasiado extenso e fora dos propósitos desta Introdução, tecer uma demonstração histórica dos processos de ocupação econômica desta imensa região, para constituir e dar sentido à malha fundiária atual, um dos condicionantes fundamentais para a contextualização das áreas indígenas.

Grosso modo, pode-se dizer que, como de resto em outras regiões da Amazônia, a penetração das frentes de expansão (extrativistas) se deu, historicamente, através do curso dos grandes rios, no sentido Norte-Sul, a partir de Belém. Altamira era um ponto avançado, no Rio Xingú e a atual Tucuruí, antigo forte de Alcobaça, o último ponto navegável do baixo Tocantins.

Com a construção da rodovia Belém-Brasília (1961), abriu-se um novo eixo Sul-Norte, ao qual se ligaram uma série de outras rodovias, já existentes ou que foram construídas, redefinindo todo o esquema de acesso à região, da circulação das frentes de expansão e das mercadorias, no sentido Leste-Oeste.

Nas últimas décadas, além da expansão da região da frente camponesa espontânea, em direção ao Xingú, houve uma corrida de empresários privados do Centro-Sul do país interessados na aquisição de terras férteis a baixo custo e nos incentivos fiscais para o desenvolvimento de projetos agropecuários e agroindustriais. A partir da superposição de interesses conflitantes no que diz respeito à lógica de ocupação das terras, começaram a se configurar na região focos permanentes de conflitos fundiários, envolvendo freqüentemente ocupantes camponeses (os chamados posseiros), de um lado, e fazendeiros, grileiros e pistoleiros, de outro, com desdobramentos para as áreas indígenas.

QUADRO DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ONDE HÁ ÁREAS INDÍGENAS NO "SUDESTE DO PARÁ"

Município	Micro-região homogênea	População	Hab/km²
Prainha	Baixo Amazonas	45.358	1,39
Porto de Moz	idem	11.807	0,62
Altamira	Xingu	46.509	0,30
S. Félix do Xingu	idem	4.982	0,04
Senador José Porfírio	Furos	6.308	0,19
Mojú	Baixo Tocantins	28.628	2,44
Tomé-Açú	Tomé-Açú	40.337	6,92
S. Domingos do Capim	Guajarina	63.545	2,47
Paragominas	idem	48.109	1,77
Ourém	idem	38.350	7,67
Viseu	Viseu	57.017	6,34
Tucuruí	Marabá	61.140	11,93
Jacundá	idem	14.868	2,45
Itupiranga	idem	15.641	0,98
Marabá	idem	59.915	1,60
S. João do Araguaia	idem	35.772	4,17

Fonte: IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil*, 1984.

Os municípios do Sul do Pará, onde se concentram a maioria dos projetos aprovados pela SUDAM para toda a região amazônica, por exemplo, tornaram-se palco de uma verdadeira guerra fundiária. Numa relação das 10 principais áreas de tensão social na Amazônia Legal para o ano de 1975, segundo o jornalista L. F. Pinto (1980c, 15-16), cinco estavam no Pará, nos municípios de Conceição do Araguaia, Paragominas e São Domingos do Capim. Num recente levantamento de assassinatos de camponeses envolvidos em disputas de terra no período 1964/1985, realizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Pará aparece em primeiro lugar, com 271 casos (num total para o país de 1.098).

A partir de 1975, quando os projetos de colonização oficial nas margens das rodovias federais estavam falidos e as intenções anunciadas no início dos anos 70 pelo governo Médici de "entregar a terra sem homem da Amazônia ao homem sem terra do Nordeste" já soavam como mera demagogia, a ação fundiária governamental passou a ser dirigida, aceleradamente, "para incorporar ao mercado de terras extensões consideradas à margem das transações comerciais tidas como legítimas" (Almeida: 1984, 4).

Do ponto de vista do Estado do Pará, consumou-se o processo de "federalização fundiária" (ver a respeito, L. F. Pinto: 1980c, 130-138)

Do conjunto de órgãos fundiários que atuam na região tratada neste volume, cabe destacar a ação do GETAT, criado em 1980 e subordinado ao CSN. Sua ação de "regularização fundiária" (arrecadando inúmeras áreas sob sua jurisdição como terras devolutas e incorporando-as ao Patrimônio da União) estende-se por uma superfície de 47 milhões de hectares, em 48 municípios do Sudeste do Pará, Norte de Goiás e Oeste do Maranhão, envolvendo mais da metade da área total do PGC.

Do total de áreas arrecadadas pelo GETAT até dezembro de 1984, segundo levantamento feito por Almeida (1985), 81% refere-se a extensões localizadas no Sudeste do Pará.

IMÓVEIS RURAIS COM ÁREA IGUAL OU SUPERIOR A 20 MIL HA, NOS MUNICÍPIOS ONDE HÁ ÁREAS INDÍGENAS NO "SUDESTE DO PARÁ"

município	nº de imóveis	nº de proprietários	área em ha	superfície em km²
MARABÁ	2	2	253.582	37.373
S. JOÃO DO ARAGUAIA	2	1	56.157	8.569
ALTAMIRA	5	5	644.520	153.862
S. FELIX DO XINGÚ	30	25	1.844.857	116.577
PRAINHA	1	1	51.120	32.642
ITUPIRANGA	2	2	67.140	15.890
TUCURUÍ	2	2	40.568	5.124
S. DOMINGOS DO CAPIM	16	16	580.690	25.748
OURÉM	2	2	60.060	5.001
PARAGOMINAS	13	13	502.779	27.168
MOJU	22	20	876.856	11.728
JACUNDÁ	1	1	25.900	6.059
TOMÉ-AÇÚ	0	—	—	5.828
VIZEU	12	12	486.496	8.987
SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	0	—	—	33.689
PORTO DE MOZ	5	3	186.832	19.104
TOTAL	115	105	5.675.557	459.721

Afirma o autor: "A aplicação da medida ganhou maior intensidade nos municípios de São Félix do Xingu e Conceição do Araguaia. Esta incidência geográfica concorre para que se explique um duplo aspecto na aplicação do referido instrumento de ação fundiária. Por um lado, objetiva precisar quais os 'espaços ainda efetivamente vazios' em regiões com intensos conflitos de terra consideradas já como devidamente ocupadas. Por outro, busca-se antecipar à expansão camponesa e disciplinar a condição legal dos denominados 'grandes espaços vazios' nas regiões em que o processo de ocupação começa a se acelerar." E prossegue: "A concentração de áreas arrecadadas no município de São Félix do Xingu evidencia esta tentativa da intervenção governamental de se antecipar ao movimento das frentes de expansão e pretender uma rápida definição dos direitos de propriedade" (Almeida: 1985, 5).

LISTA DE IMÓVEIS RURAIS CADASTRADOS COM ÁREA IGUAL OU SUPERIOR A 20.000 HA, POR MUNICÍPIO, ONDE HÁ ÁREAS INDÍGENAS

Município	Denominação da razão social ou proprietário	Denominação do imóvel	Área (ha)
Marabá	Bamerindus Agropastoril e Ind. S/A	Fazenda Bamerindus	54.597
	Tibiriçá Brito de Almeida	Faz. N. S. de Nazaré	198.985
São João do Araguaia	José Vicente Silva Filho	Faz. S. Vicente	31.127
	idem	Faz. Goiânia	25.030
Altamira	Ramez Said Makarem	Seringal Cachoeira Grande	144.400
	Silvio Modesto de Toledo	Seringal Praia de S. José	392.000
	Arpad Szuecs	Seringal Murici	43.560
	Maria Lucia Szuecs	Seringal Forte Veneza	43.560
	Eduardo de Matos	Faz. Pinheiro	21.000
São Felix do Xingu	Aredio Resende de Souza	Faz. Rio Liberdade	26.136
	Augusto Lico Filho	Faz. Bonanza do Xingú II	21.780
	Emiliano de Oliveira	Seringal Tabaio	108.000
	Francisco da Rocha Silva	Faz. Floresta	30.492
	Jamel Cecílio	Rancho Santa Cecília	26.136
	Jeremias Lunardelli Neto	Gleba Rio da Paz	45.738
	José David Dourado	Santa Cruz	36.400
	José Lopes da Silva	Faz. Boa Vida	21.680
	José Lopes da Silva	Faz. Utinga	22.000
	Lauro de Carvalho	Faz. Nazaré	31.944
	Lourival Louza	Faz. Guataporá I	26.136
	Manoel do Carmo da Silva Flores	Faz. Castanhal	72.000
	Mario Alves Ribeiro	Faz. Gataporá	26.136
	Nicolau Lunardelli	Gleba Esperança	78.126
	Raimundo Lopes de Carvalho	Faz. Safira	22.000
	Raimundo Lopes de Carvalho	Faz. Menina-Moça	30.525
	Raimundo Pereira da Silva	Faz. Boa Esperança	25.000
	Ramez Said Makarem	Seringal Nazaré	102.435
	Ramez Said Marakem	Seringal São Gonçalo	58.390
	Sergio Lunardelli	L. 120 a 121, 131 a 136 149 a 154, 160 a 165	87.120
	Vicente Guedes dos Santos	Faz. Bom Jesus	70.000
	Cia. Agropastoril do Rio Dourado	Faz. Rio Dourado	169.884
	Cia. Agropastoril do Rio Tiraxinim	Faz. Rio Tiraxinim	52.272
	Cia. Agropastoril Gradaus	Faz. Gradaus	52.272
	Construtora Andrade Gutierrez	Projeto Tucumã	400.000
	Grupo Jeovani Abrahão Min. Comerc. Ind.	Faz. Santa Cruz	80.000
	Nicobran Adm. Agric. Com. Ltda.	Gleba Mudrire	34.848
	Nicobran Adm. Agric. II	Gleba Espigão	78.124
	Nicobran Adm. Agric. II	Gleba Sertãozinho	39.846
	S/A Bitar Irmãos	Seringal S. Sebastião e Outros	39.846
	Santa Ana Agropecuária e Ind. S/A	Faz. Santa Ana	21.780

continua na página seguinte

Entretanto, segundo o mesmo autor, "o movimento camponês espontâneo, superando as estimativas oficiais e a capacidade dos projetos de colonização, se expande indiferenciadamente por toda a região. Tanto se orienta no sentido do Xingú disputando as áreas de pretensão de empresas privadas, quanto avança sobre os polígonos pretendidos pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e pela ELETRONORTE. Isto num ritmo que suplanta aquele da ação governamental e numa proporção que contraria as diretrizes da política de colonização. A dinâmica deste movimento, traduzida pela migração e pelas disputas de terra ininterruptas que envolvem de maneira difusa coletores de castanha, seringueiros, garimpeiros, pequenos produtores agrícolas e demais 'colonos' e posseiros, cujas terras foram desapropriadas para a construção de barragens, ferrovias, portos e outras obras públicas — transcende a um simples

continuação do quadro da página anterior

LISTA DE IMÓVEIS RURAIS CADASTRADOS COM ÁREA IGUAL OU SUPERIOR A 20.000 HA, POR MUNICÍPIO, ONDE HÁ ÁREAS INDÍGENAS

Município	Denominação da razão social ou proprietário	Denominação do imóvel	Área (ha)
Prainha	Seruya P. Queiroz	Terra Preta e Serrinha	51.120
Itupiranga	Antonio Martins dos Santos	Faz. Cachoeirinha	36.000
	Hidroservice Amazônia S/A Agrop. Ind.	Faz. Amazônia	31.140
Tucuruí	João Soares	Faz. Urumateva	20.000
	Nagib Chamon	Faz. Juary e Juaryzinho	20.568
São Domingos do Capim	Agropecuária Aracondeva Ltda.	Faz. Gavião	25.867
	Cia. Agropecuária Ind. Maringá Capim	Faz. Maringá	26.090
	Colonizadora Belém-Brasília Ltda.	Juramendeva	26.136
	Comercial Catarinense S/A	Faz. Catarinense	26.136
	Empresa Agrícola Fluminense	Faz. Balalaica	34.848
	Empresa Agropec. Arandela S/A	Faz. Gavião	25.867
	Fazenda Paraguassú	Faz. Paraguassú	27.915
	Fazendas Reunidas Emay S/A	Faz. Emay	21.629
	Gaipará Agroindustrial S/A	Faz. Gaipará	39.049
	Veríssimo Correia Gusmão	Faz.Araruama	31.746
	Jesulino Souza Carvalho	Faz. Umbiteva	28.112
	Fausto da Cunha Oliveira	Faz. Independência	31.890
	Expedito de Almeida Manco	Faz. Goiás	31.370
	Antonio Barbosa de Souza	Faz. Lacy	112.235
	Francisco da Rocha Silva	Faz. Bom Sucesso	26.000
	Leonardo Luiz Coelho	Faz. Iara	55.800
Ourém	Arapuã Norte Agropecuária de Exp. S/A	Faz. Arapuã	30.000
	Cia. Agropecuária Cimeira	Faz. Cimeira	30.060
Paragominas	Alceu Vilela de Andrade	São Romualdo	40.170
	Antonio Lunardelli	Faz. Itapoã Norte	29.796
	Carlos Alberto Longo	Gleba Maritaca	33.191
	Flavio P. Teles de Almeida	Gleba Moronga	30.492
	Renato de Albuquerque	Gleba Jurubiju III	23.958
	Agropecuária Rio Cavaxi S/A	Sítio do Caçador	27.225
	Cia. Agropastoril Água Azul S/A	Faz. Água Azul	68.554
	Cia. Agropecuária do Pará	Faz. Uraim	71.354
	Cia. Agropec. Rio Araguaia	Faz. Andobal-Capra	42.150
	Cia. Melhoramentos de Ligação	Faz. Ligação	26.715
	Cia. Rio Capim Agropec.	Faz. Rio Capim	42.077
	F. Slaviero Filho S/A Com. Mad.	Gleba Gurupi I	41.897
	Faz. Sta. Cruz da Tapera S/A	Faz. Acatuassu	25.200

continua na página seguinte

embate de concepções. As práticas delas emanadas se contrapõem num plano objetivo através de acirrados conflitos que comportam diferentes tipos de mobilização social, não raro com recurso à violência" (Almeida: 1984, 6).

Crônicas vivas que exemplificam essas observações foram escritas em 1977 pelo jornalista L. F. Pinto (ver "A Grande Procura" e "São Félix: um pouco antes da explosão", *in* 1980c, 5 e ss. e 193 e ss.).

Algumas das áreas arrecadadas pelo GETAT no Sudeste do Pará, se confrontam com áreas indígenas, a saber:

a) A Gleba Seringa A, com 94.192 ha, localizada no município de Marabá, cuja linha demarcatória passa pelo "picadão divisor da Reserva Indígena Cateté" (cf. Portaria/GETAT/nº 55, de 15 de abril de 1982, D. O. U. Seção I. Brasília, 10/05/82, p. 8284).

continuação do quadro da página anterior

LISTA DE IMÓVEIS RURAIS CADASTRADOS COM ÁREA IGUAL OU SUPERIOR A 20.000 HA, POR MUNICÍPIO, ONDE HÁ ÁREAS INDÍGENAS

Município	Denominação da razão social ou proprietário	Denominação do imóvel	Área (ha)
Mojú	Adalberto Tibiracy C. Tavares	Faz. São Pedro	38.003
	Arnaldo Paulo Micheloni	Faz. Vale do Mojú	21.780
	Domingos das Neves Costa	Posse Piquiá	22.800
	Elias da Costa Santos	Apei	26.136
	Eurides Alves de Oliveira	Faz. Atalaia	33.000
	Honorio Santos Lima	Faz. Cedro	21.650
	Ivan Marques Tavares	Posse Monte Alto	22.500
	José Roberto Barbosa de Vilhena	Faz. Cairari Pará	178.000
	João Veneziano	Faz. Natália Sta. Ane e a Cla	37.393
	Jorge de Conceição Farias	Faz. São Domingos	20.000
	Lerson Alves	Faz. Água Preta	48.000
	Manoel Dias da Fonseca	Faz. Bom Intento	26.400
	Manoel Dias da Fonseca	Faz. Pedral	24.000
	Manoel José Gouveia	Faz. S. Manoel do Paraíso	110.740
	Mikhaelkanaan Mounzer	Faz. Inajá	22.350
	Plinio Carlos Rorez Cunha	São Paulo	36.000
	Raimundo Lopes de Carvalho	Faz. Peixe Bói	39.100
	Ronaldo Antonio Santos Silva	Faz. Umiri	33.000
	Rui dos Santos Quaresma	Pau de Rosa	26.400
	idem	Faz. Bom Intento	26.400
	Simon da Silva Sauma	Faz. Nazaré	24.000
	Serruya A. P. Empreendimentos Ltda.	Olho D'Água	39.204
Jacundá	João Martins Craveiro	Castanhal Sta. Fé	25.900
Vizeu	Albertino Tonarque	Fazenda Paraíso	83.000
	Banco Denasa de Investimento SA	Terras do Gurupi	79.273
	Cia. Bangu de Desenvolvimento e Participação	Bauru	30.000
	Codepi/ Com. Col. Des. do Piriá Ltda.	Fazenda Codepi	40.000
	Cidenorte/ Cia. Desenvolvimento Energético do Norte	Fazenda Cidenorte	20.000
	Construtora Guaicurus Ind. Com. Ltda	—	3.600
	Délio José Braz	Fazenda Gurupi Mirim	35.273
	Fazenda Bela Aurora	—	27.350
	Kosmos Capitalização S.A.	Terras do Gurupi	41.000
	Real Agropecuária S.A.	Fazenda Carajaz	25.000
	S.A. Agro-Pastoril Grupiá	Fazenda Grupiá	30.000
	Walter José Rodrigues	Fazenda Sta. Maria	37.000
Porto de Moz	Aquiqui Ind. e Com. Laticínios Ltda.	Fazenda Vieira	37.739
	Fazendas Aquiqui S.A.	Fazenda Aquiqui	57.524
	Hilário Mendes Coimbra	Fazenda Xingu I	24.348
	Hilário Mendes Coimbra	Fazenda Xingu II	34.791
	Hilário Mendes Coimbra	Fazenda Xingu V	30.430

b) A Gleba Araguaxim, com 341.110 ha, localizada no município de São Félix do Xingu, que se limita com o Parque Indígena Kayapó (cf. Portaria/GETAT/nº 4, de 10 de junho de 1980, D. O. U. Seção I. Brasília, 15/07/80, p. 14171).

c) e a Gleba Mãe Maria, situada no município de São João do Araguaia, com 248.000 ha, confrontando com a Reserva Indígena Gavião (cf. Portaria/GETAT/nº 119, de 26 de junho de 1981. D. O. U. Seção I. Brasília, 10/07/81, p. 12921).

Conforme adverte Almeida (1985, 12), a destinação destas áreas arrecadadas constitui-se num problema que merece atenção e acompanhamento:

"O propósito de se deixar para um momento posterior a demarcação das reservas indígenas, privilegiando-se a ordenação de áreas contíguas e limítrofes, parece não se justificar mediante a intensidade dos conflitos e das ações de apossamento ilegítimo de parte substancial das reservas. Impõe-se uma definição legal e uma garantia efetiva dela decorrente, já que os atos de arrecadação citados não parecem ter sido realizados para ampliar as áreas indígenas delimitadas ou em vias de demarcação ou mesmo para estabelecer uma faixa de segurança, a exemplo das lavras, junto a seus limites. Ressalte-se, também, que nada indica de maneira explícita, nos textos das Portarias, que tais atos foram concebidos para indiretamente reduzir os territórios indígenas. Entretanto, não se esclarecendo a destinação de tais glebas arrecadadas, todas as conjeturas mostram-se possíveis."

"Uma ação colonizadora deslocando contingentes de pequenos produtores agrícolas para fins de assentamento, ou facilitando a implantação de grandes projetos agropecuários nestas glebas, pode se constituir numa forma de pressão incontrolável sobre as terras indígenas. Principalmente, se o estatuto jurídico delas permanece sem um contorno definitivo."

Para se completar a caracterização da região, em termos fundiários (considerando os territórios indígenas tratados anteriormente) e para além das terras arrecadadas e incorporadas ao Patrimônio da União pelo GETAT, tem-se uma extensa área de desapropriação da ELETRONORTE (ver a respeito o programa de construções de barragens na Área, o *box* "Hidroelétricas no Xingu), inúmeras áreas sob domínio da CVRD (através de concessões de pesquisa lavra, nos municípios de Marabá e S. Felix do Xingu), loteamentos do ITERPA, áreas de colonização do INCRA e também a área especial destinada ao EMFA (dec. presidencial 87.571, de 17.09.1982, concedendo uma área de 3.907.200 ha para a instalação do "Campo de Provas das Forças Armadas"). Para uma visualização dessas áreas, ver o *Mapa Geral*, encartado no tomo *Xingu* deste volume.

Deve-se considerar ainda as áreas de colonização particular, ressaltando-se os 400.000 ha do Projeto Tucumã, de propriedade da empreiteira Andrade Gutierrez e as áreas consideradas como reservas florestais.

Finalmente, é preciso registrar a presença da frente garimpeira (pontuando toda a Área, em pequenos e médios garimpos e nas grandes concentrações de Serra Pelada e Cumarú), ganhando no chão o direito de lavra que as empre-

HIDRELÉTRICAS NO XINGU

Além de Tucuruí no Rio Tocantins, que já está operando em sua primeira fase, deverá entrar em operação, no período 1998/2010, o Complexo Hidroelétrico de Altamira, também com efeito diretos sobre um conjunto de áreas indígenas. Caso seja efetivada a alternativa A, *proposta pelos engenheiros do CNEC (1980), as Als Kararaô, Paquiçamba, Arara, Koatinemo e Araweté terão parte de suas terras inundadas. Tal como esse conjunto de áreas está configurado atualmente (ver* Quadro Geral das Terras Indígenas da Área Sudeste do Pará, *acima), pode-se estimar, pelas cotas de inundação, que perderão cerca de 408.000 ha.*

Somem-se a essas, as terras perdidas pelos Parakanã com a formação do lago de Tucuruí e, sobretudo, os transtornos de inúmeras transferências forçadas. O conjunto de três barragens (Babaquara, Juruá e Kararaô) deverão mesmo ser construídas a partir do início da década de 1990, na Volta Grande do Rio Xingu, para formar o Complexo Hidroelétrico de Altamira. Do conjunto de hidroelétricas a serem construídas na Amazônia, relacionadas no gigantesco Plano 2000 *da ELETROBRÁS, lançado nos anos 70, Tucuruí teve prioridade, em função do mercado potencial do Programa Grande Carajás, dos núcleos urbanos regionais e, ainda, com a previsão de produção de um excedente transferível para a rede do Nordeste. Quando as três fases de Tucuruí estiverem em operação, sua potência será de aproximadamente 8 milhões de kW.*

O conjunto de barragens do Complexo de Altamira, em pleno funcionamento, terá uma potência bem superior, chegando a 17 milhões de kW e, o que é mais importante ressaltar, a um custo baixo. Além disso, essa energia estaria apta a ser consumida em atividade minero-metalúrgicas previstas no PGC e poderia ser transportada, em bloco, para suprir demandas nas regiões Sul e Sudeste do país. Por todas essas razões, deve-se contar como certa a execução das obras do Complexo de Altamira, cujas características físicas estão sendo detalhadas (com término previsto para 1987) pelos técnicos do CNEC, na fase denominada "estudos de viabilidade".

sas buscam legalizar antecipadamente aos investimentos, nos órgãos oficiais. Nesse ponto, vale lembrar que empresas do setor de mineração estão interessadas em adquirir terras no Pará, como pré-condição para chegar à exploração do subsolo. O caso mais significativo, sem dúvida, é da própria CVRD, que pretende um polígono que circunda a Serra dos Carajás e adjacências, com uma área aproximada de 1.290.000 ha.

Mineração: as pretensões das empresas e a realidade dos garimpos

O *Quadro* a seguir apresenta de maneira detalhada a extensão e localização dos interesses de exploração mineral por parte de empresas nas AIs do SUDESTE DO PARÁ.

Considerando-se, para efeito de cálculo, 50% das "áreas incidentes parcialmente", pode-se afirmar que cerca de 20% das AIs estão requeridas pelo grupo de empresas relacionadas.

Mas há um aspecto especialmente grave na questão: 60 alvarás estavam em vigor até 16.08.85, autorizando empresas a realizar pesquisas no interior de AIs, a despeito do decreto nº 88.895 (11.11.83) não ter sido regulamentado. Alguns desses Alvarás recaem em regiões habitadas por índios arredios, cujas terras não são reconhecidas oficialmente pela União. As AIs Kaiapó e Cateté são as mais cobiçadas e estão praticamente cobertas de requerimentos.

É de se supor que esse volume de interesses, envolvendo grandes grupos econômicos privados (nacionais e multinacionais) e estatais, exerça alguma pressão condicionante ao ritmo de definição das demarcações das áreas indígenas. E até um tipo de *lobby* permanente para atualizar periodicamente os processos de requisição junto ao DNPM, à espera que, no futuro, haja uma legislação que franqueie as terras indígenas à pesquisa e exploração dos recursos minerais.

Na prática, salvo melhores informações, sabe-se que à maioria desses Alvarás não têm correspondido operações de campo por parte das empresas. A não ser aquelas que estão atuando em áreas de índios arredios "desavisadamente".

A implantação do núcleo do Projeto Ferro Carajás, apesar de se encontrar fora de qualquer área indígena, trouxe conseqüências a todas as AIs consideradas na sua área de influência. Além da ferrovia que corta a AI Mãe-Maria, dos Gavião, seis AIs do SUDESTE DO PARÁ passaram a receber recursos provenientes de um convênio celebrado em 1982 entre a CVRD e a FUNAI (nº 059-82 de 25.06.1982, com um Aditivo a 15.03.1983), como condição colocada pelo Banco Mundial para aprovar empréstimos ao PFC.

A Estrada de Ferro Carajás (foto Cynthia Brito, 1985)

INTERESSES DE EXPLORAÇÃO MINERAL NAS ÁREAS INDÍGENAS DO "SUDESTE DO PARÁ"

	Empresa/Grupo	Área Indígena	Área incidente (ha) parcial	Área incidente (ha) total	Documentos legais Requerimentos	Documentos legais Alvarás
EMPRESAS MULTINACIONAIS	BRASCAN	AI Kaiapó	20.000	58.250	10	—
		RI Kararaô	—	80.000	8	—
		AI Parakanã	—	30.000	5	—
		AI Bau-Mẽkrãgnoti	10.000	10.000	2	—
		AI Koatinemo	20.000	—	2	—
		AI Araweté	30.000	40.000	7	—
		AI Arara	—	110.000	11	—
	BILLITON/VEROLME	RI Kararaô	—	20.000	2	2
		AI Paquiçamba	30.000	—	3	—
		AI Koatinemo	30.000	20.000	5	—
		AI Arara	20.000	—	2	2
	RHODIA	Kaiapó Pu'ro arredios	—	10.000	1	1
		Kararaô Jamanxim arredios	20.000	—	2	—
	SAMITRI-ARBED	AI Kaiapó	70.000	—	7	—
	FLUOR St. JOE MINERALS	AI Kaiapó	9.900	20.000	3	—
	COLORADO (GE/UTAH)	AI Parakanã	30.000	10.000	4	3
	ANGLO-AMERICAN	AI Alto Rio Guamá	9.999	—	1	—
EMPRESAS ESTATAIS	CVRD	AI Kaiapó	151.977	66.940	26	3
		AI Alto Rio Guamá	38.350	—	4	—
		AI Parakanã	—	10.000	1	—
		AI Cateté	214.979	223.298	51	7
	PROPARÁ	AI Alto Rio Guamá	2.687	—	1	1
EMPRESAS PRIVADAS NACIONAIS	PARANAPANEMA	AI Kaiapó	239.419	—	24	1
		Kaiapó Pitiuiarô arredios	—	10.000	1	—
		AI Araweté	20.000	—	2	—
	SUL AMÉRICA/BRADESCO	AI Kaiapó	6.345	—	1	1
	ATALLA	AI Bau-Mẽkrãgnoti	20.000	—	2	2
	OURO NEGRO/MULTIPLIC	AI Arara I	10.000	30.000	4	—
		AI Araweté	20.000	—	2	—
		AI Koatinemo	10.000	10.000	2	—
		RI Kararaô	110.000	60.000	17	—
	CARBONÍFERA CRICIÚMA/ DIOMÍCIO FREITAS	Xipáia-Kuruáia isolados	61.000	—	9	9
		AI Alto Rio Guamá	30.000	—	3	—
		AI Curuá	19.748	—	2	—
	RIO CANDEIAS MIN.	AI Kaiapó	50.000	—	5	—
	PROGEO	AI Kaiapó	8.235	—	1	1
		Kararaô Jamanxim arredios	20.000	—	2	—

continua na página seguinte

continuação do quadro da página anterior

INTERESSES DE EXPLORAÇÃO MINERAL NAS ÁREAS INDÍGENAS DO "SUDESTE DO PARÁ"

	Empresa/Grupo	Área Indígena	Área incidente (ha) parcial	Área incidente (ha) total	Documentos legais Requerimentos	Documentos legais Alvarás
EMPRESAS INDIVIDUAIS/PESSOAS FÍSICAS	J. CANDIDO DE ARAÚJO	AI Sororó	10.000	—	1	1
	JOSÉ FERREIRA DA SILVA	AI Cateté	2.000	—	2	2
	TAN MINERAÇÃO LTDA.	AI Kaiapó	50.000	—	5	5
	NESTOR JOSÉ SCALABRIN	Kaiapó Pitiuiarô arredios	20.000	10.000	3	3
		AI Paquiçamba	10.000	—	1	1
		AI Kaiapó	10.000	—	1	—
	W. C. LOPES e CIA. LTDA	Xipáia-Kuruáia isolados	—	30.000	3	3
	MIN. MACAÚBAS LTDA.	AI Kaiapó	20.000	—	2	—
	MIN. MUNDIAL LTDA.	AI Kaiapó	—	29.900	3	—
	NICOBRAN/LUNARDELLI	AI Kaiapó	—	28.600	3	—
	MIN. OURONORTE	AI Kaiapó	—	50.000	5	—
	GRUPO GEOVANI	AI Kaiapó	9.995	—	1	—
	ABRAHÃO/JAMISA ROSALVO DA SILVA LEMOS DE MELO	AI Kaiapó	—	10.000	1	1
EMPRESAS NÃO IDENTIFICADAS	MIN. AGRO-PASTORIL LTDA.	AI Kaiapó	7.925	—	1	1
	ESPENG MIN. e METAIS LTDA.	AI Curuá	—	20.000	2	2
	AQUILLA MIN. LTDA.	Kararaô Jamanxim arredios				
	BONDOK MIN. LTDA.	Kararaô Jamanxim arredios	—	17.962	2	2
	IMAC/IND. MIN.	AI Arara	—	40.000	4	—
	ALTO CANDEIAS		—	10.000	6	6
	MINERAÇÃO CCO LTDA.	Xipáia-Kuruáia isolados	—	100.000	10	—

Pesquisa: GT CEDI/CONAGE
Fonte: PROSIG/DNPM 16.02.85, 24.04.85 e 16.08.85.

Um sumário dos gastos efetuados por AI, aparece no quadro a seguir. Até maio de 1985, já haviam sido gastos mais de 50% do total de 13,6 milhões de dólares previstos até 1986. Segundo os antropólogos que compõem a assessoria contratada pela CVRD para acompanhar a execução desse convênio, a maior parte desses recursos foi consumida na manutenção e implementação de quadros e infraestrutura da própria FUNAI, com a contratação desnecessária de pessoal desqualificado e a farta aquisição de equipamentos e construções (cf. Magalhães, *et alii*, "Os Povos Indígenas e o Projeto Ferro-Carajás: Avaliação do Convênio CVRD-FUNAI", São Paulo, 03.12.1985, 5 p.).

Mas o impacto do PFC e, mais a longo prazo, das demais atividades previstas pelo PGC se farão sentir progressivamente na região.

Com o que já se sabe sobre a área do PGC (900 mil km^2, delimitada ao norte pelo Rio Amazonas e pelo Oceano Atlântico, a Leste pelo Rio Parnaíba e ao sul pelo paralelo de 8° LS), pode-se ressaltar a enorme potencialidade de seus recursos minerais, cujas reservas estão quase todas no Pará: minério de ferro (18 bilhões de t a 66%), bauxita (1,4 bilhão de t a 45% de AL_2O_3), cobre (1,0 bilhão de t a 0,7-1,0% com 0,4 g/t de ouro associado), manganês (60 milhões de t a 42%), níquel (47 milhões de t a 1,5%) e cassiterita (37 mil t a 66-70%).

Mas há também muito ouro no Pará, cuja exploração tem se dado intensamente nos últimos anos, baseada na atividade garimpeira manual e semimecanizada. Segundo Guimarães, L. R. (*in* DNPM: 1983) a população garimpeira no Pará era de 145 mil pessoas em 1983, 47,5% do total para o país, constituída sobretudo de elementos oriundos de famílias camponesas do Maranhão, que se dedicavam sazonalmente às atividades da lavra do ouro, como uma forma complementar de economia, essa massa garimpeira tem sido responsável, por exemplo, pela produção 8 toneladas de ouro, registradas oficialmente pelo DNPM nos primeiros oito meses de 1985.

Depois dos garimpos de Itaituba, no médio Amazonas, de onde sai a maior quantidade de ouro, está o Projeto Cumarú, no município de São Felix do Xingú e que incide na AI Kaiapó, nas proximidades da aldeia Gorotire. De janeiro

QUADRO GERAL DOS GASTOS EFETUADOS PELO CONVÊNIO CVRD/FUNAI (Nº 059/82)
(EM US$)

	Repasse à FUNAI	Equipamentos	Total de gastos 1982/maio 1985	Total programado até 1986
PARÁ				
Ajudância de Marabá (FUNAI)	413.541,43	78.724,96	492.266,39	756.000,00
AI Cateté	142.582,15	19.893,03	162.475,18	898.000,00
AI Parakanã	371.392,51	59.014,73	430.407,24	
Parakanã Frente de Atração	100.480,68	—	100.480,68	1.251.000,00
Demarcação	146.057,85	—	146.057,85	
AI Mãe Maria	363.175,18	82.488,54	445.663,72	589.000,00
AI Sororó	117.153,13	59.617,82	176.770,95	698.000,00
AI Trocará	4.685,68	—	4.685,68	—
AI Bacajá	—	—	—	—
Total — Pará	1.659.068,61	299.739,08	1.958.807,69	4.192.000,00
GOIÁS/MARANHÃO	4.020.888,10	830.438,10	4.851.326,20	8.182.000,00
BRASÍLIA/Reserva Técnica	126.102,23	—	126.102,23	1.226.000,00
TOTAL	5.806.058,94	1.130.177,18	6.936.236,12	13.600.000,00

Fonte: CVRD

a agosto de 1985, saíram oficialmente de Cumarú, segundo o DNPM, 2.643.247,90 gramas de ouro, retornando à média de 20 kg por dia, depois que o garimpo de Maria Bonita foi reaberto pelos Gorotire, que ocuparam a área de 1º de maio até o início de junho, apreendendo máquinas e equipamentos e expulsando 5 mil garimpeiros.

Em terceiro lugar vem Serra Pelada, município de Marabá, com 1,8 t entre janeiro e agosto do mesmo ano e dezenas de pequenos e médios garimpos em Redenção, Rio Maria, Altamira, Tucumã, Marabá, etc.

A frente garimpeira exerce pressão direta sobre várias AIs e os índios da região, especialmente os Kaiapó, estão participando intensamente e de maneira particular da "febre do ouro" que tomou conta do Sudeste Paraense, em situações descritas nos respectivos capítulos.

FONTES DE INFORMAÇÃO

Almeida, 1983, 1984, 1985
CNEC, 1980
Cota, 1984
Davis, 1978
DNPM, 1983
Ferreira et al., 1982
Folha da Tarde, 08.12.84
FUNAI, 1970
Hebette et al., 1983
JICA; 1985
O Liberal, 03.04.85, 21.04.85, 07.12.85
Pinto L. F., 1977, 1980c, 1982a, 1982b
Soares, 1968, 1970, 1971, 1983
Tucuruí e Carajás, 1978
Veja, 06.11.85

Maria Lúcia e Nazaré (foto Nair Benedicto/F4).

15 Asuriní do Tocantins

Nome

O termo Asuriní foi empregado pelos funcionários do SPI no momento da pacificação, que se utilizaram de uma denominação dada pelos Juruna a um grupo Tupi da margem direita do Xingu.

Os Asuriní do Tocantins são conhecidos por Asuriní do Trocará (nome do posto indígena) e por Akuáwa-Asuriní, sendo esta última denominação empregada, em 1962, por Roque Laraia não apenas para diferenciá-los dos Asuriní do Xingu, mas também por ser Akuáwa a autodenominação tradicional do grupo.

Hoje em dia, entretanto, como verificou Lúcia Andrade, este termo tem um significado pejorativo para os próprios índios, sendo utilizado para designar "índios do mato", isto é, aqueles com pouco tempo de contato. Segundo Harrison (1980), os Asuriní do Pacajá, antes de mudarem-se para o PI Trocará, eram denominados pejorativamente pelos Asuriní do Trocará como Akuáwa, pois preferiam continuar sua existência como "índios do mato".

Em substituição a Akuáwa, os índios se denominam Asuriní, termo que aprenderam com os funcionários do SPI e regionais. Entre si, entretanto, diferenciam-se em Asuriní *do Trocará* e os Asuriní *do Pacajá* ("Pacajaenses"), ambos morando atualmente em uma única aldeia próxima ao PI Trocará (Andrade: 1982b).

Neste volume, optou-se pela denominação Asuriní do Tocantins, em contraposição aos Asuriní do Xingu, ambas se referindo à localização atual desses grupos (cf. Andrade: 1982b).

Língua

Os Asuriní são falantes de uma língua da família Tupi-Guarani, estudada pelos lingüistas Carl Harrison, Robin Selly e, mais recentemente, por Velda Nicholson, Catherine Aberdour e Annette Tomkins, todos lingüistas do SIL.

Segundo Harrison (1980), existem várias diferenças dialetais entre a língua Asuriní falada pelo grupo do Trocará e pelo grupo do Pacajá. Tais diferenças sugerem, na opinião deste lingüista, que os contatos entre os dois grupos (atualmente residentes em uma única aldeia) antes da pacificação eram intermitentes.

O aprendizado da língua portuguesa se dá de maneira diversa em relação aos dois grupos. Em 1962, os membros do grupo do Pacajá eram essencialmente monolíngües, enquanto os Asuriní residentes no PI Trocará já falavam português. Segundo Harrison (1980), os principais contatos dos índios Asuriní com a língua portuguesa davam-se através do chefe e empregado do posto e suas famílias, bem como de visitas esporádicas de vizinhos de outras partes do Rio Tocantins.

Em 1973, todas as crianças e jovens Asuriní residentes no PI Trocará só falavam a língua portuguesa, enquanto que todos os membros do grupo do Pacajá falavam a língua indígena (Nicholson: s.d.).

Segundo Lúcia Andrade, atualmente, com exceção de cinco indivíduos, todos os Asuriní falam o português fluentemente. Entre os adultos de 30 a 40 anos prevalece a língua Asuriní, enquanto que muitos jovens e crianças comunicam-se quase que exclusivamente em português.

Localização

Segundo Laraia, o território tradicional dos Asuriní compreende as matas situadas desde as cabeceiras do igarapé Trocará, afluente da margem esquerda do Tocantins, até um grande rio que denominam Paranoawé (provavelmente o Jacundá ou Pacajá).

Atualmente localizam-se a 24 km ao norte de Tucuruí, na Reserva Indígena Trocará, localizada no município de Tucuruí (PA) (coordenadas aproximadas 3°35'S e 49°40'N).

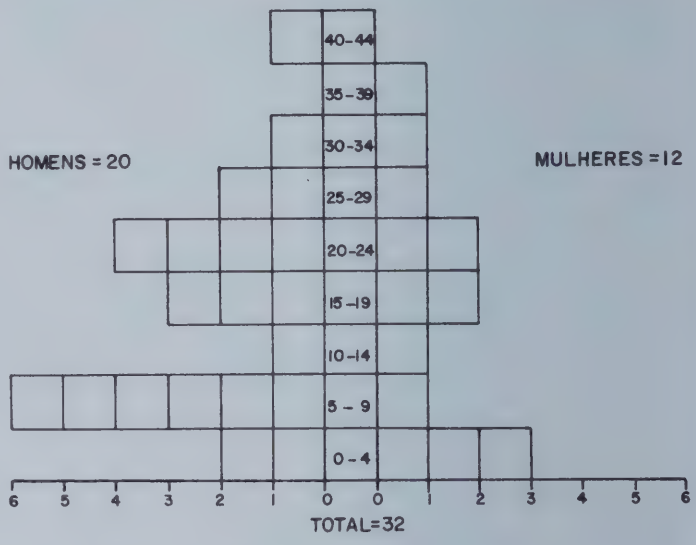
População

Os Asuriní contam atualmente 132 indivíduos (Andrade: 1984b).

Na época do contato (1953) a população Asuriní era de 190 pessoas. Antes de terminar o ano, entretanto, morreram mais de 50 indivíduos vitimados pela gripe e disenteria. Após a epidemia, a maior parte dos índios retornou às matas, permanecendo em contato regular com funcionários do SPI apenas dois grupos que chegaram ao Trocará (Laraia e da Matta:1967).

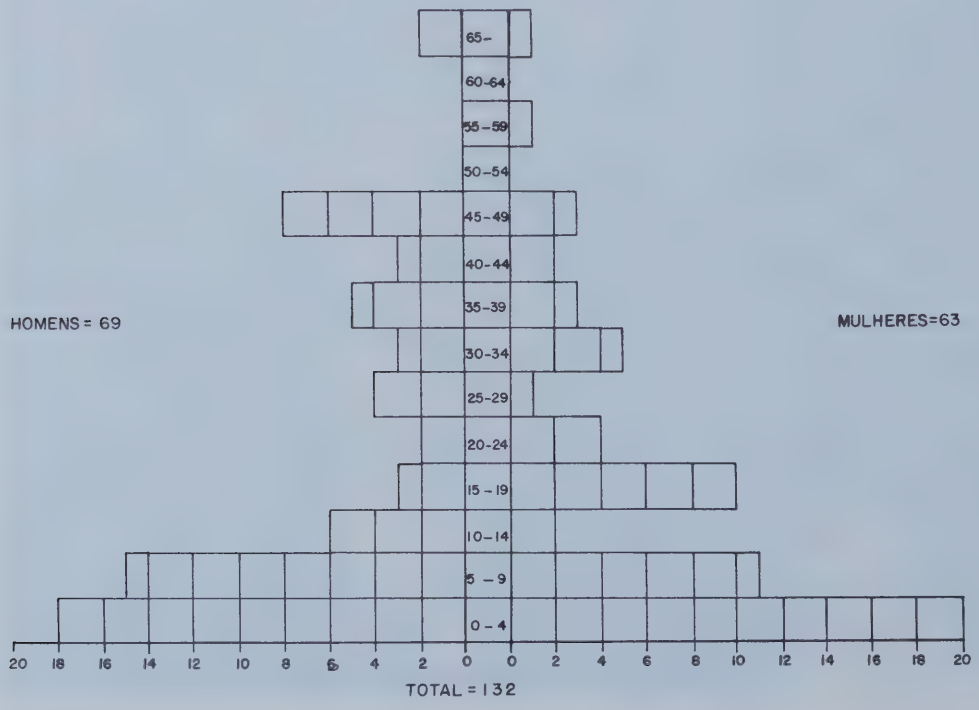
Em 1955 eram assistidos pelo SPI 66 índios Asuriní: 16 homens, 18 mulheres, 22 menores de 12 anos do sexo masculino e 10 do sexo feminino. Em 1956, após um atrito com o funcionário encarregado, o grupo que havia permanecido no PI também regressou à floresta. Dois anos mais tarde, os remanescentes deste grupo voltaram ao posto.

População Asuriní do Tocantins — 1962 (fonte: Arnaud, E.).



Assim, em 1961, o SPI assistia 26 Asuriní: 11 homens, 7 mulheres e 8 menores de doze anos (Arnaud, 1961).

No início de 1962, o grupo do Pacajá, que primeiro abandonara o PI Trocará, também retorna ao local. Eram, nessa época, cerca de 30 índios, entretanto, a gripe e a disenteria novamente dizimaram o grupo: seus 14 sobreviventes (7 homens e 7 mulheres) fugiram novamente para as matas, deixando 7 órfãos (6 meninos e uma menina) no posto (Arnaud: 1962 e Laraia e da Matta : 1967).



População Asuriní do Tocantins — 1984 (fonte: Andrade: 1984b).

QUADRO DA POPULAÇÃO ASURINÍ DO TOCANTINS
(1953/1984)

Ano	*População (Assistida pelo SPI/FUNAI)*	*Fonte*
1953	190	Laraia, 1979
1955	66	Arnaud, 1961
1961	26	Arnaud, 1961
1962	35	Laraia, 1979
1970	48	arquivo PI Trocará
1976	92	Vidal, 1980
1980	106	Vidal, 1980
1982	120	Andrade, 1982b
1984	132	Andrade, 1984b

Como se pode observar no quadro acima, a população Asuriní permaneceu abaixo de 100 indivíduos até aproximadamente 1976-1977. Parte desse crescimento deveu-se à chegada, em 1974, dos Asuriní que se encontravam no Rio Pacajá (Nicholson: 1978).

A partir desta data, verifica-se um aumento constante da população, sendo que atualmente as crianças até 14 anos constituem, aproximadamente, 55% da população.

Atualmente, 3 índios Asuriní moram fora da reserva. Um deles é funcionário da FUNAI no PI Guamá, onde mora com sua mulher (que não é índia) e seus filhos. Uma Asuriní, casada com Kaiapó, mora na aldeia do marido. E o terceiro mora na cidade de Tauá, próxima à reserva.

Histórico do contato

Os Asuriní do Tocantins aparecem nos registros históricos, no contexto do avanço da frente pioneira do início do século XX, na região acima da Cachoeira Itaboca, Rio Tocantins (cf. Laraia e da Matta, 1967, de onde foram retiradas todas as informações que constam deste item, até a década de 1970).

A exploração do caucho e da castanha-do-pará determinou a construção da Estrada de Ferro Tocantins, iniciada em 1927, ligando Tucuruí (antiga Alcobaça) e Jacundá. Desta data até 1953, a região foi cenário de graves conflitos armados entre índios (ora denominados Asuriní, ora Parakanã), de um lado, e castanheiros e trabalhadores da ferrovia, de outro.

No final da década de vinte se iniciaram os contatos entre os indígenas e os regionais. Os Asuriní eram, então, confundidos com os Parakanã. Em 1928, após uma batida organizada pelo engenheiro Amyntas Lemos, quando foram mortos oito índios, os Asuriní intensificaram os seus ataques contra os brancos.

Durante a safra de 1930, os Asuriní atacam e matam castanheiros nas proximidades do local denominado Joana Perez, e em maio desse mesmo ano matam mais duas pessoas. Em 1933, revidam a uma diligência policial matando e saqueando no quilômetro 12 da ferrovia. Em 1937, entram em contato com funcionários do SPI, mas logo depois são atacados por trabalhadores da estrada de ferro e, em represália, invadem um barracão matando duas pessoas e ferindo uma terceira.

Em setembro de 1945, o engenheiro Carlos Teles, diretor da E. F.Tocantins, e o delegado especial de polícia de Tucuruí organizam uma expedição contra os Asuriní, armados com fuzis "mauser" e granadas enviados pela Polícia do então Distrito Federal. O massacre não ocorreu porque os índios não foram encontrados. O SPI abriu um processo contra o engenheiro, mas a denúncia foi julgada improcedente pelo Juiz de Direito de Cametá.

No ano de 1948, os Asuriní entram em contato com os brancos da região, no lugarejo denominado Cachoeira de Itaboca, mas são repelidos a bala e perseguidos durante dois dias mata adentro. No ano seguinte, mataram uma mulher no quilômetro 52 e um trabalhador no quilômetro 18. Nesse mesmo ano, atacaram o barracão do SPI, no quilômetro 67, ferindo um funcionário.

O ano de 1949 foi um dos mais críticos; os lavradores abandonaram as roças e as turmas de conservação da Estrada de Ferro somente operavam quando protegidas por guardas armados. É nesse ano que o SPI intensifica suas atividades para atrair e pacificar os Asuriní.

*

A pacificação dos Asuriní se deu em março de 1953, quando nas proximidades do Posto de Atração Indígena Trocará foi estabelecido contato desses índios com os funcionários do SPI, sob a orientação do sr. Telésforo Martins Fontes. Eram nessa ocasião cerca de 190 índios, que dizendo-se perseguidos por outra tribo (provavelmente os Parakanã), fixaram-se no Posto.

Nesse mesmo ano, a gripe e a disenteria matam mais de cinqüenta índios e a maioria dos sobreviventes retornou à floresta. Os que ficaram no Posto eram liderados por Koaci'nema que, em 1956, por causa de desentendimentos com o encarregado do Posto também regressou à floresta.

Dois anos mais tarde, os remanescentes de seu grupo voltam ao Posto, onde permanecem. Koaci'nema havia sido morto por Sakawe'ia, líder de outro grupo local. Este outro grupo também retorna ao Posto, no início de 1962, mas são novamente dizimados pela gripe, que causa cerca de 16 mortes. Os 14 sobreviventes fogem para as matas, na região do Rio Pacajá.

Laraia, que esteve entre eles em 1962, acredita que à desorganização provocada pelos efeitos depopulacionais, pela mudança de habitat, somam-se as conseqüências da ação irresponsável de alguns encarregados de Posto. Refere-se especificamente a um indivíduo conhecido por "Volta Seca" que, convidado pelo encarregado do Posto — o mesmo que provocara a saída de Koaci'nema, em

Primeiros contatos dos funcionários do SPI com os Asuriní do Tocantins (foto Museu do Índio, 1953).

1956 —, para trabalhar com os Asuriní, ganhou a confiança dos índios e, conseguindo tomar a chefia de um grupo, os induziu a abandonar o Posto em sua companhia.

Passaram a viver do saque de roças e da prostituição, o que resultou numa contração de novas doenças e novos costumes. Por fim, o SPI, com o auxílio da polícia, fez com que os índios retornassem ao Posto.

Há poucas informações sobre os Asuriní do Tocantins na década de 1970. Sabe-se que alguns missionários-lingüistas do SIL (Nicholson, Aberdour e Tomkins) estiveram trabalhando entre eles, inclusive com o grupo do Pacajá, que não era assistido pela FUNAI.

Nesta época aumentam as modalidades de contato dos Asuriní com os regionais e a dependência da economia externa. Começam a coletar castanha-do-pará para a venda. Vários Asuriní abandonam a aldeia e vão viver entre os brancos. Quatro deles, por exemplo, se transformam em funcionários em postos distantes.

Em 1974, o grupo do Pacajá retorna ao PI da FUNAI e fixa residência (Nicholson: 1978). Segundo depoimento de Pukaré, Asuriní que vivia no Pacajá, eles receberam uma mensagem do capitão do grupo do Trocará, gravada em fita, através de missionários do SIL (Nicholson e Aberdour), convidando-os a se juntar em torno do PI da FUNAI (Andrade: 1982c).

Pukaré foi, então, ao posto do Trocará e conseguiu um barco a motor para trazer todo o grupo. Segundo ele: "no Pacajá, plantava mandioca e milho, tocava marisco, vendia caça. Comprava motor, casco. Vendia remédio para branco. Lá não tinha disso 'é meu', era nosso. Agora nós estamos numa ilha, não dá para viver como antigamente, só comer e dormir. Está tudo cercado".

Modo de vida

Conforme já foi mencionado, os Asuriní do Tocantins estiveram divididos em dois grupos após o contato com os funcionários do SPI (1953) até a reunião, estável, em uma única aldeia, a partir de 1974. Na verdade, essa divisão já existia anteriormente ao contato e persiste até hoje, expressando-se de várias maneiras. Em primeiro lugar, os indivíduos adultos identificam-se como originários do grupo do Trocará ou do Pacajá. Há, também, uma clara separação espacial dos dois grupos na aldeia e eles não realizam atividades econômicas conjuntamente; apenas as atividades cerimoniais contam com a participação de todos.

A atual aldeia Asuriní está dividida pelos grupos locais e segundo seções matrilocais (mãe com suas filhas casadas) ou grupos de irmãos. O grupo do Pacajá, por exemplo, é composto por uma mãe e seus filhos e filhas casadas. É entre os membros de cada seção que se realizam as atividades de caça, pesca e agricultura (Andrade: 1984c).

Segundo estas seções matrilocais é que os Asuriní, até 1980, se dividiam pelo território, ocupando diferentes pontos da reserva. A partir desta data, com a chegada de um novo chefe de Posto (Jurson Goes), foram incentivados a reunirem-se numa única aldeia, próxima à atual sede do PI. Em 1982, com a roça da FUNAI e o funcionamento mais regular da escola, passaram todos a residir nesta aldeia localizada a, aproximadamente, 3 km do Rio Tocantins. As únicas exceções são o velho pajé Nakawaé e sua família, que moram num local denominado Massaranduba, às margens do Rio Trocarazinho, onde têm roça. Há um outro índio, também, que vive perambulando solitário pela mata, somente com um facão, sem moradia fixa.

A aldeia Asuriní é formada por casas mais ou menos alinhadas. Há alguns aglomerados, isto é, casas bem próximas umas das outras com um pequeno pátio em comum, onde vivem geralmente uma mulher e suas filhas casadas.

Em frente à casa do capitão, está a casa cerimonial, *tekataua*, onde, por ocasião das festas, os homens reúnem-se para fumar. Entre o *tekataua* e a casa do capitão, há um espaço vazio, onde é construída outra casa cerimonial (esta temporária), a *tokasa*. Segundo os Asuriní, a localização destas casas na aldeia não obedece regras fixas, a única determinação é que a frente da *tokasa* esteja voltada para leste (Andrade: 1984, ip).

CHEFIA — Tradicionalmente, entre os Asuriní, as lideranças, difusas, estavam relacionadas ao xamanismo; os chefes eram, ao mesmo tempo, pajés. Segundo os Asuriní, o atual pajé já foi um chefe de aldeia, mas decidiu deixar de sê-lo; a principal razão dessa escolha parece ter sido o fato desta função, após o contato, implicar na permanência na aldeia e no relacionamento constante com a FUNAI. O atual capitão, Cajuangawa, pertence ao grupo do Trocará e foi escolhido para este papel por um antigo chefe de posto. Sua função é intermediar as relações dos Asuriní com a FUNAI. Assim, por exemplo, o chefe do PI toma as decisões (em relação à roça da FUNAI, à limpeza do caminho, etc.)e comunica ao capitão, que é quem inicia as atividades e, algumas vezes, auxilia na distribuição das ferramentas.

CICLO DE VIDA — Toda criança Asuriní é concebida como fruto da relação sexual de sua mãe com *Mahira* (herói mítico), o que ocorre durante o sonho. Quando tem um sonho como este, a mulher sabe que está grávida; deve então ter muitas relações com seu marido para que o sêmen dele faça o feto crescer. Todos os homens com quem a mulher mantiver relações neste período serão considerados pais biológicos da criança.

O parto ocorre no interior da casa onde ficam apenas as mulheres e crianças, pois os homens adultos não devem ter contato com o sangue da parturiente. A mulher conta com a ajuda de uma ou mais parteiras, geralmente sua mãe. A gestante fica deitada numa rede inclinada, com as pernas dobradas, tendo sua barriga massageada pelas parteiras. Após o nascimento, as mulheres cortam o cordão

Pukaré, índio funcionário do posto, conserta a malhadeira de pescar no lago da reserva (foto Lucia Andrade, 1982).

umbilical, lavam o recém-nascido e cuidam de limpar todo o sangue do local. O pai do recém-nascido só vai entrar na casa para vê-lo horas depois. A placenta e o cordão umbilical são enterrados para que nenhum animal possa comê-los, o que faria mal à criança.

Muitas vezes, a atendente da FUNAI assiste os partos, interferindo, se solicitada. As mulheres grávidas geralmente são levadas até o Hospital da ELETRONORTE para exames de rotina; se os médicos prevêem qualquer complicação, a gestante tem a criança no hospital.

Após o nascimento, a mãe e o pai devem ficar de resguardo até que o umbigo da criança caia. O resguardo implica numa série de tabus alimentares, evitar tarefas pesadas e a permanência na casa. A criança recém-nascida deve ser pintada de jenipapo para que cresça mais depressa. Por essa mesma razão, o seu pai deve cantar para ela todos os dias (Andrade: 1984, ip).

Alguns dias depois do parto, a criança recebe um nome, geralmente escolhido pelos avós que conhecem os nomes dos antigos. O nome é sempre de um morto, mas não parece estabelecer relação entre seu antigo dono e a criança. Os nomes referem-se a animais, frutas, plantas e outros.

Tradicionalmente um homem tinha vários nomes; segundo Laraia, o recebimento do segundo nome estaria relacionado ao cerimonial de perfuração do lábio inferior, o que permitia ao rapaz o uso do ornamento labial e do estojo peniano (Laraia: 1972b). Este ritual não é praticado hoje em dia, e o pajé é o único a usar o ornamento labial. Mesmo assim, vários homens adultos têm de 3 a 4 nomes. Não se sabe ao certo qual o mecanismo de nominação em uso, o que está sendo estudado por Lúcia Andrade.

Os jovens casam por volta dos 15 anos. São consideradas esposas preferenciais de um homem a filha da irmã de seu pai e a filha de sua irmã (Laraia: 1972b).

Ao casarem, os jovens vão residir (via de regra) na casa dos pais da esposa. É muito comum casarem-se mais de uma vez; o casamento parece ser instável até o nascimento do primeiro filho, ocasião em que geralmente o jovem casal sai da residência dos pais da moça, construindo a sua própria, próxima à deles.

Os casamentos na sua maioria são monogâmicos, existindo apenas dois casos de poliginia. Segundo Roque Laraia (1972b), a poliginia teria diminuído em decorrência dos graves problemas demográficos.

SISTEMA IDEOLÓGICO — A mitologia dos Asuriní não é, ainda, bem conhecida. Alguns mitos foram recolhidos pelos pesquisadores do SIL e Roque Laraia (1972b) aborda este assunto em um capítulo de sua tese. Atualmente a mitologia está sendo estudada por L. Andrade (1984a).

Mahira, também chamado pelos Asuriní de "nosso velho avô", foi quem rompeu com a confusão inicial do mundo, estabelecendo uma ordem onde antes só havia o caos (Laraia, 1972b). Ele foi o criador dos homens, ensinando-lhes a plantar mandioca, tocar música, fazer as flautas: "ensinou tudo o que foi inventado pelo índio".

Em um dado momento do passado mítico, *Mahira* se aborreceu com os homens e foi para o céu. A partir daí surgiram as doenças. Até hoje *Mahira* mora no céu com outros seres míticos e continua sendo o responsável pela criação dos seres humanos, como já foi mencionado.

Mahira zela pelas crianças e é para junto de si que vão também os adultos quando morrem. Ao morrer, a pessoa divide-se em um espectro celeste (*Owera*), que se junta a *Mahira*, e em um espectro terreste (*Asonga*), que fica pela floresta, próximo à sepultura, assustando os vivos e podendo causar-lhes a morte.

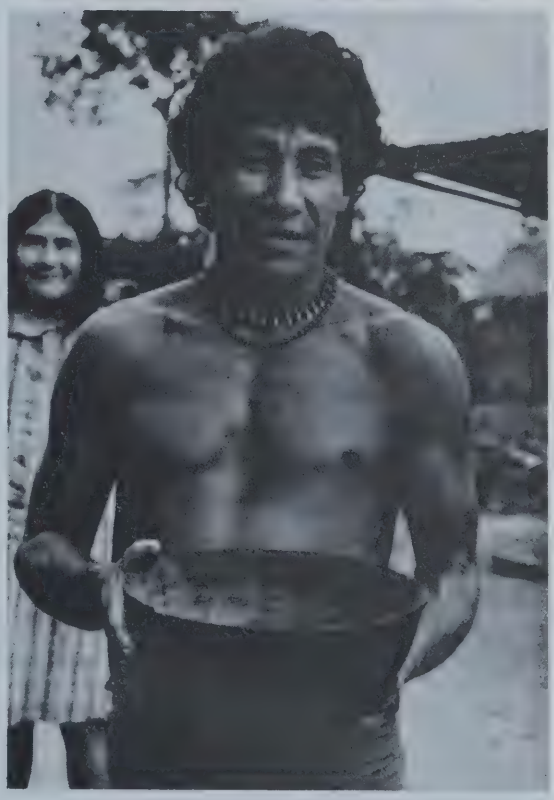
O defunto tem seu rosto pintado com urucum e é embrulhado na sua rede. Tradicionalmente, o corpo era enterrado na casa em que a pessoa morava e, em seguida, a aldeia era abandonada. Atualmente enterram os mortos na mata, evitando aproximarem-se do local. Se o morto era uma criança, não havia necessidade de abandonar a casa, sendo que muitas vezes as mães queriam ficar próximas ao corpo do filho. Isso explica-se pelo fato do espectro terrestre da criança não ser perigoso (Andrade: 1984, ip).

*

A atividade xamanística entre os Asuriní é bastante intensa e está centrada no velho Nakawaé, o único pajé atualmente existente. Uma de suas principais funções é a de curador, cujo exercício implica em retirar do corpo dos doentes objetos dotados de força mágica que alteram a temperatura do corpo dos indivíduos (deixa-os quentes) e provocam dor. As curas são realizadas na casa do pajé (que fica afastada da aldeia), logo após o entardecer. O pajé aproxima-se do paciente fumando *Tawari* (cigarro de fumo de corda, enrolado em entrecasca de *Tawari*) e chupa o objeto, que pode ser por exemplo um dente de animal.

Estes objetos são introduzidos no corpo dos indivíduos (tanto índios, quanto brancos) por um ser sobrenatural que vive na mata. Somente o pajé é capaz de curar este tipo de doença, que pode provocar a morte. Para outras doenças, como feridas, dor de ouvido, frieira, dor de garganta, verme, febre e malária, os Asuriní utilizam plantas medicinais, cujo conhecimento e uso não são monopólio do pajé. Cabe ao pajé, também, iniciar os jovens no aprendizado da pajelança. Tornar-se pajé implica em saber dar longas tragadas

A pedido do antropólogo, uma Asuriní confecciona uma cerâmica, já em desuso no grupo (foto Roque Laraia, 1962).



Pukaré exibe uma velha tigela de barro (foto Lucia Andrade, 1982).

Os homens experimentam as flautas de taboca que são tocadas nas danças da festa do mingau.

Empenação dos homens (penugem de urubú-rei colada com leite de massaranduba) para a festa de iniciação dos novos pajés (fotos Lucia Andrade, 1984).

no *Tawari* sem vomitar, dançar muito, ficar sem comer e beber por longos períodos e, principalmente, sonhar. É no sonho que, orientado pelo pajé, o aprendiz estabelece uma aliança com a onça, conseguindo obter dela a força que o tornará pajé. Esta mesma força, entretanto, pode matá-lo se ele não tomar os cuidados necessários (Andrade: 1983b).

Tal força (que é o poder do pajé) e os objetos extraídos dos doentes (que são dotados desta mesma força) são denominados *Karowara*. O contato com *Karowara* é sempre perigoso, mesmo para o pajé, cujo aprendizado consiste justamente em aprender a dominá-la (Andrade: 1984a).

Os Asuriní não gostam de falar sobre pajelança para os brancos, pois acreditam que se estes comentam muito a respeito das curas, o pajé pode perder seu poder, como já ocorreu.

Para o tratamento de suas doenças, os índios recorrem ainda à atendente do posto da FUNAI, especialmente em casos de gripe e malária. É comum recorrerem aos dois tipos de tratamento (pajé e atendente) simultaneamente.

É tarefa do pajé também dirigir as festas e ensinar os novos cantos que ele aprendeu nos sonhos. As cerimônias realizadas pelos Asuriní atualmente podem ser divididas em dois tipos: um, que não tem data preestabelecida para ocorrer, relacionado com a iniciação de novos pajés, cerimônia marcada por danças e sessões de fumar *Tawari*; e outro, que se relaciona com a roça, cerimônia realizada após o plantio, envolvendo a preparação de um mingau (*Kawisa*) de palmito ou mandioca, ou a caça do jacaré. Nessas festas há danças coletivas, com o uso de ornamentos de cabeça, e o consumo coletivo dos alimentos citados. As duas cerimônias podem ser realizadas uma após a outra; nesse caso, inicia-se com a festa do mingau (que tem a duração de apenas um dia), ocorrendo em seguida a festa relacionada ao xamanismo que dura de 3 a 7 dias (Andrade: 1984, ip).

SUBSISTÊNCIA — O alimento que os Asuriní mais apreciam e consideram que realmente sustenta o indivíduo é a carne de caça. Eles caçam mamíferos como anta, veado, caititu e também cotia, macaco, paca, tatu e aves como nambu, tucano e mutum. A caça é uma atividade preferencialmente masculina, mas algumas mulheres também caçam.

Atualmente, os Asuriní caçam com espingardas e durante a noite, pois dizem que de dia já não encontram mais animais. Eles têm muita dificuldade em adquirir as espingardas, a munição e as pilhas necessárias para a lanterna e, com isso, tornam-se dependentes da FUNAI para realizar esta atividade de subsistência básica. Esporadicamente, a Ajudância da FUNAI de Marabá envia munições, ou o chefe do PI presenteia os índios com tais artigos, sempre insuficientes para garantir uma alimentação adequada ao grupo. Assim, em muitas ocasiões, os índios não têm carne para comer.

Em relação à disponibilidade de animais para a caça, Lúcia Andrade registrou, em julho de 1984, que os Asuriní estavam tendo grandes dificuldades, o que não se verificava há dois anos atrás, por exemplo.

A pesca, que poderia equilibrar a alimentação, também parece estar sendo afetada pelas mudanças ecológicas por que passa toda região (ver adiante, no item "Situação Atual das Terras"). Mesmo assim, sua importância como fonte alimentar para o grupo é hoje muito maior do que no período anterior ao contato. Ela é praticada por homens adultos e, também, por mulheres e crianças, embora com menor freqüência. Pescam com anzóis, malhadeiras e tarrafas no Rio Trocará, nos lagos próximos ao Rio Tocantins, mas raramente neste rio.

Durante os meses de julho e agosto, até as águas baixarem completamente, a pesca nos lagos próximos à aldeia é bastante difícil e só vai melhorar em fins de setembro. Neste período, a pesca só é compensadora nos rios mais distantes da aldeia, como o Trocará, por exemplo. A pescaria nestes rios envolve o deslocamento de toda a família nuclear ou extensa, que passa vários dias acampada em algum ponto distante da reserva, onde também é possível encontrar animais para caça com mais facilidade. É nessas ocasiões, segundo os Asuriní, que comem bem e engordam.

Conforme observações de L. Andrade (1984c) estes acampamentos, entretanto, vinham sendo dificultados pelo chefe do PI e, atualmente, somente algumas famílias realizam tais acampamentos nos fins-de-semana ou quando o chefe do Posto ausenta-se da área (ver adiante, no item "Tutela e Assistência").

Desde 1982, a FUNAI vem incentivando os índios a fazerem uma grande "roça comunitária", contrariando o sistema tradicional, onde cada família nuclear ou extensa tem sua pequena roça, o que na opinião do chefe do posto já citado não funciona, pois não se pode fiscalizar o que eles plantam (ver mais informações no item "Tutela e Assistência). Algumas famílias ainda mantêm sua roça individual paralelamente à da FUNAI, onde plantam, além da mandioca, batata, milho, banana, cana e mamão.

Nos meses de julho e agosto, praticamente todos os homens ocupam-se das atividades de broca e derrubada das novas roças, sobretudo da chamada "roça comunitária". Esta atividade coletiva induzida pela FUNAI tem tomado, nos últimos anos, boa parte do tempo social dos Asuriní, em prejuízo de outras atividades de subsistência. A queimada é realizada entre setembro e outubro. As mulheres não participam destas atividades preparatórias, mas apenas do plantio, que se dá entre outubro e novembro. Estão encarregadas também da colheita, junto com os homens, e ajudam na fabricação da farinha de mandioca, sobretudo para vender em Tucuruí.

Com o dinheiro da venda, os Asuriní compram café, açúcar, óleo, cebola, sal, macarrão, pão, bolacha, arroz, pi-

lhas, querosene, cigarros, fumo de corda para as atividades xamanísticas e, também, redes, discos e outros bens.

Nos meses de janeiro a abril (época das chuvas), os Asuriní coletam produtos como açaí, bacuri e castanha-do-pará. Esta é uma atividade masculina, sendo que algumas vezes as mulheres auxiliam. Tais produtos destinam-se ao consumo próprio e à venda em Tucuruí; somente a castanha-do-pará, cuja produção é muito incipiente, não é vendida.

Outra fonte de renda da comunidade é a venda de artesanato em Tucuruí, cuja fabricação é atividade desempenhada principalmente pelas mulheres, que confeccionam colares, pulseiras (feitas com dentes e ossos), anéis, brincos de pena, adornos de cabeça (coroa radial) feitos com envira e penas de arara, papagaio, gavião, urubu-rei e, também, cerâmica, cestos e bolsas. Os homens também fazem artesanato, mas com menor freqüência. Somente eles, entretanto, produzem os arcos e as flechas, mas nunca a cerâmica.

Alguns destes artesanatos obedecem a padrões tradicionais e são utilizados nos rituais, como é o caso da coroa radial; outros objetos rituais raramente são confeccionados para a venda. As artesãs Asuriní constantemente criam novas pulseiras ou colares, ou tentam reproduzir modelos de outros grupos indígenas, que tenham visto em revistas, verificando-se um constante processo de criação e recriação. O artesanato é vendido principalmente na Vila Permanente, onde residem os funcionários da ELETRONORTE. As vendas são esporádicas e como todas as outras intermediadas pelo chefe do PI, que estabelece os preços, escolhe a ocasião para a venda e executa a transação (cf. L. Andrade: 1984b).

Tutela e Assistência

Desde a pacificação, os Asuriní vêm sendo assistidos pelo Estado (SPI e, posteriormente, pela FUNAI). Atualmente o o PI Trocará está sob a jurisdição da 2ª DR de Belém e da Ajudância de Marabá. Conta com uma casa-sede, uma enfermaria, uma escola, um depósito de ferramentas, um pequeno depósito de farinha, um poço de água e um gerador. Em 1984, a FUNAI mantinha na área cinco funcionários: um auxiliar técnico de indigenismo (chefe do PI), uma atendente de enfermagem, uma professora e dois funcionários Asuriní (um deles desempenhava a função de intérprete e, o outro, de trabalhador braçal).

Como meios de locomoção o Posto contava com um barco, adquirido em 1984, que percorre o trecho do Posto até a cidade de Tucuruí, pelo Rio Tocantins, em duas horas (no verão). Há sempre falta de combustível, já que o envio da Ajudância é irregular. O barco é pilotado por um índio Asuriní que não recebe qualquer remuneração por este serviço (Andrade: 1984b).

O Posto dispõe também de uma Toyota, que em 1984 estava em péssimas condições, e era utilizada na cidade de Tucuruí para transportar os doentes até o hospital, para carregar farinha e as compras, manejado pelo chefe do PI.

Os Asuriní, apesar de residirem na área de influência do Projeto Grande Carajás (Ferreira et alli: 1982), não se encontram entre os grupos indígenas que recebem recursos do "Projeto Especial de Apoio às Comunidades Indígenas". No segundo semestre de 1984, a antropóloga Lux Vidal, que assessora a CVRD, reivindicou a inclusão dos Asuriní no projeto de apoio. A CVRD ficou de estudar a questão.

Como os Asuriní do Tocantins eram (até o início de 1985) os únicos, sob a jurisdição da AJAM, excluídos do referido "Projeto Especial ...", eles não têm merecido maior atenção da FUNAI, comparativamente com as outras áreas indígenas da região, onde estão sendo feitas aplicações de grandes quantidades de recursos. Qualquer investimento da FUNAI na área Asuriní do Tocantins estava suspenso, até que houvesse uma definição sobre sua inclusão no Projeto Especial.

SAÚDE — O PI Trocará conta com uma enfermaria junto à sede do Posto, equipada com aparelhos para pequena cirurgia, cadeiras, mesas, uma cama e duas macas. Os remédios mais usados são antibióticos, antimaláricos e vermífugos. Uma parte é enviada pela 2ª DR, outra é conseguida na SUCAM de Tucuruí e outra ainda é comprada na cidade com a verba de manutenção do Posto ou com o dinheiro do próprio chefe do Posto. Entretanto, sempre há falta de medicamentos e a 2ª DR costuma demorar meses para enviar os remédios que a atendente habitualmente solicita.

A enfermaria do Posto dispõe de fichas médicas individuais e praticamente todos os índios foram vacinados. A doença mais freqüente é a malária, cuja incidência aumenta na época das chuvas. Como em toda a região do Pará, o número de casos de malária aumentou muito. Até poucos anos atrás, a malária era uma doença que os Asuriní mais velhos nunca haviam contraído. Hoje em dia, a doença atinge toda a população Asuriní sem exceção, colocando em risco a vida, principalmente, das crianças e, também, de mulheres grávidas que não podem tomar a medicação. Em 1982, uma criança de aproximadamente cinco anos faleceu em conseqüência de uma malária associada a uma crise de asma. Em 1983, foi registrado um caso de aborto em conseqüência da mesma doença.

A leitura das lâminas para o diagnóstico da doença é feita na SUCAM de Tucuruí, o que implica em inúmeras viagens até a cidade, agravando o problema da falta de combustível para o barco.

Os casos mais graves são encaminhados pelo chefe do posto até o hospital da ELETRONORTE, na Vila Permanente, o mesmo que atende os índios Parakanã. No hospital, realizam consultas e também internações; o tratamento dispensado pela equipe do hospital, segundo L. An-

Desenhos da índia Nazaré representando a festa do mingau: danças com capacetes de palha.

Nakawaé, único pajé atualmente existente (foto Lucia Andrade, 1982).

drade (1984b), é muito bom. Todos os índios têm uma carteira do hospital, mas não há nenhum convênio que oficialize este atendimento.

Também presta assistência aos Asuriní a Equipe Volante de Saúde (EVS) da FUNAI que visita anualmente o posto, realizando consultas, exames parasitológicos e extrações de dentes. A equipe é composta de um médico, um dentista, uma enfermeira e um laboratorista. A eficiência de tal assistência, no entanto, é questionável, já que a equipe permanece apenas uma ou duas semanas na área (cf. L. Andrade: 1984b).

O tratamento dentário prestado pela EVS se resume a extrações de dentes. A situação dos dentes dos Asuriní é precária, muitas pessoas não têm mais os dentes, outros têm dentaduras mal colocadas e as crianças têm muitos dentes cariados. Para o tratamento dentário os Asuriní recorrem também ao hospital da ELETRONORTE e a dentistas particulares; atualmente alguns índios estão pagando eles mesmos o seu tratamento dentário.

Há também o problema da água. Nos igarapés próximos à aldeia, os Asuriní se banham, lavam a roupa e as panelas e bebem água. Nos meses de seca, diminui muito o volume e a água fica praticamente parada, chegando a ter mau cheiro. Como se pode imaginar, isso traz sérios problemas para a saúde, sendo necessária a construção de poços artesianos, para evitar contaminações. O chefe do PI encaminhou um projeto neste sentido, em 1984. No entanto, o chefe da AJAM disse que não dispunha de verbas e que seria melhor aguardar uma resposta do Projeto Carajás .

EDUCAÇÃO — O PI Trocará conta também com uma escola que funciona junto à sede, mas nunca foi regular, o que dependia da existência ou não de uma professora. Alguns pesquisadores do SIL, que estiveram na área, desenvolveram trabalhos de alfabetização junto aos Asuriní (Vidal: 1980d e relatório do SIL).

Velda Nicholson, do SIL, elaborou uma cartilha experimental (*Emogeta*), para alfabetização na língua Asuriní, mas não se sabe se tal cartilha chegou a ser usada. Uma índia Asuriní participou de um treinamento do SIL em Belém, tendo sido alfabetizada na sua própria língua, mas, apeşar disso, nunca preencheu qualquer função na escola (Andrade: 1982a e Vidal: 1980d).

Desde 1981 a FUNAI mantém na área uma professora. Em 1984, as aulas eram ministradas no período da manhã (primeira série) e da tarde (segunda série) e somente as crianças freqüentam a escola (num total de, aproximadamente, vinte alunos). O material escolar é enviado pela FUNAI; entretanto, o fornecimento é irregular e insuficiente, o mesmo ocorrendo com a merenda escolar. Assim, por exemplo, segundo a professora, a escola deixou de funcionar de setembro de 1982 a março de 1983 por falta de material. Desde 1983, a escola do PI Trocará foi incorporada à rede estadual de ensino, tendo que seguir os cronogramas oficiais, com as datas das provas preestabelecidas, feriados, etc. (Andrade: 1983b).

A ROÇA DA FUNAI — Como já foi mencionado no item "Modo de vida", a partir de 1982, a FUNAI passou a incentivar os Asuriní a trabalharem numa grande "roça comunitária".

Tal empreendimento não se coaduna com o modo tradicional dos Asuriní do Tocantins garantirem a sua subsistência. Assim sendo, o chefe do PI, para imobilizar os Asuriní no trabalho necessário para a preparação, colheita e transformação dos produtos dessa roça (sobretudo farinha de mandioca) em mercadorias comercializáveis em Tucuruí, utiliza vários expedientes. Ele fiscaliza os trabalhos e incumbiu uma Asuriní de realizar uma "chamada" diária. Os homens envolvidos nessas atividades ficam, na prática, impedidos de pescar ou caçar, o que cria um problema alimentar. Para contornar tal situação, o chefe do PI fornece esporadicamente um rancho composto de arroz, macarrão, sardinha em lata e, algumas vezes, açúcar e fubá. Além do mais, os Asuriní não apreciam esta comida e, assim, acabam apresentando claros sinais de desnutrição (Andrade: 1984b).

Mas nem todos os Asuriní participam igualmente deste empreendimento. Os trabalhos na "roça comunitária" são realizados principalmente pelos Asuriní oriundos do Trocará, que são em maior número e a cujo grupo pertence o atual capitão da aldeia. A ele o chefe do PI entrega as ferramentas e as sementes. Conseqüentemente, a participação dos Asuriní oriundos do Pacajá, nesta atividade, fica dificultada.

O principal produto da roça é a mandioca, com a qual os índios preparam a farinha, elemento básico da sua dieta alimentar. Além disso plantam também a batata, o cará e a macaxeira.

A farinha produzida é comercializada e, freqüentemente, os Asuriní ficam sem o produto para seu consumo diário. Em julho de 1984, por exemplo, alguns Asuriní, acompanhados pelo chefe do PI, conseguiram vender cada saco de 50 kg de farinha por Cr$ 21.000. O funcionário da FUNAI foi quem escolheu o comprador, verificou o acerto de contas e realizou as compras de bens para os Asuriní, com o dinheiro obtido (Andrade: 1984b).

Situação atual das terras

Com a vinda para o PI Trocará, os Asuriní perderam seu território no Pacajá e hoje não se tem idéia da situação de suas antigas terras.

A área da reserva Asuriní, às margens do Rio Tocantins, foi demarcada pela PLANTEL, em 1977. Essa demarcação — numa extensão de 21.722,5139 ha e com perímetro de 74,648 km — foi homologada pelo dec. nº 87.845, de 22. 11.82 (D.O.U.: 24.11.82) (ver mapa e a íntegra do decreto).

A estrada Tucuruí-Cametá, continuação da BR-153, corta a reserva em toda a sua largura, dividindo o território em duas partes. O Posto e a aldeia ficam a leste da estrada, na parte banhada pelo Rio Tocantins.

O time de futebol da aldeia.

Na foto acima, o índio Sae na antiga sede do PI, na beira do Tocantins. Abaixo, Takamura e Manewara trabalham na construção do novo posto (fotos Nair Benedicto/F4).

A parte situada a oeste da estrada é um retângulo de matas, última floresta virgem de certa proporção na região; mas mesmo esta parte já está totalmente cercada pelas fazendas de gado, o que permite prever uma rápida depauperização da fauna local. Esta mata é cobiçada por caçadores, coletores e gateiros que penetram na reserva pela estrada, um caminho aberto às freqüentes invasões. Os Asuriní até hoje não foram indenizados pela construção da Trans-Cametá. Além disso, não há qualquer tipo de fiscalização junto à rodovia; as placas que a FUNAI colocou vêm sendo baleadas pelos invasores que dizem aos índios que para eles "a FUNAI não vale nada".

O PI fiscaliza a margem do Tocantins e a boca do Rio Trocará; quando os índios apanham em flagrante algum invasor de suas terras, confiscam as redes de pescar, espingardas e até canoas e barcos. A atual política seguida pelo chefe do PI, entretanto, tem dificultado esse tipo de fiscalização por parte dos índios, pois ele praticamente tem proibido os índios de realizarem seus acampamentos em diferentes pontos da reserva. Os objetivos destes acampamentos são a caça, pesca e coleta e é nessas ocasiões que os índios vão até locais mais distantes da aldeia e, muitas vezes, encontram os invasores (Andrade: 1984b).

documento

DECRETO N.º 87.845,
DE 22 DE NOVEMBRO DE 1982

Homologa a demarcação da área indígena que menciona, no Estado do Pará.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no artigo 19, § 1º, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada, para os efeitos legais, a demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) da área indígena denominada TROCARÁ, localizada no Município de TUCURUÍ, Estado do Pará.

Art. 2º A área indígena de que trata este Decreto tem a seguinte delimitação: Norte: — Partindo do marco MC 07, de coordenadas geográficas 03° 37'' 28'' X e 49° 49' 54'' WGr., segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 52° 58' 16'', na distância de 21.318,86m até o MC 10, de coordenadas geográficas 03° 37' 28'' S e 49° 49' 54'' daí, segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 35° 14'01'', na distância de 3.258,28m até o MM 67, de coordenadas geográficas 03° 29' 01'' S e 49° 39' 43'' WGr.; daí, segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 02° 23' 09'', na distância de 1.745, 57m até o marco MC 11, de coordenadas geográficas 03° 28' 04'' S e 49° 39' 41'' WGr. Leste: — Do marco MC 11 segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 146° 28' 20'', na distância 2.464,72m até o marco MM 56, de coordenadas geográficas 03° 29' 11'' S e 49° 38' 57'' WGr.; daí, segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 131° 25' 17'', na distância de 978,26m até o MC 12, de coordenadas geográficas 03° 29' 32'' S e 49° 38' 33'' WGr.; daí, segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 103° 09' 29'', na distância de 1.490,07 m até o MC 13, de coordenadas geográficas 03° 29' 43'' S e 49° 37' 46'' WGr.; daí, segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 151° 26' 56'', na distância de 937, 67m até o marco MM 68, de coordenadas geográficas 03° 30' 10'' S e 49° 37' 31'' WGr.; daí, segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 127° 59' 56'', na distância 585,65m até o marco MM 60, de coordenadas geográficas 03° 30' 22'' S e 49° 37' 16'' WGr.; daí, segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 111° 32' 18'', na distância de 647,03m até o marco MM 69, de coordenadas geográficas 03° 30' 29'' S e 49° 36' 57'' WGr.; daí segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 149° 19' 51'', na distância de 1.453,93m até o marco MM 62, de coordenadas geográficas 03° 31' 10'' S e 49° 36' 33'' WGr.; daí segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 98° 40' 09'', na distância de 402,81m até o MC 14, de coordenadas geográficas 03° 31' 12'' S e 49° 36' 20'' WGr., situado na confluência do Rio Trocará, margem esquerda, com o Rio Tocantins, margem esquerda; daí segue margeando o Rio Tocantins no sentido montante, na distância de 12.635,46m até o MC 01, de coordenadas geográficas 03° 37' 10'' S e 49° 39' 09'' WGr., situado à margem esquerda do Rio Tocantins. Sul: — Do Marco MC 01 segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 312° 29' 22'', na distância de 403,77m até o MM 00, de coordenadas geográficas 03° 37' 01'' S e 49° 39' 19'' WGr.; daí, segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 292° 06' 07'', na distância de 3.672,68 m até o marco MC 02, de coordenadas geográficas 03° 36' 16'' S e 49° 41' 11'' WGr.; daí, segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 188° 12' 47'', na distância de 567,51m até o marco MM 05, de coordenadas geográficas 03° 36' 35'' S e 49° 41' 12'' WGr.; daí, segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 248° 09' 11'', na distância de 690,26m até o marco MM 63, de coordenadas geográficas 03° 36' 43'' S e 49° 41' 32'' WGr.; daí, segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 281° 53' 52'', na distância de 1.002,99m até o MC 03, de coordenadas geográficas 03° 36' 36'' S e 49° 42' 04'' WGr.; daí, segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 231° 05' 39'', na distância 1.675,03m até o marco MM 08, de coordenadas geográficas 03° 37' 11'' S e 49° 42' 46'' WGr.; daí, segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 247° 11' 43'', na distância de 5.783,78m até o marco MM 64, de coordenadas geográficas 03° 38' 24'' S e 49° 45' 39'' WGr.; daí, segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 234° 22' 22'', na distância de 1.827,79m até o marco MM 65, de coordenadas geográficas 03° 38' 59'' S e 49° 46' 27'' WGr.; daí, segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 227° 31' 19'', na distância de 2.638,06m até o marco MM 66, de coordenadas geográficas 03° 39' 57'' S e 49° 47' 30'' WGr.; daí, segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 219° 59' 56'', na distância de 1.612,43m até o MC 05, de coordenadas geográficas 03° 40' 38'' S e 49° 48' 03'' WGr. Oeste: — Do marco MC 05 segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 322° 16' 58'', na distância de 4.618,06m até o MC 06, de coordenadas geográficas 03° 38' 39'' S e 49° 49' 35'' WGr.; daí, segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 345° 06' 42'', na distância de 2.273,46 m até o marco MC 07, início desta descrição perimétrica.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de novembro de 1982; 161° da Independência e 94º da República

JOÃO FIGUEIREDO
Mário Andreazza

ÁREA INDÍGENA TROCARÁ

SINAIS CONVENCIONAIS

- CASAS ASURINI
- POSTO INDÍGENA
- CIDADE OU VILA
- MEMORIAL DESCRITIVO ANTERIOR À DEMARCAÇÃO
- DEMARCAÇÃO EFETIVA (1977) DO DECRETO DE 1982
- MARCO DE LIMITE
- PLACA INDICATIVA
- CURSO D'ÁGUA
- AUTO-ESTRADA (Sem Pavimentação)

ESCALA GRÁFICA

1km 0 1 2 3 4 5km

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL
CEDI VOL. 8

(*foto Nello Ruffaldi/CIMI-Norte II, 1980*).

(*foto Lucia Andrade, 1982*).

Desde 1973, quando teve início a construção da Hidroelétrica de Tucuruí, primeira obra de infra-estrutura do *Projeto Grande Carajás*, toda a região tem passado por grandes transformações que, sem dúvida alguma, vêm afetando os Asuriní do Tocantins, a comunidade indígena mais próxima da barragem.

Com a construção das obras da barragem, a cidade de Tucuruí se tornou um dos centros urbanos mais importantes da região. Como conseqüência disso, o movimento de embarcações e outros veículos no Rio Tocantins e na estrada Trans-Cametá, que corta a reserva, aumentou muito, crescendo o risco de invasões.

As obras da barragem afetaram também a vida de posseiros e ribeirinhos que habitavam a região a ser inundada. A questão das indenizações pagas pela ELETRONORTE é polêmica, mas o fato é que muitos posseiros estão insatisfeitos e alguns sem terra; neste caso a reserva indígena sempre pode representar uma alternativa para moradia ou caça.

Outro aspecto da questão são as mudanças ecológicas; este é um assunto bastante controvertido, que vem sendo amplamente divulgado na imprensa. Sabe-se pelos jornais que foram utilizados, no desmatamento da área do lago de Tucuruí, desfolhantes químicos, como o *agente laranja* e *pó da china*, sendo que grandes quantidades deste último encontram-se perdidas na floresta. Só estes dois agentes químicos poderão provocar uma terrível poluição nas águas do Rio Tocantins, que atualmente já vem sendo poluído por outros tipos de detritos.

CONFINANTES DA ÁREA INDÍGENA — Ao *Norte* da AI Trocará localiza-se o imóvel de Salomão Carvalho Rufo. Segundo informações coletadas junto à Unidade Executiva do GETAT em Tucuruí, trata-se de um confrontante que possuiria titulação definitiva emitida entre os anos de 1981 e 1982. Não obstante haver um desconhecimento da dimensão exata do referido imóvel, pode-se dizer, com apoio em base cartográfica da FUNAI, que se estende do marco MC 07 (1) até a estrada que conduz a Cametá na altura da placa indicativa da FUNAI.

Ainda ao Norte e estendendo-se da referida estrada até o MC 10 acompanhando a linha seca, tem-se o imóvel pertencente a Luiz Sá e Souza. De acordo com dados levantados no GETAT seria possuidor de título definitivo. No mesmo limite e a partir das proximidades do MC 10 encontra-se um imóvel de dimensões igualmente desconhecidas e cujo proprietário é nomeado vagamente como "Sr. Raimundo". Sua localização não é confirmada pelo GETAT, apesar de registrada no mapa da FUNAI.

A *Leste* tem-se os imensos domínios de extensão indefinida e não cadastrados pretendidos por Sebastião Queiroz que, após tentativa de apossamento ilegítimo, foi expulso da AI, em 1980, numa ação da PF e 2ª DR/FUNAI. Nesse

limite leste percebe-se uma diferença entre a linha projetada no memorial descritivo da FUNAI e a linha efetivamente demarcada pela PLANTEL em 1977 (marcos MC 11 a MC 14), que diminui a extensão da AI. Outra diferença entre a linha projetada e efetivamente demarcada é perceptível no limite *Nordeste*, onde os marcos M 41 a M 51 ampliaram a AI em relação à linha projetada (ver mapa anexo).

A *Sudeste* tem-se o Rio Tocantins como confinante.

Ao *Sul* a AI confronta-se com a Fazenda São Pedro, de Esmael Moreira Ponte, que se estende do marco MC 01 até o marco MC 05. Dados obtidos no trabalho de campo realizado em janeiro de 1985, pela antropóloga Lúcia Andrade, permitem registrar que tem ocorrido venda de terras deste imóvel junto ao limite divisor da AI e nas imediações do MC 02.

A *Oeste*, nem a base cartográfica da FUNAI, nem a Unidade Executiva do GETAT em Tucuruí acusam a presença de imóveis rurais. A ausência de informações não permite, entretanto, que se afirme que inexistam imóveis confinantes ou incidentes neste limite.

FONTES DE INFORMAÇÃO

1. Coleção de artefatos (onde está, número de peças, coletor, data e local):

Acervo Plinio Ayrosa/USP, São Paulo:
(17) Andrade de 1984, Rio Tocantins

2. Documentos administrativos:

Andrade, 1982a, 1984b
Diário Oficial da União, 24.11.82 (Dec. nº 87.845)
Diário Oficial da União, 16.09.82 (Port. nº 1.371)
FUNAI/DPI, Planta de demarcação da AI Trocará, 26.08.77
SIL — Programa Asuriní, 1962/76
SPI, 1953a

3. Informações preliminares:

Vidal & Goes, 1980 (ficha-padrão)

4. Trabalhos etnológicos:

Andrade, 1982b, 1983b, 1984a
Arnaud, 1961, 1962, 1967
Laraia, 1972a, 1972b, 1972c, 1984
Laraia & da Matta, 1967
Silva O. S., 1974c, 1976

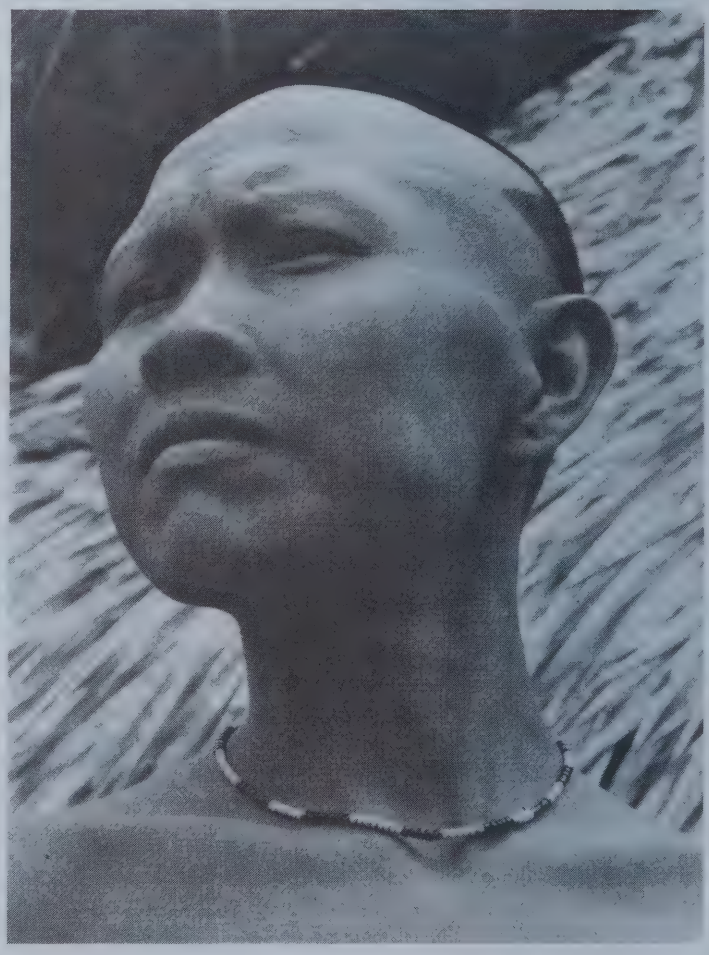
5. Trabalhos lingüísticos:

Harrison C., 1963a, 1963b, 1963c, 1963d, 1963e, 1963f, 1971, 1980
Nicholson V., 1975a, 1975b, 1975c, 1975d, 1976a, 1976b, 1976c, 1977a, 1977b, 1977c, 1978, 1982
Solly R., 1965a, 1965b, 1963/70

6. Jornais e divulgação:

Ferreira & al., 1982
Vidal, 1982d

Corte tradicional de cabelo na aldeia Parakanã do Igarapé Lontra (fotos René Füerst, 1972).



16 Parakanã

Nome

A denominação Parakanã, conforme Nimuendajú (1963, 206), foi dada pelos índios Arara-Pariri, um provável subgrupo do povo Arara, hoje extinto. Face a inexistência de informes mais detalhados acerca dos Parakanã, Nimuendajú assinala a hipótese de serem os que sob o nome de *Yauariti Tapiiya* eram hostis aos Anambé do Rio Pacajá, durante o último século. Hoje, entretanto, outras denominações são conhecidas e atribuídas aos Parakanã. Assim é que, segundo Vidal (1977, 50), os Xikrin do Rio Bacajá os nomeiam de *Akokakore*, enquanto Arnaud (1978, 6) registra o termo *Marakareti* como denominação dada pelos Araweté. Esta afirmativa, contudo, não encontra respaldo nas pesquisas efetuadas por Regina Müller entre os Araweté, para quem os Parakanã são identificados como *Auim*, ou seja, inimigo (Mancin et alli: 1979, 23). Ou ainda, em levantamento mais exaustivo, realizado por Viveiros de Castro junto a esse mesmo povo, no qual registra a existência de duas outras denominações para os Parakanã — *Iriwä pepa ỹã* (senhores das penas de urubu), e, em termos pejorativos, *Iriwa ã* (comedores das penas de urubu. (Ver no ítem "Histórico do Contato" do capítulo\"Araweté").

Os Parakanã, como ficou conhecido este povo na literatura etnográfica brasileira, tem como autodenominação o etnônimo *Awareté* (awa/gente + eté/verdadeiro, real), significando, portanto, "gente de verdade". Este termo é utilizado, de modo geral, em contraposição a *Akwawa*, gente ruim e/ou brava, denominação que inclui todos os outros Tupi ou, pelo menos, os que não são Jê (Magalhães: 1982, 51).

Entre si, os Parakanã se autodenominam de acordo com os subgrupos que lhes são formadores. Assim é que, entre os Parakanã já contatados, são reconhecidos: os *Apuiterewa* (*apuite*/centro + *re*/pêlo + *wa*/gente — gente com pêlo no centro), os *Tapiipy*, (*tapiira*/anta + *py*/pé) e os *Wirapĩ* e os *Mokotiwena*, sobre os quais não foi possível uma melhor identificação (Magalhães: 1982, 52 e 1983a/84b).

Língua

Pertencentes ao tronco lingüístico Tupi, a língua dos Parakanã, até o presente, não foi estudada em profundidade. Nicholson (1976) lingüista do SIL, realizou apenas um pequeno trabalho comparativo entre as línguas Parakanã e Asuriní do Tocantins, notando-se grande semelhança entre ambas, ao menos em seu vocabulário. Hoje, pode-se afirmar também a existência de vocábulos bastante similares entre as línguas Parakanã e Tapirapé, comparando-se os vocábulos utilizados por estes dois povos, e o seu significado, registrados por Baldus (1970), Almeida et al. (1983) e Magalhães (1982). De acordo com Rodrigues (1984), a língua Parakanã pertence ao subconjunto IV, da família Tupi-Guarani, que compreende também as línguas Asuriní e Suruí do Tocantins.

A população Parakanã é fundamentalmente monolíngue e a língua portuguesa é falada apenas com os funcionários da FUNAI e com os regionais, durante viagens a localidades próximas (Tucuruí, Marabá, etc.) e mesmo a Belém; ou, ainda, por ocasião de visitas de não-índios aos aldeamentos Parakanã. No entanto, jovens do sexo masculino e pouquíssimas do sexo feminino se comunicam em língua

portuguesa. Além disso, é possível observar diferenças dialetais: o grupo contatado em 1976, e hoje residente à margem esquerda do Rio do Meio, entoa a sua voz de forma mais cantada do que o grupo contatado em 1971, localizado atualmente à margem direita do Igarapé Paranati.

Localização

Os diferentes grupos Parakanã contatados nas décadas de 70 e 80 vivem atualmente, após várias transferências, em três aldeamentos: Paranatĩ, Marudjewara e Bom Jardim.

A aldeia Paranatĩ se localiza junto ao igarapé do mesmo nome ou Rio Branco, tributário do Igarapé Andorinha, na Reserva Indígena Parakanã (ver no mapa), localizada nos municípios de Itupiranga e Jacundá.

Marudjewara é o nome do local conhecido regionalmente por Poção dos Caboclos, às margens do Rio do Meio, afluente à margem esquerda do Rio Cajazeiras, também na Reserva Indígena Parakanã.

No Igarapé Bom Jardim, afluente da margem esquerda do Rio Xingu, encontra-se a aldeia formada pelos dois últimos grupos contatados, em novembro de 1983 e março de 1984. Localiza-se aproximadamente a 30 km do Rio Xingu, coordenadas geográficas 5°30'20" de lat. Sul e 51°41'00" de long. Oeste (Madeiro: 1984 e informação dada pela 2ª DR, FUNAI).

Os grupos do Paranatĩ e Marudjewara foram contatados na década de 70 e transferidos várias vezes até 1983 por iniciativa dos sertanistas das frentes de atração da FUNAI e, mais recentemente, por imposição da formação do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (ver no mapa "Contatos Parakanã com as frentes de atração e transferências — 1970-1984"). A formação deste reservatório teve como conseqüência a inundação de parte da área da Reserva Indígena Parakanã, demarcada em 1975 e da Reserva Indígena de Pucuruí, também conhecida como Terceiro Acampamento, que abrigou os Parakanã do Marudjewara de 1977 a 1982 (ver no item "Histórico do Contato").

Na época do contato, o grupo do Paranatĩ localizava-se próximo às cabeceiras dos igarapés Lontra (*Xaraira*), Lua (*Ipixaia*) e Andorinha (*Iopaká*), afluentes, os dois primeiros, da margem esquerda do Rio Bacuri e, o último, da margem direita do Rio Pucuruí.

Em agosto de 1981, os Parakanã do Lontra, como ficaram conhecidos, abandonaram a aldeia, formada na época do contato, às margens do Lontra, uma vez que esta seria inundada pelas águas do reservatório.

O *Projeto Parakanã* foi implantado pela FUNAI em 1978, para realizar essa transferência mas foi interrompido no ano seguinte (ver no item "Tutela e Assistência"). Os Parakanã do Lontra então resolveram se autotransferir e fixaram novo aldeamento à margem esquerda do Igarapé Andorinha. Dois anos depois, em março de 1983, transferiram-se para a atual aldeia do Paranatĩ.

O grupo de Marudjewara, na época do contato estava localizado nas proximidades do Rio Anapu (Anapua), afluente do Rio Pará. Daí foram transferidos, primeiramente, para a Base Avançada de Pucuruí, à margem esquerda deste rio e, depois (1977), para a Reserva Indígena de Pucuruí, às margens do ramal de interligação (BR-422), entre a Vila de Repartimento e Tucuruí. O aldeamento foi estabelecido à margem direita do Igarapé Pucuruizinho, afluente à margem esquerda do Rio Pucuruí. Em 1982, foram transferidos para o Rio do Meio, afluente da margem esquerda do Rio Cajazeiras, formando a atual aldeia Marudjewara.

Um grupo contatado em janeiro de 1983, às proximidades das cabeceiras do Igarapé São José, foi transferido nesse mesmo ano para o aldeamento Marudjewara. Os dois últimos grupos contatados entre as cabeceiras do Igarapé Bom Jardim e do Rio Bacajá, foram também transferidos pelos agentes da FUNAI do local do contato para a margem esquerda do Igarapé Bom Jardim, aproximadamente a 30 km da sua confluência com o Rio Xingu (ver no item "Histórico do Contato").

O habitat tradicional dos Parakanã é a zona tocantino-xinguana, notadamente às proximidades dos rios Pacajazinho (onde provavelmente tenha se localizado o seu sítio mais antigo), Pucuruí, Cajazeiras, este em seus tributários os Rios do Meio e da Direita, Iruaná, Anapu, Tapirapé, etc., uma área de floresta densa e rica em castanhais e babaçuais, em parte da qual se insere a Serra dos Carajás. O processo de ocupação geográfica teria se dado em conformidade ao deslocamento de alguns subgrupos formadores do povo Parakanã. Estes, enquanto ainda residentes junto às cabeceiras do Rio Pacajazinho (*Djakuiú*), moravam em um único aldeamento, onde cada subgrupo tinha a sua própria residência. Os Parakanã contaram a Magalhães que após um conflito interno deu-se a dispersão. Assim, parte deles rumou para o Rio do Meio (*Igowéia*), onde teria se concentrado o maior número de elementos *Apuiterewa*, estendendo, a partir daí, os seus domínios em direção ao Rio Itacaiúnas e o seu tributário, o Rio Tapirapé. Uma outra parte, com um maior número de pessoas *Tapiipy*, se deslocara em direção aos rios da Direita (*Ijukiria*), Pucuruí (*Paranowauna*), Anapu (*Anapua*). Junto a estes dois subgrupos mais populosos seguiram os elementos de outros subgrupos como os *Wirapĩ* e *Mokotiwena* (Magalhães: 1982, 52-63; 1984, ip) (Ver no item "Modo de Vida").

Em 1910, Nimuendajú localiza os Parakanã nas proximidades do Rio Iruaná, quando teriam expulsado daí os Arara-Pariri (1963, 206). Somente em 1970, parte desses subgrupos Parakanã foi contatado nas cabeceiras dos afluentes dos rios Bacuri e Pucuruí, com a construção da rodovia Transamazônica.

População

Os Parakanã somavam, em 1984, cerca de 347 indivíduos. A aldeia Paranatî contava, em julho de 1984, com 139 indivíduos (Vieira Filho: 1984, 12). No início desse ano, eram 138, distribuídos em faixas etárias conforme a pirâmide demográfica apresentada a seguir.

A população desse grupo era de aproximadamente 200 pessoas em março de 1971, quando foi contatado (Bloise: 1971, 02), tendo chegado ao final do ano com 92 indivíduos. Em 1972, eram apenas 82 (Magalhães: 1976, 31). Assim, tomando-se por base os dados de Bloise, os Parakanã sofreram, em apenas um ano de contato, uma perda percentual de 54%, totalizando 108 mortes.

A partir de 1972, entretanto, pode-se observar a recuperação demográfica do grupo, já no primeiro ano pós-contato (ver gráfico População Parakanã-Aldeamento Paranatî: 1971-1984).

Entre os anos de 1976 e 1977, os Parakanã do Paranatî, então localizados às margens do Igarapé Lontra, foram atingidos por uma epidemia de poliomielite que vitimou 16 pessoas, deixando seqüela em outras duas, em razão das constantes viagens que os Parakanã recém-contatados faziam à rodovia Transamazônica (Vieira Filho: 1983a, 36).

A recuperação demográfica do grupo do Lontra, entretanto, continuou a se registrar e em 1977 a população aumentou para 102 pessoas.

Durante os anos de 1978 e 1979, período em que perdurou o *Projeto Parakanã* (ver no item "Tutela e Assistência"), ocorreram apenas dois óbitos e nasceram 12 crianças, elevando o contingente populacional para 112 pessoas (Magalhães: 1979c).

Em 1981, os Parakanã do Lontra eram 136 (Vieira Filho: 1983, ip).

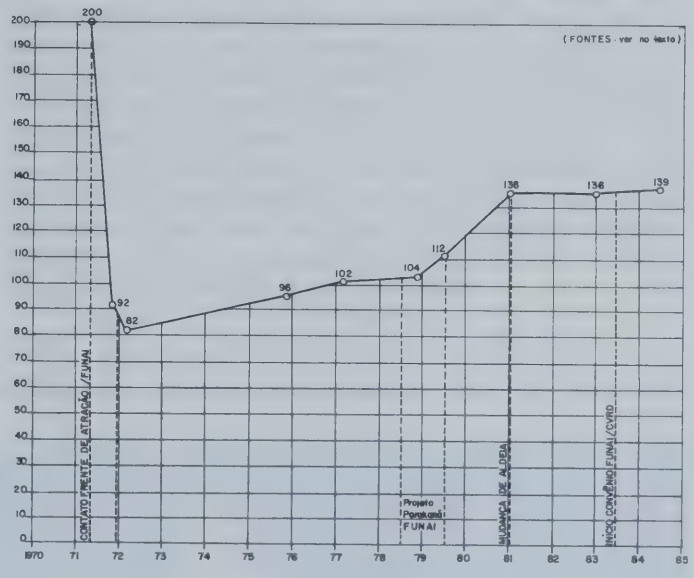
Em 1983 e 1984, já habitantes da aldeia Paranatî, somavam respectivamente 136 e 139 indivíduos (Magalhães: 1983a, 15 a 25; 1984a, 4-5-12). Note-se pois, conforme o gráfico já mencionado, um crescimento menor da população nos últimos três anos em relação ao período de 1972 a 1981, quando estavam aldeados no Lontra.

Os Parakanã do aldeamento Marudjewara somam atualmente 72 indivíduos, sendo 39 do grupo contatado em 1976 e 33 do grupo contatado em 1983, no Igarapé São José, e transferido para essa aldeia (conforme pirâmide demográfica).

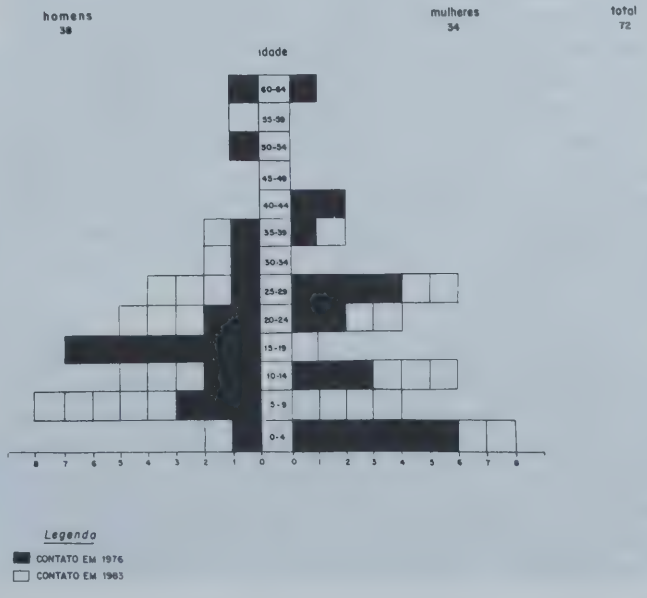
O grupo contatado em 1976 no Rio Anapu contava, na época, com 40 pessoas, sendo que nos primeiros meses desse ano ocorreram 11 mortes, isto é, uma taxa de 27,5% de decréscimo populacional. Em 1978, vieram se juntar a esse grupo 3 indivíduos de um grupo não contatado na época e vítima de um conflito com os Xikrin do Bacajá. Estes três pertenciam ao grupo dos 9 sobreviventes do conflito, cuja maioria veio a falecer na transferência, primeiramente, da aldeia Xikrin para Altamira e depois para a Reserva Indígena Pucuruí (ver no item "Histórico do Contato").

Em 1978, os Parakanã da Reserva Pucuruí eram 31 (houve um óbito nesse ano).

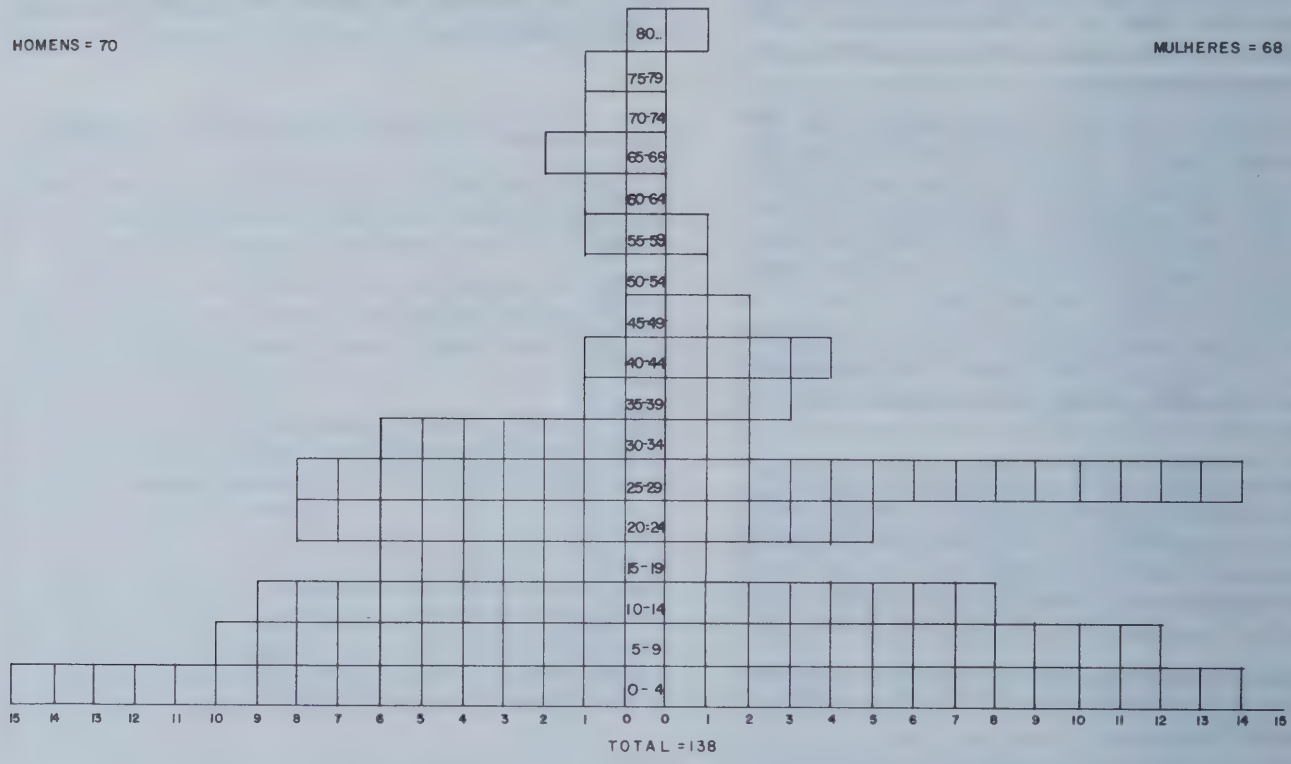
Gráfico da população Parakanã da aldeia Paranati — 1971 a 1984.



População Parakanã da aldeia Marudjewara / 1984 (fonte: Magalhães, 1984).



População Parakanã da aldeia Paranati/1984 (fonte: Magalhães, 1984).



Com os nascimentos verificados entre 1978 e 1983 e a transferência para a aldeia Marudjewara dos Parakanã contatados em 1983, este grupo passou a ter uma população de 79 indivíduos. Em julho de 1984, entretanto, diminuiu para 72, observando-se 8,86% de decréscimo populacional (Magalhães: 1983a, 15 a 25; 1984b, 2 e 3).

O grupo recém-contatado era formado por 44 pessoas em janeiro de 1983 (data do contato) e em julho desse ano estava reduzido a 33, com 11 mortes em 6 meses e uma taxa de mortalidade de 25% (Vieira Filho: 1983a, 22).

Os grupos contatados em novembro de 1983 e março de 1984 contavam, juntos, 137 indivíduos, em abril de 1984, sendo o primeiro composto por 32 pessoas (Madeiro: 1984, ip). Ambos vivem atualmente num mesmo aldeamento, contando 133 indivíduos, em julho de 1984 (Magalhães: 1984, ip).

Os Parakanã do Igarapé *Paranatĩ* se compõem, atualmente, de 32 famílias, das quais 22, portanto 68,75%, são monogâmicas e 10, poligínicas. Observe-se ainda que destes núcleos familiais, oito se traduzem em casamentos que não foram consumados, até o presente, mas que revelam as obrigações recíprocas marido-mulher. Destas oito uniões, quatro correspondem aos casos monogâmicos e quatro às uniões poligínicas, portanto ao segundo casamento do homem, mesmo que a mulher não tenha atingido a menarquia.

A população está distribuída em 15 residências (*Anga*), abrigando estas desde um mínimo de quatro a um máximo de vinte pessoas por moradia, sendo que em três delas são encontradas seis pessoas. Este aldeamento está ainda composto por um total de quatro cozinhas (*Tataupawa*), as quais atendem aos cinco grupos domésticos existentes, com dois deles formando uma mesma *Tataupawa* (Magalhães: 1984a, 04-05).

Os Parakanã da aldeia Marudjewara estão distribuídos entre 14 moradias com 7 cozinhas. Esta população é constituída por 17 famílias, das quais 13, isto é, 76,47%, são monogâmicas sendo que nas 4 restantes observa-se casamentos poligínicos. Em Marudjewara, há um total de 38 homens, sendo 20 pertencentes aos Parakanã contatados em 1976, enquanto que 15 mulheres são do grupo contatado em 1983.

Por outro lado, é conhecida a existência de índios Parakanã residindo já há algum tempo em aldeamentos de outros povos. Assim, Müller informa que *Kubut* e *Kankreto* são mulheres Parakanã, com respectivamente 20-24 anos e 10-14 anos de idade, à época, vivendo junto aos Xikrin do Rio Bacajá (Mancin et al: 1979, 41). Vidal (1977, 37) menciona uma mulher Parakanã entre os Xikrin do Rio Cateté.

Histórico do contato

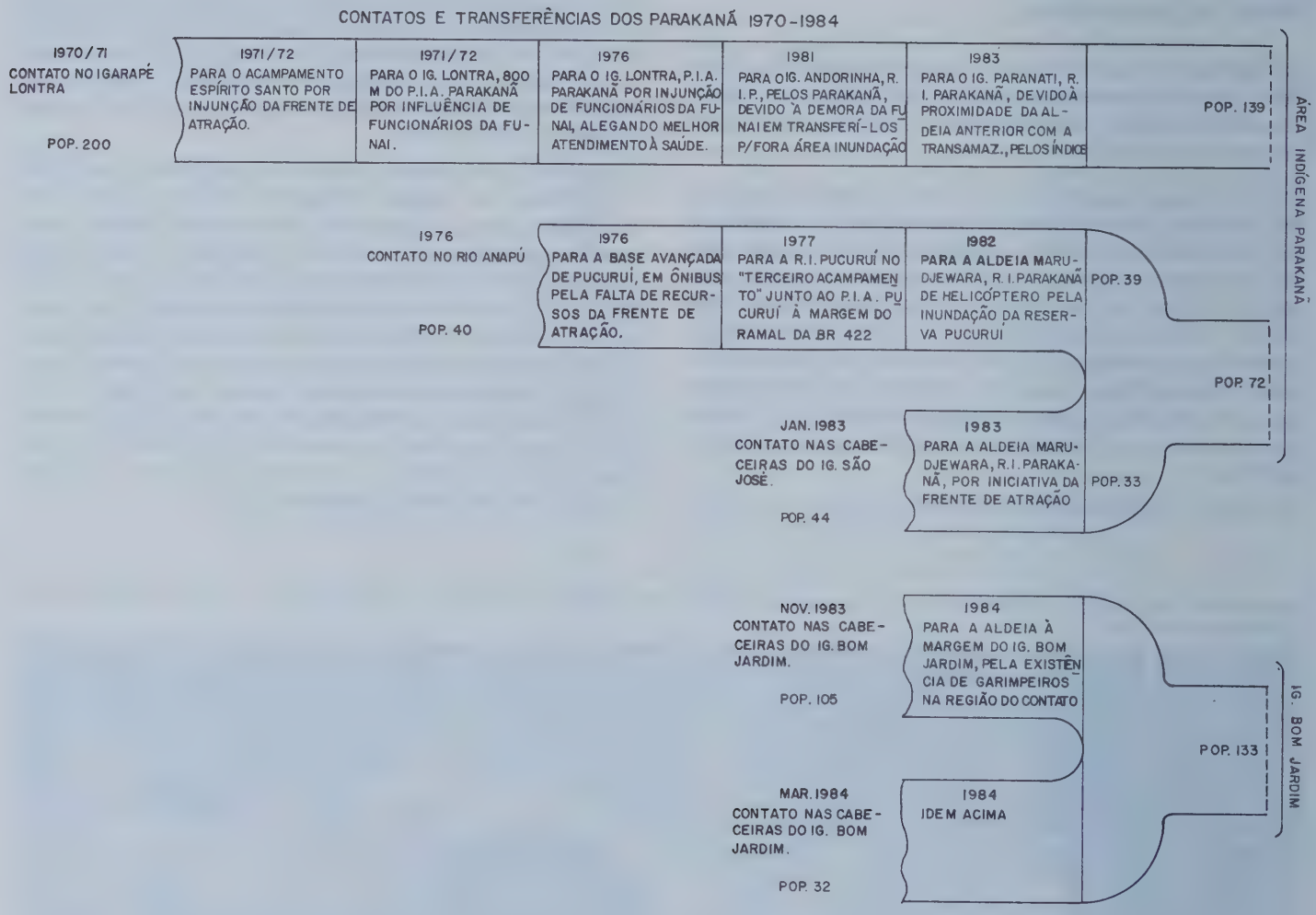
As informações acerca dos Parakanã são recentes e, com maior precisão, somente a partir dos princípios da década de setenta, quando parte deles foi contatada pelas frentes de atração da FUNAI.

As referências relatadas por cronistas e viajantes de séculos passados, não permitem uma identificação consistente dos Parakanã e, portanto, qualquer estudo comparativo com os povos indígenas então existentes na região, tais como os Pacajá, os Takunyapé, os Jacundá, os Kupẽ-Rob, ou, os Yauariti-Tapiiya, dentre outros. As semelhanças que podem ser observadas, quando ocorrem, em relação à localização geográfica, aspectos da língua, da organização social, ou mesmo quanto à produção material da cultura são genéricas e poderiam ser atribuídas a qualquer outro povo Tupi.

As diversas frentes de expansão que atingiram os cursos baixo e médio dos rios Tocantins e Xingu desde o século XVII até princípios do século passado, não penetraram na faixa do interior onde estavam os Parakanã e outros povos e, por isso, não há registros em relatórios e crônicas de viajantes (sobre as frentes de expansão na região, ver Magalhães: 1982, 1-33).

Impedidas, quer pelas dificuldades geográficas existentes (a Cachoeira de Itaboca, situada próximo a Tucuruí, por exemplo), quer pela presença dos temidos Kaiapó, estas frentes só conseguiram estender seus raios de ação a uma área mais ampla, principalmente a partir de meados do século XIX. As atividades extrativistas da borracha, da castanha-do-pará e de óleos vegetais (o da palmeira de babaçu e o da copaíba) incorporaram alguns povos indígenas à nova ordem econômico-social que se instalou na região. Outros, como os Parakanã, embrenharam-se ainda mais ao interior das matas. Uma nova frente econômica só viria atingi-los de modo mais intensivo a partir de 1970, com a implantação do sistema viário transamazônico.

O sertanista João Carvalho, todo pintado, ensina Awacaia a manejar uma espingarda, nos primeiros contatos com o grupo do Igarapé Lontra (foto Yves Billon, 1971).



DE PRINCÍPIOS DO SÉCULO XX A 1953 — A história documentada sobre os Parakanã tem seu início a partir da primeira década deste século, mais precisamente desde 1910, quando, conforme já mencionado, expulsaram os Arara-Pariri do Rio Iruaná, tributário da margem esquerda do Rio Pacajá, próximo a Portel.

Na década de vinte voltou-se a ter notícias acerca dos Parakanã à margem esquerda do Rio Tocantins, época em que passaram a estender o seu domínio desde os cursos médio e alto do Rio Pacajá até as proximidades da localidade de Alcobaça, hoje Tucuruí. É também por este período que passam a ter lugar, para a população local, as controvérsias sobre os Parakanã e os Asuriní do Tocantins se constituírem em povos diferentes ou não, quando de seus conflitos com os regionais. Tais desencontros de informações acerca destes povos Tupi se tornaram ainda mais crescentes quando, a partir de 1927, o contato interétnico entre índios (Parakanã e/ou Asuriní) e trabalhadores se avolumou, face ao reinício dos trabalhos de construção da Estrada de Ferro Tocantins.

Iniciada em 1895 e terminada parcialmente apenas por volta de 1945, esta estrada tinha por finalidade atender ao escoamento da produção extrativa da castanha-do-pará na região do médio Rio Tocantins, cobrindo o percurso de Jatobal a Tucuruí, numa extensão de 117 km e atravessando, portanto, parte do território de perambulação daqueles povos. A região de Marabá, Alcobaça incluída, vivia intensamente a extração da castanha-do-pará e, entre 1919 e 1935, já havia sido entregue ao tráfego cerca de 67 km da ferrovia, atingindo as margens do Rio Pucuruí. Segundo Paternostro (1945), havia nesse local "um aldeiamento dos índios Assurinis" (provavelmente os Asuriní do Tocantins).

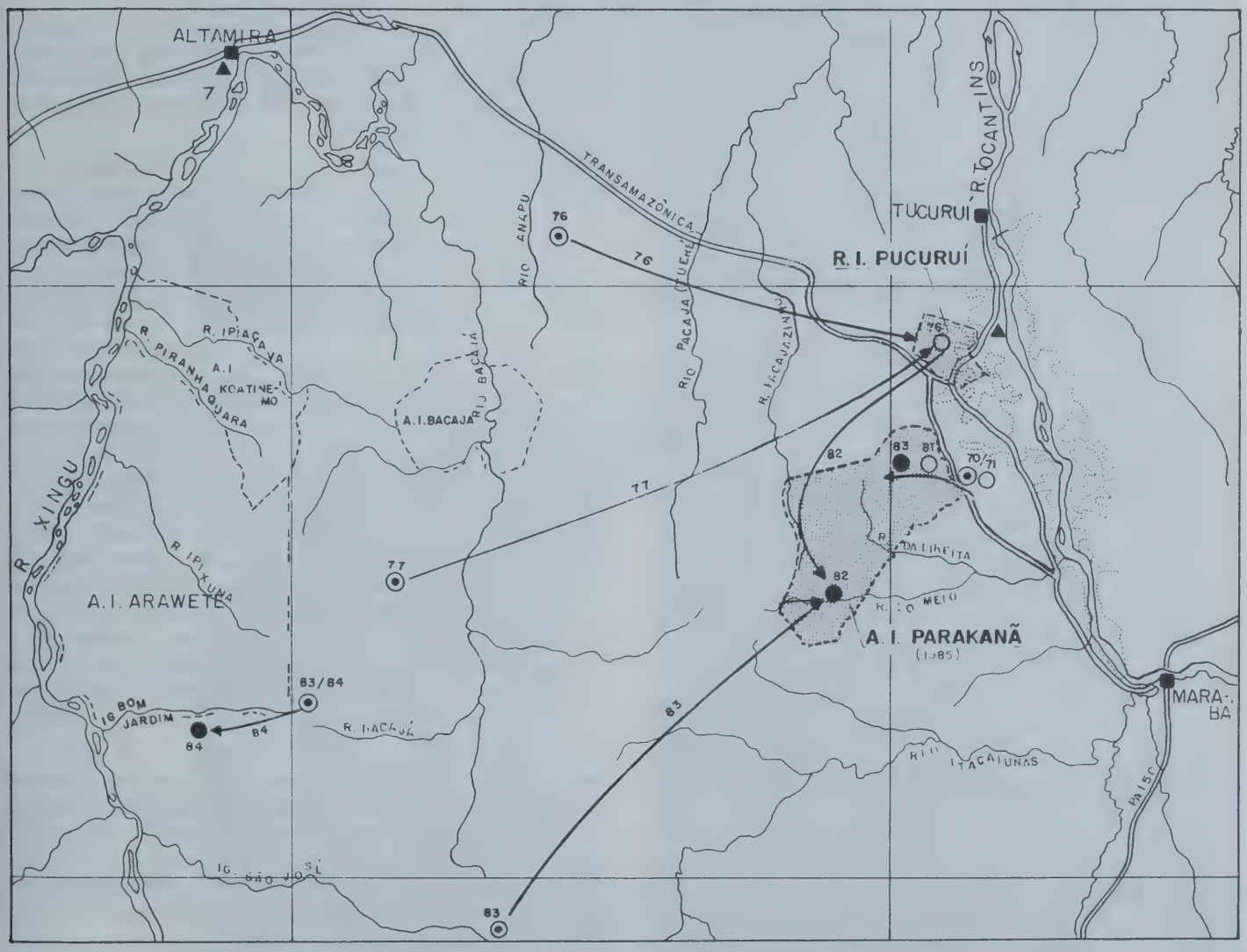
Para Nimuendajú, dada a proximidade geográfica, os ataques com mortes e pilhagens a funcionários da Estrada de Ferro Tocantins e, ainda, a gateiros, castanheiros, mariscadores, etc., foram atribuídos pela população local ora aos Parakanã, ora aos Asuriní. No entanto, pode-se admitir hoje como um dos motivos de tal controvérsia a semelhança entre ambos, no que diz respeito à língua e também aos artefatos confeccionados. Nimuendajú (1948, 207) as-

severa ainda que após o ano de 1927, os Parakanã voltaram a aparecer abertamente hostis à população regional, mostrando seus arcos. Todos os anos eles matavam pessoas, mas não mutilavam os corpos.

Nimuendajú informa ainda sobre uma expedição punitiva contra os Parakanã, naquele mesmo ano de 1928, e que culminou com a morte de alguns índios. Entretanto, Laraia (1967, 33) diz que essa expedição foi contra os Asuriní e organizada pelo engenheiro Amyntas Lemos. Para Nimuendajú, tal fato fora responsável pela extensão do domínio Parakanã às cercanias da localidade de Joana Perez e ao alto Rio Jacundá, ao passo que para Laraia seriam os Asuriní do Tocantins que atacaram por volta de 1930 a Vila de Joana Perez, por ocasião da safra de castanha-do-pará. Laraia (1967, 32) baseou-se nos informes contidos no relatório anual do SPI.

De fato, no tocante aos ataques a Joana Perez, Laraia estava certo ao atribuí-los aos Asuriní. Corrobora esta afirmação a identificação das flechas datadas de 1940 e recolhidas em Joana Perez, atualmente incorporadas ao acervo

CONTATOS PARAKANÃ COM AS FRENTES DE ATRAÇÃO E TRANSFERÊNCIAS - 1970 A 1984



SINAIS CONVENCIONAIS

PONTO DE CONTATO COM AS FRENTES DE ATRAÇÃO	⊙	TRANSFERÊNCIAS
ALDEIAS DESOCUPADAS	○	COTA DE INUNDAÇÃO
ALDEIAS ATUAIS	●	PERÍMETRO DE ÁREA
BASE AVANÇADA	▲	LIMITE DE A.I.
		CURSO D'ÁGUA
		AUTO ESTRADA
		CIDADE

ESCALA GRÁFICA

20 km 0 20 40 60 80 100 km

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL - C.E.D.I. VOL. 8

do Museu Paraense Emílio Göeldi. Magalhães pode verificar, junto aos Parakanã do Paranatí, que as flechas não lhes pertenciam (1984b).

Em 1928, o SPI criou o Posto de Atração Pucuruí, à margem esquerda deste igarapé, junto ao quilômetro 67 da Estrada de Ferro Tocantins, com o objetivo de assegurar os trabalhos da ferrovia; provavelmente, era este o posto semi-abandonado referido por Paternostro, em 1945.

No mesmo ano, atendendo aos interesses da ferrovia, a Fundação Brasil Central cedeu ao SPI uma área compreendida entre os km 62 e 68 da estrada de ferro, para a atração dos Parakanã (posteriormente ampliada e denominada Reserva Indígena Pucuruí).

Neste ano, os Parakanã estiveram quase à mercê de uma expedição armada, promovida, desta feita, pelo engenheiro-diretor da Estrada de Ferro Tocantins, Carlos Teles, o qual também exercia a função de delegado regional de polícia.

Segundo Nimuendajú, durante a visita a Alcobaça do então interventor no Estado do Pará, Sr. Magalhães Barata, o referido engenheiro pronunciara um discurso endereçado aos trabalhadores daquela ferrovia, com o seguinte teor: "De hoje em diante, quando avistassem índios na estrada de ferro, ninguém mais deveria pesquisar se estes vinham com intenções pacíficas ou não, mas abrir fogo contra eles, e não deveriam atirar para o ar e nem para o chão, mas fazer pontaria certa" (1982, 244-245). Ainda segundo Nimuendajú, "... quatorze dias mais tarde, Teles reuniu 30 homens, armou-os com fuzis-metralhadoras, bombas de gás e granadas de mão, e partiu contra os Paracanãs, que, entretanto, durante meses não tinham sido vistos na estrada e a respeito dos quais eu tinha elaborado um plano para a sua pacificação... A direção técnica da incursão confiou Teles a um 'Pá-torta', célebre bandido a quem eram imputados horrendos crimes, de ter arrebentado a cabeça de várias crianças indígenas de encontro a tronco de árvores, durante o massacre contra os Paracanã. A expedição... não encontrou os índios, mas incendiou todos os ranchos... abandonados e destruiu todo o seu conteúdo, menos uma panela de barro, que trouxe como troféu de glória."

Arnaud (1971, 21) registra a ocorrência de dois períodos distintos quanto ao contato dos Parakanã com o antigo Posto de Atração Pucuruí: o primeiro, de 1927/28 a 1938, quando, ao que se supõe, foram vitimados por uma epidemia de sarampo; o segundo, de 1953 a 1965, quando teriam, então, por motivos ignorados, abandonado as suas visitas à sede daquele Posto.

DE 1953 A 1970 — Durante este período, as notícias acerca dos Parakanã são ainda mais raras e se resumem praticamente ao ano de 1962 quando, em razão da visita de alguns deles ao PIA Pucuruí, teriam afirmado, através de um intérprete Asuriní, o seu descontentamento pela presença

Primeiros contatos com os Parakanã do Igarapé Lontra (fotos Yves Billon, 1971).

Parakanã do Igarapé Lontra.

Um Parakanã fuma um cigarro gigante durante um cerimonial (fotos Alfredo Cabral, 1972).

sempre crescente de não-índios em seu território (Laraia: 1972, 33). Tal processo de ocupação, intensificado com a construção da Transamazônica e a presença de índios Kaiapó, seus inimigos tradicionais e localizados a Oeste do Rio Tocantins, podem ter contribuído para os Parakanã aceitarem um contato mais duradouro com as frentes de atração da FUNAI.

DE 1971 A 1981 — Nessa década, a região habitada pelos Parakanã passou a ser palco de grandes projetos governamentais, como a expansão do sistema viário na região (1970-74) e a construção da hidrelétrica de Tucuruí (1975-83).

Coube à FUNAI contatar os grupos arredios que se localizavam próximo do traçado da rodovia Transamazônica, tendo assinado para isso um contrato com a SUDAM. De acordo com um plano geral para a região, foram enviadas "equipes de penetração" sob a coordenação de duas bases de apoio: Kararaô, localizada em Altamira, e Pucuruí, em Tucuruí. As equipes da FUNAI tinham como objetivo acompanhar as turmas de topografia e de construção das empreiteiras encarregadas de abrir a rodovia, as quais financiavam os trabalhos do órgão assistencial (*Projetos Operacionais para a Rodovia Transamazônica*, FUNAI, 1970).

As frentes de atração endereçadas aos Parakanã foram: Rio Pucuruizinho (que, na verdade, já atuava desde a década de 50, PIA Pucuruí, SPI), Rio Pucuruí e Rio Cajazeiras. Uma frente de atração foi enviada ao Rio Anapu, posteriormente, devido aos saques dos Parakanã aos acampamentos de empreiteiras na região (1976). Dentre as três frentes enviadas pela Base de Pucuruí, somente a segunda logrou resultados quando se deslocou do Rio Pucuruí em direção ao Rio Lontra. Foi contatado, então, um primeiro grupo de aproximadamente 200 indivíduos que foram mantidos em relacionamento indiscriminado com funcionários das companhias de terraplanagem e da própria FUNAI, durante os trabalhos iniciais de abertura e conservação da Transamazônica. Às primeiras tentativas de contato, ainda em fins de 1970, estes índios foram assolados por uma epidemia de gripe e, no ano seguinte, um médico de Belém ao visitá-los encontrou 35 mulheres e dois funcionários daquele órgão contaminados com doenças venéreas. Tal situação concorreu para que oito crianças nascessem com cegueira parcial, provocada por conjuntivite blenorrágica, além da contaminação em duas mulheres adultas, havendo, como se referia aquele médico, "um quadro de promiscuidade entre índios e gente de fora" (Davis: 1978, 94).

O outro subgrupo Parakanã contatado pela FUNAI em janeiro de 1976, foi o localizado junto ao Rio Anapu, contando na época com 40 pessoas. Estes Parakanã vinham aparecendo junto ao acampamento de uma firma topográfica próximo ao km 377 da rodovia Transamazônica, no sentido Marabá-Altamira. Contatados por uma frente de atração, foram colocados num ônibus e transferidos, em

outubro daquele ano, para Pucuruí, doentes de malária e gripe, estado que acompanhava o reduzido grupo desde o contato com a equipe da FUNAI. Foram instalados primeiramente na sede da antiga Base Avançada de Pucuruí. Permaneceram aí, reduzidos a 29 indivíduos em intenso contato com regionais que residiam defronte à referida Base, até o mês de fevereiro de 1977. Nessa data, foram levados para o interior da área pertencente à Base (agora cortada pelo ramal da interligação entre a Transamazônica e a cidade de Tucuruí (BR-422) e denominada, a partir de então, Reserva Indígena Pucuruí, também conhecida como Terceiro Acampamento).

Historicamente, as primeiras informações a respeito deste grupo datam de 1972 quando dos trabalhos das frentes de atração da FUNAI acompanhando as firmas empreiteiras, na Transamazônica. Antes, porém, em 1971, o cel. Bloise, coordenador da Base, já afirmava a existência de outros Parakanã, além do grupo então contatado: "acreditamos que os índios que a (sic) cinco anos passados vinham nesta direção até atingir o local onde está atualmente a Base, foram obrigado a recuar rumo sudoeste (região do Rio Cajazeiras), devido à provável pressão de gateiros, mariscadores, madeireiros que invadiram esta área como donos absolutos das terras indígenas... podemos também atribuir ao desdobramento dos índios em dois grupos..., tendo em vista que estes índios contatados (refere-se ao primeiro grupo de Parakanã)... não reconheceram o sertanista... nem tão pouco foram reconhecidos."

No ano seguinte, em maio de 1972, uma das frentes de atração da FUNAI, endereçada ao Rio Cajazeiras, em seu tributário, o Rio do Meio, efetuou um contato preliminar com cerca de sessenta índios Parakanã, no local denominado de Poção dos Caboclos. Embora a frente tenha se estabelecido muito próximo aos índios, mais ou menos a dois quilômetros, o contato não foi efetivado, e os Parakanã acabaram por se retirar da região. Um ano mais tarde, cerca de trinta índios, entre os quais mulheres e crianças, foram localizados por sertanistas da FUNAI, durante uma nova investigação da região do Rio Cajazeiras, mas não foi possível um contato mais efetivo. É também por este período, entre 1972 e 1973, que ocorrem as cisões menores junto aos Parakanã que, após a primeira e grande cisão (ver no item "Localização"), se dirigiram à área do Cajazeiras. Assim, este grupo dividiu-se novamente entre os anos de 1973 e de 1976 quando, então, uma parte foi contadada, em janeiro de 1976, junto ao Rio Anapu.

Os Parakanã que recusaram o contato com a frente de atração da FUNAI, acabaram por se separar uma vez mais, ainda naquele mesmo ano de 1976. Um dos grupos dirigiu-se às matas do Rio Bacajá, onde entrou em conflito, em novembro de 1977, com os Xikrin que ali habitam. Dezesseis Parakanã foram mortos nesta ocasião, e outros nove foram feitos prisioneiros pelos Xikrin e, posteriormente, trocados por armamentos com a FUNAI. Levados a Altamira, por funcionários da FUNAI, ali faleceram duas crianças. Os sete restantes acabaram sendo transferidos para a Reserva de Pucuruí, onde mais quatro morreram vítimas de doenças. Uma mulher e duas crianças, com menos de dez anos de idade na ocasião, encontram-se hoje integrados ao grupo contatado em 1976 e habitante às margens do Rio do Meio, aldeia Marudjewara (ver nos ítens "Localização" e "População"). Entre os anos de 1977 e de 1978, uma nova cisão veio a ocorrer dividindo os Parakanã "arredios" em três grupos menores, os quais foram efetivamente contatados em janeiro e em novembro de 1983 e em março de 1984.

O grupo contatado em janeiro de 1983 estava nas cabeceiras do Igarapé São José, tributário à margem direita do Rio Xingu, próximo às cabeceiras do Rio Bacajá, nos contrafortes da Serra dos Carajás. O contato foi realizado na fazenda Bannak (Vieira Filho: 1983a, 22-23), indicando as pressões territoriais a que este grupo estava submetido. Após o contato, foi transferido para a aldeia Marudjewara. Em julho de 1983, o grupo que contava com 44 pessoas no contato, estava reduzido a 33 indivíduos (Vieira Filho: 1983, 22).

Os dois outros grupos Parakanã, ainda arredios em 1983, encontravam-se em situação semelhante. Um deles entrou duas vezes em conflito com os Araweté localizados no Igarapé Ipixuna.

Em fevereiro de 1983, o chefe do PI Ipixuna foi ferido pelos Parakanã e, como represália ao ataque sofrido, os Araweté mataram dois Parakanã que encontraram na mata. Uma frente de atração da FUNAI foi enviada para tentar contatar os Parakanã e evitar a continuidade das represálias por parte dos dois povos indígenas (ESP: 25.02.1983 e 13.03. 1983).

O sertanista da FUNAI que chefiou a expedição ao Ipixuna, Sidney Possuelo, alegou dificuldades para realizar o contato, como falta de recursos, pois até abril daquele ano não haviam sido liberados os 19 milhões de cruzeiros prometidos pela superintendência do Projeto Grande Carajás para financiar as expedições. A região, então ocupada por este grupo Parakanã, estava sendo invadida por gateiros e garimpeiros. Assim, obrigados a mudanças constantes, e impedidos de fazer roças, os Parakanã estariam sendo impelidos a atacar as fazendas existentes na área, de acordo com a mesma fonte (O Liberal: 20.04.1983).

Em abril, atacaram pela segunda vez a aldeia Araweté, matando dois adultos e uma criança. Em represália, os Araweté mataram e decapitaram um Parakanã que conseguiram aprisionar e teriam ainda organizado uma expedição punitiva para atacar a aldeia Parakanã, desestimulada pelos funcionários da FUNAI, encarregados da frente de atração do Ipixuna. Com este conflito, os trabalhos de atração tiveram que ser interrompidos, pois a expedição poderia ser interpretada como represália ao ataque à aldeia Araweté (JB: 27.04.1983).

Em outubro, a frente de atração ainda alegava falta de re-

cursos para realizar os trabalhos e se aguardava o auxílio do Projeto Carajás (Notícias Populares: 20.10.1983).

Em novembro, foram contatados cerca de 70 Parakanã nas cabeceiras do Igarapé Bom Jardim, no limite sul da área Araweté (Correio Braziliense: 24.11.1983). Logo após o contato, também foram transferidos com a justificativa, desta vez, segundo o sr. Salomão Santos, delegado da FUNAI em Belém, de que estavam "sofrendo a influência de trabalhadores do garimpo Mucuim, inclusive correndo o risco da contaminação de doenças, como malária e tifo". (Diário Popular: 29.11.1983). A nova aldeia está localizada mais próximo à foz do Igarapé Bom Jardim no Rio Xingu (ver no item "Localização").

Em dezembro de 1983, de acordo com informações fornecidas pela FUNAI, o grupo contava com 102 pessoas (Magalhães: 1984, ip).

O último grupo a ser contatado estava localizado em 1983, nas imediações das cabeceiras do Igarapé Pacajazinho, próximo do Rio do Meio (Magalhães: 1984, ip). Em março de 1984, no momento do contato, já estava nas cabeceiras do Igarapé Bom Jardim, contando 32 indivíduos (Madeiro: 1984, ip). Este grupo também foi transferido para a aldeia no curso médio do Igarapé Bom Jardim. Vale assinalar que, a partir de 1983, com o início da liberação dos recursos do Convênio FUNAI/CVRD, os Parakanã, por estarem na área de influência do Projeto Ferroviário Carajás, passam a ter que se defrontar com o incremento das modalidades de intervenção indigenista oficial (ver no item "Tutela e assistência").

Ainda no que se refere ao relacionamento com outros povos indígenas, os nomes dados pelos Parakanã atuais aos seus vizinhos indicam que nem todos tiveram as mesmas experiências de contato. Assim, enquanto todos os Parakanã chamam os Kaiapó de *Kayapô* ou *Iwiwa* (gente de madeira), o mesmo não acontece com os Araweté com quem os Parakanã hoje situados às margens do Igarapé Paranatí jamais estiveram em contato. Os Araweté somente são identificados pelos Parakanã contatados pela FUNAI a partir de 1976, os quais os nomeiam de *Iruwixara*. Reconhecem ainda os Asuriní do Xingu, a quem se referem como *Akwapirema* (gente que fede), cuja área é vizinha à área Araweté. Já os Parakanã contatados em 1970/71 assinalam a presença de contatos com os Asuriní do Tocantins, a quem denominam *Tekupeu* (gente da bunda grande), e que são nomeados de *Makakawa* pelos demais Parakanã. Os Parakanã do Paranatí mencionam também os Suruí do Pará, com quem mantinham relações, sendo denominados de *Xawarapy* (casa de marimbondo). De acordo com os Parakanã do Paranatí, todos os Parakanã e mais os *Tekupeu* e os *Xawarapy* se encontravam nos Rios Pacajazinho e Pucuruí. Os primeiros acabaram por descer o Rio Pucuruí e daí rumaram para as margens do Rio Tocantins, que os Parakanã chamam de *Paranowawé*, enquanto que os *Xawarapy* se encaminharam para o Rio da Direita (*Ijukiria*) (Magalhães: 1984, ip).

Modo de vida

A ALDEIA — Habitantes da floresta, os Parakanã preferem situar suas aldeias nas proximidades de pequenos igarapés (*Paranó pipi*). Em passado ainda recente, anterior ao contato, havia uma grande casa (*Anga été*) para abrigar toda a população de uma aldeia, conforme os Parakanã contaram a Magalhães (1984, ip).

Vidal observou, entre os Parakanã residentes junto ao Igarapé Lontra em 1980, a existência de duas grandes casas, com cerca de 50 metros de comprimento cada uma, dispostas uma ao lado da outra, com uma área limpa ao meio. Esta disposição já era uma reaglutinação das dez casas presenciadas por Magalhães, entre 1977 e 1979, dispostas em arruamento, cinco de cada lado, e construídas sob a orientação de um ex-chefe do Posto Indígena da FUNAI.

Apenas uma das casas do aldeamento Lontra, em 1975, obedecia aos padrões tradicionais: formato retangular e com o teto em duas águas, separadas e com um de seus lados sobreposto ao outro, sobrando um pequeno espaço entre ambos, ao longo da cumeeira. Por este vão, mais perceptível a quem se encontra no interior da moradia, perpassa a luz e escoa a fumaça dos fogos familiais. A cobertura é feita com folhas do "olho" da palmeira de babaçu (*Pinaôu*) e caem do teto ao chão, formando praticamente uma só unidade. O ingresso ao interior das residências é feito através de pequenas aberturas, sendo quatro junto aos cantos e duas nas paredes laterais; aqui, pode ocorrer uma ou outra a mais, dependendo sempre do número de famílias nucleares residentes. Internamente, o espaço aberto está dividido conforme a disposição das redes dos grupos familiais (Magalhães: 1982, 67 a 75).

Na construção de uma casa, a escolha do local, o recolhimento das matérias-primas empregadas e a própria edificação são tarefas exclusivas do homem, o líder do grupo doméstico, cabendo a sua(s) mulher(es) o abrir e entregar a ele a palha de palmeira de babaçu com a qual será coberta a moradia. Filhos e outros parentes que residam na mesma moradia também participam, principalmente se casados (Magalhães: 1982, 82).

Os artefatos são guardados dentro da casa junto às paredes, por entre as palhas, como é o caso das flechas, fusos, terçados, etc., ou em cestos pendurados junto aos esteios ou aos varamentos laterais que sustentam as palhas. Utilizam-se ainda de um pequeno jirau, para guardar latas de farinha, malas, etc. As espingardas e os arcos ficam encostados junto às paredes ou pendurados.

No chão das casas são enterrados os mortos, correspondendo o seu túmulo ao exato local de sua rede e sobre o qual são colocados linearmente alguns pequenos troncos de árvores.

Não há propriamente uma praça na aldeia, mas um espaço entre as casas no qual se conversa, se brinca e se confeccionam artefatos (Magalhães: 1982, 68).

Aldeia Parakanã junto ao PIA Pucuruí, à margem do ramal da BR-422, onde os índios contatados no Rio Anapú permaneceram até novembro de 1982, quando foram transferidos de helicóptero para a aldeia Marudjewara, na AI Parakanã (fotos Nair Benedicto/F4, 1982).

Aldeia do Igarapé Lontra (foto Lux Vidal, 1980).

Quando estão em suas excursões sazonais, os Parakanã constroem pequenos tapiris, geralmente só com a cobertura do teto em horizontal ou, ainda, formando uma só água, cada qual abrigando, no mais das vezes, apenas uma família nuclear. O material empregado nestas moradias temporárias é o mesmo do das casas permanentes.

Em ambas as casas, os adultos e as crianças de ambos os sexos compartilham do mesmo espaço cotidiano.

Os Parakanã constroem ainda, próximo ao seu aldeamento, a casa que abriga a roda-dos-fumantes (*Tekatawa*) e a casa cerimonial (*Tokaxa*), com dois lados cobertos com folhas de babaçu, permanecendo os outros dois abertos.

A *Tokaxa* construída próxima às residências é uma edificação temporária, visto que a sua utilização cerimonial ocorre apenas durante um verão. Terminada a temporada é abandonada e passa a se constituir num local a mais para a recreação das crianças, ou mesmo para afazeres diversos dos adultos, inclusive como cozinha (*Tataupawa*) de algumas famílias.

A *Tekatawa*, por sua vez, pode ou não existir como edificação, mas sempre existe enquanto um espaço necessário à reunião dos homens e se encontra relativamente afastada das casas residenciais. De fato, Magalhães observou apenas uma *Tekatawa*, construída quando esteve, em 1975, na aldeia do Lontra.

Em 1977, ela não mais existia e o local onde os homens se reuniam para a roda-dos-fumantes era um simples descampado com alguns troncos de árvores caídos, a servir de bancos. A própria sede do Posto Indígena servia quase sempre para este fim (Magalhães: 1982, 84/85). Em 1984, estes Parakanã, já no Igarapé Paranatí, afirmavam que agora iriam construir novamente a *Tekatawa*, um pouco mais distante, para dentro da mata que circunda o aldeamento, abandonando o pequeno descampado utilizado para a reunião.

SISTEMA SOCIAL — A liderança ou a chefia política entre os Parakanã apresenta-se através dos líderes de grupos domésticos, entendendo-se estes como grupos residenciais de famílias extensas cuja regra residencial é a patrilocalidade e a regra de descendência, a patrilinearidade.

No grupo do Paranatí, Magalhães (1984, ip) registrou cinco grupos domésticos, correspondentes a cinco lideranças referentes ao termo *Mururowa*. Por outro lado, líderes me-

nores existem internamente a cada grupo doméstico e se igualam àquelas ao nível de uma decisão mais ampla — são os *Muruirowa Éré*, ou seja, os homens também casados e com filho(s) "os que estão ficando velhos" (Magalhães: 1983a, 30). A diferença entre estas categorias reside basicamente na idade de seus membros. Além destes, participam das decisões do grupo doméstico e, por extensão, de todo grupo local, os *Awaramé-Kwira*, isto é, os homens que passam a ter a sua segunda mulher e que, geralmente, têm dois ou mais filhos. Com uma participação politicamente limitada, mas nem por isso menos influente, encontram-se os *Awaramé*. Trata-se dos que iniciam a formação da família elementar, ou seja, o homem que se casa pela primeira vez, aos 15 anos de idade, aproximadamente. Observa-se, no entanto, que há homens *Awaramé* solteiros. Ou já foram casados, tendo sido apenas iniciados na aprendizagem sexual ou, então, estão circunstancialmente solteiros por não existir número suficiente de mulheres disponíveis para o casamento.

De acordo com Magalhães (1984, ip), os casamentos são estabelecidos tanto pelo avunculato, como entre primos cruzados bilaterais. Os Parakanã são poligínicos, e a poliginia só existe quando o homem atinge a categoria *Awaramé-Kwira*. No entanto, face à população reduzida dos aldeamentos, há homens nesta categoria, como também entre os *Muruirowa Éré*, ou ainda, entre os *Muruirowa*, que possuem apenas uma esposa. Entre os casamentos Parakanã, observa-se uma diferença acentuada entre os cônjuges, no que se refere à idade; isto ocorre, em geral, quando os homens encontram-se na categoria *Awaramé* e as mulheres são mais velhas. Esta distância de idade entre os cônjuges tende a ser reduzida quando o homem realiza o seu segundo casamento.

Preferencialmente, os casamentos devem se realizar entre os elementos dos quatro subgrupos formadores do povo Parakanã (*Tapiipy*, *Apuiterewa*, *Wirapĩ*, *Mokotiwena*), o que revela a exogamia desta sociedade. Em termos ideais, um homem *Tapiipy* deve ter como esposa(s) a(s) mulher(es) dos outros subgrupos; todavia, há casos em que a(s) esposa(s) pertencem ao mesmo subgrupo de seu parceiro conjugal. Isto se deve, está claro, à ausência de parceiros conjugais ideais, numericamente falando. Assim é que os *Tapiipy* (93) existem apenas entre os Parakanã residentes às margens do Igarapé Paranatĩ e os *Mokotiwena* (09) somente entre o grupo do aldeamento *Marudjewara*, enquanto que os *Apuiterewa* do primeiro aldeamento somam um total de 27 pessoas, e os do segundo possuem um efetivo de 30 índios. Já os *Wirapĩ*, que em Paranatĩ totalizam apenas 18, os quais são descendentes de um único homem, em *Marudjewara*, somam 33 indivíduos.

Dos casamentos existentes entre os Parakanã do Igarapé Paranatĩ, pode-se observar que as uniões não ideais, isto é, aquelas realizadas no interior de um mesmo subgrupo, ocorrem apenas entre os *Tapiipy*. Observa-se, por outro lado, que não há uniões entre *Wirapĩ* e *Apuiterewa*, justamente os subgrupos de menor incidência populacional. Com relação aos Parakanã de *Marudjewara*, os casamentos internos aos subgrupos existem apenas com referência aos *Wirapĩ*, onde são registrados dois casos, ambos monogâmicos. E, no que se refere aos *Apuiterewa*, foram registrados três casos, dos quais dois monogâmicos e um polígínico (Magalhães: 1984, ip).

A AMIZADE FORMAL — Os subgrupos *Tapiipy*, *Apuiterewa*, *Wirapĩ* e *Mokotiwena* também operam na relação entre amigos formais (Magalhães: 1984, ip).

O amigo formal deve pertencer a um outro subgrupo que não aquele da própria pessoa, e com ele manter obrigações recíprocas de trocas de presentes, tais como artefatos, ou os utensílios de auxílio à sua confecção (fios, colas vegetais, etc.), além de porções da caça obtida, de produtos do roçado, da coleta, etc. A amizade formal se dá apenas entre os indivíduos do mesmo sexo e os Parakanã informam que se pode ganhar o amigo desde pequeno, ou seja, quando alguém mais velho escolhe a criança para ser o seu amigo. No entanto, a amizade formal somente será ritualizada quando a criança atingir a categoria *Oparamé*, isto é, entre os dez e doze anos de idade. Neste momento, os amigos formais dançarão juntos durante toda a noite, na realização do cerimonial do *Opetimô*, a festa do cigarro. São vários pares de amigos formais que participam do ritual, dançando um par de cada vez. Eles fumam (*Opetiô*) "com força até ficar alegre — a cabeça dói e o corpo treme". Da categoria *Awaramé-Kwira* em diante todos fumam até entrar em transe e cantam o *Karua Petĩjá*, procurando, desta forma, chamar os espíritos (*Owera*) com quem passam a conversar.

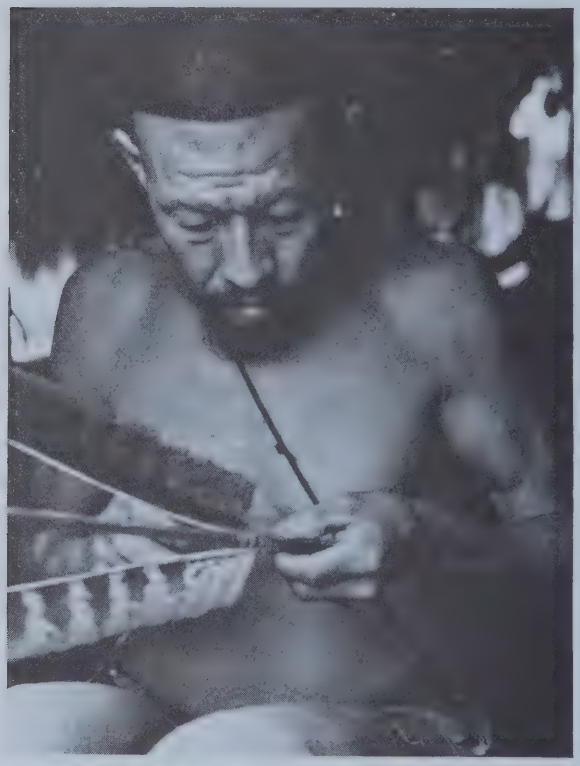
Os amigos formais são pintados com jenipapo, em linhas geométricas e a pintura é denominada *Xiwanga*. Esta é realizada pelas respectivas mães ou, à falta destas, pela própria esposa, ou, então, pela esposa do irmão de seu pai.

O fazer ou ganhar amigo (*Jê pajê hamô putá*) entre os homens é feito na *Tokaxa*, ao passo que, entre as mulheres, é realizado em casa, onde também dançam (*Oporahái*). A elas, todavia, é vedado fumar. Embora Magalhães não tenha observado qualquer sessão de amizade formal, os Parakanã lhe asseguraram que as mulheres também conversam com os *Owera*, principalmente as *Muruirowa* (1984, ip).

Enquanto para os Parakanã o amigo formal é chamado *pajê*, termo usado por outros povos Tupi para designar o xamã, este é identificado no caso em questão pelo nome *iporopitewa*.

As sessões de cura são realizadas pelas lideranças dos grupos domésticos mas não são privilégio dos homens. As mulheres mais velhas também podem exercer essa atividade. Tanto Queiroz (1984) quanto Magalhães (1984, ip) notam, entretanto, a pouca freqüência com que se realizam rituais xamanísticos entre os Parakanã.

Parakanã do Igarapé Lontra (fotos Lux Vidal, 1980).



ATIVIDADES DE SUBSISTÊNCIA — O grupo doméstico é a unidade produtora básica. Aqui, a mulher, além de auxiliar na produção e obtenção de alimentos, se incumbe de ordenar a distribuição e o consumo dos produtos, fazendo com que ultrapassem os limites da esfera do grupo doméstico e atinjam o grupo local. Ao homem, cabe atingir a sua unidade residencial e, às vezes, apenas a esfera nuclear, com o produto obtido.

Os Parakanã têm na caça e na agricultura, na pesca e na coleta, as fontes de sua produção alimentar que, somadas ao fabrico de artefatos, compreendem as atividades produtivas do grupo. A agricultura e a caça representam as principais atividades para a obtenção de alimentos. A pesca e a coleta são atividades complementares e fontes alimentares secundárias. Os principais produtos de coleta são o jabuti e o mel de abelha.

As atividades alimentares são regidas em conformidade às variações sazonais: o período das chuvas (outubro/novembro — maio/julho) e o tempo mais seco, durante os demais meses do ano. Assim, em relação ao primeiro, os Parakanã se dedicam à caça e à coleta, quando se torna mais fácil seguir os rastros dos animais. É também nesta época que existe uma maior variedade de frutos. Já no período mais seco, pode-se caminhar mais livremente na mata para caçar ou, em expedições a passeio, sem os imprevistos dos terrenos alagadiços. É também durante esta época que se dedica maior tempo à atividade agrícola, preparando-se a terra para o plantio. A pesca existe em pequena intensidade durante a estiagem. Pode-se dizer que "a caça e a agricultura constituem-se em atividades que perpassam o ano todo, enquanto que a coleta de frutos e a pesca são fontes alimentares de tempo mais limitado" (Magalhães: 1982, 104).

Caça — Constitui-se em atividade exclusivamente masculina e os Parakanã a realizam sob três formas: a familial nuclear (um homem, sua mulher, seus filhos quando ainda pequenos); um grupo de homens relacionados entre si por laços patrilineais de parentesco e envolvendo tios paternos e sobrinhos; e todos os homens adultos (da categoria *Awaramé* em diante), quando, então, se realiza a caçada a um bando de porcos-do-mato. No cotidiano, os Parakanã saem para caçar momentos antes do sol nascer, e retornam ao final da tarde, percorrendo em média uma distância de 10 a 20 km. Não tendo obtido sucesso durante a sua caçada (= *panema*, com azar), o caçador, normalmente, retornará no dia seguinte à mata, na tentativa de ao menos prover a alimentação de seu núcleo familial; caso contrário, ele poderá descansar por um ou dois dias, dependendo da quantidade de carne conseguida. Sendo um animal de grande porte como o porco-do-mato, a anta, o veado, este é retalhado pelo próprio caçador ainda no local onde foi abatido e transportado em cesto confeccionado com a folha da palmeira de juçara. Se a caça for de pequeno porte como o tatu, a cutia, a paca, e se tratar

de apenas uma unidade, ela será transportada às costas, pendurada por uma fibra vegetal, geralmente uma envira.

A caçada a um bando de queixadas pode ocorrer de forma imprevisível e até mesmo quando, estando os Parakanã em seu aldeamento e se ocupando dos mais diversos afazeres, alguém escuta ou mesmo vê os animais passarem no interior da mata e avisa os demais. Neste momento, todos os homens adultos deixarão as suas ocupações e armados seguirão a quem avisou, em grande alarido.

Os animais mais apreciados pelos Parakanã, são a anta (*tapyira*) e o porco-do-mato (*taxarrua*), seguidos por caititu (*tibaa*), paca (*karuara*), cutia (*akutĩ*), tatu (*taturia*), veado (*mixára*). Deste último, só apreciam a costela e dos macacos, o guariba (*akikĩ*) ou o macaco-prego (*kaia*), só se alimentam em último caso. As aves não são apreciadas como fonte alimentar e as abatidas, como o mutum (*mituã*) e o jacu(*djakua*), por exemplo, são ofertadas aos não-índios que residem junto ao Posto Indígena. Outras aves como o tucano (*tukũa*) e o gavião-real (*kuanô été*), como também o mutum, são aproveitadas como fontes de penas e de penugens para a confecção das flechas. Da arara-vermelha (*ararakĩ*) e do urubu-rei (*urubutĩa*) são retiradas penas e penugens, respectivamente para confecção de adornos para a cabeça e ornamentação corporal.

Com o contato, os Parakanã passaram a consumir o jacaré branco (*jakaretĩ*), através do convívio com os funcionários da FUNAI. Tradicionalmente, eles também não consumiam ou matavam a capivara (*kapiwara*), animal que consideram amigo (*pajê*) dos *Awaeté*. Isto foi mencionado a Magalhães pelos Parakanã de *Marudjewara* (1984, ip).

Os Parakanã caçam com cachorros (*jawara*), desde há tempos,e utilizam a técnica de rastreamento. Hoje, contudo, eles adotam,por influência dos funcionários da FUNAI, a técnica da caçada de espera, nos arredores da aldeia.

Tradicionalmente, os Parakanã caçam com arco e flechas com ponta de taquara, para a caça de animais de porte, e com as flechas com ponta de madeira, para as aves. Hoje, no entanto, eles utilizam espingardas cartucheiras, com calibres 20 e 28, fornecidas pela FUNAI, ou adquiridas com recursos advindos da safra de castanha-do-pará.

Pesca — A atividade da pesca, em moldes tradicionais, pode ser realizada sob duas formas — a familial (nuclear ou composta), quando se utiliza o arco e a flecha com ponta de osso, ou a coletiva, ao se utilizar o timbó (*tĩmá*). A primeira consiste em o homem flechar os peixes, enquanto que a(s) mulher (es) e o(s) filho(s) os apanham. Já a pesca com timbó é realizada com um grande número de homens, mulheres e crianças, quando as águas do igarapé estiverem bastante baixas. Faz-se um feixe de timbó e amarra-se ao centro com uma fibra de envira, macetando-o sobre uma pedra à beira do igarapé, com um pedaço de madeira, dirigindo-se depois para o meio do riacho. Este trabalho compete estritamente aos homens. Às mulheres e crianças está reservada a tarefa de apanhar os peixes atordoados e, ao

Torrando farinha de mandioca (foto Lux Vidal, 1980).

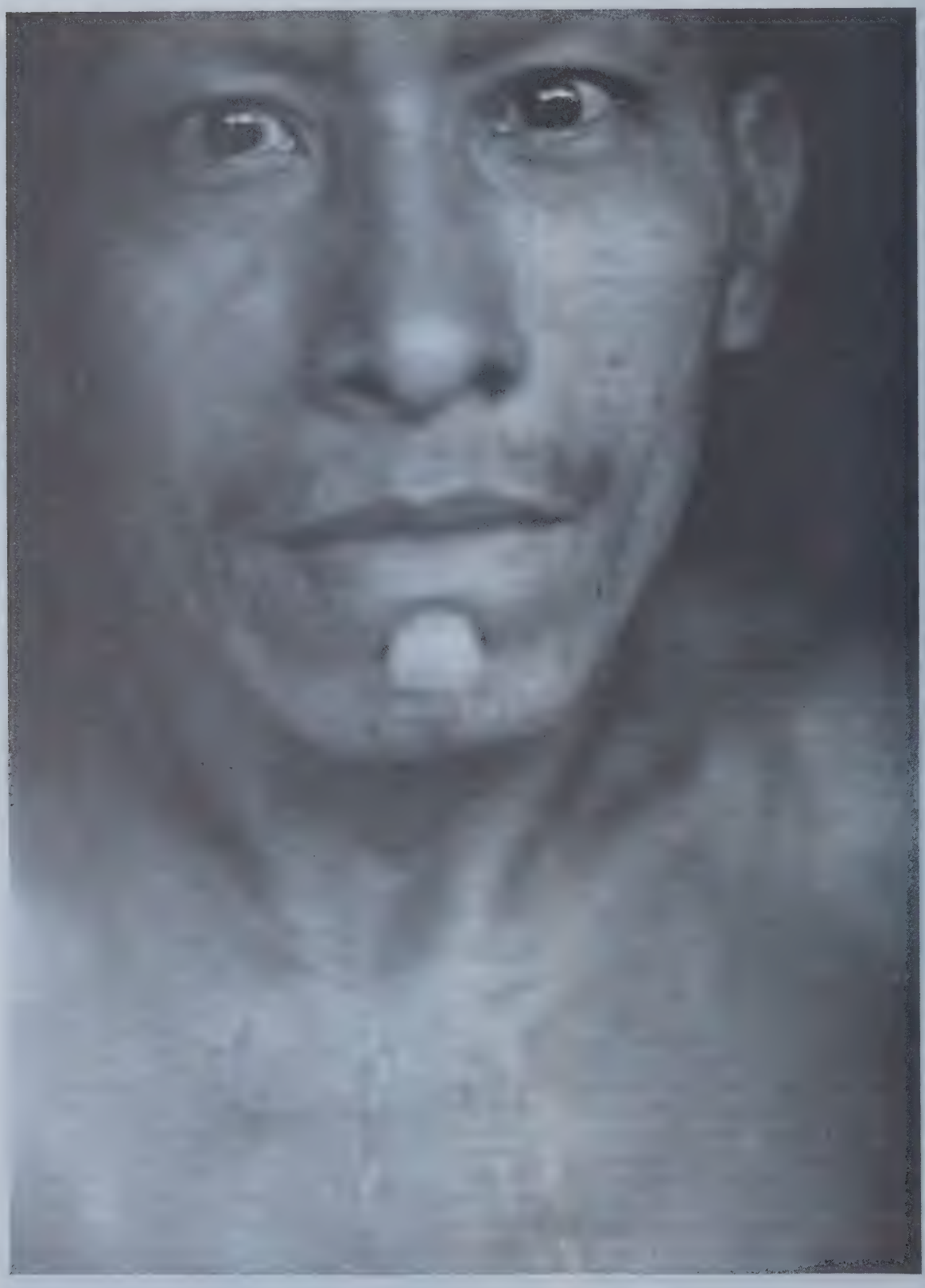
terminar de bater o timbó, os homens também se encarregam desta tarefa. O resultado do produto obtido, se em condições quantitativamente satisfatórias, o que geralmente ocorre, é distribuído entre todo o grupo local.

Atualmente, segundo Magalhães (1984, ip), a pesca também se constitui em atividade individual, com maior freqüência dos jovens e das crianças, através das linhas de nylon e dos anzóis fornecidos pela FUNAI. Em geral, os Parakanã não têm predileção por algum peixe em especial e consomem o jandiá (*janiá*), o surubim (*orowira*), a traíra (*téréia*), a piranha (*iperua*), o poraqué (*purakê*), mais comuns nos igarapés próximos aos aldeamentos. Ainda que não se constitua em fonte alimentar, a arraia (*miaria*) pode ser morta e o seu ferrão extraído e aposto à ponta da flecha com a ponta de madeira, para pescar.

Coleta — Esta atividade, ainda que possa ser desenvolvida por ambos os sexos, caracteriza-se por uma maior participação da mulher, notadamente, quando se trata dos frutos e do jabuti (*saotia*). Dentre os produtos coletados para o consumo, além do quelônio mencionado, pode-se observar uma considerável variedade de frutos e de alguns insetos: cupuaçu (*kupia*), inajá (*inajá*), ingá (*igá*), coco-de-babaçu (*wawacu*), cacau-bravo (*akaoa*), castanha-do-pará (*xõa*), além do mel de abelha (*eira*) e das larvas do coco-de-babaçu (*iãga*) e do mamão-do-pará (*nataãga*).

Os Parakanã do aldeamento situado às margens do Paranatĩ já vêm coletando há algum tempo, cerca de dez anos, a castanha-do-pará, a qual é entregue à FUNAI, para a sua comercialização. Em troca, eles recebem espingardas, roupas, lanternas, pilhas, etc. Já os Parakanã de *Marudjewara* não participam da coleta da castanha-do-pará com o objetivo de troca por bens industrializados.

O açaí e a bacaba não se constituem em frutos tradicionalmente coletados pelos Parakanã, os quais só vieram a consumi-los após o contato. É muito raro vê-los preparar qualquer um destes frutos, e o mais comum é que os con-



Índios Parakanã do Igarapé Lontra (fotos Lux Vidal, 1980).

sumam individualmente, quando algum funcionário do Posto Indígena lhes oferece.

Os Parakanã coletam outros produtos, não alimentares, como o urucu (*urukua*) e o jenipapo (*jenipawa*). Para a confecção de artefatos, destacam-se a resina de jutaí (*jutaĩg*), a entrecasca do ingá (*ĩgaõiwa*), utilizada para a decoração das flechas e das panelas de barro, as sementes regionalmente conhecidas como sabonete (*tokotii*), uma sapindácea, e olho-de-cabra, uma leguminosa, além da semente do ingá (*ĩgapoai*), usadas para a confecção de colares.

Agricultura — A atividade agrícola, de importância considerável para o cotidiano, se constitui, fundamentalmente, em prática coletiva dos grupos domésticos. As roças estão situadas bem próximas ao aldeamento. Na aldeia Paranatĩ, por exemplo, Magalhães contou cinco roçados em 1984 (ip). A dimensão destes varia de sete a vinte hectares. Os Parakanã do Paranatĩ mantêm ainda em uso as roças existentes em aldeamentos anteriores, às margens do Igarapé Andorinha e às margens do Igarapé Lontra, retornando regularmente a elas e trazendo produtos diversos.

O trabalho no roçado pode ser dividido em duas fases distintas: a primeira, tarefa exclusiva dos homens, compreende a broca e a derrubada da mata, a queima e a limpeza do terreno, o que caracteriza a agricultura de coivara; o solo, então, estará pronto para receber o plantio. Esta fase tem um espaço de tempo variável entre quatro a cinco meses, começando, em geral, nos meses de junho/julho. A segunda fase, de trabalho exclusivo da mulher, tem início com o período das chuvas (novembro/dezembro) com o plantio das sementes e das mudas, e se estende por todo ano, com a colheita. Dentre os produtos cultivados nas roças (*Ka*) Parakanã encontram-se: a batata-branca (*xetĩ*), a batata-vermelha (*xetĩ pirõ*), a batata-doce (*xetĩ a nawa*), o cará pequeno (*kará ia*), o cará (*kará*), o inhame (*karajakwira*), o milho (*awatia*), a banana (*xatá*) em suas variedades costela-de-vaca (*xata irũ*), vermelha (*xata pirõ*), baixinha (*xata ia*), branquinha (*xatatawa*), macaxeira (*manitawa*), a mandioca-brava (*maniiwa*), além do urucu e do algodão (*aminijua*). Há algum tempo plantavam a fava (*kumanaía*), mas a perderam após o contato. As roças de arroz (*awatii*) são abertas em separado e cultivadas apenas pelos homens, obedecendo às orientações de funcionários do Posto Indígena da FUNAI (Magalhães: 1984, ip). É o líder do grupo doméstico quem escolhe o local do roçado, e os homens casados pertencentes a cada um dos grupos escolherão a sua faixa de terra para plantar. Inicialmente, é realizado em conjunto o trabalho de coivara e, após a queima, o roçado será dividido. Caso a roça de alguém não produza satisfatoriamente, ele se socorrerá com outra pessoa de seu mesmo grupo doméstico, a qual lhe reservará uma parte para que dela se sirva. Além disso, a família da roça que fracassou contará com os parentes em outros grupos domésticos.

O homem só poderá voltar ao roçado quando a mandioca estiver adulta, isto é, pronta para a colheita. De fato, é só na colheita da mandioca que o homem, a seu critério, pode ou não participar. A colheita de todos os outros produtos é trabalho restrito à mulher. O transporte dos produtos, também a cargo da mulher, geralmente é realizado com a utilização do cesto *Manakutĩ*, trançado em palha de babaçu. É também com este cesto que ela transporta a lenha para o fogo.

A roça de fumo, por sua vez, pertence exclusivamente ao homem, sendo vedado à mulher passar por ela. Apenas um homem é quem trabalha este pequeno roçado, recebendo dos demais as sementes para o plantio.

Preparação dos alimentos — De acordo com as informações colhidas por Magalhães (1984, ip), anteriormente ao contato, os Parakanã tinham os seus fogos familiais no interior das casas e próximos às redes, como de fato até hoje mantém. No entanto, mais recentemente, eles passaram a adotar uma cozinha em separado para servir, respectivamente, aos grupos domésticos existentes. Às mulheres compete a tarefa de preparar os alimentos e, para isto, utilizam-se tanto dos fogos familiais no interior das residências, como das cozinhas exteriores; a ambas os Parakanã denominam *tataupawa*. Os fogos familiais são mais utilizados para o moquém.

Os Parakanã não consomem o alimento cru, à exceção de frutos e de larvas e, ainda estes, como a banana, o *iãga*, o *nataãga*, podem ser consumidos sob a forma de assado a fogo aberto. O milho, o jabuti, as batatas são, em geral, aproveitados deste modo, ao passo que a caça e o pescado, na maioria das vezes, consome-se sob a forma moqueada. A carne de caça pode ser repartida em pedaços, quando de grande porte, mas o tatu é disposto por inteiro sobre o moquém, assim como o peixe. Mediante o cozimento, são preparados o jabuti e algumas caças tais como o caititu, a paca e, principalmente, a anta.

A mandioca é o principal produto do roçado. Dela obtém-se unicamente a farinha (*oía*). Após a sua colheita, a mandioca é cortada em pequenos pedaços, os quais são colocados em uma grande panela de barro, para que sejam aferventados e amolecidos. Em seguida os pedaços são descascados e colocados sobre uma esteira: junta-se então uma porção já amassada com a mão, extraindo-se o sumo venenoso (ácido cianídrico) e formando-se pequenos bolos. Estes são dispostos sobre a grelha do moquem, para secar. Estando secos, os bolos passam a ser desmanchados com as mãos e peneirados, e o seu resultado depositado em uma panela de barro (forno) para a torrefação. Mexe-se constantemente com uma pequena cuia para não queimar, até que a farinha esteja pronta para o consumo. As mulheres fazem farinha o dia todo, e é comum, durante a noite, ouvir-se o bater da cuia nos fornos de farinha.

Tutela e assistência

Os Parakanã tiveram seus contatos regulares com a sociedade nacional controlados pela FUNAI, desde os primeiros relacionamentos de alguns subgrupos com as frentes de atração em 1970-71.

Mais recentemente, já na década de 80, missionários católicos do CIMI (Regional Norte II) têm visitado periodicamente as aldeias Marudjewara e Paranatĩ. No tempo do SPI, as frentes de atração criadas nas décadas de 20 e 40, por interesse da Estrada de Ferro Tocantins, não lograram êxito.

Os Parakanã voltaram a ser "obstáculo" na década de 70, com a construção da rodovia Transamazônica. A FUNAI instalou frentes de atração no trecho Marabá-Altamira, financiadas pelas próprias empreiteiras privadas. Os contatos levados a efeito por turmas de funcionários da FUNAI, despreparados e com precárias condições materiais, foram desastrosos, resultando em quatro transferências até 1975, num drástico processo de depopulação e dependência (inclusive alimentar) dos índios com relação à FUNAI.

O drama dos Parakanã já contatados voltaria a ser denunciado à opinião pública a partir de 1977, quando se soube que parte de seu território seria inundada pelas águas da Hidroelétrica de Tucuruí, a ser construída (ver a respeito, por exemplo, "A dramática opção dos Parakanã", de Ricardo Carvalho, FSP: 15.10.1977). Neste contexto, a sede da FUNAI em Brasília autorizou e patrocinou o chamado "Projeto Parakanã" (1978/79), coordenado pelo antropólogo Antonio Carlos Magalhães (ver adiante).

Por conta da futura inundação das águas de Tucuruí e da política da FUNAI de concentrar os Parakanã já contatados, uma nova onda de transferências forçadas foi efetivada: três, até 1982.

Apesar das constantes mudanças de aldeias e, conseqüentemente, das bases operacionais da FUNAI na área, o órgão tutelar, através da 2ª DR, desenvolveu ao longo desses anos várias atividades de exploração econômica: coleta e comercialização da castanha-do-pará, utilizando a mão-de-obra indígena e arrendando castanhais a terceiros; e a instalação de uma serraria na Reserva Pucuruí, posteriormente arrendada à CAPEMI Agropecuária (ver o *box* "Projeto Serraria, da FUNAI à CAPEMI").

Na década de 80, frentes de atração da 2ª DR foram reativadas para contatar os demais subgrupos Parakanã arredios (3) que, acossados territorialmente, entraram em conflito com outros grupos indígenas. Alguns integrantes dessas frentes foram os mesmos que participaram do contato nos anos 70, entre eles, o sertanista João Carvalho, da 2ª DR. A sede da FUNAI, entretanto, interviu e os dois últimos subgrupos foram contatados por frentes de atração sob a coordenação do sertanista Sidney Possuelo.

A partir de 1983, uma vez incluídos na área de influência do Projeto Ferro-Carajás, os Parakanã estão tendo que en-

frentar o incremento das modalidades de interferência da FUNAI. '

A FUNAI passou a aplicar, entre os Parakanã, recursos provenientes do convênio com a CVRD, sobretudo na aquisição de materiais diversos destinados a reforçar a sua infra-estrutura na área e na contratação de funcionários. No final de 1983, na aldeia Paranatí, havia onze funcionários, ou seja, aproximadamente um para cada dez Parakanã: o chefe do PIA (sertanista João Carvalho), dois auxiliares de sertanista, uma professora, uma enfermeira, uma auxiliar de enfermagem, um técnico agrícola, um motorista e piloto de barco e três braçais.

Segundo o antropólogo A. C. Magalhães, nenhum desses funcionários recebeu treinamento adequado, sobretudo os da área de saúde, principal necessidade de assistência dos Parakanã (1984, 6-7).

PROJETO SERRARIA, DA *FUNAI* À *CAPEMI*

Em 1977, quando tiveram início os trabalhos de campo preliminares para a construção da Hidroelétrica de Tucuruí e se configuraram as áreas a serem inundadas pela futura represa, a FUNAI elaborou um projeto para a extração e comercialização de madeiras-de-lei existentes na área Parakanã a ser coberta pelas águas. Neste mesmo ano, a sede do Projeto Serraria Tucuruí/FUNAI foi instalada na Base Avançada de Tucuruí. Já no princípio de 1978, os desmatamentos alcançavam boa parte da Reserva de Pucuruí, chegando a apenas um km da aldeia Parakanã, criada há um ano em conseqüência da transferência forçada do subgrupo contatado no Rio Anapu.

Funcionários da serraria penetravam diariamente na área indígena também para caçar e coletar, concorrendo com os Parakanã e alterando o panorama ecológico local.

Embora o coordenador do recém-criado Projeto Parakanã, A. C. Magalhães, tenha logo solicitado à direção da FUNAI a paralisação das atividades da serraria até que os índios fossem transferidos para uma nova área, isso só ocorreu em 1980. Mesmo assim por pouco tempo, o suficiente para a FUNAI arrendar a serraria à Agropecuária Capemi Indústria e Comércio Ltda., empresa pertencente a um conjunto de 23, sob controle do grupo Capemi Pecúlio e Pensões. Por esse contrato de arrendamento (n.º 076/80 de 10.10.80) as instalações da serraria foram passadas à CAPEMI por 36 meses, em troca de 13 milhões de cruzeiros, a serem pagos em 180 dias.

Na concorrência pública aberta pelo governo federal, em julho de 1980, em segunda licitação, sob controle do IBDF, a CAPEMI foi a única empresa a se apresentar. Outras empresas mais habilitadas, de acordo com os pré-requisitos do edital de licitação (capital mínimo de Cr$ 500 milhões, capacidade tecnológica, etc.), como as construtoras Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, recusaram os contatos feitos pelo IBDF, por considerarem o empreendimento inviável (Jourdani & Assis: 1982). Apesar de não satisfazer as qualificações exigidas, a CAPEMI ganhou a concorrência e assinou um contrato com o IBDF a 26 de agosto, pelo qual se comprometia a extrair um total de 5,6 milhões de metros cúbicos de madeira nobre e fazer a limpeza de toda a área de 65.510 ha que lhe fora reservada, do total estimado de 246 mil ha a serem inundados pelo lago de Tucuruí.

Para tanto, a CAPEMI assinou um contrato de financiamento de US$100 milhões, agenciado pela Maison Lazard Frères junto ao Banco Nacional de Paris, empréstimo este avalizado por todas as empresas do grupo Capemi e pelo governo brasileiro, através do BNCC (ilegalmente, pois a Agropecuária Capemi não era uma Cooperativa).

Além disso, a CAPEMI fez um contrato de assistência técnica e comercialização com a empresa francesa Lazard Frères, com experiência acumulada em exploração de madeiras em florestas tropicais asiáticas. Esta empresa estava interessada sobretudo na extração de madeiras retas, sem nódulos, como o mogno, cuja concentração na área a ser inundada era baixa, de acordo com estudos feitos pelos seus técnicos.

"O IBDF concordou em contornar esta primeira dificuldade sem demora (e sem maiores escrúpulos): acrescentou à área original uma parte do território dos índios..." Parakanã das reservas Pucuruí e Parakanã, que não seria inundada (*idem acima*).

Então, parte dos 65.510 ha estavam no interior das duas reservas Parakanã, das quais deveriam ser extraídos 4 milhões e 143 mil metros cúbicos de madeira.

Não se tem notícia sobre a quantidade de madeira extraída das áreas Parakanã, ao longo desses anos. Magalhães informa que, na Reserva Pucuruí, os desmatamentos ocorreram em três pontos distintos e, como já se disse, chegaram quase em cima da aldeia.

Em 1981, na altura do km 135 da Transamazônica, a Reserva Parakanã apresentava um corredor de 15 metros de largura por seis quilômetros de cumprimento totalmente desmatado, próximo à aldeia do Lontra. Isto contribuiu para que os Parakanã aí instalados se autotransferissem das margens do Igarapé Lontra para a margem esquerda do Igarapé Andorinha.

Os desmatamentos prosseguiram e somente em março de 1982, o então chefe do PIA Pucuruí, Iberê Sassi, embargou os trabalhos da CAPEMI na Reserva Pucuruí, até que os 36 Parakanã aí residentes fossem transferidos para uma nova aldeia na Reserva Parakanã (ESP: 30.03.82).

Logo em seguida, o então delegado da FUNAI em Belém, Paulo Cesar Abreu, alegaria o desrespeito, por parte da CAPEMI, de outra cláusula contratual, para manter o embargo dos desmatamentos: a empresa deveria construir uma estrada de acesso à nova aldeia, distante 60 km da atual. E acrescentava que, além dos índios terem seus campos de caça afetados, viviam constantemente ameaçados de contaminação por doenças, perturbados pelo barulho das máquinas e temiam que as mulheres fossem assediadas pelos mais de mil peões contratados pelas empreiteiras (ESP: 06.04.82).

No PIA Marudjewara, o número de funcionários era de sete, também considerado excessivo para as necessidades de atendimento dos Parakanã ali aldeados (Magalhães: 1983b, 20).

PROJETO PARAKANÃ — Em 1978 foi iniciada a implantação do chamado "Projeto Parakanã", através de um convênio FUNAI/ELETRONORTE.

Segundo plano elaborado em 1977 pelo antropólogo Antonio Carlos Magalhães — que veio a ser contratado como seu coordenador — o objetivo era atender os grupos Parakanã aldeados nas Reservas Pucuruí e Parakanã, transferindo-os para outros locais até 1979, em razão da formação do lago da Hidroelétrica de Tucuruí.

Os trabalhos de campo começaram em abril de 1978, na aldeia chamada "Terceiro Acampamento" (Reserva Pucuruí), a primeira a ser inundada. Segundo estimativas oficiais divulgadas na época, toda a Reserva Pucuruí seria inundada, o que obrigaria a transferência dos Parakanã aí aldeados para outra reserva (cf. Magalhães: 1982, 220). Assim sendo, Magalhães tratou de informar aos Parakanã o que aconteceria com as águas do Tocantins e seus afluentes, da necessidade da transferência e das providências práticas para viabilizá-la: escolha de um novo local, abertura de roças e delimitação do novo território.

A transferência acabou ocorrendo somente em 1982, três anos depois do Projeto Parakanã ter sido desativado pela FUNAI, e o trabalho autodenominado, pelo antropólogo Magalhães, de "conscientização" junto aos Parakanã não pôde prosseguir.

Na verdade, as conversas e a maquete utilizadas, entre 1978-79, para esclarecer os Parakanã sobre os efeitos da hidroelétrica, não lograram êxito. Magalhães se refere às dificuldades havidas no seu relacionamento recente com os Parakanã, sobretudo o pouco conhecimento da língua (1982, 22).

Os Parakanã do Lontra, com maior tempo de contato e com dois indivíduos que compreendiam um pouco de português, indicaram mais rapidamente dois novos locais para futuros aldeamentos: a margem esquerda do Igarapé Tinga-Tinga, afluente do Bacuri, e a margem esquerda do Igarapé Andorinha, locais de antigas aldeias (Magalhães: 1982, 222 a 227).

A expectativa de transferência fez os Parakanã abandonarem o plantio de suas roças, o que agravou a longa dependência alimentar com relação aos postos da FUNAI. O coordenador do Projeto Parakanã, por exemplo, foi obrigado a comprar farinha de mandioca para abastecer os índios (1978b, 7-8). Tratou de orientar a coleta de castanha-do-pará para comercialização e intervir na assistência de saúde, como se verá mais adiante. Além disso, Magalhães fez uma proposta de nova área para a Reserva Parakanã (ver no item "Situação Atual das Terras").

Antes do final de 1979, último ano da gestão do gal. Ismarth Araújo de Oliveira na presidência da FUNAI, o contrato de A. C. Magalhães não foi renovado e as atividades do Projeto Parakanã, paralisadas.

No ano seguinte, a coordenação da transferência dos Parakanã estava encabeçada pelo cel. aposentado da Aeronáutica Ivan Zanoni Hausen, diretor do DGPC/FUNAI.

Em dezembro, houve uma reunião denominada I.º Encontro *Parakanã* (FUNAI: 1980), patrocinada pela FUNAI, com a colaboração da ELETRONORTE. Nessa ocasião, reuniram-se em Tucuruí representantes do GETAT, COMARA, Secretaria de Segurança Pública do Pará, Secretaria de Saúde Pública do Pará, Instituto Evandro Chagas, Hospital Barros Barreto, antropólogos da UFSC, UFPa, USP e MPEG e representantes da ABA e do INPA, além dos próprios promotores do encontro. Nessa ocasião foram discutidas várias questões afetas ao futuro dos Parakanã, nas áreas de saúde, economia, educação e infra-estrutura de assistência. Embora tenha sido apresentada uma proposta de nova reserva para os Parakanã, elaborada pelo DGPC/FUNAI (que diminuía em 163 mil ha a área proposta pelo Projeto Parakanã), ela não consta do documento oficial do Encontro, divulgado pela FUNAI (1980).

SERVIÇOS DE SAÚDE — Até 1983, a assistência de saúde prestada pela FUNAI aos Parakanã se resumiu às visitas temporárias da EVS da 2.ª Delegacia Regional (Belém) e à manutenção de atendentes de enfermagem — constantemente substituídos — junto aos postos. Isso significou, no quadro de um povo recém-contatado e sujeito a várias transferências compulsórias (ver no item "Histórico do Contato"), a morte de muitos Parakanã, o aparecimento de várias doenças que deixaram seqüelas graves e uma série de desacertos no funcionamento dos serviços de saúde.

No período mencionado, por exemplo, não há, por parte da FUNAI, registros das vacinações efetuadas nos vários subgrupos Parakanã, contatados em períodos distintos: os medicamentos existentes nas enfermarias dos dois postos da FUNAI na área, provenientes da CEME, freqüentemente eram inadequados ou estavam com seus prazos de validade vencidos; e a já mencionada inconstância dos atendentes de enfermagem prejudicou qualquer atendimento mais sistemático (Magalhães: 1984, ip).

Logo após os primeiros contatos com a Frente de Atração da FUNAI, o grupo Parakanã do Lontra foi contaminado, em 1971, com blenorragia ocular, possivelmente proveniente de roupas contaminadas, que eles colocavam na cabeça (Vieira F.º: 1983a, 38-39). Casos de doenças venéreas também foram constatados entre funcionários da FUNAI e índios Parakanã e, entre 1976-77, houve uma epidemia de paralisia infantil que acarretou 16 mortes e deixou seqüelas em duas pessoas.

O grupo do Anapu, contatado em 1976, também teve sua população diminuída em conseqüência de doenças contraídas logo após o contato com a Frente de Atração da FUNAI. No mesmo ano foram transferidos para a Base de

Pucuruí, de ônibus pela Transamazônica, em condições desfavoráveis à saúde, onde estabeleceram um intenso contato com regionais que viviam próximos (ver mais informações nos ítens "Histórico do Contato" e "População").

Quando os dois grupos mencionados foram transferidos para novas aldeias — Paranatí, em 1981, e Marudjewara, em 1983 — elas não haviam sido previamente dedetizadas, medida saneadora elementar, uma vez que a malária é a principal doença responsável pela morbidade e mortalidade entre os Parakanã. Além do mais, não houve controle, por parte da FUNAI, das condições de saúde dos trabalhadores braçais introduzidos na área Parakanã para a construção das sedes dos novos postos (Magalhães: 1983b, 3).

Para minorar a situação de saúde vivida pelos Parakanã durante essa primeira década de contato controlado pela FUNAI, o antropólogo A. C. Magalhães, então coordenador do "Projeto Parakanã", conseguiu que os casos de maior gravidade fossem atendidos no Hospital da Vila Temporária da Hidroelétrica de Tucuruí. A partir de 1978, essa assistência hospitalar mais a presença de um enfermeiro diplomado na aldeia do Lontra, contribuíram para o baixo índice de mortalidade entre os Parakanã, registrado até 1979 (Magalhães: 1979).

Desde 1977, o médico da Escola Paulista de Medicina, dr. João Paulo Botelho Vieira F.º, enviava voluntariamente remédios adequados para suprir as enfermarias dos postos da FUNAI. A partir de 1981, começou a vacinar os Parakanã: "em julho de 1982, apliquei o BCG intradérmico a todos Paracanã (da aldeia Paranatí), a vacina antisarampo a toda população, a antipoliomielite numa dose a todos os índios, a vacina antitetânica aos homens e mulheres adultos. Posteriormente à minha visita, em 82, foi aplicada a vacina antipoliomielite durante a campanha nacional contra a paralisia infantil e uma dose da tríplice às crianças com menos de 6 anos. As vacinas foram regularmente administradas, somente durante o período de permanência da enfermeira de nível superior, Célia, que permaneceu algum tempo entre os índios, na antiga aldeia do Lontra" (Vieira F.º: 1983, 43).

Os Parakanã do grupo contatado em 1976 e, posteriormente transferidos duas vezes até a aldeia Marudjewara, foram submetidos às seguintes vacinas: BCG, anti-sarampo, antipoliomielite, antiamarílica, antitífica, antitetânica, tríplice e anticaxumba. A tríplice foi administrada em duas doses e a antitetânica também (Vieira F.º: 1983, 29). O grupo contatado em janeiro de 1983 e que veio juntar-se aos Parakanã do Marudjewara, foi submetido às seguintes vacinas: BCG, anti-sarampo, antipoliomielite 1.ª e 2.ª dose, antitetânica 1.ª e 2.ª dose e tríplice 1.ª e 2.ª dose (Vieira F.º: 1983, 29). Em 1984, o dr. Vieira F.º vacinou 14 crianças contra tuberculose (BCG) na aldeia Paranatí (1984c, 12) e igual número de Parakanã do Marudjewara (1984b, 12).

Parte dessas vacinações e outras melhorias no atendimento médico aos Parakanã foram efetivadas já no período de vigência do Convênio FUNAI/CVRD, que a partir de 1983 passou a destinar recursos do Programa Carajás para o apoio às comunidades indígenas na sua área de influência. Sob orientação do dr. Vieira F.º, agora como assessor da Vale, a CVRD passou a interferir diretamente nas condições de assistência médica entre os Parakanã, colocando vôos regulares de helicóptero, comprando remédios, promovendo a dedetização através da SUCAM e até enviando alimentos, para garantir as lacunas de transferências mal planejadas pela FUNAI.

Os serviços permanentes de assistência da saúde, de responsabilidade da FUNAI, continuaram bastante precários: falta de condições mínimas para o contato com os grupos novos, falta de preparo adequado dos locais e funcionários temporários e permanentes envolvidos nas atividades de transferências e nos postos, instabilidade dos funcionários que ocupam funções permanentes e conseqüente falta de controle das informações de saúde. Como conseqüência desse quadro, por exemplo, em 1983 morreu uma Parakanã de 8 anos, depois que um funcionário da FUNAI lhe fez uma aplicação endovenosa de 10 cm de aminofilina (isto é, uma superdose, provavelmente aplicada com rapidez).

Os sertanistas da FUNAI que participaram da Frente de atração que efetivou o contato com um grupo Parakanã em janeiro de 1983, transmitiram a malária que quase os dizimou (Vieira F.º: 1983b, 4). Em julho de 1984, havia na aldeia Paranatí um funcionário temporário com blenorragia e o próprio chefe do Posto da FUNAI apresentava sinais visíveis de hanseníase! (Vieira F.º: 1984c, 10-11).

Condições ambientais de saúde também não têm recebido a devida atenção por parte dos funcionários da FUNAI: recursos do convênio com a CVRD foram utilizados, por exemplo, para instalar um gerador de energia elétrica e iluminar as casas na aldeia Marudjewara, atraindo uma enorme quantidade de insetos, entre eles os anofelinos transmissores da malária (Vieira F.º: 1983a, 21).

A malária é a principal doença entre os Parakanã, responsável pela precária situação de saúde do grupo na atualidade (Vieira F.º: 1983a e b). Trata-se de doença crônica com a mais alta taxa de mortalidade e morbidade, sem controle e em expansão. Em 1983, foram registrados, em média, dois a três casos por dia na aldeia Marudjewara e três a quatro casos na aldeia Paranatí, com uma média mensal de 100 casos (Vieira F.º: 1983b, 5).

Pelo menos até novembro de 1983, a malária estava em franca expansão entre os Parakanã, com surtos epidêmicos ao longo do ano, atribuídos à abertura de estradas e à mobilidade dos trabalhadores que acorrem às atividades de desmatamento, agropecuárias e mineradoras (Vieira F.º: 1983b, 2).

A malária ocasiona anemia e imunodepressão do organismo o que, na opinião do dr. Vieira F.º, contribuiu para

que se instalasse entre os Parakanã de Marudjewara uma epidemia de infecção entérica pelo bacilo *Proteus*, ocasionando 5 mortes em 1983 (1983a, 19-21). O grupo Parakanã contatado em janeiro de 1983 apresentava bom estado de saúde e contava 44 pessoas. Após seis meses eram somente 33. As onze mortes tiveram o registro médico que aparece no quadro a seguir.

MORTES OCORRIDAS ENTRE OS PARAKANÃ CONTATADOS NO IGARAPÉ SÃO JOSÉ (JANEIRO A JULHO DE 1983)

Nº	SEXO	IDADE	CAUSA	LOCAL	MÊS
1	fem.	+ 60a	incêndio no acampamento	Pasto da Fazenda Bannak, onde se realizou o contato	janeiro
2	masc.	+ 60a	infecção intestinal pelo bacilo *Proteus*	PI Marudjewara	abril
3	fem.	20-25a	idem	Clínica Manuel Mendes, Marabá	abril/maio
4	00-05a	idem	idem	idem	idem
5	00-05a	00-05a	idem	idem	idem
6	fem.	45-50a	idem	Hospital do SESC, Marabá	idem
7	fem	± 1a	malária	PI Marudjewara	maio
8	fem.	± 3a	idem	idem	julho
9	fem.	6 meses	idem	idem	idem
10	masc.	25-30a	idem	idem	idem
11	masc.	15-20a	idem	idem	idem

FONTE: Vieira Filho (1983a, 22-23).

Os doentes removidos para os hospitais de Marabá, morreram de inanição, contribuindo para isso a ausência da dieta alimentar tradicional (Vieira Fº: 1983b, 11).

A malária atacou todos os Parakanã sobreviventes deste grupo contatado no Igarapé São José. Dos 33 sobreviventes, 30 estavam com a doença em junho/julho de 1983.

Sobre a situação de saúde dos Parakanã contatados a 22.11.1983 no Igarapé Bom Jardim, sabe-se que foram vacinados (?) em março de 1984. Um outro grupo, contatado a 23.03.1984, recebeu as vacinas logo seis dias depois (anti-poliomielite, anti-sarampo, antitetânica, difteria e coqueluche, toxóide tetânico e BCG), conforme o dr. Madeiro (1984), médico da EVS/FUNAI.

Em abril do mesmo ano, o dr. Madeiro já constatou a incidência da malária e da anemia, apesar dos poucos dias de contato.

Situação atual das terras

A definição jurídica das terras destinadas aos Parakanã — última forma — foi dada recentemente pelo decreto presidencial nº 91.028 de 5 de março de 1985 (ver a íntegra do documento adiante), consagrando uma área de cerca de 317 mil hectares, nos municípios de Itupiranga e Jacundá (PA).

Foi um longo processo, que custou aos cinco grupos Parakanã, contatados em diferentes momentos pelas frentes de atração da FUNAI (entre 1971 e 1984), nada menos do que onze transferências (ver no item "Histórico do Contato").

No passado (1945), quando os Parakanã eram considerados "obstáculos" aos trabalhos de construção e, posteriormente, ao tráfego ferroviário regular da Estrada de Ferro Tocantins, a Fundação Brasil Central autorizou o SPI a utilizar a área entre os km 62 e 68, "para os trabalhos de atração" (cf. Ordem de Serviço nº 31 de 22.12.1945). Em 1960, com o mesmo objetivo, ainda não logrado, esta área foi ampliada, passando a ser considerada do km 61 ao km 68, "ficando ressalvado que poderá a E. F. T. utilizar total ou parcialmente a mencionada área, caso, em qualquer tempo, se torne necessário, nela executar trabalho técnico" (cf. Portaria nº 72/60, de 02.12.1960, da Fundação Brasil Central).

A partir de 1970, com a construção da rodovia Transamazônica, o PIA Pucuruí (criado pela Port. nº 136/69 da FUNAI) foi transformado em Base Avançada, cujas terras aparecem nos mapas da FUNAI totalizando 23.288,25 hectares. Esta área foi utilizada, por interesses da frente de atração, para alojar o segundo grupo Parakanã contatado, em 1976.

O grupo contatado em 1970-71 havia sido removido para o interior da *Reserva Indígena Parakanã*, criada pelo decreto presidencial nº 68.913, de 13 de julho de 1971 e situada no município de Tucuruí (PA). De acordo com este decreto os limites da reserva eram os seguintes: *NORTE: partindo do ponto de cruzamento do rio Repartimento ou Jacundá, com a rodovia Transamazônica; daí seguindo esta rodovia, até o ponto de seu cruzamento com o rio ou igarapé Bacuri; LESTE: subindo este rio ou igarapé, até a foz do seu afluente igarapé Lontra; SUL: daí prossegue subindo o rio ou igarapé Bacuri, até a sua cabeceira, conhecida como igarapé das Lagoas, deste ponto, segue em linha reta e seca até a cabeceira do rio Repartimento ou Jacundá: OESTE: daí desce este rio até o seu ponto de cruzamento*

com a rodovia Transamazônica. A este perímetro aproximado de 246,844 km, correspondia uma área de, aproximadamente, 189.681 ha.

Pelo artigo 3º do referido decreto, a FUNAI teria o prazo de dois anos "para apresentar ao Ministro do Interior, projeto de redução da área reservada, desde que julgada excessiva às necessidades dos índios que a ocupam". Consta que a área foi demarcada em 1975, sem alterações.

Entretanto, dois anos depois, a opinião pública ficou sabendo, através da imprensa (ver no item "Tutela e Assistência"), que a RI Parakanã (em cerca de 64 mil ha) e as terras da Base de Pucuruí (totalmente, se dizia) seriam inundadas pelas águas da barragem da futura hidroelétrica de Tucuruí. Com isso, as duas aldeias de Parakanã já contatados (Lontra e Terceiro Acampamento) deveriam ser transferidas, nos próximos anos, para as terras que restariam da RI Parakanã, a serem cortadas por uma variante da rodovia Transamazônica (cerca de 25 km).

Em dezembro de 1978, o antropólogo A. C. Magalhães, então coordenador do *Projeto Parakanã/FUNAI*, elaborou, em contato com os índios (cujas circunstâncias aparecem referidas no item "Tutela e Assistência"), uma nova proposta de área, com 245 km de perímetro e aproximadamente 319.000 ha de superfície. De acordo com esta proposta, a faixa de terras não inundáveis entre a variante da Transamazônica e as margens do futuro lago se constituiriam como uma futura "área de piscicultura dos Parakanã". Embora não incluídas nos 319.000 ha delimitados, a posse dessas terras deveria ser, posteriormente, garantida aos Parakanã.

Durante o *I.º Encontro Parakanã*, promovido pela FUNAI e pela ELETRONORTE em dezembro de 1980, os represententes do órgão tutelar apresentaram uma nova proposta para a reserva indígena, com apenas 156.000 ha de extensão. Tal proposta foi recusada, à unanimidade, pelos participantes do Encontro. Nessa ocasião, a ELETRONORTE havia proposto, inclusive, ampliar a área de 315.000 ha reivindicada pelos Parakanã, unindo essa área aos limites do lago da barragem de Tucuruí.

A justificativa apresentada pela FUNAI para reduzir o território indígena era a presença de um "número considerável" de posseiros titulados pelo GETAT dentro da área eleita em 1978. Na realidade, as únicas posses existentes na época não somavam a treze e o número de ocupantes não atingia a cinqüenta. Contrariando o argumento da FUNAI, o representante do GETAT afirmaria, na ocasião, que esse órgão não havia cedido títulos dentro da área desde 1978, quando fora informado pelo Projeto Parakanã/FUNAI se tratar de uma área de interesse dos Parakanã.

documento

DECRETO N.º 68.913, DE 13 DE JULHO DE 1971

Cria a Reserva Indígena Parakanã situada no Município de Tucuruí, Estado do Pará.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista a Exposição de Motivos nº 1.122, de 6 de julho de 1971 do Ministro de Estado do Interior, decreta:

Art. 1º Fica criada no Município de Tucuruí, no Estado do Pará, a Reserva Indígena para os índios Parakanã, para os efeitos do Art. 193 e seus parágrafos, da Constituição Federal e Art.1º, item IV, da Lei número 5.371, de 5 de dezembro de 1967.

Art. 2º As terras da Reserva Indígena Parakanã terão os seguintes limites: NORTE: partindo do ponto de cruzamento do rio Repartimento ou Jacundá, com a rodovia Transamazônica; daí, seguindo esta rodovia, até o ponto de seu cruzamento com o rio ou igarapé Bacuri; LESTE: subindo este rio ou igarapé, até a foz do seu afluente igarapé Lontra; SUL: daí prossegue subindo o rio ou igarapé Bacuri, até à sua cabeceira, conhecida como igarapé das Lagoas, deste ponto, segue em linha reta e seca, até a cabeceira do rio Repartimento ou Jacundá; OESTE: daí, desce este rio até o seu ponto de cruzamento com a rodovia Transamazônica.

Art. 3º A Fundação Nacional do Índio terá o prazo de dois (2) anos para apresentar, ao Ministro do Interior, projeto de redução da área reservada, desde que julgada excessiva às necessidades dos índios que a ocupam.

Art. 4º Caberá à Fundação Nacional do Índio exercer a administração da Reserva Indígena Parakanã nas matérias atinentes à proteção dos indígenas, de acordo com as atribuições constantes da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967 e do Decreto número 68.377, de 19 de março de 1971.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de julho de 1971; 150º da Independência e 89º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI
José Costa Cavalcanti

As invasões no território Parakanã aumentaram a partir de 1981, sobretudo nos limites da Reserva Indígena Parakanã demarcada em 1975 (em parte incluída na AI consagrada pelo dec. n.º 91.028/85).

As invasões iniciaram nas imediações da "antiga" Transamazônica, nas margens do Igarapé Lontra, onde se abriram garimpos de cassiterita, e junto ao Igarapé Bacuri, onde aproximadamente 50 posseiros, cujos sítios seriam inundados pelas águas do Reservatório de Tucuruí, começaram a abertura de roçados, em setembro de 1981.

No mesmo ano, o então delegado da 2ª DR/FUNAI, Paulo Cesar de Abreu, autorizou a liberação de parte das terras Parakanã, situadas na faixa não inundada da Reserva Indígena Pucuruí, na confluência da BR-422 com a Transamazônica e na nova variante da mesma. A maior parte da área liberada correspondia à futura "área de piscicultura" dos Parakanã.

O delegado alegava de fato que os índios — transferidos recentemente da região do Lontra para o Paranatí (ver "Histórico do Contato") — não retornariam a essa região. Considerou-se que a liberação dessas áreas pela FUNAI "seria de grande função social pois permitiria de imediato ao GETAT/ELETRONORTE o remanejamento dos colonos do lago da inundação para as áreas acima mencionadas, na micro-região de Vila Repartimento" (*Ata da reunião GETAT/FUNAI, Tucuruí: of. n.º 649/2ª DR/FUNAI* de 20.11.81, Processo FUNAI/BSB/5487/78). Note-se que a decisão de liberar parte do território Parakanã foi tomada apenas pelo delegado da 2ª DR, ou seja, uma unidade administrativa que não tinha competência legal para isso.

Uma vez liberadas essas terras, cerca de 600 colonos foram reassentados na gleba Parakanã ali localizada, a partir de 1982. Os Parakanã costumavam retornar regularmente ao local, sítio de sua antiga aldeia — contrariamente ao que afirmava o delegado da FUNAI. Entraram em contato com os colonos, inicialmente de modo pacífico, até o surgimento de conflitos e tensões que foram veiculadas pela imprensa em 1984.

Conforme notícia publicada pela *Folha de S. Paulo*, em meados de outubro de 1984 os índios "armaram-se" para o confronto com as famílias de colonos transferidos para área a ser inundada (*FSP*: 18.10.84). Outros jornais anunciaram que se a ELETRONORTE não retirasse as 600 famílias de invasores, os índios as "expulsariam à força" (*Diário do Grande ABC*: 17.10.84).

Nesse mesmo período, realizava-se, em Tucuruí, uma reunião com representantes da ELETRONORTE, do GETAT e da FUNAI. O delegado da FUNAI anunciava que os Parakanã estavam "em estado de tensão e insatisfação" e "se julgavam desiludidos". De fato, na época da transferência, haviam sido informados de que as terras que iriam abandonar no Igarapé Lontra seriam totalmente inundadas; e isso, na realidade, não ocorreu, pois foi justamente nessas terras que o GETAT havia assentado as famílias expropriadas pela ELETRONORTE (*Ata da Reunião ELETRONORTE/GETAT/FUNAI, Tucuruí*: 18.10.84).

Ainda segundo a imprensa, um conflito entre os Parakanã e os colonos só foi adiado quando a ELETRONORTE se comprometeu a construir uma estrada de acesso à aldeia — um ramal da Transamazônica, com cerca de 10 km — conforme uma das reivindicações dos índios, apresentada na reunião pelo delegado da 2ª DR/FUNAI, Salomão Santos. Os líderes Parakanã ouvidos durante a reunião, Awacata e Caruari, da aldeia do Paranatí, apresentaram as exigências da comunidade: recuperar a gleba Parakanã ou parte da mesma ou indenização por sua perda, construção de novas aldeias (Paranatí e Marudjewara) e pista de pouso em Marudjewara (Magalhães: 1984, ip). Segundo a imprensa, os índios teriam afirmado que "ao atendimento da reivindicação de abertura da estrada em caráter imediato, deixariam livres de perturbações os colonos" (*Diário Popular*: 27.10.84).

Uma vez aceita a construção do ramal, os representantes da ELETRONORTE solicitaram aos demais órgãos participantes da reunião que a questão do reassentamento dos colonos, assim como a demarcação da área indígena, fosse conduzida em caráter imediato e diretamente pelo GETAT e pela FUNAI. Isto é, sem o envolvimento da ELETRONORTE (*Ata da reunião ELETRONORTE/GETAT/FUNAI*, Tucuruí: 18.10.84). Noticiou-se então na imprensa que um acordo "pela permanência dos colonos sem o uso da violência" estava condicionado a "um entendimento entre o MINTER (FUNAI) e o MEAF (GETAT)" (*Diário Popular*: 27.10.84).

Assim pressionado, o Grupo de Trabalho Interministerial voltou a se reunir, para discutir a questão Parakanã, no final de outubro. As duas reuniões anteriores do "Grupão", em agosto e setembro, não haviam chegado a nenhuma solução.

Os quatro representantes Parakanã que haviam sido levados a Brasília para se entrevistar com o presidente da FUNAI, Nelson Marabuto (*Diário Popular*: 27.10.84), estiveram presentes nessa reunião do "Grupão", quando os representantes do MEAF, FUNAI, ELETRONORTE e CVRD definiram o "aumento" da área indígena, de 189.681 ha (extensão da Reserva Indígena Parakanã demarcada em 1975) para 317.000 ha, conforme a delimitação proposta em 1978 (*OESP*: 01.11.84).

A área definida durante essa reunião excluía, entretanto, a "área de piscicultura dos Parakanã" que deveria ser garantida aos índios, como previa a proposta de 1978.

Nessa mesma época, os colonos assentados dentro da Reserva Indígena haviam mandado representantes a Brasília, na sede da ELETRONORTE, onde se fizeram representar pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais local e pela Comissão de Desapropriados de Tucuruí. Segundo essas entidades, a solução seria sua transferência para outros lotes, localizados ao longo da BR-422 (Repartimento-Tucuruí). Segundo o advogado dos colonos, porém, essas terras —

justamente as melhores — eram destinadas aos fazendeiros. Com isso, os colonos acusavam o GETAT de tê-los "jogado" numa "região habitada por índios" (*O Dia*: 19. 10.84). Acusaram também esse órgão de "vir incentivando os agricultores a investir contra os índios" (*Correio Braziliense*: 23.10.84) (ver adiante "Carta de ocupantes").

Nesse contexto, a posição do GETAT se apoiava em acordos anteriores com a FUNAI, conforme declarações de seu representante: "as tentativas feitas para a implantação do loteamento rural Parakanã obedeceram os preceitos legais, tendo inclusive a acordância da FUNAI (...) pois as terras aproveitadas para tal, bem como as inundáveis seriam objeto de permuta, por outras, localizadas na parte dos fundos da reserva Parakanã, conforme documentação existente". O representante do GETAT se referia, provavelmente, à reunião ocorrida em 1981, durante a qual o delegado da 2ª DR/FUNAI havia liberado "sobras de terras" da Reserva Parakanã (ver acima). E acrescentou que a demarcação, o procedimento de permuta e a solução para o problema de existência de colonos na área dos fundos (sul da AI Parakanã) "já estavam formalizados a nível de GETAT" e se encontrava no MEAF para a decisão final (*Ata da reunião ELETRONORTE/GETAT/FUNAI*, Tucuruí: 18. 10.84).

Nada foi resolvido até o final de 1984, inclusive após a inauguração da Hidroelétrica de Tucuruí pelo presidente J. Figueiredo, em 23.11.84. Nesse dia, aliás, a imprensa nada mencionou a respeito dos problemas dos índios atingidos pela construção da usina.

O decreto presidencial assinado a 5 de março de 1985, sob o nº 91.028 (ver a íntegra no *box*) confirmou parte da delimitação proposta em 1978, mas, como ficou resolvido na reunião do GT Interministerial, excluiu definitivamente a área do Igarapé Lontra, reservada para o que devia constituir — conforme essa proposta — uma "área de piscicultura Parakanã". Essa faixa de terras, conforme o art. nº 2 do decreto, "reverte ao patrimônio devoluto da União", ou seja, nelas serão definitivamente assentados os colonos expropriados de Tucuruí. O art. nº 3 indica que os Parakanã serão "ressarcidos" pela perda dessa área, com uma indenização a ser calculada "pela FUNAI, com assistência da ELETRONORTE" (*D. O. U.*: 06.03.85).

Em maio de 1985, o valor dessa indenização não havia ainda sido calculado.

documento

CARTA DOS OCUPANTES

Nós, infra-assinados, Lauro Pires da Silva, Antônio Gomes Ferreira, José Soares Pereira, Getúlio Dorta de Souza e Pedro Cristino Pires, residentes e domiciliados há 16 (dezesseis) anos no Rio da Direita, à margem esquerda, no município de Itupiranga-Pa; ocupando uma propriedade de aproximadamente 3.000 (três mil) hectares *cada uma, juntamente com nossos filhos, representando os demais companheiros do* Rio da Direita, *todos com mais de 10 anos de sofrimentos, vimos através deste implorar aos nossos representantes e vereadores da Comarca Municipal de Itupiranga-Pa; que eles juntamente com o nosso prefeito da referida Comarca — sr. José Milesi, façam um apelo ao coordenador do Getat — coronel Lisboa, ao delegado da Polícia Federal em Marabá — dr. Mauro Spósito, ao delegado do IBDF na Base Física de Marabá — dr. Evandro, ao comandante da Polícia Militar de Marabá, — ao delegado regional da Funai de Belém — dr. Salomão Santos e ao delegado da Funai em Marabá — sr. José Ferreira, que não deixem de relatar este fato de crueldade que está acontecendo com a* expansão da Aldeia dos Índios Paracanãs, que ocupam uma área de 160.000 (cento e sessenta mil) hectares de terras, para transformar a mesma em 317.000 (trezentos e dezessete mil) hectares, *pretendendo as propriedades às quais já enfrentamos tantas dificuldades, sendo que a mesma Aldeia possui ao seu lado, milhares de hectares de terras devolutas.*

Nós queremos e precisamos trabalhar em paz, por isso estamos fazendo este apelo às pessoas citadas acima, para que nos ajudem, porque indenizações nós não aceitamos, e sim, queremos é continuar trabalhando em nossas propriedades. Além de todas as dificuldades já enfrentadas, existe ainda uma outra, tratando-se do endividamento junto à empresa, J. M. S. Ind. Com. e Agropecuária Ltda. (Madeireira Marabá). *Somente chegávamos em nossas propriedades a cavalo, ou na época das cheias, de barco, então nos reunimos e fomos ter com o titular da empresa acima mencionada, no mês de outubro de 1983, propondo-lhe a venda de uma parte de madeiras e doando a outra parte, para que a empresa construísse uma estrada com extensão de 125 (cento e vinte e cinco) Km, cuja estrada já está construída em 92 (noventa e dois) Km, e no momento, foi impedida de continuar sua construção, pelo sr. José Ferreira — delegado da Funai de Marabá.*

Na certeza que providências serão tomadas a respeito, antecipamos nossos sinceros agradecimentos.

Itupiranga-Pa, 14 de dezembro de 1985.

Lauro Pires da Silva, Antônio Gomes Ferreira, José Soares Pereira, Getúlio Dorta de Souza, Pedro Cristino Pires. (*O Liberal, Belém, 23.12.84*).

documento

"RELAÇÃO DE OCUPANTES INCIDENTES NA AI PARAKANÃ"

1ª Lista, FUNAI (1983)

01 — Lauro Pires da Silva
02 — Pedro da Mata Lima
03 — Getúlio Dorta
04 — Antonio Gomes Ferreira
05 — Lourival Fernandes
06 — Edmar Ribeiro da Costa
07 — José Soares Pereira
08 — Raimundo Pires da Silva
09 — Derocio de Paulo Nascimento
10 — Leoncio Pires da Silva
11 — Arari Ferreira Costa
12 — João Pereira de Amorim
13 — Raimundo Nonato de Moraes
14 — Lauro Filho da Silva
15 — Maria do Carmo Batista Ramos
16 — Mauro (japonês)
17 — Joviano Eduardo Cardoso
18 — Amadeu José de Oliveira
19 — Clemento (Baiano)
20 — Pedro Rodrigues Pires
21 — Joaquim Virgino Pinheiro (mineiro)
22 — Luiz Soares Pereira
23 — Clemento (Baiano)
24 — Lourival...
25 — José Regino
26 — Pedro Cristino
27 — Pedro Cristino
28 — João Cruz
29 — Nelson...
30 — Zilda Ribeiro
31 — Jerônimo Lucas de Oliveira
32 — José Ribeiro dos Santos
33 — José Sabino da Silva
34 — Antonio Lopes de Carvalho
35 — Eneas Vajota da Silva
36 — Raimunda Alves Pereira
37 — Feliciano Dias Carneiro
38 — Erivaldo de Jesus Ribeiro e Outro (coco)
39 — Valter
40 — Raimunda...
41 — Sebastião Gomes de Abreu
42 — Bernardo Pereira da Silva
43 — Antonio Conceição da Cruz
44 — Amador Vieira dos Santos
45 — Paulo Santos Glassi
46 — Leon Tanus Gargalhon
47 — Sergio Ribeiro Cunha
48 — Ataufo Marques Martins da Costa
49 — Antonio Martins da Costa
50 — Romeu Marques e Outros
51 — Antonio Franco Vasconcelos
52 — Helvio Soares Resende
53 — Fauze Badue
54 — Luiz Antonio...
55 — Ricardo Aguiá Marques
56 — José Militão da Costa
57 — Arilda Aguiá Marques

Quanto à demarcação física da AI Parakanã, a ser realizada pela Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, tampouco havia começado, em maio de 1985. Nessa data, porém, a CVRD já havia liberado 600 milhões de cruzeiros, correspondentes aos 50% que a FUNAI deve pagar ao SGE para iniciar os trabalhos (Magalhães: 1985, ip).

Finalmente, a regularização da AI Parakanã implica também no reassentamento dos colonos invasores e na indenização de suas benfeitorias, que seriam pagas pela FUNAI; conforme declaração do delegado da 2ª DR, Salomão Santos (*O Liberal*: 27.12.84). O levantamento desses invasores havia sido realizado em 1983, como descrito a seguir.

ATUAIS INVASÕES NA AI PARAKANÃ — O levantamento das invasões no território Parakanã foi realizado em 1983, por um grupo de trabalho (designado pela Port./FUNAI nº 1.522 de 27.06.83 e ITE/DPI/FUNAI nº 024 de 28.06.83), que deveria vistoriar a área proposta em 1978, excluindo a região do Igarapé Lontra, na época considerada como futura área de piscicultura dos Parakanã. A área considerada por este levantamento corresponde, portanto, àquela delimitada pelo dec. nº 91.028/85.

De acordo com a Portaria do GT, o grupo deveria ser composto por dois técnicos da FUNAI, dois do GETAT e um da CVRD.

O levantamento fundiário da FUNAI foi realizado em duas etapas. Na primeira, foram registrados 57 ocupantes não-índios adentrando no limite Leste da AI Parakanã, próximo aos rios da Direita e Bacuri, conforme o mapa em anexo ao relatório do GT. Desta primeira etapa, entretanto, o GETAT e a CVRD não participaram dos trabalhos.

Na segunda etapa, deu-se continuidade ao trabalho de levantamento fundiário e se presume que funcionários do GETAT e da CVRD passaram a integrar efetivamente o GT, segundo os relatórios referentes à Port. 1.530/E de 25.07.83. Consultando-se esta documentação, percebe-se uma nítida subordinação, na consecução do trabalho, da FUNAI ao GETAT. Este se posiciona, inclusive, com poder de vetar a realização do levantamento anterior, feito exclusivamente pela FUNAI (cf. Memo nº 488/DPI de 03.08.83, Processo FUNAI/BSB/5487/78).

Os resultados apresentados registram ocupantes não-índios na Gleba Valentim e no Rio da Direita, isto é, intrusando pelo limite Leste da AI e na região dos rios Pucuruí e Pacajazinho, ou seja, adentrando pelo limite Oeste. Nesta etapa, foram arrolados 68 ocupantes (Memo. nº 622/DPI de 01.11.83).

Cotejando-se este total com aquele apresentado pela primeira etapa do levantamento, verifica-se o seguinte: na primeira listagem constam 57 ocupantes não-índios, ou seja, onze a menos do total apresentado pela segunda. Um destes ocupantes está localizado na gleba Carajás, próximo ao Rio do Meio, no sul da AI. De maneira concomi-

tante, observa-se que 23 ocupantes da segunda listagem não aparecem na primeira e que doze da primeira não aparecem entre os nomes arrolados na segunda. Não se logrou detectar qualquer explicação ou critério que pudesse justificar exclusões ou permitir entender a diferença (ver as duas listas no *box*). Os ocupantes não-índios do segundo levantamento fundiário foram agrupados em três regiões (cf. Memo nº 622/DPI de 01.11.83), a saber: Rio do Meio, Gleba Valentim, rios Pucuruí e Pacajazinho. Atenta-se para o fato de que não se menciona, neste documento, o Rio da Direita, onde incide, segundo a plotagem do GETAT, em base cartográfica datada de 24.02.84, a maioria dos ocupantes relacionados na primeira etapa do levantamento. Supõe-se que o relatório da FUNAI, ao afirmar que os ocupantes não-índios concentram-se no Rio do Meio, apresenta incorreções, já que a denominação "Rio do Meio" parece ter sido usada indevidamente em lugar de "Rio da Direita". Isto porque a plotagem dos ocupantes no mapa da AI, executada pelo GETAT, menciona explicitamente como fonte uma "cópia fornecida pela FUNAI", a qual se baseia no segundo levantamento e não acusa ocupantes no Rio do Meio.

Nos termos deste levantamento constata-se que, das 68 ocupações assinaladas, tem-se que 18 apresentam moradores efetivos, enquanto que nas 50 restantes registra-se tão-somente pastagens e áreas de extração madeireira. Verifica-se, pois, que apenas 26% dos ocupantes não-índios arrolados residem habitualmente na AI.

Constata-se ainda a seguinte distribuição destas ocupações: das 45 ocupações apontadas como localizadas na região do "Rio do Meio", ou mais provavelmente Rio da Direita, tem-se que 10 delas apresentam moradores efetivos; das 18 ocupações detectadas na Gleba Valentim, apenas 3 apresentam moradores efetivos; e das 5 ocupações registradas na região dos rios Pucuruí e Pacajazinho, há quatro que apresentam moradores efetivos.

Em termos da situação jurídica destes imóveis incidentes na AI, segundo a classificação usualmente adotada pelo INCRA, tem-se o seguinte: das 68 ocupações aludidas, 50 delas possuem Licenças de Ocupação concedidas pelo referido órgão. Não se registra nenhum imóvel com titulação definitiva ou que tenha registrado os seus domínios. Há ainda 18 ocupações que não têm qualquer documento, mesmo que provisório, autorizando a posse.

Segundo estas mesmas fontes, dos 50 ocupantes que receberam L.O. há 18 que moram efetivamente na AI (Cf. "Decreto fixa área da Reserva dos Parakanã", *Correio Braziliense*, Brasília, 7.3.1985).

Avançando na caracterização dos ocupantes não-índios, procedeu-se a um cotejo entre as listagens produto do levantamento fundiário dos órgãos oficiais e os dados coletados no local, segundo os quais alguns deles foram lançados nas declarações do ITR (Imposto Territorial Rural), junto ao INCRA. Registra-se que 15 ocupantes não-índios, do total arrolado nas duas listagens, encontram-se cadastrados. Senão vejamos:

IMÓVEIS INCIDENTES NA AI PARAKANÃ
(lotes de 3.000 ha)

Nome do Proprietário	Imóvel
MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA	
Leste	
Getulio Dorta de Souza	Faz. Belo Monte
Antonio Gomes Ferreira	Faz. Bela Vista
José Soares Pereira	Faz. São José
Pedro Cristino Pires	Faz. Santa Fé
Arari Ferreira da Costa	Faz. Itaipu
Joviano Lucas de Oliveira (*)	Faz. Canaan
Jerônimo Lucas de Oliveira (*)	Faz. Ponta da Serra
Eurivaldo de Jesus Ribeira (*)	Faz. Itapuã
Zilda Serafina Ribeiro	Faz. Ponta Grossa
José Regino de Carvalho	Cast. e Faz. Bom Lugar
Sul	
José Pereira da Silva	Faz. Bons Frutos
MUNICÍPIO DE JACUNDÁ	
Norte	
Pedro Lacerda de Oliveira	Faz. Cocalândia
Noroeste	
Sergio Ribeiro Cunha	Faz. Dourados
Lione Tannus Gargalhone	Faz. Rio Bonito
Antonio Vasconcelos	Faz. Santa Maria
Total Geral: 15 lotes, 45.000 ha.	

(*) nomes apontados pela primeira listagem da FUNAI, com 57 nomes.

Uma outra modalidade de caracterização dos ocupantes não-índios e do sistema de relações em que se acham enredados, vincula-se ao teor de uma "carta" que elaboraram em Itupiranga, datada de 14.12.84 (ver a íntegra no *box*). Cinco dos ocupantes, de imóveis com área aproximada de 3.000 ha cada um, recorreram através desta carta a políticos regionais para que solicitassem ao Coordenador do GETAT, ao IBDF e à FUNAI a sua permanência na AI. Dentre eles apenas Lauro Pires da Silva não tem sua área cadastrada junto ao INCRA.

Todos alegam que seus imóveis se localizam no Rio da Direita e afirmam que se encontram endividados com uma empresa madeireira que teria interesses diretos na AI, apesar de não aparecer em qualquer levantamento como in-

documento

DECRETO N.º 91.028, DE 05 DE MARÇO DE 1985

Declara de ocupação dos Índios Parakanã, a área de terras nos Municípios de Itupiranga e Jacundá, no Estado do Pará e determina outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição da República, e tendo em vista o que estabelecem o artigo 20, § 1º, alínea "d", § 2º, alínea "c" e dispositivos seguintes da Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio).

DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de ocupação dos índios "Parakanã" para efeito dos artigos 4º, IV e 198 da Constituição, as terras localizadas nos Municípios de Itupiranga e Jacundá, Estado do Pará, com a seguinte delimitação: NORTE: partindo do ponto 01, de coordenadas geográficas aproximadas 4°38'00"S e 50°21'45"Wgr , situado na foz de um igarapé sem denominação do Rio Pacajazinho, daí segue por uma linha reta com azimute aproximado 70°44'50" com distância aproximada 29.713,77 metros, até o ponto 02, de coordenadas geográficas aproximadas 4°32'40"S e 50°06'35"Wgr, situado na foz de um igarapé sem denominação no Rio Pucuruí, daí segue pelo Rio Pucuruí, sentido jusante, até o Ponto 03, de coordenadas geográficas aproximadas 4°25'55"S e 49°56'00"Wgr, situado na foz do Igarapé Andorinha no Rio Pucuruí e na intersecção da faixa de domínio da BR-230 (Transamazônica) na referida foz, daí segue pela BR-230 (Transamazônica) sentido para Marabá, até o ponto 04, de coordenadas geográficas aproximadas 4°37'30"S e 49°42' 15"Wgr, situado na intersecção da faixa de domínio da BR-230 (Variante da Transamazônica) com o Rio Bacuri; LESTE: daí segue pelo Rio Bacuri, sentido montante, até o ponto 05, de coordenadas geográficas aproximadas 4°46'30"S e 49°54'50"Wgr, situado na cabeceira do Rio Bacuri, daí segue por uma linha reta com o azimute aproximado 218°40'32" com distância aproximada 17.287,22 metros, até o ponto 06, de coordenadas geográficas aproximadas 4°53'50"S e 50°00'40"Wgr, situado na foz de um igarapé sem denominação no Rio da Direita, daí segue pelo igarapé sem denominação, sentido montante, até o ponto 07, de coordenadas geográficas aproximadas 4°57'40"S e 50°03' 15"Wgr, situado na cabeceira do referido igarapé, daí segue por uma linha reta com azimute aproximado 205°03'57" com distância aproximada 14.574,65 metros, até o ponto 08, de coordenadas geográficas aproximadas 5°04'50"S e 50°04'25"Wgr, situado na margem esquerda de um igarapé sem denominação, daí segue pelo referido igarapé, sentido montante, até o ponto 09, de coordenadas geográficas aproximadas 5°10'00" S e 50°05'50"Wgr, situado na cabeceira do referido igarapé; SUL: daí segue por uma linha reta com o azimute aproximado 246°25' 52" com distância aproximada 6.890,38 metros, até o ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas 5°11'30"S e 50°09'15" Wgr, situado na cabeceira de um igarapé sem denominação, daí segue por uma linha reta com o azimute aproximado 293°34'05" com distância 11.850,30 metros, até o ponto 11, de coordenadas geográficas aproximadas 5°08'20"S e 50°14'50"Wgr, situado na cabeceira de um igarapé sem denominação, daí segue por uma linha reta com o azimute aproximado 307°23'23" com distância aproximada 19.749,50 metros, até o ponto 12, de coordenadas geográficas aproximadas 5°01' 50"S e 50°23'20"Wgr, situado na cabeceira do Rio do Meio; OESTE: daí segue por uma linha reta com o azimute aproximado 13°56' 00" com distância aproximada 10.912,63 metros, até o ponto 13, de coordenadas geográficas aproximadas 4°56'05"S e 50°21'55" Wgr, situado na cabeceira do Rio Pacajazinho, daí segue pelo referido Rio, sentido jusante, até o ponto 01, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º Revertem ao patrimônio devoluto da União para utilização e destinação pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. — ELETRONORTE, e pelo Grupo Executivo das Terras do Araguaia — Tocantins-GETAT, as terras da antiga reserva "Parakanã" e da Base de Atração "Pucuruí", representadas pela superfície medial entre o antigo traçado da BR-422 e a nova variante da BR-230, delimitada geograficamente pelo Rio Bacuri, bem como pelo Córrego Andorinha e o Rio Pucuruí.

Art. 3º As Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. — ELETRONORTE, ressarcirá a comunidade indígena pela perda da posse em decorrência da remoção para a outra área, na conformidade do parágrafo 4º, do artigo 20, da Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973, cujo valor será apurado pela Fundação Nacional do Índio, com assistência da ELETRONORTE.

Art. 4º A Fundação Nacional do Índio — FUNAI, isoladamente ou em conjunto com a ELETRONORTE e o GETAT, deverá adotar as providências que forem necessárias à execução deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 05 de março de 1985; 164º da Independência e 97º da República.

JOÃO FIGUEIREDO
Mário David Andreazza
Danilo Venturini

ÁREA INDÍGENA PARAKANÃ

SINAIS CONVENCIONAIS

- ALDEIA
- CIDADE OU VILA
- MARCO DE DIVISA
- CURSO D'ÁGUA
- RESERVATÓRIO DE TUCURUÍ
- AUTO ESTRADA (s/pavimentação)
- LIMITE DA ÁREA DE PSICULTURA proposta em 1978
- LIMITE DA RESERVA Dec 91.028 de 05/03/85
- DEMARCAÇÃO DE 1975 com base no Dec 68.913 de 13/07/71

ESCALA GRÁFICA

10km 5 0 5 10 15 20km

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL - C.E.D.I. VOL. 8

documento

"RELAÇÃO DE OCUPANTES,
AI PARAKANÃ"

2ª Lista, GETAT,
anexo ao mapa de 24.02.84.

01 — José Ribeiro dos Santos
02 — Derocio Paulo do Nascimento
03 — Getúlio Dorta de Souza
04 — José Sabino da Silva
05 — Antonio Gomes Ferreira
06 — José Soares Pereira
07 — Amadeus José de Oliveira
08 — Carlos Martel Ribeiro
09 — Pedro Rodrigues Pires
10 — Lourival Pereira Cunha
11 — Joaquim Virgino Pereira
12 — Nelson
13 — João Cruz
14 — Pedro Cristino Pires
15 — José Regino de Carvalho
16 — Clemente Barbosa Vasconcelos
17 — Luiz Soares Pereira
18 — Edmar Ribeiro Costa
19 — Lourival Fernandes
20 — Pedro da Mata Lima
21 — Lauro Pires da Silva
22 — Louro Filho da Silva
23 — Raimundo Nonato de Morais
24 — João Pereira de Amorim
25 — Leôncio Pires da Silva
26 — Arari Ferreira da Costa
27 — Raimundo Pires da Silva
28 — Zilda Ribeiro
29 — Maria C. Batista Ramos
30 — Mauro (japonês)
31 — Sebastião Gomes de Abreu
32 — Bernardo Pereira da Silva
33 — Antonio Conceição Cruz
34 — Andrelino Milhomem
35 — José Ribamar da Silva
36 — Ananias Almeida Cruz
37 — Francisco G. Ribeiro
38 — João Evangelista Cardoso
39 — Paulo Santos Galassi
40 — Leône Tanus Gargalhone
41 — Sergio Ribeiro Cunha
42 — Ataufo Marques M. da Costa
43 — Antonio Martins da Costa
44 — Romeu Marques e outros
45 — Antonio Franco Vasconcelos
46 — Luiz Antonio
47 — Helvio Soares Rezende
48 — Zé Roxo
49 — Paulo
50 — Olímpio Freitas Siqueira
51 — José Matias de Oliveira
52 — Áureo Lino Gomes
53 — Valdemir Gomes
54 — João Rodrigues
55 — Geraldo
56 — Lourival
57 — José Orlando Mendes
58 — José Landir
59 — Salomão
60 — Antonio
61 — Reginaldo
62 — Divino Prudente
63 — Francisco Oscar Brandolt
64 — Osmair
65 — Francisco Lopes
66 — Arilda
67 — Ricardo
68 — José Militão

vasor. Trata-se da J. M. S. Industrial Com. Agropecuária Ltda., Madeireira Marabá, que extrai madeiras nobres da AI e financia ocupantes não-índios em suas atividades básicas. Atente-se que os ocupantes dizem-se endividados junto a esta empresa e que mencionam a intenção de se construir uma estrada intrusando a AI com o objetivo de facilitar o escoamento da madeira extraída.

Sublinhe-se ainda que todos estes signatários acham-se inclusos naquelas 68 ocupações levantadas pela FUNAI, GETAT e CVRD.

EMPRESAS DE MINERAÇÃO — Conforme a listagem PROSIG/DNPM de 16.02.85, duas empresas mineradoras estão requerendo lotes que incidem parcial ou totalmente na AI Parakanã. A empresa *Atijutinga Minérios Ltda.* do grupo BRASCAN-BP requer dois lotes que incidem parcialmente na AI (região do Pacajazinho, 20.000 ha) e três lotes que incidem totalmente (na mesma região, 30.000 ha). O último evento registrado pelo PROSIG para os processos desta mineradora no DNPM (nº 84851291 a 1295) é a complementação protocolar dos requerimentos de pesquisa, em 12.09.84.

A empresa *Geometal Mineração Ltda.* requer, por sua vez, um lote na região denominada Fazenda Sta. Maria (10.000 ha) que incide parcialmente nas terras dos Parakanã; o processo DNPM (nº 83851553) aguarda complementação protocolar desde 23.01.84. A mesma mineradora obteve, em 20.12.84, data de publicação no D.O.U., três alvarás de pesquisa referentes a lotes situados na região da Fazenda S. José. Dois lotes incidem parcialmente na AI Parakanã (alvará nº 8.326 e nº 8.329) e o último totalmente (alvará nº 8.328); a totalidade dessas áreas de pesquisa cobre uma superfície de 30.000 ha.

FONTES DE INFORMAÇÃO

1. Coleções de artefatos (onde está, número de peças, coletor, data e local):

Museu Paraense E. Goeldi, Belém:
(24) Arnaud de 1976, Rio Tocantins
Acervo Plinio Ayrosa/USP, São Paulo:
(33) Magalhães de 1975, Pucuruí
(37) Vidal de 1980, Pucuruí e Lontra
Museu Nacional de Paulínia/PUC, Campinas:
(79) Magalhães de 1977-79, Pucuruí e Lontra

2. Documentos administrativos:

Abreu, 1981
Aquino, 1983
Bloise, 1971a/h
Carvalho G. R., 1982
Carvalho J. E., 1971, 1983
CNEC, 1980
CVRD/FUNAI, 1982
Diário Oficial da União, 06.03.85 (Dec. nº 91.028)
ELETRONORTE, 1976, 1979
ELETRONORTE/GETAT/FUNAI, 1984
Fonseca, 1980
FUNAI, 1971, 1978, 1980, 1982, 1984c
FUNAI, processo BSB/5487/78
FUNAI/DPI, Planta de delimitação da R.I. Parakanã, 19.10.84
IBDF/CAPEMI, 1980
FUNAI/CAPEMI, 1980
Madeiro, 1984
Magalhães, 1977, 1978, 1979, 1983, 1984, 1985
Mancin & al., 1979b
Mills, 1982
Oliveira, 1983
Parise, 1979b, 1983
Santiago, 1971, 1973
Ventura, 1984
Vieira Fº, 1983, 1984

3. Informações preliminares:

Magalhães, 1980 (ficha-padrão)
Sâssi, 1982 (ficha-padrão)

4. Jornais e divulgação:

CIMI, 1979
CIMI NORTE II/CPT II/CONTAG, 1984
Ferreira & al., 1982
FUNAI, 1976
Lustosa, 1980
Magalhães, 1981

5. Trabalhos etnológicos:

Arnaud, 1961, 1967, 1971, 1983
Aspelin & Santos, 1981
Audrin, 1946
Davis, 1978
Dreyfus, 1963
Laraia, 1972
Laraia & da Matta, 1967
Magalhães, 1982
Moreira Neto, 1960
Nimuendajú, 1963a, 1982
Queiroz, 1984
Ribeiro D., 1979
Silva O. S., 1976
Vidal & Magalhães & al., 1980
Vidal, 1977, 1983a

6. Trabalhos lingüísticos:

Nicholson, 1975

7. Viajantes de documentos históricos:

Ayres Carneiro, 1910 (1849)
Coudreau, 1977a (1896)
Nimuendajú, 1981
Paternostro, 1945
Sotto Maior, 1916
Villa Real, 1891

8. Trabalhos médico-sanitários:

Vieira Fº, 1978, 1980

9. Documentos áudio-visuais:

"La guerre de pacification en Amazonie", França, Direção Y. Billon (16 mm.), 75'.

10. Outros

Barth, 1982
Goodland, 1977
Oliveira, 1941
Pinto, 1982

Jogo de flecha na aldeia Gavião do Mãe Maria (foto Miguel Rio Branco/Magnum, 1976).

17 Gavião

Nome

O nome "Gavião" ou "Gaviões" foi atribuído a diferentes grupos Timbira da região do médio Tocantins por viajantes do século passado que, nos seus relatos, sempre destacavam o caráter belicoso deste povo (Castelneau: 1844; Ayres Carneiro: 1849; Gomes Vicente: 1858-59; Sá: 1865; Coudreau: 1897, entre outros).

Essa designação se refere, de fato, às penas de gavião usadas na confecção das flechas, encontradas após os sucessivos ataques que os Gavião vinham realizando em defesa de seu território tribal.

Por outro lado, *Hàk* (Gavião) é exatamente o nome de uma das metades cerimoniais em que o grupo se divide, por ocasião do importante ciclo ritual de longa duração (ver adiante, no item "Modo de Vida"). Já a denominação "Gaviões ocidentais", "de oeste", ou ainda "da mata", foi apresentada por Nimuendajú para distingui-los dos outros grupos Timbira que habitavam a região (1946, 19-22), especialmente dos "Gavião do Maranhão" ou Pỳkôbjê, que vivem atualmente próximos à cidade do Amarante (MA), reunidos na área do Posto Governador (ver volume 9 da série POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, a sair).

Os "Gavião de oeste", mais conhecidos como "Gavião de Mãe Maria" (nome de um igarapé limítrofe da área cedida aos Gavião em 1943 pelo governo do Pará), se autodenominam hoje Parkatêjê, conforme o nome de uma das unidades locais que constituem o grupo. O sistema de autodenominação desses grupos locais diz respeito à posição territorial que respectivamente ocupavam no Rio Tocantins. Assim, os *Parkatêjê* (onde *par* é pé, jusante; *katê* é dono; e *jê* é povo) são "o povo da jusante" (Ferraz: 1983d, 12) enquanto os *Kyikatêjê* (onde *kyi* é cabeça) são "o povo dono do rio acima" (idem, 35). Isto porque, no começo do século XX, por motivo de guerra com o primeiro grupo, seus componentes refugiaram-se a montante do Rio Tocantins, já no Estado do Maranhão; por essa razão o grupo Kyikatêjê é também designado como "grupo do Maranhão".

Um terceiro grupo, que ficou conhecido como "turma da Montanha" conforme sua autodenominação *Akrãtikatêjê* (onde *akrãti* é montanha) (idem), ocupava as cabeceiras do Rio Capim; seus componentes — quase todos — se reuniram aos Parkatêjê entre 1971 e 1983.

Mesmo antes da recente fusão de todos os Gavião, numa única aldeia, os Parkatêjê reuniam membros dos dois grupos locais, separados no início deste século após dissenções internas. Habitavam, até fins de 1966, a aldeia Cocal (ou Praia Alta) e, por isso, são freqüentemente designados nas fontes como "grupo do Cocal". Em seguida, ocuparam a aldeia conhecida como "Trinta", assim denominada por estar localizada no km 30 da rodovia PA-70. Os Kyikatêjê formavam outra aldeia, chamada "Maranhão" pelos membros do "Trinta", numa referência à localização anterior desse grupo local. O grupo da "Montanha", entre 1970 e 1980, distribuía-se entre duas aldeias.

Atualmente, embora estejam todos reunidos, a distinção entre os três grupos permanece marcada. Assim, a divisão entre o grupo do "Trinta" e do "Maranhão" é freqüentemente aludida e operada, tanto no cotidiano quanto em

ocasiões cerimoniais, o que permite determinadas segmentações de ordem tradicional (ver no item "Modo de Vida"). Os regionais, por sua vez, distinguiam os grupos — até a fusão numa única aldeia — em função de estereótipos vigentes, onde os do "Maranhão" eram os "bravos" em oposição aos "mansos" e "civilizados" do "Trinta" devido ao menor ou maior tempo de contato com a sociedade nacional.

Há, contudo, uma autodenominação comum a todos, como indica a placa na entrada da aldeia nova, onde se lê: "*Comunidade Indígena Parkatêjê*", figura de fato criada pelos Gavião, como expressão da autonomia por eles conquistada em 1976 (ver adiante), para fazer face à ampliação das relações interétnicas.

Língua

É também através da operação do sistema lingüístico do grupo que algumas diferenças se sobressaem entre os componentes dos antigos grupos locais. A língua Gavião é classificada como pertencente à família "Jê do Norte", sendo um dialeto "Timbira Oriental" (Nimuendajú: 1946, 6).

Enquanto os membros do "Trinta" são bilíngües, devido ao maior tempo de contato sistemático com os regionais, os que constituem o grupo do "Maranhão" eram, até muito recentemente, monolíngües, à exceção de alguns poucos jovens e crianças. Entre o grupo do "Trinta", todos os adultos, adolescentes e crianças de ambos os sexos falam o português regional, sendo que os mais novos de forma sensivelmente mais fluente que os mais velhos.

Este quadro passou a se apresentar também em relação ao grupo do "Maranhão", a partir de sua transferência voluntária para um local em frente à aldeia do "Trinta", em dezembro de 1979. Nesse grupo, cerca de 75% da população adulta de ambos os sexos fala de modo pouco fluente o português regional, enquanto que os 25% restantes só falam a sua língua original. Entre os adolescentes e crianças, a difusão da língua portuguesa deu-se recentemente, em virtude da maior interação havida entre indivíduos das mesmas faixas etárias pertencentes a ambos os grupos. Mas foi sobretudo a partir de 1981 com o funcionamento sistemático da escola do Posto da FUNAI que ocorreu, de forma acentuada, a difusão da língua portuguesa.

Enquanto no grupo do "Maranhão" o sistema lingüístico original opera efetivamente, entre os componentes do "Trinta", crianças e adolescentes de ambos os sexos falam só o português regional de forma progressivamente mais fluente, tanto entre si como quando se dirigem aos adultos. Estes, por sua vez, falam na língua original apenas entre si, dirigindo-se às crianças e aos adolescentes em português, na maioria das vezes. Excepcionalmente — advertências e ocasiões cerimoniais — dirigem-se a eles na língua original. No entanto, grande parte dos pré-adolescentes afirmam muitas vezes que "não compreendem" o que dizem os pais quando estes se expressam na língua original.

Deste modo, a operação do sistema lingüístico tradicional vem sendo prejudicada, entre os Gavião, exatamente no plano do cotidiano, o que é reforçado, entre as crianças e adolescentes, pelo ensino em língua portuguesa na escola da aldeia e, entre todos os componentes do grupo, pela intensificação das relações com os vários segmentos da sociedade nacional.

Por outro lado, a retomada dos ciclos cerimoniais de longa duração acentuou o uso da língua original em ocasiões rituais, com cantos, discursos, etc.

O empenho de Krohokrenhum, o líder Gavião, em recuperar a utilização do dialeto tradicional traduziu-se recentemente ao solicitar à lingüista Leopoldina Araújo (atualmente vinculada à UFPa), que trabalha com o grupo desde 1974, a elaboração de uma coletânea bilíngüe de mitos, a ser empregada como material didático na escola da aldeia. A mesma lingüista já elaborou o levantamento e a descrição da língua dos Gavião (1977).

Localização

Os Gavião têm o seu território atual localizado na divisa dos municípios de Marabá e de São João do Araguaia, a sudeste do Estado do Pará. Situado em terras firmes de mata tropical, apresenta como limites os Igarapés Flecheiras e Jacundá, afluentes da margem direita do curso médio do Rio Tocantins. Nimuendajú apontava esta região como sendo, desde fins do século passado, o habitat tradicional deste grupo Timbira (1946, 19).

O Ribeirão Mãe Maria, que nasce no interior da área indígena, conferiu seu nome ao Posto Indígena que o SPI ali instalou em 1964, à beira de uma picada estreita que, três anos mais tarde, viria a ser uma rodovia estadual pioneira na região: a PA-70 (como ficou conhecida localmente, embora seja a PA-332 (desde 1982). Essa rodovia foi a primeira ligação do município de Marabá à rodovia Belém-Brasília (BR-010), antes da construção da Transamazônica. Em 1967, ela cortou em toda a extensão — cerca de 22 km no sentido norte-sul — o imenso castanhal que constituía o território dos Gavião.

Em 1977, o limite sudoeste da área foi tangido pela construção de uma outra rodovia, a PA-150, que parte de Morada Nova — km 12 da PA-70 — em direção à Castanhal, município já próximo a Belém. A construção destas duas rodovias acelerou a ocupação efetiva e desordenada daquela porção oriental da Amazônia, favorecendo a invasão sistemática e crescente do território dos Gavião, tanto por posseiros como por obras estatais de infra-estrutura dos projetos que viriam a se instalar na região.

Mais tarde, a área indígena foi ainda cortada pela linha de

transmissão da ELETRONORTE, originada na Usina Hidroelétrica de Tucuruí, e pela ferrovia Carajás-Ponta de Madeira, que atravessou definitivamente o território dos Gavião em 1982.

Distantes cerca de 40 km da cidade de Marabá, o principal núcleo urbano da região, e a apenas 30 km do povoado de São Félix, os Gavião vivem desde julho de 1981 numa única aldeia. A antiga aldeia do "Trinta" situava-se a cerca de 100 metros da PA-70 e teve que ser abandonada porque a linha de transmissão passou exatamente por cima dela. A nova aldeia, chamada Kaikoturé — um dos nomes do líder do grupo, Krohokrenhum (Ferraz: 1985c, 6) — foi inaugurada em julho de 1984. Situa-se no lado oposto da PA-70, em relação à antiga aldeia do "Trinta", e distante cerca de um quilômetro da rodovia.

Nas suas proximidades existem outros povoados menores, formados até mesmo antes do término da construção da PA-70, conhecidos como "Doze" (ou Morada Nova, entroncamento da PA-150 e local da subestação da ELETRONORTE), "Quarenta" e "Sessenta e Seis", estes os mais próximos e mais freqüentados pelos Gavião. Todos têm como referência a sua localização, ao longo do rodovia, a partir de São Félix, núcleo pioneiro situado à beira do Tocantins.

População

Os Gavião apresentam hoje uma franca tendência para o crescimento demográfico. Isso ocorre 25 anos após a fase de "pacificação", durante a qual desapareceram 70% do grupo original. Acreditava-se então que os Gavião poderiam "desaparecer enquanto grupo tribal" (Laraia & da Matta: 1967, 138). O processo de recuperação dos Gavião constitui um exemplo bem particular nesta Área: passa por soluções tais como o casamento com regionais, ou rearranjos como a fusão de grupos locais outrora rivais, e, mais recentemente, pela integração de famílias (ou indivíduos) indígenas de outras áreas. Soluções estas que configuram uma nova política de relações sociais (internas e externas) que acompanham outros momentos da "nova ordem" instaurada pelos Gavião (ver adiante). "A regeneração da sociedade compreendia, de modo consciente, voltarem a ser muitos, outra vez" (Ferraz: 1983d, 98).

Hoje, a população dos Gavião é de 176 pessoas mas ainda vivem na aldeia "Kaikoturé" mais 16 Guarani, 1 Urubu, 1 Tembé e 17 *Kupẽ* (Ferraz: fev. 1985, ip). O grupo é constituído sobretudo por crianças e jovens (de 0 a 20 anos), que correspondem a mais de 60% do total (ver no quadro de fevereiro 85). Em termos globais, observa-se um pronunciado desequilíbrio entre os sexos, a favor dos homens. Esse desequilíbrio persiste há vários anos e se verifica em praticamene todas as faixas etárias; somente nos últimos 5 anos parece ocorrer uma inversão, com um maior número de nascimentos de crianças do sexo feminino.

A decorrente falta de mulheres disponíveis para o casamento leva os solteiros a procurarem regionais para esposas. Muitas vezes ocorre o fato de elas retornarem aos seus lugares de origem — os povoados das redondezas — por não se adaptarem à vida na aldeia. Isto explica o súbito aumento — e diminuição — de componentes do sexo feminino verificado na faixa de 21 a 30 anos, no período compreendido entre 1975 e 1977.

"Desde 1981, os Parkatêjê vêm organizando expedições às aldeias dos Pỳkôbjê (MA), com o objetivo de buscar esposas. Assim, três casamentos se realizaram mediante o incentivo de Krohokrenhum, expresso de modo formal em seus discursos no pátio ou mesmo informalmente, para que "não mais se misturem" aos *kupẽ*, revelando que os casamentos interétnicos deixaram de ser sancionados pelo grupo, como modo de se reproduzirem" (Ferraz: 1983, 98).

Afora esses casamentos — que já se desfizeram — o aumento populacional verificado entre os Gavião, nos últimos 5 anos, se deu principalmente com a fixação de indivíduos pertencentes a outros grupos tribais. Tal foi o caso de uma família Guarani, procedente de um grupo que vive em Xambioá (norte de Goiás). Muitos deixaram espontaneamente seus grupos de origem e foram "experimentar viver no Mãe Maria, onde o trabalho é por conta".

A chegada ou partida dessas famílias explicam as variações na população total do PI Mãe Maria (ver quadro histórico para o período 1956-85). Assim, o decréscimo observado entre 1982 e 1983 deve-se à transferência de uma família numerosa: um índio Xerente casado com uma Guarani e seus nove filhos, que estiveram por um ano entre os Gavião, voltaram para Marabá (Ferraz: 1983c, 25).

Finalmente, muitos *kupẽ* — sobretudo homens, e em número crescente — vieram se agregar à "Comunidade", como indicado no *quadro* da população em 1985.

Comparando-se o total da população atual dos Gavião com os dados disponíveis para os anos anteriores, fica patente o processo de recuperação demográfica do grupo, iniciado há aproximadamente dez anos. O quadro histórico 56/85 registra as sucessivas etapas do processo de fusão dos três grupos locais Gavião (Cocal, Montanha e Maranhão), contactados em épocas diferentes, até sua recente mudança para a aldeia nova. O histórico do contato de cada um desses grupos será retomado adiante (ver no item "Histórico do Contato").

No período imediatamente posterior à "pacificação" os Gavião sofreram uma drástica depopulação devido principalmente às epidemias de gripe e sarampo. Resultou também do abandono assistencial verificado após o contato de todos os grupos locais e que os levou a uma desestruturação social profunda.

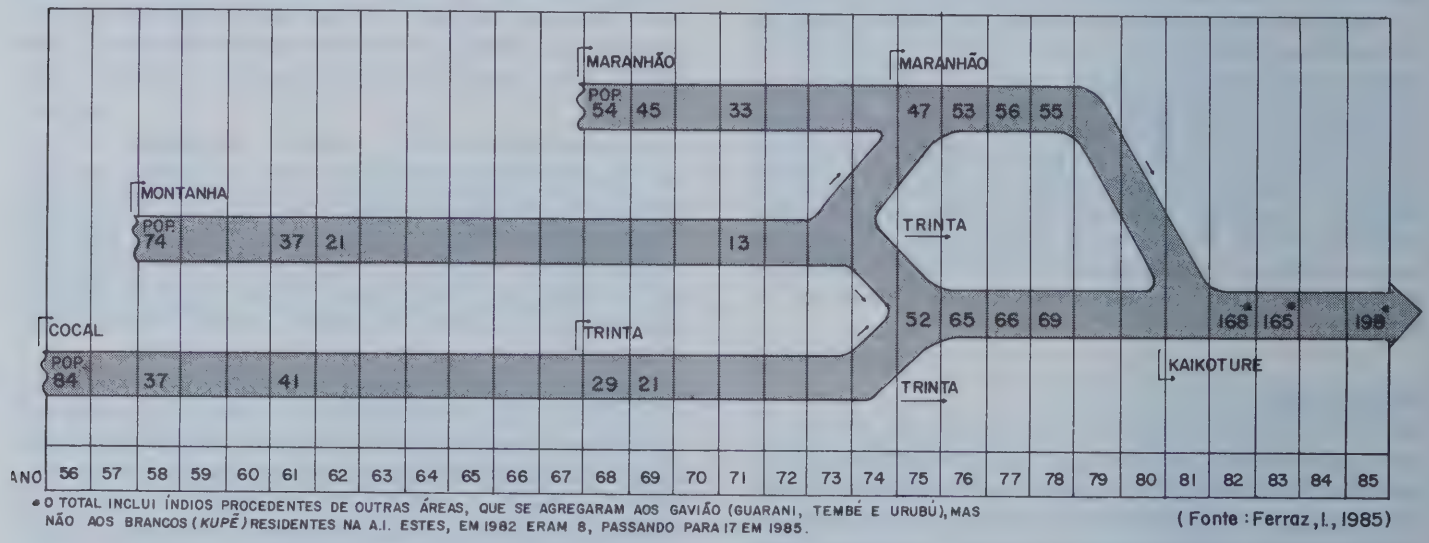
Assim, o grupo de Praia Alta (ou Cocal) — que posteriorente viria a se constituir na maioria dos componentes da aldeia do "Trinta" — sofreu acentuada mortalidade devido

a epidemias. Dos 84 indivíduos encontrados em 1956, por ocasião do contato, restavam, no ano seguinte, apenas 37 pessoas (Arnaud: 1975, 47). Cerca de 60% desse grupo era, nesta época, constituída por crianças que foram, em sua maioria, entregues a regionais para que sobrevivessem (Arnaud: 1984, 15).

No decorrer da safra de 1976, Krohokrenhum empenhou-se em mandar chamar, através de conhecidos da região, aqueles indivíduos que se encontravam dispersos. Seis mulheres tinham sido criadas por regionais em Marabá, Itupiranga, Conceição do Araguaia, Goiânia e Belém. De duas delas, os Gavião não tiveram mais notícias. Em 1976, visitaram a aldeia do "Trinta" e apenas uma, ainda solteira, Puprere, voltou definitivamente e logo se casou. Três estavam casadas com regionais, tinham filhos e não desejavam retornar para junto do grupo, como queriam os Gavião.

Quanto aos homens que regressaram, um deles, ainda jo-

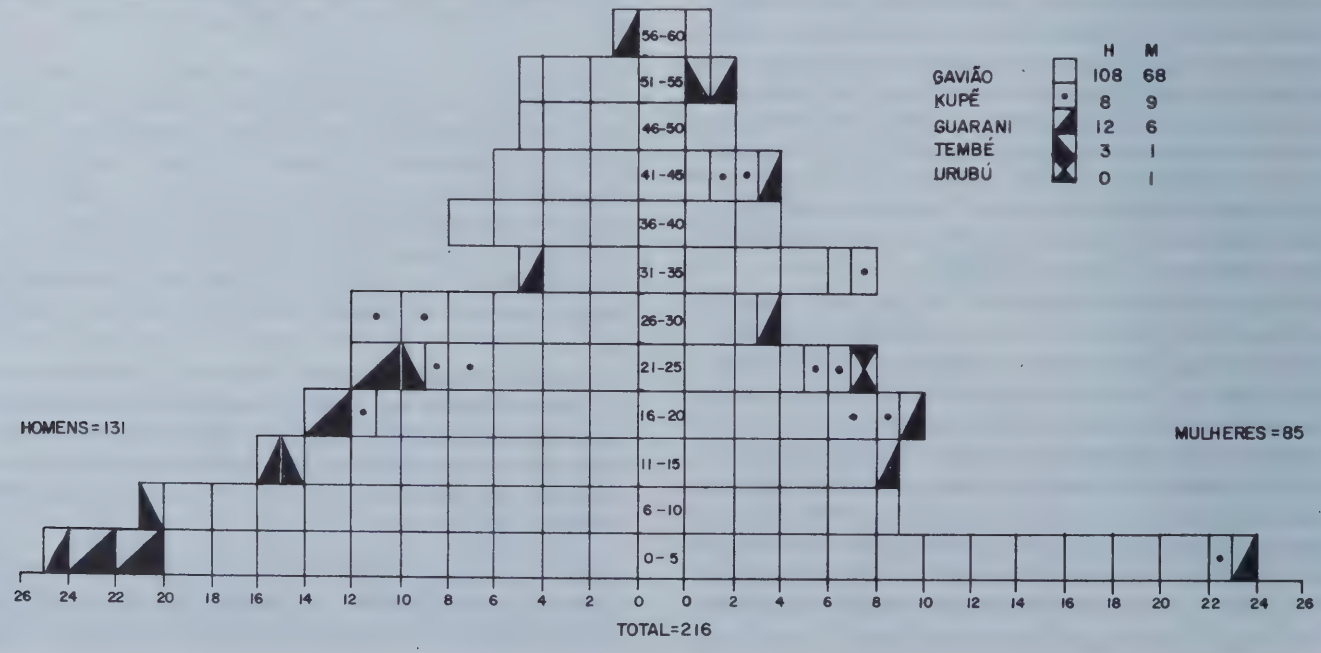
Histórico da população Gavião.



• O TOTAL INCLUI ÍNDIOS PROCEDENTES DE OUTRAS ÁREAS, QUE SE AGREGARAM AOS GAVIÃO (GUARANI, TEMBÉ E URUBÚ), MAS NÃO AOS BRANCOS (*KUPÊ*) RESIDENTES NA A.I. ESTES, EM 1982 ERAM 8, PASSANDO PARA 17 EM 1985.

(Fonte: Ferraz, I., 1985)

População da aldeia Kaikoturé em 1985 (fonte: Ferraz, 2/1985).



vem e pertencente à "turma da Montanha" estava em Tucuruí. Outro, do mesmo grupo local, permaneceu entre os Xikrin do Rio Bacajá, onde havia se casado. Um homem mais velho, do grupo do Cocal, que estava entre os Tembé de Capitão Poço (MA) veio com sua mulher (filha de Tembé e regional)e seus filhos reunir-se posteriormente aos Gavião, em Mãe Maria (Ferraz: 1983d, 99-100).

Voltando ao processo de depopulação verificado após o contato entre os diferentes grupos locais, o da "Montanha", contactado em 1958, sofreu um decréscimo de 50% de sua população em apenas 3 anos, passando de 74 pessoas no ano do contato inicial para 31 em 1961 (Arnaud: 1975, 64). Entre 1970 e 1972, onze homens desse grupo, entre adultos e adolescentes, foram retirados de sua área, em frente à Tucuruí,e distribuídos pela FUNAI entre várias aldeias Kaiapó "para que deixassem de beber e aprendessem a trabalhar na castanha", conforme as justificativas oficiais da época.

Em seguida, foram transferidos para o PI Igarapé Mãe Maria. E o grupo da "Montanha" (localizado em frente à cidade de Tucuruí) ficou reduzido a uma família de dez integrantes que, em 1977, acabaram por ser quase todos transferidos para o Mãe Maria, em virtude da construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, exatamente naquela área que fora concedida ao grupo em 1945 (ver no item "Histórico do Contato").

E, finalmente, o grupo do "Maranhão" que contava, em 1968, época do contato efetivo, com uma população de 54 indivíduos, no ano seguinte, já transferidos para o interior do PI Mãe Maria (ver adiante), somava apenas 45 pessoas, em virtude das condições precárias em que a remoção fora realizada (Arnaud: 1975, 75). E, em junho de 1971, o grupo compunha-se de 33 indivíduos, sendo que 21 homens e 11 mulheres (Vieira F.º, ip). Quatro mulheres foram se casar no grupo do "Trinta".

A partir de 1975, os recenseamentos — todos efetuados por Iara Ferraz — mostram o progressivo aumento da população nas duas aldeias "Trinta" e "Maranhão" entre as quais se dividiram os membros dos três antigos grupos locais. Assim, num primeiro momento, os componentes da "Montanha" se juntaram à primeira aldeia; posteriormente, entre 1976 e 1977, o acréscimo verificado na aldeia "Maranhão" se deveu à transferência, efetuada pela FUNAI, dos últimos membros da área "Montanha".

Existem ainda cerca de nove indivíduos que se encontram desaldeados, muitos deles desde a época do contato inicial. São quatro mulheres adultas, todas casadas com regionais, entre 25 e 35 anos atualmente, vivendo uma em Belém, outra em Itupiranga e duas das quais os Gavião não tiveram mais notícias.

Há também dois homens adultos que se encontram entre os Kaiapó — um no PI Bacajá e o outro no PI Kokraimoro — onde se casaram.

Em 1970, uma menina com cerca de dez anos, pertencente ao grupo do "Maranhão", então recém-contactado, fora levada a Belém com sua mãe, que veio a falecer. Os Gavião souberam posteriormente que as freiras da Santa Casa de Misericórdia teriam levado a "órfã" para São Paulo e nunca mais souberam de seu paradeiro.

Histórico do contato

A história vivida pelos Gavião desde a época do contato — quando ocorreu forte decréscimo populacional — traduziu-se pelo "enfrentamento" da nova realidade, através de uma série de "estratégias" para o confronto com os brancos, que serão descritas adiante.

Num primeiro momento, os Gavião foram de encontro à "gente civilizada" e trataram de se assemelhar aos *kupẽ*, de maneira a estabelecer, com eles, um sistema de comunicação. "Com o decorrer do tempo, esse 'modelo' de vida *kupẽ* passou a sofrer transformações, no sentido de acentuar a diferenciação essencial, o contraste em relação aos outros, aos *kupẽ*. A própria 'submissão' ao trabalho na castanha, a recuperação populacional, a ampliação efetiva de suas relações e o ritmo acelerado de transformação que se verifica naquela região do sudeste do Pará, foram processos importantes para o fortalecimento do grupo" (Ferraz: 1983d, 20).

Nesse processo todo, destaca-se o papel desempenhado por Krohokrenhum, líder do grupo, cuja trajetória foi analisada por Iara Ferraz no trabalho *Os Parkatêjê das matas do Tocantins: a epopéia de um líder Timbira* (1983d) (ver também o *box* "Krohokrenum, chefe Gavião").

SÉCULO XIX — Através dos relatos dos viajantes do século passado, Nimuendajú mencionou precisamente a localização dos Gavião nas cabeceiras dos rios Jacundá e Moju, onde tiveram de fato suas grandes aldeias até a década de 60. Nessa área, os contatos e as relações que os índios Gavião estabeleceram com as frentes de expansão da sociedade nacional apresentaram fases distintas, correspondendo à exploração dos recursos econômicos do Rio Tocantins. A primeira delas, com contatos esporádicos, pacíficos, visuais entre índios e "civilizados", quando os pioneiros utilizavam as margens do Rio Tocantins como pousada. Esta situação permaneceu até o final do século passado, quando não havia necessidade nem motivação para se penetrar nas matas do interior. As crônicas "mostram que os Gavião eram desconhecidos e o temor que inspiravam aos regionais era motivado pelo fato de serem índios e nada mais" (Laraia & Da Matta: 1967, 76). Mais tarde os Gavião viriam a utilizar esses estereótipos de "bravos" e "selvagens", a fim de amedrontar e afugentar os "civilizados" que haviam se fixado em suas terras.

A GUERRA DO CONTATO (1900-1940) — No início do século XX o extrativismo vegetal (caucho, óleo de copaíba e, finalmente, castanha-do-pará) modificou a estrutura só-

cio-econômica da região do médio Tocantins e do antigo Burgo do Itacaiúnas, que veio a ser a cidade de Marabá (Laraia & Da Matta: 1967, 78-79).

A preocupação das populações regionais do médio Tocantins em neutralizar os Gavião data particularmente do início da exploração da castanha — por volta de 1920 — desde que fosse possível encontrar reservas deste produto em territórios indígenas. Dá-se a penetração nas matas da margem direita do Rio Tocantins, a fim de localizar castanhais.

As tradições orais dos Gavião se referem a este período, marcado pelo recrudescimento de relações — com a "gente civilizada", os *kupẽ*. Conforme os relatos de Krohokrenhum, os Gavião passaram a se "acostumar" com a presença dos brancos em seu território. As relações pareciam inicialmente amistosas, quando os Gavião obtinham dos *kupẽ* bens industrializados, como facões e machados. Logo, porém, ocorreram episódios violentos, com mortes de ambos os lados, especialmente após a morte de um dos chefes do grupo, assassinado por castanheiros no baixo Rio Tauri. Os Gavião revidaram e mataram três castanheiros, além de incendiar suas barracas (*Folha do Norte*: 25. 03.38). "O *pagamento* de mortes com mortes marcou o recrudescimento das relações com os *civilizados*" (Ferraz: 1983d, 31).

Os conflitos entre os Gavião e os coletores de castanha foram-se intensificando na medida em que este produto assumia maior importância para a economia regional. "Os Gavião eram então acusados de praticar 'grandes selvagerias' sobretudo na cidade de Marabá (principal centro comercial da região), cuja população pedia constantemente seu extermínio. Pela margem direita do Rio Tocantins, esses choques armados ocorriam numa extensão de quase 180 km, abrangendo terras dos atuais municípios de Tucuruí, Itupiranga, Marabá e São João do Araguaia" (Arnaud: 1975, 36). Em Marabá, durante as décadas de 30 e 40, políticos locais, comerciantes e donos de castanhais organizavam expedições de extermínio aos Gavião (Ferraz: 1983d, 33).

Foi somente em 1937 que o SPI instalou um Posto no Rio Ipixuna, destinado à atração dos Gavião. Quase em seguida, vários índios começaram a visitar o Posto para receber ferramentas e outros "brindes". Mas, quando por ocasião de uma dessas visitas, "encontraram o Posto desprovido de ferramentas e sobretudo de farinha, após demonstrarem descontentamento, mataram com várias flechadas um dos trabalhadores (...) Deixaram de freqüentar o Posto, tendo estabelecido contatos pacíficos em outros pontos do Tocantins inclusive num lugar chamado Ambauá, em frente a Tucuruí" (Arnaud: 1975, 37).

Em 1945, após uma troca de áreas (ver adiante, no item "Situação atual das terras"), o SPI instalou um Posto no Ambauá, retomando os trabalhos de atração. Os diferentes grupos locais em que estavam divididos os Gavião alternaram-se nas visitas à área, inclusive com incursões violentas, que eram amplamente noticiadas na imprensa nacional, de modo alarmante, entre 1948 e 1951 (como, por exemplo, as matérias publicadas no *Estado do Pará* em 29.01.48 e em *O Cruzeiro* de 31.03.51; ver Arnaud:1984, 12-13).

"O ethos beligerante dos Gavião, no entanto, também regia normas de expansão territorial dos vários grupos dentro de um mesmo sistema de relações sociais. Não raras vezes, os conflitos internos eram motivados por roubos de produtos das roças, acusações de feitiçaria ou raptos de mulheres (...) Krohokrenhum, em seus discursos relembra *"o tempo em que caboclo era danado pra brigar, pra flechar outro turma..."* (idem).

Foi nesse contexto que ocorreram novas fissões, já no início deste século, entre a fração ocidental que — no final do século passado — havia "se internado na mata para escapar da civilização" (Nimuendajú: 1946, 20), fixando-se entre a margem direita do Rio Tocantins e as cabeceiras do Rio Capim. "Atualmente, os indivíduos mais velhos entre os Parkatêjê ainda se recordam de uma "aldeia grande" — *Krĩjomreti* — nas cabeceiras do Rio Moju, a partir de onde ocorreu uma grande separação e um grupo, então numeroso, refugiou-se em direção ao Maranhão, a montante do Rio Tocantins. Inúmeras fusões e separações posteriores levaram os grupos locais a se fixar entre as cabeceiras dos rios Jacundá, Capim e Moju.

De acordo com a forma de expansão que parece característica dos grupos Jê, os Gavião passaram a se denominar em função do domínio territorial que exerciam ao longo do Rio Tocantins" (Ferraz: 1983d, 33). Por volta de 1950, os Gavião se encontram assim divididos: um primeiro grupo, autodenominado *Kyikatêjê* (o dono da montante) continuava rejeitando o contato e refugiou-se em direção ao Maranhão; o grupo que havia permanecido no médio Tocantins, autodenominado *Parkatêjê* (dono da jusante) e que se encontrava dividido em várias "turmas"; no Rio Jacundá estava a "turma do Cocal", os *Rõhôkatêjê* (onde *rõhô* é a palha de babaçu, então abundante naquele local), ao qual pertencia Krohokrenhum. Nas cabeceiras do Rio Capim estava o grupo que ficou conhecido como "turma da Montanha", conforme sua autodenominação *Akrãtikatêjê* (ver acima, no item "Nome"). Finalmente, ainda no Rio Moju, havia se fixado uma fração que se separara da "turma da Montanha", formando a "turma da Madalena", como se refere Krohokrenhum ao grupo de sua atual esposa e que,a pedido dele,uniu-se à"turma do Cocal"logo após o contato (Ferraz: 1983d, 35).

O início da década de 50 foi marcado pela ruptura decisiva de uma ordem tradicional, onde a operação do seu sistema de organização social acabara por se debilitar com o esfacelamento dos territórios comuns, as doenças advindas e a depopulação. Como afirma atualmente Krohokrenhum *' naquele tempo, era briga... Coitado, nós parece um porco, parece porco do mato. Nós brigava, coitado... nós cor-*

reu só no mato... sem a roça, sem nada... nós correu até tudo aqui, correndo, só correndo, só comendo palmito, só, mais nada outra coisa'. Eles se viam como animais, sem território e à míngua (Ferraz: 1983d, 35).

O CONTATO DEFINITIVO (década de 50) — A total ausência de condições de resistência por parte dos vários grupos locais em que haviam se segmentado, fez com que a única possibilidade de sobrevivência que vissem fosse a "rendição", ou seja, a busca do contato com o *kupẽ* — o "civilizado", "cristão".

Com a morte do antigo chefe Gavião, a quem chamavam *ĩxũ*, meu pai (ou "Indiuma", como entendiam os regionais) que durante toda sua vida rejeitara o contato com os *kupẽ*, começou a se firmar nesta época a liderança de Krohokrenhum sobre os poucos elementos restantes do grupo do Cocal. A sua trajetória como líder e cantador (ver o *box*, abaixo) é sempre alusiva a esse confronto com os *kupẽ*: "ao relatar o episódio do encontro definitivo com os *kupẽ*, Krohokrenhum exalta sua coragem pessoal, para em seguida falar da coragem dos que o seguiram nesse confronto: *'Aí todo mundo criou coragem... Agora é... agora tá bom! Ah! vamos ver cidade! aonde que gente* kupẽ *mora...*" (Ferraz: 1983d, 39).

Os primeiros contatos definitivos com o grupo do Cocal ocorreram em 1956, através de uma expedição organizada pelo dominicano Frei Gil Gomes Leitão e por um tenente da reserva, a serviço do SPI (ver adiante, no item "Tutela e Assistência"). Com poucos recursos, promoveram o encontro com os Gavião a fim de evitar que as expedições punitivas organizadas com o apoio de políticos locais alcançassem seu objetivo: exterminar os índios para poderem explorar os castanhais em que eles haviam se fixado.

Em seguida, muitos componentes do grupo do Cocal dirigiram-se para a cidade de Itupiranga, onde sua permanência por cerca de quatro meses, vivendo da prestação de serviços à população local — encher os potes d'água, tirar lenha ou exibirem-se como exímios atiradores de flechas — em troca de roupas e alimentação, resultou numa depopulação ainda mais acentuada quando retornaram posteriormente à aldeia, com epidemias de gripe e sarampo.

"O fascínio pela cidade os levara a uma desorganização ainda mais profunda. Elevava-se o número de mortes, apesar de reunidos aos poucos componentes do grupo do rio Moju, a "turma da Madalena"... Data dessa fase ainda aguda crise de descrédito quanto à possibilidade de se reproduzirem enquanto grupo. Com a morte de todas as mulheres adultas, muitas crianças pequenas foram entregues por Krohokrenhum aos cuidados de regionais:

Aí quando nós mudemo... Ah! chegou tudo magro... Aí só tava caçando pra eles. Aí nada tomando remédio. Já morrendo, morrendo, morrendo... morrendo. Eu lembro morto. Uma hora dessa morreu dois, na outra morria três, de dia morreu quatro. Ih! morreu muito! Eu digo:

— *'Assim eu num tomo conta terra não'.*

Mas eu, nem ver morto. Morrendo, só morrendo mesmo. Aí eu tava com medo!

— *'Eu sei como é agora... nós vamo acabar mesmo!' Eu tava até com medo!*

Por causa disso que eu deu... pro 'cristão', aquele que mora na cidade, eu deu todinho criança. Porque... minha mãe morreu, meu irmã morreu, até mesmo eu ficou só, num tem nada, eu num tinha nada. Meu mulher morreu, então eu ficou nada, eu digo: 'Ah... eu vou entregar todinho...' eu disse:

— *'Vocês pode tomar conta, vocês cria, eu vou ficar só, porque eu sei que vou morrer sempre!'*

Aí eu deu tudo. Aí eu fiquei, agüentando, agüentando, morrendo, morrendo, já tava pouquinho... eu digo:

— *'Ah! rapaz, vamo acabar mesmo!...'* (citado por Ferraz: 1983d, 40).

Foi só depois de alguns anos que aquelas crianças foram recuperadas pelos Gavião.

O início de uma assistência sistemática por parte dos dominicanos ligados à Prelazia de Marabá possibilitou a recuperação do grupo, então muito reduzido, como explica Krohokrenhum:

"Quando já tinha morrer tudo, aí parou". Aí resto melhorou. Aí ía sempre no Itupiranga arrumar uma farinha, a massa de mandioca, nós voltava.

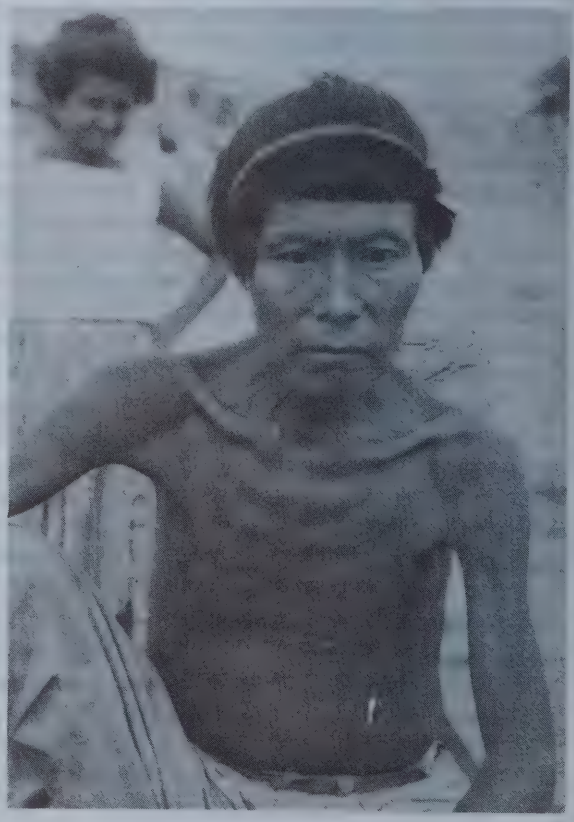
Quando foi dois ano que nós fez lá, aí Frei Gil chegou, Frei Gil apareceu (1958). Aí apareceu, começou... leva rancho... leva tudo, café, açúcar, farinha... ih! muita farinha. Mandaram, ele levou quatro cara lá, ele mandou, eles fez a roça. Oito linha que o cara fez, ele queimou, plantou mandioca, pronto. Plantaram muita mandioca. Banana ele arrumou, plantaram, aí só. Só uma vez que ele fez. Ele só ajudou, quando nós já começou agora melhorou. Aí nós começou mesmo. Agora nós mesmo, como nós trabalhava, nós fez outra roça, nós plantemo. Agora aumentemo a roça. Aumentando, aumentando... já tinha quatro anos que Frei Gil ajudava. (idem, 42).

O TEMPO DO SPI (década de 60) — *"Aí me falaram que SPI, SPI toma conta da gente. Aí o finado 'Mosquito' que eles chamava, aí ele ficou lá com a gente. Dava remédio, tratando. Aí Frei Gil veio embora. Aí SPI trabalhou só quatro mês, aí veio embora tudinho, aí acabou, parou, parou mesmo"* (idem, 43).

Diante do fascínio pela cidade, o grupo havia abandonado a antiga aldeia, socorrendo-se em um local onde não havia assistência sistemática por parte do SPI, os meios de subsistência eram precários e as terras já estavam ocupadas por regionais. Segundo manuscrito de Frei José, dominicano que visitava os Gavião, aquela área fora adquirida por um deputado de Belém.

"Formaram pequenos roçados e começaram a adotar nomes pessoais em língua portuguesa, que, assim como o

Na foto acima, o grupo do Praia Alta. Abaixo, alguns índios em frente à casa do Jaime, funcionário do SPI em Itupiranga (fotos José Caron, 1961).



O general Bandeira de Mello visita o grupo do Maranhão, pacificado em 1968. À esquerda do presidente está o intérprete Kinaré, Gavião do grupo da Montanha, promovido a "capitão" pelos funcionários que trabalharam na pacificação deste grupo (foto FUNAI, 1972).

Vítima da reação dos Gavião do Maranhão contra o avanço dos colonos sobre suas terras, ainda no período dos primeiros contatos da frente de atração com o grupo (foto José Pinto/OESP, 1969).

Kwantukre, velho líder dos Gavião do Maranhão (foto Vincent Carelli, 1975).

uso de roupas, consistiam em elementos de um sistema específico de comunicação e interação com os *kupẽ* que lhes forneciam bens industrializados" (idem). Os agentes do SPI incentivavam os índios a coletar castanha, em troca de facões, machados, munições e gêneros alimentícios. O castanhal onde haviam se fixado, arrendado por um "Seu Benedito" que "permitira" instalarem-se ali — tendo assim se tornado "amigo" dos Gavião — passou a ser explorado individualmente por eles, segundo Da Matta (1967: 115). A produção era vendida em Itupiranga e o transporte era patrocinado por um funcionário da Prefeitura daquele município, que veio a trabalhar como agente do SPI entre o grupo. Os Gavião foram assim iniciados nas operações de compra e venda neste período — princípio da década de 60.

Ao contrário do grupo do Cocal, a "turma da Montanha" foi se estabelecer — em fins de 1960 — no local conhecido como Ambauá, onde já existia um Posto (e pastagens) do SPI desde o início da década de 40 (ver no item "Situação atual das terras). Os contatos sistemáticos com os habitantes de Tucuruí, situada a meia hora de barco a motor da sede do Posto, fizeram com que os Gavião deixassem de ser vistos como "saqueadores" e passaram a abastecer o mercado local com caça, peixe e castanha. Para os moradores da cidade eles haviam se tornado "crentes". De fato, a partir de 1964, missionários da MNTB haviam se instalado na "Montanha".

"MÃE MARIA" — Desde 1943 havia uma gleba de terra concedida aos índios Gavião por decreto do então interventor federal. Segundo Cotrim, naquela época, os Gavião costumavam sair numa praia do Tocantins em frente do castanhal Mãe Maria e se confraternizavam com o seu administrador. Este deduziu que os índios deviam habitar nas cabeceiras do Igarapé Mãe Maria e se preocupou em reivindicar para eles esta gleba, compreendida entre os rios Flexeiras e Jacundá, uma légua além da margem do Tocantins, faixa em que ele (administrador) explorava castanha (Soares: 1983).

Esta área passou a ser arrendada a terceiros pelo SPI a partir de 1947 por uma renda considerada "irrisória", mas em 1965 o SPI começou a receber propostas de novos arrendamentos a preços altíssimos. Com o começo da aber-

tura da PA-70 em 1964 a área despertou grande interesse e dezenas de posseiros já se instalaram na área indígena. Vendo que os funcionários do SPI não conseguiriam conter a ocupação da área, Antonio Cotrim resolveu convencer os 28 Gavião aldeados em Itupiranga a se mudarem para lá.

Os agentes do SPI passaram a persuadir Krohokrenhum quanto à necessidade de se transferirem para o Posto Indígena Mãe Maria. Krohokrenhum relata os "conselhos" de um dos servidores do SPI, Jaime Pimentel:

— *"Vamo lá, rapaz! vamo lá, lá é bom, tem muito 'colocação' grande, muito castanha, eu quero que vocês só recebendo dinheiro 'de grosso', vocês 'enrica'! Lá é bom pra vocês! Aqui não é... é terra de vocês não! Lá é bom, pra vocês é bom! é terra de vocês mesmo, lá é bom! Aqui 'colocação' é muito pequeno, num dá pra vocês, mas lá é bom, é 'colocação' grande! O senhor pode ficar deitado, gente trabalha, entrega castanha, vocês vende! Ah! vocês vão melhorar muito, mais que aqui!" Aí eu compreendeu como é, eu disse assim:*

— *"Opa! eu vou... eu vou "enricar" mesmo lá!"* (*Mas que nada...*) (Ferraz: 1983d, 47-48).

No Posto, eles reconstruíram as casas à moda regional — com duas águas, paredes e uma divisão interna — formando uma "rua", ou seja, enfileiradas, mas recuando-as cerca de 80 metros da picada daquela que viria a ser a rodovia PA-70, local onde até julho de 1981 esteve localizada a aldeia do "Trinta".

As expectativas dos agentes do SPI em "dar início à vida econômica" do Posto estavam vinculadas à eficácia da ação dos Gavião em afugentar os castanheiros que haviam se instalado ali. Os estereótipos então existentes em relação aos Gavião eram atualizados e reforçados nas expedições que empreendiam num determinado trecho da estrada, entre os rios Flecheiras e Jacundá, com objetivos precisos...

A chegada de um grupo de jovens pintados de urucum (por incentivo dos próprios agentes do SPI), falando alto no idioma e atirando com as espingardas, era a forma de porem em prática os estereótipos de "bravos" e "traiçoeiros" vigentes em relação a eles em toda a região (Ferraz: 1983d, 51).

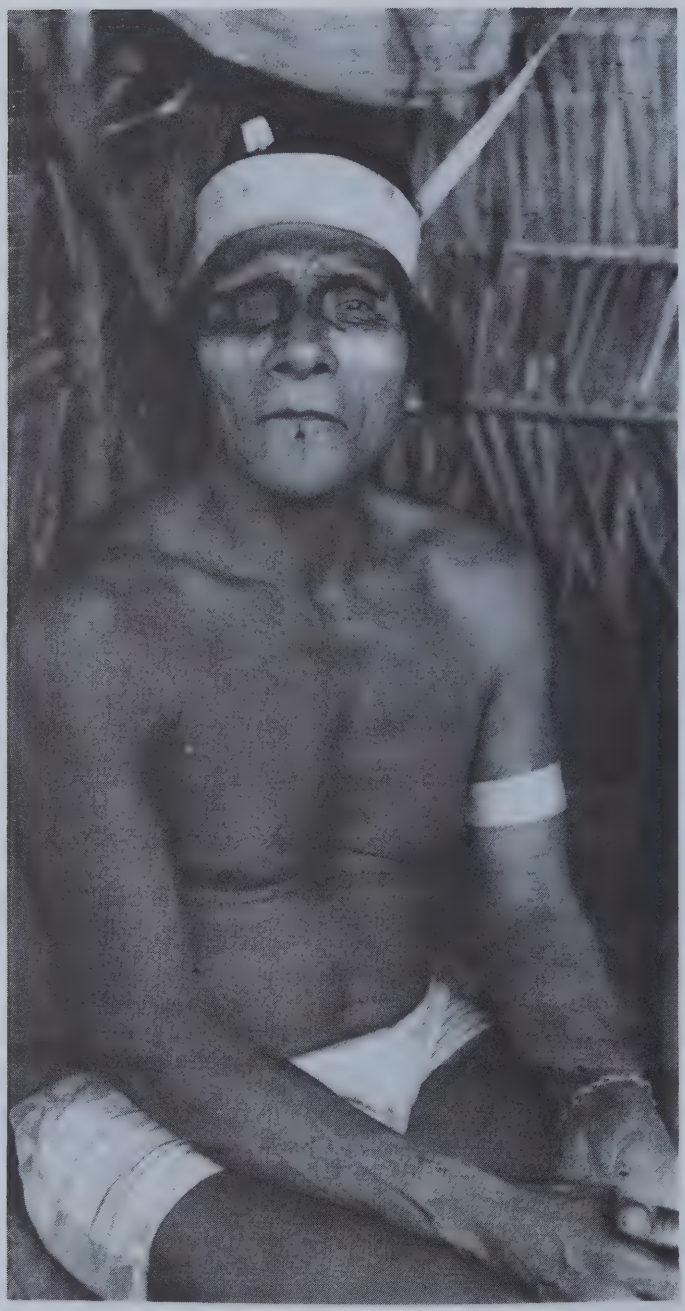
Krohokrenhum explica: *"Foram embora todinho à noite, largaram a criação, largaram tudo! Foi m'bora. Foram embora tudinho. Quero ver... era 3, 4, 5, 6! Seis cara que morava aqui aí nós botemo fora..."* (citado por Ferraz: 1983d, 50).

A TRANSFERÊNCIA DA "TURMA DO MARANHÃO" — Ao final da década de 60, a abertura da rodovia PA-70, além da penetração de posseiros e grileiros ao longo dela, e a frente pecuária que avançara rapidamente em toda a região acabaram por confinar, sob forte pressão, aquele grupo que fora se refugiar no Maranhão, num local que ficou conhecido como Igarapé dos Frades, em Saranzal, próximo à Imperatriz. (Arnaud: 1975, 72-76).

Índio do grupo do Maranhão (foto Iara Ferraz, 1977).

Em fins de 1968, a área em que a "turma do Maranhão" se encontrava — perto da PA-70, mas a 150 km de Mãe Maria — havia sido interditada por decreto (nº 63.515 de 31. 10.68), medida que não fora respeitada pela população pioneira. Os Gavião reagiram violentamente, tendo havido mortes de ambos os lados, o que provocou um pânico generalizado em toda a região (O ESP: 30.5.72).

Para o contato definitivo com o grupo, um trecho de alguns quilômetros ao longo da PA-70 foi interditado pelo Exército, pela FUNAI, Governo do Pará e PF. Deste modo,



Paneti, chefe dos Gavião do Maranhão na época da pacificação do grupo (foto Iara Ferraz, 1977).

a Frente de Atração, chefiada por Cotrim (auxiliado, na etapa final da atração, por Kinaré e Cotia, intérpretes do grupo da "Montanha"), estabeleceu os contatos ainda em 1968. O encontro ocorreu repentinamente, como relata o sertanista: "Admito, que intencionalmente jamais tentaria um contato com os meios que dispunha. Esta penetração tinha unicamente como objetivo, esquadrinhar a área para facilitar a elaboração de um croquis do território tribal... Sentindo que havíamos sido descobertos, outra resolução não poderia adotar" (Cotrim: 28.11.68).

"Cotrim, com garantais da FUNAI, fazia várias promessas aos Gavião. Por exemplo: os colonos brancos não se aproximariam mais. Nenhuma das promessas, no entanto, era cumprida. Os Gavião preparavam-se para a guerra... passaram a atacar e matar os colonos" (O ESP: 30.05.72).

Diante de um eventual "massacre" ao qual o grupo estaria sujeito naquela localidade, a 2ª DR negociou a sua transferência para Mãe Maria. E mediante uma soma em dinheiro destinada aos gastos com a remoção do grupo, a área foi entregue a uma empresa de grilagem regional, denominada CIDA, Companhia Industrial de Desenvolvimento da Amazônia (Ferraz: 1983d, 57). Atualmente, esta região é conhecida por "Cinelândia" e é atravessada pela ferrovia de Carajás. A CIDA não existe mais; no entanto, cerca de 15.000 famílias de posseiros ali se instalaram em inúmeros povoados.

Em 1969, o grupo foi de fato transferido para o interior da área do Mãe Maria. E. Arnaud chamou a atenção para o fato da remoção ter sido efetuada "sem preparo antecipado das roças e para um local denominado 'Maguari', sujeito a inundações e conhecido pela alta incidência de malária, onde os índios passaram a viver de caça, coleta de frutos silvestres e outros gêneros alimentícios (farinha, sal, açúcar, etc.) fornecidos pelo Posto da FUNAI"(Arnaud: 1975, 72).

Diante da acentuada depopulação que aquele grupo vinha sofrendo, no segundo semestre de 1970, foram mais uma vez transferidos, no interior da reserva, para o local onde, até dezembro de 1979, tiveram a sua aldeia, conhecida como Ladeira Vermelha, a 4 km do "Trinta" e a um quilômetro da rodovia.

Por ocasião do contato inicial, a chefia tradicional deste grupo foi relegada a um plano secundário pelos agentes tutelares que instituíram um "capitão" para o grupo, procedimento comum que tinha por objetivo a necessidade de controle e mobilização mais eficazes.

A TRANSFERÊNCIA DA "TURMA DA MONTANHA" — No início da década de 70, com o impulso da política governamental de ocupação gradativa dos chamados "espaços vazios" da Amazônia, começaram a se desenvolver os grandes projetos de construção da rodovia Transamazônica e da Usina Hidroelétrica de Tucuruí, esta visando à exploração de minérios da Serra de Carajás.

*Mulheres do grupo do Maranhão na aldeia nova (foto Ilana Lansky/*Jornal da Vale*, 1984).*

Acentuaram-se, então, as tentativas por parte da 2ª DR/FUNAI no sentido de dispersar os componentes do grupo da Montanha e fixá-los entre outros grupos tribais, sob justificativas de "descrédito dos membros daquele grupo para com a assistência do órgão tutelar", e, sobretudo "diante do número reduzido em que se encontrava sua população" (Arnaud: 1975, 67).

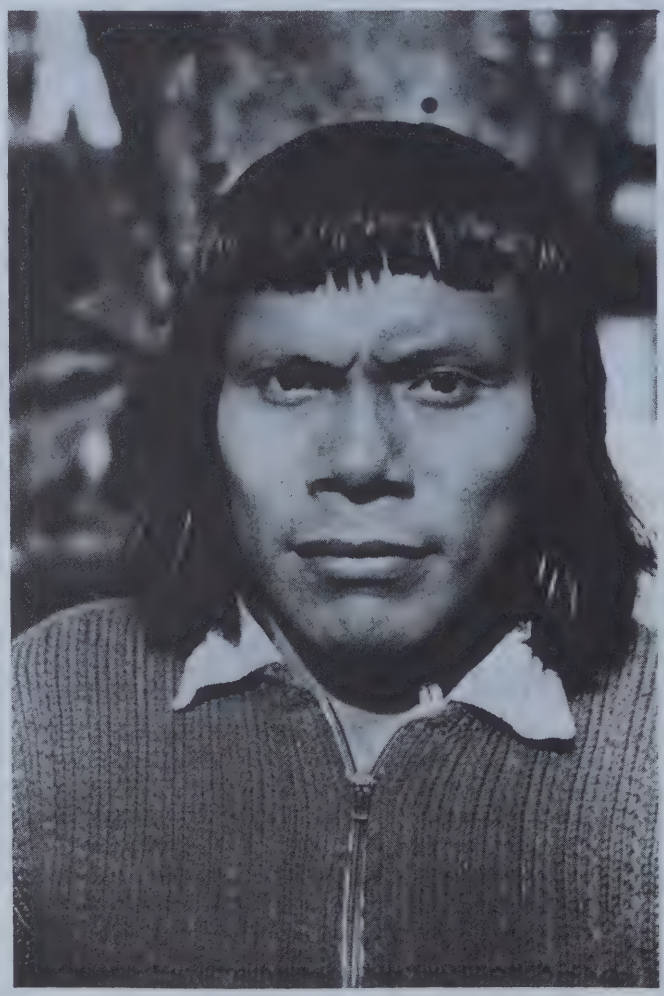
A 2ª DR determinou então a remoção dos "remanescentes" para o interior do PI Mãe Maria, para onde se dirigiram seis rapazes solteiros, em 1971. Uma família com cerca de 13 pessoas ainda permaneceu no Posto Indígena Gavião da Montanha, mesmo depois de decretada sua extinção, em 1974. No ano seguinte, começaria a construção da barragem da Usina Hidroelétrica de Tucuruí, exatamente na área concedida aos Gavião em 1945 (ver no item "Situação atual das terras").

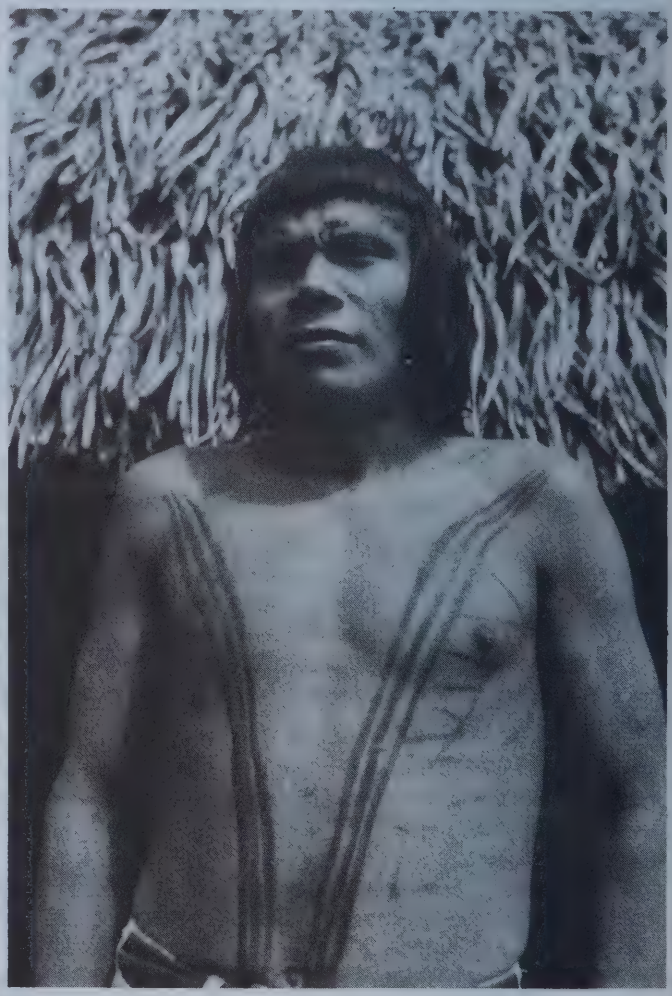
A relutância da família que permanecia na área — e principalmente de Rõnõre, a "Mamãe Grande" e líder do grupo — em se transferir para Mãe Maria estava ligada, sobretudo, ao abandono de seu território. Por outro lado, permaneciam antigas rivalidades com a "turma de Krohokrenhum", que foram motivo de guerras e fissões num passado recente.

No entanto, "sob a pressão dos representantes das empresas construtoras da barragem e dos agentes tutelares, o filho mais velho de 'Mamãe Grande', Pajaré, sua mulher e cinco filhos foram se fixar, posteriormente na própria cidade de Tucuruí, enquanto 'Mamãe Grande', sua neta mais velha, seus dois outros filhos, uma mulher idosa (que logo veio a falecer) com o filho foram removidos para o Mãe Maria em 1977, onde se reuniram ao grupo do 'Maranhão', chefiado pelo sobrinho de 'Mamãe Grande', Kinaré" (Ferraz: 1983d, 56). Receberam da 2ª DR uma irrisória indenização, sob a forma de algumas ferramentas e tábuas para a construção das casas.

KROHOKRENHUM, CHEFE GAVIÃO

Retratos de Krohokrenhum tomados em Itupiranga e na aldeia do Praia Alta, poucos anos após a "pacificação" de seu grupo (fotos José Caron, 1961).





À esquerda, Krohokrenhum acompanha a medição da castanha no momento do embarque para Belém (foto Iara Ferraz, 1976). Na foto abaixo, Krohokrenhum, logo após uma corrida de tora, lembra seus momentos mais emocionantes (foto Vincent Carelli, 1983).

Topramre Krohokrenhum Jõpaipaire, mais conhecido como Krohokrenhum, "o velho", tem hoje cerca de 55 anos de idade e viveu o contato com os kupẽ *desde os momentos iniciais, tendo sido o seu grande incentivador. Dali em diante, tomou a frente em todo o processo e, a certa altura, chegou a acreditar que seu povo estivesse realmente próximo do fim.*

Exercer a liderança, passou a ser, de fato, decidir pelo grupo todo: desde a transferência para o Mãe Maria, a submissão ao trabalho na castanha, até o descontentamento crescente e a ruptura definitiva daquela ordem.

No decorrer deste período pós-contato, cerca de 25 anos, cresceu o seu prestígio como chefe dos Gavião, aos poucos reunidos em uma única aldeia. Grande cantador e exímio jogador de flechas, como é reconhecido por todos os seus, Krohokrenhum foi o grande incentivador da retomada, com intensidade, dos ciclos cerimoniais, desde 1976.

É o mediador por excelência diante dos conflitos internos, ou ainda de ameaças externas, nas situações que possam pôr em risco a harmonia do grupo.

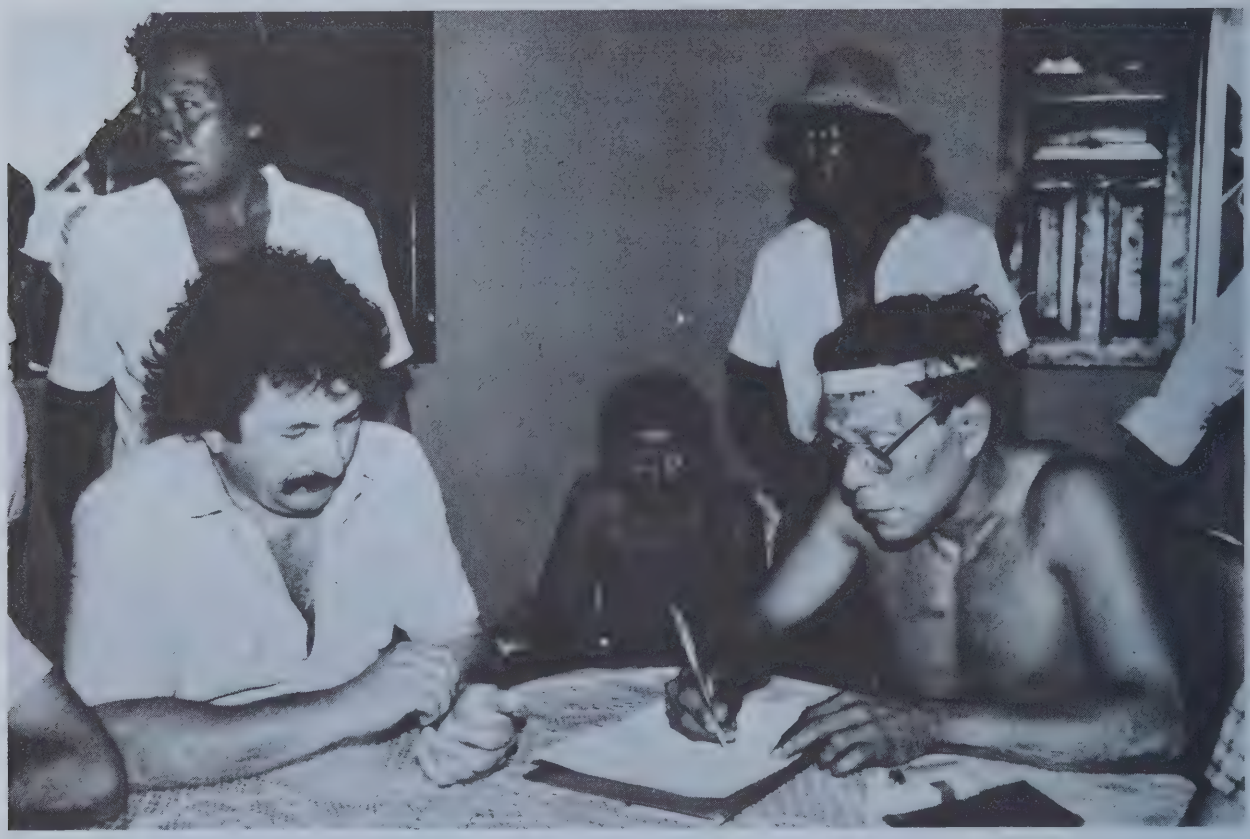
Guardião da integridade do território, bastante ameaçado pelo intenso processo de ocupação da região de Marabá, Krohokrenhum sabe que o enfrentamento da "gente civilizada" é "luta, luta, luta... não acaba nunca!... O kupẽ *não pensa nadinha... não é assim como gente não! parece bicho, cachorro... não respeito os outros... Como agora, que eu estou imprensado...", conforme contou a Iara Ferraz, em novembro de 84.*

Krohokrenhum reluta em se ausentar do território da "Comunidade Indígena Parkatêjê". Ele costuma enviar emissários e alguns entre os Gavião se especializaram nas "relações para fora" (comércio, bancos, FUNAI, exportadores de castanha, etc.), isto é, no Doze, em Marabá, Belém ou Brasília. Às vezes, o próprio Krohokrenhum se desloca, mas desde muito tempo, as negociações importantes para o destino dos Gavião, envolvendo representantes de agências federais, ele faz questão que ocorram na própria aldeia. Ficou famosa, nos idos de 1977, sua retumbante recusa ao convite do Ministro do Interior, Rangel Reis, para comparecer em Brasília no ato da assinatura de um empréstimo bancário para a safra de castanha. O mesmo estilo permaneceu nas negociações posteriores, envolvendo indenizações vultosas, com representantes da ELETRONORTE e CVRD.

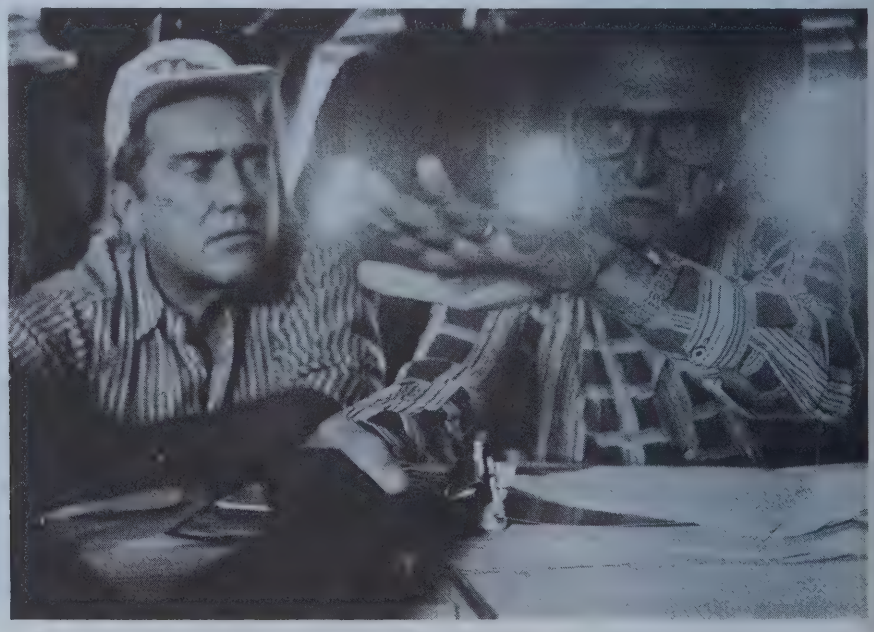
Krohokrenhum tem plena consciência da lenda que corre, na região e pelo Brasil, a respeito dos Gavião, "os índios que enricaram com as indenizações". Não gosta da maioria das versões veiculadas pela imprensa a respeito das mudanças que estão ocorrendo na vida da aldeia.

A firmeza da sua liderança e do seu prestígio como chefe dos Gavião é um fato notável, apesar das crises de autoridade. Em julho de 1985, por exemplo, num gesto dramático e inusitado, com grandes repercussões na vida da aldeia, Krohokrenhum quebrou publicamente seu maraká e seu arco e mandou destruir as toras que seriam utilizadas na "corrida", depois que um grupo de jovens, recém-chegados do "comércio", preferiram jogar futebol no pátio da aldeia ao invés de participar de um ritual que envolvia cantos e danças.

De pouca conversa com os kupẽ*, mas autor de longos e freqüentes discursos no pátio da aldeia, Krohokrenhum vem sendo o condutor de um amplo movimento de resistência dos Gavião.*



*Em setembro de 1984, Krohokrenhum assinava, na aldeia, um acordo com a CVRD autorizando a passagem da estrada de ferro Carajás dentro da área Gavião mediante indenização (foto Cynthia Brito/F4/*Jornal da Vale, *1984).*



Em junho de 1980, após longas e duras negociações na aldeia com a ELETRONORTE, Krohokrenhum finalmente aceita reduzir o valor da indenização. Neste momento, o presidente da ELETRONORTE exclama, segurando a mão do chefe: "palavra de rei não volta atrás, pago os 40 milhões" (foto Tiuré, 1980).

Exímio jogador de flecha e cantador desde jovem, Krohokrenhum, com mais de 55 anos, resolve aprender a andar de moto (foto acima de Vincent Carelli, 1983; à direita, de Saulo Petean/F4, 1983, e abaixo de Iara Ferraz, 1985).

A CASTANHA, NO "TEMPO DA FUNAI" — A transferência de todos os grupos locais para a AI Mãe Maria permitiu a FUNAI constituir ali a força necessária para o desenvolvimento de uma atividade que chegou a fazer desse posto o maior produtor de castanha, no início da década de 70 (ver adiante, no item "Tutela e Assistência").

O sistema de exploração econômica a que os Gavião estavam submetidos — como mão-de-obra coletora — durou dez anos consecutivos: desde a transferência da "turma de Krohokrenhum" para Mãe Maria em 1966, até a gestão autônoma da safra de 1976.

Durante esse período os Gavião se recuperaram em termos demográficos, mediante a assistência proporcionada pela FUNAI. Em 1975, divididos em duas aldeias, eram 99 pessoas (ver acima, no item "População").

Com o decorrer dos anos, a manipulação da distribuição da renda da castanha — através do sistema de pagamento de "comissões" aos líderes (ver adiante), pelos agentes locais da FUNAI, passou a gerar a maior insatisfação entre os Gavião. Por outro lado, a obrigatoriedade do trabalho na castanha, durante seis meses por ano e mediante um "esforço físico acentuado", para a obtenção de bens que haviam se tornado indispensáveis, impedia a realização de atividades tradicionais, como os cerimoniais de longa duração (Ferraz: 1983d, 65-67).

"A conjunção de todos esses elementos gerava insatisfação crescente entre os Parkatêjê. A 'indevida' submissão àquela sistemática (...) lhes vinha sendo muitas vezes apontada, no decorrer dos anos, pelos moradores das redondezas (...) Alguns regionais chegavam a manifestar indignação diante do fato de os 'caboclos' trabalharem como 'empregados da FUNAI, o "patrão" de vocês' (sic) em terras pertencentes ao grupo" (idem, 66).

A GESTÃO AUTÔNOMA DA SAFRA DE 1976 — "Eu não sou teu filho não, eu também sou empregado de vocês não! Desse jeito eu não gosto de gente conversar... me gritando! Por isso tá danado, vou embora". Com essas palavras Krohokrenhum encerrava uma conversa com o Delegado da 2ª DR, Coronel Antonio Augusto Nogueira, em julho de 1975. Krohokrenhum havia de fato resolvido dirigir-se pessoalmente à Delegacia de Belém, para resolver a questão da "comissão" paga pela FUNAI, como remuneração pelo trabalho dos Gavião na coleta da castanha. "Foi quando em diálogo veemente com o chefe Gavião o então delegado regional afirmou que, dali em diante, deixaria de comercializar a castanha de Mãe Maria, uma vez que os Gavião se mostravam intolerantes em relação àquela sistemática, 'aceita' nos outros postos indígenas produtores de castanha" (idem, 70).

Naquele ano, a antropóloga Iara Ferraz estava realizando levantamentos preliminares para a implementação do Projeto de Emergência para a Coordenação da Safra de Castanha pelos Gavião de Mãe Maria (ver adiante, no item "Tutela e Assistência"). Com os Gavião, debatia a possibilidade concreta de comercializar a produção diretamente com os agentes exportadores, sem a mediação da 2ª DR/FUNAI. "Ano que vem, até nu a gente trabalha", afirmava Jokorenhum, irmão mais moço de Krohokrenhum, diante das mudanças previstas (idem, 70).

Apesar dos entraves iniciais, administrativos e políticos, oriundos da Delegacia e do DGPC em Brasília (atraso na remessa da verba inicial e insuficiência dos suprimentos), o final da safra de 1976 representou para os Gavião a conquista da autonomia: "Pela primeira vez, eles produziram, administraram e comercializaram, sozinhos, 2.200 hectolitros de castanha-do-pará" (O ESP: 04.06.76). "O sucesso da experiência realizada foi confirmado com o lucro para a comunidade, de 350 mil cruzeiros, a ser totalmente investido pelos índios no seu próprio desenvolvimento.

Configurando-se como produtores, os Gavião conseguiram reafirmar-se perante a população regional, passando a ser admirados e respeitados. Reassumiram, ao mesmo tempo, uma atitude de plena afirmação de uma identidade étnico-cultural que vinha sendo ameaçada, a partir da construção da rodovia Pa-70 que cortou suas terras" (O ESP: 03-12. 75).

Para expressar a diferença em relação ao "tempo em que a FUNAI mandava", os Gavião assumiram a autodenominação coletiva e institucionalizada de "Comunidade Indígena Parkatêjê", ao mesmo tempo em que empreenderam a instituição do mecanismo da "cantina" para a redistribuição de mercadorias em maior quantidade.

"Agora sim! Agora a gente vai melhorar! A gente vai pra frente!", afirmava Krohokrenhum (idem, 91).

As transformações ocorridas abrangeram também a ruptura definitiva com os agentes da MNTB que haviam se fixado desde 1971, junto à "turma do Maranhão", assim como foram totalmente modificadas as relações com os funcionários da FUNAI (ver adiante, no item "Tutela e Assistência").

De acordo com o modelo de ocupação e expansão que ocorre na região, os Gavião se mostraram atraídos por uma série de "negócios" — denominados posteriormente "projetos da comunidade" — que lhes pareceram rentáveis e que viriam incrementar o fundo de recursos da Comunidade (ver adiante, no item "Modo de Vida").

AS NEGOCIAÇÕES E A GESTÃO DAS INDENIZAÇÕES: ELETRONORTE E CVRD — "Eu pensando que kupẽ *já aquietou... que quando Funai me mudou prá cá, minha turma, o turmo do Maranhão, o Montanha, ... eu pensando que a terreno daqui já tava, já tava tudo certinho, (de)marcado pra mim! Mas que nada rapaz!* Kupẽ *tá danado!"* (Krohokrenhum, citado por Ferraz: 1983d, 109).

Tão logo os Gavião haviam conseguido gerir, de forma autônoma, a safra de castanha de 1976, tiveram que enfrentar as pressões exercidas sobre seu território por empreendimentos governamentais de grande porte: a passagem de

uma linha de transmissão da ELETRONORTE e, posteriormente, da ferrovia do Projeto Carajás.

Assim, ainda em setembro de 1976, técnicos de uma empresa de topografia iniciavam o levantamento da área para definir o traçado da linha de transmissão de alta tensão que ligaria Marabá a Imperatriz e que seria construída pela ELETRONORTE.

"Ao trafegar dirigindo o veículo da 'Comunidade' pela rodovia que corta o território, Kruwa, jovem Gavião, encontrou-os, ocasionalmente, numa manhã, a poucos quilômetros de distância da aldeia... Surpresos, os topógrafos declararam desconhecer a existência de uma área indígena naquela região que, no entanto, existe legalmente desde 1943..." Os líderes do grupo "sugeriram de imediato a possibilidade de desvio daquele traçado, uma vez que a passagem da linha dar-se-ia justamente sobre os seus maiores castanhais afugentando a caça, destruindo roças e a aldeia do "Trinta". "Por que vocês não acabam logo com a gente? Mata todo mundo de uma vez, passa por cima mesmo logo! Por que tem que estragar tudo, passar por cima do que é da gente", dizia um ancião, na época (Ferraz: 1983d, 111).

Diante da alegada impossibilidade de desviar o traçado, os Gavião passaram a exigir o pagamento de uma indenização prévia, por perdas e danos, em dinheiro e diretamente à Comunidade, mediante o estabelecimento de um contrato.

Iniciaram-se então uma série de negociações diretas entre os Gavião e representantes da ELETRONORTE que resultaram, quatro anos mais tarde, no acordo assinado em 1980, para o pagamento de uma indenização de 40 milhões de cruzeiros (ver adiante, no item "Tutela e Assistência").

Com a passagem da linha de transmissão, a aldeia do "Trinta" seria completamente destruída. Por isso, a indenização deu impulso ao projeto de Krohokrenhum de construir uma nova aldeia, circular, onde estariam reunidos os componentes das duas "turmas". A nova aldeia foi construída e recentemente inaugurada, em 1984 (ver adiante, nos ítens "Tutela e Assistência" e "Modo de Vida").

Ainda em 1980, os Gavião tiveram de enfrentar nova ameaça: a construção, pela CVRD, da ferrovia que liga Serra de Carajás a Itaqui. O leito da ferrovia atravessou a área indígena. As negociações em torno da indenização levaram a um primeiro acordo e ao pagamento, em 1982, de 56 milhões de cruzeiros à Comunidade (O ESP: 23.04.82). Mas ocorreram vários desdobramentos posteriores (ver no item "Situação Atual das Terras"). Poucos meses depois, os Gavião partiram para novos "enfrentamentos" com os *kupẽ*. Iniciaram um movimento para forçar a ELETRONORTE a indenizar a família de Pajaré, Gavião da "Montanha" que haviam permanecido na sua área tradicional, em Tucuruí (ver acima, "A transferência da turma da 'Montanha'" Estas negociações prosseguiram durante vários anos, com o envolvimento de várias agências. Terminaram em janeiro de 1984, quando a Comunidade aceitou uma indenização no valor de 50 milhões de cruzeiros (ver adiante, nos ítens "Tutela e Assistência" e "Situação Atual das Terras").

A nova aldeia dos Gavião, com casas de alvenaria dispostas circularmente, inaugurada em junho de 1984, pode ser considerada como paradigmática da recuperação desta sociedade indígena, ao mesmo tempo que dos problemas que enfrentam e deverão enfrentar nos próximos anos. Para que esta inauguração fosse possível, a Comunidade teve que contornar uma série de dificuldades, especialmente a ingerência da FUNAI no andamento das obras, como relata Krohokrenhum numa carta enviada ao Presidente da FUNAI, Cel. Nobre da Veiga. Nesse documento, do qual citamos alguns trechos abaixo, o capitão dos Gavião expressa todo o caminho percorrido e os anseios da Comunidade:

"Quem vai falar aqui é Krokrenum Jopaipaire, chefe dos Gaviões do Pará. A comunidade não gostou que o Presidente mandou carta para o engenheiro Reginaldo, mandando parar a obra da nossa aldeia nova. O Presidente da FUNAI se quiser parar a obra tem que vir na aldeia e falar na minha frente, como homem. Não tem que mandar parar por fora da comunidade... A comunidade precisa de obra pra melhorar, por isso nós fizemos luta. Nesta luta a FUNAI não ajudou, nem uma mão: A FUNAI não ajuda, por que manda parar a obra? Eu preciso morar usando casa bonita. A comunidade mora neste barraco, como porco. Não quero isto não. Eu quero usar também coisas boas. Eu fiz luta. Não quero morar em lugar feito porco, feio. O kupẽ *mora bem. Nós já moramos dentro da mata. FUNAI entrou, queria que nós morasse no chiqueiro. Eu não sou porco não, morar na lama, cagado, quero morar bem. Diferente do tempo da mata. Por que só a FUNAI pode morar bem, ver televisão, com o dinheiro do Índio? Os outros índios estão ruim, passando mal, eu não quero isto não, já chega, quero melhorar, dormir bem, morar bem, bonito... Presidente pode vir aqui, mas obra continua. Já mudei, ninguém me manda, eu faço..."* (Krohokrenhum: 29. 10.80).

Tutela e assistência

O SPI E OS DOMINICANOS NO TEMPO DA "PACIFICAÇÃO" — O SPI iniciou suas atividades na área ocupada pelos Gavião na década de 30, através de dois Postos criados, sucessivamente, no Ipixuna (Marabá) em 1937 e no Ambauá (Tucuruí) em 1944 (Arnaud: 1984, 12). Nessa época, os Gavião vinham atacando sistematicamente os castanheiros e os povoados nas margens do médio Tocantins (ver acima, "Histórico do contato").

Em relação aos dois Postos do SPI, os Gavião procediam de modo mais ou menos semelhante: realizavam visitas esporádicas, pacíficas quando obtinham dos agentes do Posto ferramentas, farinha e outros gêneros alimentícios. Em

"Catação" ou limpeza da castanha armazenada no barracão (foto Vincent Carelli, 1976).

outras ocasiões, atacavam o Posto e deixavam de aparecer por vários meses (Arnaud: 1984, 12-13).

Os primeiros contatos pacíficos e definitivos não ocorreram, portanto, nas bases preparadas pelo SPI, mas se deram, somente na década de 50, na época em que os Gavião do grupo do Cocal, liderados por Krohokrenhum, resolveram ir de encontro aos *kupẽ*: em setembro de 1956, entraram em contato com uma expedição organizada pelo Frei Gil Gomes Leitão, ligado à Prelazia de Marabá. Dessa expedição, financiada pela prefeitura de Itupiranga, participavam também um tenente de reserva, Hilmar Kluck, que trabalhava para o SPI.

Após uma estadia de alguns meses na cidade de Itupiranga, os Gavião recuaram para a aldeia Cocal (ou Praia alta), onde Frei Gil e Frei José Caron passaram a visitá-los regularmente, levando alimentos, ferramentas, roupas e medicamentos. Nomes "cristãos" foram adotados por alguns deles, com os "batizados" que foram realizados, embora Frei Gil viesse apresentar, posteriormente, críticas àquela "forma precipitada de catequese" (Ferraz: 1983d, 43).

O início de uma assistência sistemática, por parte dos dominicanos, possibilitou a recuperação do grupo, então muito enfraquecido.

Segundo Arnaud, a princípio, os Gavião aceitaram ser orientados pelo missionário e pelo agente do SPI, nas suas transações comerciais (peles de animais silvestres, excedentes agrícolas e castanha-do-pará). Inicialmente, a produção de castanha era vendida em Itupiranga, e o transporte patrocinado por um funcionário da prefeitura da cidade que mais tarde foi trabalhar como agente do Posto, Jaime Pimentel. A produção passou então a ser vendida ao arrendatário da área, que havia "permitido" aos índios se instalarem em seu castanhal. Ainda segundo Arnaud: "quando começaram a se comunicar razoavelmente na língua portuguesa e a se familiarizar com o uso do dinheiro, cada qual procurou assumir a direção de seus negócios. Com os proprietários ou os arrendatários das terras situadas em torno da aldeia, passaram a entrar em constantes atritos, pois não se conformavam com os preços inferiores às cotações regionais que eles comumente atribuíam aos seus produtos, sempre que possível iam vendê-los clandestinamente para outros eventuais compradores" (1984, 15-16).

O POSTO DA "CASTANHA" — Mudanças significativas ocorreram a partir de 1967 quando a 2ª Inspetoria Regional do SPI deliberou atuar em Mãe Maria na extração da castanha, com objetivos empresariais, através do conhecido sistema de "Barracão" (Arnaud: 1975, 49). Nessa data, o grupo do Cocal havia se transferido para o Posto e, em pouco tempo, havia expulsado os invasores da área. "As expectativas dos agentes do SPI em dar início à vida econômica do Posto recém-inaugurado vinculava-se de fato à eficácia da ação dos Parkatêjê em afugentar castanheiros... uma vez que a atuação dos agentes da polícia local havia se mostrado ineficaz" (Ferraz: 1983d, 50).

Por outro lado, a garantia de ocupação efetiva daquele território, de uma assistência precária de saúde através do Posto e, sobretudo, da obtenção de algumas mercadorias indispensáveis, estavam vinculadas à plena utilização dos Gavião como mão-de-obra para a exploração de castanha-do-pará.

Assim, o SPI deixaria de arrendar a terceiros a gleba Mãe Maria, como fazia desde 1947. O último contrato de arrendamento do castanhal Mãe Maria à viúva de um chefe político local (João Anastácio de Queiroz, proprietário da gleba limítrofe — ver adiante, "Situação atual das terras"), havia expirado em 1966.

Em 1968, diante da "necessidade de implantação de uma infra-estrutura para a exploração racional e sistemática" dos grandes castanhais do Mãe Maria, a FUNAI deu início a melhorias nas instalações do Posto, construindo, em alvenaria, a "sede" e o "hospital" — local que funcionava na realidade como uma pequena enfermaria e um grande depósito de castanha.

O grupo local do "Maranhão" foi transferido nessa data para o Mãe Maria, instalando-se numa aldeia separada, denominada Ladeira Vermelha. A partir de 1971, parte do grupo da "Montanha" de Tucuruí passou a ser também transferido para Mãe Maria (ver acima, no "Histórico do contato"). Nessas transferências, verificou-se "o ajuste da situação dos grupos recém-contatados aos interesses dos agentes tutelares. A constituição formal de um 'capitão' (termo utilizado desde os primórdios do SPI, em 1913, para designar a chefia, tradicional ou não) revelava o empenho dos agentes tutelares em exercer controle efetivo sobre a vida do grupo, para fins de mobilização necessária sobretudo ao trabalho, à vida econômica do Posto. Entre os componentes do grupo, fariam sobressair um indivíduo que dominasse razoavelmente bem o idioma nacional e apresentasse tendências modernizadoras. Foi o que ocorreu entre o grupo do 'Maranhão' , onde um indivíduo pertencente à 'turma da Montanha' , Kinaré, veio a ser 'capitão', líder instituído pelos agentes tutelares" (Ferraz: 1983d, 66).

Como havia ocorrido com os demais Gavião, a vida do grupo do "Maranhão" passou a ser gerida pelo Posto. Todos os homens estavam engajados nos serviços de lavoura e, conforme a época do ano, na coleta da castanha, junto com os trabalhadores da FUNAI. As atividades seguiam horários de trabalho fixos, com descanso nos fins de semana.

A introdução do uso de roupas, novos utensílios domésticos (panelas, pratos, talheres, etc...) e ferramentas de trabalho era incentivada pela administração do Posto. As orientações também eram dadas no sentido do "asseio" individual e da limpeza da aldeia, assim como no que diz respeito à alimentação. A confecção, sobretudo em ocasiões rituais, do bolo de mandioca e carne de caça no forno *kuputi* (ou *berarubu*: pedras aquecidas e cobertas de folhas de bananeira brava e terra) era, muitas vezes, impedida pelo chefe de Posto, sob pretexto de conseqüentes casos de disenteria, uma vez que o consumo do bolo nem sempre era imediato. Deste modo, também a realização dos ciclos cerimoniais de longa duração passou a ser proibida pelos funcionários, pois "interrompiam" o trabalho, quer nas roças durante o "verão" (época da seca), quer na coleta da castanha, no "inverno".

A relação do chefe de Posto com os Gavião — especialmente de Osmundo dos Anjos que permaneceu 6 anos em Mãe Maria — apresentava uma distância muito grande. Com a safra de castanha, ele dedicava todo seu tempo e atenção à maximização desta produção (Ferraz: 1975a, 21).

*

Anualmente, entre setembro e outubro, os Gavião começavam os trabalhos preparativos da safra: construção e reparos de pontes e mata-burros, limpeza de caminhos, estradas e "colocações" na mata, além da limpeza de pastagens destinadas às tropas de muares (pertencentes a regionais) que efetuam parte do transporte de castanha. Tais tarefas eram pagas em mercadorias principalmente e, não raras vezes, em dinheiro — o conhecido "adiantamento", pois se dava antes da safra.

Em dezembro, começavam a ser enviadas de Belém para os barracões do Posto as mercadorias básicas — o "rancho" ou "aviamento" — que abasteceriam os castanheiros e suas famílias durante toda a safra.

Nesta época, os funcionários do Posto davam início à arregimentação de mão-de-obra regional submetida também ao regime de barracão, sob a justificativa de que "só a dos 'caboclos' (os Gavião) era insuficiente". Assim, os castanheiros "civilizados" tornaram-se responsáveis pela maior parte da produção na área indígena, uma vez que exploravam a maioria das grandes colocações. Os contratos com os regionais estendiam-se a três tropeiros e três fiscais de safra, sendo estes últimos os únicos que recebiam remuneração mensal em dinheiro pelos serviços de vigiar a mata ao longo da rodovia (impedindo os freqüentes roubos de castanha), auxiliar na medição (por hectolitros) e, junta-

mente com os Gavião, carregar uma ou duas vezes por semana o caminhão da FUNAI, que transportava a produção até Belém.

Todo o trabalho de coleta — eminentemente braçal — é iniciado logo após as primeiras chuvas (janeiro), quando os ouriços (que contêm as castanhas) caem das árvores. Os coletores entram para a mata, instalando-se nas "colocações". Os ouriços são então agrupados e cortados. As castanhas são levadas em grandes cestos às costas até um paiol (depósito aberto, cercado, na mata), de onde são transportadas pelas tropas de muares até o grande depósito, à beira da rodovia (km 25). Neste local, a castanha era lavada e medida em caixas-padrão, o hectolitro (que corresponde a um saco de 60 kg), de acordo com a produção individual de cada coletor, que recebia assim uma "nota de produção" nominal, o "vale".

"Anualmente surgiam alguns conflitos por ocasião da distribuição dos castanheiros em cada "colocação" no interior da área, determinada pelos agentes locais da FUNAI. Krohokrenhum, por sua vez, procurava alocar sua turma seguindo critérios vinculados à divisão tradicional entre classes de idade, dispondo os "solteiros" separadamente dos "casados". Os servidores do órgão tutelar designavam as maiores "colocações" para serem exploradas pelos "civilizados" e as menores pelos componentes da "turma do Maranhão". A esse grupo, no entanto, era dispensado um tratamento especial, justificado pelos agentes tutelares locais devido ao contato recente. Sua produção de castanha era controlada em separado, uma vez que se dava de forma coletiva" (Ferraz: 1983d, 60).

*

A Delegacia Regional da FUNAI estabelecia previamente o valor para o pagamento do hectolitro de castanha "dos índios" e "dos civilizados", sendo que os primeiros recebiam cerca de 15 a 18% a mais que os "civilizados". Os valores eram geralmente fixados de acordo com a cotação vigente nos barracões das redondezas, no médio Tocantins.

"A produção indígena de castanha, isenta de tributação (conforme dispositivos legais estabelecidos em 1973 com o Estatuto do Índio, Lei nº 6001), era comercializada através da delegacia regional mediante concorrências públicas efetuadas junto aos exportadores para lotes de castanha, durante a safra, dada a grande oscilação dos preços de mercado. No entanto, parecia residir aqui um dos principais mecanismos de manipulação das operações legalmente exigidas para as entidades públicas. Parte da produção indígena prevista, senão toda, era negociada antecipadamente — mecanismo comum utilizado entre produtores e exportadores, conhecido como "venda na folha" ou "na rama" — ou seja, sem que as concorrências públicas fossem efetuadas. Por um lado, tal procedimento tornava possível aos exportadores garantir suas quotas de entrega no mercado externo e, por outro, permitia à agência tutelar regional obter uma quantia suficiente para dar início à safra nas áreas indígenas, prescindindo dos recursos oriundos do Departamento Geral do Patrimônio Indígena, esfera vinculada à cúpula do órgão tutelar.

*

Este sistema de exploração econômica de castanha, mantido durante dez anos consecutivos entre os *Parkatêjê* em Mãe Maria, passou a ser formalmente empreendido pela FUNAI através do chamado 'Projeto de Extrativismo Vegetal: Castanha-do-Pará' (1972), elaborado e executado diretamente pela agência tutelar regional. Este empreendimento constituía uma das atividades do Departamento Geral do Patrimônio Indígena e, conforme os dispositivos administrativos da FUNAI, a distribuição dos recursos obedecia aos seguintes critérios: 45% eram destinados ao refinanciamento da atividade, 45% aplicados em "projetos comunitários' (benfeitorias nos Postos) e os 10% restantes consistiam no dízimo à disposição do órgão tutelar" (idem, 62).

Este mecanismo de "financiamento" da produção utilizado pela 2ª DR foi intensificado a partir de 1975, quando foram formalmente suspensos os projetos da FUNAI, de caráter explicitamente econômico, geridos pelo DGPI (soja, trigo, madeira, borracha, ouro e gado). O "projeto da castanha" — que deixara de ser "lucrativo" aos olhos do órgão tutelar — passou a figurar como voltado para fins de "desenvolvimento comunitário". Mas, na prática, pouco havia mudado entre os demais Postos Indígenas envolvidos e aquelas relações com as populações indígenas produtoras foram encobertas de modo mais acentuado.

As relações estimuladas e mantidas através daquela forma de exploração econômica da castanha impediam qualquer tentativa dos grupos no sentido de restabelecer o funcionamento de um sistema de organização social específico. Assim, a individualização era incentivada tanto no plano da produção imediata, quanto no da reprodução das próprias relações sociais intragrupais. A orientação individualizante estendia-se ao incentivo do uso da língua portuguesa — sobretudo com relação às crianças, que deixaram de receber nomes pessoais no próprio idioma — na proibição da realização de cerimoniais de longa duração e na instituição de privilégios clientelísticos entre as lideranças dos grupos.

Tratava-se do "sistema de comissões", um procedimento comum a todas as áreas indígenas produtoras de castanha, que consistia no pagamento individual aos "capitães" das aldeias de uma "comissão" (como era chamada) pela produção dos demais componentes do grupo, transformados em "trabalhadores", forma como se referiam a eles os agentes tutelares. Esta comissão era, em geral, prometida aos "capitães" antes do início da safra, estipulada sob barganha.

Entre os Gavião, apenas Krohokrenhum, líder da aldeia do "Trinta" recebia, seis meses após o término da safra, aquela "comissão", paga muito aquém do estipulado inicialmente. O "capitão" do grupo "Maranhão", Kinaré, reclamava anualmente sua parcela...

"Krohokrenhum procurava neutralizar os efeitos que a manipulação desse instrumento pudesse trazer, internamente, para as suas relações com o grupo, atendendo às exigências de seus componentes através da redistribuição dos parcos bens obtidos; embora seu descontentamento pessoal fosse crescente, traduzia a insatisfação de todos do grupo, diante da sujeição àquela sistemática" (Ferraz: 1983d, 65).

O fato de Krohokrenhum ter recebido, de modo humilhante, uma quantia muito inferior àquela prometida pela produção da safra de 1975, levou, ao final daquele ano, à ruptura definitiva com a 2ª DR/FUNAI. O líder Gavião afirmava que, dali em diante, não seriam mais "empregados da FUNAI" e que "trabalhariam por conta (própria)" (ver acima: "A gestão autônoma da safra de 1976", no item "Histórico do contato").

OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO — Em 1975 esboçava-se uma tentativa de nova orientação para a política indigenista oficial, surgida entre alguns setores da cúpula do órgão tutelar. Visava a descentralização administrativa e a relativa autonomia de várias populações indígenas no Brasil, através da implantação dos chamados "projetos de desenvolvimento comunitário", elaborados e coordenados no campo por antropólogos. Neste sentido, levantamentos exaustivos vinham sendo realizados junto a alguns grupos indígenas localizados na chamada micro-região de Marabá, onde começavam a se implantar vultosos projetos de caráter estatal e privado. Estes levantamentos foram feitos através de um convênio entre a Universidade de São Paulo, a FUNAI e o Projeto Rondon, firmado em fins de 1974.

Foi então aprovado, pela cúpula da FUNAI, o "Projeto de Emergência para a Coordenação da Safra da Castanha de 1976 pelos índios Gaviões de Oeste do PI Mãe Maria (PA)", elaborado pela antropóloga Iara Ferraz em conjunto com os Gavião. Este projeto constituía uma primeira etapa do "Plano Integrado de Desenvolvimento Comunitário Gaviões-Suruí" (ver adiante) e seus objetivos, nessa fase inicial, diziam respeito, segundo a autora, "ao problema fundamental e 'personagem' central de toda a história dos Gavião do PI Mãe Maria após o contato: a exploração da castanha, que nessa safra de 1976 passará a ser coordenada pelos e para os próprios índios de Mãe Maria" (Ferraz: 1975b, 1). As metas do "Projeto de Emergência" eram as seguintes:

1 — A partir de uma esfera econômica — remodelação do processo produtivo da castanha — uma alternativa é apresentada num momento de transição, autofinanciando e promovendo o desenvolvimento comunitário — cujas variáveis complementares são educação, saúde e alimentação.

2 — Motivação da comunidade indígena em todos os seus aspectos sócio-culturais — estímulo à afirmação do grupo ("dentro" e "fora" dele) e promoção dos índios como indivíduos capazes de escolherem e decidirem por si a alternativa deste desenvolvimento.

3 — Nossa proposta para a próxima safra da castanha em "Mãe Maria" é o ponto de partida para a retomada de uma auto-suficiência rearranjada, de uma "volta" à autonomia da comunidade, da manutenção de seus padrões de subsistência.

4 — O momento de transição a que nos referimos é considerado dinamicamente, dentro de um processo em curso, onde o rearranjo dos elementos na esfera econômica é a *estratégia* (ação) para sua sobrevivência, enquanto grupos étnicos diferenciados (idem, 6-7).

A continuidade desse Projeto seria assegurada pelo "Plano Integrado de Desenvolvimento Gavião-Suruí", elaborado pelo DGPC sob a coordenação de Iara Ferraz e totalmente subordinada a este Departamento (Ferraz: 1975c). Segundo determinação do então Presidente da FUNAI, General Ismarth de Oliveira, a 2ª DR deveria prestar apenas apoio técnico e administrativo, sem ingerência no desenvolvimento do Projeto, nem sobre o Posto Mãe Maria. No Posto, de fato, os agentes locais foram substituídos por elementos previamente preparados para o desenvolvimento desse tipo de projeto. Saulo Petean assumiu a chefia do Posto, ao mesmo tempo em que foram nomeados uma auxiliar de ensino, um trabalhador braçal e o atendente de enfermagem foi substituído. Ainda no que diz respeito aos serviços de saúde, as equipes do Campus Avançado da USP de Marabá passaram a realizar visitas freqüentes ao Posto.

*

A 2ª DR, no entanto, exerceu uma série de pressões, retardando a saída do antigo chefe do PI e a liberação dos recursos financeiros destinados ao início da safra. O poder local, de fato, via-se "enfraquecido" com a "perda" de seu maior posto indígena produtor de castanha. Krohokrenhum decidiu realizar uma viagem a Brasília, para pedir apoio efetivo ao projeto: segundo ele, era preciso "a delegacia obedecer a FUNAI de Brasília" (Ferraz: 1983d, 73).

Desencadearam-se assim mudanças significativas quanto às relações dos Gavião com os agentes do órgão tutelar. Com o conhecimento que passaram a ter da existência de uma hierarquia interna àquela instituição tutelar, os Gavião estabeleceram como interlocutores apenas os representantes da instância superior — a "FUNAI de Brasília" — uma vez que se viam seguidamente ludibriados pelos agentes locais.

Até então, os Gavião identificavam a "FUNAI" (ou o SPI) e "Belém", sede da Delegacia Regional. A sua experiência com a sistemática de trabalho da castanha e a assistência de saúde no Posto não lhes permitia distinguir claramente os níveis da instituição tutelar, assim como as relações internas dessa entidade que era "FUNAI", mas não era "Belém". Era então necessário se reportar diretamente a Brasília para tratar de seus problemas (Ferraz: 1983d, 72).

*

No entanto, até o final daquele ano, acentuaram-se as pressões na 2ª DR sobre a coordenadora do "Projeto de Emergência", que foi afastada pelo então diretor do DGO, Francelino Wandenbrook.

"No caso dos Parkatêjê, representantes regionais do órgão tutelar preconizavam um retrocesso emergente. Acreditavam que, sem o apoio direto da cúpula da FUNAI e com o meu afastamento, o empreendimento 'fracassaria' no ano seguinte, quando os Gavião teriam então, forçosamente, que retornar à antiga sistemática para a comercialização da castanha. No entanto, entre os Parkatêjê, a conquista já estava consolidada. *'Agora eu sou outro! Agora eu acordei!'*, enfatizava Krohokrenhum" (Ferraz: 1983d, 85).

A QUESTÃO DOS EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS — Apesar dos impedimentos "administrativos" e políticos descritos acima, os Gavião geriram de maneira autônoma todo o processo produtivo da castanha em seu território, a partir da safra de 1975-76. As modalidades do controle financeiro da safra, efetuado pela Comunidade, assim como da distribuição dos bens industrializados e do dinheiro ao final da safra, serão descritos adiante (ver "A comercialização da castanha" e "A cantina", no item "Modo de vida").

Diante do sucesso do empreendimento, a FUNAI, através da Presidência, chamou a si o "êxito" do projeto de castanha entre os Gavião, legitimando-o enquanto "modelo" de atuação que seria estendido aos demais Postos Indígenas produtores. Esta atitude encobria o caráter efetivo da realização daquele empreendimento, como iniciativa própria dos Gavião, decorrente de um sistema específico de relações com a Delegacia Regional.

Tão logo os Gavião foram reconhecidos pelos regionais como "índios ricos", sofreram investidas e pressões, com a oferta indiscriminada de bens e de mão-de-obra, que fizeram aumentar muito os gastos da Comunidade. O fundo de recursos da Comunidade se esgotava rapidamente e, para iniciar a safra de 1977 sem atropelos, os Gavião decidiram solicitar um financiamento ao Banco do Brasil.

"A solicitação à rede bancária oficial teve como desdobramento uma inesperada manobra de caráter político por parte de setores governamentais. Para a assinatura conjunta da concessão do financiamento para a produção da safra — que os Parkatêjê haviam solicitado em Marabá — representantes ministeriais e vinculados à cúpula da agência tutelar programaram uma viagem de Krohokrenhum à Brasília..." (idem, 106).

"Não vou não! Se o ministro quer falar, ministro vem aqui" respondeu o líder Gavião (FSP: 02.03.77). Não participaria da "festa dos grandes", como viria a justificar Kruwa, através de um documento que elaborou, a pedido de Krohokrenhum, enviado à cúpula da FUNAI: *"Viagem ligeiro não vou, porque viagem ligeiro não atende ninguém, e nem sou filho do presidente e nem sou funcionário e nem sou outra pessoa. Você têm obrigação de mandar só teus empregados não mandar na vontade dos índios porque índio não querem ser mandado, porque esses índios eram mandados pela Funai, agora mudou..."* (citado por Ferraz: 1983d, 106).

Alertados com as declarações do então Ministro Rangel Reis, sobre a emancipação dos grupos tribais da tutela da FUNAI, os Gavião mandaram uma fita gravada ao Presidente da FUNAI, explicando o não comparecimento de Krohokrenhum em Brasília pois receavam que "a solenidade de Brasília estivesse relacionada não somente com o empréstimo e que pudesse ser usada como argumento a favor da emancipação, ou ainda que Krohokrenhum fosse levado a assinar algum termo de compromisso" (O ESP: 03.03.77).

Quanto ao empréstimo do Banco do Brasil, os Gavião acabaram assinando o financiamento em Marabá, como haviam solicitado inicialmente.

RUPTURAS A NÍVEL LOCAL: FUNCIONÁRIOS DO POSTO E MISSIONÁRIOS — A nível local, parecia de início terem-se firmado relações de caráter relativamente simétricas entre os Gavião e os funcionários do Posto, quando todos trabalhavam juntos para a realização da safra de castanha de 76. Permanecia, no entanto, uma certa ambigüidade para os Gavião, na medida em que os que ali estavam eram "funcionários" da FUNAI.

Assim, em meados de 1977, os Gavião fizeram nova tentativa de rompimento definitivo com as instâncias regionais e locais da FUNAI.

De fato, uma vez que o montante de dinheiro com o qual lidavam avolumava-se consideravelmente (em 1977 as somas ultrapassaram 500 mil cruzeiros e em 1978, mais de um milhão), ampliava-se o escopo das relações dos regionais com a 'Comunidade', oferecendo toda sorte de bens: terras, reses, muares, caminhões e mão-de-obra (peões, motoristas, vaqueiros, etc...). Nesse contexto, os funcionários que haviam permanecido "trabalhando para a Comunidade" apresentavam sugestões no sentido de controlar as relações com os *kupẽ*. Essas sugestões passaram a ser consideradas por Krohokrenhum como interferências inadequadas que culminaram com o afastamento daqueles funcionários (chefe do Posto, auxiliar de ensino e, posteriormente, o trabalhador braçal).

Outros indivíduos, não vinculados à rede local, indicados por Krohokrenhum, assumiram sucessivamente aquelas

funções sem desempenhar, no entanto, papel de mediadores efetivos nas relações entre os Gavião e os vários segmentos da sociedade nacional. Esta mediação passou a ser feita, principalmente, por um índio Potiguara (PB), Tiuré. No início de 1976, a convite de Krohokrenhum, ele fora morar com os Gavião, onde foi integrado ao grupo dos "solteiros" da antiga aldeia do "Trinta", tendo lá permanecido até 1979.

Os servidores da FUNAI que trabalharam posteriormente com os Gavião foram indivíduos indicados por eles para desempenhar funções administrativas específicas: serviços de saúde, educação e proteção do território.

Assim, em 1979, a FUNAI destinou, através da 2ª DR, uma verba para o desenvolvimento de certas atividades no Mãe Maria, que incluíam o incremento à produção agrícola e à pecuária. De acordo com o projeto, os executores seriam os funcionários do Posto, além de um técnico agrícola. No entanto, os recursos foram apenas parcialmente empregados nestas atividades uma vez que a maior parte foi dispendida com a aquisição de medicamentos e o deslocamento de enfermos para Marabá.

Entre 1980 e maio de 1982, trabalhou no PI Mãe Maria um único servidor, que acumulava as funções de Chefe de Posto e professor, sendo que era ainda o diretor nomeado da escola municipal de 1º grau, situada em Morada Nova (ou "Doze"). Este servidor foi dispensado pelos Gavião que o consideram responsável por manipulações de ordem financeira e por excessos de ingerência nos "negócios da Comunidade" (demonstrada pela aquisição precipitada de um rebanho de bovinos e de um caminhão).

*

As mudanças ocorridas em 1976, abrangeram também o rompimento, por parte do grupo do "Maranhão", com os missionários da MNTB, que trabalhavam entre os Gavião desde 1965. Inicialmente, haviam se fixado junto aos Gavião da "Montanha", no Posto situado em frente à cidade de Tucuruí. Lá permaneceram até 1969, ministrando doutrina evangélica e educação escolar, tendo alfabetizado alguns adultos.

Com a atração e transferência para o Mãe Maria do grupo do "Maranhão", a mesma Missão teve sua autorização renovada pela FUNAI, ao final de 1972, para estender suas atividades àquele grupo então recém-contatado.

Conforme Arnaud, as relações dos missionários com os índios se tornaram logo tensas: o aprendizado da língua iniciado por um dos missionários provocou transtornos na rotina diária da comunidade. Também instalou a missão fora de sua casa e orientando em direção ao centro da praça principal um alto-falante (megafone) pelo qual a aldeia era periodicamente irrigada com cânticos religiosos em idioma Krikati (1984, 50).

A crise foi motivada pela tentativa de interferirem, junto à chefia de Krohokrenhum, nos critérios para a distribuição dos bens (e da renda obtida) ao término da safra de 1976. Os agentes missionários defendiam a consideração do grau de produtividade individual, ao mesmo tempo em que teciam críticas ao "poder de entesouramento" das chefias dos grupos, sobretudo dirigidas a Krohokrenhum.

Ao descontentamento crescente do grupo do 'Maranhão" e do próprio Krohokrenhum, aliou-se outro fator, de ordem externa. Para os agentes do órgão tutelar, a ineficácia do trabalho de escolarização junto àquele grupo monolíngüe levou à não renovação da autorização formal para a permanência dos missionários na área do PI Mãe Maria. Sabedores deste fato, os componentes do grupo do Maranhão passaram a pressionar diretamente os missionários para que se retirassem, com as constantes expropriações de seus bens — principalmente da grande criação de galinhas que possuíam — justificando-as em termo de "pagamento" por tudo que eles haviam dado até então aos "americanos" (como eram chamados pelo pessoal da FUNAI e pelos Gavião). E em maio de 1976, as duas famílias de missionários de origem norte-americana que lá se revesavam, em número de dez pessoas, acabaram por se retirar definitivamente.

AS NEGOCIAÇÕES COM A ELETRONORTE — Iniciaram-se em 1976, quando os Gavião surpreenderam topógrafos trabalhando na área indígena, para o levantamento de traçado da linha de transmissão (ver acima, no item "Histórico do contato"). Diante da alegada impossibilidade de desviar o traçado, os Gavião exigiram o cumprimento de algumas condições para a negociação. Essas condições diziam respeito à fixação do montante da indenização, pela Comunidade, mediante o estabelecimento de um contrato por escrito, instrumento formal que asseguraria direitos e obrigações entre a Comunidade Indígena Parkatêjê e a empresa estatal, mediado pela FUNAI, para o pagamento da indenização *antes* do início das obras. O pagamento seria efetuado diretamente à Comunidade e não através da FUNAI, evitando assim que a indenização revertesse aos mecanismos de acumulação da renda e dos bens do patrocínio indígena (Ferraz: 1983d, 112).

Os Gavião, acompanhados do chefe de Posto, fizeram então o levantamento do número de castanheiras que seriam atingidas e levaram, diretamente à FUNAI, a primeira proposta de indenização, calculada em 1,7 milhão de cruzeiros. Mas não conseguiram formalizar a proposta. De fato, logo depois, o decreto nº 80.100 (08.08.77) concedeu às Centrais Elétricas do Norte do Brasil (ELETRONORTE) autorização para a passagem da linha de transmissão através da reserva, num corredor de 150 metros de largura e 19 km de extensão. Uma grande quantidade de madeiras-de-lei e a maior parte dos castanhais dos Gavião seriam derrubados, causando transtornos ecológicos e afugentando a caça da área; os roçados e a aldeia do "Trinta" seriam completamente destruídos, para dar lugar às torres metáli-

documento

DECRETO N.º 80.100, DE 8 DE AGOSTO DE 1977

Concede à Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. (ELETRONORTE) autorização para construir uma linha de transmissão de energia elétrica em faixa de terra situada na reserva indígena Mãe Maria, no Estado do Pará, e dá outras providências.

O Presidente da República,

usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista as disposições da Lei n.º 6.001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio),

DECRETA:

Art. 1.º É concedida autorização à Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. (ELETRONORTE) para construir uma linha de transmissão de energia elétrica, entre as subestações de Marabá, no Estado do Pará, e Imperatriz, no Estado do Maranhão, atravessando a Reserva Indígena Mãe Maria, dos Índios Gavião, no Estado do Pará, numa faixa de terra de 150m de largura e 19.362m de extensão, entre os pontos de coordenadas geográficas 05°13'5'', 49°00' W e 05°08'5'', 48°55' W.

Parágrafo único — O projeto de construção e a planta de situação deverão ser aprovados por ato do Diretor da Divisão de Concessões de Recursos Hídricos, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, do Ministério das Minas e Energia.

Art. 2.º A autorização compreende a faculdade, atribuída à ELETRONORTE, para praticar todos os atos de construção, operação e manutenção da mencionada linha de transmissão e de linhas telegráficas ou telefônicas auxiliares, bem como suas possíveis alterações ou reconstruções, sendo-lhe assegurado, ainda, o acesso à área através de faixas adjacentes, desde que não haja outra via praticável.

Parágrafo único — A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), na qualidade de órgão federal competente para prestar tutela e assistência aos silvícolas, adotará providências no sentido de limitar o uso e gozo da área de terra atingida no que for compatível com a preservação da linha de transmissão, e de evitar a prática de atos que embaracem ou causem danos à comunidade indígena.

Art. 3.º A ELETRONORTE poderá utilizar a área a que se refere o artigo 1.º, a partir da data de assinatura deste decreto, e indenizará a comunidade indígena dos prejuízos que venha a causar em decorrência da utilização da faixa de terra, competindo, ao órgão federal de assistência ao silvícola, a fixação do valor da indenização.

Art. 4.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de agosto de 1977; 156.º da Independência e 89.º da República.

ERNESTO GEISEL
Arnaldo Rodrigues Barbalho
Maurício Rangel Reis

cas, colocadas a 500 metros no corredor, paralelo à rodovia PA-70.

Nas negociações que se sucederam, até o desfecho em 1980, os Gavião foram assessorados por várias pessoas e por entidades da sociedade civil. Foi principalmente através de Tiuré, jovem Potiguara que fora morar com os Gavião de Mãe Maria, que as negociações com a ELETRONORTE foram encaminhadas. Por outro lado, através das relações interpessoais estabelecidas no decorrer dos anos, especialmente com Iara Ferraz, os Gavião solicitaram o apoio de segmentos da sociedade civil que, naquela época, vinham se manifestando sistematicamente em defesa dos direitos indígenas. Receberam sugestões e discutiram pontos específicos do acordo a ser feito com a empresa, com os juristas Alain Moreau e Dalmo Dallari e com representantes do CTI e da CPI-SP. "O grau de manipulação das relações dos Parkatêjê com os *kupẽ* "de longe" havia se estendido. A confiança do desempenho de segmentos distantes, mas empenhados em sua defesa efetiva, lhes seria favorável no âmbito concreto do jogo e da negociação que se desenvolveram com os representantes da ELETRONORTE e das empresas construtoras. Esses elementos lhes permitiram fortalecer uma posição que se mostrava desgastada com as pressões locais" (idem, 116).

Os cálculos para a indenização foram assim reconsiderados e reajustados em função do aumento do preço da castanha. Assim, a segunda proposta, feita em 1977, passava para 4,5 milhões; a terceira, em 1978, para 12,5 milhões e a quarta, feita em 1979, para 53 milhões. Nesse mesmo ano, a 2ª DR/FUNAI havia encaminhado uma proposta, que os Gavião chegaram a assinar. A indenização seria de aproximadamente 3 milhões pelas castanheiras e a ELETRONORTE entregaria à Comunidade toda a madeira a ser abatida, avaliada em 3,8 milhões, com acréscimo de mais 50% sobre aquele total, pelo alargamento da faixa de 100 metros para 150 metros. A viagem de Krohokrenhum e de outros 8 representantes da Comunidade para São Paulo, permitiu-lhes reconhecer o caráter fraudulento dessa proposta, que haviam assinado através de agentes locais e regionais da FUNAI, questão que foi tornada pública através da grande imprensa (O ESP: 17.06.79 e 19.06.79).

Em abril de 1980, avolumaram-se as pressões da FUNAI sobre a Comunidade, inclusive com ameaças de intervenção militar no território indígena, caso não aceitassem as propostas finais apresentadas por seus representantes. E, em junho daquele ano, após divulgação na imprensa nacional, os Gavião acabaram por ceder uma porção significativa de seu território, recebendo apenas cerca de 40 milhões de cruzeiros da ELETRONORTE, de uma indenização cujo valor estava calculado em 87 milhões (O Liberal: 04. 06.80).

Parte do montante recebido foi destinado à construção da nova aldeia. Nesse empreendimento, que seguiu um antigo projeto de Krohokrenhum, mais uma vez, a FUNAI interveio, pressionando os Gavião quanto à contratação de mão-de-obra e do arquiteto e mandando paralisar a obra (ver, a este respeito, carta de Krohokrenhum, acima, no item "Histórico do contato"). O arquiteto e os trabalhadores acabaram sendo afastados pelo próprio Krohokrenhum, devido a incidentes de caráter trabalhista. A Comunidade contratou um empreiteiro regional para completar a construção das casas. Os recursos obtidos com a indenização paga pela ELETRONORTE se esgotaram rapidamente e não foram suficientes para terminar as obras. Estas se alongaram por mais de dois anos, quando o recebimento de outra indenização, paga pela ELETRONORTE em troca das terras do grupo da "Montanha", em Tucuruí, permitiu completá-las.

O "PROJETO DE APOIO" DA CVRD — Em janeiro de 1982, de acordo com exigências do Banco Mundial para o aval e a concessão de financiamentos destinados à implantação do Projeto Ferro-Carajás (primeira etapa do Programa Grande Carajás), a FUNAI elaborou um projeto para a CVRD, responsável pelo empreendimento, intitulado "Projeto Ferro-Carajás: Apoio às Comunidades Indígenas" (FUNAI & CVRD: 1982). A área de influência considerada — 100 km para cada lado da ferrovia — abrange vários grupos indígenas (ver nos outros capítulos deste volume), que serão afetados de modo ainda imprevisível, como é o caso dos Gavião, cujo território foi mais uma vez cortado, em toda sua extensão, agora por uma estrada de ferro (ver adiante, no item "Situação atual das terras").

De acordo com o convênio entre a FUNAI e a CVRD, o órgão tutelar oficial passou a ser o responsável pela administração dos recursos do "Projeto" assim como pela sua execução.

A antropóloga Iara Ferraz foi então contratada como assessora e vem realizando visitas e levantamentos semestrais, apontando em relatórios o andamento e os problemas que surgem em relação ao "Projeto de apoio" entre os Gavião.

Por ocasião de negociações com os representantes locais da FUNAI, da CVRD, das construtoras e empreiteiras da ferrovia, os Gavião logo denunciaram a inadequação do projeto, elaborado apenas pela FUNAI. Desde então estão requerendo a reprogramação da verba a ser aplicada na Comunidade, de acordo com as necessidades que eles mesmos indicariam. Com este objetivo, em 1983, Krohokrenhum gravou em fita cassete um "documento" destinado a todos os responsáveis pelo desenvolvimento do "Projeto", para que viessem a tomar conhecimento do descompasso existente entre as reais necessidades do grupo e a aplicação dos recursos que vinha sendo feita. O desenvolvimento do "Projeto" prendeu-se de fato sobretudo às obras de infra-estrutura na aldeia e outras de âmbito administrativo, no Posto. De acordo com o cronograma físico-financeiro do "Projeto", a contratação de pessoal e a aquisição de equipamentos constituía uma etapa seguinte, o que foi criticado pelos Gavião (Ferraz: 1983c, 5-15).

No mesmo documento, Krohokrenhum mostrava a preocupação da Comunidade no que diz respeito à autonomia por eles conquistada: uma das principais questões apontadas pelos Gavião nesse documento é justamente a gestão autônoma dos recursos, uma questão que não foi resolvida até hoje. A outra, relativa à proteção efetiva do território, tampouco foi resolvida (ver adiante, no item "Situação atual das terras").

O prazo do convênio FUNAI-CVRD, fixado em cinco anos, para a FUNAI dispor dos recursos (13,6 milhões de dólares para os 14 grupos indígenas atingidos) não parecia aos Gavião uma compensação "satisfatória" pela passagem da ferrovia no interior de seu território, a cerca de 10 km da aldeia nova, durante os próximos 400 anos.

Passaram a exigir então, a partir de meados de 1984, uma redefinição do "Projeto de apoio" levado a efeito desde 1982. Ao lado da reivindicação de uma forma autônoma de gestão dos recursos oriundos do convênio, livre de trâmites burocráticos FUNAI-CVRD, que os Gavião vinham pleiteando desde seu início, a principal preocupação traduziase, agora, na perspectiva da *continuidade* desse apoio. Afinal de contas, o prazo de cinco anos, bem como os projetos, haviam sido estipulados de modo arbitrário, à revelia de todos: como afirma "Cotia", *"fizeram tudo nas costas da gente, ninguém perguntou nada primeiro, ninguém veio conversar aqui (na aldeia). Quando chegam — pessoas do Banco Mundial, da Vale, da FUNAI — eles já tinham acertado tudo...!"* (Ferraz: 1985, ip).

Em setembro de 1984, os Gavião ameaçaram paralisar as obras da ferrovia: iniciaram então negociações com a CVRD. A Comunidade exigiu o pagamento de um "pedágio" mensal, de caráter perpétuo, para a passagem dos trens carregados de minério no território tribal. Três reuniões consecutivas foram realizadas na aldeia de Mãe Maria, com representantes da Comunidade, da FUNAI e da CVRD, além da imprensa e, na última, do advogado particular dos Gavião, Carlos Marés de Souza F.º, especialmente solicitado por eles.

Os Gavião pretendiam obter uma posição formal da empresa antes do assentamento dos trilhos dentro da reserva.

documento

CVRD INDENIZA GAVIÃO PELA PASSAGEM DA FERROVIA

Negociações dos técnicos da CVRD na aldeia Gavião (foto Paulo Santos, 1984).

Proposta da Companhia Vale do Rio Doce à Comunidade Indígena Parakatêjê, para ressarcimento dos danos causados à Reserva Indígena Mãe Maria, em decorrência da passagem da Estrada de Ferro Carajás pelo seu interior.

1. Destinar a importância de ..... 3.000.000.000,00 (três mi, digo, bilhões de cruzeiros) à constituição de um fundo de recursos para custear projetos de interesse da Comunidade Indígena;
2. A importância mencionada no ítem anterior será aplicada em estabelecimento financeiro da rede oficial, a partir do dia 12 do mês fluente, em conta vinculada da CVRD;
3. Os juros mensais decorrentes desta aplicação serão liberados diretamente à Comunidade, pela CVRD;
4. A correção monetária mensal do valor aplicado será agregado ao principal;
5. Os projetos aludidos no ítem primeiro serão elaborados pela Comunidade com a assessoria de técnicos por ela escolhidos, com a assistência da FUNAI e da CVRD;
6. Os custos de elaboração, implantação e execução dos projetos serão debitados ao fundo mencionado no ítem primeiro;
7. Elaborados os projetos, estes serão submetidos à aprovação da CVRD que analisará sua viabilidade;
8. Uma vez aprovados os projetos, sua implantação e execução serão objeto de um Convênio entre a CVRD e a Comunidade, com a assistência da FUNAI;
9. A gestão dos recursos destinados aos projetos competirá à Comunidade, com a assistência da FUNAI;
9. A gestão dos recursos destinados aos projetos competirá à Comunidade, com a assistência da FUNAI;
10. Permanece em plena vigência o Convênio n.º 59/82 celebrado entre a CVRD e a FUNAI;
11. A CVRD instruirá seu pessoal sobre a utilização, digo sobre a proibição de utilização da terra indígena, especialmente quanto à caça, pesca, coleta de frutos, extração de madeira, ou qualquer outra atividade que restrinja o usufruto dos índios sobre a reserva;
12. O pessoal da CVRD utilizará uniforme distintivo no interior da Reserva;
13. A CVRD sinalizará adequadamente a Reserva no trecho em que é atravessada pela ferrovia;
14. A CVRD construirá guaritas nas extremidades do trecho, exercendo vigilância sobre toda sua extensão e comunicando à FUNAI qualquer anormalidade, bem como a presença de estranhos;
15. A CVRD recuperará as caixas de empréstimo com cobertura vegetal, evitando a formação de lagos putrefatos e não ampliando à área já utilizada;
16. O cumprimento do presente compromisso pela CVRD significa total reparação dos danos causados pela ferrovia à Reserva indígena, nada mais podendo ser-lhe exigido, em qualquer tempo, a esse título.

Mãe Maria, 7 de novembro de 1984.

José Valderi Teixeira
Darci de Oliveira Freire
Amado Cândido Rodrigues Filho
ass. pela Companhia Vale do Rio Doce

de acordo:
Pyrkre Jimokre Hirãre
(Comunidade Indígena Parakatejê)
Salomão Santos
(Fundação Nacional do Índio)

testemunhas:
Carlos Frederico Marés
Iara Ferraz

TERMO DE ACORDO QUE ENTRE SI FAZEM A COMUNIDADE INDÍGENA PARAKATEJÊ, ASSISTIDA PELA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, E A COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

1. O Fundo Especial para custear projetos do interesse da comunidade indígena que se refere o ítem 1, da proposta aprovada em 7 de novembro de 1984 e que se encontra depositado na Caixa Econômica Federal agência de Marabá, em conta de poupança sob n.º 013.683.18498-1 será gerido em conta conjunta.
2. A conta conjunta será em nome da Comunidade indígena Parakatejê e a Companhia Vale do Rio Doce, mantendo o depósito na Caixa Econômica Federal.
3. Os saques, para atender os projetos previstos no acordo de 7/11/84, somente serão feitos com a assinatura de um representante da Companhia Vale do Rio Doce e dois representantes da Comunidade Indígena Parakatejê, com a prévia anuência da Fundação Nacional do Índio, por escrito.
4. Os juros mensais decorrentes desta aplicação continuarão sendo liberados diretamente para a Comunidade Indígena Parakatejê, diretamente pela Caixa Econômica, em conta independente.
5. Ficam ratificados todos os termos da proposta aprovada em 7/11/84.

Mãe Maria, 9 de junho de 1985

Topramre Krohokrenhum Jõpaipaire
(Comunidade Indígena Parakatêjê)

Maria de Lourdes Davis de Freitas
(Companhia Vale do Rio Doce)

de acordo:

Gerson Alves
(Fundação Nacional do Índio)

testemunhas:

Valdo Bitencourt
Carlos Frederico Marés

Entretanto logo a Vale "conseguiu que os índios não condicionassem a assinatura do contrato à aceitação do prosseguimento das obras" (Pinto: 21.09.84). Os trabalhos da ferrovia prosseguiram, então, dentro da área indígena.

A intervenção da 2ª DR/FUNAI, por sua vez, foi no sentido de sugerir aos Gavião — logo de início — um salário mínimo por família, como "critério" para a fixação do montante desejado. Em outubro, os Gavião encaminharam então a proposta da Comunidade, cobrando uma taxa mensal correspondente a 190 salários mínimos por família, como compensação pela passagem da ferrovia (*O Liberal*: 06.10.84).

A impropriedade desse "critério" motivou inúmeras discussões por parte de antropólogos, advogados, juristas e representantes da CVRD. O jurista Dalmo Dallari, consultado a respeito, sugeria uma indenização em terras. A CVRD propôs então aos Gavião 3.040 ha de terras, "comprometendo-se a proteger essa área, à esquerda da rodovia, da presença de posseiros, caçadores e colonos" (Diário Popular: 20.10.84). Essa alternativa foi logo rejeitada pelos Gavião, dada a dificuldade crescente de controlar a ocupação de suas terras. Não havia ali terras disponíveis, "sem problemas", como afirmou Krohokrenhum.

Na terceira reunião, ocorrida em 07.11.84, a CVRD apresentou aos Gavião uma proposta de pagamento de três bilhões de cruzeiros como indenização definitiva por "perdas e danos" decorrentes da passagem da ferrovia pelo interior de suas terras (ver a íntegra do documento, reproduzido no *box*).

A soma foi depositada numa caderneta de poupança em nome da CVRD, em Belém; mensalmente, os juros são colocados à disposição dos Gavião. Conforme o acordo, a aplicação dos recursos iria depender da elaboração de projetos específicos, pela própria comunidade indígena, assessorada por especialistas, visando a sua auto-sustentação, a médio prazo. Pensou-se logo na ampliação da aldeia, num sistema de educação-informação, na atividade de criação de gado para a subsistência e na preservação dos castanhais e da mata primária no interior do território indígena, como questões prioritárias (Ferraz: 1985c, 6).

Por exigência dos Gavião, o depósito bancário em caderneta de poupança foi transferido para a agência da Caixa Econômica Federal em Marabá, no início de julho de 1985. Nesta data, o valor do depósito era de 6 bilhões e 200 milhões de cruzeiros. Os documentos finais da indenização da CVRD foram assinados em 09.07.85, tornando a conta conjunta entre a "Comunidade Indígena Parakatêjê e a Companhia Vale do Rio Doce", isto é, sem mediação da FUNAI, que somente esteve presente — através de seu presidente, Gerson da Silva Alves — na ocasião da assinatura do Termo de Acordo, por solicitação dos Gavião (ver a íntegra do acordo no *box* "Contrato de indenização da CVRD pela passagem da Estrada de Ferro").

Por enquanto, somente os juros mensais vêm sendo dispendidos pelos Gavião. Nenhum projeto específico foi elaborado apesar das fortes pressões locais e da própria Ajudância da FUNAI em Marabá, voltadas para o "incentivo" ao cultivo de cacau e à implantação de pecuária extensiva, seguindo o modelo regional.

Ainda em julho de 1985, a assessoria antropológica prestada por Iara Ferraz, através da CVRD, foi formalmente interrompida, por solicitação dos Gavião. Esta interrupção resultou também de pressões exercidas sobre a comunidade, a nível local, pela Ajudância da FUNAI em Marabá (Ferraz: 1985, ip).

SERVIÇOS DE SAÚDE — O surgimento, entre os Gavião, de moléstias infecciosas e parasitárias posteriores ao contato associou-se à sedentarização dos grupos e ao rompimento de uma dieta tradicional rica em proteínas (carne de caça, sobretudo), tubérculos e fibras vegetais. Ao mesmo tempo, o abandono assistencial por parte da agência tutelar verificado entre os vários grupos locais, resultou na acentuada depopulação sofrida por esta sociedade (ver acima, no item "População").

A crescente dependência de alimentos industrializados (açúcar refinado, sal, café, gorduras e carbo-hidratos) vem deteriorando progressivamente o estado de saúde dos Gavião, o que se evidencia também através da perda de dentes e das freqüentes próteses.

A localização da aldeia nova próxima à rodovia levou à maior contaminação ambiental. O acúmulo de detritos, a inexistência de tratamento de excrementos e o grande número de ratos favoreceu a transmissão de várias doenças. Aliada a isso, a poluição da água do igarapé, usada num mesmo local para todas as finalidades,antes da perfuração do poço tipo amazônico, da instalação das caixas d'água e sistema de distribuição, era responsável pela infestação por inúmeros tipos de vermes que causaram vários óbitos.

Apesar da borrifação periódica com inseticidas, realizada pela SUCAM a cada seis meses, a malária — que causou muitas mortes desde o período anterior ao contato — voltou a incidir entre os Gavião, com febre intermitente e anemia, em adultos e crianças. A situação deve-se à intensificação dos fluxos migratórios na região (mão-de-obra das empreiteiras, garimpeiros e madeireiros) associada aos desmatamentos que se verificam na área. Recentemente, a contaminação se acentuou, com a entrada de trabalhadores para a construção da nova aldeia.

O contato com as populações dos povoados vizinhos — devido à não-disponibilidade de mulheres casáveis entre o grupo — acarretou na incidência de moléstias venéreas entre os Gavião (sífilis e blenorragia). As otites purulentas e as infecções das vias respiratórias que acompanham as gripes ocorrem com muita freqüência, sobretudo na época da "seca". Houve também vários casos de tuberculose pulmonar, controlados através da assistência da FUNAI.

A verificação de furunculose repetida entre os Gavião (e disseminada na região, sobretudo na época das chuvas) atesta a presença de estafilococus resistente, provável causa de dois casos de osteomielite, já controlados, no grupo (Vieira Fº: 1982, 9-12).

As epidemias que se verificaram nos últimos 3 anos (malária em 1982 e 1984, gripe em 1983, gastrinterite infecciosa em 1982), além de casos de desidratação causaram a morte de vários indivíduos (sobretudo crianças, num total de 8 para este período).

Desde 1969, a assistência regular à saúde dos Gavião vem sendo prestada com a colaboração do Dr. João Paulo Botelho Vieira Filho, da Escola Paulista de Medicina, que anualmente visita o grupo, desenvolvendo trabalho de pesquisa e de medicina preventiva. A partir de 1982, o Dr. João Paulo se tornou assessor da CVRD e responsável pelos levantamentos e diretrizes de saúde para os grupos indígenas afetados pelo "Projeto", no Estado do Pará, incluindo assim os Gavião.

O controle do esquema de vacinações entre toda a população da aldeia (inclusive trabalhadores) é efetuado com as visitas anuais do Dr. João Paulo e das EVS/FUNAI, para a imunização contra sarampo, coqueluche, difteria, tétanto, poliomielite, meningite e tuberculose. As vacinações estão, assim, constantemente atualizadas.

Há uma farmácia na aldeia, com estoque precário de medicamentos da CEME, havendo necessidade permanente de suprimento adicional de antibióticos, xaropes, antitérmicos, antimicóticos e vermífugos. Uma nova enfermaria foi construída recentemente, com a verba do "Projeto CVRD". O atendimento pôde assim melhorar nos últimos dois anos, devido à presença de uma enfermeira de nível superior, das visitas do médico-assessor e, a cada dois ou três meses, da EVS/FUNAI.

Nos casos que necessitam internação hospitalar, os Gavião vinham sendo atendidos pelo Hospital da Fundação SESP de Marabá, que mantém convênio com o FUNRURAL e a FUNAI. Mas a existência de entraves burocráticos e a verificação das precárias condições de atendimento, levaram os Gavião a se utilizarem de clínicas particulares do município. Com a implantação do Projeto Carajás , os Gavião se beneficiaram do convênio com a Clínica Manoel Mendes, em Marabá, para internamentos, exames laboratoriais e radiológicos. Uma das sugestões feitas pelo médico-assessor, recentemente, devido às limitações dessa Clínica, é que o grupo deveria também dispor do Hospital da ELETRONORTE em Tucuruí e do hospital de Carajás, para casos que requerem especialidade (Vieira Fº: 1984a, 7).

Os partos são, em geral, realizados na aldeia, com o auxílio de mulheres mais velhas do grupo ou mesmo do atendente de enfermagem. Não raras vezes, algumas mulheres Gavião vêm preferindo dirigir-se às clínicas particulares de Marabá.

Para efeito de controle da natalidade, algumas mulheres do grupo já chegaram a se utilizar, por longos períodos, de medicamentos rústicos adquiridos nas redondezas ("Aguardente Alemã"), tendo-se verificado um caso de posterior esterilidade. Mas, em geral, as gestações ocorrem a cada dois anos, exatamente o período de amamentação dos filhos. Até recentemente (1981), os Gavião vinham se utilizando também dos serviços de curandeiras das redondezas, sobretudo para abortos. A permanência, entre o grupo por cerca de um ano (1980), de um homem Xerente (que morava em Marabá), tido como curador, veio estimular práticas de cura com o uso de ervas medicinais, embora adquiridas no mercado regional. Parece não ter havido, entretanto, maior interferência entre as atividades xamanísticas do índio Xerente e as da atendente de enfermagem.

EDUCAÇÃO ESCOLAR — As instalações do PI Mãe Maria dispunham de uma escola, construída em alvenaria, junto à rodovia, em 1975. O seu funcionamento, no entanto, nunca foi regular. Em 1976, as atividades escolares foram incluídas no "projeto de desenvolvimento comunitário" que começara a ser implantado sob patrocínio da FUNAI de Brasília. Ao final daquele ano foram suspensas, junto com as demais atividades do projeto.

Posteriormente, aquelas instalações junto à rodovia foram sendo abandonadas pelos Gavião e ocupadas pelos trabalhadores "civilizados" permanentes, contratados pela Comunidade. Só em fins de 1980, quando todos se encontravam na aldeia provisória (contígua ao local da nova aldeia) é que a atividade escolar foi reiniciada com a contratação, pela FUNAI, através de indicação da Comunidade, de um professor primário (o diretor da escola pública do "Doze", conforme mencionado).

Nesse povoado, a escola, entre 1980 e 1982, era freqüentada regularmente, no período noturno, por três jovens que se mostraram insatisfeitos com o aprendizado na escola do Posto.

Em maio de 1982, o professor foi demitido a pedido dos Gavião e uma regional (casada com um Gavião) passou a ser a "professora da Comunidade" onde, sem perceber remuneração fixa, vinha desenvolvendo a contento dos Gavião um programa de alfabetização em português e noções de aritmética.

Assim, a "Escola Kaikoture", como foi chamada, que passara a funcionar na parte inferior da casa de Krohokrenhum, era freqüentada, pela manhã, por cerca de 20 crianças, de ambos os sexos, entre 5 e 10 anos, em fase de pré-alfabetização. No período da tarde, freqüentavam regularmente a escola cerca de outras 20 crianças e pré-adolescentes — de 8 a 12 anos - já alfabetizados; e, no período noturno, cerca de dez adultos, rapazes solteiros, em sua maioria.

Com a implantação do Projeto Carajás , as atividades de educação formal no PI Mãe Maria vêm sendo realizadas desde o final de 1982, com poucas interrupções. A escola começou a funcionar numa grande casa compreendida no círculo da aldeia — originalmente destinada ao "clube" da Comunidade — e era freqüentada por duas turmas no período matutino e uma à tarde. Um programa oficial de alfabetização exclusivamente em língua portuguesa, foi adotado pela professora, enquanto a Comunidade aguarda o término de uma pesquisa lingüística empreendida pela Profª Leopoldina Maria Araújo, da UFPA. Este material dará origem à elaboração de uma cartilha específica, no próprio idioma, conforme solicitado por Krohokrenhum (Ferraz: 1983c, 20-21).

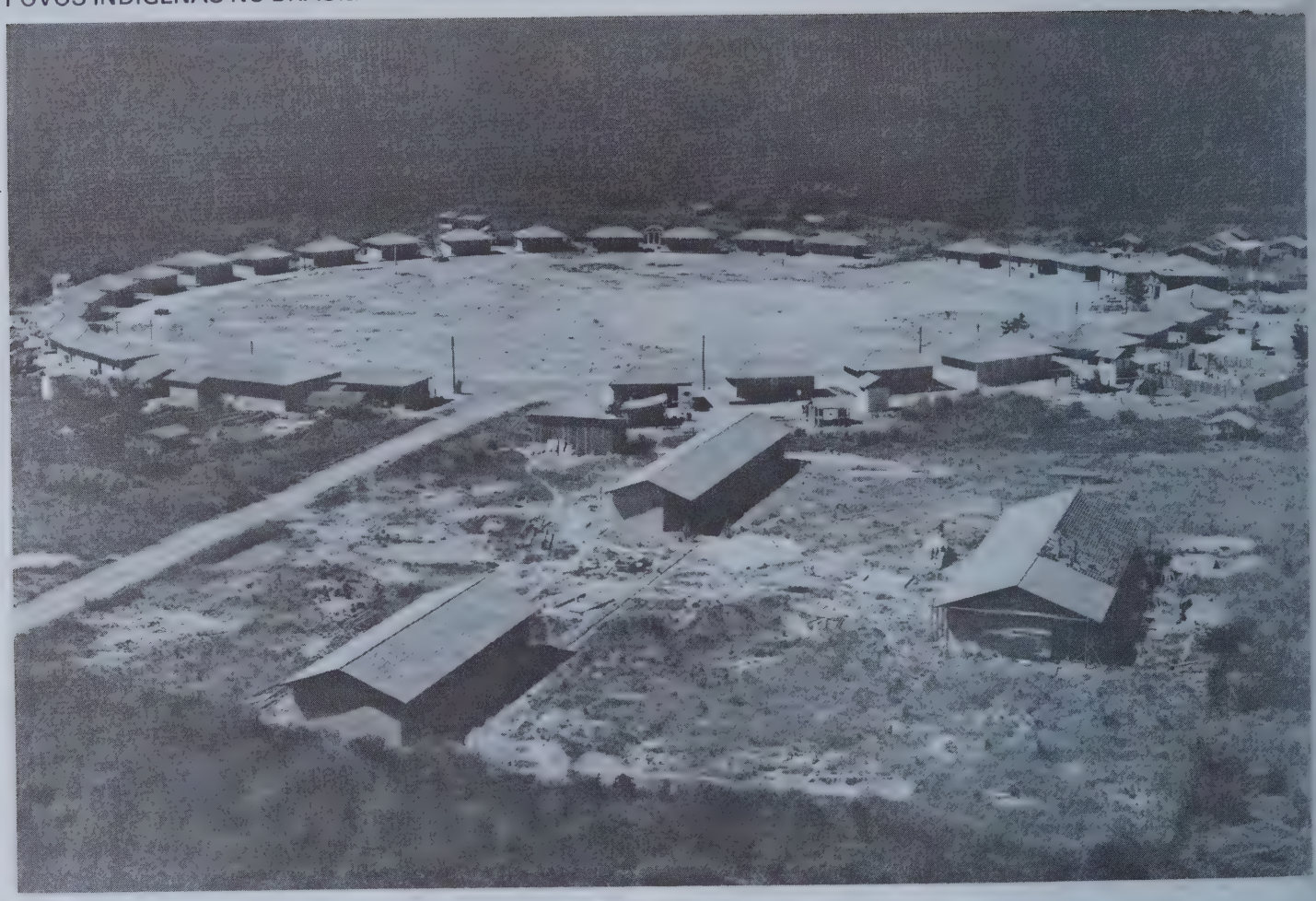
Ao final de 1983, duas outras professoras foram contratadas ocupando-se das novas turmas de alfabetização, com o funcionamento ininterrupto da escola, reconstruída ao lado das novas instalações do Posto e da enfermaria, com recursos oriundos do "Projeto de Apoio" FUNAI-CVRD.

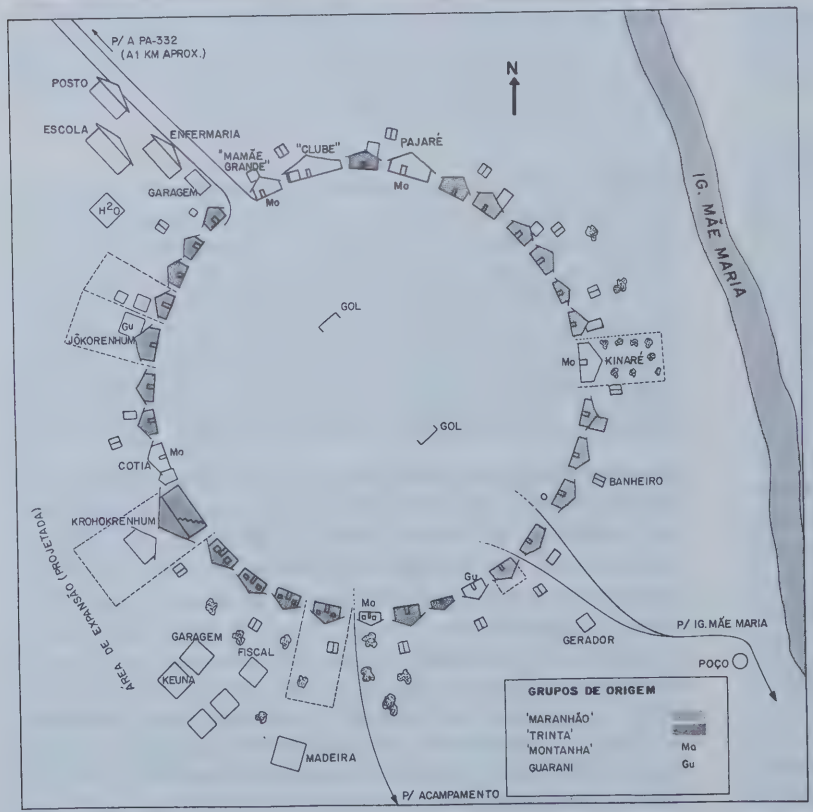
Modo de vida

O fortalecimento da identidade dos Gavião, a partir de 1976, se expressou tanto através das novas relações estabelecidas com os brancos (ver acima, no item "Tutela e Assistência"), quanto através da rearticulação dos ciclos produtivos com os ciclos cerimoniais de longa duração. A rearticulação da sociedade Gavião passou também pelo rearranjo dos vínculos entre as duas turmas tradicionalmente separadas, a do "Trinta" e a do "Maranhão" que, por sua vez, apresentavam subdivisões em pequenas frações. Nesse contexto, inscreve-se a reconstrução de uma grande aldeia que, conforme o projeto de Krohokrenhum, reúne hoje todos os Gavião na AI Mãe Maria.

SISTEMA SOCIAL — A construção da *nova aldeia*, denominada Kaikoturé, "significa voltarem a ser muitos outra vez e se organizarem efetivamente em um espaço tradicional, sentirem-se e mostrarem-se fortalecidos no confronto com os *kupẽ*, eliminando diferenças entre 'mansos' e 'bravos', para serem a 'Comunidade', os Parkatêjê. Recuperar a forma circular tradicional implicava em reestabelecer também no espaço o domínio político e cerimonial da existência da sociedade Parkatêjê" (Ferraz: 1983d, 102).

A nova aldeia dos Gavião se compõe de 33 casas dispostas em círculo (que tem cerca de 200 metros de diâmetro), forma tradicional das aldeias Timbira, retomada pelos Gavião naquele local. Há um largo caminho ao redor, em frente às casas e vários caminhos radiais que levam ao "campo" (o campo de futebol do "Trinta", como é conhecido nas redondezas). Nesse pátio central, desenvolvem-se todas as atividades cerimoniais. A ocupação das casas obedece a uma divisão espacial muito marcada entre os grupos do "Trinta" e "Maranhão", onde se mesclam os da "Montanha". Metade do círculo é ocupado pelo "Maranhão" e metade pelos demais.





Esquema e vista aérea da aldeia nova (foto CVRD, 1984).

O padrão de residência uxorilocal — o marido vai morar em casa de sua esposa, que permanece na casa da mãe — foi abandonado com a depopulação ocorrida após o contato. Retomaram-no posteriormente, já na antiga aldeia do Mãe Maria, agrupando-se em segmentos residenciais formados por famílias elementares ligadas entre si pelo lado materno. Em geral, grupos de irmãs, reais ou classificatórias, permanecem espacialmente próximas, num mesmo segmento, após se casarem.

As casas da nova aldeia foram construídas em alvenaria, com paredes pintadas de azul e portas e janelas pintadas de branco. São cobertas com telhas de barro. Todas têm água, luz e esgoto.

A casa de Krohokrenhum é um sobrado com dois andares. Na parte inferior, há uma varanda, o salão para reuniões importantes, a sala de TV (onde muitos, jovens principalmente, se reúnem à noite). Na parte superior: a varanda, uma saleta e três quartos da família de Krohokrenhum. Nos fundos de sua casa, há uma outra construção em alvenaria, onde está a cozinha e uma grande varanda, onde se fazem as refeições. Ali se realizam as reuniões matinais, diárias, de todos os homens.

A adoção do estilo regional "moderno" foi o resultado de múltiplas pressões exercidas por empreiteiros, comerciantes locais de material de construção industrializado e agentes tutelares, sobretudo após os Gavião terem recebido a indenização da ELETRONORTE, em 1980, quando a construção da linha de transmissão obrigou-os a se mudarem.

No entanto, as edificações em alvenaria, construídas enquanto benfeitorias para o PI Mãe Maria, durante anos seguidos, pelos agentes da FUNAI constituiriam o "modelo" de casas ditas "boas para morar", prometidas aos Gavião desde a época em que começaram a ser transferidos para aquela localidade.

Atualmente, atrás de cada casa — cuja ocupação espacial interna não corresponde exatamente às divisões construídas para "sala", "quartos", "dispensa", "cozinha" e "banheiro" — existe um pequeno rancho de madeira ou de folhas de babaçu, com apenas uma pequena parte fechada com paredes, que muito se assemelha à casa tradicional Timbira. Passam ali grande parte do dia: é onde se cozinha e se repousa, utilizando o interior da casa de alvenaria apenas para dormir, à noite.

De fato, muitos Gavião e sobretudo os mais velhos, ficaram insatisfeitos com a condução das obras na aldeia e se queixam, especialmente, do calor e do ruído nas novas casas em alvenaria. "Por todas essas queixas, a inauguração (da aldeia em junho de 1984) foi marcada apenas para comemorar a conclusão da casa do capitão, a mais bem cuidada de todas (...) e o térreo, onde se reúnem os guerreiros" (O Liberal: 23.06.84). Os Gavião já têm planos para ampliar a aldeia, onde serão construídas dez outras casas em um prolongamento em linha reta, de uma porção do círculo.

Os regionais que se agregaram aos Gavião (ver adiante, "Os trabalhadores *kupẽ*") moram atualmente ao lado da aldeia nova, num aldeamento provisório, construído com palha de babaçu, tábuas e telhas de amianto, onde todos os componentes do grupo permaneceram durante um ano (1980), aguardando o término da construção da aldeia nova e enquanto, no local da antiga aldeia, iam sendo montadas as torres de alta tensão.

O sistema de dar nomes: Apesar do acentuado desequilíbrio demográfico (ver acima, no item "População"), o processo de recuperação populacional permitiu aos Gavião reestabelecer a operação de um sistema de classes de idade que tem como referência exatamente a população masculina, mais numerosa. Distribuem-se assim entre crianças, adolescentes ou "solteiros", adultos ou "casados sem filhos" e os adultos "casados com filhos". Cada uma dessas classes está associada a determinados graus de participação e de prestígio (ver adiante, "A cantina").

Mesmo utilizando pouco a língua original, no cotidiano da aldeia, os Gavião voltaram a pôr em prática o sistema de nominação e as relações por ele engendradas, com a realização dos ciclos cerimoniais de longa duração, como um dos mecanismos voltados para a reafirmação da identidade étnica do grupo.

Para compreender como o sistema de dar nomes readquiriu uma grande importância para os Gavião, é necessário remeter às circunstâncias anteriores, que dizem respeito ao processo de transformação social que vêm atravessando. Por um lado, "a acentuada redução demográfica ocorrida num período imediatamente anterior ao contato inicial levara a um grande esvaziamento do sistema de classes de idade e das categorias de parentesco que preenchiam a função de nominadores ideais". Por outro lado, "desde a transferência do grupo para o Mãe Maria, muitas crianças que ali nasceram vinham recebendo nomes pessoais em língua portuguesa e deixando de falar o idioma..." (Ferraz: 1983d, 92).

"Adotar para seus filhos 'padrinhos' regionais, e nomes pessoais em língua portuguesa, dirigirem-se a eles na gíria do *kupẽ*, cortar os cabelos e construir suas casas à maneira regional eram alguns reflexos do empreendimento de se 'civilizarem' (distanciando-se do estarem 'bravos') que, com grande ênfase e incentivo dos agentes tutelares locais e regionais caracterizou aquela ordem pretérita... Consistiam em formas particulares de interação que lhes permitiram sobreviver. Assim, desde que se fixaram em Mãe Maria, essas relações de compadrio e aliança, envolvendo obrigações recíprocas e, sobretudo, crédito para a obtenção de bens industrializados, estenderam-se aos comerciantes das redondezas (São Félix e Marabá) e, posteriormente, do 'Doze', 'Quarenta' e 'Sessenta e Seis', povoados mais recentes que se formaram ao longo da rodovia PA-70" (idem, 93). Atualmente essas relações estendem-se até Belém, Imperatriz, Açailândia.

No rearranjo que vinha ocorrendo a partir de 1976 deu-se a retomada, com intensidade, dos ciclos cerimoniais de longa duração, até então impedidos pelos agentes do Posto (ver acima, "A castanha no tempo da FUNAI"). O sistema de nominação readquiriu assim sua importância enquanto sistema de classificação operante, uma vez que é responsável pelo recrutamento dos componentes das frações — unidades básicas de rituais — em que toda a sociedade se divide durante os cerimoniais (ver adiante).

O nome, entre os Gavião, dá a seu portador uma qualidade ou característica do seu doador e estabelece relações do indivíduo para com os amigos formais deste "padrinho", além de conferir a transmissão de papéis cerimoniais, direitos e responsabilidades, de modo que quem dá o nome e quem o recebe identificam-se socialmente.

Quando se examina a terminologia de parentesco dos grupos Jê-Timbira, verifica-se que o termo *kêti* (ou *kêtêre*, se for magro e/ou alto), engloba uma série de categorias, abrangendo tanto o irmão da mãe, o pai da mãe ou o pai do pai, cuja característica essencial é a possibilidade de transmitir nomes pessoais a um indivíduo do sexo masculino.

De todas estas categorias, parece que o irmão da mãe e a irmã do pai (*katỳi* ou *katỳre*) — reais ou classificatórios — seriam os transmissores preferenciais, respectivamente, de nomes masculinos e de nomes femininos. No entanto, face ao esvaziamento das categorias ideais, observa-se atualmente a existência de rearranjos para a escolha, pelos pais, daqueles que vão dar nomes a seus filhos, sobretudo face à ampliação de uma rede de relações intragrupais — "Trinta" e "Maranhão".

Cada indivíduo recebe dois nomes (ou mais), dos quais apenas um é usado. Tanto para os homens quanto para as mulheres, a transmissão de nomes impõe-lhes responsabilidades para atuar enquanto mentor para os que recebem os nomes, guiando-os nos cerimoniais, ensinando-lhes cantigas, técnicas de corridas de toras, além de estórias (mitos). Os pais podem transmitir os nomes de seus parentes próximos mortos — sobretudo dos seus pais — a seus próprios filhos. É um modo de preservar os nomes e o "lugar" dos mortos. Cada pessoa tende a chamar os componentes da Comunidade — exceto os parentes mais próximos consangüíneos — pelos mesmos termos de parentesco que lhes aplica aquele indivíduo que lhe deu o nome, além de adotar os seus amigos formais.

Entre os amigos formais, por sua vez, as relações são marcadas sobretudo pela evitação, atenuada entre os componentes do grupo do "Trinta"; relações de evitação também vigoram entre genro-nora/sogro-sogra.

A retomada dos rituais: Na rearticulação promovida pelos Gavião, voltar a "fazer as brincadeiras" — como chamam os rituais — significou recuperar instituições e regras essenciais à operação do sistema de organização social. Tratar-se-ia de mais uma estratégia, posta em prática para fazer face às contradições e ameaças que o convívio com os brancos lhes impõem (Ferraz: 1983c, 22).

"Ainda em 1976, a 'festa do milho novo' — *Pohỹtetet* — realizada a partir do final de janeiro, exatamente por ocasião do início da coleta de castanha, foi marcada por grande entusiasmo e euforia, manifestados por todos, fazendo sobressair o rearranjo que vinha sendo promovido. O que se verificava era uma 'retomada' de uma concepção tradicional do tempo, redimensionada em função de uma nova situação" (Ferraz: 1983d, 91).

Os rituais dos Gavião se ocupam diretamente das relações entre pessoas e grupos, mediante a utilização de um esquema simbólico: a divisão em metades. Todo o grupo está segmentado conforme essas metades cerimoniais: *Pàn* ou Arara e *Hàk*, Gavião que disputam as tradicionais corridas de toras e os jogos de flechas. "Uma criança adota todas as afiliações cerimoniais de quem lhe deu o nome, mantendo assim as frações temporárias. *Hàk* e *Pàn* movimentam a 'brincadeira mais animada de todas' . Desse par dá-se o desdobramento em outras frações equivalentes: *Tep* (peixe), *Teré* (lontra) e *Xexetere* (arraia) para a realização do ciclo cerimonial do *Tep*" (idem, 93). Estes têm sido os ciclos cerimoniais mais freqüentes, desenvolvidos durante o "verão". Mas há inúmeros outros que podem ser "escolhidos", em geral por Krohokrenhum, também chefe cerimonial, juntamente com seu irmão Jõkorenhum e Kinaré, o antigo capitão do "Maranhão".

Não são apenas as metades e suas subdivisões que participam dos rituais: neles, pode-se notar oposições como entre parentes e afins, entre amigos formais, entre homens e mulheres ou ainda entre classes de idade. O jogo de futebol, realizado com freqüência no próprio pátio cerimonial da aldeia, prende-se à divisão entre jovens e homens maduros.

Há rituais que duram vários meses, com períodos de abertura e de encerramento, semelhantes aos descritos por Melatti entre os Krahô (1978).

Ligada a todos os ritos, a corrida de toras voltou a se realizar com muita freqüência, disputando-se entre duas ou três turmas, basicamente, que correspondem a frações cerimoniais. No desenrolar da safra de 1976, as corridas de tora animavam e enfatizavam a própria realização do empreendimento. "Quase que diariamente, numa aldeia ou noutra, o amanhecer era marcado pelo entusiasmo da chegada das duas turmas em que se dividem nessas ocasiões, em corrida ritual de revesamento com o par de toras levadas ao ombro até o centro do pátio. É no interior da mata que as toras de coqueiro babaçu (ou de sumaúma, de acordo com a fase do ciclo cerimonial) são cortadas e pintadas de urucum por especialistas, no dia anterior. Ao chegarem no pátio os corredores são banhados pelas mulheres que em geral, costumam participar só ao final da corrida. Os cantos coletivos acompanhados de instrumentos de percussão (maracá, *nkrere*) e de sopro ('buzina' , *hõhĩti*), en-

cerram a corrida. É quando se iniciam as atividades do cotidiano na aldeia. Inúmeros comentários, em tom jocoso e exaltando o desempenho dos corredores, atravessam todo o dia" (Ferraz: 1983d, 96).

Paralelamente às corridas de tora, intensificaram-se os jogos de flechas — tradicionalmente praticados entre as turmas do "Trinta" e do "Maranhão" — como prática que acentua a competição, publicamente e de modo ritualizado, reafirmando alianças interpessoais.

"Nas ocasiões cerimoniais, mesmo latentes, esses jogos — chamados *majpẽnjõkỳ* — consistem em competições realizadas no decorrer do dia, após a corrida de toras, quando todos se dirigem para um "acampamento" (como chamam), na mata, próximo à aldeia. Por vezes, o jogo se realiza em frente às casas, mas sempre até o final da tarde. Em grupos, formam pares (componentes de frações cerimoniais distintas) para a disputa de flechas, em caminhos radiais. Na outra extremidade ficam em geral rapazes ou mulheres que apanham as flechas para devolvê-las aos participantes.

Existem duas modalidades desse jogo que se sucedem no desenvolvimento do ciclo cerimonial, onde os *Parkatêjê* utilizam tipos de flechas distintos. A primeira, chamada *akônã*, consiste em atirar para baixo, fazendo com que a flecha bata à frente de um pequeno arco fincado no chão — *akô* — a uma distância de um metro do jogador, para em seguida se elevar e cair a cerca de trezentos metros dali. Na outra modalidade, chamado *pukánã*, a flecha é atirada para o alto e seu percurso é ainda maior. Ao caírem no chão, a distância ultrapassada pelas flechas dos participantes, a cada jogada, determina o ganhador (de flechas) entre os parceiros. Os exímios atiradores, mulheres e homens maduros em geral, são admirados no interior da sociedade dos *Parkatêjê* e seu desempenho, assim como dos corredores mais velozes e hábeis com as toras, é fonte de aquisição de prestígio e motivo para longas conversas no pátio" (idem, 97).

Esses ciclos curtos — corrida de toras e jogos de flechas — relacionam-se com as atividades econômicas enfatizando sentimentos de solidariedade ou de hostilidade. Marcam não apenas os períodos de plantio, colheita, caça e coleta, mas também aqueles em que se verificam intensas negociações com os regionais.

Em 1983, os Gavião realizaram um importante ciclo ritual ligado à iniciação masculina: o *Pẽmp*, que haviam deixado de praticar há cerca de 25 anos, exatamente o tempo transcorrido desde o contato definitivo com os *kupẽ*. O ritual foi presenciado por Iara Ferraz que o descreve, como segue: "Embora a orientação deste ritual diga respeito à iniciação dos jovens guerreiros, grande entusiasmo e movimentação mobilizam todo o grupo, sobretudo quando o ritual apresenta momentos de inversão de papéis, dando ênfase ao desempenho das mulheres nas corridas de tora e nos jogos de flechas (de fato, na realização dos ciclos longos, verifica-se a inversão ritual dos papéis desempenhados por homens e mulheres, nas expedições de caça e coleta, no preparo e na troca de alimentos e nas corridas de toras).

Os jovens iniciandos permanecem reclusos por alguns meses, numa pequena casa fechada com palhas de babaçu, construída na parte posterior do círculo da aldeia, atrás da casa de um dos guias cerimoniais. Naquele local, recebem ensinamentos especiais, baseados na bravura e na honradez, princípios norteadores da perpetuação de um *ethos* guerreiro, particular aos grupos Jê atuais. Dali saem apenas para a realização de atividades coletivas, como expedições de caça e coleta ou ainda colheita de roças. Sempre juntos, os *pẽmp* banham-se num ponto exclusivo do igarapé próximo à aldeia (Mãe Maria). 'É preciso banhar muito para crescer logo!' afirmam os mais velhos do grupo.

Este solene período de reclusão, onde estão interditadas as relações sexuais e a ingestão de determinados alimentos — como carnes de caça e castanha — marca a passagem para o que se poderia chamar de maturidade. Findo o ritual, estarão prontos para reproduzir um *ethos* Gavião" (Ferraz: 1983c, 22-23).

ATIVIDADES DE SUBSISTÊNCIA — A divisão do trabalho se dá entre os sexos e pelas classes de idade. As atividades das mulheres, reunidas em grupos de irmãs, reais ou classificatórios, voltam-se para o plantio e colheita das *roças* de tubérculos (batata, cará, inhame branco e roxo e *kupá* — espécie de cipó tradicionalmente cultivada pelos Timbira, segundo Nimuendajú: 1946). Cultivam também duas qualidades de mandioca, três de milho, uma de amendoim e seis de banana. Tradicionalmente, estas roças pertencem às mulheres.

A agricultura ocupa assim um papel de destaque enquanto fonte de subsistência para os Gavião. Os homens passaram a cultivar arroz em grandes extensões (de 10 a 15 alqueires), derrubadas e plantadas sob o sistema de coivara, e cuja produção se destina ao consumo da comunidade. Recentemente extensões ainda maiores (cerca de 30 alqueires) estão sendo plantados pelos *kupẽ* contratados por empreitada pelos Gavião (ver adiante, "Os projetos da Comunidade").

A produção destas roças destina-se, eventualmente, à comercialização. Os Gavião não vêm reciclando as antigas "capoeiras" — local de roças velhas. Ao contrário, novas derrubadas vem sendo feitas para o posterior plantio de pastagens, de acordo com um padrão que se observa ao longo da rodovia.

A *caça* constitui ainda uma importante fonte de subsistência para os Gavião, embora seu consumo venha se restringindo às ocasiões cerimoniais, em virtude da escassez gradativa, provocada pelos grandes desmatamentos nas redondezas. No entanto, veados, caititus, porcos do mato, tatus, pacas, cutias e macacos (prego e guariba) são animais ainda abatidos a espingarda, no interior do território.

A obtenção da caça — assim como o esquartejamento e a distribuição da caça entre os parentes próximos, afins e

consangüíneos bilaterais — é uma tarefa masculina, que confere muito prestígio. O preparo da alimentação é feito pelas mulheres.

Tradicionalmente, a *coleta* de frutos silvestres — bacaba, açaí, inajá, macaúba e babaçu (cocos), além do ingá, do cupuaçu e da castanha-do-pará — também constituía uma tarefa principalmente feminina e de grande importância enquanto fonte de subsistência, sendo hoje executada por ambos os sexos.

A *pesca*, por sua vez, não é especialmente privilegiada pelos Gavião, à exceção da pesca ao poraquê, muito apreciado para a confecção dos *berarubu* (ou *Kuputi*), iguaria tradicional dos grupos Jê. São feitos com duas camadas de mandioca ralada, entremeadas com carne de caça e assados sob pedras quentes e folhas de bananeira, num forno coberto de terra, sempre provisório, no quintal das casas.

Em períodos de muita escassez, mulheres e crianças vão pescar, apanhando peixes pequenos — como carás e traíras — com linha e anzol nos igarapés próximos da aldeia. Na época da seca, Kinaré promove expedições em canoas, para a pesca com tarrafa (em geral confeccionada pelos *kupẽ* que se agregaram aos Gavião).

A confecção de farinha de mandioca à maneira regional — do tipo "puba", quando a mandioca é colocada n'água ou "seca" — era executada por indivíduos de ambos os sexos e, em geral, feita em grande quantidade para o abastecimento de todo o grupo. Ultimamente, a farinha vinha sendo adquirida junto aos comerciantes das redondezas, assim como os outros bens industrializados (óleo, sal, açúcar, café, querosene, sabão, munição, etc.). Em 1983 adquiriram de um regional maquinário para fabricar farinha de mandioca, nas próprias roças, voltando assim a obter a produção de farinha necessária ao seu consumo.

O *artesanato* constitui-se num dos ítens comercializados pelos Gavião, em geral vendido pelo próprio artesão aos visitantes da aldeia ou ainda em Marabá, no Campus Avançado do Projeto Rondon.

Cabe aos homens mais velhos a confecção dos ítens da cultura material que ainda são utilizados pelos Gavião, como os instrumentos musicais — de sopro (*hõhĩti*) e de percussão (*kôtỳi*) — além dos arcos e flechas usados nos jogos cerimoniais, por ambos os sexos.

Quando destinados à comercialização, os artigos confeccionados nem sempre correspondem àqueles tradicionais dos Gavião. No caso de arcos e flechas, a qualidade dos materiais empregados também é diversa da tradicional e o acabamento das peças chega a apresentar pouco esmero. "São para vender", dizem os artesãos e é isto o que parece de fato lhes interessar. Há entre os Gavião duas famílias provindas de um grupo Guarani localizado em Xambioá (GO) cuja fonte de subsistência complementar está baseada na comercialização do artesanato que confeccionam.

A COMERCIALIZAÇÃO DA CASTANHA — A extração de castanha-do-pará constituiu para os Gavião, durante muito tempo, a principal atividade econômica destinada à comercialização. Desde 1976 a Comunidade assumiu todo o processo de produção e venda da castanha, conforme indicado acima (ver "A gestão autônoma da safra de castanha de 1976" no item "Histórico do Contato").

Uma vez que a ênfase desse empreendimento estava na comercialização *direta* aos exportadores, os Gavião passaram a utilizar os meios tradicionais de especulação de mercado, tanto em Marabá quanto em Belém, mecanismo este comum aos médios produtores regionais. Os "contratos de compra e venda" de lotes de castanha eram assinados por dois representantes da "Comunidade Indígena Parkatêjê".

A "castanha dos Gavião", distinta da "castanha da FUNAI" — segundo os próprios exportadores — era vendida em Belém, para onde a produção seguia em caminhões fretados pela Comunidade, face a algumas vantagens como o preço mais elevado e a correção da medida-padrão. Em Marabá, esta medida é acrescida da chamada "cabeça do hectolitro" — cerca de 10 litros — para compensar ao comprador a perda ou quebra do produto até chegar aos seus depósitos, em Belém.

Desta maneira, os Gavião estabeleceram relações pessoais e diretas com determinados segmentos da sociedade nacional que até então desconheciam, representados sobretudo por exportadores e agentes bancários (ver acima, no item "Tutela e Assistência").

O controle financeiro da safra e de quaisquer outras operações comerciais era efetuado, em 1976, através de livros-caixa, elaborados por dois componentes do grupo da "Montanha", "Cotia" e Kruwa, assessores de Krohokrenhum. Nesse trabalho, eram acompanhados pelo chefe Gavião e assistidos pelo chefe do Posto. Esses dois representantes assinavam contratos e movimentavam as contas bancárias, em nome da "Comunidade Indígena Parkatêjê", conforme indicado nos novos talonários, que logo substituíram os antigos impressos do Posto.

Com o recebimento das indenizações pagas pela ELETRONORTE e CVRD (ver acima, "Tutela e Assistência"), os Gavião deixaram de elaborar, por volta de 1980, os livros-caixa. Isso acarretou certo descontrole financeiro e gastos crescentes. O rápido esgotamento daqueles montantes foi devido, sobretudo, à manipulação por parte de vários segmentos da sociedade nacional, incluindo representantes tutelares locais, agentes bancários e comerciantes, principalmente. No entanto, esta forma de controle está sendo retomada, recentemente, para gerir os "projetos" da Comunidade iniciados com a verba de apoio da CVRD (Ferraz: 1985c, 8).

Para financiar a produção da castanha, os Gavião chegaram a se utilizar algumas vezes de um sistema de financiamento através do Banco do Brasil (ver acima). No entanto,

O caminhão da comunidade transporta os Gavião para uma partida de futebol contra um time da vizinhança (foto Saulo Petean, 1983).

Abaixo, o índio Cotia, "secretário de negócios e administração da comunidade indígena Parkatejê" (foto Paulo Santos, 1984). À esquerda, crianças assistem TV, em casa (foto Ilana Lansky, 1984).

depoimento

O PRIMEIRO ANO DA CASTANHA,
por Krua Gavião.

"Foi assim que começou o projeto da castanha dos índio Gavião. Começamo com trinta e dois mil cruzeiros para aviar os tropeiros e os castanheiros só para começar; os próprios índios botaram os civilizados para cortar castanha para os índios e nós pagávamo trinta e dois cruzeiros para os civilizados. Não tinha desconto de imposto de renda, era livre, os índios pagavam os Kupẽn (branco) ai os Kupẽn ficaram satisfeitos com os índios porque não tinha desconto em nada. Então porisso que os Kupẽn ficaram gostando do serviço dos índios. Gostaram mais do serviço dos índios de que o tempo que era FUNAI. Disse o povo que não gostava do serviço quando era da FUNAI. Agora a gente apenas descontava as mercadorias (rancho) que eles compravam — descontava no ordenado deles, era só. Não existia mais nada para desconto. Tem mais outras coisas. Que antes FUNAI só pagava sete cruzeiros para os índios e eram os próprios índios que eram donos do castanhal e assim não ganhava nada da FUNAI. Além disso, tinha desconto dos índios no aviamento, mas ninguém sabia se era isso mesmo. Funai (DR) só vivia enganando os índios do Mãe Maria. Agora os índios estão contentes porque os próprios índios fizeram a safra da castanha, sem ter gente para ensinar como era que fazia. Agora a gente, sem a Funai (DR) eu acho que nós vamos para frente, com fé em deus nós teremos o que precisamos ter e vai ter. Nós nunca aprendíamos porque a Funai (DR) não ensinava nenhum índio. Tem alguns índios que já estão mexendo com a castanha, porque estão aprendendo, porque o Sr. Saulo Petean está ensinando alguns índios, mas teve um encarregado que não ensinava ninguém, era o Sr. Osmundo dos Anjos que só trabalhava escondido, porisso que nunca pudemos aprender.

Este relatório foi feito pela mão dos índios quem fez foi um dos índios chamado KRUA GAVIÃO. Feito em 20/5/76 numa quinta-feira. Posto Indígena Mãe Maria, Km 30 PA70"

"Este relatório vai falar sobre um índio que trabalhou no primeiro ano da cantina: trabalho de conta corrente, então eu gostei demais; então foi o serviço melhor que eu encontrei, tinha que fazer estoque de quantas mercadorias chegavam e quantas saiam de uma cantina para outra; tinha que receber todas as mercadorias que chegavam e quando acabava eu fazia a lista do que não tinha para poder comprar. Quando enchia as folhas ia prestar conta com os civilizados.

E outra coisa, sendo encarregado do depósito de castanha, recebia castanha dos castanheiros e dos tropeiros, fazia vale dos tropeiros e dos castanheiros. Encaminhava os caminhões para Belém carregados de castanha. Todos esses serviços era este índio que fazia.

No primeiro ano este índio trabalhou de cantineiro e encarregado do depósito da castanha, novamente o mesmo índio que fez.

KRUA GAVIÃO
POSTO INDÍGENA MÃE MARIA."

os inúmeros trâmites burocráticos apontaram para a inadequação daquela sistemática. Recorreram posteriormente às relações pessoais estabelecidas com os agentes exportadores que passaram a financiar a produção, vendida muito antes do início da safra (venda "na folha").

A extração da castanha vem deixando de ser, para os Gavião e em toda a região produtora, a importante fonte de recursos que a caracterizava no final da década de 70. A crescente escassez do produto é sem dúvida conseqüência dos gigantescos desmatamentos realizados na região, que afugentam os insetos polinizadores das castanheiras. Decorre também dos freqüentes "roubos" de castanha, facilitados pelo acesso aos castanhais dos Gavião pela rodovia e pelo leito da ferrovia, que cortam a área indígena (Ferraz: 1983c, 18-19).

A CANTINA — A distribuição de mercadorias durante a safra de castanha e, posteriormente, também no decorrer do "verão" passou a se dar através de cantinas, uma em cada aldeia, sendo que a do "Maranhão" era abastecida pela do "Trinta". Uma parte da renda obtida ao final da safra de 1976 (cerca de Cr$ 300.000) foi destinada à constituição de um fundo comum de recursos para a aquisição de mercadorias e manutenção das "cantinas", bem como para a realização de outros empreendimentos iniciados pelos Gavião, como a compra de gado bovino, porcos, etc. (ver adiante, "Os projetos da Comunidade").

Outra parcela, ainda, daquela renda, foi depositada numa conta bancária em Marabá, para que pudessem dar início à safra do ano seguinte sem atropelos.

Os critérios para a distribuição dos bens industrializados (via cantina ou diretamente) são discutidos nas reuniões diárias do pátio da aldeia — centro público, político e ritual de decisões da sociedade Gavião. Os principais interlocutores de Krohokrenhum nas reuniões do pátio são homens maduros, casados e com muitos filhos. Entre seus conselheiros destacam-se Antônio (seu cunhado), Jõkorenhum (seu irmão mais moço), "Supercílio" e Ĩxũ-ré, os homens

mais velhos do grupo do "Trinta" (seus irmãos classificatórios), além de Pytkrejimõkre ou "Cotia", o principal assessor de Krohokrenhum, Pajaré e Kinaré, do grupo da "Montanha". Dois outros conselheiros, Kruwa e Xontapti, são bem mais novos ("solteiros"). Kruwa destacou-se como autor de documentos relativos ao período 1976 (ver, por exemplo, o relatório transcrito no *box*). Atualmente ele é um dos motoristas da Comunidade (o outro é "civilizado", contratado para a prestação desses serviços). Xontapti, por sua vez, é sobrinho de Krohokrenhum e responsável pela cantina.

"A rapaziada, ou seja, os jovens solteiros, que são muitos na aldeia do 'Trinta', constituem-se num grupo nitidamente distinto e fechado: *mẽkwatuwa*... No âmbito das decisões políticas é conferido a eles menor grau de participação, e conseqüentemente menos poder de barganha em quaisquer negociações... Quase todos os solteiros foram criados por Krohokrenhum ou por "Mamãe Grande" (e, por isso, ela é chamada assim) devido à morte de seus parentes por ocasião do contato. Muitos foram entregues às regionais e posteriormente recuperados pelo "velho", como se referem ao chefe Parkatêjê. Laços de lealdade e solidariedade em relação a Krohokrenhum os unem; como tradicionalmente, permanecem à disposição da chefia para a prestação de serviços. São jovens guerreiros que 'aprendem tudo', como costuma afirmar Krohokrenhum, 'até lidar com *kupẽ*" (idem, 83).

O exercício da liderança de Krohokrenhum vem acarretando maior abundância material, ainda que desfrutada não apenas em benefício próprio e de sua família, mas também das pessoas a ele ligadas por laços de parentesco. De fato, a manipulação de grandes somas de dinheiro por parte de Cotia, principalmente, alterou os critérios utilizados tradicionalmente (classes de idade e segmentação ritual). A redistribuição das mercadorias ou do dinheiro passou a ser feita diretamente pelo Capitão e por seu assessor "Cotia". Isto vem conferindo a ambos novos meios de poder e de prestígio, legítimo no caso do primeiro. Em algumas ocasiões, o poder de entesouramento de "Cotia" chegou a ser abertamente contestado pelos jovens, nas reuniões do pátio. Por outro lado, "Cotia" também se destaca, em certas ocasiões, como o mediador entre Krohokrenhum e os "solteiros"; esses não raras vezes expressaram seu descontentamento pelo fato de não receberem, sempre que desejam, remuneração em dinheiro, assim como os trabalhadores "civilizados" da Comunidade, chegando a se identificar, de modo pejorativo, como "peões do velho", referindo-se a Krohokrenhum...

Por essas razões, é sempre através de "Cotia" que Krohokrenhum determina a execução de decisões importantes, como a distribuição de quantias em dinheiro ("agradação", como ele chama) ou de bens industrializados diversificados, a fim de eliminar a possibilidade de intrigas no seio do grupo. Não raras vezes também ressurgiram antigas rivalidades entre as turmas, na medida em que alguns não estavam ligados diretamente aos líderes e, portanto, não tinham acesso ao dinheiro.

Como afirma Jõkorenhum, irmão mais moço do Capitão, — *"É só uma 'agradação' que a turma quer... não é como salário não! É só pra turma se animar, trabalhar alegre! sabendo que vai poder comprar uma coisa bonita!... Agora todo mundo já viu como é... quer comprar um brinquedo pro filho... quer uma coisa bonita"* (Ferraz: 1985c, 9).

As indenizações em dinheiro recentemente recebidas em troca de porções significativas ou de territórios tradicionais inteiros (como foi o caso da área da Montanha, ver no item "Situação atual das terras"), geram novas preocupações, ligadas à operação de um sistema monetário e das mudanças engendradas; essas são freqüentemente manifestadas por "Cotia": *"o dinheiro acaba..."* (Ferraz: 1983d, 145).

OS PROJETOS DA COMUNIDADE — Com o funcionamento ininterrupto da cantina, o consumo de bens alimentícios e industrializados aumentou sensivelmente, a partir de 1976. Na medida em que o fundo comum de recursos se esgota, durante o "verão", muitas dívidas vão sendo contraídas em um número cada vez maior de estabelecimentos comerciais das redondezas. Para saldá-las, parcialmente, sem recorrer aos depósitos bancários efetuados pela Comunidade (ver adiante), os Gavião mostraram-se atraídos por "negócios" que lhes parecem rentáveis. Elaboraram assim uma série de "projetos" visando a comercialização de produtos agrícolas e de madeiras-de-lei. Por outro lado, "o esteriótipo de 'índios ricos' passou a ser manipulado por regionais, comerciantes, madeireiros e agentes bancários, que incentivaram os Gavião a obter crédito destinado a atividades pecuárias e inclusive a investir na garimpagem de Serra Pelada..." (Ferraz: 1983d, 104).

Os trabalhadores kupẽ da Comunidade: Com o incremento da produção de castanha, no final da década de 70 e para a colheita das roças de arroz iniciadas em 1977, a contratação de trabalhadores não-índios pelos Gavião perdeu seu caráter temporário e sazonal. Já nessa data, seis famílias de antigos moradores da região, em sua maioria maranhenses que estavam em São Félix ou no "Doze", passaram a trabalhar para o Capitão Krohokrenhum e para a Comunidade, em regime permanente, assim como um motorista. Aos *kupẽ*, propuseram inicialmente que o pagamento pelo trabalho de cada homem seria efetuado por empreitada, de acordo com o sistema regional. A remuneração era feita de acordo com o tradicional "sistema do barracão", forma escolhida pelos próprios trabalhadores. Mas, como os gastos da Comunidade passaram a ser demasiado elevados, as retiradas de mercadorias passaram a ser registradas individualmente através da elaboração de "notas de aviamento", tarefa efetuada pelo "cantineiro" Xontapti, em papel timbrado da "Comunidade Indígena Parkatêjê".

Nos anos seguintes, o número de trabalhadores *kupẽ* aumentou muito, chegando a somar 17 pessoas em fevereiro

de 1985 (ver nos quadros do item "População"). Atualmente, no entanto, os Gavião pretendem manter apenas seis trabalhadores permanentes, além do motorista — alguns destes contratados há mais de três anos — para serviços nos roçados, em pontos estratégicos de ocupação do território. Acreditam que, deste modo, as despesas com a manutenção da Comunidade poderão diminuir (Ferraz: 1985c, 9).

Comercialização de madeiras-de-lei: A venda de madeira constituiu-se como uma importante fonte de rendimento para os Gavião, compensando a diminuição na produção da castanha. Com o crescimento da exploração madeireira predatória na região, exatamente a partir de meados da década de 70, os Gavião acabaram por ceder às pressões de especuladores ligados a empresas do sul do país, que têm suas serrarias ali nas redondezas. A Comunidade vende assim, sob contrato, grandes lotes de espécies como cedro e mogno, abundantes na área indígena, além de castanheiras, com a anuência do IBDF. A comercialização, no início, se fazia por preços irrisórios, face às pressões dos madeireiros e dos proprietários de serrarias.

Por isso, um dos mais recentes projetos da Comunidade, elaborado em 1983, consiste na "montagem de uma pequena serraria no interior da reserva, destinada ao aproveitamento da madeira retirada da faixa de domínio da ferrovia, da derrubada de áreas para roçados e das eventuais estradas perimetrais, vistas pelos Gavião como meio de fiscalização de seu território" (Ferraz: 1983c, 19). Muitas discussões acerca desse projeto da serraria — e dos problemas que pode acarretar — vêm sendo realizadas com eles por agentes tutelares e por ocasião das visitas da antropóloga e do médico que assessoram os Gavião.

Roças e pecuária: Ainda na década de 1970, os Gavião empreenderam a formação de grandes roçados (arroz, milho e banana) e de pastagens, à beira da rodovia, para que "todos vissem": era preciso "mostrar" concretamente que são "trabalhadores" e "têm tudo", à semelhança dos *kupẽ* (Ferraz: 1983d, 103).

A atividade pecuária iniciou por volta de 1974, com algumas cabeças de gado bovino doadas pelo Dr. João Paulo B. Vieira Fº, com o intuito de lhes propiciar uma outra fonte de alimentação protéica, além do consumo da carne de caça. Os Gavião, no entanto, não consideravam a possibilidade da pecuária ser uma atividade "rentável" para a Comunidade. Ao contrário, os representantes da FUNAI e os agentes bancários de Marabá procuraram incentivar a pecuária, vendo os Gavião como grandes investidores potenciais neste ramo.

Os Gavião temem a lida com o rebanho bovino, por ser constituído de animais de grande porte. Raras vezes consomem o leite ou matam uma rês. Por muito tempo, deixaram essas atividades aos cuidados de um regional, grande proprietário vizinho. Posteriormente, o rebanho — aos cuidados de um vaqueiro contratado — foi levado para uma pastagem recém-formada, em frente à antiga aldeia do "Trinta", para que todos pudessem "ver o rebanho" e abastecerem-se de leite. Mas as pastagens esgotaram-se rapidamente e os Gavião passaram a alugá-las de proprietários vizinhos. Os fazendeiros, por sua vez, vieram a insistir junto aos representantes da Comunidade para que adquirissem "fazendas" na região — ou seja, pastos já formados — já que o rebanho havia sido acrescido de cerca de 100 cabeças, adquiridas pelo chefe do Posto, em 1978.

Atualmente, o rebanho de cerca de 200 cabeças — entre bovinos, eqüinos, muares e caprinos — está aos cuidados de regionais, num regime de "meia", distribuído entre duas propriedades no km 66 da PA-332. A pecuária, entre os Gavião, seria "principalmente uma forma particular de entesouramento com finalidades simbólicas voltadas para a manipulação da identidade, num sentido que lhes seja sempre favorável..." (idem, 105).

As compras — Ao longo da rodovia PA-332 existem vários núcleos populacionais, freqüentados pelos Gavião. As viagens ao "Doze", ou Morada Nova, são quase que diárias. O povoado, situado no entroncamento rodoviário com a PA-150, é um importante centro abastecedor de gêneros alimentícios para a cantina da Comunidade e, sobretudo, de combustível para seus veículos. Ali foi construída a subestação da ELETRONORTE para a linha de transmissão de alta tensão, ligando Marabá a Imperatriz.

As idas ao "Quarenta" e ao "Sessenta e Seis" não são menos freqüentes, uma vez que esses povoados dispõem de estabelecimentos comerciais. Com a instalação — nas proximidades do "Quarenta" — dos canteiros de obras da CVRD e da Queiroz Galvão S.A., empreiteira responsável pela implantação, naquele trecho, da ferrovia de Carajás, os Gavião passaram a freqüentar quase que diariamente a localidade , para a aquisição, a crédito, de gêneros alimentícios no supermercado da empreiteira.

As viagens a São Félix e Marabá são geralmente realizadas duas vezes por semana, com finalidade comercial em maior escala: movimentar contas bancárias, saldar dívidas e adquirir outras com a compra de alimentos em grande quantidade para o abastecimento da cantina.

Após a inauguração da ferrovia de Carajás, costumam utilizar-se dos trens para as viagens semanais a Marabá.

Situação atual das terras

Os habitantes da chamada micro-região de Marabá vêm sofrendo os primeiros impactos do desenvolvimento acelerado e descompassado que se verifica naquela porção oriental da Amazônia. Sobrepõem-se ali os vultosos projetos hidrelétricos (Tucuruí), minero-metalúrgicos e agropecuários (Programa Grande Carajás), acompanhados das atividades de garimpo e extração de madeiras-de-lei em

documento

DECRETO N.º 4503, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1943

Índios beneficiados "Gaviões" — Concede de modo definitivo, aos índios "Gaviões" um lote de terras devolutas do estado, situado no rio Tocantins, no município de Marabá. O interventor Federal na conformidade do disposto no art 6º nº V, do Decreto-Lei nº 1.202, de 8 de Abril de 1939, e Resolução nº V de Novembro do corrente ano, da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais e devidamente aprovado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, *DECRETA*: *Art. 1.º — São concedidas aos índios Gaviões*, no município de Marabá, o uso e gôzo de um lote de terras do Estado com duas (2) léguas de frente, por quatro (4) de fundos, e limitado na frente pelos travessões da propriedade demarcada sob a designação de "Mãe Maria" e "Jacundá" de Cima; dos lados pelos igarapés Jacundá de Cima e Flexeiras; nos fundos, por uma linha imaginária fixada entre esses dois igarapés. *Art. 2.º* — Este lote fica sujeito ao regime estabelecido pelo art. 154 da Constituição para as terras em que os índios já se acham localizados em caráter permanente. *Art. 3.º* — O Governo do Estado para perfeita execução deste decreto, entrará em entendimento com o Serviço de Proteção aos Índios e porá em prática as medidas que se tornarem necessárias; *Art. 4.º* — Revogam-se as disposições em contrário. O Secretário Geral assim o faça executar. Palácio do Governo do Estado do Pará, 28 de dezembro de 1943 (aa) Cel. Joaquim de Magalhães Cardoso Barata — Interventor Federal — (aa) João Guilherme Lameira Bittencourt — Secretário Geral.

(Publicado no Diário Oficial nº 14.540, de 30. 12.1943).

larga escala, da construção de rodovias e da ferrovia de Carajás, além da implantação dos projetos fundiário e de colonização, que estiveram a cargo do INCRA e, agora, do GETAT.

E a sobrevivência das populações indígenas que se localizam nesta região será dificultada, o que já se verifica em relação aos Gavião, diante da constante violação da integridade de seu território.

DOAÇÃO E DEMARCAÇÃO DO TERRITÓRIO INDÍGENA — A gleba de terras onde vivem hoje os Gavião lhes foi concedida pelo decreto estadual nº 4.503, de 23.12.1943 (ver no *box*).

Ainda em fins da década de 40, a fim de possibilitar o acesso à área de Mãe Maria, pela margem do Rio Tocantins, a 2ª Inspetoria Regional do SPI obteve a concessão dos proprietários da gleba limítrofe (herdeiros de João Anastácio de Queiroz) de uma faixa de terras com um quilômetro de frente e oito de profundidade, em troca da exploração do castanhal indígena durante três anos consecutivos. A Inspetoria arrendou então o "Castanhal Mãe Maria" para os Queiroz, até 1966 (ver acima, no item "Tutela e Assistência") (idem, 20).

Em 1966, quando os Gavião do grupo Parkatêjê se transferiram para o Mãe Maria (ver acima, no item "Histórico do Contato"), onde o SPI fundara um Posto em 1964, a área — com cerca de 52 mil hectares — foi registrada em nome dos Gavião, no Livro 3 do Cartório de Registro de Imóveis de Marabá. Nessa data, uma primeira delimitação da porção sul da área indígena foi executada sob o patrocínio da família de J. A. Queiroz, beneficiando nitidamente esse "proprietário" do castanhal contíguo ao território Gavião (ver adiante, "Invasões"). Em 1968, a área foi delimitada *in loco* na sua totalidade, oficialmente, pela primeira vez.

Em 1977, com recursos próprios, os Gavião contrataram os serviços de uma empresa de topografia e demarcaram o limite norte da área, verificando então que cerca de 3.000 hectares lhes haviam sido tomados por posseiros.

Iniciava-se naquela época a construção da rodovia estadual PA-150, tangenciando o território indígena, naquela direção. As invasões intensificaram-se naquela área após a construção da linha de transmissão da ELETRONORTE e da ferrovia de Carajás.

A ÁREA DA "MONTANHA" — Em 1977 a 2ª DR/FUNAI transferiu o grupo Gavião da Montanha para o PI Mãe Maria. Somente Pajaré e sua família permaneceu na área, onde iniciavam as obras de construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, pela ELETRONORTE.

Essa área dispunha de um decreto (dec. estadual nº 252 de 09.03.1945) que concedia a gleba "aos índios da margem direita do Tocantins". Foi este o instrumento legal utilizado por Pajaré para estabelecer negociações com a ELETRONORTE.

Diante do caráter conflitivo das relações com os representantes das agências governamentais responsáveis pela implantação da Usina, inicialmente, Pajaré pediu apoio à CPT local. No entanto, ameaças pessoais que sofreu dos próprios posseiros o levaram a reestabelecer relações com os Gavião de Mãe Maria. Os componentes do grupo da "Montanha" que vivem em Mãe Maria, assim como toda a "Comunidade Indígena Parkatêjê" se empenharam então em reaver aquela área tradicional. Em 1982, iniciaram um mo-

RESERVA INDÍGENA MÃE MARIA

SINAIS CONVENCIONAIS

- ALDEIA
- CIDADE OU VILA
- SEDE DE FAZENDA
- MARCO DE DIVISA
- LIMITE DA RESERVA
- LIMITE DO LOTEAMENTO
- ESTRADA DE FERRO
- CAMINHO
- ESTRADA SEM PAVIMENTAÇÃO
- PONTE
- LINHA DE ENERGIA ELÉTRICA
- CURSO D'ÁGUA
- PASTOS (ÁREAS DESMATADAS)

ESCALA GRÁFICA

2km 1 0 2 4 6 8 10km

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL - CEDI VOL. 8

documento

MEMORIAL DESCRITIVO
DE DEMARCAÇÃO

Denominação: Reserva Indígena Mãe Maria

Aldeias integrantes: Aldeia Ladeira Vermelha/Mãe Maria

Grupos indígenas: Gavião

Localização: *Município*: Marabá; *Estado*: Pará; *Unidade regional da FUNAI*: 2ª Delegacia Regional.

Coordenadas dos extremos

Extremos	Latitude	Longitude
Norte	04°58'38",0S	48°55'05",0Wgr
Leste	04°59'09",9S	48°48'07",1Wgr
Sul	05°19'47",0S	48°49'47",8Wgr
Oeste	05°02'05",2S	49°01'36",5Wgr

Dimensões: *Área*: 62.488,4516 ha.; *perímetro*: 141,677 km.

Área: Sessenta e dois mil quatrocentos e oitenta e oitò hectares, quarenta e cinco ares e dezesseis centiares.

Norte: Inicia no marco M 31 de coordenadas geográficas 04°58'40",8S e 48°59'25", 5Wgr., situado à margem esquerda do Rio Flexeiras; daí, segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 89°33'41"2 na distância de 8.028,88 m, até o marco M 35 de coordenadas geográficas 04°58'38",0S e 48°55'05", 0Wgr.; daí, segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 94°32'52",5 na distância de 12.914,86 m, até o marco M 42 de coordenadas geográficas 04°59'09",9S e 48°48' 07",1Wgr., situado na margem direita do Rio Jacundá.

Leste: Do marco M 42, segue pelo Rio Jacundá à jusante, margem direita, na distância de 53.440,98 m, até o marco M 0 de coordenadas geográficas 05°19'47",0S e 48°49' 47",8Wgr., situado na confluência do Rio Jacundá com o Rio Tocantins margem direita.

Sul: Do marco M 0, segue pelo Rio Tocantins margem direita sentido jusante, na distância de 2.176,67 m, até o marco M 1 de coordenadas geográficas 05°19'46",7S e 48°50' 58",2Wgr., situado na margem direita do Rio Tocantins, início da linha seca; daí, segue pela linha seca no azimute verdadeiro 04°41' 18",7 na distância de 3.164,86 m, até o M 3 de coordenadas geográficas 05°18'04",0S e 48°50'50",2Wgr.; daí, segue por uma linha seca no azimute verdadeiro 14°41'26",9 na distância de 4.701,82 m, até o marco M 6 de coordenadas geográficas 05°15'35",9S e 48°50'12",0Wgr.; daí, segue por uma linha seca no azimute verdadeiro 274°41'59",1 na distância de 12.903,85 m, até o marco 12 de coordenadas geográficas 05°15'02",9S e 48° 57'09",6Wgr.; daí, segue por uma linha seca no azimute verdadeiro 269°42'08", 6 na distância de 4.333,01 m, até o marco M 15 de coordenadas geográficas 05°15'04",0S e 48° 59'30",3Wgr., situado na margem esquerda do Rio Flexeira.

Oeste: Do marco M 15, segue pelo Rio Flexeira, margem esquerda, no sentido montante, na distância de 40.012,48 m, até o marco M 13, início desta descrição perimétrica.

Local: Brasília — DF
Data: 28/08/82
Técnico responsável: SERGIO DE CAMPOS — Engº Agrim. CREA 40.231/D-SP
Visto: NEY DA FONSECA — Chefe da DDF

vimento para forçar a ELETRONORTE a indenizar a família de Pajaré: negociaram uma indenização em terras, equivalente à porção ocupada com a construção da barragem.

Através da CPI/SP, um advogado passou a acompanhar o caso, assessorando os Gavião nas negociações, até então mediadas unicamente pela FUNAI. Ao final de 1983, o grupo que se encontrava na Montanha, liderados por Pajaré, impediu a retirada de areia no interior de suas terras por parte das construtoras, como forma de obter uma resolução para o impasse.

As ameaças crescentes dos agentes de segurança das empresas construtoras e da ELETRONORTE, fizeram com que Pajaré, sua família e os jovens de Mãe Maria que lá se encontravam, fossem definitivamente para Mãe Maria. Declararam publicamente, no cartório de Marabá, que o deslocamento ocorrera sob pressão.

No início de janeiro de 1984, após sete anos de negociações, os representantes da "Comunidade Indígena Parkatêjê" decidiram aceitar uma indenização no valor de 50 milhões de cruzeiros, pagos pela ELETRONORTE. Esta deveria ser, conforme os cálculos feitos pelo advogado, da ordem de 72 milhões.

A LINHA DE TRANSMISSÃO ATRAVESSA O TERRITÓRIO — Em 1980, os Gavião receberam 40 milhões de cruzeiros de indenização para permitir que a ELETRONORTE desmatasse uma faixa de 19 km de extensão por 150 metros de largura, para a passagem da linha de transmissão

de alta tensão subsidiária da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (sobre as negociações com a ELETRONORTE, ver acima, no item "Tutela e Assistência"). Grande parte dos castanhais da área indígena foram derrubados, assim como foram destruídos os roçados e a antiga aldeia do "Trinta", para dar lugar às torres metálicas que se erguem agora, a cada 500 metros, nessa faixa de terras.

A PASSAGEM DA FERROVIA DE CARAJÁS — No entanto, a inesgotável capacidade de desenvolvimento daquela região alcançou logo nova etapa: a construção da ferrovia que liga a Serra de Carajás aos portos de Ponta de Madeira e Itaqui, no litoral maranhense, para o escoamento da produção de minério de ferro, fase inicial do Programa Grande Carajás. E, mais uma vez, o território dos Gavião foi atravessado em toda a sua extensão pela ferrovia, com conseqüências ainda imprevisíveis, já que os impactos ambientais em área indígena não foram ainda avaliados: ela passará a cerca de 10 km da aldeia nova, recentemente inaugurada pelos Gavião.

Em meados de 1981, eles exigiram o pagamento de uma justa indenização, que acabou sendo calculada exclusivamente por representantes da CVRD, responsável pela implantação da ferrovia. Mais uma vez sob pressão e mediados pelos agentes tutelares regionais, aceitaram o montante pago, apenas em dinheiro, em abril de 1982: 56 milhões de cruzeiros, que se tornaram meramente simbólicos diante do ruído, da poluição das águas e da cobertura vegetal, além do intenso fluxo de trabalhadores e da presença constante dos trens sobrecarregados de minério de ferro, que será transportado a descoberto, durante os próximos quatrocentos anos, conforme as projeções da CVRD.

A indenização recebida pelos Gavião não implicou em quaisquer garantias em relação à proteção efetiva do território tribal. A partir do início das obras para a construção da ferrovia — com o desmatamento e a terraplanagem de uma faixa de 100 metros de largura atravessando 17 km da área indígena — recrudesceram as invasões e os roubos de castanha, facilitados ainda pela não vigilância do trecho por parte das empresas construtoras cujos trabalhadores, ao contrário, vinham permitindo o livre trânsito pela faixa e muitas vezes chegaram a invadir a área indígena com a derrubada de pequenos roçados de subsistência. Ainda em 1982, os Gavião solicitaram então à CVRD a elaboração de um instrumento jurídico adequado, que estabelecesse normas para a utilização daquela faixa (Ferraz: 1983c, 9). Dois anos passaram, durante os quais aumentaram as invasões e foram se acirrando os conflitos, não controlados pelas medidas violentas adotadas pela FUNAI e pela CVRD (ver adiante).

Em setembro de 1984, a Comunidade convocou uma reunião para definir um novo acordo com a CVRD. Os Gavião ameaçavam interditar os trabalhos de construção da ferrovia quando a frente de serviços começasse a penetração e a entrar na área de Mãe Maria. Ocorreram então três reuniões, entre outubro e novembro, na aldeia de Mãe Maria (ver acima, no item "Tutela e Assistência"). Na última, em 17.11.84, os representantes da Comunidade, da FUNAI e da CVRD chegaram a um acordo, quando a Vale se comprometeu a ressarcir aos Gavião os danos causados pela passagem da ferrovia, fixando o valor de 3 bilhões de cruzeiros para a execução, a longo prazo, de projetos específicos que serão geridos pelos Gavião (Ferraz: 1984g, 1).

Esse acordo — que antecede um Convênio Particular, ainda em discussão — foi assinado por "Cotia", representando os Gavião e por Darcy de Oliveira Freire, representando a CVRD.

A 12 de março de 1985 - antes, portanto, da regulamentação dos recursos obtidos com a indenização de 84 e da assinatura do convênio particular entre os Gavião e a CVRD — o presidente Figueiredo assinou o decreto nº 91.078, concedendo à CVRD autorização para construir a linha férrea dentro da área indígena. O documento ainda estipula que a FUNAI deverá adotar providências no sentido de "limitar o uso e gozo da área de terra atingida ao que for compatível com a preservação da linha férrea e de evitar a prática de atos que embaracem ou causem danos à comunidade indígena". O artigo 3º do decreto permite à CVRD utilizar a faixa de terras "independente de quaisquer providências que se tornem necessárias para eventual registro da autorização ora efetuada" (*D.O.U.*: 13.03.85).

HISTÓRICO DAS INVASÕES NO TERRITÓRIO DOS GAVIÃO — A partir de 1977, a *porção do extremo leste do território indígena*, ao longo do Rio Jacundá (limite da reserva) passou a ser freqüentemente invadida por grileiros e posseiros, que penetravam ali a partir do povoado do "Quarenta" (ver acima, nos ítens "Localização" e "Modo de vida"), apoiados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia. A extensão daquela invasão não ultrapassava cerca de 30 alqueires em área contínua e vinha sendo controlada pelos Gavião. Eles encarregavam-se de expulsar os invasores mediante ameaças verbais ou tomando-lhes os instrumentos de trabalho, utilizados na derrubada para o plantio de roçados e posterior formação de pastagens.

Atualmente, os Gavião contrataram vários trabalhadores *kupẽ* para fiscalizar esta e outras partes do território (ver adiante).

Desde 1980, a *porção sudeste da área*, próxima ao Rio Flexeiras (limítrofe da reserva) também passou a ser constantemente invadida por posseiros que ali se instalaram, vindos do "Doze", estimulados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá.

Foi nesta porção do território indígena que o ex-arrendatário do "castanhal Mãe-Maria", João Anastácio de Queiroz Filho, ocupou indevidamente 8.000 ha de terras, por meio da delimitação feita em 1966, não aferida com o memorial

descritivo do decreto nº 4.053 (ver acima, "Doação e demarcação") e portanto errada, mas confirmada pelas demarcações posteriores.

A família Queiroz — de antigos chefes políticos locais — se apresenta sempre como "amiga" dos Gavião; na realidade, vem instigando animosidade entre os índios e os posseiros que se instalaram no local que Queiroz Filho tem como de sua "propriedade". Na verdade, os posseiros encontram-se no interior do território indígena.

Entre 1978 e 1980 — portanto, antes da atuação do GETAT e da CVRD na região — os pequenos lavradores se defrontavam abertamente com os jagunços de João Queiroz Filho defendendo, inclusive, os "limites de respeito" do território indígena. A partir de 1980, com a intervenção desses órgãos e da FUNAI, o conflito se estendeu, na tentativa de envolver, de forma violenta, os Gavião e os "posseiros" (Ferraz: 1985c, 2-3).

Nessa mesma porção da Reserva, o GETAT assentou, a partir de abril de 1981, 46 famílias de colonos em lotes de 50 ha à beira da ferrovia de Carajás, uma área conhecida como "Loteamento Flexeiras".

Em 1982, quando a estrada de ferro de Carajás atravessou definitivamente o território dos Gavião, a FUNAI e a CVRD promoveram a redemarcação da área do PI Mãe Maria, corrigindo a antiga demarcação, o que levou à ampliação da área para cerca de 62.000 ha. A redemarcação, entretanto, não foi completada exatamente no limite próximo ao Rio Flexeiras, onde se sobrepõem títulos definitivos dos Gavião, de Queiroz Fº e do GETAT. Naquela ocasião, os "posseiros do GETAT", como dizem os Gavião, impediram que a demarcação fosse completada no trecho, chegando a usar de violência contra os técnicos em topografia que realizavam o trabalho (Ferraz: 1984f, 2).

Dos 46 colonos instalados em 1981, muitos já venderam suas posses ou simplesmente as abandonaram, tendo se transferido para outras localidades (idem). Os que permaneceram — já expulsos de outras áreas de conflito — recusam-se a se retirar, uma vez que foram ali oficialmente assentados.

Na ocasião dessa redemarcação de 1982, verificou-se também que numa medição de terras efetuada por J. Queiroz Fº entre 1980 e 1981, este beneficiou-se mais uma vez largamente, com uma intrusão ainda maior no território indígena (idem, 2).

Essa situação levou ao acirramento de posturas autoritárias por parte da FUNAI, ajudada pela PF, sob os auspícios do Convênio com a CVRD. "Embora esta atuação se dê pretensamente em defesa da área indígena, o que se constata é a crescente onda de violência desencadeada a partir da intervenção policial na faixa ao longo da ferrovia, no interior do território tribal. A imagem da CVRD encontra-se seriamente atingida, uma vez que a população regional de baixa renda se ressente não apenas do abandono a que foi relegada, mas agora da violência e dos maus tratos dispensados sob o patrocínio da Vale" (idem).

Em dezembro de 1984, os "posseiros da região Mãe Maria" encaminharam um documento aos representantes do GETAT, FUNAI, PF, MEAF, Ministério da Justiça, ITERPA e CVRD, denunciando o despejo a que foram submetidos, em 19.11.84 e afirmam: "é sabido na área que isto foi feito a mando da CVRD porque pretenderia a área para dá-la em troca de uma indenização que deveriam pagar aos índios Gaviões em função da passagem da ferrovia pela Reserva " (Posseiros de Mãe Maria: 11.12.84).

A situação agravou-se ainda no início de 1985, quando uma violenta intervenção policial sucedeu aos acontecimentos que levaram à morte de um trabalhador contratado pelos Gavião, numa emboscada junto ao leito da ferrovia (Correio Braziliense: 12.01.85). Os Gavião haviam de fato empreitado os serviços de 10 regionais para demarcar definitivamente o limite sul da área, já que a demarcação havia sido interrompida em 1982.

O ataque de surpresa que a turma de trabalhadores sofreu — durante o qual quatro trabalhadores foram feridos e um morreu — não apenas suspendeu a construção mas também intimidou toda a mão-de-obra que poderia ser recrutada pelos Gavião para a coleta de castanha, a ser iniciada naquela época (Pinto: 27.01.85).

Os Gavião ameaçaram então interditar a ferrovia, que iria ser inaugurada um mês depois — assim como a rodovia PA-332 (ex-PA-72) — além de tentar interromper o fornecimento de energia elétrica de Tucuruí, destruindo torres da linha de transmissão que atravessa o seu território. Exigiram providências imediatas que garantissem a integridade de suas terras (O Liberal: 23.01.85).

A CVRD comprometeu-se então a construir duas ou três guaritas que serão usadas na fiscalização da reserva.

Em março de 1985, as guaritas estavam construídas, mas a FUNAI enfrentava dificuldades em encontrar fiscais que trabalhassem ali, em caráter permanente.

Durante o mês de junho, posseiros destruíram as guaritas e espancaram os guardas, roubando-lhes suas armas. Este incidente provocou nova intervenção da Polícia Federal na área, por solicitação dos Gavião. Ultimamente, os Gavião têm pressionado a FUNAI — através do convênio com a CVRD — exigindo que um advogado da FUNAI/BSB atue junto ao GETAT para a remoção dos invasores de suas terras. Neste sentido, representantes da Comunidade estiveram em julho em Marabá — onde funciona agora a sede da Presidência do órgão — solicitar a remoção do loteamento Flecheiras e a resolução dos outros casos de invasão no limite sul da AI (Ferraz: 1985, ip).

CONFRONTANTES E INTRUSOS NA ÁREA INDÍGENA — Todas as áreas limítrofes do território Gavião constituem-se atualmente em objeto de constantes invasões, so-

bretudo junto ao leito da ferrovia de Carajás, cuja construção veio propiciar este incremento.

Fora a intrusão de João A. Queiroz F.º na *porção Sul* da área indígena (acima mencionada), existem ali inúmeros desmatamentos para a formação de roçados, feitos desde 1981, por posseiros que ali tentam se instalar.

No *limite Leste*, pela leitura do mapa DSG (SB22-X-D-11, MI-874, S. J. do Araguaia), à primeira vista, tem-se que a denominada Fazenda Junqueira situa-se dentro da Área Indígena Mãe Maria, localizada na margem direita do Rio Jacundá, entre os paralelos 5°13' e 5°14'. Por outro lado, o mapa indica que os imóveis denominados Fazenda Lisboa e Fazenda São Sebastião acham-se localizados nas imediações ou no confronte da Reserva Indígena, assim como a Fazenda São Pedro e a Fazenda Quarentinha. A Fazenda Lisboa situa-se entre os paralelos 5°04' e 5°05'; a Fazenda São Sebastião e a Fazenda São Pedro no paralelo 5°00' e 5°01'; todas têm suas sedes situadas à margem direita do Rio Jacundá.

Para efeito de complementação de localização geográfica, tem-se que a partir da leitura do mapa da CVRD intitulado "Área de influência da Estrada de Ferro Carajás, trecho 2", tem-se que a Estrada Vicinal 1 acompanha o limite leste da Área Indígena Mãe Maria, cortando a PA-70 no km 44. Nela acham-se localizadas as sedes dos imóveis acima referidos, ou seja, Fazenda Lisboa, Fazenda S. Sebastião e Fazenda São Pedro.

Ainda no mesmo limite leste, pelas estatísticas cadastrais do INCRA, conforme consulta procedida localmente, tem-se que o imóvel denominado Fazenda Lago Azul, com 3.600 ha de terras pretendidas por Antonio Caetano de Morais, foi declarado como localizado no km 20 da rodovia PA-70. Isto é, localizar-se-ia, conforme os dados do mapa DSG, dentro da Área Indígena Mãe Maria.

As mesmas estatísticas indicam que o imóvel denominado Fazenda Belo Vale, com 2.000 ha, de propriedade de Alberto de Jesus Porto, foi declarado como localizado na margem direita do Rio Jacundá. Como o "Rio Jacundá" é um dos limites naturais da Área Indígena Mãe Maria, a leste, e que sua margem direita é a própria Reserva Indígena, pode-se dizer que tal imóvel confronta ou pode estar situado dentro da Reserva.

No limite Oeste, pela leitura do mapa DSG (SB 22-X-D-I, MI 873, Marabá) tem-se que o imóvel denominado Fazenda Boa Esperança, localizado na margem direita do Rio Flexeiras, entre os paralelos 5°12' e 5°13', é confrontante da Área Indígena Mãe Maria. Na mesma situação encontram-se os imóveis Fazenda São Raimundo I, Fazenda São Raimundo II — situadas nos paralelos 5°05' e 5°08' — e o imóvel denominado Fazenda Buritizal. Todos estão localizados à margem direita do Rio Flexeiras e com as suas sedes assinaladas próximas ao picadão divisor da Área Indígena Mãe Maria.

EMPRESAS DE MINERAÇÃO — Em 1983, a *Mineração Inhaí Ltda.* obteve autorização para realizar pesquisa mineral em duas áreas parcialmente incidentes na AI Mãe Maria, respectivamente Córrego Arraias (alvará n.º 912 publicado D.O.U. em 02.03.83) e Igarapé Flecheiras (alvará n.º 2.688 publicado D.O.U. em 28.06.83). Conforme a listagem PROSIG/DNPM de 16.02.1985, o DNPM deu baixa na transcrição desses títulos de autorização de pesquisa em 05.10.84, ficando livres essas áreas.

FONTES DE INFORMAÇÃO

1. Coleções de artefatos (onde está, número de peças, coletor, data e local):

Museu Nacional, Rio de Janeiro:
(20) SPI de 1918, Rio Tocantins
(23) Comissão Rondon de 1930, Rio Tocantins
(16) O. Leonardos de 1939, Rio Taurí
(11) Da Matta de 1961, Praia Alta, Rio Tocantins
Museu Paraense E. Goeldi, Belém:
(95) de 1902
(102) Arnaud de 1961/72, Mãe Maria
Museu Paulista/USP, São Paulo:
(7) Fernandes de 1948, Rio Tocantins
(12) Pe. Caron de 1971, Baixo Tocantins
Acervo Plinio Ayrosa/USP, São Paulo:
(31) Ferraz de 1975, Mãe Maria
British Museum, Londres:
(1) Marsham Robert de 1877, Rio Tocantins
Museu Etnográfico e Pre-histórico L. Pigorini, Roma:
(2) Buscaglioni de 1899, Rio Tocantins
(2) Giglioli de 1913, Rio Tocantins

2. Documentos administrativos:

Andrade, 1983a
Baumann, 1984
Comunidade Indígena Parkatêjê & CVRD, 1985
CVRD, 1984
CVRD & FUNAI & Comunidade Parkatêjê, 1984
Diário oficial do E. do Pará, 19.11.21 (Lei n.º2.035); 30.12.43 (Dec. Est. n.º 4.503); 11.03.45 (Dec. n.º 252)
Diário Oficial da União, 09.08.77 (Dec. n.º 80.100); 13.03.85 (Dec. n.º 91.078)
FUNAI, processo BSB/3236/80)
FUNAI & ELETRONORTE, 1980
FUNAI & CVRD, 1982
FUNAI/DPI, Planta de demarcação da R.I. Mãe Maria, 27.06.81
FUNAI/Plano Integrado de Des. com. Gavião-Suruí, s.d.
Ferraz, 1975b, 1975c, 1982a, 1982c, 1983a, 1983b, 1983c, 1984a, 1984b, 1984c, 1984d, 1984e, 1984f, 1984g, 1985c
Projeto de Extrativismo Vegetal, 1972
Soares, 1968

3. Documentos pessoais:

Posseiros de Mãe Maria, 11.12.84
Krohokrenhum, 1981
Kruwa, 1977
Soares, 1983

4. Informações preliminares:

Ferraz, 1980a (ficha-padrão)
Carvalho A. V., 1959c, 1959d

5. Trabalhos etnológicos:

Arnaud, 1964, 1975, 1976, 1984
Ferraz, 1975a, 1983d
Laraia & da Matta, 1967
Laraia, 1965
Nimuendajú, 1946

6. Trabalhos lingüísticos:

Araújo, 1974
Callow, 1959

7. Viajantes e documentos históricos:

Ayres Carneiro, 1910 (1849)
Castelneau, 1850 (1844)
Coudreau, 1897, 1977b (1898)
Gomes Vicente, 1862 (1858-59)
Sá, 1865

8. Jornais e divulgação:

Ferreira & al., 1982
Pinto, 04.07.76, 23.06.84, 21.09.84, 27.01.85
Silva, 1951
Veja, maio 1982

9. Trabalhos médico-sanitários:

Comité International de la Croix-Rouge, 1970
Vieira Fº, 1970c, 1973, 1975, 1979, 1982, 1983a, 1983b, 1984a

Suruí do PI Sororó (foto Vincent Carelli, 1976).

18 Suruí

Nome

Segundo os Suruí, este nome lhes foi dado por Frei Gil Gomes Leitão, missionário dominicano que realizou o contato com o grupo. Atualmente, são chamados "Suruí do Pará", distinguindo-os do "Suruí de Rondônia". Os Kaiapó lhes chamam Mudjetire, nome pelo qual também ficaram conhecidos. Aikewara ("nós", "a gente") é a autodenominação do grupo.

Localização

A área onde se encontram os Suruí situa-se ao sul do Estado do Pará, município de São João do Araguaia, entre os rios Gameleira e Sororó, numa região próxima à Serra das Andorinhas. As aldeias ficam localizadas em terras firmes de mata tropical, às margens de um afluente do Rio Sororozinho, o Grotão dos Caboclos.

As aldeias Suruí podem ser alcançadas através de um ramal da Transamazônica conhecido como OP-2 que liga esta rodovia a São Geraldo do Araguaia. A OP-2 foi construída precariamente pelo Exército em 1972 para facilitar os deslocamentos de tropas e de material destinados ao combate aos guerrilheiros do Araguaia (ver no item "Histórico do contato"). Em 1981, atendendo a interesses políticos do major Sebastião Moura, conhecido como "Major Curió", este ramal começou a ser ampliado pelo BEC. Entre 1980 e 1983, a OP-2 era diariamente percorrida por um "misto" (metade ônibus, metade caminhão); nele, os Suruí viajavam gratuitamente. Um pequeno campo de pouso construído ao lado da aldeia permite também que monomotores atinjam a aldeia, numa viagem de cerca de 30 minutos, desde Marabá. A partir de 1983, linhas de ônibus comerciais atravessam a área Suruí diariamente no sentido Marabá-São Geraldo do Araguaia e o pequeno campo de pouso passou a ser utilizado só em casos de emergência, sobretudo na época das chuvas, quando o tráfego na estrada é interrompido.

As aldeias ou moradias atuais se localizam em três pontos diferentes da área indígena: no local conhecido como "Casa Velha", distante aproximadamente 10 km da OP-2; na "Queimada", a 2 km da rodovia, e uma casa junto ao povoado de São Raimundo, à beira da mesma estrada (uma família).

Língua

Todos os Suruí se expressam em seu próprio idioma, um dialeto Tupi-Guarani. De acordo com a classificação de Rodrigues (1984), a língua Suruí pertence ao subconjunto IV da família Tupi-Guarani que compreende também as línguas Tapirapé, Avá (Canoeiro), Asuriní do Tocantins (Akuáwa), Suruí do Tocantins (Mudjetire), Parakanã, Guajajara e Tembé.

Membros do CIMI-Norte II vêm estudando a língua Suruí desde 1980.

O português é empregado nos contatos com regionais e funcionários do P.I. da FUNAI. Falam português 80% dos homens adultos e todos os adolescentes, 60% das mulheres e todas as adolescentes e crianças de ambos os sexos.

População

A população Suruí atual conta com 109 indivíduos (Ferraz: 1985, ip), sendo que aproximadamente 70% tem de 0 a 14 anos de idade (ver Pirâmide de população em 1985).

Na aldeia da "Casa Velha" moram 87 indivíduos e, na "Queimada", 15. Há ainda uma família com 7 componentes que moram no limite da área, junto a São Raimundo (Ferraz: 1985, ip).

Os Suruí sofreram uma drástica redução da população nos anos que sucederam o contato inicial. Uma epidemia de catapora matou muitos deles no final da década de 50. Em 1953, data do primeiro contato em que foi possível estimar a população do grupo, os Suruí eram cerca de 100 pessoas. Por volta de 1960, estavam reduzidos a 40 indivíduos, número que se manteve constante até 1966. Em 1968, chegaram a 38 (ver gráfico População Suruí 1953-1985).

A partir de meados da década de 70, ocorreu um incremento na população, possivelmente resultante da assistência sistemática recebida pelo grupo.

População Suruí — 1953/1985 (fonte: Ferraz, 1983 e 1985, ip).

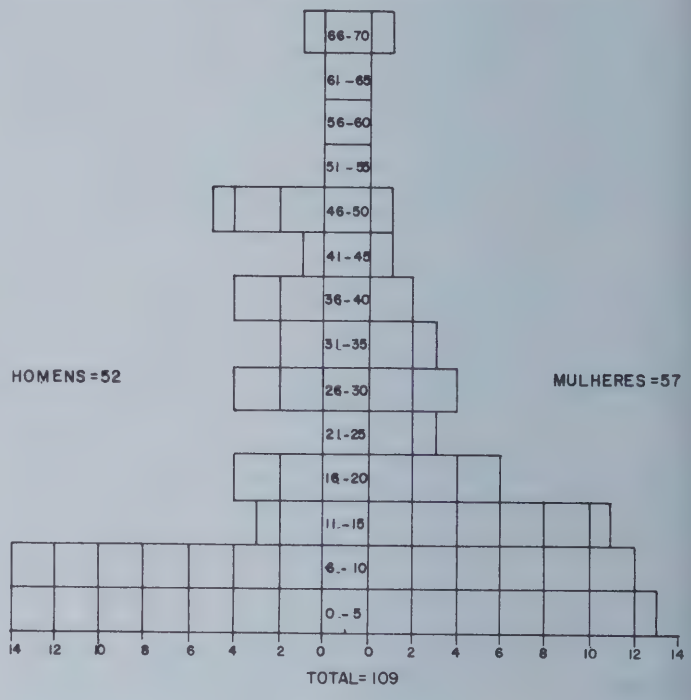
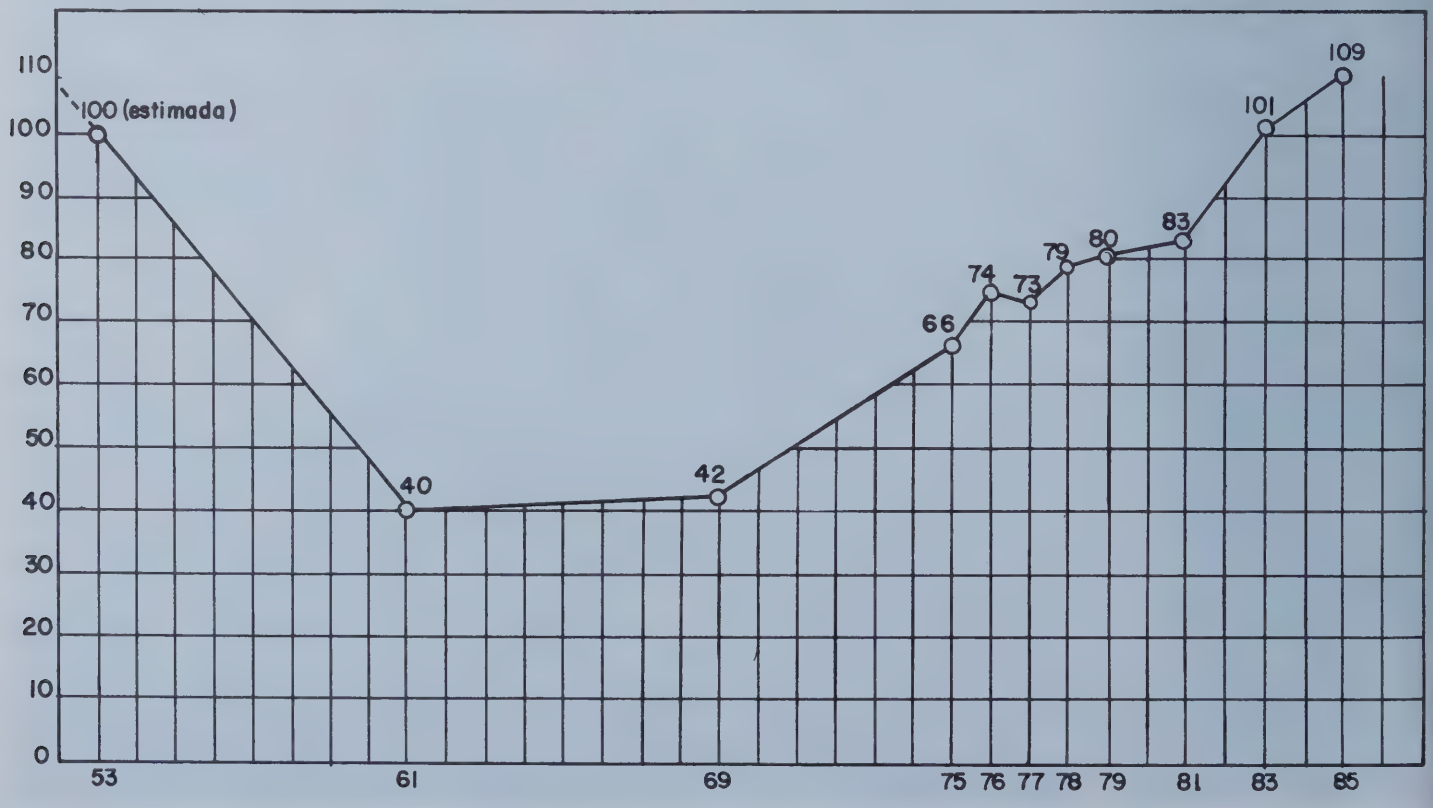


Gráfico da População Suruí em fevereiro de 1985 (fonte: Ferraz, 1985, ip).



Histórico do contato

Foram os garimpos de cristal de rocha do baixo Rio Araguaia que determinaram uma maior penetração no território tribal no começo do século. O confinamento dos Suruí na área onde estão hoje localizados ocorreu, entretanto, devido às pressões exercidas pelos castanheiros, a partir do início da década de 40, com incursões muitas vezes violentas.

DÉCADA DE 20 — Em 1923, escreve Frei Antonio Sala na revista dominicana *Cayapós e Carajás*: "Sororós — raça ainda não identificada, meio bravos, vagam pelas cabeceiras do rio Sororó defronte à povoação de Santa Isabel". Esta referência parece ser a primeira de que se tem conhecimento. Nessa época, os Suruí apareciam nas vizinhanças de uma fazenda denominada Altos Montes, nos arredores do povoado de Santa Isabel. Certa ocasião, chegaram a matar alguns animais domésticos da fazenda, sofrendo em represália um ataque dos brancos que resultou na morte de alguns índios. Após este acontecimento, o restante do grupo refugiou-se no interior da mata.

DÉCADA DE 40 — A exploração dos castanhais situados na região ao sul de Marabá começou por volta do início dessa década. Na época, os grandes proprietários de terras e chefes políticos locais começaram a se estabelecer e, disputando castanhais no território Suruí, passaram a empreender expedições de extermínio contra o grupo, com emboscadas e incendiamento de suas aldeias. Por volta de 1947, os Suruí tentaram uma aproximação com coletores de castanha estabelecidos numa "colocação" no local conhecido por "Cajueiro", próximo a uma antiga aldeia. Foram recebidos à bala pelo proprietário da "colocação" e por seus empregados. Data desta mesma época a primeira mudança para o local em que permaneceram até 1978, distante cerca de 8 km do "Cajueiro" (ver no mapa).

DÉCADA DE 50 — Em 1951, ocorreu a primeira tentativa de pacificação dos Suruí, por iniciativa de Frei Gil Gomes Leitão, missionário dominicano ligado à Prelazia de Marabá. Frei Gil partiu de Xambioá, levando consigo alguns homens. No entanto, ao atingir a aldeia, encontraram-na deserta. Os Suruí, receosos, haviam se refugiado nas matas próximas. Dois anos depois, na terceira expedição de Frei Gil à aldeia Suruí, o missionário pôde encontrá-los, como descreve em carta publicada na revista missionária *Missi* : "Estávamos agora bem perto da aldeia, e avançamos normalmente, sem armas, presentes às mãos, sem dar a impressão de alguém que quer se esconder. Ainda uns vinte passos, e mais ou menos dissimulada pelas árvores, surge a aldeia, em primeiro lugar uma cabana na qual 3 índios se balançavam, deitados em redes... (...) Continuamos a avançar, em fila indiana. De repente um grande grito: um dos índios nos viu... Os outros lhes respondem, e é o alerta geral; num segundo, todos os homens têm seu feixe de flechas debaixo do braço; um grande grupo foge em direção à segunda aldeia, um outro corre em direção às roças. Respondemos a essa fuga avançando cada vez mais, erguendo os presentes e gritando: 'Amigo! Bom! Pega!' E assim chegamos à praça central da aldeia. Os índios reconheceram certamente o hábito dominicano, pois se bem que não nos tenham aparecido das vezes anteriores, certamente nos viram chegar. Nesse momento pararam, enquanto novamente lhes mostrávamos nossos presentes e gritávamos: 'Amigo! Bom!' Continuam parados, enquanto tiramos de nossas mochilas canivetes, facas, colares de cores vivas. A dois passos está aquele que tudo indica ser o chefe. Demos-lhe um aperto de mão, gesto que não nos pareceu exprimir ao índio nenhum sentimento de amizade... talvez de confiança. Era um belo índio, grande, espadaúdo, jovem, sorridente, seguro de si. Fala pouco, mas sorri. Tiro do bolso duas caixas de fósforos; dou-lhe uma e abro a outra, acendendo um dos fósforos e queimando um pedaço de papel. Amedrontado, o rapaz recua e tomado de pânico não pretende aceitar meu presente. O chefe recebe a segunda caixa. Dois velhos nos observam: um, sorridente e amável; o outro, desconfiado e sarcástico, parece dizer: 'Cuidado! Ninguém sabe quem é esse povo nem o que eles querem aqui!' Mas o primeiro, apontando o nosso hábito, faz um longo e incompreensível discurso... Que dizia ele?... Teria reconhecido, por nossa roupa, os doadores dos primeiros presentes? Mistério... (...)" (Carvalho, A. V.: 1958, 4).

Os Suruí, quando ainda usavam pinturas corporais (foto Roque Laraia, 1963).

Outras expedições se seguiram. Em algumas delas, não se encontrou ninguém na aldeia. Em 1954 e 1958, os encontros foram amistosos, mas os Suruí nunca permitiram que os visitantes pernoitassem em suas casas (Carvalho, A. V.: 1958, 5-10).

Em 1957, os Suruí tentaram uma aproximação com castanheiros nas margens do Sororozinho, principal afluente do Rio Sororó, próximo a um local denominado "Fortaleza". Foram novamente recebidos à bala, provocando a morte de um Suruí.

DÉCADA DE 60 — Em abril de 1960 morreu Musená, o velho e sábio chefe Suruí. O seu desaparecimento e o de outros velhos, vitimados pela gripe, criou um clima de consternação na aldeia. Aproveitando-se desta situação, um regional conhecido por João Correia conseguiu ganhar a confiança dos Suruí. Antes que o novo chefe se firmasse na liderança do grupo, João Correia reforçou sua posição junto aos índios. Ele tencionava transformá-los em caçadores de peles, contando com o conhecimento dos índios sobre a mata tropical. João Correia levou os Suruí a adotarem hábitos e procedimentos estranhos à tradição tribal, como, por exemplo, o corte de cabelo, a construção de habitações do tipo regional e a introdução de novos padrões alimentares. Levou ainda para as terras dos Suruí mais de 25 caçadores que prostituíram as mulheres, devastaram as roças e aceleraram a difusão da gripe e de outras doenças, resultando numa epidemia letal que reduziu o grupo a 40 indivíduos (Laraia: 1967, 30).

depoimento

BATEDORES DO EXÉRCITO NA GUERRILHA DO ARAGUAIA

Aldeados no miolo do que ficou conhecido como o "Triângulo da Guerrilha" — entre Xambioá, São Domingos e Marabá — os índios Suruí não só testemunharam como foram envolvidos na maior guerra ocorrida na história recente do país. Durante seus anos de preparação os militantes do PC do B haviam feito poucos contatos com os índios e quando a repressão baixou o exército convenceu os índios a trabalharem como batedores, guias, em troca de alguns presentes e a promessa de ampliar e demarcar a sua reserva conforme desejavam. Quatro índios trabalharam para o exército, *Arekasu* e *Api*, jovens de 15 e 20 anos e *Marahi* e *Warini*, homens dos seus 40 anos. Mas os Suruí continuam até hoje a pleitear a ampliação da reserva. Neste depoimento prestado a Palmério Dória, Iara Ferraz e Vincent Carelli, numa roda noturna em novembro de 1976, o índio Awamasu, auxiliado pelos apartes de todos, relembra o tempo da guerra num misto de excitação e horror:

Warini, um dos Suruí mais marcados pela participação no combate à guerrilha (foto Iara Ferraz, 1984).

Para agravar ainda mais esta situação, os Suruí abandonaram o trabalho nas roças, acreditando nas promessas de João Correia de que iria provê-los do necessário à subsistência. Como as promessas não foram cumpridas, o ano seguinte, em conseqüência, foi marcado por grande penúria.

Em 1960, com uma procuração do SPI, Frei Gil expulsou os intrusos. Para evitar novas invasões, colocou um casal de regionais residindo junto à aldeia (a 3 km de distância, aproximadamente), que lá permaneceu até 1965. Neste período, os Suruí puderam retomar, ainda que temporariamente, alguns de seus costumes tradicionais.

Com a ocupação da região, acelerada a partir do final da década de 60, por uma população de pequenos lavradores expulsos de diversas outras áreas do país (Goiás, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais), o contato dos Suruí com regionais foi se intensificando e sua subsistência passou a depender, quase que exclusivamente, das trocas e pequenos negócios realizados com estes vizinhos (plantações de mandioca e fabricação de farinha em regime de "meia").

DÉCADA DE 70 — No início dos anos setenta, a região do Araguaia esteve praticamente sob ocupação militar. Um grupo de guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil (PC do B) colocava em prática, na ocasião, a luta armada como forma de contestação à ditadura militar. Até então, o acesso à área Suruí se dava por trilhas na mata e pelos igarapés, na época das chuvas. Em 1972, com a eclosão do

"No dia que o Exército chegou aí no São Domingos, rapaz!... Ah, tinha muito... Aí esse pessoal aqui do São Raimundo, ele falou prá nós:

— Ah, rapaz, aí tem muito é soldado!...

Não sabia o que eles tava procurando. Aí terrorista sumiu tudo! foi tudo morto na mata...

Eles falavam muito prá nós assim, sempre eles andava por aí prá nós procurando:

— Rapaz, vocês conhece a mata, não é?

— Nós conhece.

— Você sabe onde tá terrorista? ele falou.

— Sabe sim!

Aí ele pediu licença pra FUNAI. Dois foram, Marahi e Arekasu. *Toyota veio aqui apanhar a gente. Aí foi na frente.*

Ele entrou lá na mata. Aí ele disse que tinha muito pinicada deles. Nós esperava na mata... esperava, esperava... Tinha muito avião, helicóptero, passou baixinho em cima dele mesmo!

Ele morava assim, embaixo do cipozal. O acampamento do terrorista era uma barraquinha dentro do cipozal... A gente achava muita coisa, remédio, assim, no buraco do cupim. Sempre ele enterrava no chão, ou botava no oco do pau e tapava o toco. Tinha muita pólvora, leite no chão, enterrava e cobria. Remédio, cartucho, pilha...

Soldado é que vai mexer, ele não deixa nós. Ele falou pra gente:

— Rapaz, você num pega nesse bicho aí, deixa eu!

Ele abriu rapaz! coisa explodiu, tudo na cara do soldado.

Ele fez todo feito o negócio... pra morrer qualquer soldado. Terrorista é sabido, rapaz!

Aí soldado ele foi assim, como atirador. Na hora quebrou o pau, o pedaço de pau, terrorista mandou uma brasa:

— tá... tá... tá...

Aí soldado também mandou uma brasa:

— Trrrrrrrá...

... Esse cara (aponta para Arekasu), *ele viu, ele ajudou muito carregando morto dentro do helicóptero. Eles matava é muito... Carregava pro São Raimundo, enterrava lá, bem aí. Mas já vieram carregar osso, levaram embora.*

Era homem, mulher, tudo misturado. Ele é muito feio... Rapaz! roupa dele num presta não, rapaz. Rasgada todinha, calção velho, tudo rasgado, camisa também.

Primeiro morreu um bocado de soldado. Soldado morreu. Nós vimo na hora que soldado correu tudinho prá São Raimundo. No tempo soldado era assim mole, velho, soldado era frouxo demais!

Aí chegou um cara de Brasília, do Rio de Janeiro, rapaz! foi ele que acabou tudo. Era a turma... como era o nome daquele cara, rapaz?

— Doutor Antonio (Gal. Antonio Bandeira).

Ele trouxe muita espingarda prá nós, ele trouxe uma caixa assim de cartucho prá nós... foi tomado do pessoal.

Foi nós que mostrou prá eles na mata. Arekasu *primeiro, entrou.* Arekasu *e* Marahi, *primeiro que foi na mata. Ele entrou na hora, rapaz! Ele chegou até onde terrorista tava deitado, lá, no acampamento. Pegou no revólver, aí!*

— Prrr... mataram!

Nós tava lá no São Raimundo. Matava primeiro e depois cortava pescoço, soldado. Arekasu *mesmo, ele ajudou ele.* Arekasu *pegou na mão dele pra cortar... Mas é feio, rapaz! Foi ele mesmo que mandou: cortava a cabeça e levava pro São Raimundo pra tirar retrato.*

Primeiro eles pegaram esse pessoal que tá aqui no São Raimundo. Foi tudo preso, amarravam o pescoço... Eles pegavam eles porque tavam dando comida pra ele, pro terrorista. Dava remédio, cartucho, farinha, sal, café...

Foi tudo preso, tudinho. Bateram, bateram... Aí depois eles falavam pra ele assim:

— O que que tu deu pra ele?

— Nós demo cartucho...

— E mais?

— Farinha!

— E mais?

— Sal.

— E mais?

— Arroz.

Eles apanhava seis soldado prá sair com a gente. Eles avisava prá nós:

— É escutar barulho, vocês passa prá trás de mim!

Ele não quer que a gente morre, não.

Agora o soldado na hora que vê o barulho dele, vai mandando mesmo:

— Trrrrr... Quebrou todinho cabeça, saiu todinho o miolo, pá, pá, pá!

A gente escutava aqui na aldeia o barulho, tá... tátátátátátá... tátátátá, turrrr!... Soldado falou:

— Tem que acabar com esse terrorista! ele quer tomar o Brasil! Ele disse prá nós, esse terrorista num presta! ele disse prá nós...

Muru, a índia mais velha do grupo falecida em 1975 (foto Vincent Carelli, 1976).

movimento guerrilheiro na região, o Exército exigiu abertura de estradas "operacionais", partindo da rodovia Transamazônica em direção ao Rio Araguaia. Uma dessas estradas, a OP-2, cortou o território Suruí, de norte a sul. A intensa movimentação das tropas do Exército que combateram os guerrilheiros acabou por envolver no conflito a população sertaneja e os Suruí.

Em 1974, os Suruí se mudaram para junto do PI da FUNAI, próximo à rodovia OP-2. No ano seguinte, entretanto, retornaram à antiga aldeia, reconstruída pelos Suruí de acordo com os padrões regionais. Apesar do PI se instalar, então, junto a esta aldeia, acompanhando a mudança do grupo, em 1979 os Suruí se transferiram novamente. Na época, já viviam em aldeias separadas, embora próximas, correspondendo às facções existentes.

Até 1978, dois terços da área Suruí eram anualmente invadidos por coletores de castanha contratados pelos grandes proprietários vizinhos que reivindicavam juridicamente os castanhais dos Suruí. Os conflitos surgidos entre os Suruí e os brancos eram devido às intrigas e à disputa pelo território, acirrada durante a época da safra da castanha. Com os posseiros, aos quais passaram a ser identificados pela população regional enquanto "pobres", estabeleceram relações calcadas em laços de compadrio. Estas relações marcam até hoje uma aliança, face ao poder dos grandes proprietários.

DÉCADA DE 80 — Em 1984, a maior parte do grupo retornou a uma localidade próxima àquela onde Frei Gil os encontrara em 1951, pela primeira vez. Segundo os Suruí, a mudança da aldeia foi feita devido à abundância de água naquele local que lhes possibilitaria melhores condições de vida. Distanciaram-se, assim, cerca de 10 km da rodovia que corta a AI. Outra parte do grupo fixou-se no local chamado "Queimada" (junto a um grande roçado), a 2 km da OP-2 (ver no item "Localização"). Contando-se ainda com a família que reside junto ao povoado de São Raimundo, à beira da rodovia, observa-se a existência de pontos estratégicos de ocupação do território, tanto do ponto de vista tradicional quanto da fiscalização e presença dos Suruí em pontos vulneráveis à invasão da AI.

Na época da seca, a área Suruí costuma ser invadida por empresas madeireiras sediadas em Xambioá (GO) que, mediante acordo com os Suruí, retiram madeiras-de-lei. Até outubro de 1984, 109 toras de mogno haviam sido retiradas, quando o chefe da Ajudância da FUNAI em Marabá suspendeu os negócios das madeireiras. Nas proximidades da área Suruí existem inúmeros garimpos de ouro (às margens do baixo Araguaia), além de projetos de mineração, colonização e pecuária que virão a ser implantados com o Programa Grande Carajás, concebido para a região em meados da década de 70. O desenvolvimento de um corredor de exportação de minérios e produtos agrícolas, do sul do Pará até o litoral maranhense, virá se instalar ao lado dos intensos conflitos pela posse da terra já existentes.

A expansão dos projetos desenvolvimentistas já afeta as condições de vida dos Suruí. A redução da caça de animais tradicionalmente abatidos, responsáveis por boa parcela das proteínas presentes em sua alimentação, deve-se aos crescentes desmatamentos levados a efeito ultimamente em toda a região sudeste do Pará.

São Domingos do Araguaia, São Geraldo, São Raimundo e Xambioá são hoje os principais núcleos regionais da população brasileira com os quais os Suruí se relacionam. O primeiro, pequeno povoado localizado a 6 km da aldeia, na rodovia OP-2, é o local onde os Suruí vendem pequenas

quantidades de arroz e adquirem outros gêneros alimentícios. Alguns Suruí vão a São Raimundo quase que diariamente. São Domingos do Araguaia já não é tão próximo e a viagem de 50 km da aldeia até esta localidade é realizada com menor freqüência, pernoitando-se, então, nas casas dos regionais, à beira da estrada. Neste segundo povoado, adquirem roupas, sapatos, radiolas e discos. Em Marabá, os Suruí costumam vender a maior parte da castanha coletada anualmente, fazem as compras necessárias e são transferidos nos casos que exigem tratamento médico e atendimento hospitalar. Mais recentemente, por estes motivos e com maior freqüência, têm-se verificado deslocamentos para Xambioá, município ao norte de Goiás, à margem direita do Rio Araguaia. Os Suruí se dirigem para Xambioá também com finalidades comerciais, devido às negociações que estabelecem com as empresas madeireiras sediadas naquele local.

De modo geral, os Suruí mantêm boas relações com os regionais, especialmente com os sertanejos humildes, alguns dos quais trabalham para eles, mediante remuneração, nas tarefas de coleta de castanha, e, ultimamente, nos roçados de arroz, milho e mandioca. Muitas vezes, sertanejos das imediações recorrem aos Suruí e recebem gêneros alimentícios e medicamentos, sendo tratados, inclusive, por termos do parentesco Suruí ou por "compadre". Estas acolhidas gentis são retribuídas em diversas oportunidades.

Quando de suas visitas a São Domingos e aos pequenos povoados das redondezas, os Suruí vendem aos regionais produtos de artesanato (adornos de penas para cabeça, arcos e flechas) confeccionados para fins cerimoniais, madeira, arroz e farinha de mandioca. Recebem dinheiro em pagamento, com preços raramente estipulados por eles próprios.

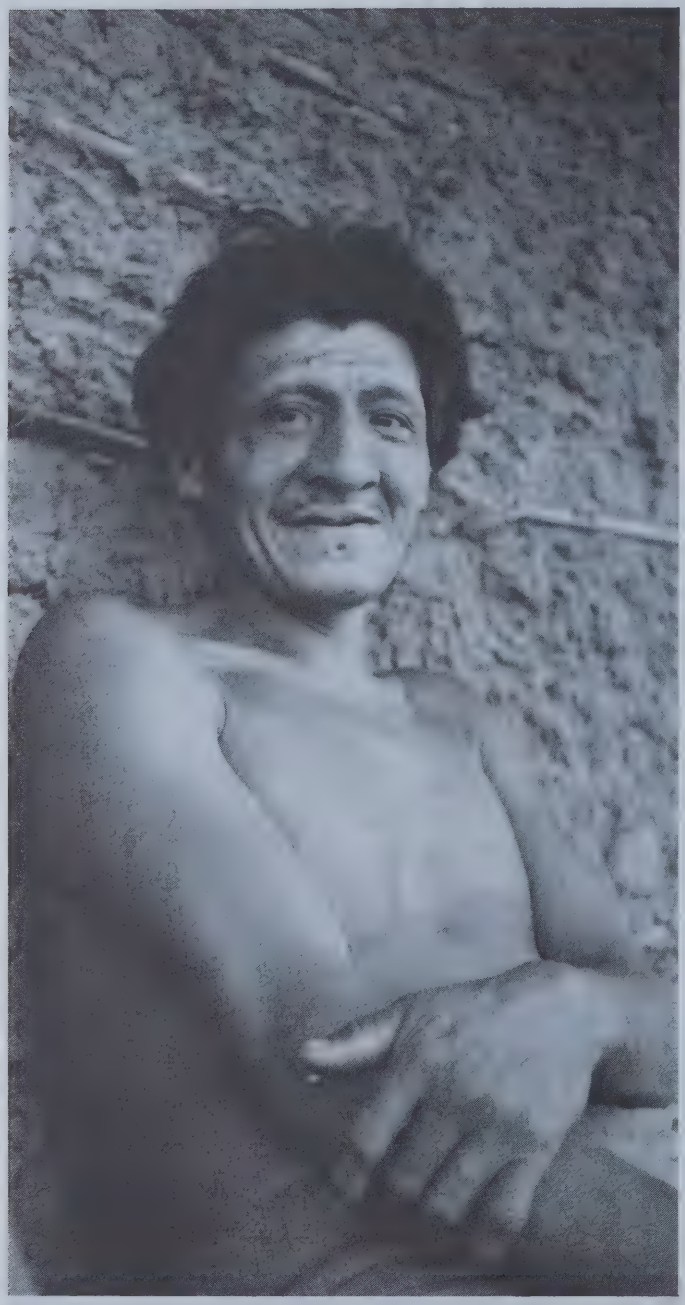
Modo de vida

Há atualmente duas aldeias Suruí: a maior, localizada no local chamado "Casa Velha", é formada por 13 casas de taipa, construídas por regionais contratados; a outra aldeia, na "Queimada", tem 5 casas, também de taipa, que abrigam 2 famílias extensas, desde 1982.

As mudanças de aldeia entre os Suruí se deram sempre em seu território tradicional, deslocando-se tantas vezes quantas foram necessárias para se refugiarem, primeiramente, dos inimigos tribais e, depois, das pressões exercidas pela sociedade nacional (CTI-Projeto Suruí: 1980, 1).

SISTEMA SOCIAL — Decorridos cerca de trinta anos de contatos permanentes com a sociedade regional, os Suruí sofreram inúmeras alterações em seu sistema social tradicional. A drástica redução da população nos anos que se sucederam ao contato inicial é um fator que deve ser considerado como o causador de várias mudanças (Ferraz: 1983c, 26-47).

Sawara'á, escolhido pelo SPI para ser o "capitão" do grupo (foto Carlos A. Ricardo, 1970).



Mikwá, o xamã mais velho do grupo (foto Carlos A. Ricardo, 1970).

Entre os Suruí verificam-se atualmente três casos de casamentos interétnicos — homens casados com mulheres regionais — embora seja proporcionalmente maior a população feminina. Nascimentos cada vez mais freqüentes de crianças do sexo masculino tenderão a equilibrar esta proporção.

O incentivo dos agentes da FUNAI levou à restrição das tarefas femininas na divisão sexual do trabalho que, em parte, parece seguir agora padrões vigentes no âmbito da sociedade regional, com vistas a solucionar a questão da obtenção de alimentos. Arroz, feijão, café, açúcar e sal transformaram a dieta tradicional do grupo,e mercadorias como lanternas, pilhas, lamparina, utensílios domésticos, sabão, etc., introduziram novos hábitos e necessidades para os Suruí.

Segundo Ferraz, o trabalho nas roças é uma atividade ainda realizada pela família nuclear, embora as tarefas femininas sejam agora mais restritas. Cada família tem a sua roça de mandioca, batata, milho (dois tipos), inhame, cana-de-açúcar, algodão e vários tipos de banana. Animais domésticos como cães, galinhas, algumas cabeças de gado e jumentos — estes últimos são o meio de transporte essencialmente utilizado na região — foram introduzidos há algum tempo na vida dos Suruí, assim como o cultivo e consumo de arroz.

O crescente intercâmbio com a sociedade regional ocasionou mudanças no plano da organização social, quanto às regras matrimoniais, à distribuição e especialização clânicas.

Em 1961, quando de sua primeira visita aos Suruí, Laraia observou que aquele pequeno grupo estava dividido em cinco grupos de descendência unilinear: *sao pakania* (gacinco grupos de descendência unilinear: *saopakanía* (gavião), *koací-arúo* (quati), *karajá*, *pindawa* (palmeira) e *ywy*- como clãs, uma vez que eram exogâmicos, possuíam uma chefia e atribuições específicas. Regras de residência patrilocal e descendência patrilinear foram igualmente observadas pelo autor.

Como afirma Ferraz (1983c, 40), a especialização das atribuições dos clãs parece não se apresentar mais de forma tão nítida como a descrita por Laraia. Na época em que o antropólogo estudou os Suruí, persistiam ainda vestígios daquela especialização, embora tivesse observado que o sistema clânico estava se tornando inoperante. Segundo Laraia,tradicionalmente,a chefia é hereditária, pertencendo ao clã *koací-arúo*, cujos membros se julgam descendentes de Mahyra, "avô" de todos os Suruí (1972b, 57). A caça é interditada aos *koací-arúo* e juntamente com os membros do clã *ywyra* são bons agricultores, embora a caça seja permitida a estes últimos. Os membros do clã *saopakanía* são excelentes caçadores, desprezam a agricultura e teriam mantido os encargos guerreiros. Quanto aos outros grupos, pouco se pôde saber a respeito de suas atribuições (Laraia: 1967, 43). Quanto ao fato de serem rigidamente exogâmicos, Queiroz observou um caso de matrimônio entre indivíduos do mesmo clã, ambos *saopakanía*. Indagado o xamã sobre a proibição de tal casamento, este justificou-o pela falta de mulheres que então se verificava (Queiroz: 1975). Em 1985, outro caso foi observado, igualmente entre os *saopakanía* (Ferraz: 1985, ip).

Há entre os Suruí um homem maduro chamado "capitão" pelos agentes do órgão tutelar, tendo em vista a "necessidade" de um indivíduo mediador entre o grupo e a agência governamental. Sawara'á, o "capitão", pertence ao clã

saopakanía. Como se disse anteriormente, entretanto, a chefia tradicional deste grupo Tupi é hereditária e pertence ao clã *koací-arúo*.

Quando o velho Musená morreu — um *koací-arúo*, chefe do grupo na época do contato — seu filho mais velho, Saraku, mesmo sendo o primogênito, não substituiu o pai. Kwarikwara, segundo filho de Musená, herdou a chefia, pois Saraku era considerado "marginal" no seio do seu grupo, de acordo com as informações de Laraia (1967). Saraku e Kwarikwara faleceram em 1962. Assumiu, então, a chefia o filho mais novo de Musená, Koati. Com a morte deste último, logo em seguida, a chefia ficou durante muito tempo com Umasu, do clã *karajá*, pois Saraku e Kwarikwara tinham deixado filhos ainda pequenos (Sawarapy e Apy) e Koati não havia deixado descendentes. O clã da chefia, desta forma, ficara desprovido de elemento adulto.

De acordo com os Suruí, data mais ou menos desta época a "escolha" de Sawara'á para a chefia — o "capitão" que teria sido imposto ao grupo por um *kamará*. Uma das características dos grupos Tupi é exatamente um sistema de chefia difusa entre os homens adultos, com qualidades xamanísticas (Ferraz: 1983c, 41).

Sawarapy faleceu em julho de 1984, vítima de acidente de automóvel, exatamente quando vinha reafirmando sua posição de liderança (Ferraz: 1985, ip); Apy casou-se com a primogênita de Umasu, forma deste manter seu prestígio e continuar a tecer relações de poder entre o grupo (Ferraz: 1983c, 41).

A manipulação das relações de poder tem, portanto, limites bastante fluidos entre os Suruí. A operação de um sistema político-religioso específico permite apontar para a existência de clivagens internas quanto a interesses particulares, como tem se verificado na organização da produção e comercialização das safras de castanha (Ferraz: 1983c, 42). Tiremé, Tibaku e Umasu, líderes de grupos familiares, manipulam interesses distintos nas negociações que promovem com os regionais. Tiremé, por exemplo, coordena as operações ligadas à extração e à comercialização da castanha de parte do grupo. No entanto, Umasu e Tibaku também vendem lotes de castanha aos regionais.

SUBSISTÊNCIA — A alimentação básica dos Suruí é a carne de caça (porco-do-mato, paca, veado, cotia, macaco, etc.). O jabuti, produto da coleta, é o único alimento que pode ser conservado vivo, sendo consumido nos dias de penúria alimentar.

Se a caça abatida for suficiente para ser distribuída fora da família elementar do caçador, ela o será entre seus parentes mais próximos: irmãos, cunhados, etc. De dezembro a maio, as caçadas são mais freqüentes; esta é justamente a época em que os homens, por trabalharem na castanha, não se dedicam à agricultura (que, neste período, não necessita de maiores cuidados) e, estando a maior parte do tempo na mata, os Suruí dependem quase que exclusivamente da caça para a alimentação.

(foto Carlos A. Ricardo, 1970).

Durante este período de chuvas são abundantes os frutos coletados na floresta: cupuaçu, bacaba, cacau-do-mato, abiú, ingá, babaçu, mamão do mato, almescão, pequi e a castanha. O açaí é coletado na época da seca. Além das frutas nativas, há aquelas cultivadas em pomar: limão, lima, banana, laranja, manga, goiaba, maracujá, caju, etc.

A pesca ocupa, entre as atividades de obtenção de alimentos, posição de menor importância para os Suruí, que não dispõem de rios ou igarapés volumosos onde apanhar

Confecção de uma tipóia para carregar criança, cuja amarração é a mesma usada pelos Suruí para a feitura de suas redes (foto Vincent Carelli, 1976).

Os índios deixam a aldeia para o castanhal (foto Tiuré, 1981). (abaixo, foto Vincent Carelli, 1976).

grandes peixes. Estes, entretanto, assados no moquém, são muito apreciados (só obtidos durante a época das chuvas, quando as famílias extensas acampam na mata).

A atividade agrícola — que se inicia por volta do mês de junho com a derrubada (broca) — constitui hoje uma tarefa basicamente masculina, embora a participação das mulheres (casadas e em idade de procriação) seja intensa durante o plantio da mandioca, principalmente; fazer a farinha é, hoje, tarefa exclusivamente masculina.

Utilizando o sistema de coivara (broca, derrubada, queimada, plantio) as famílias elementares Suruí cultivam dois tipos de mandioca, dois tipos de milho, arroz, algodão, batata, cará, inhame.

O café também está sendo plantado e sua produção deverá ser incrementada a partir de novos roçados que serão abertos junto à atual aldeia (Ferraz: 1985b). Grandes roçados (arroz, banana) com assistência de um técnico agrícola, mecanização (trator) e mão-de-obra regional foram formados em 1984 por iniciativa do PI, com recursos do Convênio CVRD/FUNAI (Ferraz: 1985b).

Os Suruí possuem ainda um pequeno rebanho bovino (cerca de 25 cabeças) que se encontra junto ao "barracão" do castanhal "Água Preta", a noroeste da área. Pretendem transferi-lo para os 44 ha de pastagens existentes junto ao PI, cuja manutenção foi sugerida como item subvencionado pela verba desse Convênio (Ferraz: 1985b).

A castanha-do-pará é relativamente abundante no território Suruí e a coleta deste produto constitui-se desde 1974 na principal atividade econômica do grupo, para fins de comercialização e conseqüente aquisição de bens industrializados. Além disso, é na época da safra da castanha (dezembro/maio) que os grupos familiares se distribuem entre as "colocações", assegurando alimentação farta, obtida na mata através da caça, da coleta e da pesca.

Em 1974/1975, a FUNAI se encarregou das safras e os Suruí foram utilizados como mão-de-obra. Em 1975, por exemplo, as atividades foram organizadas da seguinte forma: a FUNAI, por intermédio do chefe do Posto, contratou alguns sertanejos para a realização das tarefas iniciais que antecedem a coleta propriamente dita, como a limpeza de terrenos, abertura de picadas, construção de mata-burros, etc. Trabalhadores "civilizados" foram também empregados na coleta e no transporte do produto coletado na mata até o depósito, situado nas imediações da aldeia, onde toda a castanha era lavada e medida (em hectolitros) e armazenada, à espera de transporte para os centros urbanos (Marabá e Belém). Os que se encarregavam do transporte dentro da área indígena eram os tropeiros regionais que dispunham de tropa de burros, no lombo dos quais carregava-se a castanha. Tanto os índios como os regionais eram "aviados" pelo PI, isto é, recebiam mantimentos adiantadamente (arroz, pilhas, fumo, cartuchos, açúcar, etc.), que só seriam pagos após a venda da castanha pela FUNAI. Este procedimento era idêntico ao de qualquer proprietário de castanhais na região, conhecido também como sistema "do barracão". Segundo o encarregado do PI, as mercadorias do "barracão" eram vendidas a preço de custo para os Suruí, embora o preço das mesmas fosse mais elevado para os "civilizados". Terminada a safra, o encarregado procedia ao levantamento do total das mercadorias retiradas durante a safra, por pessoa ou por família, fazendo também o levantamento dos hectolitros de castanha que conseguiram coletar ou transportar. Descontava, do valor total de hectolitros coletados ou transportados, a soma das despesas já realizadas com a retirada antecipada das mercadorias. Quando havia saldo, isto é, quando o valor da produção era maior que o valor das mercadorias consumidas por cada produtor ou por cada família, eram feitos os pagamentos: os índios recebiam em mercadorias, adquiridas em Marabá; os regionais, em moeda corrente, após o desconto da taxa devida ao imposto de renda, quando o saldo ultrapassava determinada quantia.

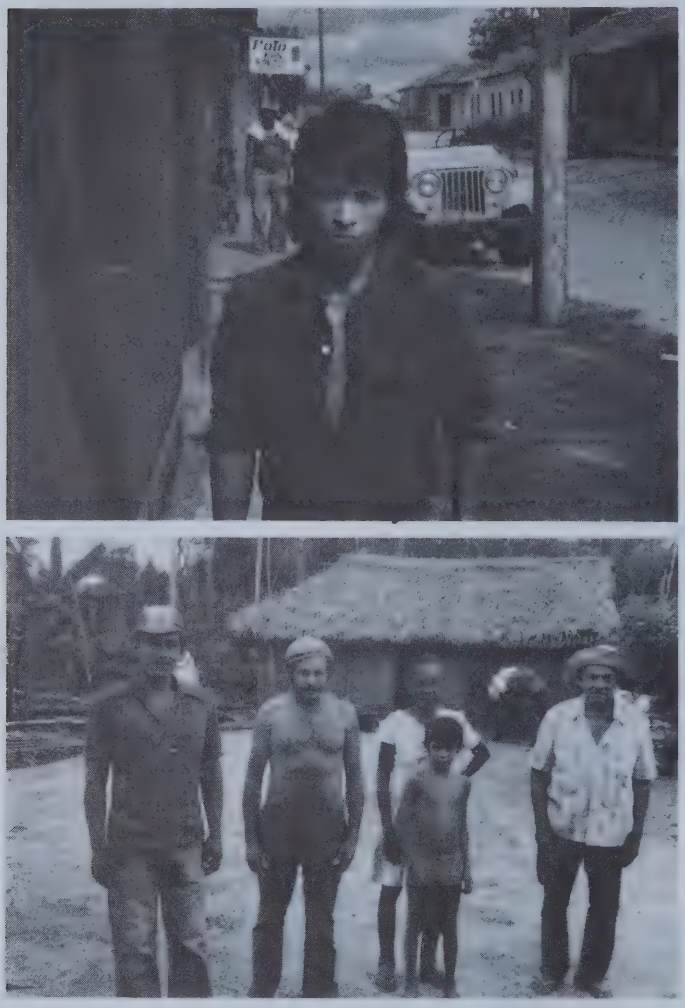
A castanha era transportada, por caminhão, até Marabá ou Belém, aos cuidados da 2ª Delegacia Regional da FUNAI. Em 1975, o preço para compra foi de Cr$ 35,00 por hectolitro. A delegacia revendia a castanha que, no mesmo ano, chegou a ser cotada a Cr$ 180,00 o hectolitro. Segundo o então encarregado do PI, Antonio Pereira Neto, o valor arrecadado com a comercialização da castanha era assim distribuído: 45% do total deveria ser aplicado no próprio PI; 10% corresponderia ao "dízimo", isto é, à quantia que a Delegacia retirava dos Postos produtivos e deveria enviar àqueles improdutivos; desconhecia o destino dado aos 45% restantes.

A medida do hectolitro (100 litros) não era precisa: usava-se preencher 6 latas vazias de querosene, de 18 litros cada uma, o que correspondia, na realidade, a 108 litros. Além da imprecisão na medida, enchia-se cada lata de tal forma a que fosse formada a "cabeça", ou seja, fazendo-se com que a quantidade de castanha superasse as bordas da lata. Ficavam prejudicados, assim, todos aqueles que coletavam e transportavam a castanha, não só pelo preço pago por hectolitro, como também pela imprecisão das medidas (Queiroz: 1980, ip).

Por ocasião da safra de 1976, foi aplicado o Projeto de Emergência do Plano Integrado de Desenvolvimento Comunitário Gavião-Suruí (PIDC) promovido pelo DGPC/FUNAI e sob coordenação da antropóloga Iara Ferraz (1975c), cujo objetivo era permitir a autogestão do grupo nesta atividade (ver no item "Tutela e Assistência"). Esta safra, entretanto, não teve bons resultados: apenas 40 hectolitros foram comprados pelos Gavião que os revenderam em Belém. Dentre as razões do fracasso da safra de 1976 estavam as dificuldades com funcionários da FUNAI e uma epidemia de gripe. Em relação aos objetivos do PIDC, os Suruí pretendiam, antes de mais nada, reaver os 2/3 de sua área, invadida pelos "proprietários" de castanhais da região.

Em 1977, diante da garantia de finalmente reaverem o território tradicional — e os grandes castanhais que lhes per-

Awamusu, considerado hoje pela FUNAI como o capitão do grupo, com moradores vizinhos da área indígena, Sr. Mariano (ex-funcionário do SPI) e família (foto Orlando Sampaio, 1976).



Tibakú na cidade de São Domingos do Araguaia. Ele já morou até em São Paulo e, juntamente com Awamasu, é um dos maiores responsáveis pela intensificação do relacionamento dos Suruí com os regionais negociando castanha, madeira, plantando roça de meia, etc. (foto Orlando Sampaio, 1976).

tenciam — a produção da safra foi organizada pelos próprios Suruí. No entanto, a comercialização da produção foi efetuada nas redondezas, a especuladores, por intermédio de Tibaku. A inexpressiva renda obtida acabou sendo totalmente dispendida por ele, em Marabá, em benefício próprio, o que desapontou os demais integrantes do grupo, levando-os a pensar em outras formas de organizar a comercialização da produção a partir daquela safra.

Em 1978, embora o território tribal estivesse demarcado, agentes locais e regionais do órgão tutelar estiveram na aldeia Suruí, juntamente com um dos grandes proprietários vizinhos. Propuseram então aos Suruí que, pela "última vez" (*sic*), os castanheiros (contratados por esse proprietário, que tivera sua propriedade sensivelmente reduzida quando da redemarcação da área indígena) coletariam a castanha de determinadas "colocações" naquela área, uma vez que o proprietário necessitava saldar seus compromissos de financiamento da safra junto ao Banco do Brasil. Como pagamento, os Suruí receberam três reses. Posteriormente, declararam que os castanheiros haviam coletado pouca castanha, já que eles mesmos tinham-se antecipado, recolhendo a maior parte naquelas "colocações" (Queiroz: 1980, ip).

No decorrer da safra de 1978, a produção de castanha foi de fato reorganizada. Os Suruí, no entanto, em sua maioria, não chegaram a trabalhar na coleta, assim se justificando: "Agora a gente num faz mais serviço pesado! Bota *Kamará* (branco) prá trabalhá!". Com os Cr$ 55.000,00 obtidos com a comercialização da safra efetuada por Tiremé e Sawarapy e novamente com especuladores, os Suruí remuneraram toda a mão-de-obra regional que haviam contratado (coletores e tropeiros), sem que restasse qualquer dívida a ser saldada ou mesmo algum dinheiro.

Em 1979, os Suruí entregaram a produção aos grandes proprietários de castanhais vizinhos, como ocorrera em 1974/75, por serem melhor pagos por eles do que pela FUNAI (CTI-Projeto Suruí: 1980, 6). Segundo a mesma fonte, os Suruí não exploraram os grandes castanhais que não estavam incluídos na área demarcada. A ausência de recursos e de estímulo impediam que os Suruí realizassem a safra da castanha de "forma autônoma", tal como faziam os Gavião de Mãe Maria (idem: 1980, 6).

Em 1980, a produção foi comercializada em Marabá, com o apoio da Ajudância da FUNAI e a colaboração de Tiuré, índio Potiguara, que trabalhara junto aos Gavião de Mãe Maria entre 1976 e 1979. Foram contratados poucos "civilizados" para o trabalho de coleta e os Suruí, já tendo adquirido uma tropa de muares, encarregaram-se do transporte da castanha até a beira da OP-2, local de onde partiu a produção, em caminhão fretado, com destino a Marabá. O êxito daquela safra foi marcado pela derrubada de extensas roças novas. Em meados do ano, realizou-se, com grande entusiasmo, um ritual que havia sido praticamente abandonado, o *Karuwara*. A cerimônia se estendeu por seis dias consecutivos, sendo iniciada logo após a queimada das roças, no começo da estação seca (Queiroz: 1980, ip).

Em 1981, o CTI apoiou os Suruí na produção da castanha através do Projeto Suruí (ver no item "Tutela e Assistência") e com a chegada de recursos financeiros os índios deram início aos trabalhos de coleta por conta própria. Venderam um lote de madeira-de-lei (mogno e cedro) retirado com a derrubada de novos roçados ao longo da OP-2 e tomaram recursos por empréstimo do chefe do PI e da FUNAI. Tiremé, reconhecido pelos Suruí como "responsável" pela safra, obteve através da 2ª DR documentação pessoal necessária para realizar operações financeiras ligadas à comercialização da castanha, sem a mediação da FUNAI (Ferraz: 1981a).

A produção da safra foi vendida pelos próprios Suruí à Cia.

Beneficiadora S. Mutram, em Belém, ao preço de Cr$ 1.700,00 o hectolitro, obtendo-se êxito desta vez. O montante auferido, entretanto, foi quase todo dispendido pelos Suruí na reposição de seus pertences, perdidos num grande incêndio acidental que destruiu quase toda a aldeia, parte da produção de arroz, cangalhas, etc. (Ferraz: 1981b).

No ano de 1982, os Suruí preferiram que se deslocasse a ênfase dada pelo *Projeto Suruí* (CTI) à coleta da castanha, à produção de excedentes agrícolas comercializáveis, uma vez que vinham sendo estimulados pelos regionais e funcionários da FUNAI a cultivarem "roças coletivas". Outro fator que os teria levado a priorizar a atividade agrícola foi a diminuição que vem ocorrendo na produção da castanha com o desaparecimento dos insetos vetores responsáveis pela polinização das castanheiras, afugentados pelos grandes desmatamentos, cada vez mais freqüentes ao redor do território Suruí (Ferraz: 1981b).

A partir de 1983, através de Tiremé, os Suruí continuaram a realizar a safra da castanha, gerindo os recursos oriundos do projeto de apoio CVRD/FUNAI, destinados ao financiamento desta atividade (ver adiante no item "Tutela e assistência"). Entretanto, como a produção da castanha vem diminuindo sensivelmente, prevê-se que a safra de 1985 seja menor em relação aos anos anteriores (Ferraz: 1984f). Até fevereiro de 1985, haviam sido coletados cerca de 120 hectolitros e aguardava-se a chegada do caminhão adquirido com recursos do Convênio CVRD/FUNAI para transportar a produção até Marabá, onde será comercializada com agentes exportadores, sediados em Belém.

Tutela e assistência

Até 1973, os Suruí receberam assistência de frei Gil Gomes Leitão, missionário que os contatou e, depois desta data, têm sido assistidos pela FUNAI.

Em 1981 e 1982, o CTI apoiou a produção da castanha-do-pará e a atividade agrícola para comercialização.

Representantes do CIMI-Norte II fazem visitas ao grupo, desenvolvendo pesquisa lingüística, desde 1980.

Com a implantação do Programa Grande Carajás e por ingerência do Banco Mundial, foi firmado um Convênio entre a FUNAI e a CVRD, cujos recursos estão sendo aplicados desde 1982 na Reserva dos Suruí, localizada na chamada "área de influência" da ferrovia Ferro-Carajás (ver capítulo Parakanã).

Na década de 60, Frei Gil desempenhou o papel de protetor, expulsando intrusos (ver no item "Histórico do contato") e tomando providências para a defesa do território com a obtenção de um decreto presidencial que interditava uma pequena área para os Suruí (ver no item "Situação atual da terra"). Frei Gil prestava assistência sem dispor, entretanto, de recursos suficientes para atender às necessidades do grupo. O missionário arrendava os castanhais pertencentes aos Suruí aos fazendeiros vizinhos para custear suas atividades e não permitia, por outro lado, que os Suruí coletassem a castanha.

Em 1973, a eclosão da guerrilha na área teria levado o Exército a exigir da FUNAI a instalação do PI criado em 1971 (Port. nº 40/N/71) e o afastamento do missionário dominicano, para que fossem facilitadas as atividades de combate aos guerrilheiros. Em 1973, o PI Sororó foi instalado por Antonio Pereira Neto, funcionário do DGPC/FUNAI. Com sua saída, o PI ficou praticamente abandonado e os Suruí passaram a ser utilizados como mão-de-obra coletora da produção da castanha-do-pará, mantida pela 2ª DR (ver no item "Modo de vida").

Pela manipulação de estereótipos como "preguiçosos", impôs-se aos Suruí o trabalho na coleta da castanha, prática que os "tornaria trabalhadores" (Ferraz: 1983c, 31).

A partir de 1976, a coleta da castanha deixou de ser um empreendimento exclusivo do PI, que exerceria a partir de então sobretudo atividades de assistência à saúde e educação. O PIDC, que atendia os Gavião e os Suruí, foi implantado neste ano e tinha como objetivo permitir a autogestão do grupo em suas atividades econômicas, em especial, a produção da castanha-do-pará (Ferraz: 1975c, 6). O referido plano foi elaborado pelo DGPC da FUNAI, a partir de um projeto elaborado pela antropóloga Iara Ferraz, que se tornou sua coordenadora como contratada do órgão tutelar. As atividades agropecuárias seriam dirigidas no sentido de obtenção de um excedente comercial, pretendendo-se minimizar a dependência econômica com relação à safra da castanha. No caso Suruí, entretanto, tornava-se necessário, antes de tudo, assegurar o nível mínimo de subsistência pois faltava alimentação (idem, 6-10). O projeto foi elaborado nos moldes dos projetos de D.C. do então DGPC; daí a ênfase nestes aspectos. Para a antropóloga, entretanto, o principal objetivo do PIDC e motivação dos Suruí era rever a questão da demarcação da AI (Ferraz: 1985, ip). A extração da castanha representava para os Suruí uma atividade que contribuiria para reaver o território tradicional (ver no item "Situação atual da terra").

A partir de então, a FUNAI prestaria seus serviços na área econômica, quando solicitada pelos Suruí que passaram a organizar a produção da safra da castanha (ver no item "Modo de vida"). Nos anos de 1981 e 82, os Suruí contaram com o apoio do CTI para dar continuidade às suas tentativas de realizar autonomamente esta atividade de subsistência. O Projeto Suruí foi elaborado pela antropóloga Iara Ferraz, então membro do CTI, a partir da solicitação de Tiremé Suruí (CTI-Projeto Suruí: 1980, 6). Tiuré, também membro do CTI foi o responsável por sua execução juntamente com a referida antropóloga. O total de recursos solicitados à agência alemã PPM foi de Cr$ 735.000,00.

De acordo com o Projeto Suruí, a extração da safra de castanha deveria ocorrer da seguinte maneira: "por volta de outubro iniciam-se as tarefas para a coleta, quando faz-se a limpeza das "colocações", dos caminhos e estradas na mata, a construção de pontes e mata-burros. Neste período é necessário o abastecimento de gêneros alimentí-

cios e munição — o chamado "aviamento" da safra — que se estende por todo o período das chuvas. No início de janeiro, estas tarefas devem ter sido completadas para que a coleta seja iniciada. Com as primeiras chuvas os ouriços caem das castanheiras, são agrupados e cortados com terçados. A castanha extraída é em seguida transportada por uma tropa de muares (animais que os Suruí manejam bem, pois são o meio de transporte usual na região) ou em cestos nas costas, dependendo do local, até um depósito nas proximidades da rodovia OP-2. Depois de cuidadosamente lavada e escolhida, para que não se deteriore, ela fica estocada por um curto período de tempo para ser transportada por caminhão (fretado) em diversas viagens até os depósitos dos índios Gavião, onde após devidamente medida (em hectolitros) será anexada à produção destes últimos para ser vendida em Belém, diretamente aos exportadores. A produção de castanha dos Suruí é estimada em cerca de 800 a 1.000 hectolitros (a cada dois anos há uma grande variação na produção de castanha de toda a região do médio Tocantins). Este ano, o preço do hectolitro oscilou, em Belém, entre Cr$ 900,00 e Cr$ 1.500,00. Mesmo que a safra do próximo ano seja maior, o preço nunca permaneceu aquém do mínimo da safra anterior. Parte da renda obtida com a comercialização da safra de castanha de 1981 será aplicada na melhoria do rebanho e das pastagens já existentes, que deverão ser cercadas, além da aquisição de sementes para as roças (feijão e arroz). Tal como ocorrido entre os Gavião, os Suruí formarão uma "cantina" para o abastecimento de bens industrializados durante o "verão", uma espécie de cooperativa comunitária que poderá ser futuramente movimentada com a eventual comercialização de excedentes agrícolas (arroz e milho, principalmente). Outra parcela da renda obtida será destinada ao financiamento da safra seguinte, tal como fizeram os Gavião inicialmente" (CTI-Projeto Suruí: 1980, 7/8).

A administração e aplicação da renda resultante da comercialização da safra de 1981 ficou aos cuidados dos próprios Suruí, mediante assessoria dos responsáveis pelo Projeto.

A verba do Projeto Suruí foi utilizada na continuidade dos trabalhos da safra da castanha, principalmente transporte, uma vez que a etapa inicial foi realizada por conta própria pelos Suruí (ver no item "Modo de vida").

No final do ano, o Projeto Suruí tinha ainda um saldo que foi, então, utilizado para se dar início aos trabalhos da safra de 1982. Além disso, a cantina recebeu mercadorias da FUNAI para atender a este mesmo objetivo (relatório de Tiuré de 17/02/1982 ao CTI).

Em 1982, último ano do Projeto Suruí, as atividades agrícolas tiveram prioridade no apoio recebido, conforme determinação dos Suruí (ver no item "Modo de vida").

Ao Projeto Suruí (CTI) sucedeu-se o Projeto de Apoio da FUNAI, o plano de aplicação dos recursos do Convênio CVRD. Ferraz continuou assessorando os Suruí, através do referido Convênio e sua principal recomendação,quanto à utilização dos recursos, vem sendo a redemarcação do território Suruí (ver no item "Situação atual da terra"). Entretanto, outros setores vêm sendo subvencionados, e, entre eles, a safra da castanha. Esta atividade é considerada atualmente pela antropóloga como fator de recuperação do "modo de vida Suruí". Uma das justificativas para a ampliação da área demarcada é a melhoria das condições de vida do grupo com o aumento da produção da castanha (com a inclusão de 40 mil ha de castanhais na "nova" área) e maior quantidade de caça (Ferraz: 1985b, 2).

Enquanto os recursos do Convênio não são destinados à redemarcação do território, edificações, equipamentos e despesas com pessoal absorvem a abundante verba destinada aos Suruí, de acordo com a orientação da FUNAI. Daí a distorção que atualmente se verifica no investimento feito na safra da castanha: os gastos efetuados acabam por ser superiores à renda alcançada com sua comercialização (idem, 4).

Cria-se, por outro lado, a mesma dependência que o PIDC de 76 pretendia evitar. Os Suruí já se preocupam com o "fim do projeto", quando não haverá mais recursos e novos reajustes deverão se dar nas atividades de subsistência do grupo. De acordo com a antropóloga "é ilusório pensar que uma injeção de recursos volumosos durante um determinado tempo engendrará uma não dependência no futuro" (idem).

SERVIÇOS DE SAÚDE — Até 1982, a enfermaria do PI Sororó recebia medicamentos enviados pela FUNAI e pelo médico João Paulo Botelho Vieira Fº (da EPM), que assistia voluntariamente o grupo desde 1968. A EVS da FUNAI visita anualmente o grupo e a SUCAM realiza semestralmente dedetização na aldeia.

Os casos graves de doença e/ou que requerem tratamento específico, são encaminhados aos hospitais de Belém, Xambioá, Marabá e Hospital São Paulo, na capital paulista. Os Suruí não dispõem, entretanto, de convênios para serem atendidos nos hospitais regionais.

QUADRO DE VACINAÇÕES

1969	anti-sarampo
1970	antivaríola, BCG oral (2 doses)
1971	BCG oral (2 doses), antitetânica (prosseguida com mais duas doses mensalmente), tríplice (prosseguida com mais 2 doses)
1974	antitetânica (reforço), Sabin
1975	antitetânica (reforço)
1978	tríplice
1982	BCG, anti-sarampo, tríplice (2ª dose), antitetânica, contra febre amarela (a 50% da população)
1983	Sabin

Fonte: J. P. B. Vieira Fº (ip, 1983a, 1984d)

A partir de 1983, Vieira Fº passou a assistir os Suruí através do convênio FUNAI/CVRD. Além da supervisão médica, com os recursos deste convênio foi equipada a enfer-

maria que conta atualmente com um gabinete dentário. Um trabalho de prótese foi iniciado entre os Suruí a partir de 1983. Previa-se ainda no Projeto de apoio, a construção de uma nova enfermaria, com o que os Suruí discordam (Ferraz: 1983c, 44). Eles preferiam, nesta data, se deslocar para São Geraldo do Araguaia ou Marabá, no caso de doenças de média gravidade, uma vez que os serviços da atendente de enfermagem não eram satisfatórios. Atualmente, há uma enfermeira qualificada atendendo à população, contratada pelo Convênio.

EDUCAÇÃO — Em 1980, os Suruí estavam sendo alfabetizados na língua portuguesa e recebiam nas aulas noções elementares de aritmética. Até setembro de 1981, havia vários Suruí sendo alfabetizados. Em 1981/1982, foi construída uma escola de madeira com recursos do POLAMAZÔNIA e, desde então, vem funcionando com duas turmas de crianças e adolescentes em dois períodos, apesar das sucessivas substituições de professor. Em 1983, com recursos do Convênio FUNAI/CVRD, a escola foi equipada. Com a mudança da aldeia, os Suruí concordaram com o chefe do PI quanto à construção de uma nova escola com recursos do mesmo Convênio. Os missionários do CIMI-Norte II, entretanto, têm incentivado os Suruí para que a escola funcione numa casa recentemente construída por eles na aldeia nova, de troncos de palmeira paxiúba, estando prevista, inclusive, a confecção de bancos e mesas de tábuas de madeira (Ferraz: 1985b, 6).

Situação atual das terras

A área indígena Sororó, com 26.257 ha, localizada no município de São João do Araguaia, foi demarcada em 1979, declarada de posse permanente do grupo indígena Suruí pela Port. nº 1.370/E de 24.09.82 da FUNAI e homologada através do decreto presidencial nº 88.648 de 30.08.1983. Esta demarcação ampliou a área interditada em 1968 através do decreto presidencial nº 63.367 de 08.10.1968, por iniciativa do Frei Gil Gomes Leitão.

A demarcação da AI foi registrada no SPU-PARÁ, sob o nº 70/83.

A partir de 1975, com o auxílio dos Suruí, iniciou-se a revisão dos limites da área configurada por este decreto, atividade realizada de acordo com o PIDC/FUNAI coordenado pela antropóloga Iara Ferraz (ver no item "Tutela e Assistência"). O estabelecimento de novos limites na fixação da área só foi possível graças à elaboração, pelos Suruí, de diversos mapas detalhados que indicavam a localização de antigas aldeias, cemitérios, áreas de roças e, principalmente, concentrações de castanheiras, apontando com precisão as porções do território invadidas pelos latifundiários vizinhos. Estes mapas foram, na época, remetidos à cúpula do órgão tutelar, em Brasília, esperando-se que servissem de subsídio para a realização de uma nova demarcação da área indígena.

Na ocasião, todavia, os grandes proprietários invasores do território Suruí tentavam persuadi-los a desistir de reaver os castanhais, propondo, a título de compensação, a oferta de uma área ainda maior, só que de antigas capoeiras, situada ao longo da OP-2 (o ramal da rodovia Transamazônica, aberto em 1973 pelo Exército). Estas áreas de capoeiras, entretanto, já se encontravam ocupadas por posseiros que, por sua vez, temendo a perspectiva de serem expropriados, passaram a procurar os Suruí, tentando obter esclarecimentos a respeito da situação. Os índios afirmavam que aquelas terras não lhes interessavam, tranqüilizando assim aqueles seus vizinhos. Reafirmavam, desta forma, os laços de solidariedade que os uniam aos ocupantes das parcelas ameaçadas, muitos deles seus "compadres".

Ao mesmo tempo, o INCRA procedia ao levantamento daquelas posses da OP-2, visando à titulação de ocupação aos posseiros. A demarcação precisa dos limites da área indígena ali incrustada, portanto, impunha-se como tarefa a ser executada com urgência, segundo afirmações dos próprios funcionários do INCRA. Foi dentro deste quadro que ocorreu um episódio decisivo. Em fins de 1976, agentes do órgão tutelar, vinculados à 2ª Delegacia Regional da FUNAI, sediada em Belém, dirigiram-se à área Suruí para dar início, com funcionários do INCRA, à demarcação de um "novo território". No entanto, esta iniciativa fora tomada à revelia da cúpula do órgão tutelar. Registrou-se, então, violenta reação por parte dos Suruí, que expulsaram os funcionários da aldeia, chegando mesmo a flechar o veículo que os transportava. O incidente foi comunicado imediatamente à FUNAI em Brasília. Em meados do ano seguinte, a própria FUNAI revogou o antigo decreto de interdição e enviou equipes oficiais para proceder à demarcação definitiva da área tribal, que pretendia levar em consideração, no estabelecimento dos limites, a proposta elaborada pelos Suruí.

A pressão dos proprietários invasores, todavia, persistiu até a época da safra da castanha de 1977. Naquele ano, os coletores contratados pelos latifundiários ocuparam a área reivindicada pelos Suruí. Tal fato levou o grupo a organizar saques aos barracões dos castanheiros e a colocar em prática estratégias visando intimidar e afugentar os intrusos.

Em 1979, foi finalmente concluída a demarcação topográfica, homologada em 1983. Em 1982, entretanto, através da assessoria antropológica prestada aos Suruí por Iara Ferraz, através do convênio FUNAI/CVRD (ver no item "Tutela e Assistência"), muitos integrantes do grupo, sobretudo os mais velhos, passaram a apontar irregularidades nos limites fixados por ocasião da demarcação da área. Fazia-se necessária a revisão destes limites, tendo em vista a ampliação da área, uma vez que não haviam sido incluídos pontos tradicionais de ocupação dos Suruí: permaneceram fora da área antigas aldeias e cemitérios, além de "colocações" de castanha.

Na década de 40, o início da exploração da castanha ao sul de Marabá levou à crescente invasão das terras dos Suruí. Tradicionalmente, a ocupação territorial desenvolvida por

este povo ocorria — provavelmente — em função da segmentação em pequenos grupos, ou famílias extensas, que se verificava com grande freqüência, no período anterior ao contato. Com as invasões, ocasionando a retração do território tradicional e a depopulação do grupo (mortes em tiroteios ou por doenças) esses pequenos grupos se reuniram numa única aldeia, encontrada por ocasião do contato (ver no"Histórico do contato"). Atualmente, os Suruí voltaram a se segmentar e a localização de suas aldeias e habitações em pontos estratégicos, está relacionada à ocupação e defesa do território tradicional (Ferraz: 1985, ip).

A última providência da FUNAI em relação às reivindicações territoriais dos Suruí foi a designação de um GT, pela Port. n.º 1981/E de 07.02.85 "para realizar levantamento com vistas à redefinição do território dos chamados Suruí do PI Sororó, com o apoio do Convênio CVRD-FUNAI". Formaram o grupo, além da antropóloga assessora da CVRD, Iara Ferraz, servidores do DPI/FUNAI, o chefe de Posto e um representante do GETAT, que não compareceu aos trabalhos.

Por ocasião do reconhecimento da área pelo GT, que percorreu os limites da AI Sororó em fevereiro de 1985, os Suruí detalharam mapas, "elucidando antigas aldeias (tendo sempre como referência os cursos d'água), localidades de extrema importância para a preservação da memória, da história e para a reprodução da sociedade Suruí" (Ferraz: 1985c, 11).

documento

DECRETO N.º 88.648, DE 30 DE AGOSTO DE 1983

Homologa a demarcação topográfica da área indígena que menciona, no Estado do Pará.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no artigo 19, § 1º, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º — Fica homologada, para os efeitos legais, a demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) da área indígena denominada SORORÓ, de posse imemorial do grupo indígena SURUÍ, localizada no Município de São João do Araguaia, Estado do Pará.

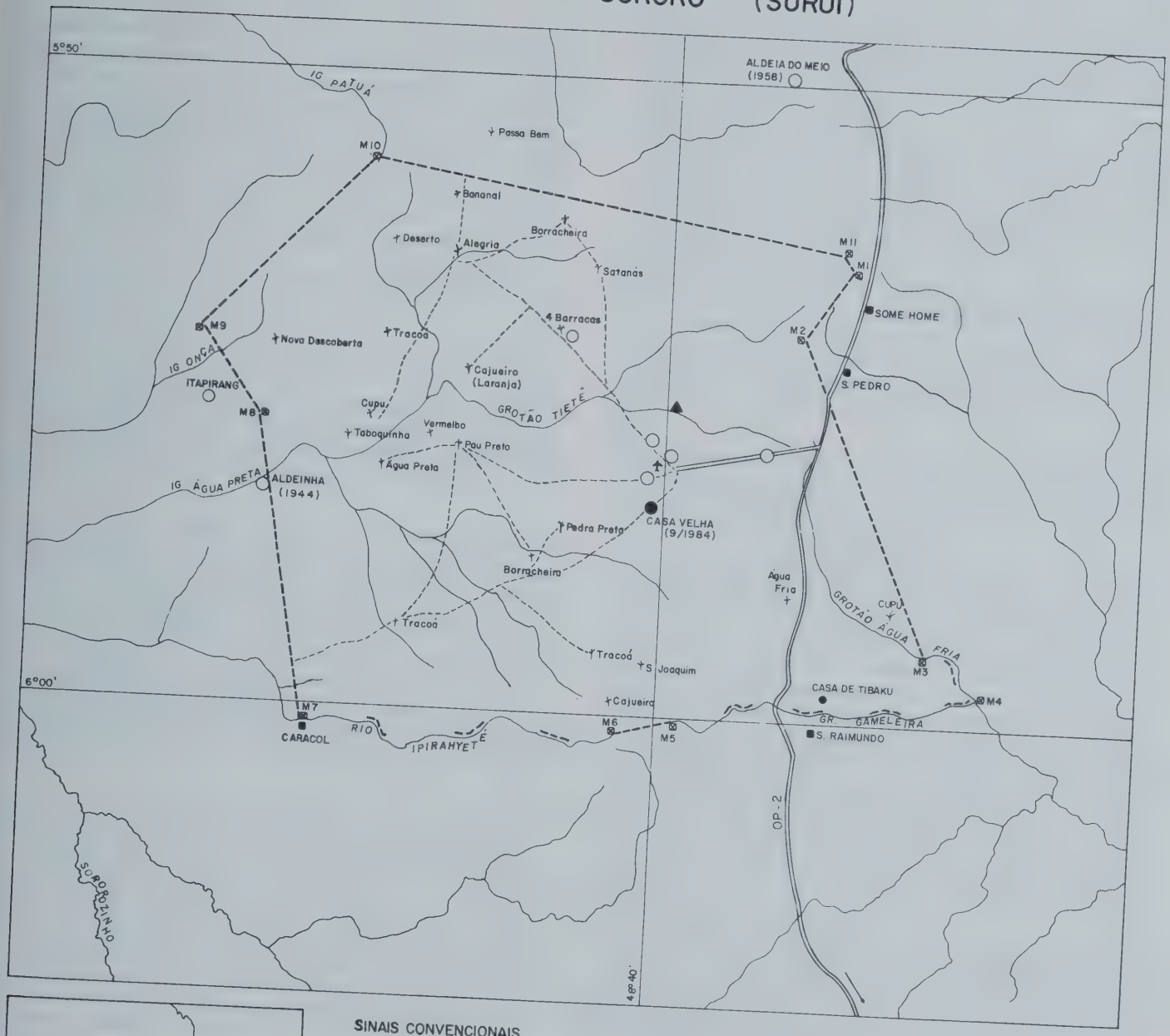
Art. 2º — A área indígena de que trata este Decreto tem a seguinte delimitação: NORTE — Partindo do Marco MC-10 de coordenadas geográficas 05° 51' 26'' e 48° 44' 40'' Wgr.; situado próximo à margem direita do Igarapé do Patoá, segue por um azimute verdadeiro 99° 16' 12'' na distância de 13.514, 77m, até o MC-11 de coordenadas geográficas 05° 52' 34'' S e 48° 37' 25'' Wgr., situado à margem esquerda do Grotão Tauarizinho; daí, segue no sentido montante na distância de 644,46 m, até o MC-01 de coordenadas geográficas 05° 52' 49'' S e 48° 37' 11'' Wgr. LESTE — Do marco MC-01, segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 212° 24' 42'' na distância de 2.341,40m, até o marco MC-02, de coordenadas geográficas 05° 53' 53'' S e 48° 37' 52'' Wgr.; daí, segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 157° 20' 14'' na distância de 9.837,16m, até o marco MC-03 de coordenadas geográficas 05° 58' 48'' S e 48° 35' 46'' Wgr., situado à margem direita do Grotão Água Fria; daí, segue no sentido jusante na distância de 3.203,78m, até o marco MC-04 de coordenadas geográficas 05° 59' 32'' S e 48° 35' 06'' Wgr., situado na confluência do Grotão Água Fria com o Grotão Gameleira. SUL — Do marco MC-04, segue pelo Grotão Gameleira, margem esquerda, no sentido montante, na distância de 11.737,71m, até o marco MC-05 de coordenadas geográficas 06° 00' 16'' S e 48° 39' 53'' Wgr., situado na cabeceira do citado Grotão; daí, segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 266° 10' 00'' na distância de 1.927,07 m, até o marco MC-06 de coordenadas geográficas 06° 00' 21'' S e 48° 40' 56'' Wgr., situado na cabeceira do Grotão Ipirahuete; daí, segue pela margem direita no sentido jusante, na distância de 11.271,94m, até o marco MC-07 de coordenadas geográficas 06° 00' 25'' S e 48° 45' 23'' Wgr. OESTE — Do marco MC-07, segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 349° 34' 19'' na distância de 8.930,30m, até o marco MC-08 de coordenadas geográficas 05° 55' 39'' S e 48° 46' 18'' Wgr.; daí, segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 325° 11' 52'' na distância de 3.203,40m, até o marco MC-09 de coordenadas geográficas 05° 54' 14'' S e 48° 47' 18'' Wgr.; daí, segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 43° 49' 53'' na distância de 7.094,38m, até o marco MC-10, ponto inicial desta descrição perimétrica.

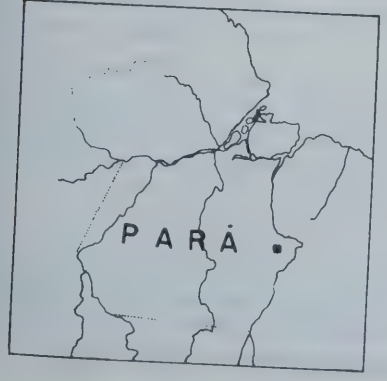
Art. 3º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de agosto de 1983; 162° da Independência e 95° da República.

JOÃO FIGUEIREDO
Mário David Andreazza

ÁREA INDÍGENA SORORÓ (SURUÍ)





SINAIS CONVENCIONAIS

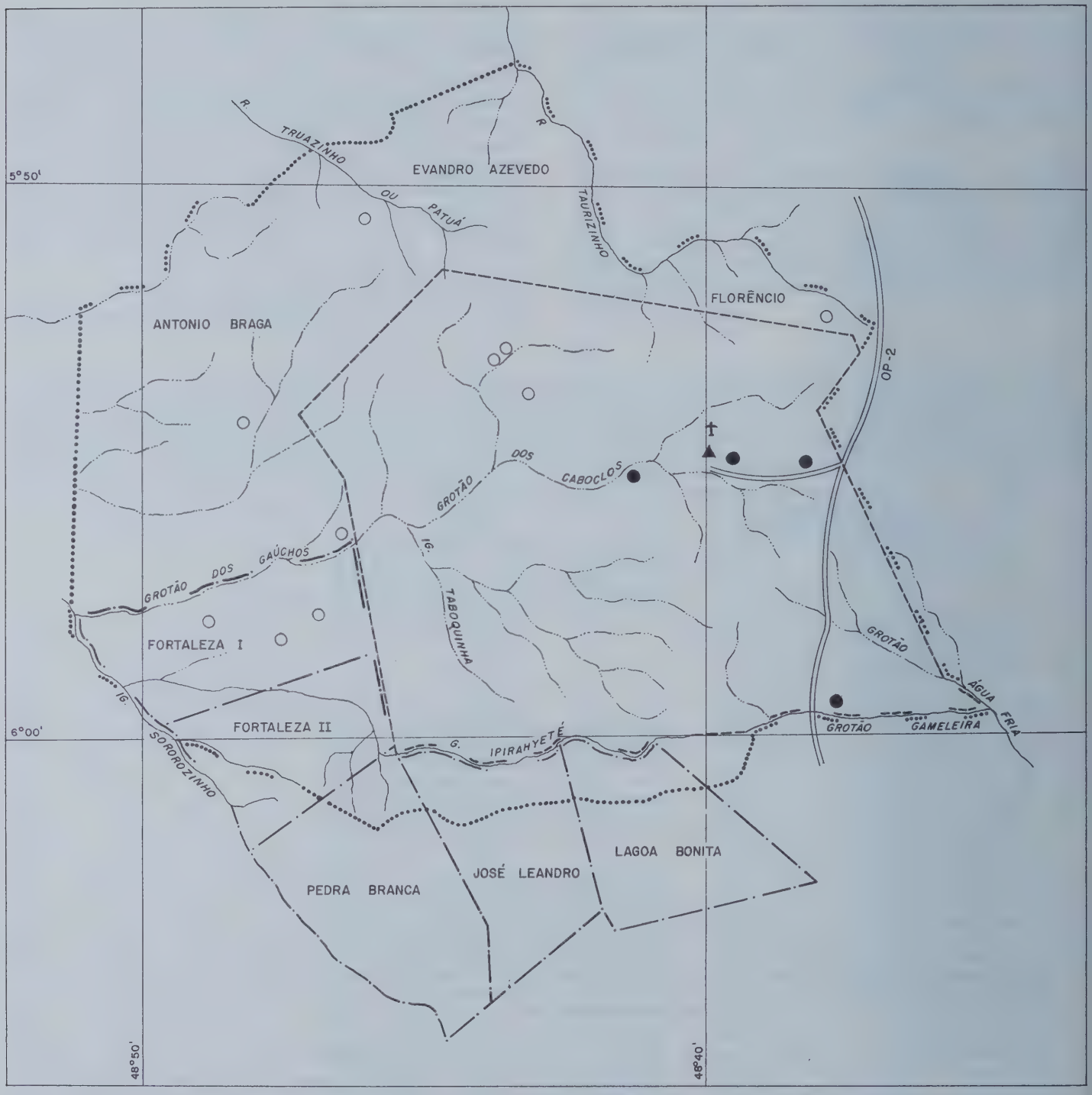
- ALDEIA
- ANTIGA ALDEIA
- NÚCLEO OU POVOAÇÃO
- LIMITE DA ÁREA
- MARCO DE LIMITE
- AUTO ESTRADA
- CAMINHO
- CURSO D'ÁGUA
- CASTANHAL
- POSTO INDÍGENA
- CAMPO DE POUSO

ESCALA GRÁFICA

2 km 0 2 4 6 8

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL - C.E.D.I.- VOL. 8

A.I. SORORÓ - ÁREA DE ACRÉSCIMO E SITUAÇÃO FUNDIÁRIA



SINAIS CONVENCIONAIS

- ALDEIA
- ANTIGA ALDEIA
- POSTO INDÍGENA
- LIMITE DA A.I.
- ÁREA DE ACRÉSCIMO
- ÁREA PRETENDIDA POR ALMIR MORAIS
- CURSO D'ÁGUA INTERMITENTE
- CURSO D'ÁGUA
- RODOVIA NÃO PAVIMENTADA

ESCALA GRÁFICA

2 km 0 2 4 6 8 10 km

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL - CEDI VOL. 8

Com base num levantamento, realizado localmente, nos cadastros do INCRA e pela leitura dos mapas DSG (folhas nº 950 e 951, escala 1:100 mil) foi possível identificar os imóveis confinantes da AI Sororó.

A maior parte desses confinantes, na realidade, são invasores das terras que os Suruí estão tentando recuperar desde 1976, e que foram agora identificadas por um GT/FUNAI que propôs a ampliação da AI para 50.200 ha. Como o mapa da proposta de ampliação da área Suruí, elaborado pelo DPI/FUNAI em maio de 1985, não apresenta o levantamento fundiário completo da área, torna-se difícil verificar quais dos "confrontantes" do limite noroeste são, na verdade, "invasores" do território indígena.

Por esta razão, completamos as informações dos mapas e do cadastro do INCRA com as evidências levantadas pelo GT/FUNAI na vistoria dos limites da área.

No limite *norte* da AI Sororó, tem-se como imóvel confrontante o Castanhal Oito Barracas, de Carlos Vitor Holanda, ocupando uma extensão de 14.400 ha. Confina com a AI no Rio Taurizinho. A *nordeste* da AI localiza-se a Fazenda Belo Horizonte, de Demóstenes Ayres Azevedo, com 3.600 ha, situada num afluente da margem direita do Rio Taurizinho.

Essa parte norte do atual limite da AI constitui uma área tradicionalmente ocupada pelos Suruí e por eles insistentemente reivindicada. Segundo o GT/FUNAI que percorreu a região, "a nascente deste curso d'água... deve orientar a redefinição de todo o limite norte do território". O GT verificou inclusive que "uma reaviventação de picada foi recentemente efetuada naquela porção da área, por um dos filhos do falecido proprietário (C. V. Holanda), não obedecendo a demarcação da área indígena feita em 1977, avançando cerca de 500 metros para seu interior" (Ferraz: 1985c, 13).

A *leste* da AI, tem-se como confinante José Alberto da Silva, proprietário da Fazenda Boa Esperança, que se localiza à margem direita do Igarapé Gameleira. Há inúmeros outros imóveis confrontantes dos quais não se obteve maiores informações. Dentre eles, pode-se citar: Fazenda Pau Preto, Fazenda Some Homem, Fazenda Pavão. Todos situam-se nas cabeceiras do Igarapé Gameleira. Há ainda a Fazenda São João e a Fazenda Santa Rita, cujas sedes situam-se na margem da estrada OP-2, que corta a AI na sua parte sudeste.

Ainda no limite leste, uma grande fazenda, praticamente toda desmatada, confina com a área indígena, próximo à estrada de acesso à aldeia Suruí (Ferraz: 1985, ip). Essas terras são requeridas pelo Sr. Eloísio (requerente do processo FUNAI/BSB/2887.01489/84).

Seguindo-se este limite para o limite *sul* da AI, as informações do INCRA e dos mapas DSG, permitem averiguar que a Fazenda Flora da Serra, pertencente a Josias Moreira Braga, com 2.115 ha, e situada na estrada OP-3, confronta com a área Suruí demarcada em 1977.

Nessa porção sul da AI Sororó, à altura das cabeceiras dos Igarapés Gameleira (*Yitá*, "rio com muitas pedras") e Caracol (*Ipirayeté*, "águas piscosas"), está situado o "ponto inicial das divergências entre a demarcação complementada em 1977 e a área reivindicada pelos Suruí, como de ocupação efetiva, que define o seu território tradicional" (Ferraz: 1985c, 3).

"Mais de dez famílias de posseiros ocuparam recentemente — entre abril e outubro de 1984 — a porção de terras situadas à margem esquerda do Caracol, uma vez que a demarcação efetuada em 1977 definia por este curso d'água o limite sul da área indígena". São lotes de 50 ha, com roças de subsistência (idem, 4-5).

Essa porção sul do território Suruí é palco de intensos conflitos entre posseiros — que vem sofrendo toda sorte de manipulação por parte do GETAT — e donos de castanhais, especialmente Almir Queiroz de Moraes, antigo pretendente de terras situadas a sudoeste da área indígena, o requerente do processo FUNAI/BSB/3229/84 (ver adiante).

Assim à margem esquerda do *Ipirayeté* estão localizados dois grandes castanhais — "Centro Novo" e "Carrasco" — integrantes, originalmente, do território Suruí e por ora ocupados por Almir Moraes (idem).

As informações cadastrais do INCRA, consultadas localmente, e a leitura dos mapas DSG indicam que os imóveis rurais situados nas imediações do *limite oeste* da AI Sororó seriam, em sua totalidade, pertencentes a membros da família Mutran. Aqueles arrolados como pertencentes a Evandro Mutram seriam: os imóveis Boa Vista (com 3.598 ha) e Boa Fé (com 3.600 ha), ambos localizados no Igarapé Sororozinho. Há também aqueles de Helena Chuquia Mutran, como a Fazenda São José e a Fazenda Boa Esperança, igualmente localizados no mencionado igarapé. Cabe ressaltar que a Fazenda Boa Esperança (com 13.048 ha) incide na AI Sororó, demarcada em 1977. Helena Mutran declara, entretanto, que a área é registrada, isto é, é titulada, com documentação legal, escriturada e registrada em cartório.

Registram-se outros imóveis cadastrados em nome de membros da família Mutran que se acham dispersos nesta região próxima à AI. Trata-se de 14 imóveis ocupando uma área total de 75.423 ha.

A *sudoeste*, a AI confronta-se com a Fazenda Pé do Morro, de Maria Estela Tavares Lacerda, com 3.000 ha, assim como com diversos imóveis pertencentes a Almir Queiroz de Moraes. Este possui nesta região cinco castanhais, a saber: o Castanhal Pedra Branca, com 3.685 ha, situado no Igarapé Sororozinho; o Castanhal Fortaleza I, com 7.200 ha, na margem esquerda do Igarapé Grotão dos Caboclos, confinando com a AI, no Igarapé Sororozinho; o castanhal Fortaleza II, com 3.067 ha, situado no mesmo igarapé; o Castanhal Lagoa Bonita, com 3.570 ha, situado na Gleba Sororozinho, confrontante com a AI no Igarapé Caracol; o Castanhal José Leandro, com 3.600 ha, que confina com a AI no mesmo igarapé.

Para regularizar a posse desses castanhais junto ao GETAT, Almir Moraes requereu à FUNAI "declarações relativas aos Castanhais Fortaleza I e Fortaleza II" que considera "limítrofes" da área Indígena; tais "declarações", uma espécie de "Certidão Negativa", deveriam ser assinadas pelo presidente da FUNAI.

Em resposta a este requerimento, o delegado da 2ª DR/FUNAI, Salomão Santos, afirmou que as "referidas propriedades não incidem na área indígena", sem mencionar as alterações de limites reivindicadas pelos Suruí há vários anos (Memo. nº 1205/2ª DR-FUNAI/84, Processo FUNAI 28870/03229/84). De acordo com o mapa da proposta de ampliação da Área Sororó, elaborada pelo GT/FUNAI, todos os imóveis de Almir Moraes incidem nas terras dos Suruí, especialmente o Castanhal Fortaleza I, que incide totalmente na área de acréscimo (ver o mapa).

Segundo informações levantadas pelo GT/FUNAI 85, "desde março de 1981 desenvolve-se um conflito entre o Sr. Almir Moraes (e seus filhos) e mais de 100 posseiros que estão na área denominada Fazenda Fortaleza, à margem direita do Rio Sororozinho. A sede do referido imóvel dista cerca de 600 metros acima da foz do Rio *Ipyrayeté*, de onde os Suruí foram expulsos na década de 40 (...), uma área por eles reivindicada desde os primórdios do processo demarcação daquela área — em 1966, através de frei Frei Gil Gomes Leitão" (Ferraz: 1985c, 5-6).

Ainda segundo a mesma fonte, "em outubro de 1981, o poder judiciário (comarca de Marabá) expediu liminar de despejo contra os ocupantes daquela área, autorizando um fiscal de justiça para proceder à ação". Desde então, o "Sr. Almir Moraes tenta remover os posseiros a qualquer custo, utilizando-se para isto de força policial e pistoleiros de aluguel, além dos expedientes burocráticos através da atuação do GETAT" (idem). Nos últimos anos, inúmeras violências vêm sendo cometidas nas vizinhanças da área indígena. Em fevereiro de 1985, um morador do povoado São Raimundo, contíguo ao limite sul da AI Sororó, foi assassinado, provavelmente por "pistoleiros de Almir Moraes" ou por policiais. O temor que se instalou na região estendeu-se, notadamente, aos Suruí (idem, 7).

No limite *noroeste* da AI Sororó, conforme as informações cadastrais do INCRA e leitura dos mapas BSG, observa-se que, na margem direita do Igarapé dos Caboclos, localiza-se o Castanhal e Fazenda Cajueiro, de Antônio Almeida Braga, com 3.100 ha; enquanto a nordeste da AI localiza-se a Fazenda Belo Horizonte, de Demóstenes Ayres Azevedo, com 3.600 ha, situada num afluente da margem direita do Rio Tauarizinho.

Essa região constitui uma área de ocupação tradicional dos Suruí. "Em direção à foz do Grotão dos Caboclos, há um local denominado *Tapirang* (ou *Itapirang*, "onde as pedras são vermelhas" — ver o mapa): lá tiveram aldeia, e sobretudo, estão os depósitos de argila para a confecção de panelas... Mais adiante, antes do encontro das águas do Grotão com o *Itururu* (Sororozinho) está um antigo e importante aldeamento, o "Coqueiro", como chamam, área esta que deveria ter sido incorporada ao território, tal como indicavam os desenhos e mapas de Warini, encaminhados à FUNAI em 1976" (Ferraz: 1985c, 11). Toda parte noroeste da AI era ocupada pelos Suruí, que ali tiveram numerosas aldeias há cerca de 40 anos. Hoje é referida pelos índios como "capoeira do Braga", nome do chefe político local que se apropriou dessas terras no final da década de 50 (idem, 12).

*

Fora essas invasões e a presença de castanhais e de fazendas circundando toda a AI demarcada o GT/FUNAI observou a existência, dentro desta área, de estradas abertas por madeireiros, durante o "verão". "Apesar dos irrisórios montantes em dinheiro pagos, individualmente, a alguns componentes do grupo (Suruí) — que efetuaram as negociações sob grande pressão dos próprios madeireiros, e não raras vezes, com o beneplácito dos representantes locais da FUNAI — os danos causados à integridade do território Suruí foram incalculáveis. Prova disto é a existência de mais de uma dezena de toras de mogno que foram recentemente cortadas e que se encontram abandonadas a cerca de 15 km da atual aldeia principal" (idem, 13).

Nas proximidades da AI Sororó, estão em fase de implantação projetos de colonização, mineração e pecuária, que se desenvolveram com o Programa Grande Carajás, concebido para a região em meados da década de 70. A concepção de um "corredor" de exportação de minérios e de produtos agrícolas vem se desenvolvendo ao lado da intensificação dos conflitos pela posse da terra, sobretudo a partir de 1980 quando o GETAT substituiu o INCRA na região.

"As conseqüências dos desmatamentos e da ocupação acelerada nas vizinhanças da área indígena começam a ser concretamente observadas pelos próprios Suruí. Muitos integrantes do grupo manifestam sua surpresa e admiração diante da *rapidez* com que vem se dando essa ocupação fundiária na região: *"Não tinha ninguém, rapaz! Até o "verão" que passou, quase não tinha* kamará (*branco*) *por aqui! era só nós mesmo! Agora é que tão chegando"*, enfatizava Warini (idem, 13).

EMPRESAS DE MINERAÇÃO — Conforme a listagem PROSIG/DNPM de 16.02.1985, a firma particular *José Candido Araújo e Cia.* apresentou, em 03.10.84, o relatório de atividades referente à pesquisa mineral numa área de 10.000 ha nas cabeceiras do Igarapé Sororozinho — incidente parcialmente na AI Sororó —. José Candido de Araújo, conhecido na região como Zé Arara, obteve o alvará de pesquisa nesta área em 1981 (nº 3.256, publicado no D.O.U. em 02.10.81) assim como outros três lotes, confrontantes com a área indígena.

FONTES DE INFORMAÇÃO

1. Coleções de artefatos (onde está, número de peças, coletor, data e local):

Museu Nacional, Rio de Janeiro: (5) Laraia de 1961, Igarapé Gameleira
Acervo Plínio Ayrosa/USP, São Paulo: (24) C. A. Ricardo de 1970, P.I. Sororó

2. Documentos administrativos:

Baumann, 1984
CTI-Projeto Suruí, 1980
Diário Oficial da União, 16.10.68 (Dec. nº 63.367)
Diário Oficial da União, 31.08.83 (Dec. nº 88.648)
Ferraz, 1975c, 1981a, 1981b, 1983c, 1984f, 1985b, 1985c
FUNAI, processo BSB/3229/84
FUNAI/DPI, Planta de demarcação da AI Sororó, 27.11.77
FUNAI/Plano Integrado de Des. com. Gavião-Suruí, s.d.
FUNAI/DPI, planta de demarcação da AI Sororó, com área de acréscimo, 22.05.85
FUNAI, processo BSB/28870.01489/84
FUNAI, processo BSB/28870.03229/84

3. Documentos pessoais:

Missionários Dominicanos, 1922
Tiuré, Rel. CTI, 17.02.82
Vieira Fº, 1982

4. Informações preliminares:

Ferraz, 1980b (ficha-padrão)

5. Trabalhos etnológicos:

Carvalho, A. V., 1958, 1959a, 1959b, 1959c
Ferraz, 1975a
Laraia, 1963, 1965, 1967, 1972a, 1972b
Laraia & da Matta, 1967
Queiroz, 1975, 1976, 1980

6. Trabalhos lingüísticos:

Rodrigues, 1984

7. Trabalhos médico-sanitários:

Vieira Fº, 1970a, 1970c, 1972a, 1973, 1975, 1983a, 1984d

As crianças pequenas, entre os Xikrin, bem como entre os demais grupos Kaiapó, recebem especial atenção na sua pintura e ornamentação (foto Vincent Carelli, 1973).

19 Xikrin do Cateté

OBSERVAÇÃO — Como para os demais capítulos sobre grupos Kaiapó, a leitura deste capítulo pressupõe a leitura do capítulo geral "Kaiapó" (tomo I, n.º 6), no qual estão tratados aspectos fundamentais do histórico do contato e do modo de vida.

Nome

A autodenominação específica dos Xikrin do Cateté é *Putkarôt*, nome que atualmente não usam mais. Hoje eles se consideram Xikrin, nome dado a eles pelos brancos.

Os Xikrin se cindiram na década de 30 em dois grupos, um localizado no Rio Cateté e outro no Rio Bacajá.

Às vezes, os Xikrin do Cateté se identificam como os do *Pukatingrö* (areia seca), nome que dão à sua aldeia devido à praia de areia do Rio Cateté onde se banham. Os outros Kaiapó também se referem aos Xikrin como *Djore*, nome de um outro grupo extinto que vivia às margens do Rio Vermelho, afluente do Itacaiúnas. Na literatura mais antiga os Xikrin são referidos como *Uxikring* (Ehrenreich: 1894), *Chicrî* (Coudreau: 1897) e *Purucarus* ou *Purukarôt* (Nimuendajú *in* Baldus: 1970).

Língua

Os Xikrin do Cateté falam a língua Kaiapó, do tronco lingüístico Jê. Na aldeia, entre si, eles usam apenas a própria língua.

Os homens falam também um português fragmentário, sendo que alguns jovens são mais fluentes nesta língua, devido a um maior contato com os regionais a partir de 1976. O conhecimento do português por parte das mulheres e crianças se restringe a umas poucas palavras e frases chaves, o suficiente para se comunicarem com os funcionários da FUNAI. Geralmente, estes funcionários também aprendem algumas frases em Kaiapó para manterem uma comunicação reduzida mas necessária com os índios. Duas mulheres que permaneceram por algum tempo fora da aldeia, uma em Goiânia e outra, de origem Gorotire, em Conceição do Araguaia, falam com maior fluência o português, servindo às vezes de intérpretes.

Localização

Os Xikrin do Cateté têm o seu território localizado no município de Marabá, entre a Serra Carajás (sendo o Rio Aquiri o limite setentrional da reserva) e a Serra da Seringa (sendo atualmente a PA-279 o limite Sul da reserva) e entre o Rio Itacaiúnas a Leste, e o Rio Cateté e seus tributários da margem esquerda a Oeste. É o que restou de uma área de perambulação muito mais extensa que ia do Rio Parauapebas, onde se encontrava a aldeia do *Kokorekre* a Leste, até a Reserva Kaiapó ao Sul.

A área é banhada pelo alto Rio Itacaiúnas e pelo Rio Cateté em toda a sua extensão e se situa em terras firmes de mata tropical, chamada nesta região de mata de cipó. Esta mata é rica em mogno e castanheiras. Nas clareiras, há grande concentração de babaçu e nas regiões pantanosas, ao Sul, há incidência de buriti.

A maior aldeia, bem como o posto da FUNAI, se situam à margem esquerda do Rio Cateté (6°15'20" de latitude Sul e 50°47'25" de longitude Oeste), 30 km acima da confluência deste com o Rio Itacaiúnas, no lugar denominado pelos

índios de *Pukatingrö*, onde o rio faz uma curva ampla, com praia e cachoeira rasa. Esta aldeia contava em 1982 com 19 casas dispostas em círculo e uma casa dos homens.

A poucos metros da aldeia há um campo de pouso de piçarra e capim de 900 metros, construído e mantido pelos índios.

Esta aldeia fica a 210 km da cidade de Marabá em linha reta e a mais de 300 km pelo Rio Itacaiúnas. Além do acesso via aérea, durante o ano todo, a ligação aldeia-Marabá por via fluvial, durante as enchentes de janeiro a abril, consome 3 dias de viagens de motor de popa. A 90 km da aldeia, pelo Rio Itacaiúnas, se encontra o "Caldeirão", acampamento desativado da DOCEGEO, ao Norte da reserva, de onde sai uma estrada para o "Salobo", acampamento de pesquisa de cobre, e para os núcleos urbanos da Serra Carajás, como o N5, um dos mais desenvolvidos até agora. De Carajás a Marabá a estrada é asfaltada.

A partir de 1983, iniciou-se o processo de formação de uma nova aldeia, localizada no médio Rio Seco, a 25/30 km ao Sul da aldeia do Cateté, numa área de transição entre a mata densa e os campos. O lugar, denominado pelos índios de *Kamkrokro*, é rico em castanhais, caça e peixe, no verão. Por água, a aldeia do Rio Seco só é acessível em embarcação pequena, na época de enchente.

A idéia desta nova aldeia havia surgido há pelo menos 6 anos. Em 1984 esta aldeia contava com cerca de 70 moradores, oriundos da aldeia maior, e um subposto da FUNAI.

Da aldeia do Rio Cateté até a aldeia nova do Rio Seco se leva um dia e meio de caminhada e até o Posto de Vigilância, no limite Sul da reserva, três dias.

Ao longo da PA-279, a 8 km de estrada do Posto de Vigilância, os índios, especialmente os jovens, efetuam viagens esporádicas de reconhecimento, visitando os novos povoados de Xinguara (90 km) e Água Azul (18 km). A PA-279 também lhes permite o acesso à cidade de Tucumã.

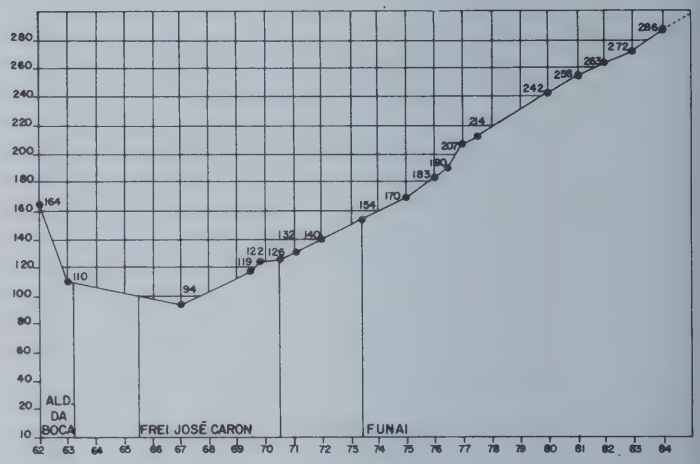
População

A população Xikrin do Cateté, em janeiro de 1985, era de 304 pessoas (Vidal, ip). Alguns meses antes, em julho de 1984, a população total era de 286 (145 mulheres e 141 homens); cerca de 60 vivendo na nova aldeia e o restante na aldeia do Cateté. O acréscimo registrado no período entre as duas contagens se deveu ao retorno para o Cateté de 9 Xikrin que estavam entre os Gorotire e a incorporação de 9 Xikrin do Bacajá (idem).

Não existem dados populacionais sobre a primeira década após a pacificação do grupo, mas se sabe que, como os demais grupos, houve uma grande mortalidade de índios imediatamente após o contato, o que teria motivado inclusive a retirada dos Xikrin do PI Las Casas.

Entre 1962 e 1984, a população Xikrin do Cateté apresentou a variação que aparece no gráfico acima. O período de 1962 a meados de 1963 — indicado na legenda do gráfico como "Aldeia da Boca" — se refere ao tempo em que havia duas aldeias: uma no Cateté e outra na boca deste mesmo rio. Ali, sem qualquer assistência e em contato direto com castanheiros e mariscadores que subiam o Rio Itacaiúnas, os Xikrin perderam quase um terço de sua população, vitimada por doenças.

Gráfico da população Xikrin (1962-1984).



Ainda sem assistência, mas retornando ao seu isolamento no interior do Rio Cateté, o grupo continuou a decrescer, mas numa taxa bem menor.

Com a presença do missionário Frei José Caron, a população Xikrin começou a se recuperar, depois de atingir o nível mais baixo em 1966. Sua recuperação demográfica prossegue nos mesmos índices até os dias de hoje. Mantido esse último ritmo, os Xikrin contarão no ano 2000 com cerca de mil indivíduos.

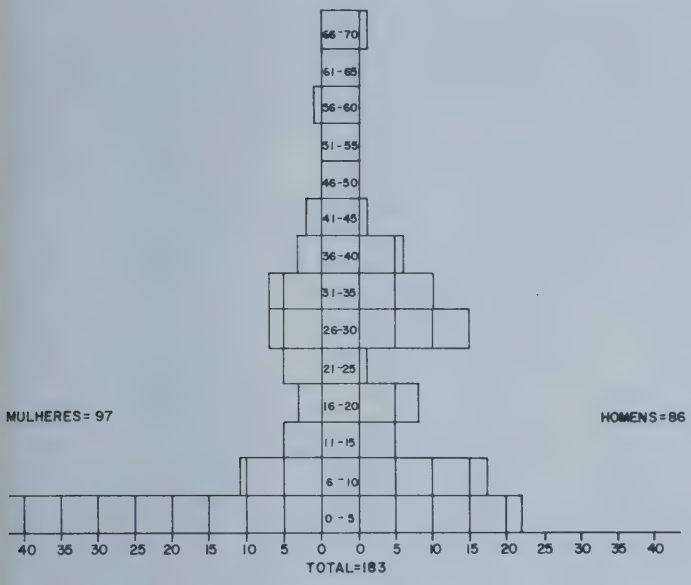
Este crescimento se deve essencialmente ao grande número de nascimentos, ao lado do número reduzido de mortes de adultos e da redução considerável da mortalidade infantil. Uma mulher adulta possui em média 4 a 6 filhos, tendo perdido de 2 a 3 filhos durante a sua vida. Atualmente, devido ao abandono de certos tabus de evitação, a freqüência dos nascimentos é maior, o que sobrecarrega bastante a população adulta, responsável pelo cuidado e pela subsistência cotidiana do grupo.

Nestes últimos anos, porém, o aumento populacional na faixa dos 11 a 15 anos tem trazido um certo equilíbrio, já que os jovens de ambos os sexos, nesta faixa etária, desempenham atividades importantes na comunidade.

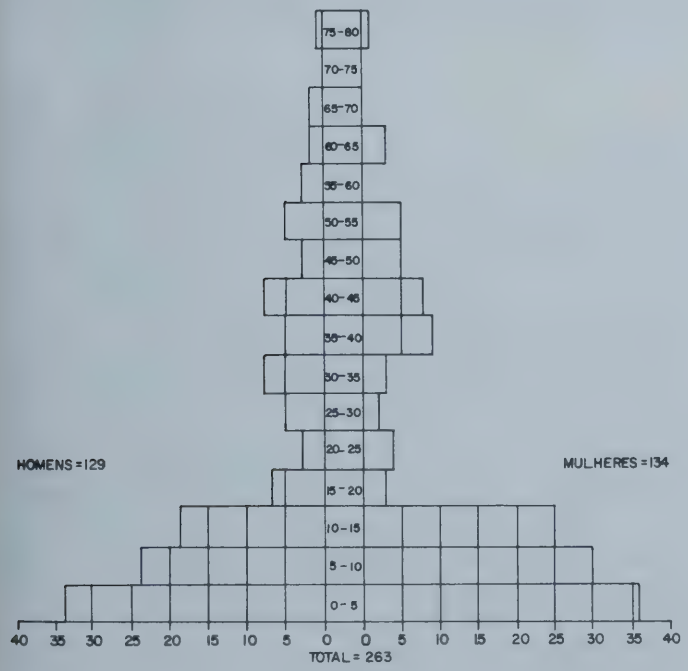
Compare-se os gráficos referentes à situação da população por faixa etária em 1976 e 1982 respectivamente. A história do grupo se reflete bem nas duas pirâmides.

Em 1976 a pirâmide é bastante irregular ainda, com dois estrangulamentos que datam da época da pacificação e da

População Xikrin do Cateté em 1976 (fonte: Vidal).



População Xikrin do Cateté em 1982 (fonte: Vidal).



aldeia da Boca, quando houve grande número de mortes. Nota-se a falta de velhos e de indivíduos de meia-idade; número marcadamente deficiente na faixa etária entre 11 e 25 anos; explosão demográfica de 0 a 5 anos especialmente para o sexo feminino. Em 1982, verifica-se o paulatino re-equilíbrio das faixas etárias e dos sexos entre 0 e 20 anos.

O equilíbrio numérico destes diferentes grupos — definidos pelo sexo e categorias de idade — é imprescindível para o reconhecimento, por parte da comunidade, de sua auto-suficiência em termos de recursos humanos.

Finalmente, devido ao fato dos Xikrin possuírem parentes nas aldeias do Bacajá e Gorotire, e devido a uma maior facilidade para deslocamentos (abertura de estradas, visitas a Belém e Marabá, e pouso de avião da FUNAI a cada 15 dias nestas aldeias), está aparecendo, novamente, uma certa movimentação populacional. Uma família de 5 pessoas se deslocou em 1979 para o Bacajá, lá permanecendo e, em 1982, cinco pessoas de origem Xikrin da aldeia Gorotire e uma da aldeia Kikretum voltaram ao Cateté, após 30 anos de separação. Em novembro de 1984 mais oito Xikrin do Bacajá se mudaram para o Cateté.

Poucos Xikrin vivem fora da aldeia, entre civilizados. Na época dos primeiros contatos com missionários, após a morte de mais de um terço da população, na aldeia da Boca, quatro meninas sem pais foram levadas a Goiânia e deixadas a cargo de uma instituição religiosa, sendo que somente uma voltou à aldeia após seis anos de ausência. Também um menino, de pai Asuriní e mãe Xikrin, foi adotado por um fazendeiro em Marabá, na época em que seu pai, por razões de desentendimento com os líderes indígenas e o próprio missionário, saiu da aldeia com a esposa e, finalmente, se integrou ao grupo Gorotire. Este jovem índio estava em 1978 trabalhando na FUNAI de Brasília.

Do ponto de vista interno, os Xikrin do Cateté se dividem em dois grupos provenientes de duas aldeias diferentes, os do *Kokorekre* (Rio Paraupebas) e os do Bacajá, apesar de serem todos Kaiapó da mesma origem, que em certa época se separaram para mais tarde se unirem novamente. Esta distinção, porém, tende a desaparecer com o tempo, devido aos intercasamentos. Em 1970, quando a aldeia contava com 32 famílias nucleares, 24 casamentos eram entre indivíduos do Bacajá e Kokorekre, 5 entre indivíduos do Kokorekre e 3 entre os do Bacajá.

Finalmente, como testemunha de guerras do passado, vivem na aldeia um prisioneiro Asuriní, um Arara e um Araweté. Apenas um indivíduo é filho de mãe Parakanã (falecida) casada com um Xikrin.

Histórico do contato

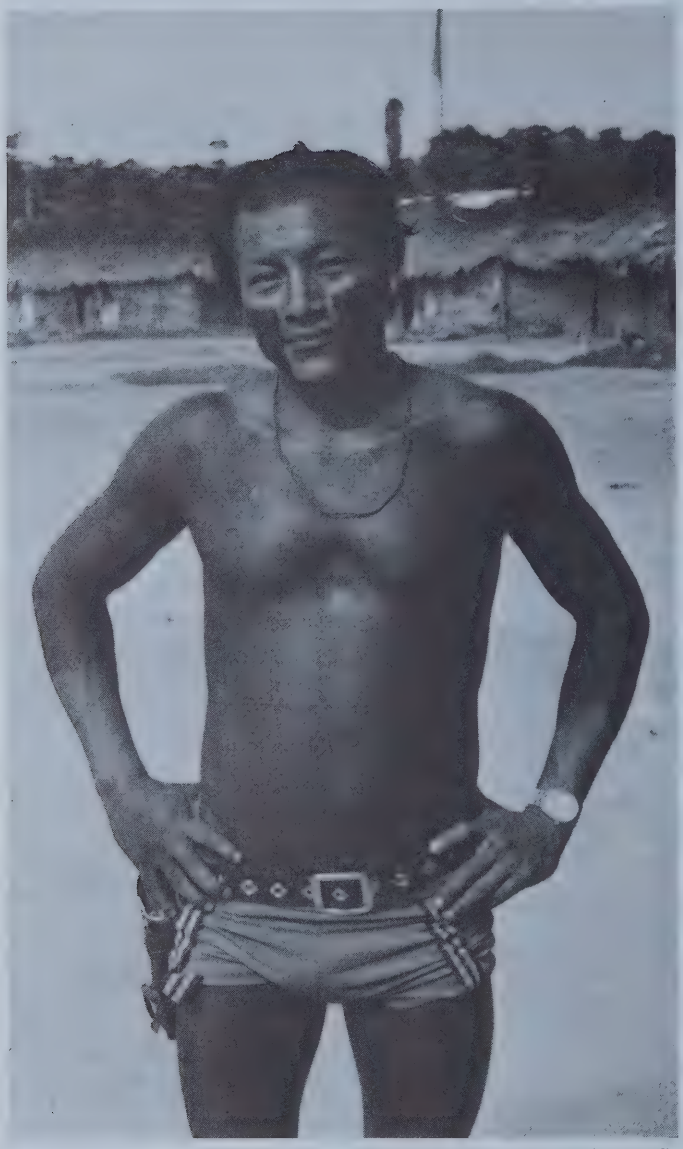
Apesar de mencionados na bibliografia através de informações fornecidas por outros grupos Kaiapó, os Xikrin do Cateté somente foram contatados em agosto de 1952, nos campos de Conceição do Araguaia, primeiro por um grupo de Gorotire que caçava nas proximidades do Posto de Atração Las Casas e, em seguida, recebidos no posto por Miguel Araújo, do SPI. O primeiro contato se deu com um pequeno grupo liderado por Bemoti, que depois de um desentendimento interno vinha ao encontro do posto de cuja existência eles sempre souberam. Em seu encalço veio o

Chegada na aldeia Xikrin à beira do Rio Cateté. Em primeiro plano Buatié, que se tornaria mais tarde um dos chefes do grupo, como seu irmão Bemoti e seu pai Bep-Karoti (foto Protásio Frikel, 1962).

Os Xikrin na "aldeia da Boca" (foto Protásio Frikel, 1962).

O velho chefe Bep-Karoti com um batoque labial de cristal de rocha (foto René Füerst, 1963).

À esquerda, o velho xamã Nhiakrékampim, que liderou o grupo Xikrin do Bacajá que se juntou ao do Cateté (foto Vincent Carelli, 1973). À direita, Bemoti, filho do velho Bep-Karoti e, como ele, chefe do grupo (foto Lux Vidal, 1982).



Bep-Djare, líder da aldeia de Kam-krokro atualmente em formação (foto Lux Vidal, 1982).

grupo maior, liderado por Bep-Karoti, pai de Bemoti, ao qual tinha se juntado, na viagem, um grupo de Xikrin do Bacajá liderado pelo xamã Nhiakrekampim, fugido de sua aldeia sob acusação de feitiçaria.

Todos se encontraram em Las Casas que por pouco não se transformou no palco de uma batalha entre facções. Apaziguados os ânimos, os índios retornaram rumo ao Itacaiúnas. Bemoti, contudo, retornou a Las Casas em fevereiro de 1953, onde desejava permanecer. Bep-Karoti também voltou para recuperar seu filho e seu bando. Os índios queriam ir embora levando mais presentes, mas estes nunca chegaram.

Finalmente, em junho de 1953, já bastante dizimados por doenças, mais ou menos trezentos Xikrin saíram em direção ao Itacaiúnas, acompanhados por Hilmar Kluck e outro funcionário do SPI. A viagem durou quatro meses com uma escalada na antiga aldeia do *Kokorekre*, no Rio Parauapebas. Ao chegarem, eles se aldearam num igarapé do Rio Cateté (aldeia do *Motikre*), a uns 20 km da aldeia atual. Um grupo de vinte índios permaneceu, no entanto, em Las Casas, se juntando depois aos Gorotire. No fim deste ano ainda, Hilmar construiu uma canoa e desceu até Marabá com Bemoti, seguindo de lá para Belém e Las Casas, retornando a Marabá e à aldeia em seguida.

Em 1954, um grupo de Xikrin do Bacajá tentou uma aproximação com a aldeia do Cateté mas se retirou, receoso. Bep-Karoti e Nhiakrekampin saíram para chamá-lo de volta. No encontro, houve um desentendimento, no qual morrem três índios do Bacajá. Apesar de tudo, Bep-Karoti conseguiu convencer o pessoal do Bacajá a se juntar à sua aldeia, mas no meio do caminho uma parte do outro grupo voltou atrás. Hilmar informou que chegaram 60 índios do Bacajá nesta ocasião e se integraram à aldeia do Cateté.

Hilmar Kluck permaneceu pouco mais de um ano entre os Xikrin. O SPI, que não havia autorizado nem mesmo o deslocamento do Hilmar e dos índios para o Cateté e que concentrava os seus esforços para áreas de conflito, abandonou o grupo ao seu isolamento.

Em 1960, Bemoti desceu a Marabá, onde encontrou um Gorotire que havia conhecido em Las Casas. Este o acompanhou até a aldeia e aconselhou os Xikrin a se mudarem do interior para a beira do Rio Cateté, o que foi feito. É nesta aldeia circular de 11 casas que o antropólogo Protásio Frikel os encontra, em 1962. Neste ano Bemoti voltou a Marabá. Quando retornou à aldeia, seu pai havia aberto uma roça novamente no interior, no local chamado *Kamkrokro*, no médio Rio Seco. Bemoti, que ao contrário procurava se aproximar dos brancos, desceu o rio com o seu pessoal — os jovens — e fundou a aldeia conhecida como Aldeia da Boca, um pouco abaixo da confluência do Cateté com o Itacaiúnas.

Nesta aldeia as casas eram alinhadas no topo do barranco do rio e não havia casa dos solteiros. Ali, em contato indiscriminado com regionais, gateiros e castanheiros que subiam o Itacaiúnas, foram duramente castigados pelas doenças — doenças venéreas, gripe, uma epidemia de um mal não identificado, que provocou doze mortes no início de 63, e cinco casos de hemiplegia esquerda (paralisia da extremidade dos membros).

Os habitantes da aldeia velha, ao adoecerem, se juntaram aos da aldeia da Boca. Um grupo de jovens desceu o Itacaiúnas até o Castanhal do Cinzento, para se oferecer como mão-de-obra, e outros foram para uma fazenda no Rio Pium. Bemoti foi a Marabá e trouxe um médico à aldeia. Quando foi deixá-lo de volta em Marabá, desceram três jovens irmãos, que depois foram encaminhados pelo SPI aos Gavião de Mãe Maria. Quando Bemoti retornou, a situação da aldeia era precária. O velho Bep-Karoti voltou

com o seu pessoal para a antiga aldeia e deixou Bemoti com um grupo reduzido na aldeia da Boca.

Neste período os Xikrin foram visitados por Frikel e pelo antropólogo René Füerst, em meio a uma epidemia de gripe. Em abril de 63, o dominicano Frei José Caron visitou os Xikrin pela primeira vez. Todos os visitantes ficaram chocados com a situação da aldeia e aconselharam insistentemente os índios a retornarem à aldeia do interior do Cateté.

Finalmente, no começo de 1966 o Frei Caron voltou à aldeia do Cateté, onde os Xikrin já se encontravam novamente reunidos e ali se estabeleceu. Sem nenhuma intenção de catequese, dedicou seu trabalho para a sobrevivência do grupo: assistência médica, aviamento e comercialização da produção indígena de castanha e principalmente de peles de gatos; e conseguiu atrair os jovens de volta para o grupo.

Ainda em 66, os Xikrin reconstruíram a sua aldeia e, no ano seguinte, abriram um campo de pouso que é usado em casos excepcionais, com táxi aéreo fretado em Marabá. Os Xikrin passaram a combinar seu nomadismo do verão, em direção à *Kamkrokro* no médio Rio Seco, com a caçada de peles de onça e gato maracajá que se tornou, até 1971 quando foi proibida, a maior fonte de lucro do grupo.

Com a recuperação dos Xikrin,em maio de 1970, saiu uma nova expedição, em busca do grupo do Bacajá. Um Xikrin porém chega de Altamira com a notícia de que eles não seriam bem recebidos e todos retornam à aldeia. Alguns meses mais tarde morre o velho chefe Bep-Karoti e Buatié, seu outro filho,passa a ser o segundo chefe, além de Bemoti.

O Frei Caron deixou o Cateté no final de 1970 por motivos de saúde, lá permanecendo um outro dominicano, até 1972. No ano seguinte, no auge da repressão à guerrilha do Araguaia, a FUNAI criou o PI Cateté e passou a dar assistência ao grupo.

Uma aldeia nova, bem maior, é construída a 200 metros da antiga (em 1976) e, a partir de 82, se inicia o processo de formação de uma segunda aldeia, *Kamkrokro*, no Rio Seco, sob a liderança de Bep-Djare. Em 84, a aldeia já se encontrava consolidada e a FUNAI instalou ali um subposto com uma enfermaria.

Modo de vida

De modo geral esta parte já foi apresentada no capítulo geral sobre os Kaiapó. A seguir serão tratados apenas aspectos específicos aos Xikrin do Cateté, especialmente para o período mais recente.

SUBSISTÊNCIA — As atividades de subsistência continuam a se desenvolver segundo os padrões tradicionais, tendo aumentado o cultivo da mandioca brava para a fabricação de grandes quantidades de farinha, atualmente um alimento básico para os Xikrin, em todas as épocas do ano. O sedentarismo acentuou-se nestes últimos anos e os homens, por sua vez, dedicam-se cada vez mais às atividades agrícolas cuja produção se destina exclusivamente ao consumo interno. Em 1985, com os recursos do Projeto de Apoio CVRD/FUNAI, foi construído no Posto a casa da farinha e muitas famílias possuem um forno de metal no local de suas roças.

As expedições de caça, pesca e coleta se realizam em todo o território, especialmente ao longo dos cursos dos rios Cateté, Seco e Tucum. Durante os rituais de inverno e verão, grandes quantidades de caça e pesca são trazidas à aldeia. No verão de 1984 mais de 300 jabotis foram recolhidos para uma festa, após uma expedição de caça de uma semana. Durante o ano um grande número desses quelônios são consumidos. Os bandos de porco do mato, porém, tão numerosos ainda em 1970, desapareceram totalmente da região desde 1982 (Vidal, ip).

Desde 1983, o Projeto de Apoio CVRD/FUNAI tem fornecido recursos para a alimentação; sendo assim, os Xikrin consomem mais café, açúcar, óleo comestível e arroz e, em menor quantidade, outros produtos como sardinhas em lata, chá, macarrão e leite em pó, alimento que também compram, eventualmente, na COBAL da cidade de Carajás. Estes alimentos, por sua vez, são considerados hoje pelos Xikrin como imprescindíveis, inclusive para a realização adequada de qualquer ritual.

A coleta também se efetua em toda a extensão do território, sendo os produtos mais procurados, segundo a estação, a castanha-do-pará (para consumo e comercialização) e diversos côcos, o frutão, açaí, bacaba e taperebá, que devido ao açúcar preparam hoje como sucos. Consomem palmito de várias palmeiras e coletam muito jenipapo para a pintura corporal.

Ao Norte do território, além da caça, obtêm o caniço para a fabricação de flechas. Ao Sul, existe uma área alagadiça com numerosos pés de buriti, cuja palha é usada para a confecção de vários tipos de bolsas. Caçam aves para a obtenção de penas usadas em adornos plumários. Estão conscientes de que a avifauna está ameaçada de extinção, especialmente a arara vermelha, o japu, o gavião real e o jaburu. Os Xikrin não consomem bebidas alcoólicas, bebem apenas água.

CONTATOS INTERGRUPAIS — Desde 1982, ocorreu uma intensificação das relações, através de visitas mútuas e de comunicação quase diária por rádio, entre os Xikrin do Cateté, Xikrin do Bacajá e Gorotire.

Esta movimentação motivou alguns casamentos intergrupais, aumentando o número de novas famílias nucleares. Além disso, abriu um pouco o horizonte social e político dos Xikrin do Cateté, envolvendo-os, novamente, num contexto Kaiapó mais amplo e numa rede de troca de informações mais diversificada.

(*foto Vincent Carelli, 1973*).

(*foto René Füerst, 1963*).

VIDA CERIMONIAL — Mais numerosos e divididos em duas aldeias, os Xikrin intensificaram a sua vida ritual que, nestas ocasiões, reúne toda a população no Cateté. Atualmente, os rituais ocorrem, em julho, após a derrubada das roças e em janeiro antes da safra da castanha.

Os grandes rituais são especialmente os de nominação e iniciação masculina, o "casamento na esteira", as cerimônias funerárias, a introdução de um indivíduo em uma sociedade cerimonial. Às vezes, estes rituais são integrados em uma festa mais genérica, masculina ou feminina, chamada *Mêreremei*. Outras festas são o *Kworo-Kango*, o *Aruanã* (ou festa da palha, aprendida no ano passado com os Carajá), a festa do milho e o Timbó, quando ritualizado.

ARTESANATO — Os Xikrin do Cateté, que sempre foram exímios artesãos, desempenham cada vez mais esta atividade, tanto para uso próprio, dando continuidade à fabricação dos ornamentos tradicionais, como para fora, isto é, para a comercialização, especialmente na cidade de Carajás, o maior centro de consumo de seu artesanato. Os Xikrin aumentaram e diversificaram a sua produção para a venda, introduzindo elementos novos, especialmente de influência Gorotire. Um fato novo é as mulheres se dedicarem à fabricação artesanal de colares de sementes.

COLETA DA CASTANHA — O território dos Xikrin do Cateté é bastante rico em concentrações de castanhais e com os intensos e contínuos desmatamentos que, desde alguns anos, estão ocorrendo no Sul do Pará, transformou-se numa rica reserva, cada vez mais valorizada e cobiçada.

Os Xikrin possuem "colocações" espalhadas por todo o território e retiram uma castanha de boa qualidade e valorizada no mercado regional. Algumas dessas colocações têm uma produção especialmente elevada como a do Jatobal (600 hectolitros), às margens do Itacaiúnas, a Rocinha (800 hl), a Gameleira (300 hl) e outras ao longo dos rios Cateté, Aquiri e Seco. Por uma concessão especial da CVRD, os Xikrin têm explorado também a colocação denominada Maria Roia (400 a 600 hl), na margem direita do Itacaiúnas.

Alguns castanhais são de difícil acesso, às vezes a mais de 20 km de um rio ou igarapé, o que torna o transporte da castanha, feito nas costas, uma tarefa especialmente penosa.

Os Xikrin comercializam a castanha-do-pará desde 1968. Nesse início, o missionário dominicano Frei Caron contratava e acompanhava pessoalmente o transporte do produto para Marabá, onde era vendido a um comprador de São Paulo, a bom preço. O dinheiro obtido era investido em compras de bens para a comunidade como um todo e para pagamentos individuais aos índios.

Desde que a FUNAI assumiu o posto (em 1973) até 1983, a safra da castanha nunca funcionou adequadamente, por falta de previsão e preparo técnico-administrativo dos funcionários, ou pelo desvio indevido de verbas. Na época em que Fred Spatti foi chefe do posto (1975-76), houve um projeto de safra bem planejado, mas que não teve a oportunidade de ser aplicado naquele ano porque não houve produção.

Para melhorar o acesso às colocações distantes dos rios, Spatti e os Xikrin iniciaram um processo de limpeza de estrada, em 1976. Em 1981, novamente limparam 42 km de estrada para o escoamento de uma safra que não houve, por falta de castanha.

Depois de vários anos, a safra 82/83 foi bem-sucedida, alcançando a produção de 350 hl, vendidos em Marabá a onze mil cruzeiros cada. Dos quase 4 milhões recebidos, 60% foram distribuídos entre os índios que participaram da coleta, cerca de 25% foi depositado em caderneta de poupança para financiar a safra seguinte e o restante foi gasto no custeio da própria safra (gasolina e cartuchos, sobretudo).

De 83 para 84, a produção das castanheiras (cujo ciclo é longo, de 18 meses) foi fraca e não houve safra.

Para o escoamento da produção da safra de 82/83 foi experimentada, com sucesso, a alternativa do transporte de barco até Caldeirão (antigo acampamento da DOCEGEO, a 90 km da aldeia na beira do Itacaiúnas) e daí até Marabá pelo caminhão da FUNAI.

Atualmente os Xikrin possuem dois barcos a motor diesel — um de três e o outro de sete toneladas — além de sete canoas, recém-construídas por profissionais da região, com recursos do Projeto de Apoio CVRD/FUNAI.

A coleta de castanha entre os Xikrin do Cateté nunca foi uma atividade sistemática, como acontece, por exemplo, entre os Gavião de Mãe Maria e nunca se desenvolveu em prejuízo de outras atividades, como a caça, a pesca, a agricultura e do ciclo de rituais. Durante várias safras, muitas famílias inteiras acompanharam os homens, passando a viver por algumas semanas nos barracões dos castanhais, dando continuidade à vida familiar e às atividades de subsistência tradicionais da vida nômade.

Já na safra de 1984/85, as mulheres das duas aldeias não acompanharam os homens aos castanhais e se reuniram na aldeia velha (Vidal, ip).

Os homens mais idosos exploram os castanhais mais próximos à aldeia e os jovens, os mais afastados. Estes possuem um rádio que lhes permite, da mata, se comunicar com o Posto, isto é, com os chefes da aldeia, Bemoti e Buatié.— Por outro lado, já que a castanha é escoada por água até o Caldeirão e daí, por estrada até Marabá, os índios pediram que lhes fosse cedido pela CVRD e DOCEGEO um grande barracão naquele local,para armazenar a castanha e também para alojamento dos que estão de passagem para Marabá ou para a cidade N5 de Carajás.

Festa de iniciação, Mekutop (*foto Vincent Carelli, 1973*).

(*foto Lux Vidal, 1982*).

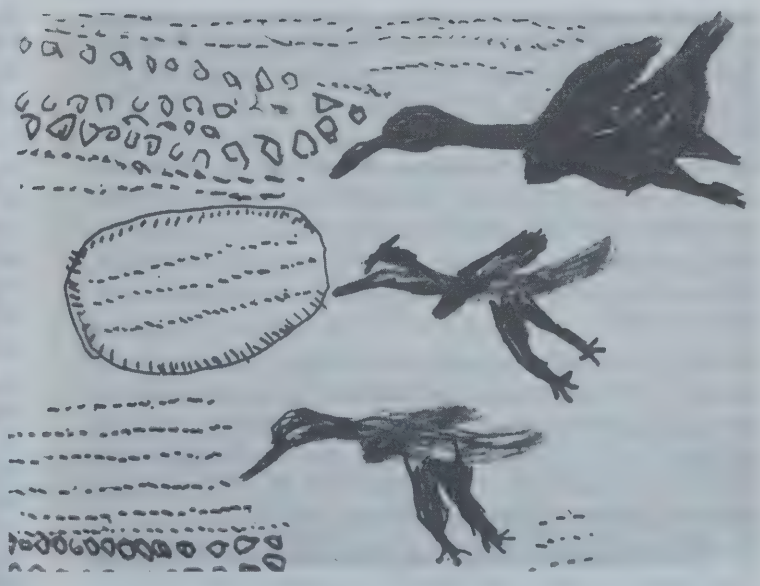
Depois de dias de caçada para a festa, os homens entram na aldeia com uma quantidade de jabotis amarrados em varas (foto Vincent Carelli, 1973).

Bep-Karoti, neto do velho chefe, ao ser iniciado no Mekutop *usa uma máscara de casca de ovo de azulão e o capacete de cera de abelha, próprios deste cerimonial (foto Vincent Carelli, 1973).*

(*foto Claudia Andujar, 1969*).

Pintura corporal de jenipapo (foto Vincent Carelli, 1973).

A pintura da cabeça da criança é feita de uma mistura de resina e carvão (foto Vincent Carelli, 1973).



Os pássaros da aldeia em visita à cidade de Marabá, num desenho executado por Nhiakrekampim.

Tutela e assistência

A partir de 1966 os Xikrin do Cateté passaram a receber a assistência do missionário dominicano francês Frei José Caron. Sem recursos de sua ordem, seu trabalho foi mantido através de doações, especialmente da França. Duas coleções etnográficas foram vendidas, uma ao Museu de Toronto (Canadá) e a outra ao Musée de l'Homme (Paris), com esta finalidade.

Além de proporcionar assistência médica, orientou a abertura de um campo de pouso e adquiriu duas embarcações, de maneira a possibilitar os deslocamentos até Marabá, assim como a comercialização da produção da castanha-do-pará e das peles de gato (cuja caça foi proibida em 1971).

Por razões de saúde, Frei José deixou o Cateté em fins de 1970 e os índios passaram a ser assistidos, intermitentemente, por outro missionário dominicano até 1973, época em que foi implantado pela FUNAI o Posto Indígena Kateté. De 1973 a 1984 houve 6 mudanças de chefia de Posto. De um modo geral, todos os responsáveis pelo Posto, apesar das dificuldades, do isolamento e abandono em certas épocas por parte da FUNAI, sempre se preocuparam com a saúde dos índios e não interferiam indevidamente na vida da comunidade, segundo avaliação da antropóloga Lux Vidal.

Até 1979, o Posto continuou a funcionar no único barracão da Missão. Em 1980, foram construídos, no mesmo local, cinco barracões de barro e cobertos de palha, tudo muito precário. Em 1982 a FUNAI construiu duas casas de alvenaria, a sede do Posto e uma enfermaria provisória.

Até a implantação do Projeto de Apoio para o Projeto Ferro-Carajás, iniciado em meados de 1982, os índios recebiam regularmente, via 2ª DR/FUNAI, doações de medicamentos, cartuchos e anzóis, efetuadas mensalmente pelo *Comitê de Ajuda aos Índios do Sul do Pará*, um grupo de voluntários, coordenado pelo médico João Paulo Botelho Vieira Fº, pela antropóloga Lux Vidal e pelo Pe. Eduardo Lemaitre.

Recebiam da FUNAI querosene, gasolina para o motor de barco e, esporadicamente, ferramentas. Às vezes, com o suprimento do Posto, eram comprados sal, fumo e sabão.

Esporadicamente, recebiam e ainda recebem do INAN, arroz, açúcar e leite em pó e do CNAE, remessas de merenda escolar.

O avião da FUNAI, baseado em Marabá, pousa regularmente no PI Kateté a cada 15 dias, ou em casos de urgência. Atualmente os índios também podem se deslocar, de barco, até o "Caldeirão" antigo acampamento da DOCEGEO, à margem do Itacaiúnas, subir de carro até a cidade de Carajás e seguir de ônibus até Marabá.

O confronto entre os Xikrin e os responsáveis pela Fazenda Grã-Reata, intrusada na parte Sul da reserva, levou a FUNAI a criar um Posto de Vigilância (o PVK), na picada de limite e à margem da estrada que liga a fazenda à PA-279.

Este Posto possui verba própria, um funcionário chefe, um motorista de Toyota, um mateiro e um trabalhador braçal. Aí foi formada uma pequena roça. Mas o trabalho de controle do limite Sul da reserva tem sido ineficaz (Vidal: 1985, ip).

Em 1975 foi criada em Marabá uma Ajudância que atende aos vários Postos da região. No caso dos Xikrin, o atendimento nestes últimos anos tem melhorado, sendo a comunicação mais fácil para a remoção de doentes, realização das compras para os índios que recebem em curto prazo as suas encomendas, com nota fiscal, evitando atrasos e mal-entendidos.

Em 1982 foi iniciado o Projeto de Apoio às Comunidades Indígenas, executado pela FUNAI com recursos liberados pela CVRD, na área de influência do Projeto Ferro-Carajás.

A CVRD contratou a antropóloga Lux Vidal, para acompanhar e avaliar o desempenho deste Projeto entre os Xikrin do Cateté e o médico João Paulo Botelho Vieira Fº para as questões de saúde (ver adiante). No seu primeiro relatório, Lux Vidal (1982e) alertava para o fato de que "uma repentina disponibilidade de recursos, inexplicável para os índios, não poderá justificar mudanças indevidas impostas por decisão da FUNAI nem a implantação (arbitrária) de projetos econômicos..." Nesse sentido, ela recomendava a suspensão do "projeto de pastagens" e da "cantina reembolsável".

A avaliação global de funcionamento do Projeto no primeiro ano, para a AI Cateté, mostrou que poucos recursos haviam sido destinados a melhorias diretas para os Xikrin. A maior parte dos recursos foram utilizados para viagens de funcionários da FUNAI, equipamentos e infra-estrutura da Delegacia e da Ajudância de Marabá.

A partir de 1983, a FUNAI não recebeu mais os recursos diretamente, os quais passaram a ser liberados apenas mediante comprovante fiscal, aumentando assim os mecanismos de controle da CVRD sobre o destino das verbas.

Algumas obras de infra-estrutura para o Posto da FUNAI foram realizadas, incluindo um poço artesiano. O conjunto de empreendimentos financiados pelo Projeto de Apoio, permitiu à FUNAI contratar um grande número de funcionários (temporários e permanentes), nem sempre com critério de seleção adequados. Em 1983, havia vinte funcionários da aldeia do Cateté, entre eles onze oleiros acometidos de malária e que contaminaram os Xikrin.

A partir de 1984, as questões de infra-estrutura vão se resolvendo e as recomendações na área de saúde começam a ser executadas. A questão da terra, entregue à justiça, como se verá adiante, permanece sem qualquer solução enquanto avança a devastação no limite Sul e Leste da reserva.

EDUCAÇÃO — Uma primeira tentativa de alfabetizar os Xikrin em português foi feita pela professora da FUNAI, Fátima, entre 1975/76, ocasião em que alguns jovens aprenderam a assinar o nome.

Em 1983, duas professoras são contratadas com recursos do Projeto de Apoio CVRD/FUNAI e passam a ensinar em português, com material didático do governo do Estado do Pará, a uma população de 80 crianças.

Apesar do "Projeto Educação" ter prioridade no conjunto do Projeto de Apoio, com recursos especialmente alocados, a FUNAI não mostrou interesse em melhorar o nível das professoras, nem em lhes proporcionar uma formação indigenista adequada (Vidal: 1985, ip).

SAÚDE — Em 1963, época da aldeia da Boca, várias epidemias, principalmente de malária, vitimaram a população Xikrin. Dessas epidemias 3 homens ficaram com hermiparesia (atrofia da mão ou perna).

Com a chegada do missionário Frei José, a assistência médica repercutiu, em curto prazo, na recuperação demográfica do grupo. A partir de 1968 o Dr. João Paulo Botelho começou a enviar voluntária e regularmente de São Paulo remessas de medicamentos para a aldeia e a fazer visitas anuais, para avaliação da situação geral do grupo, encaminhando os casos mais graves. Organizou uma farmácia local e passou a orientar os atendentes de campo.

Segundo suas pesquisas, em 1970, foi registrada a presença com prevalência média de anticorpos para o vírus do herpes tipo 1, presença com prevalência alta para o herpes tipo 1 e 2, para o vírus Epsten-Barr, responsável pela mononucleose, para o citomegalovírus, para o vírus da hepatite B e para o vírus da varicela. Essas infecções parecem manter uma relação estável com a população Xikrin. Estavam praticamente ausentes os anticorpos para o sarampo, rubéola, caxumba, influenza, parainfluenza 1, poliovírus 1. Alta freqüência de anticorpos foram encontrados para arbovírus, febre amarela e Mayaro. Os anticorpos para a toxoplasmose estavam ausentes nos jovens abaixo de 15 anos e presentes em adultos mais velhos. Presentes com alta prevalência estavam os anticorpos contra o *Treponema pallidum*.

O aumento da prevalência da positividade das reações tuberculínicas no período de 1970-1972 e o fato de altas taxas de positividade serem encontradas em torno dos 10 anos de idade, sugeria que a infecção não havia estabelecido equilíbrio com o hospedeiro Xikrin. Catorze índios já foram removidos para tratamento de tuberculose no Hospital Barros Barreto de Belém. Em 1983 o índio Ikure também iniciou o tratamento de TB.

Também foram identificados anticorpos dos três gêneros de malária. No mesmo ano de 70, 38% dos Xikrin tinham baços palpáveis, o que sugeria alto grau de endemicidade da malária. Em 1976 somente 2% apresentavam aumento de baço. A intensidade da doença diminuiu nos anos seguintes contribuindo para tal: a fixação numa aldeia longe do contato dos regionais, o tratamento de todos os casos, a melhora da saúde e da nutrição do grupo e a dedetização das casas.

A partir de 1973, com a mudança no controle dos serviços de saúde da missão para a FUNAI, o envio de medicamentos aos Xikrin passou a ser feito pelo *Comitê de Ajuda aos Índios do Sul do Pará*.

Em 1982, o Dr. João Paulo Botelho foi contratado pela CVRD para assessorar a aplicação de recursos do já mencionado Projeto de Apoio para a área de saúde junto às populações indígenas da área de influência do Projeto Ferro-Carajás. O quadro por ele traçado da situação Xikrin é o seguinte:

A intensificação do contato dos índios com regionais — visitas ao N-5, PA-279, Tucumã e garimpos, bem como a presença de trabalhadores doentes no PI Kateté em 1983 — reverteram a situação com relação à malária.

Só no período de janeiro a fevereiro de1982 ocorreram 114 casos de malária entre os Xikrin. Destes, 113 foram pelo *Plasmodium vivax* e um pelo *Plasmodium falsiparum*. Duas crianças morreram. Há muita demora no envio da lâmina para análise e no retorno do resultado. O doente fica enfraquecido aguardando o tratamento, agravando-se seu estado de saúde e contaminando outros indivíduos através do anofelino.

A epidemia de julho de 83 atingiu 208 dos 272 índios da aldeia, matando 2 crianças. No ano de 83 foram registradas ao todo 600 ocorrências pelo *falsiparum*, com parasitemia acima de duas cruzes, numa população de 280 índios.

Há um excesso de mortalidade por diarréia, otite média e faringite que poderia ser evitada com melhoria da assistência médica. O caso da diarréia resulta agravado por condições de ordem cultural. Quando as crianças ficam com diarréia, os pais não as submetem a uma pausa alimentar, elas continuam a acompanhar aos adultos nas tarefas cotidianas e as condições de higiene são precárias.

A fixação sedentária do grupo e a interrupção dos períodos de seminomadismo acarretou acúmulo de detritos com a conseqüente infestação de parasitas intestinais. Também resulta favorecida a contaminação da água e a maior infecção pela *Entamoeba hystolítica*.

Os Xikrin estão morando em casas de barro com o risco de abrigarem triatomídeos, transmissores da doença de Chagas. Vários tipos de triatomídeos foram achados na região de Marabá pelo biólogo Noé Van Atzingen.

Grande número de índios apresenta freqüente e intensa dor de dente, cáries extensas e raízes expostas.

Não há enfermeiro(a) diplomado(a), mas sim atendente de enfermagem com conhecimentos limitados para situações graves.

A farmácia está numa construção precária: uma choça de palha com baratas e ratos, com água de latões retirada do rio, nas piores condições de higiene. Diante deste quadro, o Dr. João Paulo, nos seus relatórios de 82 e 83, fez basicamente as seguintes recomendações à CVRD:

— contratação de uma enfermeira diplomada, retomada da borrifação semestral das casas, construção de poços e enfermaria, prosseguimento nas vacinações, tratamento dentário, internamento dos índios no hospital de Carajás e não em Marabá.

Até fins de 83 nenhuma das recomendações havia sido posta em prática, além do deslocamento de trabalhadores doentes para a aldeia ter agravado a infestação de malária. Durante todo o ano uma enfermeira diplomada foi mantida na área com um salário simbólico pago pelo *Comitê de Ajuda*, enquanto a FUNAI não resolvia a sua contratação.

Em julho de 84, o Dr. João Paulo registrou uma sensível melhora: a enfermeira foi contratada, 2 borrifações já haviam sido realizadas por técnicos da CVRD, e havia sido estabelecido um convênio com o Hospital N. Senhora de Nazaré em Carajás; as vacinações foram retomadas e o atendimento dentário iniciado. Os pontos importantes que o Dr. João Paulo ainda requer são a construção dos poços e da enfermaria além da fluoretação dos dentes das crianças. Ele recomenda também a não iluminação elétrica das casas, por atrair os insetos.

De 1969 a 1984, uma série de vacinações foram realizadas entre a população Xikrin principalmente pelos doutores João Paulo Botelho Vieira Filho, da EPM, e Paulo Pinheiro, do Instituto Evandro Chagas de Belém, pela EVS da FUNAI com a colaboração do atendente Aeroldino Costa, que permaneceu 5 anos entre os Xikrin, e do índio Atoro.

Possivelmente o Xikrin do Cateté foi um dos grupos indígenas do país mais bem vacinados e imunizados contra o sarampo, a poliomielite, a difteria, o tétano, a coqueluche e a rubéola.

As vacinações já realizadas estão resumidas no quadro seguinte:

Situação atual das terras

A AI Cateté está localizada nas proximidades do núcleo do Projeto Ferro-Carajás, epicentro do programa de desenvolvimento denominado Grande Carajás . Trata-se de uma área extremamente cobiçada por garimpeiros e empresas de mineração, em virtude das legendárias riquezas que existiriam no seu subsolo.

Como se verá a seguir, a AI Cateté está cercada de grandes projetos de colonização particular e oficial, de projetos agropecuários, de empresas de extração de madeira, que freqüentemente realizam incursões no seu interior, além das grandes áreas de pretensão da CVRD.

CONFRONTANTES E INTRUSOS — A AI Cateté, de acordo com base cartográfica do GETAT, datada de 1981, limita-se no extremo Norte com a Gleba Aquiri junto ao rio do mesmo nome. Tal gleba possui 140.000 ha e encontra-se na área sob a jurisdição da Unidade Executiva de Tucuruí do GETAT.

A Nordeste, confronta-se com uma das glebas que constituem a área de pretensão da CVRD. Trata-se da Gleba Águas Brancas, com 217.000 ha (cf. Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional — GETAT, *Estudos sobre o Projeto Carajás*, Marabá, setembro de 1981, pp. 9, 10), que divisa com a AI ao longo do Rio Itacaiúnas.

No limite Leste a AI confina com a GlebaParaupebas que, como a anterior, localiza-se integralmente no polígono de interesse definido pela CVRD. A Gleba Paraupebas possui 180.000 ha (GETAT: ibid., 10) e é separada da AI pelo Rio Itacaiúnas, nas proximidades de sua confluência com o Rio Pium Grande.

No limite Sudeste, a AI Cateté tem como confrontante a Gleba Pium, com 137.500 ha, segundo dados que constam

	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
1 - SARAMPO	▒	▒		▒	▒				▒				▒	▒		
2 - TRÍPLICE				▒					▒				▒	▒		
3 - PÓLIO						▒	▒		▒				▒	▒		
4 - ANTITE - TÂNICA						▒	▒						▒	▒		
5 - FEBRE TIFÓIDE						▒	▒									
6 - RUBEOLA				▒				▒								
7 - PPD		▒														
8 - BCG ORAL	▒															
9 - BCG INTRA DÉRMICO									▒							▒

Quadro de vacinações Xikrin do Cateté.

na base cartográfica do GETAT anteriormente mencionada. Separadas da AI por um picadão situado 8 km acima da rodovia PA-279, registram-se mais duas glebas denominadas Seringa A e Seringa B. Localizam-se entre o Rio Pium e a Serra da Seringa. A Gleba Seringa A possui 94.192 ha, enquanto que a outra tem sua área estimada em 107.000 ha. Ambas situam-se no município de Marabá. Verifica-se que a Gleba Seringa A, cuja linha demarcatória passa pelo picadão divisor da AI Cateté, foi arrecadada sumariamente pelo GETAT, como terra devoluta para fins de assentamento (cf. Portaria do GETAT nº 55, de 15 de abril de 1982, *D. O. U.*, Brasília, 10 de maio de 1982, Seção I, p. 8284).

A partir de 1982, observa-se que o GETAT procedeu ao assentamento de colonos entre a rodovia PA-279 (Redenção-São Félix) e o limite Sul da AI Cateté. O órgão fundiário mencionado, ao destinar terras indígenas às ações de assentamento, resulta por incentivar apossamentos ilegítimos e intrusamentos. Desmatamentos e abertura de picadas diversas caracterizam a ação de inúmeros imóveis confrontantes que invadem a área indígena. Dentre estes, destaca-se a Fazenda Grã-Reata que intrusa a AI, pretendendo imensos domínios. Constitui-se no maior caso de invasão e seus pretensos proprietários acham-se envolvidos em acirrados conflitos com os índios, como se verá adiante. Trata-se de um imóvel incidente e não cadastrado junto ao INCRA e ao GETAT.

A Oeste e também envolta em graves conflitos concernentes à extração ilegal de madeiras nobres, localiza-se a Serraria Montes Altos.

Neste limite Oeste a AI limita-se ainda com a Gleba Carapanã, em que se encontra o Projeto Tucumã da empresa Andrade Gutierrez. Trata-se de uma área de 400.000 ha abarcada pelo projeto de colonização particular da referida empresa, que pretende implantar 3.000 lotes rurais de tamanho variável.

A Gleba Oeste, com 186.252 ha, conforme a base cartográfica do GETAT (1981), encontra-se disposta a Oeste da AI, extremando com a já citada Gleba Aquiri. A partir da Serra Oeste, estende-se até próximo às margens do Rio Aquiri confrontando com a AI.

HISTÓRICO DA DEFINIÇÃO DE LIMITES E DA DEMARCAÇÃO — A partir da implantação de um Posto da FUNAI na área Xikrin do Cateté, em 1973, começaram a ser elaboradas as primeiras propostas de delimitação oficial do território. Até aquele momento os Xikrin viviam em relativo isolamento; seus vizinhos mais próximos eram os moradores do Castanhal do Cinzento a cerca de 100 km da aldeia, à beira do Rio Itacaiúnas, e a base da Serra Norte(implantada desde meados de 1960 e que se tornaria na década de 80 no núcleo N1do Projeto Ferro-Carajás), a vinte minutos de vôo de monomotor, além de gateiros e castanheiros que em certas épocas do ano subiam os rios para entrar nas matas da região.

Em 1974, já havia uma proposta de delimitação elaborada pela FUNAI: era uma área limitada pelos rios Cateté, Itacaiúnas e Pium Grande; e, ao Sul, por uma única linha seca ligando as cabeceiras dos rios Cateté e Pium Grande.

Concomitantemente e a pedido do então Presidente da FUNAI, a antropóloga Lux Vidal fez um levantamento do território Xikrin com os índios e propôs uma reserva cujo limite Norte seria o Rio Aquiri e que englobaria os rios Cateté (e seus afluentes na margem esquerda) e Pium Grande, até as suas cabeceiras. O fato da mineradora Serras do Sul ter entrado em fins de 74 com um pedido de autorização para um reconhecimento geológico no território dos Xikrin, reforçava a urgência da definição dos limites de sua área. A pesquisa geológica, na sua etapa preliminar com duração de um ano, foi autorizada pela FUNAI e se deu com a assessoria da antropóloga Lux Vidal (ver item "Mineração e garimpo").

Em outubro de 75, Lux Vidal participou de uma reunião com o presidente e o procurador jurídico da FUNAI e os diretores do DGPI e DGPC na qual ficou acertado que a FUNAI endossaria a proposta discutida com os índios e encaminhada por ela.

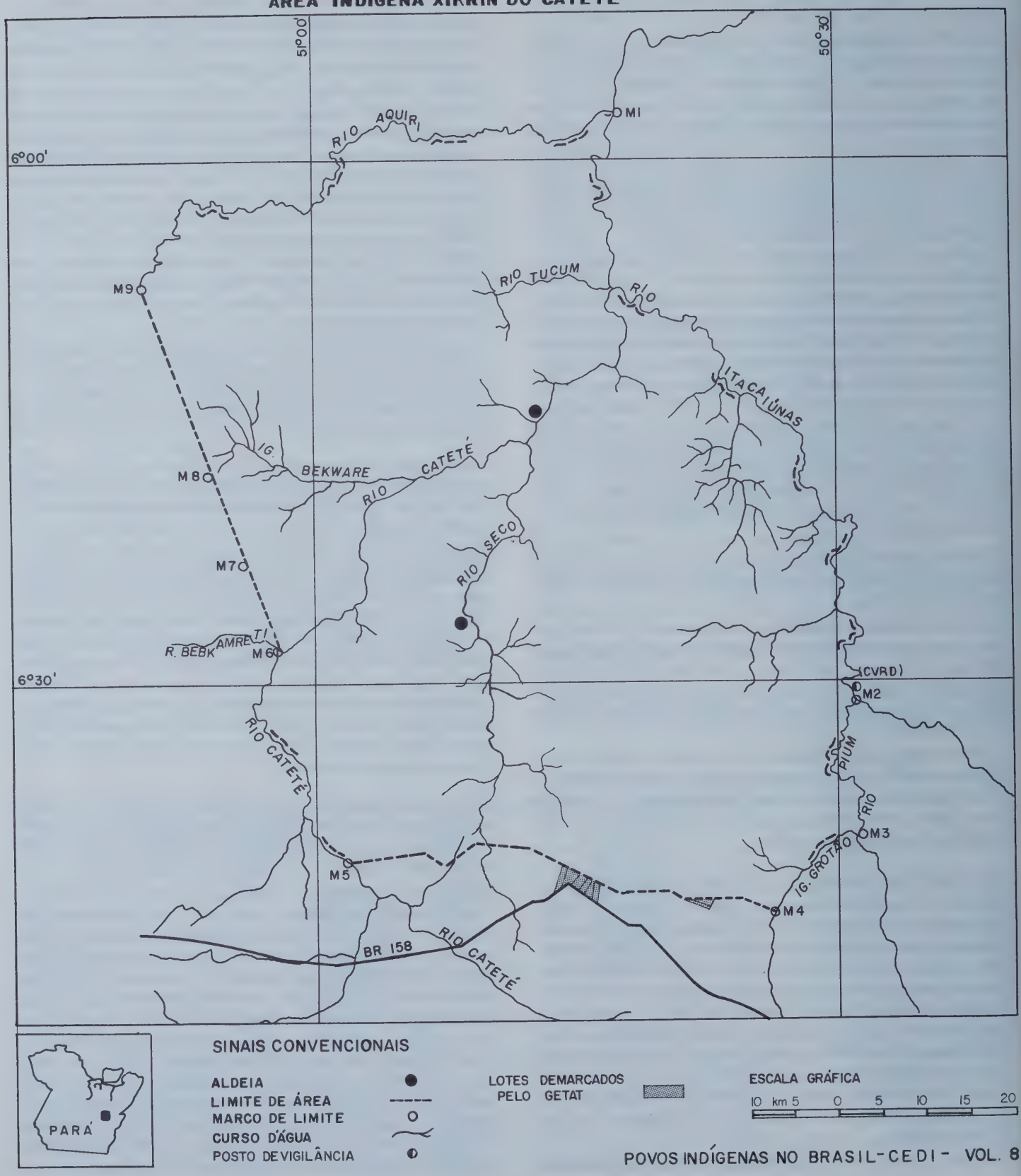
No começo de 76 a mencionada mineradora solicitou nova autorização enquanto a antropóloga insistia que a FUNAI não deveria permitir o prosseguimento dos trabalhos da mineradora enquanto a área não estivesse demarcada.

Em abril do mesmo ano, a chefe da Divisão de Registro Patrimonial do DGPI-FUNAI, Laia Mattar Rodrigues, deu um parecer ao processo em tramitação segundo o qual a área de pesquisa pleiteada pela mineradora não estava "encravada em área indígena". No momento do DGPC dar seu parecer, o processo foi encaminhado à antropóloga Lux Vidal, que descobriu, então, que os limites da área haviam sido totalmente alterados, ou melhor, reduzidos, e denunciou o que ela entendeu como uma trama do DGPI e da 2ª DR de Belém. O Presidente da FUNAI, porém, manteve a proposta dos índios.

Em novembro de 76, o Dr. João Paulo Botelho e Lux Vidal endereçaram uma carta ao Presidente da FUNAI reafirmando a urgência da demarcação, já que a estrada PA-279 estava sendo aberta, em direção ao território Xikrin.

No início de dezembro, o presidente da FUNAI, Gal. Ismarth Araújo de Oliveira, respondeu, em entrevista pessoal a L. Vidal, que seriam basicamente respeitados os limites propostos pelos Xikrin, mas que o Ministro do Interior havia imposto uma condição inegociável: a estrada como limite Sul. Com isso, os Xikrin perderiam as cabeceiras dos rios Cateté e Pium Grande. A FUNAI sugeria também que se aguardasse a conclusão da construção da PA-279 para a realização da demarcação. Mais uma vez o Dr. João Paulo e Lux Vidal responderam à FUNAI (fevereiro de 1977), pedindo que a demarcação se antecipasse à estrada e que a PA-279 só poderia se constituir no limite Sul da reserva caso passasse a mais de 50 km da aldeia, para não comprometer as cabeceiras do Rio Seco.

ÁREA INDIGENA XIKRIN DO CATETÉ



POVOS INDÍGENAS NO BRASIL - CEDI - VOL. 8

documento

MEMORIAL DESCRITIVO
DE DEMARCAÇÃO

Denominação: Área Indígena Cateté

Aldeias integrantes: Cateté

Grupos indígenas: Xicrin (Kaiapó)

Localização: *Município*: Marabá; *Estado*: Pará; *Unidade regional da FUNAI*: 2ª Delegacia Regional

Coordenadas dos extremos:

Extremos	Latitude	Longitude
Norte	05°57'14" S	50°43'20"Wgr
Leste	06°38'45" S	50°28'37"Wgr
Sul	06°43'19" S	50°33'31"Wgr
Oeste	06°07'33" S	51°10'14"Wgr

Base cartográfica

Nomenclatura	Escala	Órgão	Ano
As coordenadas geográficas relacionadas estão ajustadas aos marcos MC 01 e MC 06 = SAT. 12767 e SAT. 12657.	—	—	1981

Dimensões: *Área*: 439.150,5452 ha.; *perímetro*: 372,584 km.

Área: Quatrocentos e trinta e nove mil, cento e cinqüenta hectares, cinqüenta e quatro ares e cinqüenta e dois centiares.

Norte: Partindo do MC 09, de coordenadas geográficas 06°07'33"S e 51°10'14"Wgr., situado a margem direita do Rio Aquiri, segue por este, no sentido jusante, margem direita na distância de 89.687,02m, até o MC 01, de coordenadas geográficas 05°57'14"S e 50° 43'20"Wgr., situado na confluência do Rio Aquiri com o Rio Itacaiúnas.

Leste: Do MC 01, segue no sentido montante, margem esquerda, na distância de 114.210,49m, até o MC 02, de coordenadas geográficas 06°31'20"S e 50°29'00"Wgr., situado na confluência do Rio Pium com Itacaiúnas; daí, segue pelo Rio Pium, no sentido montante, margem esquerda, na distância de 26.381,17m, até o MC 03, de coordenadas geográficas 06°38'45"S e 50°28'37"Wgr., situado na confluência do Igarapé Grotão com o Rio Pium; daí, segue pelo Igarapé Grotão no sentido montante, margem esquerda na distância de 16.671,76m, até o MC 04, de coordenadas geográficas 06°43'19"S e 50° 33'31"Wgr., situado no início da linha seca.

Sul: Do MC 04, segue por uma linha seca de azimute verdadeiro de 285°54'18" na distância de 3.739,50m, até o MM 46 de coordenadas geográficas 06°42'46"S e 50°35'28" Wgr.; daí, segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 268°21'13" na distância de 6.003,27m, até o MM 40 de coordenadas geográficas 06°42'52"S e 50°38'42"Wgr.; daí, segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 294°23'24" na distância de 2.102,85 m, até o MM 38 de coordenadas geográficas 06°42'24"S e 50°39'44"Wgr.; daí, segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 265° 17'59" na distância de 4.692,81m, até o MM 33 de coordenadas geográficas 06°42'36"S e 50°42'15"Wgr.; daí, segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 296°35'48" na distância de 11.522,66m, até o MM 21 de coordenadas geográficas 06°39'49"S e 50° 47'48"Wgr.; daí, segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 273°51'20" na distância de 5.590,85m, até MM 15 de coordenadas geográficas 06°39'37"S e 50°50'49"Wgr.; daí, segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 239°06'20" na distância de 3.952,02 m, até o MM 11 de coordenadas geográficas 06°40'43"S e 50°52'39"Wgr.; daí, segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 297° 50'58" na distância de 2.386,40m, até o MM 08 de coordenadas geográficas 06°40'07"S e 50°52'39"Wgr.; daí, segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 259°29'42" na distância de 5.683,03m, até o MM 03 de coordenadas geográficas 06°40'06"S e 50°56'47" Wgr.; daí, segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 272°40'17" na distância de 2.634,97m, até o MC 05 de coordenadas geográficas 06°40'37"S e 50°58'12"Wgr., situado à margem direita do Rio Cateté.

Oeste: Do MC 05, segue pelo Rio Cateté, no sentido jusante, margem direita na distância de 36.559,82m, até o MC 06, de coordenadas geográficas 06°28'15"S e 51°02'08"Wgr., situado na confluência do Rio Bebkanreti com o Rio Cateté; daí, segue por uma linha seca de azimute verdadeiro 339°13'51" na distância de 40.765,27m, até o MC 09, início desta descrição perimétrica.

Local : Brasília — DF
Data: 17/Dez/81
Técnico responsável: SÉRGIO DE CAMPOS — Engº Agrim. "C" — CREA 40.231-D/SP
Visto: NEY DA FONSECA — Chefe da DDF

A FUNAI firmou contrato com a empresa privada de topografia PLANTEL em 14 de junho de 1977 e a demarcação deveria seguir o memorial descritivo do Edital assinado pelo Gal. Ismarth de Araújo Oliveira e publicado no *Diário Oficial do Estado do Pará* em 16.03.1977.

Em setembro, a demarcação foi interrompida por indefinição do traçado da PA-279. O DERPA indicou então o traçado mais provável na época e, em 21 de janeiro de 1978, a demarcação da Área Indígena Cateté estava concluída com 439.150 ha de superfície.

Com relação à proposta apresentada por Lux Vidal, a demarcação subtraía 13.000 ha no limite Oeste. O posicionamento da linha seca entre marcos 9 e 6 deixava de fora as cabeceiras do Rio Bepkamrekti, área tradicional e efetiva de caça, e parte da Serra do Puma (ou Mutuca), onde a empresa de mineração Serras do Sul (subsidiária da INCO) realizou pesquisas mineralógicas em 1975/77 com a autorização da FUNAI.

Em janeiro de 77, um relatório do chefe do Posto, Fred Spatti, depois de ter realizado um reconhecimento com os índios naquela região, reforçava a necessidade de incluir "as bacias vertentes dos rios Bekware e Bepkamrekti na reserva".

O posicionamento mais a Leste desta linha seca, no entanto, certamente tem a ver com a definição pelo INCRA da Gleba Carapanã posta em licitação em 77 e que faz canto com a reserva na altura do marco 8. Entre a Gleba, adquirida pela Construtora Andrade Gutierrez, e a área Xikrin ficou um "corredor", que se tornou um flanco de invasões por madeireiros.

Outro reparo, no limite Leste, que a profª Vidal faz à demarcação se localiza entre os marcos M4 e M3. Segundo ela, o limite correto seria o cruzamento do Rio Pium com a PA-279 e não como foi realizado. O desvio foi executado, certamente, devido à existência de um povoado, Água Azul, que surgiu "espontaneamente" na época da construção da estrada.

HISTÓRICO DAS INVASÕES — O fato da demarcação da reserva em 77 ter se antecipado à passagem da estrada, cujos trabalhos permaneceram interrompidos, próximo à reserva, por falta de recursos até 1980, se constituiria também num problema: o traçado escolhido foi outro, mais ao Sul, ficando entre a estrada e a picada de 77 uma faixa de terra de cerca de 8 km rapidamente ocupada por serrarias que dali invadem a reserva.

Na verdade as primeiras invasões da área dos Xikrin do Cateté datam de 1976, época em que a área já estava definida. O chefe do PI Kateté registrou em seu relatório de 30.07.1976 o início desta penetração: "os dois mariscadores, que fizeram a denúncia, adentrando-se pelo grotão (afluente do Rio Pium a uns 5 km acima da confluência deste rio com o Itacaiúnas) uns 15 km chegaram no seu fim, caindo aí num acampamento de uns 25 homens, trabalhadores a serviço de um rico holandês e estavam ocupados na derrubada para construir uma pista de aviação. Deste lugar existiria conexão por caminho para a ponta da Rodovia estadual PA-279 que está sendo construída na região. Da mesma pista já sairia um caminho cortado pelos trabalhadores em direção ao Rio Seco, com a intenção manifestada em atravessar este último em direção à Serra do Puma".

Um ano mais tarde (setembro de 77), outro relatório do Chefe do PI noticiava que os índios, informados da presença de invasores, saíram para um reconhecimento naquela área. Quarenta pessoas foram retiradas da área pelos índios sem violência (Spatti: 25.09.77).

Em julho de 79, o Dr. João Paulo e Lux Vidal levaram ao conhecimento da imprensa a invasão da AI Cateté por parte da Fazenda Tóquio (ou Japonesa) e da Fazenda Grã-Reata, do Grupo Pau D'Arco. Estes empresários exibiam um falso mapa da FUNAI, no qual o limite Sul da reserva era uma linha reta, ligando os rios Itacaiúnas e o Bepkamrekti, reduzindo a área pela metade. Eles divulgaram ainda a falsa alegação de que o limite Sul ainda não havia sido demarcado fisicamente, tarefa à qual se dispunham a fazer de acordo com o falso mapa.

Neste mês de julho, a FUNAI abriu um inquérito cujos resultados constam de 3 relatórios, um do delegado da PF, Dr. Jorge Luiz de Oliveira, um do advogado da 2ª DR, Nonato de Holanda e um do chefe do PI Kateté.

O delegado da PF foi inequívoco em caracterizar a invasão da Grã-Reata. Além de constatar que a picada e os marcos do limite Sul da reserva existem ele afirma que os desmatamentos foram realizados "sem nenhum controle de qualquer autoridade constituída, em terras devolutas, pois na realidade aqueles que se intitularam fazendeiros não passam simplesmente de portadores do protocolo do INCRA, isto porque requerem a terra e não aguardam a definição de suas pretensões". Com relação ao falso mapa, ele afirma se tratar de "um ardil por parte dos fazendeiros no sentido de conseguir que a FUNAI abrisse mão da área compreendida entre a picada pretendida e a picada do limite sul" (20/7/1979).

O advogado da FUNAI, pelo contrário, procura defender os invasores das maneiras mais escusas. Primeiro, dizendo que a picada do limite Sul estava totalmente encoberta pela mata, segundo tentando isentar os invasores da autoria do mapa fabricado. De acordo com Nonato de Holanda, o surgimento deste mapa teria levado "muita gente de boa fé a adquirir lotes de terras, na suposição de que era área livre". Além disso, estes empresários, entre os quais Laudelino Hanemann, da Indústria Madeireira Pau d'Arco, teriam encaminhado em 76 um memorial destas terras. A verdade é que não consta na FUNAI nenhum pedido de certidão negativa para a referida área.

Para finalizar, o relatório da chefe do PI Kateté afirma que o advogado Nonato de Holanda teria se recusado a notificar os invasores ao retornar da viagem de inspeção, o que teve de ser feito pelo próprio delegado da PF.

Todos estes elementos levaram a antropóloga Lux Vidal a deduzir que houve conivência da 2ª DR e dos funcionários do DGPI, que nesta mesma época adulteraram o mapa da AI Cateté, no caso da mineração, referido anteriormente.

Em agosto, a FUNAI de Brasília enviou à área um Grupo de Trabalho (Port. nº 601/E de 16/8/79), coordenado pelo sertanista Sidney Possuelo, para apurar mais uma vez os fatos. A equipe do GT constatou que parte dos piquetes do limite Sul haviam sido retirados pelos invasores. Do relatório final do GT, consta a proposta da remoção dos invasores e a paralisação da retirada de madeira proveniente da área indígena; a transformação de ambas as margens da PA-279 em área indígena e sugere ainda a união das áreas Gorotire e Cateté.

Nenhuma medida de fato foi tomada pela FUNAI contra os fazendeiros e madeireiros invasores, os quais intensificaram suas atividades. Segundo os índios as cabeceiras do Rio Seco foram recortadas por estradas de invasores. No início de 1980, os Xikrin reagiram e aprisionaram o dono da Fazenda Japonesa, mantendo-o amarrado até a chegada do delegado regional da FUNAI.

No dia 3 de julho, trabalhadores da Madeireira Karson do Pará, de Xinguara, abriram uma clareira dentro da AI Cateté onde um avião jogou mantimentos, depois de terem feito uma extensa picada, desde a PA-279 até o Rio Seco, nas proximidades da aldeia. Os Xikrin assistiram toda a operação e, em seguida, aprisionaram três trabalhadores, confiscaram suas armas e a moto-serra. Um dos peões reagiu e teve seu braço quebrado a bordunada. Todos os prisioneiros foram pintados e tiveram seus cabelos cortados.

Entre os dia 8 e 10 do mesmo mês, o avião da Madeireira Karson pousou três vezes na aldeia do Cateté, trazendo alguns empresários vizinhos e invasores da reserva: Gilberto Telli, proprietário das Fazendas Japonesa e Laranjeira, Manoel Rodrigues (conhecido como "Cardoso"), encarregado das Fazendas Boa União e Grã-Reata (do Grupo Pau d'Arco) e o advogado Juarez Tavares, proprietário da Fazenda Macedônia, próxima dos Gorotire, na Reserva Kaiapó.

A comitiva trouxe "brindes" e propostas aos Xikrin, conforme relatório que o Dr. Vieira Fº enviou à FUNAI em 14.08.80. Alegando que o ex-delegado da 2ª DR/FUNAI, Carlos Amaury,e o já mencionado advogado Nonato de Holanda haviam se omitido, o fazendeiro Telli estava disposto a soltar seu gado numa invernada dentro da AI Cateté. Além do mais, veicularam a notícia de que os Xikrin perderiam uma parte ao Sul do território, rica em madeira,a qual estariam interessados em preservar para um futuro apossamento. Nesse sentido, Telli e Cardoso propuseram que uns 20 Xikrin se deslocassem para a região, a fim de resguardá-la de novos invasores.

Os Xikrin não gostaram e confiscaram dos visitantes tudo que traziam, inclusive roupas e armas. Somente Cardoso pôde conservar suas roupas em troca de levar alguns Xikrin para sobrevoar a reserva, com a finalidade de identificar e localizar os ocupantes não-índios. No dia 11, um avião da FUNAI retirou os "visitantes".

A imprensa noticiou em 18 de julho que o delegado da FUNAI, Paulo Cesar Abreu, estivera inspecionando a área, alertando os fazendeiros sobre os mapas equivocados. Mas em junho/81 a imprensa se referia ao acontecido em agosto de 80, quando o sr. Abreu, com o auxílio da Polícia Federal, retirou homens e equipamentos da Fazenda Grã-Reata e apreendeu toras de madeira. Segundo um levantamento do IBDF, 30 mil árvores já tinham sido derrubadas em território indígena, significando uma perda mínima de 60 mil metros cúbicos (O ESP: 13.06.81).

No começo de setembro, os Xikrin invadiram a Fazenda Japonesa (O ESP: 9.09.80). No dia 17, a imprensa veiculou a notícia do uso de desfolhantes químicos pelas Fazendas Japonesa e Grã-Reata. O major Curió confirmou a participação do CSN na "operação despejo" da Grã-Reata, em que foram apreendidos estoques de desfolhantes químicos e admitiu estar investigando a relação entre o uso destes químicos e a cegueira de animais e a inflamação dos gânglios em alguns índios (O ESP: 17.09.80).

Face a esta investida da FUNAI, Laudelino Hanemann, um dos proprietários da Fazenda Grã-Reata, ainda neste mês entrou na Justiça Federal com uma Ação de Atentado e com um Interdito Proibitório contra a FUNAI e a União Federal e obteve uma liminar que garantia sua permanência na área.

A FUNAI então entrou com um *mandado de segurança* contra o ato do juiz federal do Pará, além de uma Ação de Atentado contra o fazendeiro. No início de dezembro o TFR suspendeu a liminar concedida ao fazendeiro, garantindo a posse dos Xikrin.

Em julho de 81, os Xikrin e os funcionários do Posto de Vigilância da FUNAI impediram o ingresso do rebanho de Laudelino Hanemann na área. Este, através da interveniência do Ministro da Agricultura junto ao Ministério do Interior, conseguiu que a FUNAI, presidida por Nobre da Veiga, celebrasse um termo de transação judicial mediante o qual ficavam suspensas todas as judiciais em curso de ambas as partes.

Este termo, com validade de um ano, a partir de agosto de 1980, autorizava a entrada das 500 reses na AI Çateté e o fazendeiro se comprometia a pagar uma indenização simbólica de 40 mil cruzeiros mensais. O chefe da Ajudância da FUNAI de Marabá teve de ir à aldeia, pedir aos Xikrin que não atacassem o rebanho.

Com esta legitimação oficial, os fazendeiros se desdobram em gentilezas com os índios. Telli e Cardoso se ofereceram para construir uma estrada ligando a PA-279 ao Rio Seco e um campo de pouso junto ao PVK; ofereceram também um carro, além de se proporem a comprar a madeira apreendida na reserva e construir casas novas para os índios.

"Os índios Xikrin estão impressionadíssimos com o armazém da Serraria Laranjeira" (Vieira Filho: 1981, 6).

A madeira apreendida pela FUNAI na Grã-Reata foi entregue à Serraria de Gilberto Telli, mas não se sabe quanto nem que fim teve o dinheiro.

Em fins de 81 a própria FUNAI intermediou uma tentativa de suborno das lideranças Xikrin pelos fazendeiros. Os dois chefes, Bemoti e Buatié são levados à sede da FUNAI em Belém e o delegado lhes transmitiu a proposta dos fazendeiros: ceder as terras ocupadas pelas fazendas em troca de 32 itens (5 voadeiras, redes, roupas, moto-serra, etc...).

Diante do clima criado, a FUNAI de Brasília enviou o antropólogo Miguel Foti ao Cateté, para constatar que os índios aceitavam os presentes mas não abririam mão de área nenhuma. Ele informou ainda a existência de cerca de 3.000 cabeças de gado na área de invasão da Grã-Reata, que havia ampliado consideravelmente suas derrubadas, já que não constavam da imagem *Landsat* de fevereiro de 81 (Foti: 18/02/82).

Em fins de maio, o presidente da FUNAI,Paulo Leal, anunciou sua decisão de não renovar nenhum acordo com a Grã-Reata e que todos deveriam aguardar a decisão do TFR. O advogado da Grã-Reata comunicou à FUNAI a retirada de 500 cabeças de gado, em ofício datado de 31/05/82. Esta notícia foi desmentida um mês mais tarde por funcionários da CVRD e por Lux Vidal, após ter sobrevoado a área indígena. O funcionário do PVK informou a existência de 3.780 reses dentro da reserva, na ocasião.

No início de julho de 1982 a imprensa noticiava que "nove índios invadiram o acampamento da empresa Campos Altos, situado fora dos limites da área indígena, levando gêneros e causando um prejuízo de 150 mil cruzeiros, que foram cobertos pela própria FUNAI" (*Jornal de Minas*, 01.07.82). Na verdade, o que ocorreu é que alguns caçadores Xikrin visitaram a Serraria Campos Altos, instalada nas cabeceiras do Rio Bepkamrekti, entre o Projeto Tucumã e a reserva, área que os índios sempre consideraram como parte de seu habitat, independentemente do fato da demarcação oficial tê-la deixado de fora. Os funcionários da serraria ficaram apavorados com a chegada dos índios e fugiram.

Através da Portaria nº 371/P de 12/07/1982 a FUNAI criou um grupo de trabalho com a finalidade de "verificar a boa fé da ocupação da área indígena Xikrin do Cateté". Em Marabá este GT pôde analisar um croquis da área, elaborado pelo Núcleo de Cartografia da Coordenadoria do GETAT com imagens de satélite (*Landsat*), verificando que: em julho de 1976 não havia nenhum desmatamento na área indígena; em junho de 1979 foram acusados dois desmatamentos de 2.200 ha; posteriormente, apareceu mais uma área desmatada e em julho de 82 a situação permanecia estacionária. O GT concluiu seu trabalho dizendo que não conseguira colher provas que justificassem a boa fé dos invasores porque a Grã-Reata começara seus desmatamentos depois da definição da reserva, sem estar devidamente documentada — possuindo apenas um protocolo do INCRA — e sem ter consultado a FUNAI.

Desde seu primeiro relatório de avaliação do Projeto de Apoio CVRD/FUNAI, a antropóloga Lux Vidal vem enfatizando como tarefa prioritária a destinação de recursos para a regularização das demarcações das áreas indígenas afetadas pelo Projeto Ferro-Carajás. Especificamente com relação à AI Cateté, Vidal apontava as seguintes medidas: retificação da demarcação de 1977 nos limites Oeste, Sul e Sudeste e retirada da Grã-Reata; reaviventação dos limites demarcatórios e criação de 2 postos de vigilância no limite Leste; e a colocação de placas indicatórias.

No dia 19/01/83 a FUNAI dava entrada, na Justiça Federal em Belém, a uma Ação de Reintegração de Posse contra onze fazendeiros ligados à Grã-Reata (Valdemar e Estrugildo Hanneman, João Carlos Correia, Luiz Paschoal de Oliveira, Antonio Erman Fernandes, Sady Luis Cenci, Antenor Furtado Filho, Antonio Pinheiro Filho, Luiz Paulo Santos Alvarez, Otamiro Cichão Oliveira e João Porfírio Soares).

Em meados de 1984, grande parte da margem esquerda do Rio Cateté estava desmatada por fazendeiros e também pelo GETAT, que pretendia ali reassentar posseiros, conforme registrado no relatório de Vidal à CVRD do mês de julho do mesmo ano.

Enquanto se aguardava o resultado das ações judiciais, as invasões da AI Cateté prosseguiam.

No dia 8 de dezembro, Vieira Fº e Vidal divulgaram nota à imprensa acusando o GETAT de assentar famílias de colonos na faixa de terra ao Sul da área indígena, entre a picada demarcatória feita pela FUNAI e a PA-279, estimulando assim a invasão.

Em janeiro de 1985 continuava sem solução o caso da Grã-Reata. O ex-presidente da FUNAI, Jurandy M. da Fonseca, havia se prontificado a aceitar a assessoria da advogada Eunice Paiva, indicada pela assessoria da CVRD para acompanhar, junto com a FUNAI, o processo que está tramitando na justiça. Esta assessoria foi taxativamente recusada pela presidência Nelson Marabuto, através de um funcionário da FUNAI, o Sr. Porfírio Carvalho, durante uma reunião em Brasília, no dia 26 de outubro de 1984. Os índios, naquela época, colocaram com clareza que não querem brigas nem mortes, mas que os invasores deverão sair de qualquer forma. Até aquela data, nenhuma providência tinha sido tomada.

Mineração e garimpo

A AI Cateté está encravada no complexo da Província Mineral de Carajás e seu sub solo é, atualmente, extremamente cobiçado pela frente garimpeira do centro-sul do Pará e por empresas de mineração.

Como já foi mencionado anteriormente, já em 1975 a Companhia de Mineração Serras do Sul, subsidiária da empresa

canadense INCO (International Nikel Company), obteve autorização da FUNAI para realizar um reconhecimento geológico na região dos Xikrin, pelo período de um ano. A autorização foi concedida e previa o acompanhamento dos trabalhos pela antropóloga Lux Vidal.

Repetindo a experiência dos Gorotire, pois a mesma empresa esteve na Reserva Kaiapó em 1974, cerca de 20 Xikrin se revesaram durante os trabalhos de pesquisa, como mateiros. Além da remuneração, eles se familiarizaram com as atividades em andamento e puderam explorar os limites aos quais seu território ficaria circunscrito, com a definição e demarcação próximas.

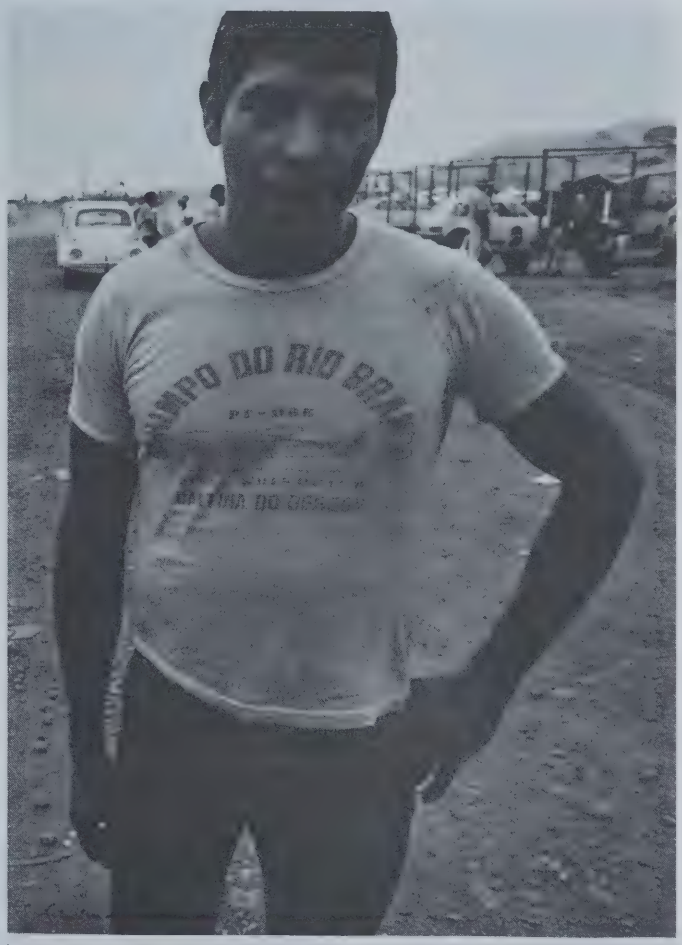
A pesquisa revelou a existência de um depósito de níquel laterítico na Serra do Onça — que faz limite com a AI Cateté — com teor razoável, mas tonelagem insuficiente para formar uma mina.

A pesquisa no interior da AI confirmou a existência de um segundo depósito de níquel na Serra do Puma, conhecida regionalmente como Serra da Mutuca. Em maio de 1976, a mineradora pediu nova autorização para dois anos, para avaliar a viabilidade econômica dos dois depósitos descobertos e que lhe foi concedida pela FUNAI em dezembro. Em fins de 1977 as pesquisas foram concluídas e as reservas de níquel avaliadas em 30 milhões de toneladas, com um teor de 2%.

De lá para cá, não se deram novas iniciativas de pesquisa, nem de exploração do níquel, e as opções nesse sentido, para a região, se deram sobretudo na direção do minério de ferro, manganês, bauxita e cobre. Além disso, foram descobertas jazidas de níquel mais importantes, a Oeste da Serra dos Carajás. Pode-se supor, de qualquer modo, que no futuro se tentará a exploração econômica do níquel, envolvendo um conjunto de jazidas, algumas delas dentro da AI Cateté. Nesse caso, os passos já previstos pela própria INCO seriam: a coleta de amostras com a implantação de maquinário pesado para aprofundar a pesquisa; em seguida, a implantação de um sistema industrial para a exploração da mina, com a contratação de dois a três mil homens, por um período de dois a três anos; e, finalmente, o funcionamento normal da mina, com a mobilização permanente de 800 a mil trabalhadores, assentados numa cidade de 4 a 5 mil habitantes.

A partir de 1981, a CVRD requereu 51 lotes para pesquisa mineral, num total de 450.000 ha, incidentes na AI Cateté. Praticamente toda a superfície da AI está requerida, em nome de 18 subsidiárias da CVRD, enumeradas no quadro abaixo. Metade dos lotes requeridos incidem totalmente na AI e os demais, parcialmente.

Conforme a listagem PROSIG/DNPM de 16.02.85, a maior parte dos requerimentos encontra-se em tramitação, na fase de "complementação protocolar". Existem, no entanto, 7 alvarás de pesquisa, publicados no *D. O. U.* entre 1983 e 1984, para lotes situados nas bacias dos rios Carapanã e Cateté, no limite Oeste da AI. Em apenas um desses casos a empresa (Mineração Caetetu Ltda.) comunicou o início da pesquisa mineral.



Jovem Xikrin do Cateté de passagem por Tucumã, enquanto trabalhava no garimpo do capitão Pombo (foto Vincent Carelli, 1983).

Além dos requerimentos solicitados pela CVRD, o empresário José Ferreira da Silva obteve, em 1984, dois alvarás de renovação de pesquisa mineral (nº 3.855 e 3.856 publicados no D. O. U., 25.04.84) para dois lotes de 1.000 ha cada, situados nas cabeceiras do Rio Cateté que incidem parcialmente na AI Cateté.

A AI Cateté também passou a ser alvo da cobiça de garimpeiros, que a partir dos anos 80 formaram uma massiva frente de expansão no centro-sul do Pará. Corre a lenda na região, que "dentro da terra dos índios Xikrin, ao norte da aldeia, existe uma árvore dourada. Os pilotos que passam por ali, dizem que a árvore deita suas raízes em puro ouro e por isso tem aquela cor. Muita gente já repete essa história, sem brincadeira" (*Informe Amazônico*: agosto, 1980).

Segundo informações dos Xikrin, confirmadas em Serra Norte e no acampamento da DOCEGEO do Rio Salobo, haveria, nos últimos anos, uma penetração intermitente de garimpeiros na AI Cateté, pesquisando a existência de ouro, pelos igarapés e grotões dos rios Aquiri e Itacaiúnas.

EMPRESAS DE MINERAÇÃO COM PRETENSÕES DE PESQUISA NA AI CATETÉ (fevereiro de 1985).

NOME DA EMPRESA (subsidiárias à CVRD)	REQUERIMENTO EM TRAMITAÇÃO NO DNPM	NÚMERO DOS ALVARÁS DE PESQUISA E DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.	INCIDÊNCIA DOS LOTES MINERAIS NA ÁREA INDÍGENA			
			PARCIAL		TOTAL	
			nº lotes	área	nº lotes	área
Rio Doce Geologia e Mineração S/A	81850998	—	(1)	10.000	—	—
Mineração Tocantins Ltda.	81850722	—	(1)	5.700	—	—
Mineração Itapi Ltda.	81850*724* (*25, 26*)	—	(1)	7.710	(2)	18.600
Mineração Jarupari Ltda.	80850938 81850*727* (*28, 30, 31*) 82850*793* (*94*) 83850453*	 nº 6.700 — 15.10.84	(5)	45.872	(3)	28.950
Mineração Tacumã Ltda.	81850*731* (*32, 33, 34*)	—	(2)	15.697	(2)	16.214
Mineração Jaruacu Ltda.	80850334	—	—	—	(1)	9.999
Mineração Itacaiúnas Ltda.	81850*334* (*35, 37*)	—	—	—	(3)	29.895
Mineração Nova Era Ltda.	82850*165* (*67*) 82850835 82850*914** (*15*) 82851040*	 nº 2.891 — 07.07.83 nº 2.785 — 29.06.83	(3)	30.000	(3)	17.275
Mineração Mapuera Ltda.	82851*445* (*46*)	—	(2)	20.000	—	—
Mineração Guanhães Ltda.	81850822	—	(1)	7.500	—	—
Mineração Mamocoré Ltda.	83850*823** (24)	nº 5.066 — 19.07.84	(1)	10.000	(1)	10.000
Mineração Taracuá Ltda.	82850*825** (*26, 27, 28, 29*)	nº 2.418 — 09.06.83	—	—	(5)	50.000
Mineração Araguaia Ltda.	83850343	—	—	—	(1)	4.775
Mineração Jatapu Ltda.	82851*576* (*77, 78*) 83851*628* (*29*)	—	(5)	50.000	—	—
Mineração Andirá Ltda.	81850364 83851*528* (*29*)	—	(1)	2.500	(2)	17.500
Mineração Caetetu Ltda.	81850227*	nº 818 — 09.02.84	(1)	10.000	—	—
Mineração Capoeirana	83850815* 83851029	nº 7.443 — 13.11.84	(2)	10.000	—	—
Mineração Guariba Ltda.	83850*779* (*80*)	—	—	—	(2)	20.000
Total	—	—	(26)	214.979	(25)	223.298

(*) processos correspondentes aos alvarás de pesquisa

Fonte: Listagem PROSIG/DNPM — 16.02.1985.

Jovens Xikrin têm passado tempos nos garimpos do Rio Branco, na Al Kaiapó, aprendendo à garimpar (fotos Vincent Carelli, 1983).

Encontrados pelos Xikrin, têm sido invariavelmente expulsos.

O próprio Pombo, Kaiapó da aldeia Kikretum, auxiliado pelo ex-funcionário da FUNAI chamado Gerson (aliás, casado com uma Xikrin, ex-residente da aldeia Gorotire), fez algumas investidas para "pesquisar ouro" na AI Cateté. "No mês de junho/julho (de 1983) o 'coronel' Pombo desceu várias vezes, de avião, no Cateté, trazendo mercadorias, e exortando os Xikrin a colocarem fora todos os funcionários da FUNAI e deixarem entrar os garimpeiros para procurar ouro em sua reserva! Houve um certo descontentamento por parte dos Xikrin que, atualmente, não aceitarão nenhuma invasão de suas terras" (Vidal: 1983, 18). Quatro jovens, porém, estavam, em julho de 83, no garimpo do Rio Branco, ao Norte da Reserva Kaiapó, aprendendo a garimpar.

Apesar de todas as pesquisas "clandestinas" já realizadas, parece que nenhum veio foi encontrado e não se formou garimpo dentro da reserva. Em 1983 foram abertos dois novos garimpos ao norte da AI, Pista Nova e Rio Preto, e o sr. Breno dos Santos, presidente de DOCEGEO, preocupado com o controle de "garimpos ilegais" na região, acredita que estes novos garimpos possam se estender às cabeceiras do Rio Aquiri e igarapés ligados a ele.

É exatamente nesta área, ao norte da reserva, que a DOCEGEO está propondo a criação de uma Reserva de Castanhais, mantendo a área desocupada enquanto não se explora em grande escala as jazidas de cobre ali localizadas (Vidal: 1984, 2).

Entre o Rio Aquiri e Cinzento, na região do Salobo, existem vários acampamentos da DOCEGEO para pesquisa de cobre. O "3 Alpha", no Salobo, é, por enquanto, um acampamento, cuja atividade é a pesquisa mais detalhada da região e está distante 60 km da aldeia e a 30 km do limite Norte da Reserva. Outro local de pesquisa, chamado Bahia, está a uns 30 km da aldeia, na direção Nordeste e, ainda, um pouco mais a Oeste, o Azul, onde há ocorrência de manganês. Esta área de pesquisa é de aproximadamente 60 km .

Em janeiro de 1985, a antropóloga Lux Vidal vistoriou o limite Oeste da Reserva pelo Itacaiúnas e atestou que não havia invasões. Este limite é protegido pela posse da CVRD que se encontra na margem direita do rio, com Posto de Vigilância na boca do Rio Pium Grande.

As áreas mais ameaçadas e desprotegidas são o alto Aquiri, o Cateté e o Sul da Reserva. Os índios pediram que recursos do Projeto de Apoio da CVRD/FUNAI fossem destinados para a construção de 2 Postos de Vigilância no limite Leste e que dois geólogos da DOCEGEO fossem deslocados para lhes ensinar a garimpar o ouro no interior da AI. Deste modo, os Xikrin ao mesmo tempo controlariam o limite Oeste, desenvolvendo uma atividade lucrativa e simbolicamente importante, impedindo a entrada de garimpeiros brancos que constantemente os submetem a fortes pressões.

Além disso, alguns índios Xikrin que há muito tempo vivem fora da AI Cateté e se casaram com brancos, agora têm interesse em voltar para garimpar, usando, entre outras estratégias, as relações de parentesco, o que torna o problema complicado.

FONTES DE INFORMAÇÃO

1. Coleções de artefatos (onde está, número de peças, coletor, data e local):

Museu Nacional, RJ:
(13) SPI de 1918, Rio Tocantins (Xikrin Djore)
Museu Paraense E. Goeldi, Belém:
(633) Frikel de 1962-63, Rio Cateté
Museu Paulista/USP, SP:
(193) Pe. R. Caron de 1968-69, Rio Cateté
(11) Padres Dominicanos (1973)
Acervo Plínio Ayrosa/USP, SP:
(160) L. Vidal de 1973-83, Rio Cateté
Museum für Voelkerkunde, Berlim:
(100) R. Fuerst de 1964, Rio Cateté
Museum für Voelkerkunde, Basel:
(125) R. Fuerst de 1966, Rio Cateté
Etnogafiska Museum, Göteborg, Suécia:
(125) R. Füerst de 1966, Rio Cateté
Musée d'Ethnographie, Génève:
(150) R. Füerst de 1966, Rio Cateté
Museum für Voelkerkunde, Bremen:
(125) R. Füerst de 1966, Rio Cateté
Royal Ontario Museum, Toronto/Canadá:
(100 aprox.) Pe. R. Caron (1970), Rio Cateté
Musée de l'Homme, Paris:
(?) Pe. R. Caron.

2. Documentos administrativos:

FUNAI, processos BSB/3638/77 (1977c); 1991/81 (1981b); 3577/81 (1981d); 0397/83 (1983)
FUNAI/DPI, Planta de demarcação da AI Cateté, 08.12.1977
Moreira Neto, 1980.
Spati, 1977
Vidal, 1982a, 1983b, 1983c, 1984b
Vieira Fº, 1980b, 1981b, 1982b, 1983a, 1983b, 1983c, 1984e

3. Informações preliminares:

Vidal, 1982a (ficha-padrão)

4. Trabalhos etnológicos:

Banberger, 1967
Banner, 1957
Caron P., 1971
Hartmann G., 1965
Frikel, 1963, 1968
Füerst, 1964a, 1964b, 1967, 1969a, 1969b, 1970
Turner, 1965, 1969
Vidal, 1976, 1977, 1978, 1981a, 1981e, 1982b, 1983a

5. Viajantes e documentos históricos:

Coudreau, 1897, 1977b (1898)
Missões Dominicanas, 1931

7. Jornais e divulgação:

Ferreira A. & al., 1982
Ferreira J., 1963
Vidal, 1982d, 1984a

8. Trabalhos médico-sanitários:

Vieira Fº, 1970b, 1970c, 1972a, 1972b, 1972c, 1975, 1981a
Wilbert & Simoneau, 1984

9. Outros:

Vieira Fº, 1980a
Vidal & al., 1982
Pinto L. F., 1982.

Moradores da aldeia Anambé do Rio Cairari (foto Nello Ruffaldi/CIMI Norte-II, 1983).

20 Anambé

Nome

Os índios que habitam as margens do Rio Cairari se autodenominam e são reconhecidos atualmente como Anambé. O mesmo povo foi alternadamente identificado por antropólogos e funcionários do SPI e da FUNAI, ora como Turiwara, ora como Amanayé ou ainda como Anambé. Os índios não explicam a origem da confusão na sua denominação (Affonso: 1984 e, 1).

Língua

O dialeto Anambé se inclui na família lingüística Tupi-Guarani, classificado por Rodrigues junto às línguas Turiwara, Amanayé, Urubu e Guajá que ocupam áreas vizinhas (1984). Praticamente todos os Anambé com mais de 40 anos sabem falar a língua materna. E quase todos da faixa de 20 a 30 anos a entendem, mas usam correntemente o português (Affonso: 1984 e, 1).

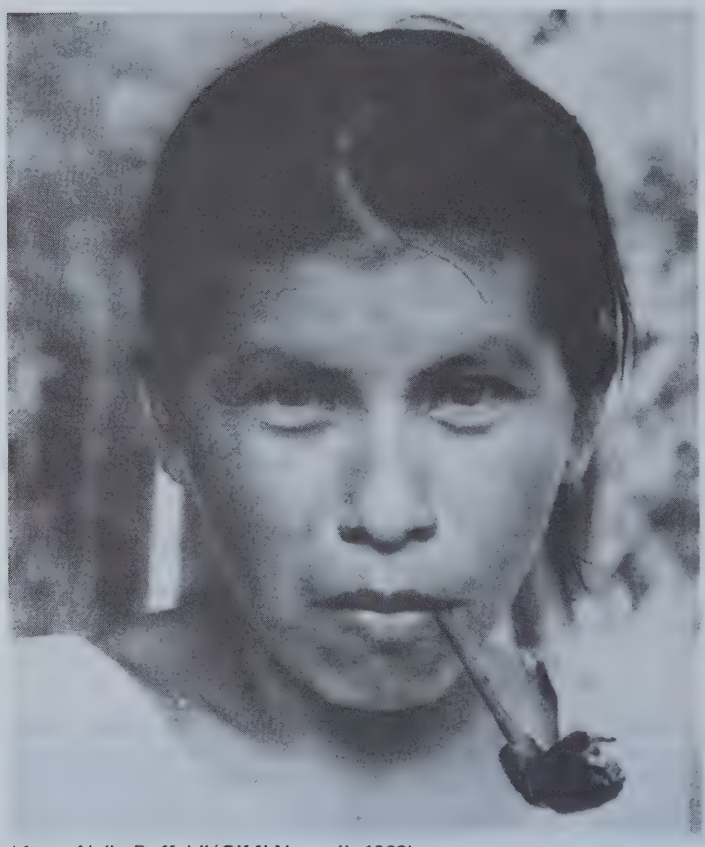
Localização

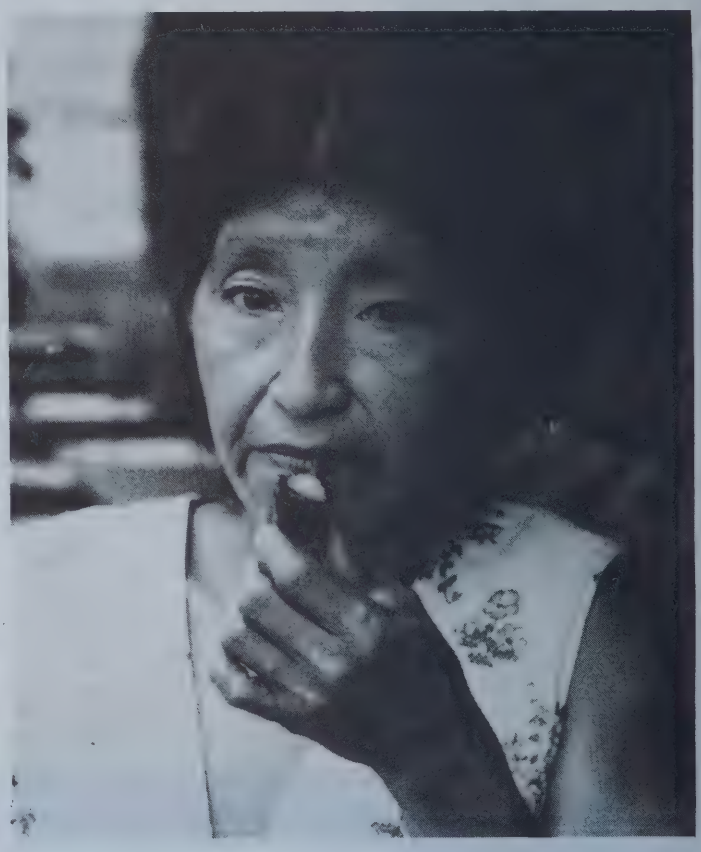
Os Anambé estão localizados na região do alto Rio Cairari, afluente do Rio Moju que tem seu curso no município do mesmo nome. A área situa-se aproximadamente a dois dias de viagem de Belém. Por via fluvial, seguindo pelos rios Moju e Cairari, o acesso é difícil, permitindo apenas pequenas embarcações durante a estação chuvosa. Outro acesso, a partir de Belém, passa por Cametá, atravessando-se o Rio Tocantins até Mocajuba, na margem direita. Desta cidade sai um caminho chamado Magalhães Barata, que leva até o Rio Cairari na altura do Igarapé Tambaiaçu, no lugar chamado Torão. Daí para a aldeia, gasta-se de 3 a 4 horas de barco com motor. Outro acesso a partir de Baião, também na margem do Tocantins, segue pela estrada chamada Bração e em seguida por um caminho de madeireiros que atinge a cabeceira do Igarapé Apeí com o Rio Cairari, no lugar chamado Barrado, pouco acima da aldeia.

A aldeia, recentemente construída, situa-se na margem direita do Rio Cairari, entre o Igarapé Bacuri e o Furo Bacuri. A aldeia antiga, abandonada em 1982, situa-se na mesma altura, na margem oposta.

População

De acordo com um levantamento realizado por uma equipe da 2ª DR/FUNAI, em novembro de 1984, a população da Área Indígena do Cairari somava 32 pessoas. São 20 índios e 12 não-índios, num total de 8 famílias distribuídas entre as 4 casas da aldeia. Fora da área, mas na sua proximidade, moram outras 4 famílias Anambé: três formadas por mulheres indígenas casadas com civilizados e uma por um índio casado com uma civilizada. Algumas dessas famílias somando 12 pessoas, já estavam construindo casas dentro da Área Indígena onde pretendem se instalar em breve. Em Mocajuba vivem outras duas mulheres Anambé, além de um rapaz chamado Pedro, de mãe Anambé. Outros Anambé vivem dispersos na beira do Rio Cairari, na região de cabeceiras e no Rio Moju. Na Área Indígena do Alto Rio Guamá vivia um índio Anambé, funcionário do PI há muito tempo, que foi transferido recentemente para a Ajudância de Itaituba (Affonso: 1984 e, 1).





(*fotos Nello Ruffaldi/CIMI Norte-II, 1983*).

Um levantamento realizado em dezembro de 1983 pelo CIMI-NORTE II indicava uma população de 61 pessoas (entre índios e não-índios) como residentes naquela Área Indígena, além de 11 Anambé dispersos na vizinhança e nas cidades da área (Ruffaldi: 1983). Supõe-se que esta diferença entre o recenseamento de 1983 e o de 1984 se deve à mobilidade das famílias na região; mobilidade que prossegue até hoje, como indicado acima, com o retorno de vários indivíduos para dentro da área agora delimitada.

Existem poucas informações sobre a população Anambé antes de sua instalação no Rio Cairari, há aproximadamente cem anos. Em 1893, quando habitavam ainda a margem direita do Rio Tocantins, foram estimados em 600 indivíduos (Cunha: 1853, 19). Posteriormente, os cronistas se referem apenas a grupos Tupi, identificados sob várias denominações, como está indicado abaixo, no item "Histórico do contato".

As primeiras estimativas da população Anambé na região do Cairari datam de 1940. Nos últimos cinqüenta anos (ver quadro abaixo), o grupo sofreu fortes baixas,seguidas por um crescimento recente. Na década dos anos 60, sucessivas epidemias de sarampo dizimaram a população adulta (Figueiredo: 1983, 75). Ao mesmo tempo, o grupo sofreu progressiva depopulação pela saída dos índios, sobretudo das mulheres, que casavam com regionais e se instalavam fora da área indígena (Arnaud & Galvão: 69, 9). Esta tendência inverteu-se nos últimos 20 anos. Hoje o grupo está em franca recuperação, em parte explicada pelos casamentos com não-índios que, contrariamente ao que ocorria no passado, passam a residir com suas famílias na área indígena (Ruffaldi: 1983, 7).

Evolução da população Anambé no Rio Cairari:

Ano	*População*	*Fonte*
1940	60	Figueiredo (1983)
1941	32	SPI (1941)
1948	32	Arnaud & Galvão (1969)
1968	19	Arnaud & Galvão (1969)
1969	22	Figueiredo (1983)
1973	29	Silva (1973)
1979	48	2ª DR/FUNAI (1979)
1983	61	CIMI NORTE II, Ruffaldi (1983)
1984	32 (na AI) + 23 (fora da AI)	2ª DR/FUNAI, Affonso (1984)

Em abril de 1982, 12 famílias Anambé, num total de 30 a 35 pessoas, foram transferidas do Rio Cairari para a Reserva do Alto Rio Guamá. Em dezembro do mesmo ano, essas famílias voltaram para sua área de origem. Os acontecimentos relativos à essa transferência serão detalhados adiante, no item "Tutela e Assistência".

Histórico do contato

As primeiras informações sobre os Anambé os situam nas matas da margem esquerda do Rio Tocantins, a área de origem deste povo, numa região habitada por outros povos Tupi, como os Pacajá, hoje extintos.

Conforme Pinto, habitavam desde séculos as cabeceiras do Rio Pacajá Grande do Portel (1894: 74-75). Em 1852 "surgiu no então distrito de Baião, à margem do Tocantins, um tuxáua acompanhado de outros índios Anambé pedindo proteção e dispostos a aldear-se" (Cunha: 1853, 19). Supunha-se ser esta tribo composta de mais de 600 pessoas (idem, 19). Na mesma época, Brusque registra, no alto Pacajá, um grupo composto de índios Curupity ("restos ou descendentes da antiga tribo Itauá") e Anambé (antiga tribo Cumaru), somando cerca de 250 pessoas. Conforme o autor, os Anambé eram "pacíficos e há mais de vinte anos mantinham relações com a população civilizada" (1862, 17).

Depois de uma guerra contra os índios Curumbu em 1874, essa aldeia foi reduzida a 46 pessoas; no ano seguinte, mais 37 Anambé morreram de varíola. Os sobreviventes foram juntar-se ao grupo aldeado no Tocantins. Habitavam as proximidades da cidade de Baião, na Ilha dos Santos e na Ilha do Tauá.

Os Anambé do Tocantins foram visitados por Ferreira Pena que, em 1864, percorreu as margens deste rio e considerava os Anambé como os únicos habitantes indígenas daquela área. O líder Anambé contou ao viajante a história de seu povo, transcrita a seguir: "Os Anambé formavam uma tribo dependente (provavelmente erro de grafia. Leia-se "independente") nas cabeceiras do Pacajá Grande (margem esquerda do Tocantins). Residiam ali desde séculos, obedecendo a um chefe único que tinha vindo do ocidente como um sábio e guerreiro: longos anos depois, apareceram os europeus que lhes fizerão guerra e pouco depois os missionários jesuitas que com eles estavam em paz, começaram a separar as mulheres dos maridos e a levar muitos para Portel, os homens para trabalhar nas roças e remar canoas e as mulheres para lavagem de roupa e para a cozinha. O que desgostou tanto a nação que começaram muitos a desobedecer ao chefe e a formarem tribus separadas. Uma nação antropófaga veio do lado do sul atacá-los, houve muitas mortes e guerras e retiraram-se os inimigos. No tempo da geração passada apareceu no Pacajá Grande a tribo Jauorité-Tapuira, antropófaga, a qual começou a fazer guerra aos Anambé, e estes retiraram-se então para as cabeceiras do rio Cururuhy que é afluente do Pacajá Grande, e formaram ali a aldea do Tauá, onde ainda hoje residem, e donde desceram há tempos para se estabelecerem no lugar em que o director parcial pretendeu, há dois ou tres anos, fundar uma aldeia, mas donde já regressaram de novo. Os Anambé do Tocantins, desgostosos do comportamento do capitão de índios Manoel Luiz, separaram-se do Tauá e foram formar nas cabeceiras do rio Caraipé uma outra aldeia, reconhecendo por seu chefe o índio José Pacheco" (Magalhães: 1864, 40-41).

Ferreira Pena conclui seu relatório indicando que "os Anambé merecem mais do que nenhuma outra tribo a proteção da administração. Sua fisionomia, sua indole, seu amor a cultura revelão as tendências naturaes que os chamam para a sociedade e para a civilização..." (idem).

Deste período em diante, tem-se apenas notas esparsas sobre os Anambé que permaneceram na sua área de origem; Souza (1873, 222-223) e Azevedo (1875, 59) mencionam esse grupo no Pacajá (ou Pacajá Grande). Em 1889, Ehrenreich encontra apenas quatro remanescentes Anambé na Praia Grande ou Arapari, nas margens do Rio Tocantins, com os quais coletou material lingüístico (1895, 163-168). Moura menciona novamente esses remanescentes em 1895 (1910, 106) e Buscaglioni traz ligeiras notas sobre os mesmos, no relatório de sua excursão botânica ao Tocantins (1901, 239).

No início deste século, os Anambé são ainda mencionados por Sttegerda (1959, 80) e Métraux (1928, 21) e o mapa organizado pelo Governo do Estado do Pará os localiza ainda no interflúvio do Pacajá e Irinynauá (Mattoso: 1908). Na metade do século XX, são dados por extintos... (Nimuendajú: 1963 e Ribeiro: 1959).

Nesse período, de fato, os Anambé teriam deixado a margem esquerda do Rio Tocantins, transferindo-se para sua área de ocupação atual, nos rios Moju e Cairari.

*

As primeiras referências aos Anambé do Moju e Cairari os identificam como Turiwára, denominação de outro povo Tupi da Área (ver no capítulo "Tembé-Turiwára"), com os quais os Anambé provavelmente se misturaram (Steward & Faron: 1959, 16-30 e Malcher: 1964, 214). A identificação como Turiwára permaneceu até 1948 quando Arnaud, então funcionário do SPI, visitou o grupo do Rio Cairari. Na sua segunda visita, em 1968, o mesmo autor já os identifica como Anambé, de acordo com a denominação então usada pelos próprios índios (Arnaud & Galvão: 1969, 8-9). Esse grupo do Rio Cairari foi também identificado como Amanayé (ver no capítulo "Amanayé"), denominação de outro grupo, habitante do Rio Capim (Nimuendajú: 1963, 200).

Não se dispõe de registro sobre as causas e a data em que os Anambé atravessaram o Rio Tocantins, para a margem direita. Quanto à sua instalação no Rio Cairari, Figueiredo registrou tradições a respeito, como segue: "O grupo veio para esse rio das cabeceiras do Rio Moju, após luta com os Gaviões (ver capítulo "Gavião de Mãe Maria") que os expulsaram daquele território. Desceram o Rio Moju, sempre perseguidos pelos Gaviões e se encontraram com a população interiorana ribeirinha, nas proximidades do Igarapé Água Clara; cruzaram o divisor de águas entre os rios Moju

e Cairari e levantaram aldeia no lugar Sipoteua, nas proximidades do igarapé do mesmo nome. Nessa localização, perto de 40 anos atrás, foram encontrados pelo comerciante Bernardino Inácio dos Santos, que com eles fez contacto, estabelecendo relações de amizade. Ocuparam posteriormente e sucessivamente aldeias que foram construídas na foz do Igarapé do Marinheiro, nas proximidades do Lago Grande — no local chamado Aldeia Velha — e na localização atual" (Figueiredo: 1983, 75).

Os Anambé constituíam os únicos habitantes — com aldeias permanentes — do alto Cairari. A partir de 1950, no entanto, a indústria madeireira e a coleta do látex de maçaranduba atraíram novos povoadores. Nessa época, além dos empreiteiros que haviam se instalado na região, cerca de 200 trabalhadores distribuíam-se pela área durante a safra de balata e o corte de madeiras. O comércio era exercido por regatões e empresários regionais dependentes de patrões de Belém ou Moju. Nesse contexto, os Anambé eram "afreguezados" por um único comerciante, que, segundo Arnaud, os orientava no sentido de produzirem aquilo mais conveniente a seus interesses (Arnaud & Galvão: 1969, 5). Trata-se provavelmetne de Bernardino Santos, que havia contatado os Anambé em 1940. Com isso, e até a década de 60, os índios não participavam diretamente das empreitadas madeireiras: "sob a influência paternalista de seu empresário que os considera 'fracos' para o pesado trabalho de derrubada e arrasto de madeira, atuam mais como fornecedores de peles, carne de caça, farinha, etc., o que lhes é desvantajoso em termos de ganho" (idem, 9).

Já em 1973, quando foram visitados por Silva, alguns Anambé participavam das turmas de madeireiros, como trabalhadores assalariados diaristas; a produção era negociada diretamente pelos chefes de turma com o proprietário da única serraria instalada no Cairari. Outros Anambé, porém, preferiam trabalhar por conta própria, negociando com um regatão que atuava como intermediário entre os índios e a mesma serraria. A participação dos índios nesses trabalhos era intermitente; os Anambé não cortavam madeira todos os anos, devido à falta de "patrão" ou porque não queriam ir à mata, preferindo se dedicar à caça (Silva: 1974, 65-70). Atualmente, os Anambé se dedicam apenas ocasionalmente ao corte de madeiras para venda (ver adiante, "Modo de vida").

Modo de vida

O modo de vida dos Anambé se assemelha, em muitos pontos, ao dos caboclos da região. Envolvidos há várias décadas pela população interiorana com a qual mantêm contato permanente, os Anambé perderam a maioria dos elementos culturais indígenas externos. A comunidade do Cairari, no entanto, mantém uma coesão interna significativa, que parece ter saído reforçada após a volta do Rio Guamá, no final de 1982.

Essa comunidade inclui elementos não-índios que foram integrados, por casamentos, nas últimas quatro gerações. O processo de saída dos índios para as cidades próximas teria diminuído e o que ocorre hoje é o contrário: "geralmente o homem ou a mulher 'de fora' passa a morar na aldeia; duas índias casadas com regionais vivem relativamente afastadas da aldeia, não quebrando porém completamente os laços com o grupo... Se a influência dos membros alienígenas é grande sobre a vida da aldeia, o contrário também é verdade. Os índios Anambé parecem ter a capacidade de 'indigenizar' os recém-chegados, que passam a raciocinar e agir em termos da aldeia" (Ruffaldi: 1983, 9).

Entre os indivíduos mais idosos do grupo, o velho Aypan é um dos únicos Anambé que conhece as tradições e as cantigas dos antigos; a morte de sua esposa Kamapu abalou profundamente o velho líder, que, hoje, mantém uma posição de destaque mas não de liderança (Affonso: 1984 e, 1). Os Anambé elegeram recentemente novos líderes, escolhendo Pedro, um jovem que mora em Mocajuba, para capitão. Pedro pertence a uma das famílias que se mudaram recentemente para dentro da área e pretende voltar para a aldeia. Foi escolhido por ter maiores facilidades no trato com os regionais. Na sua ausência, quem assume a chefia é o "vice", Eduardo (idem).

*

Os índios informaram que nos anos 40 foram levados até Belém, onde foram batizados, sendo o então governador Barata padrinho de todos eles. No começo dos anos 60, baixaram o Rio Cairari, ao encontro do Pe. Pedro Hermans, vigário de Mocajuba, e mandaram batizar os mais novos. Daí por diante, costumam batizar seus filhos naquela cidade, onde se deslocam para a festa da padroeira (Ruffaldi: 1983, 10).

Por outro lado, os Anambé mantêm contato com a comunidade pentecostal da Vila Erlim, próxima da aldeia. Segundo Figueiredo, a mitologia do grupo sofreu influência desses dois experimentos religiosos, o católico e o evangélico. O xamanismo e a figura do pajé desapareceram há muito tempo (1984, ip).

*

A aldeia atual, construída sobre uma elevação perto da beira do rio, está próxima das capoeiras das aldeias anteriormente ocupadas pelo grupo, em ambas as margens do Cairari. Existem apenas quatro casas; as outras estão em construção. De fato, depois da volta do Guamá, em dezembro de 1982, as famílias Anambé, por falta de material próprio para construir suas casas, preferiram se apoiar nos vizinhos, onde aguardaram as roças amadurecer; muitas famílias estão atualmente retornando para dentro da área.

As habitações são do tipo regional, com cobertura de palha ou cavacos. Salvo pequenos cestos de carga, abanos, peneiras de trançado em espiral, fusos, pilões, arcos e flechas, todo o equipamento utilizado pelos Anambé é adquirido no comércio (Figueiredo: 1984, ip).

*

Todas as atividades de subsistência dos Anambé se desenvolvem na mata e nos campos próximos da aldeia. A caça é abundante, ainda. Os homens costumam caçar em grupos, utilizando espingarda. As caças mais freqüentes são caititu, cotia, paca, veado, macaco, anta, quati, onça, camaleão, mucura, mutum, cajubim. Mulheres e crianças pegam jabotis. Os produtos da caça são geralmente distribuídos entre todas as famílias. A fauna da área indígena está ameaçada pelas atividades predatórias desenvolvidas na região: desmatamentos, fazendas e serrarias (ver "Situação atual das terras").

O rio fornece tracajá e peixe, sobretudo na estação seca. O lago situado no limite norte da área indígena fornecia, até alguns anos atrás, muito peixe, que hoje está desaparecendo; segundo os índios isto se deve ao uso de malhadeiras e ao costume dos regionais de "bater água" com cipós. Os Anambé usam anzóis e linhas, mas também arco e flecha (Ruffaldi: 1983, 10).

A alimentação é suplementada pela coleta de mel e de frutas como bacuri, piquia, uxi, inajá, açaí, bacaba e buriti. Da mata, os Anambé tiram também a palha e a madeira para suas casas e para a construção de pequenas canoas, de tipo ubá.

Além da caça e da pesca que fornecem parte substancial do sustento, os Anambé baseiam sua subsistência na agricultura. Os roçados são preparados coletivamente; cada família tem sua parte, às vezes no mesmo roçado e mais freqüentemente em clareiras separadas. Atualmente há 7 roças, num total de 48 tarefas, ou seja, 12 ha. Plantam mandioca, arroz, milho, gerimum, banana, macaxeira, feijão, cana, mamão e abacaxi, que cada família colhe individualmente, conforme as necessidades. Fora das roças, plantam tabaco (Ruffaldi: 1983, 10).

Costumam abrir clareiras novas na zona de mata, anualmente, porque "a terra fica fraca"; retornam aos lugares anteriores, já recobertos por capoeiras, cerca de dez anos mais tarde (Silva: 1974, 67). Na confecção da farinha, usam tipitis que compram no comércio local, assim como prensas, fornos e outros objetos.

Os Anambé vendem regularmente os produtos excedentes de suas roças (milho, arroz e farinha de mandioca) e, eventualmente, carne de caça. Os produtos são comercializados com regatões que vêm até a aldeia, ou em Mocajuba; os preços são melhores na cidade, onde os Anambé se deslocam quando a produção justifica os gastos com fretes de barco e de carro. Com os regatões, trocam os pro-

(fotos Nello Ruffaldi, CIMI-Norte II, 1983).

dutos agrícolas por sal, querosene, açúcar, panos, óleo, etc... (Affonso: 1984 e, 2).

Deixaram de comercializar leite de maçaranduba e óleo de copaíba, como faziam nas décadas de 50-60. Também deixaram de explorar sistematicamente a madeira de suas terras, como faziam nos últimos 10 anos (ver acima, "Histórico do contato"). Retiram madeira apenas quando necessitam mais dinheiro, como ocorreu por ocasião do enterro de Kamapu, esposa do líder (Affonso: 1984 e, 2). A madeira de lei é abundante na área indígena, especialmente o acapu, angelim, maçaranduba, itaiba, frejó e cedro (ver adiante, "Situação atual das terras").

Tutela e assistência

Os Anambé nunca receberam assistência efetiva do SPI ou da FUNAI: em 1940 a Inspetoria Regional do SPI se propôs atender o grupo do Cairari, designando um encarregado e criando um posto indígena no Rio Moju (Gomes: 1984, 13). Nenhuma dessas medidas foi concretizada. Nos anos seguintes, ocasionalmente, funcionários do órgão foram designados para investigar a situação do grupo indígena: Arnaud em 1948, pelo SPI, e antropólogos da FUNAI/BSB, em 1976 e 1979. Nenhuma destas vistorias resultou na implantação de um programa de assistência à comunidade.

Por ocasião da visita de uma equipe da 2ª DR/FUNAI à área, em novembro de 1984, os índios solicitaram providências na regularização de suas terras, como vêm fazendo há algum tempo; mas, segundo os membros da equipe, não solicitaram a criação de um Posto. Como primeiras necessidades, os índios pediram à FUNAI o envio de implementos agrícolas, fornos, sementes e medicamentos (Affonso: 1984 e, 4).

Anteriormente haviam solicitado à FUNAI um barco e um motor, para suas transações comerciais em Mocajuba (Affonso: 1984 d, 2). Pretendem agora comprar o barco com os recursos obtidos na venda da madeira apreendida dos invasores (ver adiante, "Situação atual das terras") (Affonso: 1984 e, 4).

Não existem escolas nas proximidades da área indígena. Em 1984, os Anambé iniciaram a construção de uma escola na aldeia, com apoio do CIMI-Norte II e do vigário de Mocajuba. O Pe. Hermans, que atende os índios há muitos anos, vai pagar um salário para o professor da escola, um rapaz casado com uma Anambé, que já mora na aldeia. O CIMI-Norte II vai fornecer o material escolar (Affonso: 1984 e, 4).

Quanto aos serviços de saúde, também inexistem na área indígena. Os índios usam plantas medicinais silvestres e, nos casos de doenças mais graves, procuraram apoio em Mocajuba. Ali costumam se hospedar na casa do Sr. João Simão Nascimento Leite que vem ajudando os índios desde 1954 e se encarrega de encaminhar os doentes para o hospital. João Simão já esteve em Belém, na Delegacia, para solicitar recursos e remédios à FUNAI. Nos últimos anos, alguns Anambé conseguiram chegar, com recursos próprios, até a Casa do Índio em Icoaraci, perto de Belém, onde receberam tratamento; posteriormente foram encaminhados de volta à aldeia, pela FUNAI.

A transferência para o Guamá e a volta para o Cairari — A atividade extrativista que se desenvolveu na região do Moju há várias décadas (látex de maçaranduba, óleo de copaíba, peles e carne de caça, resina de Jutaicica e madeira) atinge a área Anambé, que, até recentemente, era invadida por madeireiros (ver adiante, "Situação atual das terras"). A depredação dos recursos naturais essenciais à sobrevivência do grupo foi denunciada, já em 1976, por Eni Zica, encarregada pela FUNAI de delimitar a área indígena. O documento propunha a retirada dos invasores e a delimitação imediata da área, conforme os limites pleiteados pelos índios (Zica: 05.07.76). A proposta, porém, foi engavetada.

Três anos mais tarde, numa outra vistoria, o antropólogo A. C. Mariz, da FUNAI, constatava o aumento das invasões e da devastação na área indígena. Em vista disso, valendo-se de uma série de "pontos de afinidade" entre os Anambé e os Tembé do Rio Guamá, Mariz propôs a transferência dos índios do Cairari para a Reserva do Alto Rio Guamá.

As vantagens que os Anambé encontrariam na nova área seriam, segundo Mariz: ocupar uma área "demarcada e imensa", acesso ao Posto da FUNAI, melhores condições de assistência, novas opções para casamentos. O objetivo alegado era, portanto, a preservação de uma área já demarcada: "demarcar-se hipoteticamente uma outra reserva para os índios Anambé no Cairari seria não só inviável porque toda a área já está alienada, ocupada e progressivamente devastada, como também é contraproducente pois prejudica nosso objetivo de valorizar e assegurar a grande Reserva Indígena do Guamá e seu valioso patrimônio do qual os Anambé certamente tirarão incalculadamente maior benefício" (Mariz: 28.11.78).

No início de 1982, dois Anambé (o velho Aypan e Paulo, acompanhados do Sr. João Simão) foram até Belém para solicitar assistência da FUNAI para sua comunidade. O Delegado voltou então a propor a transferência para o Guamá como solução. Os Anambé aceitaram essa solução. Pouco depois, o chefe do PI Alto Guamá foi até o Rio Cairari e conversou com os índios, preparando a transferência. Encontrou naquela área 85 pessoas, entre índios e não-índios, constatando novamente que a área estava totalmente ocupada por invasores e que "ali a comunidade não tem as mínimas condições de sobrevivência" (Castro: 05.02.82).

Na consulta que foi feita, 74 pessoas se pronunciaram e aceitaram "irem para o PI Alto Rio Guamá, mais precisamente na margem do Igarapé Tuwari, aproveitando as roças e benfeitorias dos posseiros e invasores nesta área..." (idem). Na mesma época, Expedito Ferreira, maranhense

Nas fotos à direita, Valdomira, casada com Anambé, e Alexandre, prontos para uma viagem na mata (fotos Nello Ruffaldi/CIMI Norte-II, 1983).

Retorno de uma caçada bem-sucedida, com uma anta pequena (foto Napoleão Figueiredo, 1982).

casado com a filha do líder Aypan e pessoa influente na comunidade, foi até o Guamá para conhecer a área e escolheu essa região do Tawari — entre os Rios Guamá e Piriá — para instalar seus parentes. Antes da mudança dos Anambé, a FUNAI previa retirar os posseiros e colocar "policiamento permanente" (idem). Os invasores seriam indenizados e as roças entregues aos Anambé (Ruffaldi: 1982, ip).

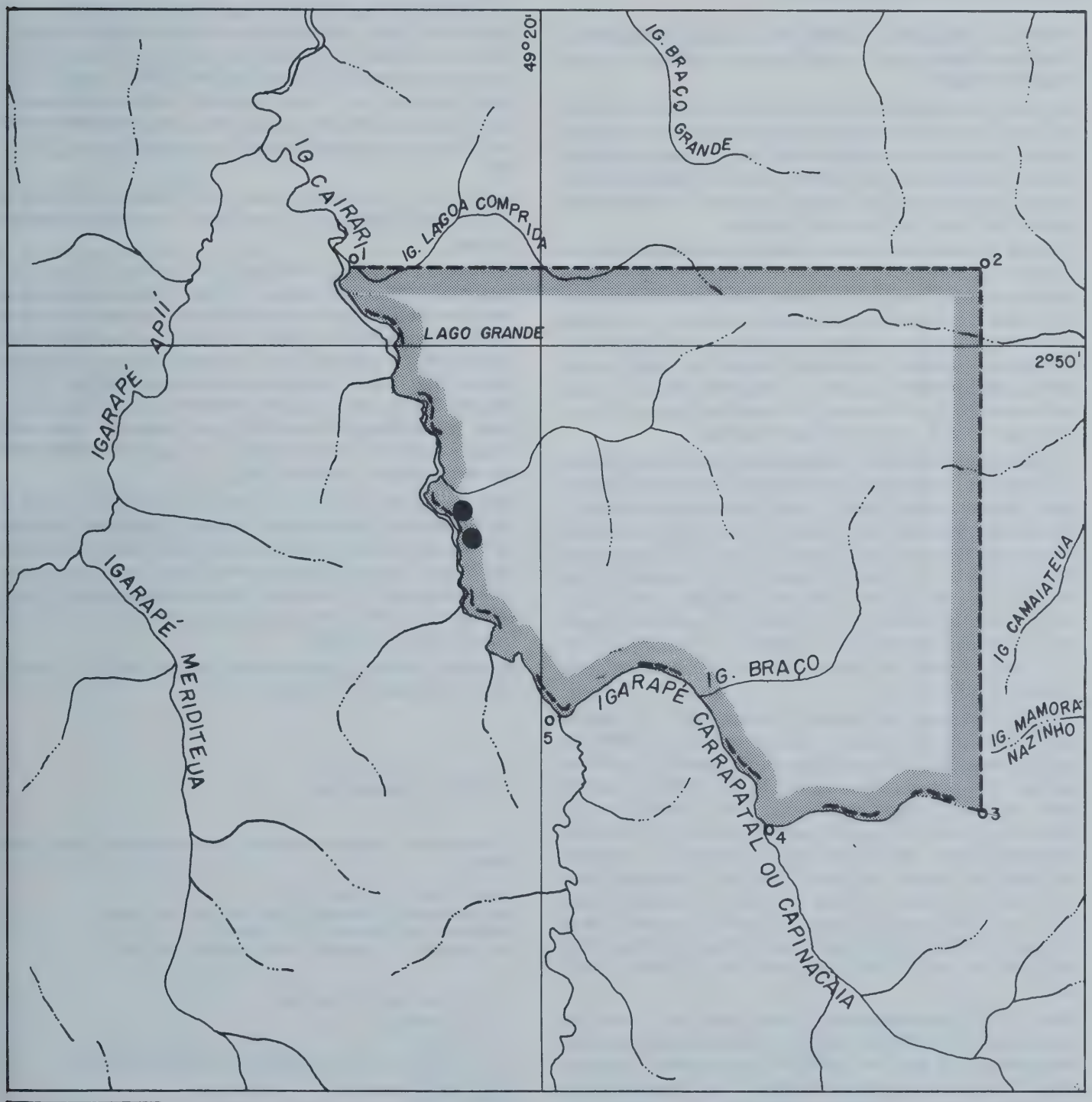
Além das roças, os índios receberiam todo o apoio da 2ª DR durante um ano, tempo no qual eles decidiriam permanecer ou não no Guamá. Entretanto, os colonos não foram retirados do Tawari, nem a Delegacia deu o apoio prometido. Os Anambé ficaram quase dois meses hospedados na enfermaria do PI Guamá. Resolveram então se estabelecer no Igarapé Medonho, onde ainda aguardariam o apoio prometido pela Delegacia. Os Anambé nunca chegaram a plantar roças. Não gostavam da área, diferente de sua área de origem, pois estava mais ocupada, era pobre em caça e pesca e sem água boa.

Em maio, três das doze famílias que haviam chegado retornaram para o Cairari. No final de junho, ocorreu um conflito com os invasores da Reserva Guamá, que resultou na morte de dois colonos. Antes do conflito, os Anambé haviam procurado os invasores para que deixassem a área e buscassem assentamento em outro lado da Reserva. Os colonos não atenderam ao pedido e, quando foram procurados em uma segunda ocasião, ocorreram desentendimentos que culminaram com a morte dos colonos (O Liberal:16.07.82) (ver também no capítulo "Tembé do Guamá").

Depois disso, os Anambé ficaram ainda mais decididos a retornar para sua área de origem. Já a maioria da comunidade Tembé do Guamá queria que os Anambé permanecessem, para arcar com as possíveis conseqüências do conflito. A FUNAI, por sua vez, também tentou manter os Anambé perto do PI Guamá, por considerar "interessante o agrupamento de todos" (O Liberal: 16.07.82). Em dezembro, a Delegacia retirou 22 famílias de colonos do Tawari que deixaram roças com mais de 100 tarefas de mandioca, muita banana e pimenta do reino. Mesmo assim, os Anambé não quiseram permanecer no Guamá e, depois de muita insistência, conseguiram apoio da FUNAI para voltar ao Cairari, passando por Belém (Affonso: 1984 e, 5-6).

Reunidos, os Anambé desenham no mapa os contornos da sua área (foto Nello Ruffaldi, 1983).

ÁREA INDÍGENA ANAMBÉ



SINAIS CONVENCIONAIS

- ALDEIA
- LIMITE DA ÁREA
- MARCO DE LIMITE
- CURSO D'ÁGUA
- CURSO D'ÁGUA INTERMITENTE

ESCALA GRÁFICA

1km 0 1 2 3 4 5km

Situação atual das terras

A área ocupada pelos Anambé está cercada por serrarias, fazendas e barracões de regatões que controlam o extrativismo na região.

Durante a permanência dos Anambé na Reserva do Guamá, em 1982, dois madeireiros aproveitaram a ausência dos índios para incrementar a exploração sistemática das matas, abrindo novos caminhos e retirando grande quantidade de madeira de lei. Outros invasores, instalados há mais de dez anos, permaneciam na área.

A partir de 1983 os Anambé iniciaram pressões sobre os madeireiros para que pusessem fim à retirada de madeira de suas terras. Conseguiram assim que a serraria administrada pelo Sr. Santinho fosse retirada da área, "mais pela boa vontade do dono, chamado Japonês, que reconheceu o direito dos índios e o roubo de madeira por parte de seu sócio, administrador da serraria" (Ruffaldi: 1983, 11). Outro madeireiro, Luiz Bandorra, instalado no limite sul, desativou sua serraria, mas permaneceu na área.

A madeira derrubada foi apreendida pelos índios e ficou decidido que os madeireiros comprarão essas toras dos índios. Caso eles não queiram pagar o valor real da madeira, os índios as venderão para outros compradores. O total da madeira apreendida pelos Anambé foi de 1.700 metros cúbicos, entre as árvores derrubadas por Bandorra e Elias Santos, além de outras 10 árvores abatidas pelo "Japonês" (Affonso: 1984 e, 3). Informações recentes indicam que os madeireiros ainda não efetivaram a compra e que o Sr. Bandorra continua morando dentro da área indígena (Hermans: 1984, ip).

De fato, conforme levantamento realizado por uma equipe da 2ª DR/FUNAI no Cairari, em novembro de 1984, há poucos invasores na área indígena. O primeiro, instalado há dois anos com a permissão dos índios, trabalha apenas com roçados. O segundo, Luiz Bandorra, instalado no limite sul, há mais de 20 anos, sempre soube que ocupava terras de índios e não terá direito à indenização. Os Anambé deram um prazo, até janeiro de 1985, para que estes dois invasores saíssem de seu território. Um terceiro invasor, Luiz Costa Brasileiro, ocupa a ponta noroeste da área indígena, próxima ao Igarapé Lagoa Comprida e possui títulos definitivos do ITERPA sobre esta área (Affonso: 1985, ip).

Ainda incidiria parcialmente no limite Leste da AI Anambé identificada pela FUNAI (1984), na altura do Igarapé Mamoranazinho, a área de pretensão da empresa Universal S.A. Trata-se de uma gleba de 50 mil ha, requerida junto ao ITERPA, entre a margem esquerda do Rio Moju e a margem direita do Caiari, na qual a empresa pretende desenvolver as culturas de dendê e pimenta-do reino, além da exploração de carvão vegetal e desenvolvimento da pecuária. Desde 1982, a empresa já vem plantando dendê numa pequena área próxima ao Igarapé Mamoranazinho.

A Área Indígena Anambé foi delimitada por uma equipe da 2ª DR/FUNAI que visitou a região do Rio Cairari em novembro de 1984. A área eleita pela equipe corresponderia, conforme o relatório, às terras reivindicadas pelos Anambé. Situa-se à margem direita do Rio Cairari, entre o Igarapé Carrapatal e o Lago Comprido (Affonso: 1984e, 4). Essa área tem 8.150 ha de extensão e um perímetro de 42 km (Planta de delimitação da AI Anambé, FUNAI, 25.02. 85).

No entanto, a proposta inicial dos índios, encaminhada à 2ª DR pelo CIMI Norte II, em 1983, compreendia outros limites.

Conforme um mapa desenhado por Jovina da Silva, representante da comunidade, os limites são os seguintes: a área compreende um curto trecho do Rio Cairari entre o Igarapé Carrapatá até o lago Comprido, na confluência do Igarapé com o mesmo nome. A área inclui as duas margens do Rio Cairari, delimitada a oeste pela picada do Sr. Alfredo Costa, isto é, a uma distância de 3 Km do rio. A leste, a delimitação requerida pelos Anambé inclui três campos, além da zona da mata, que são essenciais para sua subsistência (Ruffaldi: 1983, 11).

Essa área já era menor que aquela proposta em 1976 por Zica, delimitada como segue: o limite passa pela margem sul do Lago Grande, seguindo até o Rio Apeí, afluente do Rio Cairari, seguindo então do Rio Cairari até a foz do Igarapé Carrapatal. Daí por uma linha seca, segue até o Igarapé Comprido, descendo este igarapé até sua foz no Lago Grande (Zica: 05.07.76).

A última proposta, encaminhada recentemente à FUNAI/BSB, ainda não foi aprovada.

FONTES DE INFORMAÇÃO

1. Coleções de artefatos (onde está, número de peças, coletor, data e local):

Museu Paraense E. Goeldi, Belém:
(40) Figueiredo & Vergolino e Silva de 1968, Rio Cairari
Laboratório de Etnologia/UFPA, Belém:
(93) Figueiredo & Vergolino e Silva de 1968, Rio Cairari

2. Documentos administrativos:

Affonso, 1984d
Castro, 1982
FUNAI/DPI, Planta de delimitação da AI Anambé, 25.02.85
Gomes, 1984
Silva, 1974b
Zica, 1976

3. Informações preliminares:

Affonso, 1984e
Figueiredo, 1983b.
Ruffaldi, 1983.

4. Trabalhos etnológicos:

Arnaud, 1984
Arnaud & Galvão, 1969
Figueiredo, 1983
Figueiredo & Vergolino e Silva, 1968, 1969, 1972
Malcher, 1964
Métraux, 1928
Nimuendajú, 1963a

5. Trabalhos lingüísticos:

Ehrenreich, 1897 (163-168)
Loukotka, 1939, 1968
Rodrigues, 1964

6. Viajantes e documentos históricos:

Azevedo, 1875
Brusque, 1862
Buscaglioni, 1901
Cunha, 1853
Leite, 1943
Magalhães, 1864
Mattoso, 1908
Moura, 1910
Pinto, 1894
Souza, 1873

Grupo de Amanayé do Rio Surubijú, visitados pelo inspetor Horta Barbosa (foto 2.ª IR/SPI, 1911).

21 Amanayé

Nome

Amanayé constitui a autodenominação dos índios que habitam o alto curso do Rio Capim. O nome significaria "associação de pessoas" e aparece nas fontes sob as variantes *Manajo* e *Amanajo*. A designação usada pelos Tembé é *Manazewa*, enquanto os Turiwara denominam os índios do alto Capim como *Mananyé*. Uma parte dos Amanayé teriam assumido o nome *Ararandeuara*, em referência ao igarapé que habitam, ou ainda o nome *Turiwara*, designação de outro povo Tupi, vizinho (Nimuendajú & Métraux: 1963, 199).

Língua

A língua Amanayé está incluída na família Tupi-Guarani, classificada por Rodrigues junto com as línguas Anambé e Turiwara que habitam a mesma região (1984). Existem apenas dois vocabulários da língua Amanayé, colhidos por Lange e por Nimuendajú, em 1914 (Nimuendajú & Métraux: 1963, 199). Não se sabe se os remanescentes Amanayé continuam usando a língua materna.

Localização

As informações atuais sobre este povo são imprecisas. Sabe-se apenas que existem algumas famílias dispersas em fazendas do município de São Domingos do Capim. A área tradicionalmente ocupada por estes índios situa-se no alto Capim, entre os igarapés Ararandeua e Surubiju, onde foi criada, em 1945, a "Reserva Amanayé". Os Amanayé são algumas vezes mencionados fora da Reserva, nos rios Moju e Gurupi, onde realizavam incursões na década dos anos 40.

População

Não se dispõe de nenhum levantamento da população atual. Os Amanayé do Ararandeua informaram, em 1942, da existência de um grupo isolado no Igarapé Garrafão, afluente do Ararandeua (Arquivo SPI: 1942, *apud* Nimuendajú & Métraux: 1963, 200). Em 1976, Arnaud se refere a 10 pessoas apenas,"vivendo já misturados com regionais" (FUNAI: telegrama nº 71.200, 02.02.76). Não se tem notícias recentes sobre o grupo do Garrafão cujos descendentes vivem provavelmente dispersos na região. As informações disponíveis sobre a população Amanayé se encontram resumidas no quadro abaixo:

data	população e localização	fonte
1862	duas aldeias no Ararandeua com 600 pessoas	Brusque (1862)
1872	300 a 400 pessoas no lg. Cajú-apara, afl. do Gurupi	Dodt (1939)
1872	200 na missão Anauera (São Fidelis) na margem esquerda do Rio Capim	Nimuendajú & Métraux (1963)
1911	quatro aldeias na margem esq. do Ararandeua, com 300 pessoas	SPI
1941	200 no alto Rio Capim, entre o Surubiju e Candiru	SPI
1942	17 no Ararandeua e um grupo isolado no lg. do Garrafão	SPI
1976	10 no Ararandeua	Arnaud (1976)
1984	4 famílias, na localidade Barreirinha	SUCAM

Histórico do contato

Os Amanayé foram mencionados pela primeira vez na região que constitui, provavelmente, a área de origem deste povo Tupi: o Rio Pindaré. Ali, resistiram por muito tempo às tentativas de aldeamento, quando, em 1755, fizeram um acordo com o Pe. David Fay, missionário jesuíta entre os Guajajara da Aldeia de São Francisco do Carará; Fay "conseguiu praticar os Amanaios e que se descessem e aldeassem", junto aos Guajajara, seus tradicionais inimigos (Leite: 1943, 195). Pouco depois, uma boa parte do grupo mudou-se pacificamente para o Rio Alpercatas, na fronteira do Maranhão com o Piauí, estabelecendo-se perto da Aldeia Santo Antônio (Ribeiro de Sampaio: 1812, 9). Por volta de 1815, havia apenas 20 remanescentes deste grupo, misturados com negros. Outros Amanayé, do Alpercatas, continuaram sua migração através do Rio Parnaíba, alcançando o Piauí em 1763, não havendo notícias do que lhes ocorreu depois (Alencastre: 1857, *apud* Gomes: 1984, 4).

*

Na segunda metade do século passado, os Amanayé, dos rios Pindaré e Gurupi se situavam na área de influência das Diretorias Parciais (ver no "Histórico do contato" do capítulo "Tembé-Turiwara") onde foram visitados pelo viajante Gustavo Dodt. Encravados no território dos Tembé, os Amanayé estavam divididos entre 3 aldeias, na margem do Rio Caju-Apará, formador do Rio Gurupi; muito menos numerosos que os Tembé, sua população foi estimada entre 300 e 400 pessoas (Dodt: 1981, 86). Ali "têm muitas relações com a população civilizada, por intermédio dos regatões que os procuram por causa do óleo de copaíba, casca de cravo, rama de abuta e de algum bréu" (idem, 94-95).

Na mesma época, outros Amanayé são mencionados no Rio Moju (Casal: 1947, 270 e Saint Adolphe: 1845, *apud* Gomes: 1984, 5), onde também encontraram índios Tembé que migravam em direção ao Pará (ver capítulo "Tembé do Guamá"). A partir desse momento não se tem mais informações sobre os Amanayé do Maranhão. Instalados na região dos rios Moju e Capim, esses índios enfrentaram as mesmas condições descritas para os Tembé-Turiwara (ver "Histórico do contato" do capítulo "Tembé-Turiwara"): aldeamento compulsório, extorsões praticadas por regatões e conflitos com fazendeiros. Foram aldeados na Missão Anauéra ou São Fidelis, no Capim. Por serem considerados mais "rebeldes", o missionário atribui-lhes um local separado dos Tembé e dos Turiwara.

Em 1873, os Amanayé mataram o missionário da Aldeia, Cândido de Heremence, e um engenheiro belga que transitava na região. As represálias contra os índios, levaram uma parte do grupo a se refugiar no Igarapé Ararandeua, onde evitavam o contato com regionais. Segundo Nimuendajú, esses Amanayé passaram então a se identificar como Ararandeuara ou como Turiwara, para dissimular sua identidade (Nimuendajú & Métraux: 1963, 200).

Quanto aos Amanayé que permaneceram na Missão, passaram a viver sob a administração de uma Diretoria Parcial de Índios, no mesmo local. Ali continuavam em conflito com povos vizinhos e, em 1880, os Amanayé mataram um grupo de índios Tembé e Turiwara, considerados os "índios mansos" daquela área. Essa ocorrência motivou o Presidente da Província do Pará a providenciar "armas e munições para que esses índios mansos se possam defender dos ataques dos Amanayé" (Gama e Abreu: 1880, 80-81). Após estes conflitos, supõe-se que os Amanayé se isolaram definitivamente dos Tembé e dos Turiwara, migrando para as cabeceiras do Rio Capim. A partir do final do século XIX, notícias do grupo aparecem somente através de registros de alguns etnólogos que visitaram rapidamente a região e através de vistorias, também rápidas, do SPI.

*

No final do século passado, segundo Ehrenreich, um pequeno grupo formado por índios Amanayé e Anambé, sobreviventes de uma epidemia nas aldeias do Arapari, se encontrava perto das últimas cachoeiras do Rio Tocantins (Gomes: 1984, 8). A maior parte do grupo, entretanto, teria permanecido no Rio Capim onde o Inspetor Luiz Horta Barbosa, logo após a criação do SPI em 1910, realizou uma expedição. Encontrou um grupo Amanayé liderado por uma mulata chamada Damásia, no Igarapé Ararandeua (Arnaud & Galvão: 1969, 7). Damásia teria assumido a chefia do grupo ainda no final do século passado e é mencionada como representante do grupo até a década dos anos 30. Nessa data, os Amanayé do Ararandeua eram aproximadamente 300 pessoas, distribuídas entre 4 aldeias (Nimuendajú & Métraux: 1963, 200). Nessa mesma área teria ocorrido, em 1941, um ataque, conforme um documento do SPI: índios "Amanajas" ainda não pacificados da região dos rios Surubiju e Carandiru, teriam atacado índios do Capim; segundo os Anambé, os índios arredios seriam cerca de 200 e já tinham aparecido no Igarapé Pimental, afluente do Rio Gurupi. O documento comenta então a necessidade de criação de um Posto Indígena na região (Gomes: 1984, 9).

*

A criação da Reserva Amanayé, em 1945 (ver adiante, "Situação atual das terras"), destinava-se, provavelmente, a esse grupo de 200 Amanayé "não pacificados", cujos remanescentes constituem, provavelmente, a atual população indígena do alto Capim.

Quanto ao grupo de Damásia, a última informação data de 1942, mencionando 17 remanescentes, liderados pelo filho dela e "na maioria mestiços". Na ocasião, esses Amanayé comentaram sobre o grupo arredio do Garrafão, afluente esquerdo do Ararandeua (Gomes: 1984, 9).

Finalmente, os Amanayé instalados na região do Rio Moju, se identificavam como Ararandeuara, conforme Lange. Este viajante publicou, em 1914 a única descrição etnográfica existente sobre o povo Amanayé. Nimuendajú, em 1926, encontrou um grupo local com a mesma autodenominação, na localidade de Munduruku, próxima do Moju (Nimuendajú & Métraux: 1963, 200). Os índios do Rio Cairari, também visitados por Nimuendajú, em 1943, foram por ele identificados como Amanayé e Turiwara mas seriam, na realidade, um subgrupo Anambé.

Na década de 50 os Amanayé continuavam ocupando as margens do Rio Candirú-Açu, dentro da Reserva. Foram ali visitados pelo sertanista João E. Carvalho, que trabalhava na época na Frente de Pacificação dos Urubu-Kaapor do SPI. Em 1976, havia pelo menos 10 remanescentes do grupo, dispersos na Reserva, entre os rios Ararandeua e Surubiju (FUNAI: telegrama nº 71.120, 02.02.76). Informações recentes, fornecidas à 2ª DR/FUNAI por funcionários da SUCAM que visitam aquela região, mencionam apenas 4 famílias Amanayé, já misturados com civilizados, na localidade de Barreirinha, que parece estar fora da Reserva (Affonso: 1984, ip).

Situação atual das terras

A Reserva Amanayé criada pelo decreto nº 306 de 21.03.45 situa-se nas cabeceiras do Rio Capim (D.O. 27.03.1945) (ver a íntegra no *box*). Um mapa do SPI datado de 1944, portanto anterior ao decreto, assinala outra área, delimitada pelos igarapés Jatuba e do Campo, afluentes do Rio Capim. A área reconhecida pela 2ª DR, conforme o então delegado Paulo César de Abreu, tem 30.800 ha correspondendo à Reserva decretada em 1945, embora seja identificada como Reserva "Anambé" (O Liberal: 16.07.82).

Face ao total desconhecimento da situação dos índios naquela área, onde permaneceriam apenas poucos remanescentes, Arnaud propõe à FUNAI que seja concedida aos Amanayé "uma área dentro da Reserva, a título definitivo, sem direito a alienação" (FUNAI: telegrama nº 71.120, 02.02.76).

O último documento referente à esta área indígena, no Proc. FUNAI 1518/79, trata de uma certidão negativa concedida à Fazenda União para uma área de terras situada na margem esquerda do médio Capim, à altura da cidade de Paragominas. Conforme está indicado no mapa deste processo, a Fazenda está distante da Reserva Amanayé. Por outro lado, uma vistoria realizada pelo CIMI-NORTE II, a pedido da FUNAI, confirmou a inexistência de indígenas na área requerida, embora menciona a "existência" de famílias mestiças no alto Capim, e outros mestiços misturados à população envolvente, que porém não se identificam como índios Amanayés" (Proc. FUNAI/BSB/1518/79, folha 27). A certidão foi então expedida, em 25.03.1980, sob a administração Nobre da Veiga (idem, fol. 41).

*

Em 1984, a 2ª DR/FUNAI incluiu na sua programação de eleições de área um levantamento da situação dos remanescentes Amanayé. A viagem à área não pôde ser realizada e esse levantamento deveria ser feito ainda no primeiro semestre de 1985 (2ª DR/FUNAI: 1984, ip).

documento

DECRETO Nº 306,
DE 21 DE MARÇO DE 1945

Reserva área das terras aos índios Amanagés no Município do Capim, e dá outras providências.

O INTERVENTOR FEDERAL:

usando da atribuição que lhe confere o art. 7º, item I, do Decreto-lei nº 1.202, de 8 de abril de 1939.

DECRETA:

Art. 1º — Fica reservada, no Município do Capim, aos índios Amanagés a área de terras situadas à margem esquerda do rio Capim e seu afluente Ararandeua, que lhe servem de frente: do lado de cima, o Igarapé Pitinga, afluente do rio Ararandeua, até suas nascentes; do lado de baixo, o Igarapé Frade afluente do rio Capim, até sua nascente e nos fundos a reta imaginária ligando as referidas nascentes dos Igarapés Pitinga e Frade.

Art. 2º O Govêrno do Estado, para a perfeita execução deste Decreto entrará em entendimento com o Serviço de Proteção aos Índios e pôrá em prática as medidas que se tornarem necessárias, a respeito.

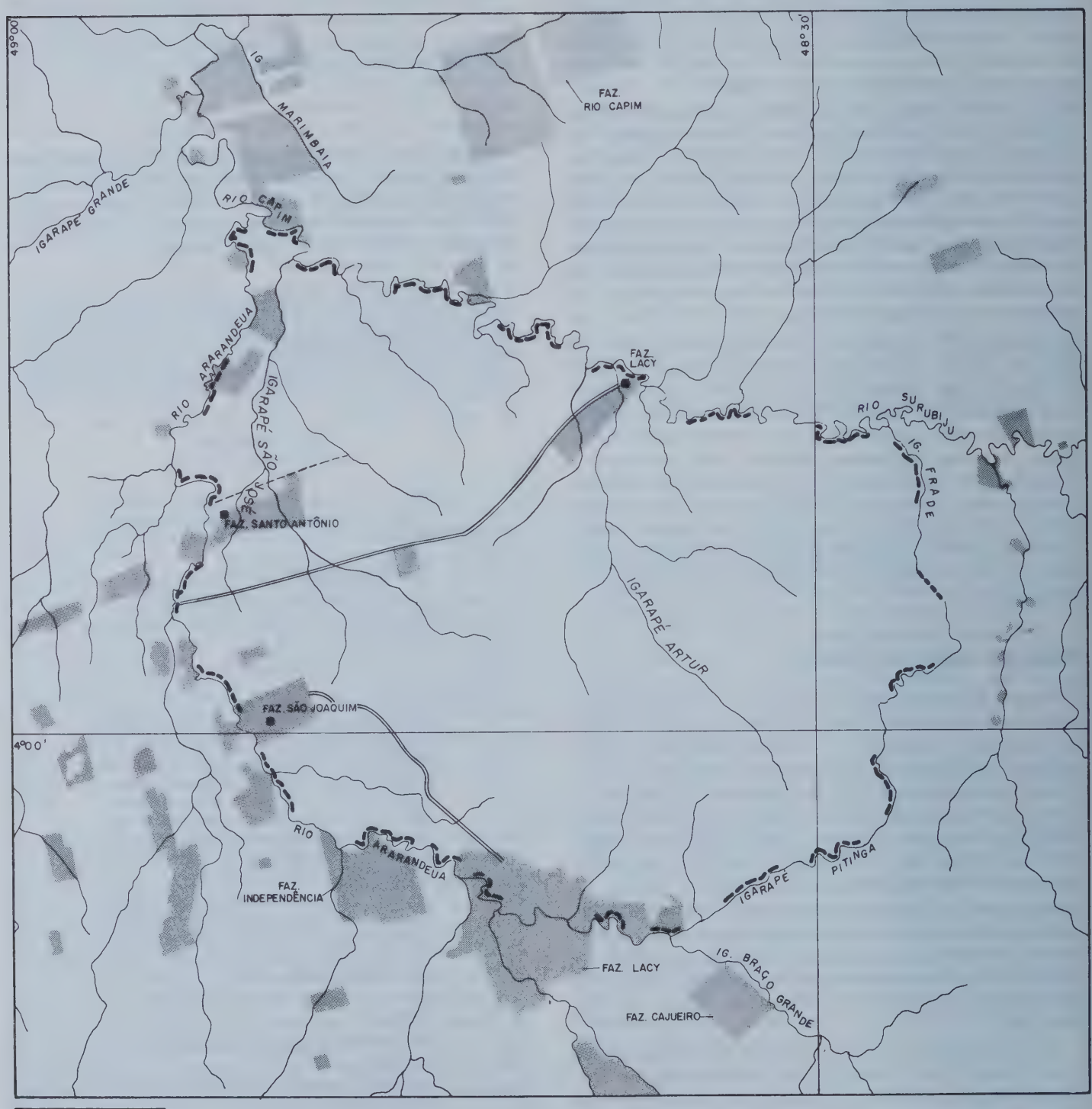
Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 21 de Março de 1945.

Cel. JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Interventor Federal
João Guilherme Limeira Bittencourt
Secretário-Geral

ÁREA RESERVADA AOS ÍNDIOS AMANAYÉS (DEC. 306 DE 21/3/45)



POVOS INDÍGENAS NO BRASIL - C.E.D.I. VOL. 8

Conforme indicações dos mapas da DSG (folhas MI 664, 665 e 731: 1983) a RI Amanayés está invadida por várias fazendas, entre elas os imóveis denominados Fazenda Lacy, Fazenda São Joaquim e Fazenda Santo Antônio.

No mapa da reserva (ao lado) aparecem plotados os desmatamentos e as estradas registradas na fonte cartográfica mencionada acima, mas faltam maiores informações a respeito da área total pretendida pelos fazendeiros.

FONTES DE INFORMAÇÃO

1. Documentos administrativos:

Arnaud/FUNAI, tel. nº 71.120 de 02.02.76
Diário Oficial, 27.03.45 (Dec. nº 306)
FUNAI, processo BSB/1518/79
Gomes, 1984

2. Trabalhos etnológicos:

Arnaud & Galvão, 1969
Lange, 1914
Nimuendajú & Métraux, 1963
Paixão & Moreira, 1975

3. Trabalhos lingüísticos:

Lange, 1914
Nimuendajú, 1914
Rodrigues, 1984
Boglar, 1955

4. Viajantes e documentos históricos:

Alencastre, 1857
Azevedo, 1874
Sá e Benevides, 1876
Brusque, 1862
Dodt, 1939 (1869)
Gama e Abreu, 1880
Leite, 1943
Machado, 1855
Nimuendajú, 1981
Ribeiro de Sampaio, 1812

Tembé do Rio Acará-Mirim (foto Carmen Affonso, 1984).

22 Tembé-Turiwara

Nome

Os índios que habitam a região do Rio Acará-miri identificam-se e são identificados, hoje, como Tembé. Fazem parte da nação Tenetehara, que partilha com os Guajajara do Maranhão, uma mesma língua e tradição cultural; são descendentes do grupo que migrou do Gurupi para o Pará, no século passado (ver no capítulo "Tembé", adiante) (Wagley & Galvão, 1961, 22).

Na mesma área, viviam também alguns índios Turiwara. Conforme Nimuendajú, o nome Turiwara significa "aqueles do Turi", uma referência geográfica não identificada (1963, 193). Já os índios Urubu-Kaapor, com os quais os Turiwara têm afinidades históricas e culturais, explicam essa denominação como derivada de "Iriwar", nome do principal espírito da água na cosmologia desse povo (Balee: 1984, 25).

Nos documentos do Proc. FUNAI 1036/79, referente à área indígena do Acará-miri, o grupo é às vezes identificado como Anhambé, nome de outro grupo Tupi da região do Cairari.

Língua

As línguas Tembé e Turiwara estão incluídas na família Tupi-Guarani (ver capítulo "Tembé do Guamá"). A língua materna não é mais usada no grupo; apenas os homens mais idosos se expressam, ocasionalmente, no dialeto original (Affonso: 1984, 4).

Localização

A área ocupada pelos Tembé e Turiwara na região do Rio Acará-miri se situa no município de Tomé-Açu, a 265 km de Belém (Parise: 1979, 3). É acessível pela rodovia PA-140, que liga Bujaru, no Rio Guamá, a Tomé-Açu, seguindo-se daí pela PA-256 (Tomé-Açú-Paragominas) até o ramal do km 14 da estrada da JAMIC Imigração e Colonização Ltda., através da qual chega-se ao núcleo mais próximo da área indígena (lote do Sr. Faustino). Segue-se então pelo rio, até a aldeia, situada a montante, distante cerca de uma hora de canoa. É possível também chegar à aldeia pelo Rio Acará-miri, partindo de Tomé-Açu, num percurso de aproximadamente 8 horas (Affonso: 1984, 2).

Os Tembé ocupam atualmente uma única aldeia, denominada aldeia do Cuxiu-miri ou Aldeia Velha. As habitações estão situadas na margem esquerda do rio, à direita do Igarapé Cuxiu-miri; apenas uma casa situa-se na margem direita. As casas dos Tembé se situam no centro da área requerida e recentemente delimitada pela FUNAI. Duas famílias de Turiwara que moravam, até alguns anos atrás, junto com os Tembé se mudaram para igarapés afluentes do Acará (ver adiante, "Situação Atual das Terras").

População

A atual população indígena na região do Rio Acará conta com aproximadamente 30 pessoas. De acordo com um levantamento realizado por um GT/FUNAI em dezembro de

1984, apenas 18 pessoas residem dentro da área ora delimitada; esse grupo local de 3 famílias é composto por índios Tembé e regionais há muito instalados na área; vivem junto aos Tembé desde o casamento de Manoel Barroso Querari, atualmente com 65 anos, líder dos Tembé, com D. Emiliana, mãe de nove filhos que vieram se instalar no Acará-miri.

Índios e não-índios formam uma família extensa, organizada em torno de Manoel Barroso. Fora os Turiwara acima mencionados, outros 10 índios Tembé — todos casados com regionais — vivem fora da área indígena, nos seguintes locais: Lancha, Breu, Alegria, Igarapé Cuxiu, Arumateua, Concórdia e Vila Tailanda (Affonso: 1984, 5-10).

Em relação aos anos anteriores, observa-se um movimento de dispersão fora da área indígena;de fato, em 1979, a aldeia era ocupada por 33 pessoas, distribuídas entre 5 famílias (Parise: 1979, 4). Já em 1983, um levantamento feito pelo INCRA, a pedido da FUNAI, registrava 4 famílias dentro da área delimitada, mencionando outras dispersas fora, nas fazendas próximas (Pádua: 1983, 2). Por outro lado, a evolução histórica da população indígena naquela região é indicativa desse movimento de dispersão nas fazendas e para outros núcleos indígenas da Área.

No quadro abaixo, estão indicados os levantamentos realizados na área do Acará; outros dados sobre a população Tembé dos rios Capim e Guamá se encontram, respectivamente, nos capítulos "Amanayé" e "Tembé do Guamá".

População Tembé e Turiwara na região do Acará:

data	população	fonte
1862	105 Turiwara, 3 aldeias	Brusque: 1862
1885	247 Turiwara e Tembé, 5 aldeias	Baena: 1885
1911	106 Tembé	SPI/Arnaud: 1984
1942	15 Turiwara e 22 Tembé	Arnaud: 1969
1945	3 aldeias Tembé	Arnaud: 1984
1969	20 Tembé e Turiwara	Arnaud: 1969
1975	12 Tembé e Turiwara	Carelli: 1975
1979	33 Tembé, Turiwara e regionais "afins"	Parise: 1979
1983	4 famílias Tembé	Pádua: 1983
1984	18 Tembé e regionais "afins" na área; 12 Tembé e Turiwara fora da área	Affonso: 1984

Histórico do contato

No século XVIII, a região do baixo Tocantins era povoada por dezoito nações indígenas, a maioria de fala Tupi como os Turiuaru (Turiwara), Uayá (Guajá) e Amanajoz (Amanayé) (Noronha: 1856, 8-9). Entre esses povos, os Turiwara são os mais citados nas fontes da época (Ribeiro de Sampaio: 1812 e Villa Real:1848, *apud* Nimuendajú: 1963, 193) e podem ser considerados como os primeiros ocupantes do Rio Acará.

A primeira informação mais precisa refere-se a um conflito com os índios Urubu-Kaapor que, em 1820, teriam assaltado a cidade de Badajoz. Na ocasião o comandante Francisco Nunes pediu apoio ao chefe dos Turiwara, Paraná-Mondo; junto com as tropas do governo paraense, os Turiwara atacaram os Urubu no Rio Piriá (Barbosa Rodrigues, *apud* Balee: 1984, 32). Os Turiwara e Urubu-Kaapor ocupavam de fato a mesma área nos rios Acará e Capim e, apesar deste confronto armado, levanta-se a hipótese de que se trate de dois subgrupos de um mesmo povo, partilhando uma mesma língua e cultura (Laraia: 1982, 9), cuja origem estaria situada na margem esquerda do Rio Tocantins, donde teriam saído no século XVII (Balee: 1984, 23-24).

Numa segunda migração, já no século passado, os Urubu e alguns Turiwara deslocaram-se para o Maranhão enquanto a maior parte destes últimos permanecia no Acará. Habitavam ali a zona de cabeceiras, pouco freqüentada por brasileiros, mantendo com estes contatos apenas esporádicos através da comercialização de óleo de copaíba, uma resina utilizada como agente cicatrizante muito difundida e valorizada na Amazônia do século passado. Coletavam a resina nas árvores dispersas na mata, tornando esse tipo de coleta uma atividade individual e pouco rentável, e vendiam-na para um ou outro comerciante que percorria o curso alto dos rios; a população regional não freqüentava essa área "por medo dos índios" (Balee: 1984, 34).

Um outro momento de contato ocorreu durante a Cabanagem (1819-1836): no final desse período, o chefe cabano Eduardo Angelim perdeu uma batalha decisiva no Rio Acará, durante a qual 600 escravos negros foragidos foram recapturados. Com alguns de seus partidários, Angelim refugiou-se no alto Rio Capim onde foi acolhido e protegido pelos índios (Hurly, *apud* Balee: 1984, 35-36). Possivelmente esses cabanos encontraram apoio numa aldeia Turiwara ou Urubu, considerando que esses dois grupos compartilhavam, na época, a mesma área. Hurly informa que os cabanos, pouco depois, teriam sido recapturados com ajuda de outro grupo indígena.

*

Não se tem avaliação da população indígena desta área durante a primeira metade do século XIX; é certo porém que os índios do baixo Tocantins devem ter sofrido fortes baixas em decorrência das epidemias de varíola que se alastraram no Pará entre 1793 e 1820. Um dos últimos surtos da doença teria atingido essa região de mata, ao sul de Belém (Balee: 1984, 35). Outro fato que está na origem da drástica redução populacional dos povos indígenas foi a política de aldeamentos implantada nessa área durante a segunda metade do século XIX. Os relatórios dos Presidentes da Província do Pará fornecem informações sobre

este período, analisando a atividade espoliativa desenvolvida por comerciantes, a atuação de missionários e das "Diretorias Parciais" criadas pelo Regimento de 1845.

A partir desta época os índios Tembé já são mencionados junto aos Turiwara, no Acará e no Capim. Os Turiwara ocupavam, em 1862, três aldeias (Brusque: 1862, 15). Os Tembé, recém-chegados do Gurupi, se encontravam aldeados no Rio Candiru-açu, afluente do Capim, onde viviam "em perfeita harmonia com os outros (Turiwara), mas independentes" (idem).

Após um conflito com regatões, ocorrido em 1861 na aldeia Trocateua do Gurupi (no qual os índios mataram 9 pessoas), os Tembé se transferiram para o Rio Capim, na aldeia Santa Leopoldina. No Igarapé Poteritá, outro afluente do Capim, Brusque menciona outras famílias indígenas, dispersas, provavelmente Tembé (idem). Com essa migração, em várias levas, logo os Tembé constituíram maioria, ocupando regiões até então habitadas apenas pelos Turiwara. Sobre a situação desses índios, Brusque declara: "todos são dóceis e dão-se à colheita e extração de produtos naturais para poucos indivíduos que entretém com eles algum comércio. Apesar de conservar relações com homens civilizados que os empregão neste serviço, não têm a idéia do valor, não compreendem o merecimento de seu trabalho. Este estado de atraso é devido ao monopólio que alí plantaram certos especuladores, dificultando por todos os meios a livre comunicação dos índios..." (idem).

A implantação das "Diretorias Parciais" visava justamente limitar os abusos praticados por regatões; na prática, porém, essas administrações locais aumentaram a sujeição dos índios, utilizados como mão-de-obra 'dócil' e barata. Por outro lado, os aldeamentos, organizados através do reagrupamento forçado dos indígenas, contribuíram para liberar a área para a frente de expansão pioneira extrativista. As missões e aldeamentos do "Diretório", devido à uma administração caótica, tiveram curta duração (até 1889): não encontrando mais apoio nestes centros, os índios voltaram a se dispersar, como mostra o histórico que segue. Essa situação, relativamente bem documentada para o caso dos Tembé e Turiwara do Acará, constituiu um padrão recorrente no histórico do contato dos povos indígenas da área leste do Pará.

Em 1871 fundava-se a primeira missão no Rio Capim, no lugar chamado Pracateua, onde foram reagrupados 600 Tembé e Turiwara. A missão foi logo abandonada por seu responsável e os regatões tentaram dispersar os índios, como requeria a coleta de óleo de copaíba e cravo, nas matas do Capim. Com a chegada de um novo missionário, o aldeamento foi reorganizado. Em 1872 uma segunda missão era implantada no Capim na localidade chamada Anauera, com 300 índios aldeados, entre Tembé, Turiwara e Amanayé (Azevedo: 1874, 48). A presença de missionários parece ter diminuído temporariamente a atuação dos regatões, criando uma situação de inimizade e contendas entre a população regional, os índios e sobretudo os missionários (Azevedo: 1875, 58).

Com a retirada dos religiosos, as aldeias passaram à administração de "Diretores". Das 13 Diretorias Parciais existentes no Pará, 4 situavam-se na área dos Tembé, dos Turiwara e dos Amanayé (Gama e Abreu: 1880, 80-81).

A aldeia Santa Leopoldina, já mencionada, passou a se chamar "colônia" e reunia mais de 400 índios Tembé, incluindo, provavelmente, índios Turiwara. O Diretor empregava os índios nas plantações de mandioca, milho, arroz e tabaco "servindo este produto para a manutenção dos mesmos indígenas" (Azevedo: 1874, 47).

Os abusos eram regra: "como a legislação indigenista atribuiu a esses Diretores considerável soma de poderes sobre as populações indígenas *assistidas*, as providências adotadas com relação à escolha do local para o aldeamento, o controle de suas atividades produtivas e o comércio dos excedentes de produção, todas essas medidas eram naturalmente decididas de acordo comos interesses do Diretor" (Moreira Neto: 1971, 79). Conforme uma crítica da época: "alguns dos Diretores entendem que aquele lugar é destinado para proveito seu; outros sem inteligência querem transformar de um dia para o outro, o índio em cidadão, votando, tomando parte em eleições. Este é um dos ramos de serviço público mais mal organizado não só porque o regulamento em vigor é defeituoso como porque os diretores não são retribuídos e finalmente porque pelas distâncias e posições dos aldeamentos, muito difícil se torna a fiscalização" (Gama e Abreu: 1880, 80-81).

Em 1876, o Diretor dos índios Turiwara do Rio Miriti-Piranga informava que "estes haviam sido vitimados por uma epidemia cujos resultados tinham sido agravados pela inexistência de qualquer forma de proteção ou auxílio por parte dos diretores"(Sá e Benevides: 1876, *apud* Moreira Neto: 1971, 63).

Em 1885 viviam nessa mesma área 100 Turiwara e, na margem esquerda do Acará-miri — atual localização desses índios — outros 71. Os Tembé se localizavam na margem direita "mais afastados da povoação e por isso menos civilizados" enquanto outro grupo de 76 Tembé habitava o Igarapé Miriquitá-Grande "quase civilizados pela proximidade em que ficam do povoado". Ali plantavam mandioca e milho. Já mantinham relações comerciais intensas com os regionais, vendendo excedentes agrícolas, óleo de copaíba, madeiras, estopa e canoas (Baena: 1885, 21).

Em 1889, dispersos novamente, os Turiwara foram visitados pelo zoólogo alemão Meerwarth, que fornece as únicas referências etnográficas sobre este povo Tupi (1904). Estavam divididos entre 8 aldeias, abaixo das cachoeiras do Rio Acará, todas elas em contato com regatões (Nimuendajú: 1963, 194).

*

Na virada do século, a situação dos índios dessa região permanece idêntica: em 1911 o Inspetor Regional do SPI

encontrou 106 Tembé, empenhados no corte de madeira "muito explorados no pouco que produziam" (Arnaud: 1984, 2). Em 1929, numa viagem de inspeção na região, o representante do SPI Arthur Deodato Bandeira menciona índios Turiwara nas nascentes do Rio Gurupi -Una. Esses Turiwara haviam atacado índios Urubu-Kaapor recém-contatados, roubando-lhes os brindes que haviam recebido do Posto Pedro Dantas. Bandeira, aliás, considerava que os Turiwara e os Urubu formavam um único povo, como foi mencionado acima (1929, 13).

Em 1942, um encarregado do SPI visita novamente a área para verificar a situação dos índios e, no seu relatório, propõe a demarcação de duas áreas, destinadas aos Tembé e aos Turiwara, com a finalidade de "resguardar as caças e as madeiras de que (os índios) vivem, dos invasores civilizados" (Oliveira: 1942, 2). Oliveira denuncia as extorsões a que os índios eram submetidos, por parte de regatões, especialmente aqueles ligados à uma "Cia. Nipônica" e ao comerciante Paulino dos Santos Maciel para quem os índios trabalhavam gratuitamente (idem).

A aldeia dos Turiwara se localizava na margem esquerda do Rio Pequeno (Acará-miri), separada da aldeia dos Tembé, então liderados pelos tuxáuas Felipe Prosório (?) e Manoel Fernandes. A área proposta para os Turiwara media 2 léguas, delimitada pela boca dos igarapés Tabatinga e Onça. A área proposta para os Tembé media 8 léguas, delimitada pelos igarapés Tucumandeua e Biteua (Oliveira: 1942, IX).

*

Essa proposta não foi levada adiante. Ao contrário: a partir de 1945, quando foi criada a Reserva Indígena do Alto Rio Guamá (ver capítulo "Tembé do Guamá"), o SPI e depois a FUNAI têm procurado convencer os índios do Acará-miri de se mudarem para esta área, onde lhes seria dada assistência. Apenas alguns Tembé foram para o Guamá, inclusive por iniciativa própria (ver adiante); a maioria, no entanto, vem lutando pelo reconhecimento de suas terras no Acará.

Voltando a 1945, após terem recusado a transferência, os Tembé e Turiwara permaneceram na aldeia Bananal do Acará-miri. Os regionais consideravam, na época, que "o rio era dos índios... não se subia para caçar sem pedir autorização dos índios" (Carelli: 1975, 2). Em 1950, um surto de sarampo matou a maior parte do grupo; os sobreviventes dispersaram-se rio acima, ocupando várias localidades.

Somente uma família, a de Raimundo Barrá Turiwara, permaneceu no Bananal. Em 1962, Barrá também abandonou essa aldeia e foi viver rio acima, na altura do Igarapé Açaitewa. Daí, até 1975, esta família foi sucessivamente desapropriada dos sítios que ocupava, dentro do território de seu povo e as terras foram compradas por fazendeiros paulistas (idem, 10-11). Em 1975, Barrá e seus familiares se estabeleceram num lote próximo à Aldeia Velha, abandonando a área que ocupavam perto de Tomé-Açu.

Quando Raimundo Barrá faleceu, seus filhos venderam a posse do lote e se mudaram para o Araxiteua, igarapé afluente do Acará-miri (Affonso: 1984, ip). A área abandonada pelos Turiwara perto de Tomé-Açu hoje faz parte da Fazenda Mombaça, para a qual foi expedida, pela FUNAI, uma certidão negativa de ocupação indígena, em janeiro de 1984 (Affonso: 21.01.84 e 03.04.84).

Os Tembé, após terem ficado vários anos dispersos nas margens do Acará-miri, reintegraram o Cuxiu-miri a partir de 1974, sob a liderança de Manuel Barroso. Durante vários anos de ausência, posseiros haviam invadido a região da Aldeia Velha, um deles com título de ocupação de terras devolutas (Carelli: 1975, 8). Esses Tembé vêm lutando para que sua posse seja regulamentada. Várias equipes da FUNAI e do INCRA estiveram na área (ver adiante, "Situação atual das terras"), sem resolver o problema. Em 1979 a FUNAI voltou a sugerir que os índios se transferissem para o Guamá; a sugestão foi rejeitada pelos índios, após uma visita de Manuel Barroso naquela área. Ficaram no Acará-miri e as invasões aumentaram cada vez mais. Em 1984, "cansados de esperar por providências da FUNAI em relação à regulamentação de suas terras e à uma assistência efetiva, resolveram se transferir para a área do PI Alto Rio Guamá. Venderam seus poucos bens e vieram para Belém, hospedando-se na Casa do Índio." O Delegado da FUNAI, lembrando o fracasso da transferência dos Anambé para esta área (ver capítulo "Anambé") convenceu os Tembé a retornarem para sua aldeia, o que fizeram (Affonso: 1984, 2). No final de 1984, uma equipe da FUNAI esteve na Aldeia Velha, propondo nova delimitação da área indígena (ver adiante).

Modo de vida

As informações disponíveis sobre a composição do grupo Tembé do Acará-miri indica que além das 18 pessoas — sendo 8 Tembé e 10 regionais "afins" — um número maior de Tembé, todos casados com regionais, vive fora da área delimitada, dispersos nas fazendas de pimenta do reino e nas localidades vizinhas.

Em 1979, Parise menciona 26 pessoas em Água Branca, 9 em Lancha e 17 na cidade de Tomé-Açu (1979, 2). Em 1984, o levantamento menciona 10 Tembé fora da área; computando as famílias desses índios, temos um total de 50 pessoas (Affonso: 1984, 8-10). Há intensas relações entre o grupo "aldeado" e essas famílias dispersas, observando-se um constante movimento de dentro para fora e, mais raramente, de retorno à área indígena.

As famílias instaladas no Cuxiu-miri vivem relativamente agrupadas: a "aldeia" é formada por duas habitações na margem esquerda do igarapé e de uma terceira situada na margem direita. Além dessas casas há outras duas mora-

dias no interior da área, uma situada perto do limite sul e outra próxima ao limite oeste; eram ocupadas por famílias que se transferiram recentemente para fora da área, mas, de acordo com os índios Tembé, serão em breve reocupadas por outras famílias de regionais, parentes dos índios (Affonso: 1984, 3).

"As casas são construídas em madeira ou barro, com cobertura em cavacos. A mobília se resume a alguns bancos e mesas, utensílios de cozinha, um fogão de barro e girau. A água é armazenada em panelas de alumínio ou potes de barro. Não possuem poço, usando a água do Acará-miri ou do Cuxiu-miri para beber e preparar os alimentos" (idem, 3-4).

A situação dos "afins" que moram em Água Branca seria, de acordo com Parise, muito melhor que a dos índios: "casas boas, ferramentas e outros utensílios, casa de farinha, etc..."(1979, 3).

*

A agricultura é a principal fonte de subsistência dos Tembé "aldeados". Suas roças têm cerca de um ha cada, sendo que abrem anualmente um novo roçado em região de mata virgem ou em capoeiras velhas. Devido à longa temporada que passaram em Belém durante 1984 (ver acima, "Histórico do Contato"), as roças foram abertas com dimensões inferiores das que costumam fazer. Abriram 3 roças, uma para cada habitação. Os trabalhos de derrubada, queimada e coivara são realizados pelos homens, em regime de mutirão. O plantio e a colheita são feitos separadamente, por cada casal proprietário de uma roça.

A produção agrícola destina-se basicamente ao consumo interno. Eventualmente comercializam farinha de mandioca e, em menor escala, arroz. Os outros produtos plantados são macaxeira, milho, batata-doce, cará, gerimum, cana-de-açúcar, melancia, banana, ananás, gergelim, quiabo, jambu, arroz e café.

Ao redor das casas, cultivam árvores frutíferas como mangueiras, mamoeiros, jaqueiras, cajueiros, goiabeiras, limoeiros, laranjeiras, ingazeiros e açaizeiros, além de cuieiras, pimentas de cheiro e malagueta (Affonso: 1984, 3 e 11).

Em virtude da acelerada expansão de fazendas e projetos de colonização na região do Acará, e da proximidade e intrusão de madeireiras na área indígena, a caça e a pesca tornaram-se atividades pouco rentáveis. Os Tembé caçam individualmente ou em grupo e as expedições não duram mais de um dia; obtêm ainda macacos, preguiças, cotias, veados, pacas e caitetus; muito raramente, uma anta ou um porcão. Pescam no Acará-miri, no Lago Carananduea, no Igarapé Cuxiu-miri e nos lagos formados pelo rio, durante o inverno. Para complementar sua dieta, os Tembé coletam frutos silvestres (como bacuri, uxi, bacaba, açaí, tucumã, além de mel). Finalmente, todos têm pequena criação de galinhas e patos.

Entre as atividades destinadas à comercialização, destaca-se a retirada e preparação de madeiras. Segundo informaram, até 6 anos atrás possuíam uma pequena serraria, onde beneficiavam a madeira para venda. Atualmente vendem as árvores para madeireiros que se incumbem de derrubar e retirar a madeira de dentro da área indígena. Essa madeira é transportada para Quatro Bocas e Tomé-Açu, onde é vendida para as serrarias ali existentes. As espécies mais vendidas são: pau-d'arco, vendido a Cr$ 40.000 por árvore; a sucupira amarela por 30.000; a sucupira preta, por 25.000; angelim por 10.000; itanã, por 10.000; juquiria, por 8.000 e ucuuba, por 6.000 (Affonso: 1984, 13).

Tutela e assistência

Os Tembé e Turiwara do Acará-miri nunca receberam, por parte do SPI e depois da FUNAI, uma assistência efetiva. Foram ocasionalmente visitados por encarregados do SPI e, mais recentemente, por funcionários da FUNAI. Em 1979, o sertanista Fiorello Parise e a EVS estiveram na área. A impressão do sertanista "foi da pior miséria, crianças de barriga inchada e anémicas, chorando de fome... Caça não tem e peixe muito pouco" (1979, 5).

Fora essas visitas, a assistência fornecida pela FUNAI limitou-se ao ocasional fornecimento de remédios e ferramentas.

Em caso de doenças recorrem ao Centro de Saúde da localidade de Quatro Brocas ou se deslocam até Belém, onde são atendidos pela FUNAI. Segundo a equipe da FUNAI que esteve recentemente na área, "apesar da evidente deficiência alimentar, não aparentam subnutrição e, segundo informam, as doenças mais freqüentes são a gripe e a diarréia" (Affonso: 1984, 4).

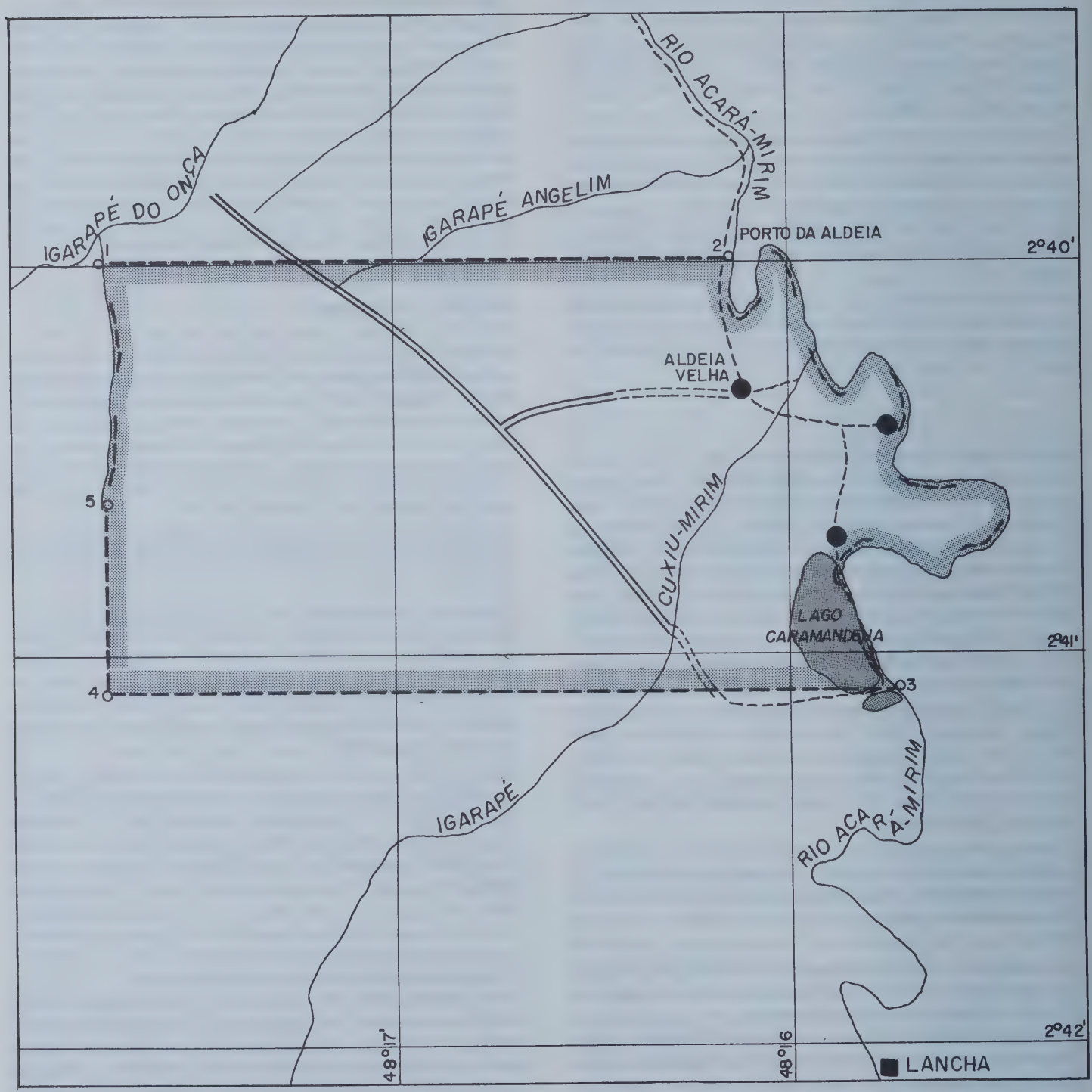
Não se sabe qual é a intenção da FUNAI para com esta área indígena. Face à situação precária em que se encontrava o grupo — e deve se encontrar até hoje — o sertanista Parise solicitava, em 1979, "a ida e permanência no local de um atendente ao menos um mês por ano, a fim de melhorar o estado de saúde da comunidade, transmitir noções de higiene e orientar Ricardo — o único alfabetizado — a fim de que possa ter condições de prestar assistência ao grupo e administrar medicamentos" (1979, 3). Essa mínima solicitação não foi considerada até hoje.

Em agosto de 1984, 11 Tembé da região do Acará estiveram em Belém solicitando apoio à 2ª DR, que deveria lhes fornecer uma série de implementos agrícolas assim como armas de fogo, uma canoa para transportar 3 toneladas e um motor. As exigências foram registradas pela Delegacia (Affonso: 27.08.84) mas não se sabe se foram atendidas.

Situação atual das terras

As queixas apresentadas pelos índios Tembé por ocasião de uma visita à 2ª DR/FUNAI em Belém (Carelli: 1975 a e

ÁREA INDÍGENA TEMBÉ



SINAIS CONVENCIONAIS

ALDEIA
LIMITE DA ÁREA
MARCO DE LIMITE
ESTRADA DE TERRA
CAMINHO

CURSO D'ÁGUA
POVOADO

ESCALA GRÁFICA

0.2km 0 0.2 0.4 0.6 0.8 1km

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL-CEDI VOL. 8

b) motivaram a ida de um agrimensor do INCRA que fez uma primeira delimitação da área indígena, dando como posse dos Tembé a região delimitada pelos igarapés Cuxiu-miri, subindo o Acará-miri até o Lago Caranandeua, com 2.000 metros de fundo.

Em 1979, o sertanista Parise visita a área, confirmando essa delimitação; na ocasião, ele identificou erroneamente os índios daquela área como Anhambé (Parise: 1979, 4). A área requerida pelos índios — conforme levantamentos feitos em 1975 e 1979 — foi então plotada no mapa do RADAM, em Brasília, ficando com uma extensão de 8.120 ha (Proc. FUNAI/BSB/1036/79, fl. 18). Segundo os levantamentos feitos pela FUNAI na área, em 1983-84, essa plotagem estaria errada: a situação real não corresponderia a tal extensão (ver adiante).

Em 1983, agrimensores do INCRA e da FUNAI realizaram nova vistoria na área, a fim de fornecer certidões negativas ao INCRA (Fazenda Mombaça) que estava iniciando o processo discriminatório da gleba Tomé-Açu. Constataram que o "Projeto de Colonização JAMIC Imigração e Colonização Ltda." incide sobre as terras dos Tembé e Turiwara, assim como numerosas outras posses da "Colônia Tomé-Açu", regularizadas através do convênio INCRA-ITERPA além de outras posses ainda não regularizadas (Pádua: 1983, 1).

Colonos e fazendas ocupam, de fato, praticamente toda a área plotada no mapa em 1979. Face à existência dessas posses, algumas com mais de 10 anos, na última vistoria, em 1983, os agrimensores consideraram como área indígena apenas a parte "que eles ocupam e que é respeitada pelas redondezas": uma área de aproximadamente 500 ha, com 2.500 metros ao longo do Rio Acará-miri e 2.000 metros de fundo, em linhas perpendiculares ao rio (idem, 2). O relatório, no entanto, não menciona qual a área requerida pelos índios, limitando-se a cálculos sobre a relação terra/população: "com a gradual extinção dos silvícolas, correu também na mesma proporção uma diminuição dos limites" (idem).

Em dezembro de 1984, um GT/FUNAI realizou novo levantamento na área do Acará, confirmando, na proposta de delimitação encaminhada ao DPI, a área definida pelo INCRA em 1983. Segundo a nova delimitação, a Área Indígena Tembé tem 850 ha de extensão e um perímetro de 12 km (Planta de delimitação AI Tembé, FUNAI: 07.01.85). Segundo o relatório do GT, "a área reivindicada pelos Tembé e proposta para demarcação é basicamente a mesma delimitada em 1975, excetuando o limite norte, que deixou de ser o Igarapé Cuxiu-Miri, uma vez que a aldeia atualmente situa-se na margem esquerda desse igarapé".

Quanto à delimitação plotada no mapa em 1979, o relatório informa: "que a Área Indígena Anhambé, conforme era designada na ocasião, possuía uma extensão de 8.120 ha, surgiu por ocasião da transposição do croquis elaborado pelo sertanista Parise para o mapa do RADAM, quando a área delimitada *in loco* foi ampliada, passando a ter outros limites, diferentes daqueles reconhecidos pelos índios" (Affonso: 1984, 16).

Nessa área, ainda segundo o relatório do GT, não há incidência de posses. E "o único problema que os índios vêm enfrentando com relação à terra, refere-se à exploração de madeira, dentro de sua área, por um neto da esposa de Manoel Barroso (líder da comunidade), Diogo" (idem, 15). O madeireiro morava até recentemente na área indígena, juntamente com familiares, autorizados por Manoel Barroso. A madeira — transformada em estacas — era vendida nas fazendas de pimenta da vizinhança. Em 1984, os Tembé apreenderam a madeira que será vendida em seu benefício (idem).

Quando estiveram em Belém, em agosto de 1984, os Tembé denunciaram um elemento conhecido pelo nome de Moreno, que comprou uma área vizinha à Área Indígena e, quando da demarcação de seu lote, avançou cerca de 500 metros dentro das terras dos índios (Affonso: 27.08.84). Como a denúncia foi feita antes da eleição da área realizada em dezembro daquele ano, não se sabe se a área invadida foi incluída na atual proposta de reserva.

FONTES DE INFORMAÇÃO

1. Documentos administrativos:

Affonso, 1984a, 1984b, 1984c
Bandeira, 1929
Carelli, 1975a, 1975b
FUNAI, processo BSB/1036/79
FUNAI/DPI, Planta de delimitação da AI Tembé, 07.01.85
Oliveira, 1942
Pádua, 1983
Parise, 1979a

2. Trabalhos etnológicos:

Arnaud, 1984
Arnaud & Galvão, 1969
Balee, 1984
Laraia, 1984
Moreira Neto, 1971
Nimuendajú, 1951, 1963b
Wagley & Galvão, 1961

3. Trabalhos lingüísticos:

Nimuendajú, 1914
Rice, 1934
Rodrigues, 1984

4. Viajantes e documentos históricos:

Azevedo, 1874, 1875
Baena, 1885
Brusque, 1862
Gama e Abreu, 1880
Meerwarth, 1904
Noronha, 1856
Ribeiro de Sampaio, 1812
Sá e Benevides, 1876
Villa Real, 1848

No beiradão, aldeia do PI Guamá (foto Nair Benedicto/F4, 1982).

23 Tembé

Nome

Os Tembé e os Guajajara, juntos, formam o povo Tupi Tenetehara. São conhecidos por Tembé, os Tenetehara que por volta de 1850 migraram da região do Pindaré em direção aos rios Guamá , Capim e Alto Gurupy (Hurley: 1928).

Os índios do Gurupi se autodenominam Tenetehara, o que significa "a gente, os índios em geral e mais especialmente os índios Tembé e Guajajara" (Boudin: 1966, 258). Acredita-se que a designação de Tembé lhes tenha sido atribuída por regionais, dos regatões com os quais comercializavam. Tembé ou *Timbé* é como são conhecidos, desde que se têm notícias deles na região, seja através de informações do SPI seja através de viajantes e pesquisadores, como Hurley (1928), Dodt (1939), Nimuendajú (1914b), D. Ribeiro (1979b) e outros. Conforme o lingüista Max Boudin, *timbeb* = nariz chato (1966, 253).

Língua

A língua Tembé Tenetehara se inclui na família lingüística Tupi-Guarani. O primeiro vocabulário de que se tem notícias foi elaborado por Nimuendajú (1914b, 615-618); posteriormente Hurley (1931) e Rice (1934, 109-180) trabalharam mais detalhadamente o idioma Tembé.

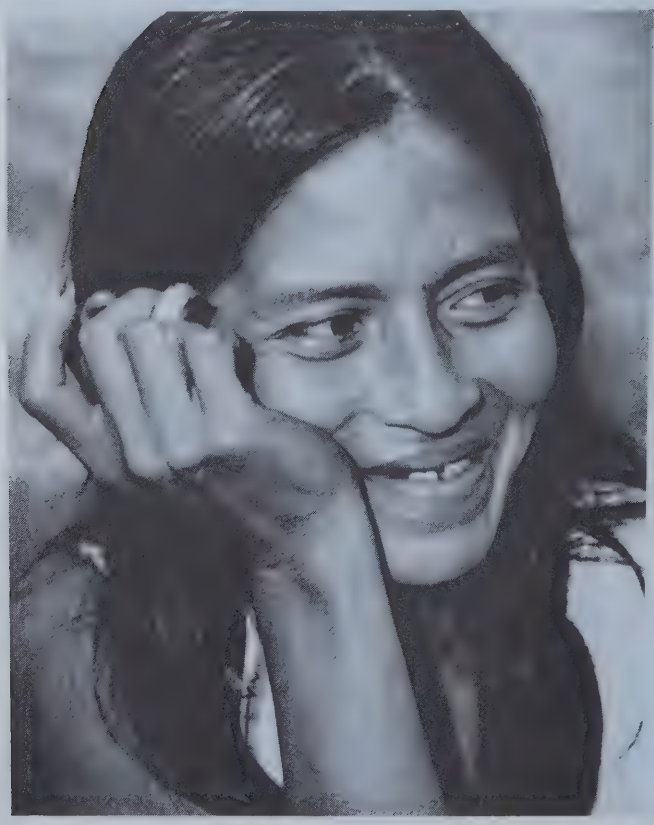
A pesquisa lingüística mais completa foi realizada por Boudin e resultou na publicação de um dicionário em dois volumes que, segundo o autor, "... tende para uma dimensão histórica, citando as etimologias de autores setecentistas ou clássicos, ..., deixando assim à mostra a possível evolução ou involução dos dialetos do ramo tupínico" (1966 e 1978).

Entre os Guajajara, considerados do mesmo grupo cultural que os Tembé, cinco pesquisadores do SIL elaboraram extenso material lingüístico (o casal Bendor-Samuel, o casal Harrison e Gudschinsky). Também entre os Kaapor — com os quais os *Tembé do Gurupi* mantêm contato desde a década de 20 — dois pesquisadores do SIL realizaram estudos lingüísticos durante 12 anos (Kakumazu, J. e Kakumazu, K.). Atualmente, conforme informações dos índios do Gurupi, a língua Tembé está se "entremeando" com a língua Kaapor (Valadão: 1980).

Ao contrário dos Tembé do Guamá, que não falam mais a própria língua (Ruffaldi, Sales e Esteves: 1983, 4), cerca de 90% da população *Tembé do Gurupi* fala três línguas: a sua própria língua, o português e o Kaapor; e seis homens Tembé que trabalharam para a FUNAI em frentes de atração, falam o Asuriní e o Parakanã. Com base nessa situação de multilingüismo existente no Gurupi e no extenso material lingüístico já publicado, um pesquisador especializado poderia facilmente avaliar as transformações e as influências entre essas línguas Tupi-Guarani.

Localização

As aldeias Tembé, pelo menos desde fins do século XIX, estão divididas em dois blocos praticamente sem contato entre si, localizadas em duas reservas contíguas, cujo limite comum é o Rio Gurupi, fronteira do Maranhão com o Pará.



Tembé do Gurupi: acima, Piri, da aldeia Igarapé das Pedras (foto V. Valadão, 1983) e, ao lado, Mariquinha, da aldeia do Posto (foto Vincent Carelli, 1980).

Moradores da aldeia Tawari. Na foto ao lado, o velho Manoel, morador da aldeia do PI Guamá (fotos Nello Ruffaldi/CIMI-Norte II, 1982).

O primeiro bloco de cinco aldeias, está situado na margem direita do Rio Guamá, no seu curso alto, no trecho que vai do Igarapé Tawari até o Igarapé Pitomba. Em 1983, as aldeias se distribuíam como segue: Pitomba, com 3 casas; aldeia do Posto, sede do PI Guamá, com 16 casas; São Pedro Velho, com 9; Frasqueira, com 6; e Tawari, com 7 casas. O acesso de uma aldeia a outra se dá por via terrestre ou fluvial. A AI Alto Rio Guamá está localizada no município de Ourém, a cerca de 230 km de Belém. É fácil o acesso dos Tembé do Guamá às cidades da região, sendo Capitão Poço a mais próxima, a 14 km do PI, pela estrada municipal que atravessa a Fazenda Boa Esperança, na margem esquerda do Rio Guamá. Os moradores das aldeias São Pedro e Frasqueira podem chegar a Capitão Poço se utilizando de uma estrada de serviço da referida fazenda; os moradores de Tawari sobem o Rio Guamá em canoas, até a Vila de Boca Nova.

As quatro aldeias do segundo bloco estão localizadas nas margens do Rio Gurupi, duas delas em terras Kaapor, na Reserva Indígena "Alto Turiaçú". A convivência entre os Tembé e os Urubú-Kaapor numa mesma área tem sido possível, em parte, porque os padrões atuais de povoamento dos dois povos são bastante diversos: os Tembé preferem viver às margens do rio, enquanto os Kaapor se instalam nas cabeceiras de pequenos igarapés, dentro da mata. Além disso, todas as aldeias Tembé fazem suas roças e caçadas de preferência no lado paraense (ver no item "Modo de Vida").

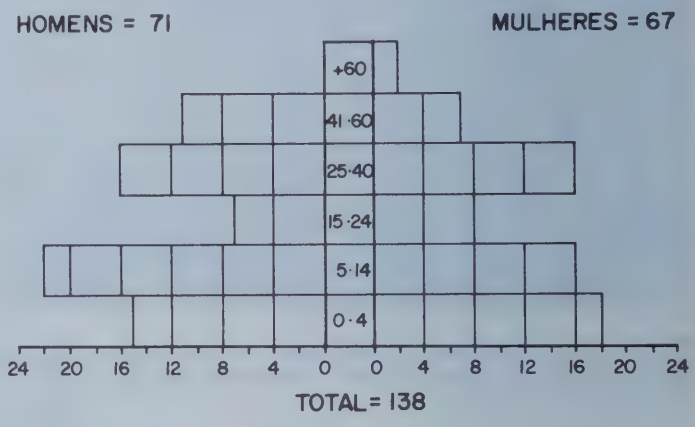
Em 1983, as aldeias Tembé do Rio Gurupi estavam assim dispostas: subindo o rio, na margem paraense, as aldeias Banha (4 casas) e a aldeia do PI Canindé (17 casas); na margem maranhense, a aldeia Igarapé das Pedras (9 casas) e Cajueiro (uma casa). O acesso entre as aldeias se dá, o ano todo, por via fluvial. Não existem cidades próximas, mas apenas pequenos lugarejos, nas margens do Gurupi, a maioria deles redutos de antigos quilombos. Ao contrário das aldeias do Guamá, é muito difícil aos Tembé do Gurupi o acesso às cidades da região, pois é necessário navegar alguns dias pelo Gurupi e enfrentar numerosas cachoeiras. Para sair da área, os Tembé geralmente aproveitam o "motor" da FUNAI que desce o rio uma vez por mes em direção à cidade de Boa Vista do Gurupi. Outra possibilidade de se deixar a área, utilizada atualmente por alguns poucos Tembé, é subir o Gurupi em canoas, até a fazenda da Cia. Agropecuária do Pará e, de lá, alcançar, por via terrestre, a cidade de Paragominas.

População

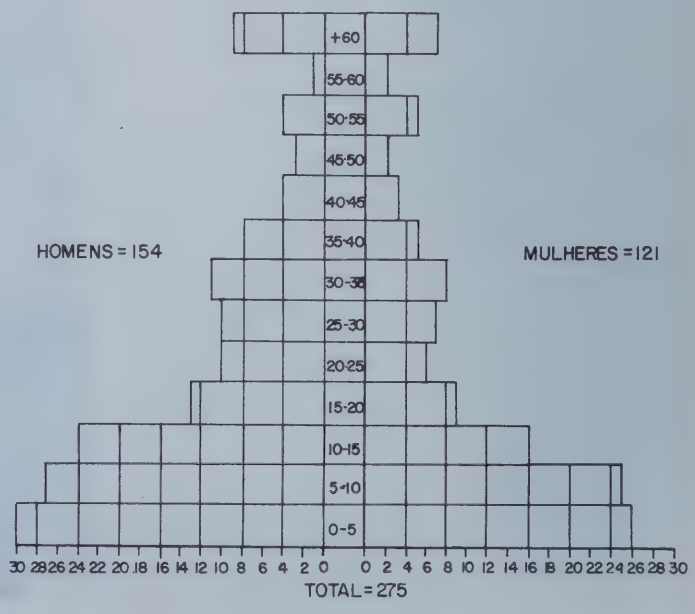
Em 1985, os Tembé contavam com uma população aproximada de 400 pessoas, distribuídas em dois blocos de aldeias nos rios Guamá (PA) e Gurupi (MA/PA).

Segundo a FUNAI, os Tembé do Guamá somavam, em 1985, 275 indivíduos. Num levantamento realizado dois anos antes, missionários do CIMI Norte-II contaram 255 Tembé, assim distribuídos: a maioria — mais de cem pessoas — residentes nas proximidades do PI da FUNAI e na aldeia Pitomba; outros 70, nas aldeias Tawari e Frasqueira e 50, em São Pedro. Estas comunidades incluem várias famílias de regionais: 37 não-índios são casados com Tembé e outros 22 são parentes dos primeiros. Índios procedentes de outras regiões do Pará também se fixaram entre os Tembé: uma família Mundurukú, um Kaiapó e um Gavião (Ruffaldi, Sales e Esteves: 1983b). Cerca de 25 Tembé originários do Guamá vivem fora da área indígena, nas cidades de Ourém, Capitão Poço e redondezas (idem).

População Tembé do Gurupi em 1983 (fonte: Virgínia Valadão).



População Tembé do Guamá em 1985 (fonte: FUNAI).



No Rio Gurupi, a FUNAI contou, em 1985, 157 Tembé, distribuídos em três aldeias. A maioria das famílias reside junto ao PI Canindé, onde a comunidade de 94 pessoas inclui vários regionais e alguns indivíduos Timbira. Os "civilizados" integrados aos Tembé são, na grande maioria, descendentes de duas famílias, uma de negros e outra de brancos, cujos pais foram funcionários do posto na época do SPI.

Atualmente, os Tembé do Gurupi têm preferido casar com parceiros Kaapor da aldeia Japomirá, ao invés de procurar cônjuges entre a população ribeirinha.

Os Tembé residentes na aldeia Banha são de um mesmo grupo doméstico, com 19 pessoas agrupadas em torno da velha Miana. Essa aldeia se formou quando, há menos de dez anos, seus membros saíram do PI Canindé.

A aldeia do Igarapé das Pedras, mais antiga, também integra elementos regionais e um mestiço. A população desta aldeia cresceu muito nos últimos anos, passando de 24 indivíduos, em 1971, para 44, em 1985. Isso se deveu principalmente a movimentos migratórios de famílias ou indivíduos Tembé procedentes de outras localidades.

Fora dessas três aldeias principais, uma família com 6 componentes vive na localidade Cajueiro, totalizando 157 Tembé residentes na RI do Gurupi. Uma outra família de sete pessoas vive em Paragominas e passa temporadas no Gurupi.

*

As primeiras estimativas de população Tenetehara (Tembé e Guajajara) datam da segunda metade do século XIX: doze mil indivíduos, distribuídos numa vasta região que incluía as margens do Rio Guamá (PA), até o Rio Mearim, no Centro-Sul maranhense. Os Tenetehara do Pará, designados como Tembé, totalizavam, no mesmo período, aproximadamente 5 mil indivíduos, distribuídos entre os rios Guamá, Capim e Gurupi (Gomes: 1981, 52).

A partir do final do século passado, a população Tembé-Tenetehara começou a decrescer vertiginosamente, devido principalmente ao contato com os regatões e as sucessivas epidemias de gripe e sarampo (ver no item "Histórico do Contato").

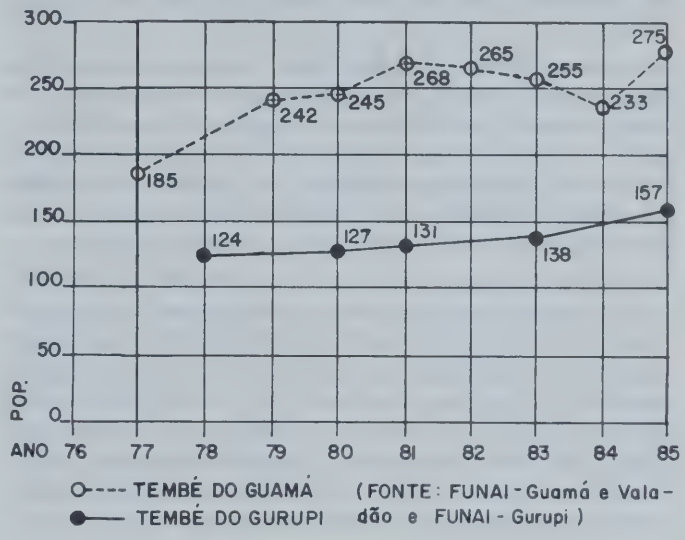
Segundo algumas fontes disponíveis, de meados do século XIX a meados do século XX, a população Tembé teve um decréscimo aproximado de 2.250%, como se pode constatar pelos dados abaixo relacionados; relativos às aldeias do Gurupi, Guamá e Capim:

ano	*população*	*fonte*
1872	9.000	Dodt (1939, 172-175)
1930	1.068	Hurley (1932, 37-39)
1940	350/400	SPI, *in* Darcy Ribeiro (1977, 308)

A população Tembé continuou decrescendo até a década de 1970, quando então se inicia um lento processo de recuperação demográfica. Note-se que a população registrada pelo SPI em 1940 equivale àquela assinalada para o ano de 1985.

No gráfico abaixo, está registrada a evolução da população Tembé do Guamá e do Gurupi no período de 1977 a 1985.

Gráfico de população Tembé do Guamá e do Gurupi (1976-1985).



Observa-se que o crescimento da população dos Tembé do Guamá é um pouco maior que o do Gurupi, devido sobretudo à entrada de famílias procedentes de outras áreas, como os Anambé que passaram alguns meses no Guamá, em 1981.

Histórico do contato

O antigo território dos Tenetehara (Tembé e Guajajara) parece ter sido o Pindaré, conforme registro de cronistas e exploradores nos séculos XVII e XVIII. Uma expedição francesa em 1615 entrou em contato com índios do Alto Pindaré, "Pinariens", possivelmente Tenetehara. Em 1653, os jesuítas iniciaram seus trabalhos de catequese no Pindaré, lá permanecendo até 1759, quando foram forçados a abandonar a região.

Ao findar o século XVIII, a jurisdição sobre as tribos dessa região passou às autoridades civis. Para atrair os índios foram fundadas "Colônias", sob um sistema de "Diretorias" e o território Tenetehara foi dividido em três "Diretorias". Contudo, nenhum diretor foi nomeado e, a julgar pelo número de índios atraídos para as "Colônias", o sistema foi um fracasso (Galvão e Wagley: 1961, 23-25).

A Colônia de São Pedro do Pindaré (antiga São Pedro ou

Engenho Central) foi estabelecida em 1940 e em 1854, na confluência do Rio Carú com o Pindaré, próximo do antigo local da Missão de São Francisco Xavier, foi fundada a Colônia Januária (Marques: 1870, 142/3).

A partir do final do século, a região habitada pelos Tenetehara foi sendo progressivamente invadida. No alto Pindaré surgiu o povoado de Sapucaia e mais abaixo, na confluência com o Carú, fundou-se Santa Cruz (Marques: 1870, 331). Um grupo Tenetehara mudou sua aldeia para junto de Sapucaia passando a trabalhar com os "brasileiros" na extração de copaíba e borracha (Galvão e Wagley: 1961, 26).

Foi por volta de 1850 que parte dos Tenetehara, conhecida mais tarde por Tembé, migrou dos rios Pindaré e Carú até atingir a região dos rios Guamá, Capim e Gurupi (Hurley: 1928). Em 1871, no lugar de nome Trocateua, no Rio Capim, na margem esquerda do Rio Piriá, foi instalada a Missão Nossa Sra. de Assunção, onde foram reunidos entre 500 e 600 Tembé e Turiwara (Arnaud: 1969, 07).

Em fins do século passado, viviam pela região dos rios Gurupi, Guamá e Capim além dos Tembé e dos Turiwara, os Amanajé (tratados nesse volume), Krên-Yê ou Araparytíua Timbira (extintos), Guajá, Kaapor (a serem tratados no vol. *Maranhão*) e negros quilombeiros. As matas dessa região serviram, na época, como refúgio dos grupos indígenas ao contato com os "civilizados" e se constituíram num território de intersecção entre os grupos que imigravam do Pará em direção ao Maranhão e vice-versa.

Em 1653 os jesuítas iniciaram seus trabalhos de catequese junto aos Tenetehara do Pindaré, transferindo e agrupando os índios em aldeamentos, sempre que possível, próximos a núcleos de colonização. Os aldeamentos, destinados a facilitar o controle das populações indígenas e sua eventual utilização para fins de exploração econômica, se constituíram desde logo num elemento de desorganização sócio-cultural e de depopulação dos grupos submetidos. Para escapar desse controle e fugir dos caçadores de escravos, os índios "ganhavam" as matas e, no fim do século XVIII, parte dos Tenetehara migrou em direção às "matas do oeste".

No século XIX, já no Gurupi, Guamá e Capim, os Tenetehara, então chamados de Tembé, foram submetidos à política de aldeamentos das Diretorias Parciais criadas pelo Regimento de 1845. Nessa ocasião, desde há muito obrigados a diversificar sua economia para produzir artigos de troca em conseqüência do contato com regatões, os Tembé, estavam engajados na produção de óleo de copaíba.

A extração do óleo de copaíba levava os índios a se dispersarem na mata, acima do nível anual de inundação. A extração era realizada pela família extensa Tenetehara como unidade de produção. As árvores, além de poucas e dispersas, não podiam ser sangradas novamente na próxima estação, o que provocava uma constante necessidade de deslocamento das famílias extensas para novas áreas não exploradas. As aldeias Tenetehara conseqüentemente eram pequenas, com localização mais ou menos permanente, ou temporariamente grandes com potencial para fissão em aldeias menores (Gomes: 1977).

Acomerciação do óleo de copaíba era intermediada pelos regatões que superexploravam os índios conforme relata o Presidente do Pará, Araújo Brusque, já em meados do século passado:

"... o indio em vossa Província acolhe benigno no seio de sua maloca aqueles que o procuram. Certos disso não faltam aventureiros, que transpondo enormes distâncias, penetram até o lugar de sua residência, e mediante o adiantamento de alguns objetos, que o índio reputa de subido apreço, dentro em pouco ganha império sôbre a tribo, a qual goberna a seu bel prazer. De então em diante, ninguém mais ali entra, e a vontade do regatão é a lei, que rege, enquanto ele ali permanecer pelo tempo necessário a seus negócios. E o pobre indio lhe obedece cegamente ... Para logo os destinar à colheita de óleo, da castanha, à extração da salsa, e de outros produtos naturais. E quando passados três ou quatro meses de árduo trabalho, regressa ao grêmio da aldeia, ele lhes faz a conta de modo que o mísero índio lhe fica devendo ainda. Para que possais aquilatar o grau de usura e imoralidade deste comércio execrando, eu vos darei a taxa do preço de algumas mercadorias vendidas ao pobre indio no Alto Gurupi e no Capim, conforme ouvi de alguns indios, que a instancias minhas tive comigo nesta cidade. No Gurupi um corte de calças de algodão ordinário, que custa nesta Cidade mil réis, é dado ao indio em troca de um pote de óleo de copaíba, que contem de uma canada e meia a duas canadas e que vale por conseguinte neste mercado 20$000. ... Ainda não é tudo. Rude, embora, o índio ama a família e preza os tenros filhos... Pois bem, é o santuário da família, é o regaço do amor-paternal o terreno, em que o regatão exerce às vezes a sua mais brutal ferocidade. Quando não seduz a esposa, rapta a filha e quase sempre arranca do grêmio da família tenras crianças que em seu regresso ao povoado reparte entre os seus comparsas ... E o pobre indio desta região sofre humilde este duro tratamento, e acolhe de novo no ano seguinte o regatão, e continua seu credor e régulo da mesma aldeia..." (Brusque, 1862-12/13, *in* Moreira Neto: 1971).

À continuada extorsão praticada pelos regatões contra os índios, atribui o Presidente Araújo Brusque um conflito ocorrido na aldeia Trocateua dos índios Tembé do Alto Gurupi, em outubro de 1861, quando 7 índios atacaram os regatões e mataram 9 pessoas. O encarregado da polícia que se dirigiu ao local para apurar os fatos, espancou todos os índios e retirou da aldeia 9 crianças que remeteu a Vizeu. Os índios fugiram para a mata e a aldeia desapareceu.

Tendo tomado conhecimento dessas ocorrências, o Presidente Brusque mandou retirar todos os regatões da área e

reuniu novamente os membros dispersos da aldeia Trocateua em nova aldeia criada por ele de nome Santa Leopoldina (Moreira Neto: 1971).

A implantação das Diretorias Parciais, que visava justamente eliminar os abusos praticados pelos regatões, na prática aumentava a sujeição dos índios, salvo raríssimas interferências protecionistas. Da mesma forma que na já mencionada atuação missionária, os aldeamentos das Diretorias, concentrando a população indígena, criavam um terreno fértil às epidemias além de liberarem a área para a frente de expansão extrativista.

Em 1862, só no Alto Gurupi, foram registrados 16 aldeamentos. Brusque (*in* Moreira Neto: 1971) e Rodrigues (1882, 25) faz referência a numerosos grupos Tembé ainda não contatados.

A ineficiência do sistema de Diretorias não permitia limitar o abuso dos regatões que continuaram a se utilizar dos índios em busca de ouro, borracha, madeira de lei e, principalmente, como remeiros.

GURUPI — Entre 1911 e 1929, o SPI criou na região do Gurupi três postos de atração com o objetivo de "pacificar" os Kaapor.

Em 1911, na confluência do Jararaca com o Gurupi, o SPI instalou o posto de nome Felipe Camarão. Parte dos Tembé que até então habitavam as cabeceiras do Gurupi se deslocaram para as proximidades do posto e alguns passaram a trabalhar como intermediários na atração dos Kaapor. Em 1915, à falta de recursos, a atuação do SPI exercida através do Felipe Camarão cessou inteiramente, embora o posto só tenha sido extinto em 1960. Relatórios do SPI de 1941 mencionam a existência de 95 índios Tembé no Felipe Camarão e relatam as visitas de muitos Kaapor e Tembé no lugar Cajuapara, nas cabeceiras do Gurupi, a 15 dias de viagem do posto.

Entre 1927 e 1929, o SPI criou o Posto Pedro Dantas — na Ilha de Canindé-Assú, próxima ao local onde os Kaapor faziam a travessia da margem paraense à margem maranhense e o Posto General Rondon — no Rio Maracassumé. O posto do Maracassumé foi fechado em 1940 e o Pedro Dantas — onde os Kaapor foram "pacificados" em 1928 — foi transformado no atual PI Canindé.

Com a instalação dos postos do SPI, os Tembé que sobreviveram às numerosas epidemias de sarampo, foram paulatinamente abandonando suas aldeias nas cabeceiras do Gurupi e se instalando no curso médio desse rio. Os Tembé se transformaram nos principais intermediários entre os — "cristãos" e os Kaapor. Serviram ao SPI como guias, remeiros, trabalhadores das roças e casas de farinha (a farinha, elemento importante dos trabalhos da atração dos Kaapor). Além da utilização dos índios como mão-de-obra, o SPI favoreceu na década de 50 a entrada de regionais para trabalhar nas roças do PI. No Gurupi não havia produção agrícola intensa, nem cidades, nem migração brasileira. As longas distâncias e a dificuldade de escoamento de qualquer tipo de produção, levou os funcionários do SPI e, mais tarde, da FUNAI a incentivar os índios na comercialização com regatões, de peles de onça, de enormes quantidades de jabotis, de aves e resinas diversas. Atualmente esse extrativismo continua, só que em menor escala e controlado pelo PI.

Na década de 1970, boa parte dos homens Tembé em idade adulta foram levados pela FUNAI a trabalhar na região da Transamazônica em frentes de atração de outros grupos Tupi como os Asuriní do Xingú e os Parakanã, o que desfalcou as aldeias de elementos masculinos, provocou uma escassez de alimentos protéicos e um esvaziamento das práticas rituais. Em 1971, a 2ª DR (Belém) determinou a transferência dos Tembé do Gurupi para o Guamá, mas os índios se recusaram: pouco tinham a ver com a região e os parentes do Guamá pois, além de outros fatores, o isolamento do Gurupi e a proximidade dos Kaapor, determinaram um processo muito particular de transformações sócio culturais no grupo que permaneceu no Gurupi (ver "Modo de Vida").

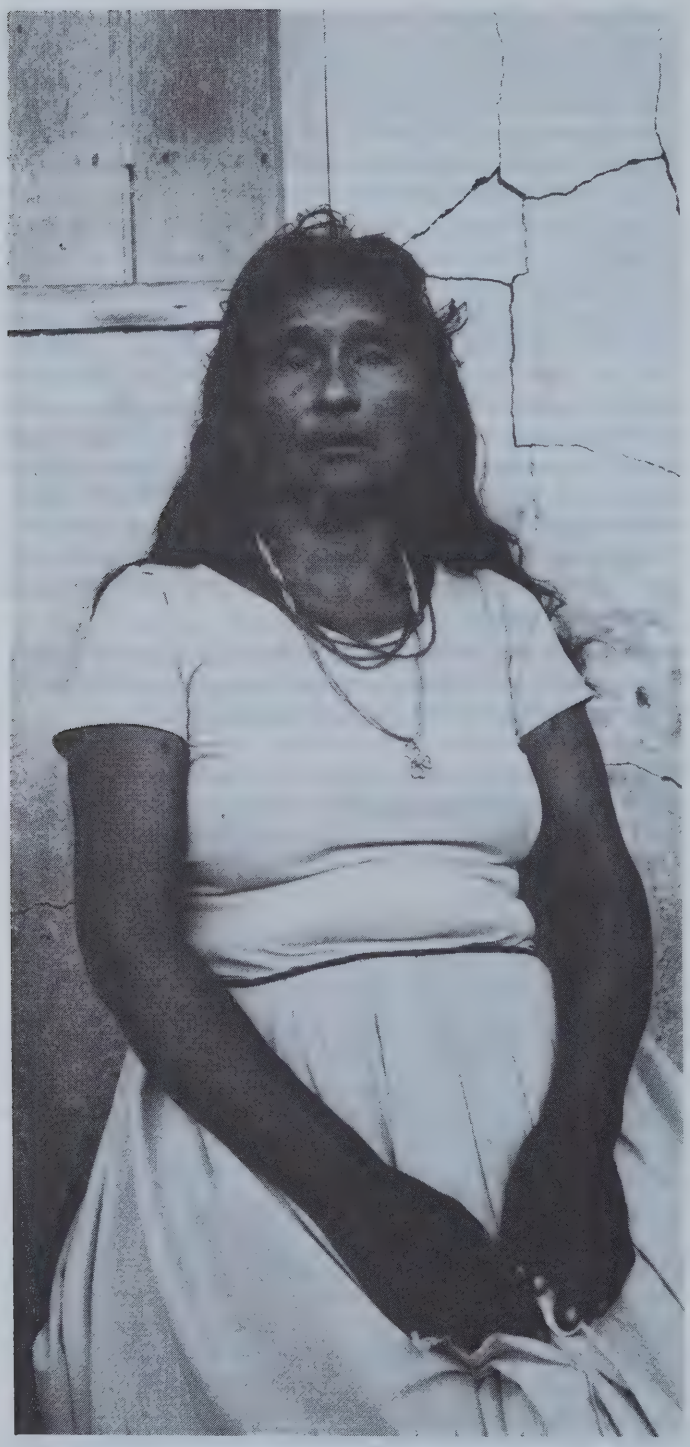
Só agora na década de 1980 é que os dois grupos Tembé retomaram o contato entre si, por iniciativa dos índios do Guamá, como veremos no texto que se segue.

GUAMÁ — Na primeira metade do século XX, os Tembé do Guamá permaneceram sob a exploração dos regatões, dedicando-se sobretudo ao corte de madeiras e já na década de 1940, esses índios mantinham intensos contatos com os "civilizados".

Em 1945, o SPI instalou o primeiro e único posto da região, logo após a decretação da Reserva pelo então Interventor do Pará (ver "Situação Atual das Terras").

Desde o início, as atividades desse posto foram orientadas com vistas à produção. Quase todos os homens do grupo foram engajados de imediato em serviços de lavoura e na abertura de uma estrada, nunca concluída, que deveria unir o Guamá ao Gurupi. Foi criada uma cantina que fornecia gêneros alimentícios, roupas, ferramentas e outros utensílios, descontando-se as despesas dos índios na folha de pagamentos. Nos primeiros 3 anos, o restante da produção era entregue aos índios para seu próprio consumo, mas após este período, o restante da produção passou a reverter em benefício do próprio posto. Este esquema, que visava a produção de excedentes comercializáveis e colocava o posto no centro da atividade econômica dos índios, permaneceu invariável até a extinção do SPI. Paralelamente os índios comercializavam por conta própria a venda de madeira, levando jangadas de tora até Ourém (Ruffaldi, Sales e Esteves: 1983).

Nas décadas de 40/50, as atividades de caça e pesca decaíram muito na região, quando as matas do Guamá foram invadidas por caçadores de peles, madeireiros e os rios foram poluídos por carcaças de gado (Ruffaldi, Sales e Esteves: 1983).



Verônica, "capitôa" da aldeia Igarapé das Pedras (foto Vincent Carelli, 1980).

Por volta de 1960, o então chefe do posto, com o propósito de ampliar as lavouras e aumentar a produção, começou a facilitar a entrada de regionais oriundos da frente camponesa que começa alcançar a região de Capitão Poço. Intensificam-se então os casamentos interétnicos e o português passou a ser língua "oficial".

Em 1970, nenhum dos antigos projetos subsistia, o PI do Alto Rio Guamá ficou no abandono quase total e os Tembé voltaram então a plantar suas próprias roças numa área já bastante desmatada. Paralelamente, os anos 70 vêem a ocupação rápida da reserva por empresários, fazendeiros e posseiros, com a convivência da FUNAI (ver "Histórico das Invasões na AI do Alto Rio Guamá").

Ocorreram várias negociações e algumas tentativas de retirada dos invasores, todas frustradas. Em 1978, a 2ª DR propôs a redução e o loteamento de parte da área para os posseiros e negociou a proposta, em separado, com os índios do Guamá e apenas 2 índios do Gurupi. Em 1983, o advogado da 2ª DR, Dr. Nonato, foi ao Guamá avisar que os índios do Gurupi tinham aberto mão de suas terras e passado à margem maranhense. O CIMI NORTE II tomou então a iniciativa de auxiliar os índios a realizarem uma viagem ao Gurupi para que averiguassem as palavras do advogado, para que buscassem apoio na luta pela defesa da área e para que conhecessem os parentes descontactados há tanto tempo que ainda falavam a língua e faziam "festa da moça".

Os índios do Guamá permaneceram no Gurupi entre 19 e 27 de abril de 1983. Foram quatro dias de festa e reunião. Fizeram um abaixo-assinado à 2ª DR contra a redução da área e foram convidados a se mudar para o Gurupi.

De volta ao Guamá, começou a "febre da terra prometida". Em janeiro de 1984, 29 pessoas se deslocaram de mudança para o Gurupi, mas, logo em seguida 16 voltaram com malária e sarampo. Em setembro de 1985, 43 índios do Guamá estão vivendo no Gurupi.

Modo de vida

As informações disponíveis sobre o modo de vida atual dos Tembé são bastante desiguais, além das diferenças, marcadas ao longo de todo o capítulo, entre o grupo do Guamá e o do Gurupi (ver especialmente no item "Histórico do Contato").

Nesse sentido, optou-se em apresentar os dados separadamente para cada um dos grupos, começando pelo Gurupi, para o qual há informações mais consistentes.

GURUPI — Os Tembé do Gurupi vivem atualmente conforme padrões semelhantes aos descritos por Galvão e Wagley na década de 1940, com algumas alterações advindas de mais de 45 anos de contato com a sociedade nacional e com seus vizinhos Kaapor. Organizam-se à base de famílias extensas e grupos locais espalhados por vasta região, ligados entre si por mecanismos de parentesco e suas aldeias estão sempre sujeitas a cisões.

No geral, as aldeias são temporariamente grandes, com potencial para cisão em aldeias menores mas, ultimamente, devido sobretudo à redução demográfica, são mais freqüentes os distanciamentos temporários de famílias extensas, ou nucleares. O fator básico da mobilidade Tembé Tenetehara é o fato da família extensa, sob a liderança dos pais, se constituir na unidade de produção. Conforme Galvão e Wagley, "... a unidade mais importante na estrutura social Tenetehara é a família extensa, constituída por um número de famílias simples, reunidas por laços de parentesco. É mais importante que a família biológica (homem, esposa e filhos) porque, além de constituir a base da produção econômica é mais estável e subsiste ao rompimento das famílias simples o que garante maior segurança ao indivíduo... Teoricamente, a família extensa é baseada no controle de um homem sobre um número de "filhas" (suas próprias filhas e as filhas de seus irmãos) ..." (Galvão e Wagley: 1961, 39).

Como é através de suas filhas que um líder familiar atrai jovens trabalhadores e fortalece seu grupo, os líderes mais ativos procuram sempre "adotar" mulheres cujos pais venham a falecer.

O chefe coincide, portanto, com o líder de um grupo familiar forte cujo poder é avaliado pelo número de indivíduos ligados à ele através de obrigações e relações de parentesco. Dentro da família mais ampla, os pais ou a mãe viúva, mantêm a posição de autoridade. Como as esferas pública e privada são pouco diferenciadas, a política torna-se doméstica e a mulher chega a ser a líder do grupo em determinadas situações.

Entre os atuais Tembé do Gurupi, o líder de maior prestígio é a "capitôa" Verônica e duas outras aldeias da região são constituídas de famílias extensas agrupadas em torno das "velhas", viúvas de "capitão".

Outros casos de liderança feminina foram registrados em outros grupos Tupi como os Guarani, Kaapor e Amanajé do Rio Ararandeua e, ao que parece, representam sempre uma situação transitória na qual está em jogo a sobrevivência e autonomia do grupo ligadas à personalidade da líder (Valadão: 1980).

As aldeias (*taw*), que variam consideravelmente de tamanho, sendo uma delas constituída de uma única família extensa, estão localizadas em barrancos elevados, na beira do rio, próximas às roças. Nas aldeias formadas pela associação de várias famílias, as casas (*tapiy*) são agrupadas por parentesco. A cada casa corresponde uma família nuclear, embora ocorra de temporariamente todo um grupo doméstico coabitar uma mesma casa. Apenas a aldeia do PI possui uma grande casa cerimonial (*tapuizuhú*), onde atualmente são realizadas as festas de iniciação dos jovens (*wirahawo*). Nas demais aldeias, o espaço principal de uso coletivo são as casas de torrar farinha. São as casas familiares então, espaços de domínio feminino, que centralizam a dinâmica da vida social. Cada casa familiar é, em si mesma, uma aldeia Tembé.

As casas atuais apresentavam várias modalidades de construção. Na aldeia do PI, o material de construção predominante é a taipa com cobertura de ubim.

Nas demais aldeias, predominam as casas de duas águas com paredes de finos troncos de palmeiras ou cascas de árvores com uma divisão interna que funciona como quarto onde são penduradas as redes e guardados os pertences, no girau. Uma terceira modalidade, são as casas de duas águas, com cobertura de ubim, sem paredes, ao estilo da casa Kaapor.

*

A descendência entre os Tembé é do tipo bilateral. Os Tembé observam uma regra de casamento preferencial entre primos cruzados de 2º grau, aos quais se referem como "parentes distantes", acrescentando a palavra *moetehara* ao termo de parentesco). A regra de residência é uxorilocal, embora o decréscimo populacional responsável pelo desaparecimento de faixas etárias quase inteiras tenha levado muitas jovens Tembé para longe de seus pais.

O ideal para os pais é procurar casamentos para suas filhas dentro da própria aldeia, para garantir a permanência do novo casal dentro do grupo, mas a depopulação reduziu em muito essas chances pois diminuiu significativamente o número de alternativas formalmente aceitas segundo as regras de parentesco do grupo. Nesse sentido, Valadão acredita que para os Tembé, num determinado momento, a incorporação de indivíduos civilizados foi necessária para a sobrevivência do grupo enquanto tal. Atualmente, verifica-se uma tendência de evitar casamentos com "cristãos" e incentivar casamentos com os Kaapor da aldeia de Xapómirá: nos últimos anos três moças Tembé já foram dadas aos Kaapor.

É através dos casamentos que os líderes de famílias aumentam e fortalecem seus grupos. Com a matrilocalidade, os genros passam a trabalhar nas roças dos sogros, pelo menos até o nascimento do primeiro filho. Até então, separações entre casais são freqüentes, muitas vezes por pressões dos próprios pais da moça, que avaliam constantemente a capacidade de trabalho do genro.

Atualmente não existem casos de poligamia no Gurupi. As genealogias registradas por Valadão, apontam casos de poligamia na segunda geração ascendente (1980).

*

Os Tembé incorporaram dias santos e batizado cristão, mas não o cristianismo como sistema religioso. Os conceitos cristãos, segundo a antropóloga Valadão, não exerceram nenhuma influência nos mitos, que são relatados atualmente da mesma forma que o foram à Nimuendajú, em 1915.

Jovens iniciadas na festa Wihaohawo (*"festa da moça" ou "festa do moqueado"*), *realizada durante a visita dos índios do Guamá ao Gurupi. Da esquerda para a direita, a primeira menina é do Guamá, a segunda do Gurupi e a terceira uma índia Urubu da aldeia Japómirá (fotos Virgínia Valadão, 1983).*

Maíra é o principal herói cultural e o ciclo místico da criação associa os Tembé aos demais povos Tupi-Guarani. Quatro categorias de sobrenaturais orientam a vida Tembé Tenetehara: *os heróis culturais* (dentre os quais Maíra é a figura principal), *os azang* (espíritos errantes dos mortos), *os Ywan e Maranay'wa* ("donos" da água e dos peixes das matas e dos animais), e os espíritos dos animais (Galvão e Wagley: 1961, 107).

Os espíritos dos animais (em especial dos pássaros), aos quais os índios chamam de *piwara*, são os responsáveis pelas complexas regras alimentares observadas pelo Tembé, particularmente durante os períodos de puberdade, gestação e primeira infância da criança.

A figura intermediária entre os humanos e os sobrenaturais é o pajé, que chama e domestica os espíritos, através de seus cigarros de 50 cm — *tawari* — cantos e maracás. Atualmente são poucos os pajés Tembé do Gurupi, de cuja escassez se ressentem também os Kaapor. Quando ocorrem transgressões de regras alimentares, as mulheres imediatamente tratam o paciente com plantas e outros tantos "remédios" feitos de penas, ossos, pêlos, etc., mas quando não conseguem a cura, viajam em busca do pajé. Ultimamente, as festas que marcam os ritos de puberdade têm sido uma boa ocasião para a "revelação" de jovens pajés.

Uma família extensa Tembé, que vive no Gurupi, de tempos em tempos, circula pela cidade de Paragominas e freqüenta uma umbandista que recebe "caboclo". Também no Guamá, os Tembé vêm combinando a tradicional prática do batismo cristão, com o curandeirismo e visitas a sessões de umbanda na Vila de Boca Nova.

*

Antigamente, a vida cerimonial Tenetehara se organizava segundo duas grandes festas: a festa do mel (*zemuichi — ohawo*) realizada na época da seca e a festa do milho (*wachíre wahuahawó*) realizada durante o período de chuvas. Os ritos de puberdade dos meninos e meninas — *wiraohawo* — eram realizados como parte da festa do milho (Galvão e Wagley: 1961, 126).

Festa do Wiraohawo. *À esquerda, o cantador Piri; no meio, um cantador Urubu da aldeia de Japomirá e à direita um Tembé do Guamá em visita ao Gurupi.*

No presente, apenas o *wiraohawo*, também conhecido como festa de moqueado, é realizado pelos Tembé do Gurupi. Esses índios realizam também o *wiraohawo-i* (*i* = diminutivo), ritual realizado para a criança não adoecer com a introdução de carne na dieta.

Como alimento dessa festa são utilizados pássaros, de preferência o inhambú, mortos pelos pais ou tios maternos das crianças. A festa obedece um ciclo semelhante ao do *wiraohawo*, só que mais simplificado e com menor tempo de duração.

Na década de 40, Wagley e Galvão presenciaram o *wiraohawo* entre os Tenetehara do Maranhão, que teve duração de 24 horas. No Gurupi, atualmente, esse ritual costuma durar vários dias, talvez intensificado em decorrência do abandono dos demais ciclos rituais (Valadão: 1983).

Subsistência — O Rio Gurupi e matas que compõem a orla oriental da floresta amazônica, cujas terras são firmadas por árvores muito altas, geralmente finas e pouco espaçadas, formam o habitat dos Tembé dessa região. Um considerável número de pequenos riachos e igarapés localizados na base setentrional de uma serra que parece ser um prolongamento da Serra da Desordem, reúnem-se em três braços principais que formam as cabeceiras do Rio Gurupi, onde se localizavam as aldeias Tembé no final do século XIX (Dodt: 1939). O Gurupi se avoluma após receber as águas do Gurupi-Mirim, que vêm do lado do Pará e seguem seu curso até o lugar de nome Pedras de Amolar, em 2°30'0'' S e 3°49'0'' O, onde se inicia uma zona de 13 cachoeiras, que coincide com o território atual das aldeias Tembé do Gurupi.

Nessa região, duas grandes estações dividem o ano: as chuvas (fevereiro/agosto) e a seca (setembro/janeiro).

O tempo das chuvas, quando então as águas sobem de 12 a 15 metros em relação à estação seca, corresponde à época de maior escassez alimentar e os índios sobrevivem basicamente dos produtos de suas roças. São auxiliados pelos frutos que começam a amadurecer em janeiro: cajú, bacurí, maçaranduba, piquiá, cacau, jenipapo, cupuassú, jaracatiá. Nos meses de seca, a variedade de frutos na

Festa do Wiraohawo-i *para marcar a introdução da carne na dieta das crianças (fotos Vincent Carelli, 1980).*

mata é pobre, mas surgem duas variedades de cocos que são da maior importância alimentar: o açaí e a bacaba (Ribeiro: 1976, 39).

A abundância dos produtos de caça e pesca vem com a vazante, no mês de setembro, quando então os animais vão beber nas aguadas. Em dezembro, torna-se possível a caça por rastejamento seguida com o início das chuvas, das "esperas", nas fruteiras (Ribeiro: 1976). Os animais preferidos são: os macacos (guariba, preto), paca, cotia, tatu, anta, queixada, caitutú, veado e onças, para obtenção de dentes e peles.

Dentre esses, os animais mais perigosos e cercados de cuidados mágico-religiosos, são as antas e os veados, que devem ser introduzidos na aldeia já limpos e cortados pelos homens. Todas as demais carnes são tratadas pelas mulheres a quem cabem também a distribuição das mesmas.

Pássaros como araras, papagaios, periquitos, pombas, patos selvagens, inhambus, mutuns e jacús são muito apreciados e considerados também os animais mais perigosos, no que se refere às regras alimentares.

Os jabotis brancos, mais um produto de coleta que de caça, são armazenados em cercados próximos às casas e se constituem, juntamente com pequenos peixes, alimento por excelência dos períodos de resguardo.

Para os Tembé do Gurupi, a pesca realizada no rio e igarapés é mais importante que a caça. Para tal atividade, os índios se utilizam de anzóis de vários tamanhos combinados com numerosas técnicas de pescarias. Cabaças, paneiros de guarumã, cercados de talos de buriti, esteiras de folhas de babaçú, são alguns dos materiais utilizados para construir armadilhas de pesca. Os Tembé também realizam pescarias com timbó e cunambi.

É grande a variedade de peixes na região: dourado, tucunaré, pacú, pintado, surubuí, piranha, araçú, curimatá, jejú, mandí, mandubé e bagre são os mais comuns.

Os Tembé são exímios construtores de canos (*lar*). Quando viviam nas cabeceiras, utilizavam-se basicamente de canoas de casca de jatobá e jutaí, agora substituídas por canoas escavadas em troncos de diversas madeiras da mata.

Com o verão, iniciam-se os trabalhos de derrubada e queimada das roças, que são realizados por todos os homens de uma ou mais famílias extensas. Eventualmente os Tembé plantam roças "coletivas", que se acrescentam às roças "individuais" (isto é, aquelas tocadas pelos membros de uma família extensa). Os genros participam da roça do sogro e, às vezes, colocam também uma outra roça, com irmãos e cunhados. A roça é "propriedade" individual, mas caso algum parente venha pedir ao "dono" mandiocas para fazer farinha, dificilmente terá seu pedido negado.

As capoeiras também têm "dono", pois durante muitos anos ficam dando urucú, cará, banana. Isso significa que se alguém quiser plantar na capoeira, deve pedir ao "dono", que jamais irá negá-la, pois na sociedade Tembé o

Na foto à direita, o cantador-pajé Nelson recebe os espíritos durante os cantos.

que faz a "propriedade" é o trabalho; e só tem "dono" a terra trabalhada.

As roças devem se localizar em terra preta — *iwi purang eté* — que antigamente determinavam a localização das aldeias. Hoje as aldeias estão mais fixas, mas as roças Tembé são ainda bastante próximas das casas, pois a pressão demográfica é pequena e os índios dispõem de ambas as margens do rio. Aliás, com a criação de animais domésticos para venda e a compra de jumentos para auxiliar nos trabalhos, os índios vêm preferindo abrir roças na margem oposta à aldeia.

A mandioca, que leva 9 meses para se desenvolver e pode permanecer 3 anos enterrada, é o principal produto da roça. A farinha d'água, em cuja fabricação é utilizada a mandioca brava, é consumida principalmente como chibé. Os Tembé costumam misturar a massa ralada à massa de puba, para "render mais".

Além dos oito tipos de mandioca, os Tembé do Gurupi plantam batata (4 tipos), cará (5), jerimum (2), melância, urucu, algodão (2), taboca, jenipapo, milho, etc. Próximos às casas, plantam bananas (8), abacaxi, cabaça (3), cuias (3), pariri, curauá (2), mamão. Dispõem ainda de árvores cítricas, coqueiros e mangueiras, plantados com sementes fornecidas pelo SPI/FUNAI.

Para a obtenção de produtos industrializados, os Tembé se dedicam à extração de cipós e resinas (breu), caçadas de jabotis, onças (maracajá, vermelha e preta) e jacarés, ou qualquer outro produto que esteja em "alta" no mercado de Boa Vista do Gurupi. Criam porcos e galinhas para vender e quando há abundância de farinha, vendem alguns paneiros. Eventualmente, recebem encomendas para a fabricação de canoas. Os homens fabricam numerosos instrumentos de trabalho, cestos e peneiras, enquanto as mulheres dedicam todo seu tempo livre à fiação do algodão para a confecção de redes e cocares de algodão e penas, esses últimos os objetos artesanais adquiridos mais freqüentemente pela FUNAI (ARTÍNDIA).

GUAMÁ — A região ocupada pelos Tembé do Alto Rio Guamá é constituída por ilhas de mata e inúmeras capoeiras, devido aos desmatamentos decorrentes das invasões (ver no item "Situação Atual das Terras"). A região é cortada por numerosos igarapés, todos desaguando no Rio Guamá. As aldeias são construídas à margem deste rio, geralmente na confluência de igarapés, em terrenos elevados. As habitações, no estilo regional, têm plano retangular, com estrutura de taipa, chão de terra batida e cobertura de cavacos.

Os Tembé do Guamá, atualmente, dependem principalmente da agricultura para sua subsistência. De fato, a caça e a pesca decaíram na região desde as décadas de 1940-50, quando as matas do Guamá foram invadidas por caçadores de pele e madeireiros. Nas proximidades das aldeias Tawari e Frasqueira, nos limites da Reserva, a fauna se extingiu e os índios praticamente não caçam mais. A pesca também é reduzida no Rio Guamá, devido à freqüente poluição de suas águas, como em 1983, quando desciam rio abaixo carcaças de gado. No centro da Reserva ainda há possibilidades de encontrar veados, capivaras e caitetus. (Ruffaldi: 1983, ip).

Depois da época do SPI, em que todos os adultos eram assalariados nos projetos do órgão (ver "Tutela e Assistência"), os Tembé voltaram a plantar roças próprias. Atualmente, todas as famílias possuem lavouras, que variam entre 4 e 5 tarefas cada. Derrubada e plantio são geralmente feitos em regime de mutirão. Os grupos familiares costumam plantar seus roçados numa mesma área; na época do plantio, a roça é dividida entre os filhos e filhas casadas, enquanto os solteiros trabalham no lote dos pais.

Cada família possui seu próprio forno e casa-de-farinha, geralmente situados perto das roças. Além desses fornos familiares, na aldeia do posto, existe uma casa de farinha utilizada por toda a comunidade. Os principais produtos agrícolas são: malva, banana, mandioca, arroz, milho, feijão, laranja, abacaxi e limão.

Os produtos destinados à comercialização são o arroz, banana e principalmente a malva. Na falta destes produtos, comercializam também farinha de mandioca. O plantio de algodão para fins comerciais foi testado em 1983, na aldeia São Pedro.

A título de exemplo, em 1983, os Tembé do Guamá venderam os seguintes produtos: 752 sacos de farinha e 25 mil kg de malva.

A malva é o produto mais utilizado pelos Tembé para comercialização, embora a arrecadação de sua venda seja menor que a da farinha de mandioca.

A malva é retirada tanto dos velhos plantios como dos novos; renasce naturalmente nos roçados velhos que são portanto sempre aproveitados. Um novo plantio de malva é realizado todos os anos, no começo da chuva, entre dezembro e fevereiro.

A safra é realizada seis meses depois, em maio-junho. A planta é cortada, retirando-se então sementes e folhas. Amarrada em feixes, é levada até o rio ou igarapé nos ombros ou em cavalos. Ali é lavada e amarrada com pesos para ficar debaixo da água. Após 15 dias, as fibras moles são separadas da parte mais dura, estendidas para secar ao sol e, finalmente, armazenadas em feixes, prontas para a venda, que se realiza entre junho e novembro. Atualmente, existem cerca de 50 ha plantados com malva no Alto Rio Guamá.

Em 1981, a safra atingiu 23.922 kg dos quais apenas 2.822 kg foram comercializados através do PI. Desde essa época, de fato, os Tembé preferem vender o produto diretamente na cidade de Capitão Poço e na vila de Boca Nova, ou negociá-lo com os regatões. Em 1981, por exemplo, os principais compradores foram a Cooperativa Mista Agropecuária do Alto Rio Guamá, a Companhia Brasileira de

Armazenamento (CIBRAZEM) e Luiz Cícero de Maria, vendedor ambulante.

Outro produto importante para comercialização, o arroz, foi plantado numa extensão de 40 ha em 1981 com uma safra de 24.000 kg. Uma pequena parte foi comercializada pela FUNAI e o restante vendido aos regatões.

Atualmente, sem contar com outra alternativa própria de transporte para escoamento da produção agrícola, os Tembé continuam dependendo dos regatões que percorrem o Rio Guamá em batelões ou comerciantes que chegam de caminhão até as fazendas próximas da área indígena.

Com os recursos obtidos na venda da malva e do arroz, os Tembé compram alimentos e bens industrializados nas cidades e vilas próximas (Vila de Boca Nova, Capitão Poço e Ourém).

Tutela e assistência

Apesar do SPI ter criado postos no Gurupi desde 1911 e no Guamá somente em 1945, os serviços da assistência oficial e os efeitos da política integracionista do órgão se fizeram constantes sobretudo entre os Tembé do Guamá.

Os postos do Gurupi, entre eles o de Canindé, que permanece até hoje, estiveram ativos em função da pacificação dos Kaapor. No mais, "vegetaram" no isolamento de uma área de difícil acesso.

Resulta que, como sugerem as informações organizadas a seguir, para cada um dos grupos Tembé, que a intervenção "protecionista" permanente no Guamá explica em grande parte a desorganização social e econômica do grupo.

GUAMÁ — As atividades de assistência aos Tembé do Guamá têm sido feitas pelo SPI/FUNAI, desde a instalação do PI Guamá em 1945. Mais recentemente, no final dos anos 70, o regional Norte-II do CIMI iniciou um processo regular de visitas à area e o apoio direto a projetos de comunidade.

Desde a instalação do PI, as atividades do órgão tutelar na área foram orientadas com vistas à produção de excedentes comercializáveis, conforme a ideologia integracionista do indigenismo oficial. Trabalho assalariado indígena (pelo sistema de *diárias*) e o sistema de "cantinas reembolsáveis"), sempre fracassadas, foram implantadas na área do Guamá desde o tempo do SPI.

Por volta de 1950, os empreendimentos organizados pelo SPI (roças de produtos para comercialização, sobretudo arroz, milho, mandioca, criação de gado e suínos), através do Posto, exigiam mais mão-de-obra do que a disponível e houve várias tentativas de reunir os Tembé numa única aldeia, ao redor do PI. Em 1952, por exemplo, o relatório do SPI registra 39 índios (homens e mulheres) envol-

Alunos da escola de Tawari (foto Nello Ruffaldi, CIMI-Norte II, 1982).

Sede do PI Gurupi construída na década de 30 (foto Vincent Carelli, 1980).

vidos em atividades do Posto, mediante pagamento de diária. Na impossibilidade de aumentar a concentração da população indígena no Posto, a partir do final dos anos 60, funcionários da FUNAI começaram a promover a entrada de regionais, empregando-os nas lavouras do Posto. Mas os projetos fracassaram e, nos anos 70, nenhum deles subsistia.

Em 1979, os Tembé do Guamá, com a ajuda do CIMI Norte-II, resolveram iniciar uma cooperativa de produção e consumo. Aproveitando os resultados da safra da malva, principal produto para comercialização na época, cada família entrou com uma contribuição em dinheiro para formar o capital inicial do empreendimento, integralizado com uma doação do CIMI. Construiu-se uma casa-sede destinada ao armazém e posto de venda de produtos de consumo. Entretanto, o chefe do Posto tirou a administração da cooperativa das mãos dos Tembé e se serviu da mesma para os projetos de malva e arroz promovidos pela FUNAI, em 1980 (Ruffaldi, Sales e Esteves: 1983).

Apesar da injeção de recursos que a cooperativa recebeu da FUNAI na ocasião, no ano seguinte já não havia nenhuma atividade relacionada com a mesma.

O projeto agrícola do PI da FUNAI para o ano agrícola 1980/81 previa o cultivo de 50 ha de malva e 40 ha de arroz. Sabe-se que a venda dos produtos só rendeu 1/5 do capital empregado e a experiência não se repetiu no ano seguinte. Em 1982, os recursos oficiais foram orientados para a produção de algodão, cuja safra de 1983 rendeu 500 kg vendidos a Cr$ 600,00 cada.

Ainda em 1983, o posto da FUNAI estava administrando roçados indenizados aos posseiros intrusados na área indígena, próximos de Tawari: 100 tarefas de mandioca, 5 mil pés de banana e 2.200 pés de pimenta.

Nessa ocasião, o chefe do Posto convidou os Tembé a transformar os resultados da comercialização da safra desses produtos, num fundo destinado a comprar um caminhão. Apesar da adesão inicial ao projeto, logo em seguida os Tembé de Tawari e Frasqueira retiraram seu apoio, por discordarem da forma de participação e destinação dos recursos arrecadados. Foi aberta uma caderneta de poupança em Capitão Poço em nome de dois Tembé e do chefe do Posto. Como a venda da mandioca não deu bons resultados e o fundo não alcançava a compra do caminhão, os recursos foram gastos na compra de um motor acoplado com um *caititu*, para ralar mandioca.

A partir de 1983, começaram alguns investimentos na infra-estrutura do PI Guamá, com as construções, em alvenaria, da sede do Posto e de uma enfermaria-residência, além de uma escola provisória, em taipa. Nessa época já funcionava no PI um gerador de 9 CA e se contava com um barco de sete toneladas e um motor de 11 CA, além de um veículo de rodagem, utilizado pelo chefe do Posto (Ruffaldi & Sales: 1983b).

O quadro funcional do PI era composto pelo chefe do Posto, uma professora, uma atendente de enfermagem (Asuriní) e dois auxiliares de serviço (um Kaiapó e outro Anambé).

*

Quanto à *educação escolar*, o SPI e, depois, a FUNAI mantiveram algumas escolas na área do Guamá, sempre precárias e com funcionamento intermitente.

Com a fundação do PI em 1945, foi construída a primeira escola e enviada uma professora. Em 1949, apenas 14 alunos freqüentavam-na; 15 em 1955, 10 em 1958 e 11 em 1975. Em 1982, a escola funcionava precariamente com 4 séries e com o seguinte quadro de matrículas: 12 alunos na 1ª série, 9 na 2ª, 6 na 3ª e 2 na 4ª.

Em 1983, o chefe do Posto, com a ajuda dos Tembé, estava construindo uma escola provisória, de taipa e cobertura de cavacos. Houve uma reclassificação dos alunos. De um total de 36, 21 ficaram na 1ª série e 15 na 2ª, com horários em dois turnos, pela manhã (das 7 às 11 hs) e à tarde (das 13:30 às 17:30 hs). A idade dos alunos varia entre 7 e 14 anos e a escola contava com merenda escolar fornecida pela CNAE, através da prefeitura de Capitão Poço.

Os Tembé da aldeia de São Pedro construíram sua escola e conseguiram uma professora junto à prefeitura de Ourém, em 1979. A escola funciona até hoje, com dois expedientes, com 21 alunos.

Na aldeia Tawari, a escola foi construída por iniciativa dos próprios índios e a professora faz parte da regional Norte II do CIMI. Mas depois que seus moradores visitaram o Gurupi e decidiram para lá se mudar, ocorreram várias desistências (de 20 para 10 matrículas). Com a saída de 7 famílias em 1984, a escola estava na eminência de fechar, por falta de alunos (ver no item "Histórico do Contato").

A FUNAI apoiava em 1984, com duas pequenas bolsas, os estudos de 4ª e 5ª série de um rapaz e uma moça Tembé que residiam com seus parentes em Ourém.

Na aldeia de Frasqueira funcionou, em 1983, durante 6 meses, uma pré-escola, com um professor indígena, contratado pela prefeitura de Ourém. Mas as atividades não tiveram prosseguimento no ano seguinte, também diante da eminente saída dos moradores da aldeia para o Gurupi.

*

Quanto aos *serviços de saúde*, o SPI iniciou o atendimento com a fundação do PI em 1945, com resultados e registros bastante precários. Conforme relatórios anuais consultados por missionários do CIMI Norte-II junto à 2ª DR/FUNAI, em Belém, as doenças mais freqüentes têm sido: amebíase e verminose, causadoras de disenterias, tuberculose, sarampo e malária.

A situação de saúde melhorou progressivamente com as vacinações realizadas a partir de 1973, conforme quadro abaixo.

Quadro de vacinações dos Tembé do Guamá (1973-1983).

ano / vacina	1973	1974	1978	1981	1982	1983
BCG			EVS	EVS		EVS
ANTIPÓLIO	SESPA EVS	SESPA EVS	SESPA EVS		SESPA EVS	SESPA EVS
SARAMPO		EVS	EVS	EVS		EVS
DPT			EVS	EVS		EVS
VAV			EVS			
TIFÓIDICA			EVS			
ANATOX					EVS	
TRÍPLICE					SESPA	SESPA

Desde 1982, os doentes em estado considerado grave são encaminhados para o hospital de Capitão Poço, através do FUNRURAL e, esporadicamente, para o hospital de Ourém; nos casos de tratamentos mais prolongados, são levados para a Casa do Índio em Icoaraci (Belém).

Devido ao fracionamento das aldeias, aquelas mais distantes do PI têm dificuldades de acesso aos serviços de saúde.

GURUPI — Os Tembé do Gurupi recebem assistência da FUNAI, através do PI Canindé, subordinado à 6ª DR (MA), que também atende os Kaapor. Durante o tempo do SPI, os postos da região estiveram sob a jurisdição da subajudância de Vizeu. Com a criação da FUNAI, o PI Canindé ficou subordinado à delegacia regional de Belém, passando à jurisdição da DR/São Luís (MA) somente na década de 70.

A sede do PI Canindé, situada na margem paraense do Rio Gurupi, conta com uma casa de madeira de dois andares e onze compartimentos, construída há aproximadamente 50 anos. Essa casa serviu, até 1983, de residência a funcionários, enfermaria, cantina, escritório e sala de rádio. A partir de 1983, com o repasse de parte da verba do convênio CVRD/FUNAI destinada aos Kaapor, foram construídas uma escola-residência, uma enfermaria, foi instalada luz elétrica e água encanada. O Posto conta ainda com dois barracões sem paredes, cobertos com folhas de ubim, ao estilo das casas Kaapor: um deles lhes servem de abrigo quando estão de visita ao Posto e outro serve como depósito para um maquinário de moer cana, fornos de torrar farinha e embarcações.

Como meios de transporte, o PI conta com uma "voadeira", para viagens de emergência, e um batelão equipado com motor, que serve para o transporte de mercadorias e viagens mensais do chefe do Posto.

O quadro de funcionários do PI é formado por um chefe de Posto, uma professora, um atendente de enfermagem, dois motoristas fluviais (indígenas), eventuais proeiros (também indígenas) e alguns trabalhadores braçais.

No levantamento realizado pela antropóloga Virgínia Valadão, em 1978, o PI contava com 28 bovinos, 3 eqüinos e 16 linhas de semeadura de capim, a serem ampliadas. A criação de bovinos e eqüinos nunca deu os resultados esperados pelos seus promotores (SPI/FUNAI). Sempre provocou brigas entre os índios, pois os responsáveis pelos animais não permitiam que os demais se utilizassem dos mesmos. Além do mais, os cuidados com o rebanho eram precários, pois ninguém queria zelar por animais que não lhes pertenciam e que não podiam servir de alimento.

Em 1978, as mercadorias industrializadas de necessidade dos Tembé eram encomendadas ao chefe do Posto que ia comprá-las em Boa Vista do Gurupi ou São Luís, utilizando-se do batelão para o transporte (Valadão: 1978).

A partir de 1980, o sistema de cantina foi acionado e as mercadorias estocadas eram logo consumidas pelos Tembé que viviam na aldeia próxima do Posto; nas aldeias mais distantes, o abastecimento dependia de encomendas pessoais dos índios ao chefe do Posto.

A produção utilizada pelos índios para a troca e venda é basicamente artesanal e extrativa (ver no item "Modo de Vida"). A comercialização de animais (jabotis, aves raras e peles de onça), pelo seu valor relativamente alto no mercado regional/nacional, foi sempre muito incentivada pelo SPI.

Até 1983, o PI Canindé contava basicamente com as roças individuais dos índios. Na época do SPI (até 1950), trabalhadores regionais foram trazidos para tocar as lavouras do Posto e o fabrico de farinha d'água, com o objetivo de atrair a visita dos Kaapor, mas esses projetos foram abandonados porque os índios "se arranchavam dias e dias no Posto para beber chibé".

Em 1985, a 6ª DR da FUNAI elaborou um novo projeto de "cantinas reembolsáveis" para todos os postos indígenas do Maranhão, inclusive o PI Canindé, a ser subvencionado pelo convênio CVRD/FUNAI.

No que se refere à vida social, a presença do PI inaugurou e tem mantido um calendário anual de festas cívicas, cristãs e regionais, como o Dia do Índio (19 de abril), o Dia da Independência (7 de setembro), Sexta-feira da Paixão, Festa de São Benedito e Bumba-Meu-Boi. Além desses, os rituais Tembé, como o *wiraohawo*, são realizados no

espaço do PI, centro da vida ritual do grupo, por iniciativa dos próprios Tembé. É como se a presença do chefe de Posto legitimasse e valorizasse a festa (Valadão: 1985, ip).

Finalmente, o PI possui uma pista de pouso de aproximadamente 800 metros, pouco utilizada pela FUNAI, uma vez que a 6ª DR não dispõe de avião. Atualmente, a pista serve eventualmente ao missionário do SIL que trabalha na aldeia Kaapor de Gurupiúna.

*

Quanto à *educação escolar*, apesar da antiga situação de bilingüismo e do contato dos Tembé com a sociedade nacional datar de mais de um século, foi somente em 1978 que definitivamente começou a funcionar uma escola no Canindé, com uma programação que incluía cursos de alfabetização até a terceira série para crianças (pela manhã) e adultos (à tarde).

A escola atraiu os índios das aldeias distantes, mas com fácil acesso (Banha, Igarapé das Pedras e Xapomirá). Como não era possível às crianças irem e voltarem da escola diariamente, elas passaram a residir, durante a semana, na casa de parentes da aldeia próxima ao PI engrossando a concentração populacional em torno do Posto. Seus pais se incumbiam de caçar, pescar e fabricar farinha para seus parentes anfitriões. Mas a situação é vivida contraditoriamente pelas famílias, pois a vida da aldeia sem as crianças, fica "vazia".

*

Os *serviços de saúde* são prestados pela FUNAI, através de um atendente que vive na área e da EVS que visita o PI duas vezes por ano, para vacinações e tratamentos odontológicos, além das visitas extras para casos de epidemias.

Quando surge um problema que não pode ser atendido no PI, os doentes são levados de barco e ônibus até o hospital.

Os remédios da enfermaria provêm quase todos da CEME e os antimaláricos são fornecidos pela SUCAM.

As doenças mais freqüentes são a malária, hepatite, gripe, tuberculose e diárréias. De 1974 para cá, os Tembé do Gurupi têm sido vacinados regularmente pela EVS/FUNAI (Sabin, sarampo, varíola, BCG, tríplice, antitetânica e tifóide).

Os funcionários do SPI e da FUNAI, até o início de 1980, limitavam-se a distribuir remédios de forma pouco criteriosa, o que resultou num "vício em antibióticos" por parte dos índios, que passaram a classificar os atendentes em "bons" ou "ruins", conforme a quantidade de remédios e injeções fornecidas (Valadão: 1985, ip).

Durante muitos anos, o PI Canindé não pôde contar regularmente sequer com atendentes desse tipo, uma vez que o isolamento da área não favorecia a adaptação de funcionários. Os que permaneciam algum tempo no Posto não queriam se deslocar a pé ou no lombo de burros às aldeias mais distantes. O resultado é que os doentes freqüentemente chegam ao Posto em estado grave e ainda tinha que enfrentar suas precárias instalações e recursos: rádio quebrado, enfermaria precária, etc. Conseguir um avião era quase impossível, e se o chefe do Posto estivesse ausente, a única maneira de se conseguir uma remoção era enfrentar alguns dias de canoa pelo rio e 600 km de estrada até São Luís, onde a Casa do Índio representava um sério risco de se adquirir novas doenças contagiosas.

Segundo Valadão (1985, ip), como do ponto de vista alimentar os Tembé do Gurupi desfrutam de relativa abundância de caça, pesca e coleta, além de suas roças tradicionais, o quadro demográfico decrescente que caracterizou os Tembé (e os Kaapor) até a década de 1970 só pode ser explicado pela precaríssima assistência médica prestada pelo SPI/FUNAI, que nunca desenvolveram na área o que se poderia chamar de uma "política de saúde".

Situação atual das terras

A área indígena atualmente intitulada "Alto Rio Guamá" foi decretada em 26.03.1945, pelo então interventor federal no Pará, Cel. Joaquim Magalhães Cardoso Barata (ver íntegra do documento no *box*), mas até hoje não teve sua complicada demarcação (1972/78) homologada, está invadida por milhares de famílias camponesas e, parte dela, está encravada no maior litígio fundiário do Estado (ver *box* a respeito).

O mapa elaborado pela FUNAI em 09.01.1985, define um total de terras correspondentes a 278.000 ha (cujo memorial descritivo aparece adiante, junto ao mapa), não coincide exatamente com a área projetada pelo decreto de 1945 e consagra uma redução da área em onze mil ha, ocorrida em uma das etapas da demarcação, quando houve alterações no limite Oeste (ver "Histórico das Invasões da Área Indígena Alto Rio Guamá", a seguir).

Dos 278.000 ha da Reserva, 87.000 ha correspondem à área em litígio com o Banco Denasa de Investimentos S/A (5 avocatórias no Tribunal Federal de Recursos).

Afora o litígio, a AI do Alto Rio Guamá tem sido área de pretensão de outras empresas, fazendas e de frentes camponesas que pressionam os limites Norte, Leste e Oeste.

No limite Oeste, a reserva tem como um dos confinantes a Cia. Agropecuária do Pará (subsidiária da Swift Armour) empresa que no ano de 1970 obteve da FUNAI, então sob a presidência do General Bandeira de Mello, uma certidão negativa que lesou os Tembé em 11.000 ha. Além da empresa, inúmeros pequenos posseiros se situam ao longo do limite Oeste, conhecido na região como "pique dos índios", que confina com terras do município de Paragominas.

No limite Leste, além de outras fazendas das quais não foi possível obter informações, a Fazenda "Irmãos Coragem", de propriedade de Mejer Kabacznik alterou os marcos da demarcação e avançou seus domínios sobre a área Tembé em cerca de 4 km de largura por 14 de extensão, conforme relatório da FUNAI de 11.07.1977 (Holanda: 1977).

Em 1976, Kabacznik fez um acordo com a FUNAI e obteve da mesma autorização para construir uma estrada vicinal de 24 km por dentro da área indígena, ligando sua propriedade à Vila Pau de Remo (ver no *box* íntegra do acordo FUNAI/Kabacznik).

Uma vistoria para aviventação dos piques, realizadas em 1979, constatou a fraude dos marcos, o que levou a FUNAI a propor na Justiça Federal 2 ações contra o fazendeiro: uma de interdito proibitório (relativa à estrada) e outra de reintegração de posse (relativa à invasão). Em contrapartida, o fazendeiro, em 1980, ingressou com uma ação de atentado contra a FUNAI.

A estrada vicinal construída por Kabacznik, que corta a reserva na direção Leste/Oeste, tem sido o "caminho natural" da penetração de invasores, especialmente da frente camponesa que atingiu a região de Capitão Poço na década de 60. Com o advento da estrada, em 1976, começaram a circular rumores de que a FUNAI tinha "liberado" a área e políticos locais à caça de votos passaram a estimular os camponeses a invadir a Reserva.

Ao Norte e Noroeste se registram, segundo o mapa do município de Ourém, inúmeros povoados como Livramento, Bracinho, Garrafão, Tauari, Pau de Remo, Piracau e a sede do município de Capitão Poço. Até meados da década de 70, os camponeses limitavam-se a abrir algumas roças dentro da Reserva, sem entretanto residirem no local; mas a partir de 1976, essa população começou a se fixar no local, formando "centros" e povoados. De outro lado, a convivência com fazendeiros e a omissão da FUNAI em resguardar a Reserva das invasões desmoralizou os índios e desmobilizou sua luta pela defesa da terra. Atualmente estima-se, *grosso modo*, uma população de seis mil não-índios vivendo no interior da reserva. A AI Alto Rio Guamá só está resguardada pelo seu limite Sul, o Rio Gurupi, que também é limite da Reserva Indígena "Alto Turiassú", onde vivem os Urubú-Kaapor e os Guajá (que serão tratados no vol. *Maranhão*, desta série).

*

Em 1944, com intenção de agrupar e isolar os grupos indígenas que viviam entre os rios Guamá e Gurupi, José Maria da Gama Malcher, então chefe da 2ª Inspetoria Regional do SPI, requereu uma reserva de terras na margem direita do Rio Guamá, destinada aos índios Tembé, Timbira, Urubu e Guajá. A reserva foi concedida pelo Decreto nº 307 de 21.03.1945, assinado por Magalhães Barata, Interventor Federal do Pará (ver a íntegra do Decreto no *box*).

Na época, os Tembé estavam divididos em vários grupos locais, sem contato entre si, nas seguintes áreas: a margem esquerda do Acará-mirim (ver capítulo "Tembé-Turiwara"), a margem direita do Gurupi e a margem esquerda do Guamá. Nessa última área, viviam 40 Tembé que foram transferidos para a margem oposta — dentro da reserva — logo após a criação do PI Alto Guamá, em 1945.

documento

DECRETO Nº 307,
DE 21 DE MARÇO DE 1945

Reserva área de terras aos índios Tembés, Timbiras, Urubús e Guajás, no Município de Vizeu, e dá outras providências.

O INTERVENTOR FEDERAL:

usando da atribuição que lhe confere o art. 7º, item I, do Decreto-lei n. 1.202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1º — Fica reservada, no Município de Vizeu, aos índios Tembés, Timbiras, Urubús e Guajás a área de terras situadas à margem esquerda do rio Gurupí e à margem direita do rio Guamá, limita: ao norte, com o Igarapé-Corací-Paraná, partindo da nascente do igarapé Pitomba, afluente do rio Guamá. Deste ponto pelo igarapé Pitomba até sua foz, no rio Guamá confrontante à foz do rio Araçateua, até a foz do igarapé Corací-Paraná; ao sul pela reta partindo do ponto confrontante à foz do rio Araçateua, até encontrar as nascentes do igarapé Tauari-Grande, e seguindo este igarapé (Tauarí-Grande), até à margem direita do rio Guamá; a oeste, pelo rio Guamá desde a foz do igarapé Tauari Grande até a foz do igarapé Pitomba.

Art. 2º — O Governo do Estado, para a perfeita execução deste Decreto, entrará em entendimento com o Serviço de Proteção aos Índios e porá em prática as medidas que se tornarem necessárias, a respeito.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 21 de Março de 1945.

Cel. JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA,
Interventor Federal
João Guilherme Lameira Bittencourt
Secretário-Geral

Fonte: D.O. Estado do Pará, 27.03.1945.

SINAIS CONVENCIONAIS

DIVISA ÁREAS REIVINDICADAS

DIVISA ÁREA INDÍGENA

RIOS e IGARAPÉS

ESCALA GRÁFICA

10km 5 0 5 10 15 20 25 30km

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL - CEDI VOL. 8

O MAIOR LITÍGIO FUNDIÁRIO DO PARÁ

Parte da Área Indígena Alto Rio Guamá, no NE do Pará, está encravada no maior litígio fundiário daquele Estado: 387.355 ha estão sendo disputados na Justiça. De um lado, o Banco Denasa de Investimentos S/A e a Cia. de Desenvolvimento Agropecuário, Industrial e Mineral do Estado do Pará — PROPARÁ — sucessora da CIDAPAR; e, de outro, o Instituto de Terras do Pará (ITERPA), o INCRA e a FUNAI. Do total das terras em litígio, 127.000 ha estão dentro da Área Indígena Tembé do Alto Rio Guamá. A região hoje chamada de Gleba Cidapar, conhecida desde o final do século passado como "minas do Gurupi", é rica em ouro, cassiterita, cristal, diamante e titânio (mineral usado na indústria bélica).

Além das empresas — que ao longo desses anos se dedicaram basicamente à pesquisa mineralógica — e dos Tembé Tenetehara, estão instaladas na região chamada Gleba Cidapar cerca de 10.000 famílias de camponeses e vários fazendeiros. Nos últimos 10 anos, essa região tem sido palco de uma luta sangrenta entre empresários, fazendeiros e lavradores, agravada nos últimos anos pela participação da PM do Pará.

A origem das propriedades que compõem a Gleba Cidapar vem da época do Império. São as chamadas fazendas Gurupi-Mirim, Santa Maria, Ariraima, Piriá e Macaco. Essas propriedades, cujos títulos seriam cartas de sesmarias, foram transacionadas diversas vezes até que a empresa South American Garden *conseguiu agrupar várias glebas, objetivando a exploração de ouro na localidade de Alegre.*

Alguns anos depois esse projeto faliu e a Justiça do Trabalho fez um arresto dos bens para garantir o pagamento das indenizações trabalhistas. Como não foram saldados os compromissos, a Justiça procedeu a um leilão no início da década de 60, e o arrematamento de parte das terras foi o cidadão Moacir Pinheiro Ferreira. De posse dessa documentação, em 1964 Moacir Pinheiro Ferreira ajuizou na comarca de Vizeu cinco ações demarcatórias, para conhecer os limites das cinco sesmarias. Somavam 108.900 ha (A Província do Pará*: 17.08.84*). *Por volta de 1970, Moacir Ferreira se associou a outras pessoas e fundou a Cia. de Desenvolvimento Agropecuário, Industrial e Mineral do Estado do Pará — CIDAPAR.*

Tempos depois, a empresa entrou em processo de falência, sendo obrigada a entregar como doação ao Banco Denasa de Investimentos S/A suas terras e ações para quitação de um empréstimo. Em 1980, o Banco convidou algumas empresas para explorarem as terras e foi assim que entraram na área empresas como a Kosmos, Resplan, Sopemi, Bangu e o Grupo Joaquim Oliveira, que reúne nove empresas.

Hoje, o Banco Denasa e a PROPARÁ, pleiteiam a posse de 387.355 ha. A confusão jurídica foi detectada exatamente a partir de 1980, quando o advogado das empresas, Clóvis Ferro Costa, encaminhou ao ITERPA um pedido de cadastramento das terras. O ITERPA constatou que a cadeia dominial das propriedades estava cheia de irregularidades e a mais grave delas, segundo o próprio ITERPA, é que a ação demarcatória estava totalmente ilegal. Além disso, quatro das cinco sesmarias não estavam confirmadas.

Há versões de que o livro de registro do cartório de Vizeu, onde foi registrado o processo de demarcação, foi queimado para permitir a fraude que resultou na ampliação de 269.455 ha nos limites da gleba. O Estado do Pará resolveu entrar na Justiça para pedir a anulação da sentença demarcatória e a avocação dos autos para o Tribunal de Justiça do Estado.

Uma verdadeira batalha judicial foi travada até que o STF decidiu que a competência para julgar a questão era do TFR, já que a FUNAI e o INCRA também haviam ingressado com uma ação no Tribunal Federal de Recursos com o mesmo objetivo. (O Liberal*, 05.08.84*). *Quanto à cadeia dominial das glebas, apenas a chamada Gleba Macaco foi confirmada até agora.*

Enquanto isso, entre os anos de 1982 e 1984 surgiram na região três grupos armados e o número de mortos aumenta dia a dia. A "milícia privada" da empresa CIDAPAR é formada por mais de 50 homens fortemente armados de metralhadoras, fuzis, pistolas manuais, etc., comandados pelo chefe de segurança da empresa, James Vita Lopes, e aparelhado com pequenos aviões e helicópteros munidos de metralhadoras. Do lado dos camponeses: o grupo do Abel e o grupo do Quintino, "gatilheiro" que começou a lutar em defesa dos posseiros a partir de 1983 e que se auto-intitulava: "Armando Quintino, o peito de aço, o rei do gatilho e o terror dos fazendeiros".

Durante o ano de 1984, as disputas na área se tornaram particularmente violentas e passaram a ser noticiadas diariamente nos jornais do Pará. Em agosto de 1984, a PROPARÁ, sucessora da CIDAPAR, apontada como a maior responsável pela violência na região, publicou no jornal O Liberal (*02.09.84*) *um esclarecimento sobre a posição da empresa. Entre outras tantas coisas, a PROPARÁ declarou que obteve do DNPM 31 autorizações de pesquisa de diversos minérios e que na área em questão existem alguns ocupantes que não cobrem mais do que 1% de sua superfície, muitos já cadastrados e grande parte já empregados nos projetos. "... A eles são franqueados a utilização das estradas abertas pela Empresa, bem como o direito de usar os serviços de assistência social. A PROPARÁ e demais empresas do Grupo sempre reconheceram o direito dos legítimos posseiros da área, tanto que assinaram com o Estado, em 20/08/81, um Protocolo para titulá-los gratuitamente, assumiram a obrigação de arcar com todas as despesas de cadastramento e topografia, com o assessoramento do Governo do Estado, através do ITERPA a quem incumbia, tão-somente, a identificação dos referidos posseiros, excluindo-se os então invasores e ocupantes de má-fé que porventura houvessem". A empresa acusa o Estado de não cumprir o protocolo e de entrar levianamente com uma ação junto ao TJ estadual argumentando que o processo é absurdo porque não se tratam de terras devolutas.*

Diante da "inoperância" do Estado, a empresa anunciou um acordo com D. Miguel Giambellim, bispo da Diocese de Bragança, para titular o que ela considera os "legítimos posseiros".

Numa tentativa de encontrar uma solução mais rápida para o problema que a via judicial, o governador do Pará, Jáder Barbalho tentou estabelecer um acordo com as empresas e na ocasião se aventou a possibilidade do Estado realizar uma permuta de terras cedendo às empresas uma área livre de ocupantes na região do Xingú (O Liberal*: 02/09/84*).

Em setembro de 1984, Jáder se reúne com o advogado e com representantes dos lavradores, além do diretor do Grupo Joaquim Oliveira, Fernando Halfen. Em caso de acordo, o Estado estaria disposto a retirar a causa da Justiça (O Liberal*: 28.09.84*).

Entretanto, as empresas só reconhecem o direito de posse de alguns lavradores e se propõem a ceder apenas uma parte mínima das terras. Conforme o jornalista Lúcio Flávio Pinto, "uma regularização justa e séria deixaria poucas áreas para as empresas simplesmente porque durante todo esse tempo elas pouco realizaram na região limitando-se a apresentar projetos agora ampliados e supervalorizados (O Liberal*: 15.09.82*).

Até setembro de 1985, a União e o Estado do Pará não haviam sequer tomado nenhuma iniciativa jurídica adequada, a fim de esclarecer os legítimos direitos de posse e de propriedade, reclamados por tantas partes.

A intenção do SPI, desde essa época era reunir todos os Tembé na reserva recém-criada, o que não foi conseguido até hoje. Na década de 1940, "as terras banhadas pelo Guamá eram habitadas somente até seu curso médio, por sitiantes empenhados em lavouras de subsistência, cujos excedentes vendiam a regatões na sede do município de Ourém. Além dos regatões, percorriam o rio em batelões (...) extratores de resina, de cipós e sobretudo de madeiras, os quais no entanto, raramente ultrapassavam o trecho onde foi estabelecida a reserva indígena. Uma situação semelhante ocorria no Gurupi, cuja navegação era mais difícil que no Guamá, devido às numerosas corredeiras existentes" (Arnaud: 1981/1982, 224).

Progressivamente, os madeireiros e depois os "gateiros" da região passaram a invadir a área indígena e, em 1950, tanto as regiões do Rio Guamá quanto do Rio Piriá já haviam sido alcançados por camponeses.

Nesse período, não se tomou nenhuma providência para impedir as invasões. Ao mesmo tempo, a escassez de recursos do SPI tornava impossível a demarcação da reserva. Por outro lado, todos os Tembé trabalhavam nos serviços do Posto (ver "Tutela e Assistência"), sem possibilidade de controlar e fiscalizar a entrada de invasores nas suas terras. A instalação de famílias de regionais dentro da Reserva, promovida em 1960 pelo encarregado do SPI, a fim de aumentr a produção do Posto, não modificou o quadro de ocupação da Reserva e, em 1970 "a utilização da reserva pelos usufrutuários continuava ocorrendo apenas numa reduzida faixa, situados entre os limites extremos do Guamá até uma profundidade de aproximadamente 5 quilômetros..." (Arnaud: 1981/1982, 226).

Enquanto isso, as terras vizinhas da Reserva vinham sendo ocupadas por frentes agrícolas e pecuárias, através das rodovias Belém-Brasília, Pará-Maranhão e Bragança-Vizeu, que atingiam os municípios de Ourém, Vizeu, Capitão Poço e Paragominas. As invasões na área indígena tomaram então proporções muito maiores, com incentivo e apoio de políticos e autoridades regionais e inclusive da FUNAI, como pode ser verificado no histórico elaborado por E. Arnaud (1982 e 1984, para o período 1970-1981) resumido a seguir, com informações complementares levantadas nos Arquivos da 2ª DR em Belém, da FUNAI em BSB, de Valadão (1978 e 1984) e notícias de imprensa.

1964 — Frente ao número crescente de invasões na reserva do Guamá, o chefe da 2ª Inspetoria Regional do SPI e o encarregado do PI Tembé solicitam providências às autoridades policiais locais.

1970 — A Cia. Agropecuária do Pará, subsidiária da Swift-Armour, encaminha à FUNAI um pedido de certidão negativa de uma faixa de terras a Oeste da Área Indígena Tembé do Alto Rio Guamá (processo nº FUNAI/GB/450/70). O processo é encaminhado à 2ª DR e o delegado contrata o topógrafo Rubinete Chagas Nazaré que comprova a incidência de 11.000 ha da Cia. Agropecuária do Pará, dentro dos limites da Área Indígena (ofício nº 304/70 de 04-12. 1970).

O Presidente da FUNAI na época, General Bandeira de Melo, encarrega-se pessoalmente de "limpar o terreno" e expede um radiograma dizendo que *ele próprio* verificou a não existência de aldeamentos indígenas determinando então a transferência do PI Pedro Dantas para a margem direita do Gurupi, jurisdicionando-o à 6ª DR e encarregando o PI de fiscalizar os índios para que não interferissem no território da empresa (ver a íntegra do Rdg. s/nº de 28.11.70 no *box*).

Em dezembro de 1970, a Cia. Agropecuária do Pará obtém a certidão negativa de uma área compreendida entre os rios Coraci-Paraná e Gurupi, dentro da reserva (Processo FUNAI/GB/450/70 doc.3). O Delegado da 2ª Regional da FUNAI na época, Cel. Bahia, se opôs à concessão da certidão negativa e se demitiu.

Em 07 de dezembro de 1970, o Presidente da FUNAI dirige um ofício ao Governador do Estado do Pará propondo a liberação da AI do Alto Rio Guamá pelos motivos nele expostos, cujo teor é o seguinte:

"No atual Município paraense de Paragominas remanesce uma reserva indígena, encravada em terras antigamente jurisdicionadas ao Município de Vizeu, originalmente destinadas aos índios Tembé, Timbira, Urubu e Guajá.

A citada reserva foi criada através da Lei Estadual nº 307, de 21 de março de 1945, publicada no Diário Oficial desse Estado, edição de 27 do mês subseqüente.

Ocorre que, atualmente, Sr. Governador, não mais estão ali radicados silvícolas, encontrando-se a reserva excluída, em conseqüência, da destinação para que fora criada pela já mencionada Lei Estadual, razão porque, considerando o surto desenvolvimentista porque passa todo esse Estado, graças à feliz conjugação dos esforços da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM e do Banco da Amazônia S/A-BASA, da iniciativa privada e do profícuo Governo de Vossa Excelência, vê-se esta Presidência na disposição realista de propôr a Vossa Excelência a desinterdição da área em tela por via do competente ato estadual.

Recentemente, importante projeto de colonização e exploração agropecuária, a ser realizado pela CIA. AGROPECUÁRIA DO PARÁ sob os auspícios da SUDAM, na já mencionada reserva, foi devidamente apreciado contando com a Certidão Negativa de existência de silvícolas expedida por esta Presidência.

Anexo, para melhor instrução deste expediente, fotocópia de documentos pertinentes ao processo em que foram partes interessadas aquela empresa e esta Fundação.

Ao ensejo, cumpre-me agradecer muito penhorado a atenção por Vossa Excelência dispensada, e apresentar-lhe os meus protestos de elevada consideração e distinguido apreço". (Ofício 157/DGPI/FUNAI/07.12.1970).

1971 — Novas invasões são denunciadas pelo chefe do PI Alto Guamá, que aponta um indivíduo conhecido por "Mimi" como principal responsável pela distribuição de terras indígenas. Aponta também o comissário de polícia da localidade de Pau de Remo, como um dos principais invasores (Arnaud: 1981/1982, 226). Em dezembro, a 2ª DR assina um contrato com a firma Jair Guimarães, para demarcar a reserva conforme novos limites: ao Norte, o Rio Guamá com a foz do Igarapé Pitomba; ao Sul, o Rio Coraci-Paraná; a Leste o Igarapé Pitomba até o Rio Gurupi; e a Oeste, o Igarapé Tauari Grande de suas nascentes até o Rio Gurupi (Of. nº 521/71-AJ de 15.12.71).

1972 — Uma turma de demarcação inicia o trabalho, com cobertura policial, para evitar problemas com invasores; denuncia-se a presença de homens armados pela empresa CIDAPAR (atual DENASA e PROPARÁ) que tentam impedir a passagem da linha demarcatória. O trabalho prossegue e alguns invasores se retiram (Arnaud: 1981/1982, 227).

1973 — O chefe do Posto informa que as invasões tomam proporções incontroláveis, com desmatamentos para plantio de roças. O prefeito de Ourém, solicitado nesse sentido, omite seu apoio na retirada dos invasores (idem).

1974 — As invasões prosseguem, com maior incidência no Rio Tauari, limite Oeste da reserva, onde foram arrancados os postes de demarcação. No decorrer de um inquérito realizado pela FUNAI com a cooperação da PF, foi apurado que as invasões se haviam agravado devido à abertura de um pico pelo DER cortando a Reserva no sentido transversal, ligando o lugar de nome Garrafão à Rodovia BR-316. Uma equipe do DER/PA vinha explorando madeira na Vila Tanari. A direção geral do DER/PA em Belém, quando inquerida sobre o assunto, informou que os serviços do pique estavam previstos no Programa de Construção de Estradas Estaduais do DER/PA, exercício de 73/74 e que as madeiras foram retiradas por ordem do Governador do Estado do Pará.

A comissão de inquérito informa também sobre a existência de um núcleo de posseiros denominado Água-Preta, composto de mais ou menos 53 famílias, estabelecido no centro da reserva, à margem do Rio Piriá. A Comissão teria então cientificado as famílias que só poderiam permanecer até concluirem as colheitas dos roçados já plantados. Conforme o então Delegado da 2ª DR/FUNAI, não se logrou muito êxito na expulsão dos posseiros devido à proximidade das eleições de novembro de 1974, quando "foram sustadas por ordem superior, todas as ofensivas da DR que tinham apoio policial-militar" (Azevedo: 08.05.79). Informa o mesmo delegado que, por essa época, os invasores colocaram na área armadilhas para animais nas quais os índios ficavam presos e eram baleados em seguida (idem). O ano terminou sem a retirada de nenhum invasor.

1975 — Segundo um levantamento realizado nesta data pela 2ª DR/FUNAI, o número de ocupantes não-índios na reserva já chegava a 260 famílias, com 3.854 tarefas plantadas (cerca de 1.000 ha) (Arnaud: 1981/1982, 227). Apurou-se que boa parte dos lavradores dos lugarejos de nome Garrafão, Livramento e Patrimônio, residia fora da reserva indígena e se utilizava as terras da reserva apenas para roças. Além disso, havia cinco picos com marcos e piques da empresa CIDAPAR entre os rios Piriá e Coraci-Paraná, atravessando a reserva em dois grandes conjuntos diagonais. Os piques formavam lotes de terras destinados à colonização agropecuária (Holanda, R. N. et alii: 30.04.75).

documento

GAL. BANDEIRA DE MELO
AFASTA ÍNDIOS EM FAVOR DA EMPRESA

NE s/N de 28.11.70 — VERIFIQUEI INDIOS URUBUS TEMBÉS GUAJAJARA ET GUAJAS ESTÃO ALDEADOS ESTADO MARANHÃO LESTE RIO GURUPI PT PEDRO DANTAS PASSARAH IMEDIATA JURISDIÇÃO DELEGACIA SEXTA DR DO MARANHÃO PT ESTE PROCESSO CORRESPONDENTE AREA DEVERAH SER INFORMADO INTERFERENCIA INDIOS AREA ADQUIRIDA EMPRESA EM QUESTÃO ET ENVIADO IMEDIATAMENTE ESTA PRESIDÊNCIA EM BRASILIA ET DETERMINO IMEDIATA TRANSFERENCIA POSTO INDIGENA PEDRO DANTAS PARA AREA ALDEIA INDIOS URUBUH ESTADO MARANHÃO LESTE RIO GURUPIH PT DETERMINO TAMBEM SUSTAR IMEDIATAMENTE TODA E QUALQUER PROVIDÊNCIA RESPEITO AGROPECUARIA PARÁ ESPECIALMENTE RELACIONADO DR SERGIO COELHO RESPEITO MESMA DESPESAS SEREM FEITAS PELA PROPRIA EMPRESA PT SDS GEN BANDEIRA DE MELO PRES. FUNAI

(Radiograma nº 229, de 28.11.70, de Brasília, constante do processo FUNAI nº 0035/83 fls. 29).

documento

ACORDO FUNAI/KABACZNIK

ACORDO Nº 001/76, QUE ENTRE SI FAZEM A FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO E O SENHOR MEYER KABACZNIK.

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), de um lado a FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, instituída de conformidade com a Lei 5.371, de 05 de dezembro de 1967, neste ato representada pelo seu Presidente, ISMARTH DE ARAÚJO OLIVEIRA, doravante denominada simplesmente FUNAI e, de outro lado, o Senhor MEYER KABACZNIK, brasileiro, casado, industrial e fazendeiro, residente e domiciliado em Belém, Estado do Pará, doravante denominado simplesmente EMPRESÁRIO, resolvem celebrar o presente Acordo, mediante as considerações, condições e cláusulas seguintes:

CONSIDERANDO ser o EMPRESÁRIO titular de terras contíguas à área indígena;

CONSIDERANDO que o empreendimento por ele lançado necessita de via de acesso não só para passagem de maquinaria como para o escoamento de sua produção;

CONSIDERANDO que a via se prestará para utilização da comunidade indígena habitante do Posto Indígena Alto Rio Guamá;

CONSIDERANDO o embargo à construção da via em virtude da ausência de autorização prévia deste órgão e o que consta do Processo nº FUNAI/BSB/05213/76.

ACORDAM:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A FUNAI autoriza a continuação dos trabalhos de abertura da estrada ligando o Rio Tauari com a margem do Rio Piriá.

CLÁUSULA SEGUNDA

A EMPRESA, por este instrumento, declara incorporar ao Patrimônio Indígena, a estrada referida na cláusula anterior, nada tendo a reclamar da FUNAI; a título de indenização, pelos serviços executados.

CLÁUSULA TERCEIRA

A FUNAI se compromete a permitir a passagem e uso da estrada pela EMPRESA ou prepostos, por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA

A EMPRESA se compromete, ainda, a:

1) A construir uma porteira e manter vigilância nos pontos extremos da estrada com a área indígena, evitando sua invasão;

2) Conservar a estrada;

3) Abrir uma via secundária da estrada em referência até o aldeamento indígena, em prazo a ser determinado pela FUNAI;

4) Colocar uma placa indicativa de ser a área indígena proibindo a entrada de pessoas estranhas.

5) Fornecer sementes de natureza, qualidade e quantidade a ser declinada pela FUNAI em favor da comunidade indígena local, bem como assistência técnica quando necessária;

6) Adquirir a preço justo do mercado toda a produção da referida comunidade.

E por assim justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em quatro vias, de igual forma e teor na presença das testemunhas que o assinam para os efeitos da lei.

Brasília, 05 de novembro de 1976

ISMARTH DE ARAÚJO OLIVEIRA
p/ FUNAI

MEYER KABACZNIK
p/ EMPRESA

1976 — A FUNAI contrata a Plantel-Agropecuária e Comercial Ltda. para continuar os trabalhos de demarcação da área, interrompidos em 1972. Após a abertura de 15 km de linha seca no limite Oeste, os proprietários da Fazenda Acatanaçu, srs. Fernando Acatanaçu e Domingos Nunes, solicitaram a paralisação dos trabalhos da Plantel alegando que o serviço foi iniciado do ponto errado. Os proprietários alegaram que o igarapé que os índios chamavam de Araçateu era na realiadade o Igarapé do Milho e, nesse sentido, se propunham a custear as despesas de viagem de técnicos do DGPI/FUNAI ao local, a fim de se esclarecer a questão (Plantel-Agropecuária e Comercial Ltda: 1976). O técnico enviado pelo DGPI, Ronaldo do Nascimento, elabora um relatório onde explica que os índios *compreenderam* (sic) que estavam confundindo o nome dos igarapés que além disso foi encontrado no Igarapé do Milho um marco cravado pela FUNAI em 1969 (Nascimento, R.: 1976).

Em 1978, os Tembé contaram à antropóloga Virgínia Valadão que, na época da demarcação, a FUNAI explicou-lhes que o limite teria que ser o Igarapé do Milho para "dar certo" com a Reserva Kaapor do Maranhão (ver mapa "Al Alto Rio Guamá: situação fundiária") (Valadão: 1978). Na verdade, em 1970, a FUNAI já havia fornecido certidão negativa de parte dessa área à Cia. Agropecuária do Pará (conforme mencioando anteriormente) e, de fato, com a alteração da linha seca, os Tembé foram lesados em 11.000 ha do seu território.

Em julho de 1976, o fazendeiro Mejer Kabacznik contrata a Cia. Paraense de Mecanização, Industrialização e Comercialização Agro-Pecuária (COPAGRO) para executar a abertura de uma estrada inicial de 24 km de extensão por 10 m de largura, dentro da área indígena, ligando uma fazenda de propriedade do contratante à Vila Pau de Remo, no município de Ourém (Cartório Valle Chermont, 2º Ofício, Belém/PA/1976).

O DGPI/FUNAI determina providências no sentido de embargar a estrada. (Rdg nº 876/DGPI/1976).

O fazendeiro Mejei Kabacznik vai a Brasília e, em novembro de 1976, firma um acordo com o então Presidente da FUNAI, Gal. Ismarth de Oliveira, que permite o uso e acabamento da estrada (ver íntegra do acordo no box FUNAI/Kabacznic, acordo 001/76).

"Com oadvento da estrada,os rumores circulantes entre o posseiros de que a área tinha sido liberada, tomou mais fôlego e forneceu a convicção de que a área não mais interessava à FUNAI, que tudo era questão de tempo e era só esperar" (Azevedo: 08.05.79). Na época, já existiam dentro da reserva 319 famílias, todas cadastradas pelo INCRA O interesse pelas terras dos Tembé aumenta, recrudescendo a ação de fazendeiros e de posseiros apoiados por políticos. O governador do Pará, baseado numa declaração assinada por 1.757 posseiros da região, solicita ao Ministro do Interior uma revisão dos limites da reserva que, segundo ele, "excede em muito as necessidades dos índios" (Arnaud: 1981/1982, 228).

1977 — Neste ano começa a ser preparada a "Operação Guamá", constituída por representantes da FUNAI, do ITERPA, do INCRA, da PF e da PM, com a missão de retirar os invasores, estimados em 3.000 pessoas (Nogueira: 1977).

Para uma primeira viagem, é designada uma equipe de 3 servidores da FUNAI, acompanhada de 2 agentes da Polícia Federal, um destacamento da Polícia Militar do Pará e 6 índios Tembé (que durante anos foram desmoralizados e desmobilizados pela própria FUNAI na sua luta em defesa dos limites da reserva), que queimam alguns tapiris (Holanda: 1977). Os posseiros reclamam que a FUNAI só expulsa gente como eles e "não mexe" com os fazendeiros, e um antigo capataz da fazenda Mejer afirma que o fazendeiro mandou abrir novos piques e alterar a localização dos marcos (Holanda: 1977).

Nessa ocasião, o deputado Brabo de Carvalho entra em contato com a 2ª DR, pedindo providências em nome dos posseiros e argumentando que, naquela reserva "não existem mais índios" e denunciando o caso da invasão da área indígena pela Swift, quando a "FUNAI não tocou fogo em nada" (Azevedo: 1977).

1978 — A "Operação Guamá" planeja o reassentamento dos posseiros; assim, fica decidido que a FUNAI liberaria a parte central da reserva, uma área de 95.000 ha entre os rios Piriá e Coracy-Paraná, a ser dividido em 1.000 lotes (FUNAI: 1978f).

A atividade desse Grupo de Trabalho que se auto-intitulou "Operação Guamá", ficou assim delineada:

a) o ITERPA se encarregaria da demarcação dos lotes de 100 ha, na faixa liberada, onde seriam assentados os colonos;

b) ao INCRA caberia a infra-estrutura de transferência e assentamento das famílias;

c) a Polícia Federal e militar se encarregariam da segurança e da ordem na realização dos trabalhos;

d) caberia à FUNAI a supervisão dos trabalhos e apoio logístico.

Uma equipe da FUNAI enviada ao Guamá e ao Canindé para consultar os índios sobre a liberação de parte da reserva, informa que os mesmos concordaram com o reassentamento dos posseiros dentro das áreas indígenas (Mariz e outros: 24.10.78).

Na mesma ocasião, os Tembé do Gurupi informam à Virginia Valadão que o avião da FUNAI permaneceu apenas meia hora no Canindé, que não esperou o pessoal das aldeias, que foram consultados apenas 2 índios Tembé residentes no Posto e que os índios da aldeia Igarapé de Pedra não aceitavam de maneira nenhuma a liberação de parte da reserva (Valadão: 1978).

1979 — Com a mudança na Presidência da FUNAI, uma nova orientação é dada à questão das invasões na reserva Guamá. A liberação da faixa central da reserva, decidida no ano anterior, é revogada.

Numa vistoria para reaviventação dos marcos no limite Leste da reserva — ou seja, o trecho vizinho à fazenda "Irmãos Coragem" — técnicos do ITERPA verificam a fraude perpetrada pela Mejer & Cia., modificando os marcos da antiga demarcação e aumentando as terras da fazenda numa faixa de aproximadamente 16 km de extensão por 2,5 km de largura, totalizando 4.000 ha (ver mapa "Al Alto Rio Guamá: situação fundiária") (Azevedo: 1979).

Entretanto, o laudo técnico resultante dessa vistoria não teria confirmado com exatidão os limites da reserva e a extensão da invasão; seus autores alegaram carência de dados (Arnaud: 1981/1982, 229).

A FUNAI propõe na Justiça Federal duas ações contra a firma Mejer:

1) Ação de reintegração de posse cumulada com perdas e

Em primeiro plano o advogado da 2.ª DR/FUNAI, Raimundo Nonato Holanda, propõe uma nova delimitação da reserva com o "abandono espontâneo" da área além do Rio Piriá...

danos por invasão velada decorrente de desmatamento indevido que alterou o pique Leste, só então descoberta pela ação de aviventação (Justiça Federal de 1.ª Instância do Estado do Pará, proc. n.º 16.271/79, protocolo n.º 2.678, 22.06.1979).

2) Ação de interdito proibitório rescindindo o acordo firmado em 1976 entre a FUNAI e Mejer Kabacznik para a utilização de estrada vicinal dentro da área indígena (Justiça Federal de 1.ª Instância do Estado do Pará, proc. n.º 16.272/79, protocolo n.º 2.679, 22.06.1979).

Em agosto, numa reunião entre técnicos da FUNAI e do INCRA; a 2.ª DR tenta reiniciar a transferência dos invasores para outra área, a ser indicada pelo INCRA(Of. n.º 236/PRES de 21.07.79). Nesse sentido, o diretor do DGO/FUNAI propõe gestões diretas junto à Presidência do INCRA com vistas a sensibilizar a direção do órgão para o problema social que será criado com a expulsão dos posseiros em junho de 1980, prazo máximo concedido pela FUNAI. Menciona ainda a conveniência de ter aproveitado a gleba Tacacá que deverá ser objeto de discriminatórias pelo INCRA para o reassentamento dos posseiros tendo em vista a proximidade da gleba com a área indígena e cujo processo se encontra no DGPI para certidão negativa de aldeamento indígena (Silva: 02.08.1979).

De outro lado, o deputado Brabo de Carvalho toma novamente a defesa dos "colonos" (posseiros), declarando à imprensa que iria pleitear a liberação da área indígena para os "colonos" que "não deveriam perder suas propriedades para supostos índios" (*A Província do Pará*: 23.10.1979). Os posseiros não aceitam transferência para áreas situadas fora da reserva, alguns deles chegando a rasgar as intimações que lhes haviam sido entregues (Arnaud: 1981/1982, 229).

1980 — A tensão continua aumentando na área do Guamá, num impasse que envolve o fazendeiro Mejer, acusado, tanto pelos índios como pelos posseiros, de alimentar a crise em benefício próprio, de modo a aumentar seus domínios (*A Província do Pará*: 08.05.80). No início de setembro, após uma semana de conflitos com os posseiros, os Tembé incendeiam o alojamento dos agentes da PF

... e obtém a assinatura dos Tembé na proposta de redução da área, encaminhada pelo delegado Paulo Cesar Abreu (fotos Nair Benedicto/ F4, 1982).

que haviam sido enviados para a área de tensão e, no entanto, permaneciam fora da área indígena, instalados na localidade de Pau do Remo (*JB*: 07.09.80).

Ao mesmo tempo, os índios bloqueiam a ponte do Rio Tauari, para impedir a entrada dos invasores, especialmente os carros e caminhões da fazenda "Irmãos Coragem" (*A Tribuna de Santos*: 07.09.80). Enquanto isso, o delegado regional da FUNAI, Paulo Cezar da Silva Abreu, anuncia pela imprensa que "até dezembro as famílias estariam assentadas em outras áreas" (*O Liberal*, 14.09.80). Como a tensão não diminui, o mesmo delegado, auxiliado por força policial, corta as cabeceiras da ponte construída pelo fazendeiro Mejer, interrompendo definitivamente o acesso de veículos à área indígena (*O Liberal*, 12.09.80). No dia 24 de setembro de 1980, a Mejer & Cia. ingressa com uma ação de atentado contra a FUNAI. O Presidente da FUNAI, Coronel Nobre da Veiga, autoriza então a empresa a recuperar a ponte (Arnaud: 1981/1982, 229).

1981 — Não encontrando nenhuma solução para frear as invasões no Guamá e para diminuir a tensão na área indígena, o delegado da FUNAI declara que o processo é agora irreversível e que qualquer providência de expulsão violenta dos posseiros causaria "uma comoção social de graves e imprevisíveis conseqüências". Numa longa exposição de motivos dirigida ao Superintendente administrativo da FUNAI em Brasília, Paulo Cezar Abreu afirma que os Tembé "temerosos de perderem a totalidade das terras para os colonos, aceitam mansa e pacificamente a redução de sua reserva..." A "solução definitiva" proposta pelo Delegado seria reduzir a reserva que ficaria delimitada como segue: ao Norte pelo Rio Guamá, ao Sul pelo Rio Piriá, a Oeste pelo Igarapé Tauari e a Leste pelo Igarapé Pitomba. "Em troca da liberação espontânea do restante da área, a comunidade indígena exige: 1. a retirada de todos os posseiros invasores, 2. a reaviventação dos limites da área reduzida e a demarcação do limite pelo Rio Piriá e 3. a homologação da demarcação pelo Presidente da República e o subseqüente registro da área no SPU e no Cartório de situações das terras" (Abreu: 1981b). A proposta do delegado nem sequer menciona a existência dos Tembé do Gurupi.

O coordenador do CIMI Norte II, baseando-se em depoimento de João Soares Tembé (Joca), denuncia as pressões exercidas pela 2ª DR sobre os Temé do Guamá para que suas famílias aceitassem lotes de terras de 200 ha, o que reduziria a área para 16.000 ha (*A Província do Pará*: 22.09.81). Joca, em seu depoimento, afirma que "a comunidade achou que não devia aceitar, que devia ficar com a área em conjunto, não loteada" (idem).

Os índios denunciam os funcionários da delegacia que procuravam dividir a comunidade entre pessoas que a FUNAI considera "índios" e outros que não seriam índios. Uma moção de apoio à comunidade Tembé, assinada por 17 entidades, denuncia essa nova tentativa de emancipação compulsória.

Negando essas acusações (*A Província do Pará*: 29.09.81), o delegado da FUNAI volta então à "solução" por ele proposta em junho, de redução da reserva até o Igarapé Piriá. O resto da área indígena seria liberado para o reassentamento dos posseiros. Nesse sentido, a 2ª DR assina um acordo com o INCRA (Ruffaldi: 1984, ip). Em conseqüência dessa notícia, as invasões aumentam no Igarapé Piriá que seria o novo limite da reserva.

depoimento

JOÃO SOARES, O JOCA:

"Quando a comunidade se organizava, a FUNAI chegava e dizia: 'tem que ficar parado, a FUNAI vai resolver...'"

Os Tembé escutam as explicações da FUNAI (foto Nair Benedicto/F4, 1982).

1982 — O ITERPA, com a participação do INCRA e da FUNAI, iniciam um procedimento jurídico contra o Banco Denasa de Investimento S/A. Os advogados do Banco encaminham à Presidência da FUNAI um parecer sobre a cadeia dominial baseada na concessão de 5 sesmarias que, segundo os mesmos, atesta o patrimônio da empresa e "... rogam a suspensão de medidas judiciais até que se tenham esgotado as vias amigáveis de amplo e recíproco esclarecimento..." (Junqueira: 1982).

Conforme o mapeamento da empresa, parte de 2 sesmarias — Piriá e Santa Maria — incidem em aproximadamente 117.000 ha sobre a Área Indígena do Alto Rio Guamá.

1983 — A Procuradoria Jurídica da FUNAI emite um parecer contrário à proposta de redução da área encaminhada pelo delegado da 2ª DR, argumentando que a FUNAI não pode abrir mão de uma reserva perfeitamente definida e até demarcada (Carvalho, 07.03.1983). Além disso, o advogado Romildo Carvalho argumenta que não houve abandono espontâneo de área não utilizável, como diz o delegado e sim medo por parte dos índios de perderem até o

Vou contar o que aconteceu e está acontecendo com os Tembé em relação à reserva indígena.

Sofremos problema de invasão desde 1970 e sabíamos que a reserva estava sendo invadida por posseiros. Recorremos à Funai e a Funai disse que ia tomar providência.

Quando foi mais uns anos, 3 ou 4 anos que a reserva estava sendo invadida pelos posseiros, a comunidade tomou uma iniciativa de incendiar roçado, queimar casas. Daí a Funai chega e diz: "Os índios não podem fazer isso, têm que parar. A Funai vai tomar providência. Brasília vai resolver". Passou tempo e nada.

A comunidade tornou a se organizar e tomar outra iniciativa, queimando roças, casas.

A Funai chega e diz: "Não. Tem que parar. Tem que ter calma. Quem tem que resolver este problema da terra é a Funai, é Brasília. A Funai vai resolver os problemas dos índios. Índio não pode brigar."

O tempo foi passando. Quando foi em setembro de '80, a comunidade tomou outra decisão e pretendeu destruir uma ponte que ficava dentro da reserva. A ponte era da estrada que ia para fazenda Majer. A comunidade achou que devia destruir aquela ponte, porque a estrada era que motivava os posseiros a invadir a reserva. A comunidade iniciou a destruir a ponte. A Funai veio e disse: "Calma. A Funai tem que fazer isso. Vai queimar a ponte. Já queimamos uma vez e vai queimar tantas vezes quantas reconstruírem. A comunidade não tem que resolver nada. A Funai que vai resolver." E passou tempo e nada resolvido.

Em 02.06.81 viemos 8 Tembé até Belém fazer uma reunião com o delegado Paulo Cezar. Falamos com o advogado e ele foi até Guamá.

Chegou lá e alegou para nós que nós não era mais índio. Disse que nós estava querendo brigar com Funai, que nós estava fazendo uma pista para ser emancipado e daí a gente ficou assim e mandamos uma carta para o delegado, pedindo que ele fosse lá. Foi no começo de junho.

O dr. Paulo chegou lá, dizendo que tínhamos que fazer um acordo, que a gente devia aceitar a terra loteada, cada família com 200 ha.

A comunidade ficou assim e achou que não devia aceitar. A comunidade achou que devia ficar com a área em conjunto, não loteada. Segundo os índios velhos acharam que não, porque nasceram e se criaram sem viver assim no individual, mas em conjunto, comunitário:

A Funai disse que ia tirar da estrada do Mejer para cima para os posseiros e da estrada para baixo para os índios. E a comunidade disse que não, que aquilo era muito pouco. Daí a comunidade se reuniu, se organizou e viemos até Belém falar com o Dr. Paulo que a Funai tomasse providência e expulsasse os posseiros, que estavam muito perto. A última aldeia, que fica em cima, está com 300 metros de distância da invasão. Está muito encostado. Então a gente pediu uma iniciativa com urgência da Funai. O delegado falou que era difícil a Funai limpar toda reserva. Ele podia limpar onde eles programaram: da estrada do Mejer para cá. Da estrada do Mejer para lá ficaria com os posseiros. Nós achamos pouca terra.

A comunidade achou que devia ser pelo menos do PIRIÁ até o GUAMÁ. E assim ficou que não resolveu. O delegado falou com Brasília e Brasília respondeu que no dia 28 estaria em Belém ou no Guamá para entrar em acordo com a gente, para saber como é que vai ficar o problema da terra.

E agora a gente está enfrentando um problema muito sério. A Funai disse: "Vocês não são mais índio. Se vocês tivessem tomado uma iniciativa no começo da invasão, já estava resolvido. Mas agora eles dizem que tem muito posseiro e a comunidade é 300 e poucas pessoas e o posseiro é muito. Eles falam assim.

Mas no início, quando a comunidade se organizava e queria tomar uma iniciativa, a Funai chegava e dizia: "tem que ficar parado, não tem que se meter, a Funai vai resolver".

Naquela época dizia assim e agora falam diferente. Aonde eles alegam: "Vocês não são mais índio. Eles dizem que tem só 30 ou 40 índio e o resto é posseiro que veio viver no meio do índio. Nós somos 300 e tantas pessoas e somos índios. Eles dizem que é pouco índio e nós ficamos sem entender.

Mas a comunidade decidiu que a Funai tem que resolver ou do contrário não sabe o que vai ser.

(Fonte: Depoimento de João Soares Tembé ao CIMI Norte II, em 15.09.81).

mínimo de teras a qual já estavam confinados. Nesse sentido, os Tembé só teriam aceito a redução da área por não suportarem mais a tensão crescente gerada pela presença dos não-índios (Carvalho: 30.03.1983).

1984 — Uma comissão da Polícia Federal informa que 103 invasores foram notificados a abandonar a AI Alto Rio Guamá no período de 11.11.84 a 28.11.84 (cf. relatório da PF à FUNAI, na ocasião).

1985 — Em 01/fevereiro/1985, a FUNAI assina um acordo com o Banco Denasa de Investimento S/A no sentido de "pôr termo a quatro das cinco demandas objeto de remessa *ex officio*", pendentes de julgamento, perante o Superior Tribunal Federal de Recursos envolvendo as partes contratantes. O acordo estabelece, na cláusula terceira, que a FUNAI "... reserva-se o direito de, *se ali recair reserva indígena*, renovar a sua pretensão sobre aproximadamente 11.000 ha, localizados à margem direita do rio Piriá..." (grifo nosso). Na cláusula quinta, o acordo estabelece que "A FUNAI oferecerá ao Juízo... no que concerne à Remessa *Ex Officio* nº 89368 — PA (5612535)... (Fazenda Santa Maria)... petição de suspensão do feito, pelo prazo de 6 meses, dentro do qual deverão ser procedidos os necessários estudos e levantamentos que *definirão a eventual existência de reservas indígenas na área* (grifo nosso). O Banco Denasa e a Propará, por seu lado, se comprometem a contribuir com a quantia de 3.274.386,20 ORTNs, para que a FUNAI proceda aos necessários estudos e levantamentos visando a demarcação da área indígena que deveria estar concluída no prazo máximo de 150 dias (FUNAI/DENASA: 01.02.85). Em 11 de abril de 1985, o TFR nega pedido de homologação do Acordo FUNAI/DENASA e Propará (Dantas, José Fernandes: 11.04.1985/TFR).

Em meados de fevereiro, a FUNAI constitui um Grupo de Trabalho para redefinir os limites da área indígena e convida a integrá-lo pessoas do CTI (SP), CIMI-Norte II, UF do Pará e Museu Paraense E. Goeldi, além de técnicos da FUNAI e do INCRA (Portaria nº 1834E de 12/fev./1985).

Após a viagem à area, o GT encaminhou à FUNAI um relatório (de campo), datado de 27 de fevereiro de 1985, contendo as seguintes considerações e recomendações:

"... Com base na documentação existente, a equipe considera que a área indígena Tembé é *Reserva já demarcada* e cabe-nos apenas reiterar seus limites conforme é de direito e desejo dos índios...".

Diante da necessidade urgente de regularizar a situação na área e evitar que se agrave ainda mais a tensão existente entre índios e posseiros, o GT recomenda que se aproveite o período de verão (junho/outubro) e que se proceda a um levantamento fundiário preciso. Paralelamente a esse trabalho, o GT sugere que se avalie, com base na documentação do INCRA e demais órgãos afins, a disponibilidade de terras para reassentamento.

No dia 15 de maio, a FUNAI encaminhou ofício ao Sr. José Gomes da Silva, presidente do INCRA, solicitando-lhe a designação de uma equipe de técnicos do órgão para que, em colaboração com técnicos da FUNAI, realizassem o mencionado levantamento fundiário.

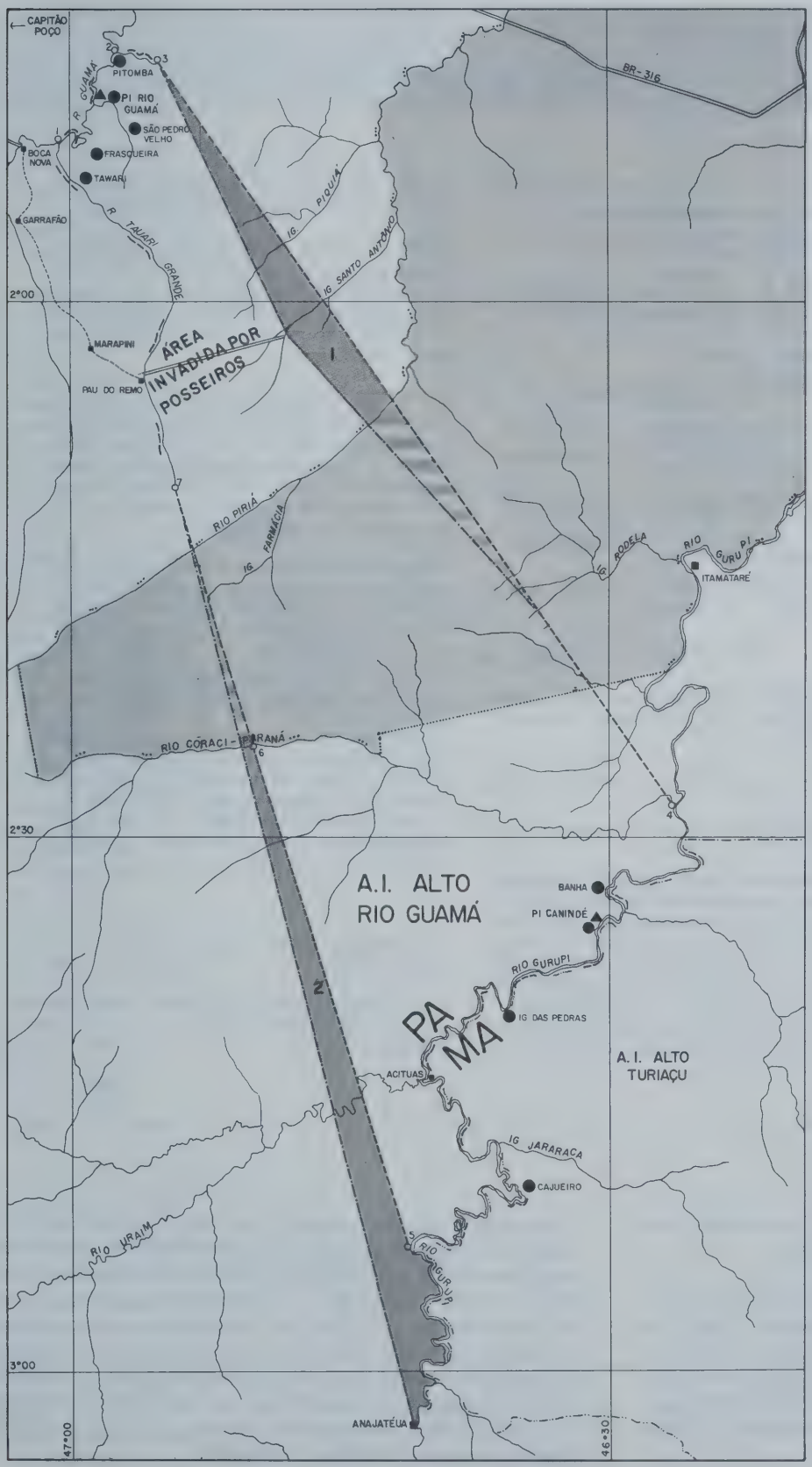
Enquanto isso, no Pará, o CIMI Norte-II e a CPT se organizam em várias equipes de trabalho para levantar a situação dos posseiros em toda a área da chamada Gleba Cidapar (atual DENASA) e decidem iniciar o levantamento pela área indígena (Ruffaldi: 1985, ip).

Ao mesmo tempo, a antropóloga Virginia Valadão inicia trabalho de pesquisa junto ao INCRA/BSB e MIRAD/BSB sobre a situação fundiária da região, com o intuito de averiguar a real disponibilidade de terras próximas à área indígena, para o reassentamento dos posseiros. Alguns, inclusive, vêm procurando o chefe do PI Guamá e reafirmando sua disposição em deixar a reserva (Costa, Areoldino do Amaral: 22.02.1985).

Afora a morosidade burocrática, a dificuldade de acesso à documentação e os históricos entraves políticos que permeiam os órgãos federais, a "ausência de recursos" concorre para imobilizar os trabalhos na área. Diante disso, a antropóloga Valadão encaminhou solicitação ao Banco Mundial, CVRD e FUNAI para incluir a AI Tembé do Alto Rio Guamá no convênio CVRD/FUNAI, argumentando que se trata do único grupo Tenetehara não beneficiado pelo convênio, além de ter sua reserva localizada em área contígua à Reserva Urubu-Kaapor, que está na área de influência do Projeto Carajás e, portanto, recebe apoio do referido convênio.

Mas um avanço efetivo nas garantias jurídicas e de fato da AI Alto Rio Guamá — de direito pertencente aos Tembé — está na dependência de soluções políticas complexas, que envolvem os órgãos fundiários federais, diante da pressão de poderosos grupos econômicos que pretendem parte da reserva e da intensa ocupação camponesa, que aumenta dia a dia.

EMPRESAS DE MINERAÇÃO — Conforme a listagem PROSIG/DNPM de 16.02.1985, quatro subsidiárias da CVRD estão requerendo lotes para pesquisa mineral em áreas que incidem parcialmente na AI Alto Rio Guamá, como segue: a *Mineração Japurá Ltda.* requer um lote de 10.000 ha no Rio Piriá (processo DNPM nº 82851122); a *Mineração Nova Era Ltda.* requer dois lotes, somando 18.350 ha, no Rio Coraci-Paraná (processos nº 82851127 e 1128); a *Mineração Maracaí Ltda.* requer um lote de 10.000 ha no Igarapé Rodela (processo nº 82851132). Todos os requerimentos destas empresas encontravam-se

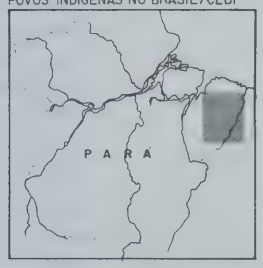


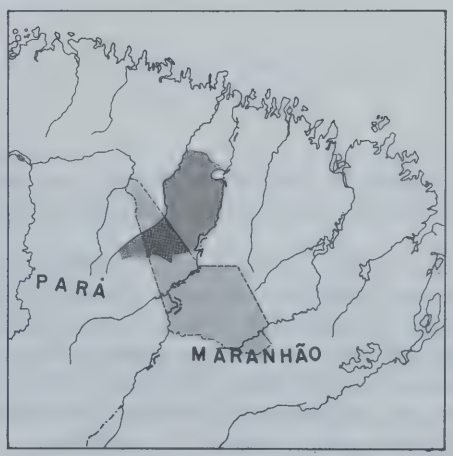
ÁREA INDÍGENA ALTO RIO GUAMÁ: SITUAÇÃO FUNDIÁRIA (1985)

ALDEIA/PI ● ▲
LIMITE DA ÁREA
MARCO DE LIMITE ○
LIMITE DO DECRETO ORIGINAL MODIFICADO QUANDO DA DEMARCAÇÃO 2
ÁREA INVADIDA PELO FAZENDEIRO MEJER KABACZNIK 1
ÁREA DAS SESMARIAS REIVINDICADAS PELO BANCO DENASA E PROPARÁ
ESTRADA DE RODAGEM
CURSO D'ÁGUA
CAMINHO
CIDADE ■
VILA ▪
LIMITE DA A.I. ALTO TURIAÇU

ESCALA GRÁFICA
5 km 0 5 10 15 20 km

VOL. 8
POVOS INDÍGENAS NO BRASIL/CEDI





documento

MEMORIAL DESCRITIVO DE DELIMITAÇÃO

Denominação: Área Indígena Alto Rio Guamá

Aldeias integrantes: Guamá e Canindé

Grupos indígenas: Tembé, Timbira, Urubu e Guajá

Localização: *Município*: Ourém e Vizeu; *Estado*: Pará; *Unidade regional da FUNAI*: 2ª DR/6ª DR.

Coordenadas dos extremos

Extremos	Latitude	Longitude
Norte	01°46'00''S	46°57'30''W
Leste	02°28'22''S	46°26'20''W
Sul	02°53'20''S	46°41'10''W
Oeste	01°51'20''S	47°01'30''W

Base cartográfica

Base cartográfica: *Nomenclatura*: MIR — 85, 103 e 104; *Escala*: 1:250.000; *Órgão*: RADAM; *Ano*: 1973.

Dimensões: *Área*: 278.000 ha; *Perímetro*: 365 km.

Área aproximada: duzentos e setenta e oito mil hectares.

Norte: Partindo do Ponto "1" de coordenadas geográficas aproximadas 01°51'20"S e 47°01'30"Wgr., situado na foz do Rio Tauari-Grande no Rio Guamá; daí, segue no sentido jusante pelo citado rio até a foz do Igarapé Pitomba, no Ponto "2" de coordenadas geográficas aproximadas 01°46'00"S e 46°57'30"Wgr., daí, segue no sentido montante na distância de 3230,00 m, pelo citado Igarapé até sua cabeceira, no Ponto "3" de coordenadas geográficas 01°46'09",50S e 46°55'46",38Wgr.

Leste: Do Ponto antes descrito, segue por uma linha reta no azimute 144°53'44" e distância de 95.026,84m até o Ponto "4" de coordenadas geográficas 02°28'22",35S e 46°26'20",71Wgr., situado na foz do Rio Coraci-Paraná no Rio Gurupi.

Sul: Do Ponto antes descrito, segue no sentido montante pela margem esquerda do Rio Gurupi numa distância de 122.350 m até o Ponto "5" de coordenadas geográficas aproximadas 02°53'20"S e 46°41'10"Wgr., situado no marco MC-00 junto à SWIFF — Cia. Agropecuária do Pará S/A.

Oeste: Do Ponto antes descrito, segue por uma linha reta azimute de 342°27'50"NW na distância de 53.638,77m até o Ponto "6" de coordenadas geográficas aproximadas 02°25'00"S e 46°49'50"Wgr., situado na margem esquerda do Rio Coraci-Paraná, junto ao marco MC-01; daí, segue por uma linha reta no Azimute de 342°47'50" na distância de 28.030,96 m até o Ponto "7" de coordenadas geográficas aproximadas 02°10'20"S e 46°54'20"Wgr., situado no marco MC-02 junto a cabeceira do Rio Tauari-Grande; daí, segue no sentido jusante pelo citado rio até sua confluência no Rio Guamá, no Ponto "1" inicial da descrição.

Local: Brasília — DF
Data: 07.01.85

Técnico responsável: JOSÉ JAIME MANCIN — Engº CREA 57.806/D-SP
Visto: Sem visto.

incompletos, conforme últimos eventos registrados nos processos, em outubro e novembro de 1984.

Além dessas subsidiárias da CVRD, outras empresas requerem lotes na região: a *Cerâmica Criciúma Ltda.*, do grupo CECRISA/D. Freitas, requer três lotes, num total de 30.000 ha que incidem parcialmente na AI do Guamá (processos nº 83850995 e 83851550 e 1551). A CECRISA cumpriu as exigências do DNPM, conforme registro no PROSIG em agosto e novembro de 1984.

A *Mineração do Centro-Leste Ltda.* do grupo Anglo-American/B. Simonsen, requer um lote de 9.999 ha, incidente parcialmente na área indígena (processo nº 84850226). O último evento registrado é a complementação protocolar do requerimento, em 27.03.84. Finalmente, a Cia. de Desenvolvimento Agro-Pecuário e Ind. Mineração do Estado do Pará/PROPARÁ comunicava ao DNPM em 13.10.1983 o início de pesquisa mineral num lote de 2.687 ha situado no Gurupi-Mirim, parcialmente incidente na AI do Alto Rio Guamá (processo DNPM nº 82850528).

FONTES DE INFORMAÇÃO

1. Coleções de artefatos (onde está, número de peças, coletor, data e local)*:*
Museu Nacional, RJ:
(92) SPI de 1918, rios Capim e Gurupi
(10) Comissão Rondon de 1924, Caratuapera
Museu Paulista/USP, SP:
(5) B. Malkin de 1964, Rio Gurupi
Museu Paraense E. Goeldi, Belém:
(20) Magalhães Barata de 1932.

2. Documentos administrativos:
Abreu, 1981b, 1982c
Arnaud, 1950
Arruda, 1978
Azevedo, 1977, 1979, 1985
Bandeira, 1929
Bandeira de Mello, 1970
Carvalho R., 1983
Castro A. S., s/d, 1981a, 1981c, 1981d
Catel, 1981
Chaves A. C., 1976
Costa A. do A., 1982a, 1982b, 1985
Costas M. F. P., 1982
Dantas J. F., 1985
Dec. nº 307, D.O. Estado do Pará, 27.03.1945 (cria reserva no município de Vizeu)
Fernandes E. M. C., 1949
FUNAI, 1970b, 1970c, 1971a, 1975a, 1976b, 1978b, 1979h, 1980-81, 1981e, 1982b, 1982i, 1982j, 1982l, 1982m
FUNAI/DPI, Planta de delimitação da AI Alto Rio Guamá, 09.01.1985
FUNAI & DENASA, 1985
FUNAI & PM Pará & PF, 1975c
FUNAI & PLANTEL, 1975
FUNAI & Kabacznick, 1976
Holanda, 1975, 1976, 1977, 1978, 1981
Horst, 1982
Junqueira, 1982
Kabacznick & COPAGRO, 1976
Lima, 1979
Maia, 1977
Mariz, 1978a, 1978b, 1980
Miranda R. N., 1945a, 1945b
Nascimento R., 1976
Nogueira, 1977
Novion, 1982
Polícia Federal, 1984
PLANTEL, 1976
Ruffaldi, 1982
Silva N., 1979
Valadão, 1978, 1984

3. Documentos pessoais
Depoimento Comunidade Tembé, 1980
Soares Tembé, 1980

4. Informações preliminares:
Ruffaldi & Sales & Esteves, 1983 (ficha-padrão), 1983b

5. Trabalhos etnológicos:
Arnaud, 1981-82, 1984b
Balee, 1984
Galvão & Wagley, 1961, 1963
Gomes M. P., 1977
Lopes, 1934
Métraux, 1928a, 1928b
Nimuendajú, 1915
Ribeiro D., 1976, 1979
Valadão, 1981a, 1981b, 1982

6. Trabalhos lingüísticos:
Bendor-Samuel, 1972
Boudin, 1978
Gudschinsky, 1959
Harrison C. & C., 1972
Hurley, 1931
Kakumazu J. 1962-63, 1976a, 1976b
Kakumazu K., 1963
Nimuendajú, 1914b
Rodrigues A., 1964, 1984
Rice, 1934
Snethlage, 1931-32

7. Viajantes e documentos históricos:
Barros, 1852, 1855
Brusque, 1862
Dodt, 1939 (1873)
Domingos, 1873
Hurley, 1928, 1932
Moreira Neto, 1971
Rodrigues J. B., 1872, 1882

8. Jornais e divulgação:
CIMI, 1961, 1979, 1983
Gomes M. P., 1981

ABERDOUR, Catherine. 1975. *Formulário dos vocabulários padrões — Asurini/Paracanã*. Brasília, D.F., Summer Institute of Linguistics, 1975.

ABREU, Paulo Cesar Silva de. 1981. *Ofício n.º 649/2.ª DR/FUNAI* de 20.11.1981, encaminha ao presidente da FUNAI ata da reunião GETAT/FUNAI realizada em Tucuruí em 17.11.1981.

__ . 1981b. *Of. n.º 381/81* 2.ª DR/FUNAI (Delegado propõe a liberação da faixa central da AI Alto Rio Guamá para reassentamento de posseiros), Belém, 06.07.1981.

__ . 1982a. *Memorando n.º 1196/82 para o Presidente da FUNAI*. Belém, 11 nov. 1982. 3 p. dat.

__ . 1982b. *Relatório da participação dos índios Gorotire na extração de ouro no Projeto Cumarú*. Belém, MINTER/FUNAI/2.ª DR, 25 maio 1982. 3 p. dat.

__ . 1982c. *Termo de reconhecimento da área indígena Alto Rio Guamá e re-ratificação de seus limites em decorrência do abandono espontâneo de área não utilizável*. Belém, MINTER/FUNAI/2.ª DR, 09 set. 1982, 3 p. dat.

ACONTECEU ESPECIAL. 1981. Povos indígenas no Brasil 1980. Rio de Janeiro, CEDI, n.6, abr. 1981.
Resumo de notícias da imprensa no período.

__ . 1982. Povos indígenas no Brasil. 1981. Rio de Janeiro, CEDI/Tempo e Presença Ed., n. 10, abr. 1982.

__ . 1983. Povos indígenas o Brasil 1982. Rio de Janeiro, CEDI/Tempo e Presença Ed., n. 12, abr. 1983.
Resumo de notícias da imprensa do período.

__ . 1984. Povos indígenas no Brasil 1983. São Paulo, CEDI/Sagarana Ed. Ltda., n. 14, jun. 1984.

__ . 1985. Povos indígenas no Brasil 1984. São Paulo Paulo, CEDI/Sagarana Ed. Ltda., n. 15, jun. 1985.

ADALBERT, H. W. 1849. *Travels in the South of Europe and Brazil:* with a voyage up the Amazon and its tributary the Xingu, now first explored. London, D. Bogue, 1849. 2 v.

AFFONSO, Carmen. 1982. *Relatório sobre a situação observada no PI Gorotire em relação aos problemas de terra*. s.l., MINTER/FUNAI, 06 abr. 1982. 4 p. dat.

__ . 1983. *Relatório sobre a identificação da área ocupada pelos Juruna, localizada às margens do rio Xingu*. FUNAI, 28 dez. 1983. 17 p.

__ . 1984a. *Informação n.º 001/2.ª DR do GT instituido pela c.5. n.º 010/84 ao sr. Del. da 2.ª DR sobre vistoria na fazenda Mombaça*. s.l., 12 jan. 1984.

__ . 1984b. *Informação n.º 035/2.ª DR ao Delegado da 2.ª DR referente ao Reg. n.º 203/DPI de 30 mar. 1984*. (Tembé e Tiriwara do Açará-Mirim), s.l., 03 abr. 1984. 4 p.

__ . 1984c. *2.ª DR/FUNAI, registro de ocorrência*: Tembé do Açará-Mirim. Belém, 27 ago. 1984.

__ . 1984d. *2.ª DR/FUNAI*: registro de ocorrência: denúncia de invasão na área Anambé do rio Cairari. Belém, 03 set. 1984. 2 p.

__ . 1984e. *Informação sobre os Anambé*. Belém, nov. 1984, 6 p., dat.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. 1857. Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro (20):5-164, 1857.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. 1983. *Estrutura Agrária e colonização na Fronteira Amazônica*. Relatório de pesquisa, MPEG/CNPq. Belém, 1983, dat.

__ . 1984. *Estrutura Fundiária e Expansão Camponesa*. Rio de Janeiro, set. 1983, 36 p., dat.

__ . 1985. *O Getat e a arrecadação de áreas rurais como terra devoluta*. Belém, IDESP, 1985. 32 p. (Estudos Paraenses, 55).

ANDRADE, Lúcia de. 1982a. *Relatório sobre a pesquisa de campo entre os Asuriní, encaminhado à presidência da FUNAI*. s.l., 1982. 22 p. dat.

__ . 1982b. Xamanismo e Cosmologia — algumas considerações iniciais. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP (27), (1985).

__ . 1983a. *Caso Paiaré-Gavião da Montanha — indenização Eletronorte*: relatório. Tucuruí, 1983. 4 p. dat.

__ . 1983b. *Relatório sobre a pesquisa de campo entre os Asuriní, encaminhado à FAPESP*. s.l., 1983. 85 p. dat.

__ . 1984a. *Relatório sobre a pesquisa de campo entre os Asuriní, encaminhado à FAPESP*. s.l., 1984. 41 p. dat.

__ . 1984b. *Os Asuriní do Tocantins*: relatório encaminhado à CVRD. S.l., 1984. 20 p. dat.

AQUINO, Divino Jair et al. 1983. *Relatório de viagem à área Parakanan*. Brasília, D.F., PRocesso FUNAI/BSB/1508/84, fls. 188-90, 15.09.1984.

ARAÚJO, Leopoldina Maria S. de. 1977. *Estruturas subjacentes de alguns tipos de frases declarativas do dialeto Gavião-Jê*. UFSC, 1977.

ARNAUD, Expedito. 1950. *Relatório da viagem efetuada ao posto indígena Tembé no Rio Guamá, enviado ao chefe da 2.ª Inspetoria Regional do SPI*. 15 jun. 1950, 4 p. dat.

__ . 1961. Breve informação sobre os índios Asurini e Parakanã: Rio Tocantins, Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, N.S. Antropologia*, Belém (11):1-22, jul. 1961.

__ . 1962. A terminologia de parentesco dos índios Asurini. *Revista do Museu Paulista, N.S.* São Paulo (14):105-19, 1963.

__ . 1964. Notícia sobre os índios Gaviões de Oeste — Rio Tocantins, Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, N.S. Antropologia*, Belém (20):1-35, maio 1964.

__ . 1967. Grupos Tupi do Tocantins. In: Simpósio sobre a biota, amazônica (1966: Belém). *Atas*. Rio de Janeiro, CNPq, 1967. v. 2. p. 57-68.

__ . 1971. A ação indigenista no sul do Pará (1940-1970). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, N.S. Antropologia*, Belém (49):1-25, out. 1971.

__ . 1973a. *Aspectos da legislação sobre índios do Brasil*. Belém. Museu Emílio Goeldi, 1973 (Publicações Avulsas; 22).

__ . 1973b. *O Serviço de Proteção aos Índios*: normas e implicações. Belém. Museu Emílio Goeldi, 1973 (Publicações Avulsas; 20).

__ . 1975. *Os índios Gaviões de Oeste*: pacificações e integração. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1975 (Publicações Avulsas; 28).

__ . 1976. A terminologia de parentesco dos índios Gaviões de Oeste (Parkateyê) — Tocantins, Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, N.S. Antropologia*, Belém (63):1-15, maio 1976.

__ . 1978. Notícia sobre os índios Araweté, Rio Xingu, Pará. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi, N.S. Antropologia*, Belém (71):1-22, dez. 1978.

__ . 1981-1982. O direito indígena e a ocupação territorial: o caso dos Tembé do alto rio Guamá (Pará). *Revista do Museu Paulista, N.S.* São Paulo, USP (28):221-33, 1981/1982.

__ . 1983. Mudanças entre grupos indígenas Tupi da Região Tocantins-Xingu (Bacia Amazônica). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, N.S. Antropologia*, Belém (84):1-56, 1983.

__ . 1984a. O comportamento dos índios Gaviões do Oeste face à sociedade nacional. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, N.S. Antropologia*, Belém (1):5-66, jun. 1984.

__ . 1984b. Os índios Tembé do alto Guamá (Pará): referências históricas sobre o passado e o presente. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP (27):1984.

ARRUDA, Helio Dalmo de. 1978. Operação Guamá. Belém, INCRA/DP, 05 out. 1978. 6 p. dat.

__ & ALVES, Ana Rita. 1974. A extinção dos índios Kararaô (Kaiapó) — Baixo Xingú, Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, N.S. Antropologia*, Belém (53):1-19, jun. 1974.

__ & GALVÃO, Eduardo. 1969. Notícia sobre os índios Anambé (Rio Caiari, Pará). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, N.S. Antropologia*, Belém (42):1-11, set. 1969.

ASPELIN, P. & SANTOS, S. 1981. *Indian Areas Threatened by Hydroelectric Projects in Brazil*. Florianópolis, UFSC, 1981.

ASSEMBLÉIA indígena do povo Tembé — Alto Rio Guamá, Pará. *O Mensageiro*, Belém (6):1980.

AUDRIN, José M. 1947. *Entre sertanejos e índios do norte*: o Bispo Missionário D. Domingos Carrerot, O.P. Rio de Janeiro, Liv. Agir Ed., 1947.

AWAMASSU. 1976. *Entrevista a Palmério Dória, Vincent Carelli e Iara Ferraz na aldeia Suruí do PI Sororó*, nov. 1976, 4 p. dat.

AZEVEDO, Carlos Amaury Mota. 1979. *Of. n.º 173/GAB/79 do Delegado Regional da FUNAI ao Diretor da DGO, sobre invasões na área indígena do PI alto Guamá*. 08 maio 1979. 5 p. dat.

__ . 1977. Relatórios sobre as invasões na AI Alto Rio Guamá, Belém, FUNAI/2.ª DR, 08.05.1977.

__ . 1985. *Inf. n.º 215/PJ/85 referente à publicação TFR sobre Remessa ex-ofício 83.369/PA* (acordo FUNAI/DENASA não homologado pelo TFR). Brasília, DF. FUNAI/MINTER, 30 maio 1985. 12 p. dat.

AZEVEDO, Pedro Vicente de. 1875. *Relatório do Presidente da Província do Pará em 17 jan. 1875*.

BAENA, Manoel. 1855. *Informações sobre as Comarcas da Província do Pará*, 1855.

BALDUINO, Dom T. 1984. *Anotações sobre as atividades missionárias junto aos Tapirapé, Assurini, grupos Kaiapó, no período de 8 a 23 de agosto de 1984*. Goiás, 08.09.1984, 7 p. dat.

BALDUS, Herbert. 1970. *Tapirapé*: tribo Tupi no Brasil Central. São Paulo, Comp. Ed. Nacional, 1970.

BALEE, William L. 1984. *The persistence of Kaapor culture*. Columbia Univ., 1984, 250 p.

BAMBERGER, Joan. 1967. *Environment and cultural classification*: a study of the northern Kayapó. Cambridge, Mass., Cambridge Univ., 1967.

__ . 1974. "Naming and the transmission of status in a Central Brazilian Society". *Ethnology*, Pittsburgh, *13*(4):363-78, 1974.

__ . 1976. *Kayapó age grades*: a case of political development in Central Brazil? Washington D.C., American Anthropological Association, 1976.

__ . 1978. The adequacy of Kayapo ecological adjustment. *Verkandlungen des XXXVIII Internationalen Americansten Congresses*. Stuttgart-Munchen, Band 3. p. 373-79.

__ . 1979. Exit and voice in Central Brazil: the politics of flight in Kayapó society. __ . *Dialetical societies*: the Gê and Bororo of Central Brazil. Cambridge, Mass., Harvard Univ. Press, 1979. p. 130-46.

BANDEIRA, A. Deodato. 1929. *Relatório apresentado pelo Ajudante de Inspectoria A. D. Bandeira ao Sr. Inspetor, referente às suas viagens de Inspecção: Posto P. Dantas e Pacificação Urubu*. Belém, SPI/Inspectoria do Pará e Maranhão, 1929. 19 p. dat.

BANDEIRA DE MELLO. 1970. *Of. n.º 157/DGPI-FUNAI* (carta ao governador do Estado do Pará, propondo a desinterdição da AI Alto Rio Guamá em favor do Estado). 07.12.70.

BANNER, Horace. s.d. *Matryred pioneers for christ in Brazil*. London, Marshall, Morgan and Scott, s.d.

__ . 1952. A casa-dos-homens gorotire. *Revista do Museu Paulista, N.S.*, São Paulo (6):455-9, 1952.

__ . 1957. Mitos dos índios Kayapó. *Revista de Antropologia*, São Paulo, *5*(1):35-66, jun. 1957.

__ . 1961. O índio Kaiapó em seu acampamento. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, N.S. Antropologia*, Belém (13):1-51, set. 1961.

__ . 1963. *Long climb on the Xingu*. London, Green and Co., 1963.

__ . 1972. Mitos dos índios Kaiapó. In: Schaden, Egon, et al. *Homem, cultura e sociedade no Brasil*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1972.

__ . 1975. *The three freds and after*. Belfast, Graham and Helisp, 1975.

BARROS, Sebastião do Rego. 1852. *Falla do Presidente da Província do Pará*. S.l., 1852.

__ . *Falla do Presidente da Província do Pará*. s.l., 1855.

BARTH, Renato. 1982. Tucuruí: uma hidrelétrica gerando morte. *Cadernos do CEAS*, Salvador (82):45-50, nov./dez. 1982.

BARRUEL DE LEGENEST, H.D. 1958. *Marabá, cidade do diamante e de castanha*. São Paulo, Anhembi, 1958.

BAUMANN, Theresa B. 1984. *Relatório de Viagem, P.I. Mãe Maria*

e P.I. Sororó. Processo FUNAI/BSB/1778/82, Brasília, D.F., fls. 237-303.

BENDOR-SAMUEL, Margaret. 1972. *Zazemu'e ze'egete rehe: cartilha guajajára*. MINTER/FUNAI, 1972, 45 p.

BETENDORF, J. F. 1909. Chronica da missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado de Maranhão. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, 72*, pt. 1, 1909.

BLOISE, Clodomiro. 1971a. *Relatório anual das atividades da base de Pucurui, tendo início em 14.09.70*. GT/FUNAI/TRANSAMAZÔNICA/2ª DR, 17 jan. 1971. 5 p. dat.

__ . 1971b. *Relatório da concretização da pacificação dos índios Parakanã*. GT/FUNAI/TRANSAMAZÔNICA/2ª DR, 21 jul. 1971. 11 p. dat.

__ . 1971c. *Relatório de atividades da base Pucuruí durante o período de 17.01.71 a 20.03.71*. GT/FUNAI/TRANSMAZÔNICA/2ª DR, 20 mar. 1971. 9 p. dat.

__ . 1971d. *Relatório detalhado do 2.º encontro com os índios Parakanã na clareira denominada "1.º acampamento Paracanãs"*. GT/FUNAI/TRANSAMAZÔNICA/2ª DR, 17 jan. 1971. 8 p. dat.

__ . 1971e. *Relatório do encontro de n.º 20 do sertanista João Carvalho com os índios Parakanã*. GT/FUNAI/TRANSAMAZÔNICA, 14 maio 1971. 4 p. dat.

__ . 1971f. *Relatório do primeiro contacto e pernoite na aldeia dos Parakanã*. GT/FUNAI/TRANSAMAZÔNICA/2ª DR, 07 abr. 1931. 3 p. dat.

__ . 1971g. *Relatório sobre acontecimentos com os índios Parakanã*. GT/FUNAI/TRANSAMAZÔNICA/2ª DR, 14 set. 1971. 4 p. dat.

__ . 1971h. *Relatório sobre os últimos acontecimentos na base de Pucuruí*. GT/FUNAI/TRANSAMAZÔNICA, 31 mar. 1971. 5 p. dat.

BOGLAR, Luiz. 1955. The ethnographic legacy of eighteenth century hungarian travellers in South America. *Acta Ethnographica Academiae Scientiarum Hungaricae*, Budapest (4):313-59, 1955.

BOUDIN, Max. 1978. *Dicionário de Tupi moderno (dialeto Tembé-Tenetehara do alto rio Gurupi)*. São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978. 2 v.

BREVES anotações na cansativa viagem até a aldeia dos lendários Parakanãs, *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, set. 1971.

BROOKS, E. 1973. Twilight of brazilian tribes. *Geographical Magazine*, London, *45*(4), 1973.

BRUSQUE Francisco Carlos de Araújo. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província do Pará na primeira sessão da XIII Legislativa em 1.º de setembro de 1862*. Pará, Belém, F.C. Rhossard, 1862. 91 p.

BUSCALIONI, Luigi. 1901. Una escursione botanica nell Amazzonia. *Bolletino della Societá Geográfica Italiana*, Roma, *2*(38), 1901.

CALLOW, Kathleen. 1959. *List of Gavião words, with Apinayé equivalents*. Brasília, D.F., Summer Institut of Linguistics, 1959.

CARELLI, Vincent. 1975a. *Relatório sobre a situação dos Tembé do Acará-Miri*. 24 jun. 1975. 14 p. dat.

__ . 1975b. *Situação do grupo Tembé do Acará-Miri e queixa do índio Manuel Barroso sobre invasões na sua área*. 10 jul. 1975. 2 p. dat.

CARNEIRO, João Roberto Ayres. 1910. *Itinerário da viagem da expedição exploradora e colonizadora ao Tocantins em 1849*. In: Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará. Belém, 1910. v. 7.

CARON, Pe. 1971. *Cure d'indiens*. Paris, Union Générale d'Éditions, 1971.

CARRON, José Maria. 1960. Índios Gaviões — 1960. *Mensageiro do Santo Rosário*, Rio de Janeiro, n. 739, nov. 1960.

CARVALHO, Anselmo Vilar de, fr. 1958. *Notas sobre cultura dos índios xenã*. Conceição do Araguaia, s.ed. 1958. 20 p. dat.

__ . 1959a. Vida e costumes dos Mudjetire. *Mensageiro do Santo Rosário*, jul. 1959.

__ . 1959b. Ainda sobre os índios Mudjetire. *Mensageiro do Santo Rosário*, set. 1959.

__ . 1959c. Alguns aspectos da arte e língua dos índios Mudjetire. *Mensageiro do Santo Rosário*, ago. 1959.

__ . 1959d. Uma visita aos índios "Gaviões". *Mensageiro do Santo Rosário*, n. 719, 1959.

__ . 1959e. "Uns índios chamados Póroka-Têdjê". *Mensageiro do Santo Rosário*, Rio de Janeiro, n. 726, 1959.

CARVALHO, Genésio R. 1982. *Relatório de atividades do PIA Parakanã*. PIA Parakanã, MINTER/FUNAI, 1982. 2 p. dat.

__ & Reis, Gerson. 1977. *Relatório da frente do rio Anapú Pucuruí*. 20 jan. 1977.

CARVALHO, João Evangelista. 1971a. *Carta ao Coronel Bloise, Coordenador da Base de Pucuruí*. 12 mar. 1971. 2 p. dat.

__ . 1971b. *Diário: atividades e situação dos índios Parakanã e da Frente especial de penetração durante o período — de 20.11.70 a 20.01.71*. 1971. 14 p. dat.

__ . 1971c. *Diário da frente de atração dos índios Parakanã*. Tucuruí, 1971.

__ . 1971d. *Diário durante o período de 01.07.71 a 07.10.71*. 1971, 28 p. dat.

__ . 1976. *Relatório sobre os trabalhos de atração dos índios Parakanã, Araras e Ararawas, no período de 12.01.76 a 11.06.76, efetuados nas regiões do rio Anapu, rio Iriri e rio Xingu*. Belém, FUNAI, 2ª DR, 22 jun. 1976.

__ . 1983. *Relatório das atividades e situação em que se encontra o PIA Parakanã*. Belém, MINTER/FUNAI, 11 maio 1983. 4 p. dat.

CARVALHO, Marco Antonio de. 1981. *Relatório de viagem realizada aos postos indígenas Gorotire, garimpo Maria Bonita e sede do Projeto Cumarú, DDC/FUNAI, cf. ITE n.º 28/DGO/81 de 09.07.81*. Brasília, DF, FUNAI, 1981. 17 p.

CARVALHO, Romildo. 1983. *Parecer Jurídico sobre a redução da área indígena Alto Rio Guamá*. Brasília, DF, MINTER/FUNAI, 30 mar. 1983. 2 p.

CASTELNEAU, Francis de. 1850. *Expédition dans les Parties Centrales de l'Amerique du Sud, de Rio de Janeiro à Lima et de Lima au Pará*: histoire du voyage. Paris, 1850, v. 2, 484 p.

CASTRO, Antonio Soares de. s.d. *Análise do projeto de malva e arroz do P.I., Alto Rio Guamá*. s.l., s.d. 6 p. dat.

__ . 1981a. *Relatório físico de acompanhamento do projeto integrado de malva e arroz do P.I. Alto Rio Guamá*. Alto Rio Guamá, 12 maio 1981. 2 p. dat.

__ . 1981d. *Relatório físico de acompanhamento do projeto integrado de malva e arroz do P.I. Alto Rio Guamá*. Alto Rio Guamá, 10 dez. 1981. 7 p. dat.

__ . 1981c. *Relatório físico do projeto integrado do P.I. Alto Rio Guamá*: malva e arroz. Alto Rio Guamá, 09 fev. 1981. 12 p. dat.

__ . 1982a. *Relatório sucinto da mudança dos índios Anhambé do alto rio Moju para o PI Alto R. Guamá*. FUNAI/2ª DR, 05 fev. 1982. 3 p.

__ . 1982b. *Relatório sucinto sobre o estado geral da comunidade e do Posto Indígena Gorotire*. PI Gorotire, FUNAI, 24 set. 1982.

CATEL, Pe. Paulo H. 1981. *Carta ao Senador Jarbas Passarinho: denuncia violências contra posseiros nas terras do Banco Denasa*. Paróquia Santa Luzia, Ourém. 21 jun. 1981. 2 p. dat.

CHAVES, Âloysio da Costa. 1976. *Of. n.º 1.443/76/GG para Maurício Rangel Reis, ministro do Interior*. Belém, 09 nov. 1976. 1 p. dat.

CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA/CTI. 1980. *Projeto Suruí* (elaborado por Iara Ferraz), São Paulo, 1980, dat.

CIMI. 1979. *Índios Parakanã: um povo ferido mortalmente no corpo e na alma*. Brasília, DF, 1979.

CIMI. Assessoria Jurídica. 1983. *O problema das terras dos Tembé-Tenetehara*. Belém, 1983.

CIMI. Regional Norte II. 1979. *Tembé-Tenetehara*. Belém, 1979.

__ . 1981. *Histórico do processo de extinção*. Belém, 13 mar. 1981, 2 p.

__ . *Tembé: ameaça de extinção de um povo*. 30 ago. 1981. 4 p. dat.

CIMI. Regional Norte II/CPT Norte II/CONTAG. 1984. *Tucuruí Urgente*. Belém, out. 1984.

CNEC. 1980. *Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográ-*

fica do Rio Xingú. s.l., v. 5 — Tomo 1, Ministério das Minas e Energia, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A., ELETRONORTE, jan. 1980.

__ . 1981. *Reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí*. Rio de Janeiro, XIV Congresso Internacional de Grandes Barragens, 1981.

COMITÉ INTERNATIONAL DE LA CROIX ROUGE. *Report of the ICRC medical mission to the brazilian Amazon region*. May-August 1970, Geneva, Oct. 1970, 70 p.

COMUNIDADE INDÍGENA PARKATÊJÊ & CVRD. 1985. *Termo do acordo que entre si fazem a comunidade Indígena Parkatêjê, assistida pela FUNAI e a Companhia Vale do Rio Doce*. Mãe Maria, 09.07.85. 1 p. dat.

COSTA, Areoldino do Amaral. 1982a. *Relatório relativo ao exercício de 1982*. Brasília, DF, FUNAI, 1982. 4 p.

__ . 1982b. *Relatório relativo à situação atual do posto indígena Alto Rio Guamá*. Alto Rio Guamá, 29 out. 1982. 3 p. dat.

__ . 1982c. *Relatório n.º 2/82*. P.I. Guamá, 30 dez. 1982. 4 p. dat.

__ . 1985. *Relatório do chefe do PI Alto Rio Guamá*. PI Guamá, PA. 22 fev. 1985. 1 p. dat.

COSTAS, Maria de Fátima Pontes. 1982. *Relatório escolar relativo ao exercício de 1982*. P.I. Guamá, 30 dez. 1982.

COTA, Raymundo Garcia. 1984. *Carajás: a Invasão Desarmada*. Petrópolis, Vozes, 1984.

COUDREAU, Henri. 1897. *Voyage au Tocantins-Araguaya*. Paris, 1897, 298 p. in 4º.

__ . 1977a. *Viagem ao Xingu*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia. 1977.

__ . 1977b. *Voyage a Itaboca e a l'Itacayuna*. Paris, A. Lahure, 1898.

CUNHA, José Joaquim da. *Falla dirigida à Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1853, Pará*.

CVRD. 1981. *Programa Grande Carajás* (Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás).

CVRD. 1984. *Relatório de andamento do componente antropológico do projeto Carajás convênio CVRD/FUNAI n.º 059/82 período junho/julho 1984*. 6 p. + 13 anexos.

CVRD & FUNAI. 1982. *Convênio que entre si celebram a Funai e a Companhia Vale do Rio Doce*, contrato nº 059/82, Rio de Janeiro.

CVRD & FUNAI. 1983. *Primeiro aditivo ao convênio n.º 059/82 celebrado entre a CVRD e a FUNAI*. Rio de Janeiro, 15 mar. 1983. 2 p. dat.

CVRD & FUNAI & COMUNIDADE PARKATÊJÊ. 1984. *Proposta da Companhia CVRD à Comunidade Indígena Parkatêjê*, para ressarcimento dos danos causados à Reserva Indígena Mãe Maria, em decorrência da passagem da Estrada de Ferro Carajás pelo seu interior. Acordo assinado pelas partes em 07.11.84, 2 p.

DAVIS; S. 1978. *Vítimas do milagre*: o desenvolvimento e os índios do Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

DEPOIMENTO da Comunidade de Tembé reunida em Assembléia em setembro 1980 depois da destruição da ponte do Majer. s.l., 07 set. 1980. 1 p. dat.

DNPM. 1983. *Garimpos do Brasil*. Coord. Walter Hugo Schmaltz e Gerobal Guimarães. Brasília. Divisão de Fomento da Produção Mineral, 1983, Avulso, 5, 378 p.

DODT, Gustavo. 1939. *Descrição dos rios Parnayba e Gurupi (1873)*. São Paulo, Comp. Ed. Nacional, 1939. 233 p. (Brasiliana; 88).

DOMINGOS, José da Cunha. 1873. *Relatório do Presidente da Província do Pará*. s.l., 1873.

DÓRIA, Palmério & CARELLI, Vincent. 1977. Cupên não engana mais Gavião. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 02 maio 1977. p. 29.

DREYFUS-ROCHE, Simone. 1957. *Chez les indiens du Brésil Central. Connaissance du Monde*, Paris, nº 10, 1957.

__ . 1963a. *Les Kayapó du Nord, contribution à l'étude des indiens Gê*. Paris, Mouton, 1963.

__ . 1963b. *Les Kayapó du Nord, état de Pará-Brésil*: contribution à l'étude des indiens Gê. Paris, École Pratique des Hautes Études-Sorbonne, 1963. (Études; 24).

__ . 1964. *Formes de musiques rituelles chez les Indiens d'Amérique du Sud*. VI Congrès International des Sciences Anthropologiques (Paris, 1960). Paris, 1964. V. 2. Ethnologie.

EHRENREICH, Paul. 1894. Materialen zur sprachenkunde brasiliens: I Die sprache der Cayapo (Goyaz). *Zeilscrift für Ethnologie*, Berlin (26):20-37 e 49-60, 1894.

__ . 1948. Contribuição para a etnologia do Brasil. *Revista do Museu Paulista, N.S.*, São Paulo (2):7-136, 1948.

ELETRONORTE. 1976a. *Aproveitamento hidrelétrico do Rio Uatuma em Cachoeira Balbina, estudos de viabilidade*: relatório final. s.l., 1976. v. 4.

__ . 1976b. *Relatório anual de atividades — 1975*. s.l., 1976.

__ . 1976c. *Relatório condensado*. s.l., 1976.

__ . 1976d. *Usina hidrelétrica de Tucuruí*: projeto básico. s.l., 1976.

__ . 1979. *Relatório anual de atividades — 1978*. s.l., 1979.

ELETRONORTE/GETAT/FUNAI. 1984. *Ata da reunião ELETRONORTE/GETAT/FUNAI*, Tucuruí, 18-10-1984.

FERNANDES, Eurico de Melo Cardoso. 1949. *Relatório da viagem de inspeção ao posto do rio Gurupi*. 16 set. 1949. 6 p. dat.

FERRAZ, Iara. 1975a. *Levantamento preliminar sobre a situação atual dos índios Gaviões do Posto Indígena Mãe Maria*, 44 p. dat.

__ . 1975b. *Projeto de Emergência para a Coordenação da Safra de Castanha de 1976 pelos índios Gaviões de Oeste do PI Mãe Maria*. FUNAI, 54 p. dat.

__ . 1975c. *Plano integrado de desenvolvimento comunitário Gavião-Suruí*, DGPC, FUNAI, Brasília, nov. 1975, 60 p.

__ . 1980a. *Levantamento: Situação Atual dos Povos Indígenas no Brasil*: ficha preenchida com informações referentes aos Gavião. São Paulo, CEDI, 1980.

__ . 1980b. *Projeto Suruí*. São Paulo, CTI, 1980, 10 p. dat.

__ . 1981a. *Relatório de Atividades — Projeto Suruí*. CTI, São Paulo, 1981, 5 p. dat.

__ . 1981b. *Relatório de Viagem aos índios Suruí do Pará*. CTI, São Paulo, 1981, 3 p. dat.

__ . 1982a. *Notas sobre uma situação crítica*: os Gaviões do Pará. s.l., 1982, 3 p. dat.

__ . 1982b. *Os índios Gaviões: observações sobre uma situação crítica*: relatório de viagem. Rio de Janeiro, 1982. 31 p. + 2 mapas.

__ . 1982c. "Os índios pagam primeiro. E mais caro". *Ciência Hoje*, *1*(3), nov./dez. 1982.

__ . 1983a. *Conversa na varanda*: gravação no P.I. Mãe Maria. s.l., 12 abr. 1983. 18 p.

__ . 1983b. *Gaviões da Montanha*: relatório de viagem pela Comissão Pró-Índio-SP. Rio de Janeiro, nov. 1983. 10 p.

__ . 1983c. *Situação atual de dois grupos indígenas do sudeste paraense*: Gavião e Suruí: relatório de viagem. Rio de Janeiro, 1983. 49 p.

__ . 1983d. *Os Parkatêjê das matas do Tocantins: a epopéia de um líder Timbira*. São Paulo, USP, 1983. 150 p.

__ . 1984a. *Ação estatal e os índios Gaviões do Pará*. Rio de Janeiro, 1982. 5 p.
Também publicado na *A Província do Pará*.

__ . 1984b. *Duplo impacto*: o projeto Carajás e os "projetos de apoio" às comunidades indígenas Gavião e Suruí do Pará. São Paulo, 1984. 10 p.

__ . 1984c. *Informações sobre a assessoria prestada à Cia. Vale do Rio Doce*: Projeto Ferro-Carajás, Rio de Janeiro, 1984. 3 p.
Relatório à Comissão de Assuntos Indígenas — ABA.

__ . 1984d. *Relatório de viagem à comunidade indígena Parkatêjê (P.I. Mãe Maria) e Suruí (P. I. Sororó)*. Rio de Janeiro, 1984.
Acompanha carta-proposta dos Gavião e 1 mapa.

__ . 1984e. *Relatório de viagem realizada ao P.I. Mãe Maria entre 18 e 22 set. 1984*. s.l., 1984. 11p.

__ . 1984f. *Relatório de viagem à comunidade indígena Parkatêjê (P.I. Mãe Maria) e Suruí (P.I. Sororó)*, agosto 1984, 24 p. dat.

__ . 1984g. *Considerações preliminares acerca do compromisso firmado entre a CVRD e a Comunidade Indígena Parkatêjê (Gavião do Pará)*: Parecer relativo à viagem de campo realizada entre 02 e 14.11.84, 1984. 3 p. dat.

__ . 1985a. *Mãe Maria em estado de guerra, a proteção do território e da vida tribal*. Relatório de viagem realizada entre 03 e 15 de

fevereiro de 1985, Assessoria à CVRD, 15 p. dat.

__. 1985b. *Suruí (Aikewara) do Posto Indígena Sororó: os rumos do "Projeto" e algumas observações acerca de um processo de recuperação cultural*: relatório de viagem realizada entre 15 e 28 de fevereiro de 1985 (assessoria à Cia. Vale do Rio Doce), s.l., 9 p.

__. 1985c. *Suruí (Aikewara) do Posto Indígena Sororó: no rastro do território tradicional*: relatório de viagem realizada entre 15 e 28 de fevereiro de 1985 como coordenadora do grupo de trabalho conforme portaria FUNAI 1981/E de 07.02.85, para realizar levantamento com vistas à redefinição do território dos chamados Suruí do PI Sororó com o apoio do Convênio CVRD-FUNAI, s.l., 1985. 16 p.

__. 1985d. Indenizações e jogo de flechas: a Guerra dos Gavião. ACONTECEU Especial 15, *Povos Indígenas no Brasil/1984*. São Paulo, CEDI, 1985, pp. 155-158.

FERREIRA, Argemiro et al. 1982. Carajás, o grande desafio. *Ciência Hoje*, SBPC, Rio de Janeiro *1*(3):30-53, nov./dez. 1982.

FERREIRA, Jorge. 1963. Os Xikrin. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, jul. 1963.

FIGUEIREDO, Napoleão. 1977. *Amazônia*: tempo e gente. Belém, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1977. 152 p.

__. 1983. Os Anambé. IN: MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. *Cultura indígena*: exposição temporária. Semana do Índio. Belém, 1983. p. 73-8.

__. 1983b. *Os Anambé: contribuição ao volume Sudeste do Pará da série Povos Indígenas no Brasil*. Belém, 1983. 11 p. dat.

__ & FOLHA, Maria Helena de Amorim. 1975. Il destino delle societá tribale nell Amazonia Brasiliana. *Terra Ameriga*, Genova, Associazione Italiana Studi Americanistici, 1975.
Publicado também em: "O destino das sociedades tribais na Amazônia Brasileira".
Separata da *Rev. de Cultura do Pará*, Belém, *5*(18/18):75-110, 1975.

__ & SILVA, Anaíza Vergolino E. 1969 a. *Projeto Cairari*: diário de campo. Belém, Universidade Federal do Pará, 1969.

__. 1969b. *Projeto Cairari*: fototeca. Belém, Universidade Federal do Pará, 1969.

__. 1972. *Festas de santos e encantados*. Belém, Academia Paraense de Letras, 1972. 37 p.
Prêmio "Giorgio Falangola" no I Concurso do Folclore Amazônico.

FIUZA, José de Mello. 1961. *Relatório sobre a produção de arroz do Alto Rio Guamá*. s.l., 16 maio 1961. 5 p. dat.

__. 1959. *Parecer ao plano de pacificação dos índios hostis do Estado do Pará*. Belém, 24 jan. 1959. 4 p. dat.

FONSECA, Jurandyr da Costa, et al. 1980. *Of. n.º 030/CLP Comissão de liquidação de Pucuruí trata da transferência dos índios Parakanã*. 19 mar. 1980. 3 p. dat.

FRIKEL, Protásio. 1963. Notas sobre a situação atual dos índios Xikrin do rio Caeteté. *Revista do Museu Paulista, N.S.*, São Paulo (14):145-58, 1963.

__. 1968. *Os Xikrin*: equipamento e técnicas de subsistência. Belém, 1968.

FUERST, René. 1964a. *Ethnographica Kayapo, Brésil Central*: catalogue de collection en possession des Musées de Genève, Bâle, Berlin, Brême et Goeteborg. s.l., 1964.

__. 1964b. "La Peinture collective des femmes Xikrin". *Beitrage zur Volkerkunde Sudamerikas*. Volkerkundliche Abhandlung Hannover (1):117-30.

__. 1967. "Dissemblances matérielles chez les Kayapo du Brésil Central". *Bulletin de la Société Suisse des Américanistes*, Genève, 1967. (Krokraimoro).

__. 1969. Gegenwartige Lage und dringende volkerkundliche Forschungsaufgaben bei brasilianischen Indianern". *Bulletin of the International Committee on Urgent Anthropological and Ethnological Research*, Vienna, 1969. (Krokraimoro).

__. 1969b. Deux tribus Jê étudiées par Curt Nimuendajú. *Bull. Soc. Suisse des Américanistes* n.º 33, Genève, 1969 (13-21).

__. 1970. Une civilisation du palmier. *Zeitschrift für Ethnologie*, Braunschweig, *95*(1):114-22, 1970.

FUNAI. 1970. *Projetos Operacionais para a Rodovia Transamazônica Trechos: Estreito-Itaituba e Cuiabá-Santarém*. Brasília, DF, 1970. 86 p. dat.

__. 1970b. *Processo /GB/450/70* (Cia. Agropecuária do Pará solicita certidão negativa).

__. 1970c. *Of. n.º 304/70* (laudo topográfico sobre a incidência da Cia. Agropecuária do Pará na AI Alto Rio Guamá). 04.12.1970.

__. 1971a. *Processo FUNAI/BSB/0224/71 regularização fundiária A.I. Guamá (Tembé)*. Brasília, DF, 1971.

__. 1971b. *Processo FUNAI/BSB/1188/71* encaminha relatório de acontecimentos na Base de Pucuruí, Brasília, DF, março 1971.

__. 1975a. *Processo FUNAI/BSB/2505/75 demarcação A.I. Guamá (Tembé)*. Brasília, DF, 1975.

__. 1975b. *Processo FUNAI/BSB/3528/75 identificação A.I. Amanayés*. Brasília, DF, 1975.

__. 1975c. *Comissão composta pela FUNAI, PF, PM do Pará, encarregada de retirar invasores da área Guamá*. Belém, 30 abr. 1975.

__. 1976. *Informativo FUNAI*, n.º 15/16, Brasília. 11 p.

__. 1976b. *Embargo da estrada da firma Mejer e Cia.* Belém, 23 set. 1976.

__. 1977a. *Processo FUNAI/BSB/3134/77 demarcação A.I. Trocará (Asurini do Tocantins)*. Brasília, DF, 1977.

__. 1977b. *Processo FUNAI/BSB/3638/77 demarcação A.I. Sororó (Suruí)*. Brasília, DF, 1977.

__. 1977c. *Processo FUNAI/BSB/3640/77 demarcação A.I. Cateté (Xikrin)*. Brasília, DF, 1977.

__. 1977d. *Processo FUNAI/BSB/4724/77 identificação A.I. Araras*. Brasília, DF, 1977.

__. 1978a. *Portaria n.º 528 de outubro de 1978*. Brasília, DF, MINTER/FUNAI, 1978.

__. 1978b. *Processo FUNAI/BSB/1072/78 identificação A.I. Kaiapó*. Brasília, DF, 1978.

__. 1978c. *Processo FUNAI/BSB/3832/78 identificação A.I. Ipixuna (Araweté)*. Brasília, DF, 1978.

__. 1978d. *Processo FUNAI/BSB/3832/78 identificação A.I. Koatinemo (Asurini do Xingu)*. Brasília, DF, 1978.

__. 1978e. *Processo FUNAI/BSB/5487/78 identificação A.I. Parakanã*. Brasília, DF, 1978.

__. 1978f. *Operação Guamá*. Brasília, DF, FUNAI/INCRA/ITERPA/PF/PM. 27 set. 1978. 2 p. dat.

__. 1979a. *Mapa de localização das Terras dos remanescentes Anhambé e Turiwara na margem esquerda do rio Açará-Mirim*. s.l., jun. 1979.

__. 1979b. *Processo FUNAI/BSB/0707/79 identificação A.I. Araweté*. Brasília, DF, 1979.

__. 1979c. *Processo FUNAI/BSB/1036/79 identificação A.I. Anambé*. Brasília, DF, 1979.

__. 1979d. *Processo FUNAI/BSB/3380/79 identificação A.I. Kararaô*. Brasília, DF, 1979.

__. 1979e. *Processo FUNAI/BSB/3758/79 identificação A.I. Mãe Maria (Gavião)*, Brasília, DF, 1979.

__. 1979f. *Processo FUNAI/BSB/4206/79 demarcação A.I. Kaiapó*. Brasília, DF, 1979.

__. 1979g. *Processo FUNAI/BSB/4728/79 identificação A.I. Bacajá (Xikrin)*. Brasília, DF, 1979.

__. 1979h. *Of. n.º 236/FUNAI-PRES* (transferência de posseiros na AI Alto Rio Guamá), 21.07.79.

__. 1980-1981. *Análise do projeto de malva e arroz do PI Alto Rio Guamá*. Brasília, DF, 1980/81. 7 p.

__. 1980. *Primeiro Encontro Parakanã*: documentos preparados pelo DGPC para o Encontro de Tucuruí (Pará), Brasília, dez. 1980, 48 p. dat.

__. 1981a. *Mem. n.º 286/SA da superintendência administrativa à Assessoria Geral de Estudos e Pesquisas solicitando informações sobre Convênio CVRD/FUNAI*. Brasília, DF, 19 nov. 1981.

__. 1981b. *Processo FUNAI/BSB/1991/81 orientação de limites A.I. Cateté (Xikrin)*. Brasília, DF, 1981.

__ . 1981c. *Processo FUNAI/BSB/2395/81 demarcação A.I. Parakanã*. Brasília, DF, 1981.

__ . 1981d. *Processo FUNAI/BSB/3577/81 identificação A.I. Cateté (Xikrin)*. Brasília, DF, 1981.

__ . 1981e. *Projeto de desenvolvimento integrado do PI Alto Rio Guamá*. s.l., maio 1981.

__ . 1982a. *Projeto Ferro-Carajás*: apoio às comunidades indígenas. Brasília, jan. 1982, 140 p. dat. &

__ . 1982b. *Dados sobre a situação jurídica das terras da Reserva Indígena Alto Rio Guamá*. Belém, 12 out. 1982. 5 p. dat.

__ . 1982c. *Processo FUNAI/BSB/1458/82 identificação A.I. Bau (Menkragnotire)*. Brasília, DF, 1982.

__ . 1982d. *Processo FUNAI/BSB/1494/82 homologação de demarcação A.I. Sororó (Suruí)*, 1982.

__ . 1982e. *Processo FUNAI/BSB/1495/82 homologação de demarcação A.I. Trocará (Asurini do Tocantins)*. 1982.

__ . 1982f. *Processo FUNAI/BSB/1717/82 identificação A.I. Paquiçamba (Juruna)*. Brasília, DF, 1982.

__ . 1982g. *Processo FUNAI/BSB/1718/82 identificação A.I. Sororó (Suruí)*. Brasília, DF, 1982.

__ . 1982h. *Processo FUNAI/BSB/1779/82 identificação A.I. Trocará (Asuriní do Tocantins)*. Brasília, DF, 1982.

__ . 1982i. *Processo FUNAI/BSB/3094/82 identificação A.I. Guamá (Tembé)*. Brasília, DF, 1982.

__ . 1982j. *Processo FUNAI/BSB/3357/82 orientação de limites A.I. Guamá (Tembé)*. 1982.

__ . 1982k. *Processos 3577/81, 02102/77, 1991/81, 4692/77, 2882/74, 1547/75, 003640/77, 3776/79, 04631/76, 2645/75, MI/DCA/B5B/76, 15047, MI/DCS/B5B/76, 12805, 01754/76, GT instituído pela Portaria n. 371/P de 12 jul. 1982.*

__ . 1982l. *Relatório relativo à situação atual do posto indígena Alto Rio Guamá*. Brasília, DF, out. 1982.

__ . 1982m. *Termo de reconhecimento da área indígena do alto rio Guamá e re-ratificação de seus limites em decorrência do abandono espontâneo da área não utilizável*. Belém, 09 de nov. 1982. 4 p. dat.

__ . 1982-1983. Assessoria de Planejamento e Coordenação. *Projeto Kokraimoro*. Brasília, DF, 1982/1983.

__ . 1983. *Processo FUNAI/BSB/0397/83 regularização fundiária A.I. Cateté (Xikrin)*. Brasília, DF, 1983.

__ . 1984a. *Declarações índia Raimunda*. PI Pedro Dantas, jul. 1948. 2 p.

__ . 1984b. *Processo FUNAI/BSB/1508/84 regularização fundiária A.I. Parakanã*. Brasília, DF, 1984.

__ . 1984c. *Encaminhamento n.º 0209/SGPI/84*, ref. Área Indígena Paracanã, ass.: relação de ocupantes, Processo FUNAI/BSB, 1508/84, fl. 194, 1984.

__ . 1984d. *Processo FUNAI/BSB/3229/84*. Almir Queiroz de Moraes solicita declarações da FUNAI de que os castanhais "Fortaleza I e II" estão fora da Área Indígena Sororó. Brasília, DF, 1984.

__ & BANCO DENASA DE INVESTIMENTO S.A. 1985. *Instrumento particular de transação*. Brasília, DF, 01 fev. 1985. 5 p. dat.

FUNAI & CAPEMI. 1980. *Contrato de arrendamento n.º 076/80*, que entre si fazem, a Fundação Nacional do Índio-FUNAI e a Agropecuária CAPEMI Indústria e Comércio Ltda. na forma abaixo (arrendamento por parte da arrendatária da Serraria e todas as suas instalações de propriedade da arrendante existentes na cidade de Tucuruí). Brasília, DF, out. 1980.

__ & COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. 1982. *Convênio que entre si celebram a FUNAI e a Companhia Vale do Rio Doce, contrato n.º 059/82*. Rio de Janeiro, 25 jun. 1982. 5 p. dat.

__ & DOCEGEO. 1981. *Convênio n.º 023/81, que entre si celebram a Fundação Nacional do Índio — FUNAI e a DOCEGEO, para cumprimento ao inciso II da portaria interministerial n.º 006/81, de 15 de janeiro de 1981*. Brasília, DF, 13 mar. 1981.

__ & ELETRONORTE. *Plano de ação conjunta*: estudos preliminares. s.l., s.d.

__ & ELETRONORTE. 1980. *Termo de convênio que entre si celebram a FUNAI e a ELETRONORTE*, com a interveniência dos representantes da comunidade dos índios "Gavião", objetivando a construção de linhas de transmissão, 5 p. dat. Marabá, 16. 06.80.

__ & KABACZNIK. 1976. *Acordo n.º 001/76 que entre si celebram a FUNAI e o Sr. Mejer Kabacznik*. Brasília, DF, 05 nov. 1976.

__ . Procuradoria Geral. 1983. *Despacho n.º 002, aprovação do parecer 17/PJ/83 processo FUNAI/BSB/0035/83/Despacho n.º 002/PJ/83*. 12 abr. 1983. 2 p. dat.

GALLAIS, Estevão-Maria, pe. 1903. *Uma catechese entre os índios do Araguaya*. São Paulo, 1903. 55 p.
Título original francês: Une catéchese ches les indiens de l'Araguaya. Toulouse, 1902. 52 p.

__ . 1942. *O apóstolo do Araguaia Frei Gil Vilanova, missionário dominicano*. Adap. portuguesa por Fr. Pedro Secondy e Soares de Azevedo. Conceição do Araguaia, 1942. 287 p. in 8º.

__ . 1954. *Entre os índios do Araguaia*. Salvador, Liv. Progresso Ed., 1954. 111 p.

GAMA E ABREU, José Coelho da. 1880. *Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Dr. J. C. da Gama e Abreu, Presidente da Provincia, à Assembléia Legislativa Provincial do Pará em 15 de fevereiro de 1880*. Pará, 1880.

GALVÃO, Eduardo. 1963. Elementos básicos da horticultura de subsistência indígena. *Revista do Museu Paulista, N.S.*, São Paulo (14):120-44, 1963.

__ . 1979. Breve notícia sobre os índios Juruna. IN: __ . *Encontros de sociedades*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 63-72.

__ & WAGLEY, Charles. 1961. *Os índios Tenetehara*. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação do MEC, 1961. 237 p. (Col. Vida Brasileira).

__ & WAGLEY, Charles. 1963. The Tenetehara. IN: STEWARD, Julian, ed. *Handbook of South American Indians*. New York, Cooper Square Publ. 1963.

GOMES, Jussara Vieira. 1984. *Grupos indígenas Amanayé e Anambé do Pará*. FUNAI, 28 jun. 1984. 20 p. + anexos.

GOMES, Mércio Pereira. 1977. *The ethnic survival of the Tenetehara indians of Maranhão, Brazil*. Flórida, Univ. of Flórida, 1977. 295 p. mimeo.

__ . 1981. Porque indíos brigam com posseiros: o caso dos índios Guajajara. *Cadernos Comissão Pró-Índio*, São Paulo (2):51-6, 1981.

GOMES, Vicente Ferreira. 1862. "Itinerário da Cidade de Palma em Goyaz, à cidade de Belém, no Pará, pelo rio Tocantins, e breve notícia do Norte da Província de Goyaz. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, *25*:485-513, jul./set. 1862.

GOODLAND, R. 1977. *Environmental assessement: Tucurui Hidroelectric project*. Brasília, DF, 1977.

GUDSCHNSKY, Sarah. 1959. *Notes on the Guajajara language*. 1959

GUSMÃO, Sérgio B. 1980a. Esses Gaviões estão bem de vida. *Isto É*, São Paulo (180):30-2, jun. 1980.

__ . 1980b. Os Gaviões não sabem como usar os 30 milhões. *Isto É*, São Paulo (199):24, out. 1980.

HARRISON, Carl. *Syntactical aspects of Asurini monologue discourse*. Pennsylvania, Univ. of Pennsylvania, s.d.

__ . 1963a. *Asurini morphophonology*. Brasília, DF, Summer Institute of Linguistics, 1963.

__ . 1963b. *Combined swadesh-leukotka list*. Brasília, DF, Summer Institute of Linguistics, 1963.

__ . 1963c. *Nominalizações em Asurini*. Brasília, DF, Summer Institute of Linguistics, 1963.

__ . 1963d. *Pedagogical information and drills for the Asurini Language*. Brasília, DF, Summer Institute of Linguistics, 1963.

__ . 1963e. *The phonemes of Asurini*. Brasília, DF, Summer Institute of Linguistics, 1963.

__ . 1963f. *23 textos Asurini*. Brasília, DF, Summer Institute Linguistics, 1963.

__ . 1971. *The morphophonology of Asurini words*. Glendale, Ca.

Church Press, 1971. (Summer Institute of Linguistics Publications in Linguistics and Related Fields; 9).

__ . 1972. *Teacher training manual* (na língua Guajajara). SIL, 1972.

__ . 1980. *Gramática Asurini*. Brasília, DF, Summer Institute Linguistics, 1980. (Sér. Lingüística; 4).

HARTMANN, Günther. 1965. *Die materielle Kultur der Xikrin, Zentralbrasilien*. Berlin, 1965. (Baessler-Archiv, NF, 13).

__ . 1977a. Masken der Pau d'Arco Kayapó, Brasilien (diários de campo de Kissenberth 1908-1910). *Tribus* nº 26, Stuttgart, 1977, 103-108.

__ . 1977b. Alterskaassen der Pau d'Arco Kayapo, Zentral Brasilien. *Ethnologischer Zeitschrift Zurich* I, Zurich, 1977, 73-77.

__ . 1982a. Zur demographie des Pau d'Arco, gebietes, Zentral-Brasilien, im Jahre 1909. *Zeitschrift für Ethnologie*, Berlin, Band *107*(2):259-268, 1982.

__ . 1982b. Bei den Mẽkubenokré-Kayapo, Brasilien: Aus den Tagebugblattern Wilhelm Kissenberths. *Zeitschrift für Ethnologie*, Berlin, Band *107*(1):153-162, 1982.

HÉBETTE, Jean, et al. 1983. *Área de fronteira em conflito: o leste do médio Tocantins*. Belém, NAEA, 1983. 164 p. dat.

HOLANDA, Raimundo Nonato Soares. 1970. *Relatório da Comissão de Inquérito nº 01/70 da 2ª DR/FUNAI na A.I. Baú-Menkragnotire*. 27 jul. 1970. 9 p. dat.

__ . 1975. *Relação dos invasores da área do PI Alto Rio Guamá na região do rio Piriá*. Belém, FUNAI/2ª DR, 30 abr. 1975. 5 p. dat.

__ . 1976. *Posseiros localizados na área indígena Alto Rio Guamá*. Belém, FUNAI/2ª DR, 21 out. 1976.

__ . 1977. *Informação sobre posseiros intrusos na área indígena Tembé do Alto Rio Guamá*. Belém, FUNAI/2ª DR. 11 jul. 1977. 3 p. dat.

__ . 1978. *Retirada de madeira na área indígena Tembé*. Belém, FUNAI/2ª DR. 03 maio 1978. 4 p. dat.

__ . 1979a. *Petição encaminhada pelo advogado da 2ª DR/FUNAI ao Foro de Altamira*, em vista ao Edital de Citação referente ao Processo nº 252/79 (AI Araweté e Asuriní). Belém, 16.04.1979, 3 p. dat.

__ . 1979b. *Relatório da viagem à área interditada para atração dos índios Araras, para embargar uma estrada da COTRIJUÍ, com o apoio da Polícia Federal*. Belém, FUNAI, 12 out. 1979, 4 p. dat.

__ . 1981. *Invasões na reserva indígena Alto Rio Guamá: tramitação dos processos 16.271 e 16.272 na Justiça Federal do Pará*. Belém, FUNAI/2ª DR. 20 maio 1981. 8 p. dat.

__ . 1983. *Relatório sobre os Kikretum*. Belém, MINTER/FUNAI, 1983. 9 p. dat.

__ , et al. 1970. *Relatório da Comissão de Inquérito 01/70 da 2ª DR/FUNAI, port. nº 23/GAB de 03/07/70*. Belém, 27 jul. 1970. 9 p. dat.

HORST, Célio. 1982. *Dados sobre a situação jurídica das terras da Reserva do Alto Rio Guamá*. Brasília, DF, MINTER/FUNAI, 12 maiao 1982. 5 p. dat.

HURLEY, Jorge. 1928. *Nos sertões do Gurupi*. Belém, 1928.

__ . 1931. Vocabulário Tupi-português falado pelo Tembé dos rios Gurupy e Guamá do Pará. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo (17):323-51, 1931. pte. 1.

__ . 1932. Chorographia do Pará e Maranhão: rio Gurupi. *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Pará*, Belém (7):3-44, 1932.

IANNI, Octavio. 1978. *A luta pela terra, história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1978.

IBDF e CAPEMI. 1980. *Contrato entre o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e a Empresa Agropecuária CAPEMI Indústria e Comércio Ltda.*, para exploração de lotes florestais na área do futuro reservatório da usina hidrelétrica de Tucuruí. Brasília, DF, 26.08.1980.

ÍNDIOS no open: os Gaviões multiplicam seu capital. *Veja*, São paulo lo (713):54, maio 1982.

ITERPA. 1984. *Projeto Integrado Trairão: mapas*. Belém, nov. 1984

__ . 1985. *Alienação de terras do Estado:* concorrência nº 001/85-Projeto Integrado Trairão: Informação aos Licitantes. Belém, 1985.

JICA. 1985. *The Study Related to the Regional Development Plan of the Greater Carajas Program of the Federative Republic of Brazil (Phase II)*. Draft Final Report, January 1985, Japan International Cooperation Agency, Parts I, II, III, IV and V.

__ . 1985b. *The Study Related to the Regional Development Plan of the Greater Carajas Program of the Federative Republic of Brazil (Phase II)*. Draft Summary Report, January 1985, JICA, 83 p.

JUNQUEIRA, Messias. 1982. *Parecer sobre os títulos de propriedade do Banco DENASA de INV. na região do Pará*. São Paulo, 08 jun. 1982. 45 p. dat.

KABACZNIK/COPAGRO. 1976. *Contrato que entre si celebram Mejer Kabacznik e a Cia. Paraense de Mecanização, Industrialização e Comercialização Agropecuária/COPAGRO*. Belém, 2º OF. 12 jun. 1976.

KAKUMAZU, James. 1962-63. *Formulário dos vocabulários padrões: Urubu*. SIL, 1963.

__ . 1976a. *Gramática gerativa preliminar da língua Urubu*. In: Série Lingüística nº 5, Brasília, 1976, p. 171-198.

__ . 1976b. *Gênesis abreviado na língua Urubu*. Livraria Cristã Unida, Brasília, 1976.

KAKUMAZU, Kay. 1969. *Mu'eha: cartilha Urubu*. SIL, nº 1 a 5, 1969.

KROHOKRENHUM Jopaiapira. "Eu quero usar também coisas boas": carta ao presidente da Funai, em 29.10.80. *Tempo e Presenaç* nº 167, abril 1981.

KRUA GAVIÃO. 1976. *Parakateje Gavião — relatório*. s.l., 20 maio 1976.

LAGO, Antonio Florencio Pereira do. 1822. *Histórico geográfico da província de Maranhão*. Lisboa, 1822.

__ . 1876. *Relatório dos estudos da comissão exploradora dos rios Tocantins e Araguaya*. Rio de Janeiro, 1876.

LANGE, Algot. 1914. *The lower Amazon*. New York, 1914.

LARAIA, Roque de Barros. 1963. Arranjos poliândricos na sociedade Suruí. *Revista do Museu Paulista, N.S.*, São Paulo (14):71-5, 1963.

__ . 1965. A Fricção Interétnica no Médio Tocantins, *América Latina*, Rio de Janeiro, *8*(2), abr.-jun. 1965.

__ . 1967. O homem marginal numa sociedade primitiva. *Revista do Instituto de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, *4*(1), jan.-dez. 1967.

__ . 1971. A estrutura do parentesco Tupi. IN: __ . *Estudos sobre línguas e culturas indígenas*. Brasília, DF, Summer Institute of Linguistics, 1971. Edição especial.

__ . 1972a. Akuáwa — Asurini e Suruí — análise de dois grupos Tupi. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros da USP*, São Paulo, n. 12, 1972.

__ . 1972b. *Organização social dos Tupi contemporâneos*. São Paulo, USP, 1972.

__ . 1984. Uma etnohistória Tupi: uma proposta de trabalho. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP (27), (1985).

__ & MATTA, Roberto da. 1967. *Índios e Castanheiros*. DIFEL, São Paulo, 1967.

LEITE, Rogaciano. 1966. O triste destino dos Gavião. *A Província do Pará*, Belém, 1966.

LEITE, Serafim. 1943. *História da Companhia de Jesus no Brasil, vol. III*. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 1943.

LIMA, Max Ney. 1979. *Informações sobre posseiros intrusos na área indígena Alto Rio Guamá*. Belém, INCRA. 15 fev. 1979. 3 p. dat.

LOPES, Raimundo. 1934. Os Tupis do Gurupy: ensaio comparativo. IN: CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS (25º:1932:La Plata). *Actas y trabajos cientificos*. Buenos Aires, 1934. v. 1, p. 139-71.

LOPES, Saul Carvalho. *Gravando em fita*. Brasília, DF, MINTER/FUNAI. 18 p. dat. + 2 mapas.

LOUKOTKA, Chestmir. 1939. "Línguas Indígenas do Brasil". *Revista do Arquivo Municipal*, vol. LIV, São Paulo, 1939.

__ . 1968. *Classification of South American Indians Languages*. Los Angeles, Univ. of California, 1968.

LUSTOSA, Caio. 1980. Parakanã: terra e bagagem. *Ciência e Cultura*, São Paulo, *32*(3):325-7, 1980.
MACHADO, Eduardo Olímpio. 1855. *Relatório do Presidente da Província do Maranhão*. s.l., 03 maio 1855.
MACINTRE, Archie. 1923. *Down the Araguaya*: travels in the heart of Brazil. London, 1923.
MADEIRO, Roberto. 1984. *Relatório a 2ª DR*, Belém, 12 p., abril 1984.
MAGALHÃES, Amilcar A. Botelho de. 1942. *Impressões da Comissão Rondon*. 5ª ed. ilust. atual. e coment. São Paulo, Comp. Ed. Nacional, 1942. (Brasiliana; 211).
MAGALHÃES, Antonio Carlos. 1976. Os Parakanan. *Informativo FUNAI*, Brasília, nºs 15/16 — III e IV trimestre de 1975, fev. 1976:26-38, 1976.
__ . 1977. *Projeto Parakanã*: transferência das comunidades indígenas Parakanã da Reserva Parakanã e da Reserva Pucuruí. s.l., 1977.
__ . 1978a. *Projeto Parakanã*: relatório de atividades, primeira etapa, Belém, julho 1978, 18 p. dat.
__ . 1978b. *Projeto Parakanã*: relatório de atividades, segunda etapa, Belém, outubro 1978, 13 p. dat.
__ . 1980. *Levantamento: Situação Atual dos Povos Indígenas no Brasil*: ficha preenchida com informações referentes aos Parakanã. São Paulo, 1980.
__ . 1981. Os Parakanã: o destino de uma nação indígena. *Cadernos da Comissão Pró-Índio*, São Paulo (2):83-96, 1981.
__ . 1982. *Os Parakanã: quando o rumo da estrada e o curso das águas perpassaram a vida de um povo*. São Paulo, FFLCH-USP, 1982. 251 p., mapas e anexos, dat.
__ . 1983a. *Levantamento da situação atual dos índios Parakanã*: reserva indígena Parakanã: recomendações iniciais ao Projeto Carajás. abr. 1983. 79 p. dat.
__ . 1983b. *Área Parakanã: recomendações impacto projeto Ferro-Carajás*, programação atividades 1984. dez. 1983. 25 p. dat.
__ . 1984a. *Relatório área indígena Parakanã Igarapé Paranatí*. fev. 1984. 18 p. dat. + mapa.
__ . 1984b. *Relatório à CVRD*, Belém, julho 1984, 15 p. dat.
__ . 1985. *Relatório à CVRD*: Aldeamentos indígenas Parakanã Apuiterewa, Marudjewara e Paranati, março 1985, 40 p. dat.
__ & VIDAL, Lux, coord. 1980. *Grupos indígenas da Bacia do Xingu:* informes preliminares. Belém, s.ed. 1980.
MAGALHÃES, Couto de. 1864. *Relatório dos negócios da Província do Pará seguido de uma viagem ao Tocantins até a Cachoeira das Guaribas e às bacias dos rios Anapu*. s.l., 1864.
Editado nas coletâneas de Relatórios e Fallas do Presidente da Província do Pará...
__ . 1934. *Viagem ao Araguaya*. 3. ed. São Paulo, Comp. Ed. Nacional, 1934 (Col. Brasiliana; 28).
MAIA, Alvaro Neto. 1977. *Informe sobre a estrada vicinal Mejer e Cia*. Belém, FUNAI/2ª DR. 25 fe. 1977.
MALCHER, José Maria da Gama. 1963. *Por que fracassa a proteção aos índios?* s.l., 1963. 25 p. man.
__ . 1964. *Índios: Graus de Integração na Sociedade Nacional: Grupo Lingüístico: Localização*. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Proteção aos Índios, 1964 (Nova Série, Publicação; 1).
MANCIN, José J., et al. 1979a. *Relatório do Grupo de Trabalho Port. FUNAI, 627 de 15.10.79*. PI Bacajá, 15 nov. 1979.
__ . 1979b. *Eleição das áreas indígenas: Koatinemo-Ipixuna-Bacajá e Grupos Indígenas: Asurini-Araweté-Xikrin*. Brasília, DF, MINTER/FUNAI, 13 dez. 1979.
MARIZ, Alceu Cotia. 1978a. *Relatório de viagem aos rios Guamá e Caiari*. FUNAI/BSB/DGO, 28 nov. 1978. 8 p.
__ . 1978b. *Relatório sobre a viagem à área indígena Alto Rio Guamá*. Brasília, DF, FUNAI, 23 jun. 1978. 4 p. dat.
__ . 1980. *Relatório de viagem, cf. port. 731/E de 1980*. Brasília, DF, 27 ago. 1980. 14 p. dat.
__ & ALBUQUERQUE, Cícero Cavalcanti de. 1983. *Casos Lunardelli e Siqueira*. Brasília, DF, 17 jun. 1983. 4 p.
MARQUES, C. A. 1870. *Dicionário histórico-geográfico da província de Maranhão*. São Luís, 1870.
MARTINS, José de Souza. 1981. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1981.
MATTA, Roberto da. 1963. Notas sobre o contato e a extinção dos índios Gaviões do médio rio Tocantins. *Revista do Museu Paulista, N.S.*, São Paulo (14):182-202, 1963.
MATTOS, Raymundo José da Cunha. 1836. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas provincias de Minas Geraes e Goiaz*, Rio de Janeiro, 1836.
__ . 1875. Chorographia historica da Provincia de Goiaz (1824). *Revista trimestral do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil XXXVII*, 1, Rio de Janeiro, 1874, p. 213-398.
MATTOSO Ernest, org. 1908. *Álbum do Estado do Pará em 1908 — Administração do Dr. Augusto Montenegro (1901-1909)*. Paris, Imp. Chaponet, 1908.
MEERWARTH, H. 1904. Eine zoologische forschungs reise nach dem rio Acará in state Pará. *Globus*, Branschweig (86):289-96 e 309-15, 1904.
MÉTRAUX, Alfred. 1928a. *La civilization matérielle des Tribus Tupi-Guarani*. Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1928.
__ . 1928b. Les migrations historiques des Tupi Guarani. *Journal de la Société des Américanistes de Paris, N.S.*, Paris (19):1-45, 1928.
__ . 1960. Mythes et contes des indiens Cayapo (Groupe Kuben-Kran-Kegn). *Revista do Museu Paulista, N.S.*, São Paulo, n. 12, 1960.
Reimpresso em: "Les Kayapo du Nord", Paris, 1963.
__ . 1962. Disparition des indiens dans le Brésil Central. IN: INTERNATIONALEN AMERIKANISTEN KONGRESS (34º:1960:Wien) Wien, 1962.
__ . 1963. La vie finit-elle à soisante ans? *Le Courier de l'Unesco*, Paris, *16*(4), abr. 1963.
__ & DREYFUS-ROCHE, Simone. 1958. La naissance et la première enfance chez les Indiens Cayapó du Xingu. *Miscellanea Paul Rivet*, Octogenario dicata, XXXI Congresso Intern. de Ame., Univ. Nacional Autônoma de México, 1958:363-78.
__ & DREYFUS-ROCHE, Simone. 1960. Mythes et contes des indiens Cayapo (Groupe Kuben-kran-kegn). *Revista do Museu Paulista*, n.s., XII, São Paulo, 1960.
MILLS, Carlos E. P. 1982. *Prospecção Arqueológica na PIA Marudjewara — PAAT-13. Reserva Parakanã (PA)*. AGESP, FUNAI, 06 nov. 1982. 12 p. dat.
MIRANDA Raimundo Nonato de. 1945a. *Relatório de viagem à região do Gurupi e Maracassumé*. Rio de Janeiro, SPI, 1945.
__ . 1945b. *Relatório de viagem na região do Gurupi*. s.l., 02 jan. 1945. 12 p. dat.
MISSÕES DOMINICANAS. 1931. *Os nossos índios Kayapó e Karajá*. Conceição de Araguaya, 1931.
__ . 1936. *Gorotires*. Rio de Janeiro, Prelazia de Conceição do Araguaya, 1936.
MORAES, Júlio Reinaldo. 1973a. Contato com novos grupos indígenas na Transamazônica. *Boletim Informativo da FUNAI*, Brasília, DF, Assessoria de Relações Públicas da FUNAI, *2*(7):36-40, abr./jun. 1973.
__ . 1973b. *Relatório da frente de atração do Igarapé Bem-Bom*. Altamira, nov. 1973. 5 p. dat.
__ . 1973. *Relatório da frente de Penetração "Bem-Bom"*. Altamira, 05 nov. 1973. 6 p. dat.
MOREIRA NETO, Carlos Araújo. 1959. Relatório sobre a situação atual dos índios Kayapó. *Revista de Antropologia*, São Paulo, *7*(1-2):45-64, 1959.
__ . 1960. A cultura pastoril do pau d'arco. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, N.S., Antropologia*, Belém (10):1-108, mar. 1960.
__ . 1965. O estado de rop-Krórekam aibãn entre os índios Kaiapó. *América Indígena*, México, D.F., *25*(4):393-408, out./dez. 1965.
__ . 1971. *A política indigenista brasileira durante o século XIX*. Rio Claro, 1971. 2 v.
__ . 1980. *Relatório da viagem aos índios Kayapó* — Portaria 816/E, FUNAI. Rio de Janeiro, set. 1980.

MOURA, Ignacio Baptista de. 1910a. *De Belém a São João do Araguaya. Valle do Rio Tocantins*. Rio de Janeiro-Paris, 1910.

__ . 1910b. Sur le progrés de l'Amazonie et sur les indiens. IN: INTERNATIONALEN AMERIKANISTEN KONGRESS (16:09-14 sep. 1908:Wien). *Verhandlungen des Kongress*, Leipzig, A. Hartleben, 1910.

NASCIMENTO, R. N. 1976. Relatório de viagem ao PI Canindé, Brasília, DGPI/FUNAI, 1976, 3 p. dat.

NICHOLSON, Velda. *Relatório sobre a pesquisa dialetal Asurini/Parakanã*. Brasília, DF, Summer Institute of Linguistics, s.d.

__ . s.d. The journey to become a shaman: a narrative of sacred transition of the Kayapó indians of Brazil. *Journal of Latin American Indian Literature*, Univ. Pittsbourgh, no prelo.

__ . 1975a. *Formulário dos vocabulários padrões Asurini e Parakanã*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1975.

__ . 1975b. *Initiating and non-initiating verbs in Asurini*. Brasília, DF, Summer Institute of Linguistics, 1975.

__ . 1975c. *Possessive Pronouns*. Brasília, DF, Summer Institute of Linguistics, 1975.

__ . 1975d. *Transformações morfofonêmicas em Asurini*. Brasília, DF, Summer Institute of Linguistics, 1975.

__ . 1976a. *Dicionários por tópicos*. Brasília, DF, Summer Institute of Linguistics, 1976.

__ . 1976b. *6 texts*. Brasília, DF, Summer Institute of Linguistics, 1976.

__ . 1976c. *25 histórias e 7 mitos na língua Asurini*. Brasília, DF, Summer Institute of Linguistics, 1976.

__ . 1977a. *Emogeta*: cartilha Asurini. Belém, Summer Institute of Linguistics, 1977. Edição Experimental.

__ . 1977b. *Formulário padrão Tupi*. Brasília, DF, Summer Institute of Linguistics, 1977.

__ . 1977c. *Ordem frasal de cláusulas, na língua Asurini*. Brasília, DF, Summer Institute of Linguistics, 1977.

__ . 1978. *Aspectos da língua Asurini*. Brasília, DF, Summer Institute of Linguistics, 1978.

__ . 1982. *Breve estudo da língua Asurini do Xingu*. Brasília, DF, Summer Institute of Linguistic, 1982. 85 p.

NIMUENDAJU, Curt. 1914a. Vokabular der Parirí-Sprache. *Zeitschrift für Ethnologie*, Berlin (46), 1914.

__ . 1914b. Vocabulários da língua geral do Brasil nos dialectos dos Manajué do rio Ararandéu, Tembé do Acará Pequeno e Turiwara do rio Acará Grande, Estado do Pará. *Zeitschrift für Ethnology*, Berlin (46):615-8, 1914.

__ . 1915. Sagen der Tembé-indianer (Pará und Maranhão). *Zeit-Schrift für Ethnologie*, Berlin (47):281-301, 1915.
Versão portuguesa na *Rev. Sociologia*, São Paulo n. 213, 1951, p. 174-82 e 271-82.

__ . 1923-1924. Zur sprache der Sipaia-Indianer. *Anthropos*, Wien (17-19), 1923-1924.

__ . 1929. Wortliste der Sipaia-Sprache. *Anthropos*, Wien (24), 1929.

__ . 1930. Zur sprache der Kuruayá-Indianer. *Journal de la Société des Americanistes, N.S.*, Paris (22), 1930.

__ . 1932. Idiomas indígenas del Brasil. *Revista del Instituto de Etnologia*, Tucumán, Univ. Nacional de Tucuman (2):543-618, 1932.

__ . 1940. *Einige Angaben über die Pau d'Arco-Horden der Nodlichen Kayapó*. s.l., 1940. 66 p.

__ . 1946. *The eastern Timbirá*. Trad. e Ed. por Robert H. Lowie. Berkeley, Univ. of California, 1946 (Publications in American Archaeology and Ethnology; 41).

__ . 1963a. Little known tribes of the lower Tocantins river region. IN: STEWARD, Julian, ed. *Handbook of South American Indians*. New York, Cooper Square Pub., 1963, v. 3, pt. 1, p. 203-8.

__ . 1963b. The Turiwara and the Aruã. IN: STEWARD, Julian, ed., *Handbook of South American Indians*. New York, Cooper Square Publ., 1963, p. 213-43.

__ . 1963c. Tribes of the lower and middle Xingu river. IN: STEWARD, Julian, ed. *Handbook of South American Indians*. New York, Cooper Square Publ., 1963. v. 3, pt. 1, p. 213-43 (Bul. 143)

__ . 1980. Fragmentos de religião e tradição dos índios Sipáia: contribuições ao conhecimento das tribos de índios da região do Xingu, Brasil Central. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, ISER/Tempo e Presença Ed., (7):11-47, out. 1980.

__ . 1981. *Mapa etnohistórico*. Rio de Janeiro, Fund. Nac. Pró Memória/IBGE, 1981.

__ . 1982a. Carta sobre a expedição armada contra os índios Parakanã (1945). IN: Textos Indigenistas. São Paulo, Loyola, 1982. p. 244-5.

__ . 1982b. Os Gorotire: relatório apresentado ao Serviço de Proteção aos Índios em 18 de abril de 1940: IN: __ . *Textos Indigenistas*. São Paulo, Loyola, 1982. p. 219-43.

__ & MÉTRAUX, Alfred. 1963. The Amanayé. IN: STEWARD, Julian, ed. *Handbook of South American Indians*. New York, Cooper Square Publ., 1963. v. 3, pt. 1, p. 199-202.

NOGUEIRA, Antonio Augusto. 1972. *Relatório da 2ª DR: inspeção set./72*. Belém, 20 set. 1972. 8 p. dat.

__ . 1975. *Ofício 668/75/FNI ao Diretor do D.G.P.I.* Belém, 29 set. 1975.
Versa sobre Projetos de castanha na 2ª DR.

__ . 1976. *Informe sobre as atividades das Frentes de Atração subordinadas à 2ª DR/BEL*. Belém, 05 nov. 1976.

__ . 1977. *Relatório sobre a Operação Guamá*. Belém, FUNAI/2ª DR. 21 jun. 1977. 4 p. dat.

NORONHA, José Monteiro de. 1856. *Roteiro de viagem da cidade do Pará até as últimas colônias dos domínios portugueses em os rios Amazonas e Negro*: notícias para a história e geografia das nações ultramarinas. Lisboa, 1856. v. 6.

NOVION, Olga Cristina Lopes. 1982. *Parecer sobre a área indígena Alto Rio Guamá*. Brasília, DF, MINTER/FUNAI, 07 dez. 1982. 8 p. dat.

OLIVEIRA, A. Barbosa de. 1941. *O vale do Tocantins-Araguaia*: possibilidades econômicas, navegação fluvial. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1941.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. 1970. Os índios Juruna do Alto Xingu, *Dédalo*, *6*(11-2), jun./dez. 1970.

__ . 1983. Amazônia: ocupação humana. IN: SALATI, E., et al. *Amazônia: desenvolvimento-integração-ecologia*. Ed. Brasiliense-CNPq, 1983, p. 144-322.

OLIVEIRA, D. A. de. 1983. *Ocorrências referentes viagem a frente de atração Parakanã*. 04 mar. 1983. 3 p. dat.

OLIVEIRA, Dnair M. de. 1983. *Relatório*. Marabá, MINTER/FUNAI, 4 abr. 1983.

OLIVEIRA, Lamartine Ribeiro de. 1969. *Relatório da sessão de observação sobre as ocorrências verificadas nas circunvizinhanças da Rodovia PA-70, entre o grupo Parkatejê — "Gavião" — e as frentes de expansão da sociedade nacional*. Belém, FUNAI, 18 ago. 1969.

OLIVEIRA, Lourival Barros de. 1942. *Relatório demonstrativo dos serviços feitos em determinação da portaria n.º 5 de 14 fev. 1942 (Tembé e Turiwara do Açará-Mirim*. Rio de Janeiro, SPI/Museu do Índio, 1942. 8 p. man.

OSCULATI, Gaetano. 1854. *Explorazione delle regioni equatoriali lingo il napo ed il fiume delle Amazoni*: frammento di um viaggio fatto nelle due Americhi negli anni 1846-47-48. 2. ed. Milano, 1854. 344 p. in 8º
Nova edição: Milano, Ed. Alpes, 1929. 2 v.

PÁDUA, A. C. de. 1983. *Relatório de campo na gleba Tomé-açu*. INCRA, 09 ago. 1983. 11 p. dat.

PAIXÃO, L. P. & MOREIRA, M. A. Aires. *Relatório sobre a tribo Amanayé, área cultural*: Pindaré-Gurupi. Processo FUNAI/BSB/3528/75, 9 p. 1975.

PALMQUIST, Sérgio. *Tembé — a ameaça de extinção de um povo*. s.l., CIMI Reg. Norte II.

PARISE; Fiorello. 1979a. *Relatório da viagem ao Acará-Miri nos dias 10 e 11 de janeiro de 1979 e relatório da equipe médica*. 11 p. dat.

__ . 1979b. *Relatório de atividades do 3.º trimestre de 1979, of. n.º 01/PKN/79*. 28 nov. 1979. 5 p. dat.

__ . 1983. *Relatório de atividades da Frente de Atração Parakanã, de-*

zembro/82 a março/83. Belém, MINTER/FUNAI, 29 mar. 1983.
PATERNOSTRO, Júlio. 1945. *Viagem ao Tocantins*. São Paulo, Comp. Ed. Nacional, 1945. (Brasiliana; 245).
PAYARÉ. *Relato de Paiarê chefe índio do grupo Gavião da Montanha e de sua mãe, chamada "Mamãe grande", a Lux Vidal*, 2 de julho de 1980, Tucuruí, (sobre invasões de suas terras), manuscrito, 6 p.
__ . 1983. *Entrevista a Lúcia Andrade*. Tucuruí, 1983.
PETEAN, Saulo. 1978. Krowa, a corrida da tora. *Movimento*, São Paulo (152):19-20, maio 1978.
PINTO, Alfredo Moreira. 1894. *Apontamentos para o Diccionário Geográphico do Brasil*. Rio de Janeiro, 1894. v. 1:A-E, 741 p.
PINTO, Lúcio Flávio. 1976. Índios do Pará já fazem seu comércio sem tutela. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 04 jul. 1976. p. 46.
__ . 1977. *Amazônia (O anteato da destruição)*. Belém, Grafisa, 1977, 372 p.
__ . 1979. História trágica. *O Liberal*, Belém, 16 jun. 1979.
__ . 1980a. Casas de alvenaria na aldeia que será nova para os Gaviões. *O Liberal*, Belém, 05 jun. 1980.
__ . 1980b. Gaviões ainda não aceitam linhas de Tucuruí na Reserva. *O Liberal*, Belém, 01 jun. 1980.
__ . 1980c. *Amazônia: no rastro do saque*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1980, 219 p.
__ . 1981. Os Arara já não fogem. Mas eles têm futuro? *Informe Amazônico* (de 31/03 a 14/04/81):4-5, 1981.
__ . 1982a. Conflitos de terra no sul do Pará. *Reforma Agrária*. Boletim da ABRA, v. 12, nº 2, Campinas, mar./abr. 1982, p. 3-12.
__ . 1982b. *Carajás, ataque ao coração da Amazônia*. Rio de Janeiro, Ed. Marco Zero/Studio Alfa Fotoletra. 1982.
__ . 1984. Índios aceitam ferrovia em suas terras. *O Liberal*, Belém, 21 set. 1984. p. 7.
__ . 1985a. Lógica do conflito. *O Liberal*, Belém, 27.01.85.
__ . 1985b. Antes do sangue. *O Liberal*, belém, 06.02.85.
__ . 1985c. Descarte fundiário. *O Liberal*, Belém, 07.02.85.
__ . 1985d. Um novo conflito. *O Liberal*, Belém, 11.05.85.
__ . 1985e. A questão Kayapó (1 a 4). *O Liberal*, Belém, 12 a 16. 05.85.
__ . 1985f. Prevenindo o futuro. *O Liberal*, Belém, 24.05.85.
__ & SANTOS, Paulo. 1984. Em Mãe Maria, a festa dos índios numa aldeia moderna. *O Liberal*, Belém, 23 jun. 1984.
PLANTEL, Agropecuária e Comercial Ltda. 1976. *Carta ao Presidente da FUNAI informando a paralisação da demarcação em função da contestação de fazendeiros*. Goiânia. 06 dez. 1976.
PLANO INTEGRADO de desenvolvimento comunitário Gavião-Suruí (Marabá, Estado do Pará), FUNAI, datil., 60 p., s.d.
POLÍCIA FEDERAL. 1984. *Relatório da missão da Polícia Federal na área do PI Alto Rio Guamá no período de 11.11.84 a 28.11.84*. Belém.
POSSEIROS DA REGIÃO MÃE MARIA. Carta aos Representantes dos órgãos Federais e Estaduais GETAT, FUNAI, Polícia Federal, MEAF, Min. Justiça, ITERPA e ao Exmo. Sr. Presidente da CVRD, São João do Araguaia, 11.12.84, 2 p.
PROJETO de Extrativismo Vegetal: Castanha-do-Pará. Brasília, DF, FUNAI, 1972.
PROPHETA, Benedicto Odilon. 1927. "O Brasil Central. Viagens e explorações", *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro (5), 1927. Tomo especial: Congresso Intern. de Hist. da América (1922).
QUEIROZ, Renato. 1975. *Relatório de pesquisa antropológica realizada entre os índios Suruí do Estado do Pará*, São Paulo, jan. 1985, dat.
__ . 1976. O depoimento de Tibakou: as experiências de vida de um índio Suruí. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, USP (18):119-28, 1976.
__ . 1980. Por falar em Suruí... *Revista de Antropologia*, São Paulo, *23*:81-97, 1980.
QUEIROZ, Washington. 1984. *Xamanismo Tupi revis(í)tado, tentativa de interpretação de um ponto de vista do trágico*, relatório de pesquisa enviado à FUNAI, Salvador, agosto/1984, 19 p. dat.
RELATÓRIO das atividades do Serviço de Proteção aos Índios durante o ano de 1954. Rio de Janeiro, M. F. Simões Ed., 1955.
REMANEJAMENTO de colonos só depende do INCRA. *A Província do Pará*, Belém, 09 maio 1980.
RIBEIRO, Darcy. 1979. *Os índios e a civilização*: a integração das populações indígenas no Brasil moderno, 3ª ed., Petrópolis, Vozes, 1979.
__ 1976. Os índios Urubus: ciclo anual de atividades de subsistência de uma tribo da floresta tropical. In: *Uirá sai à procura de Deus*, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976, p. 31-59.
RIBEIRO, Francisco de Paula. 1874. Descripçaõ do território de Pastos Bons, nos sertões do Maranhão. *Revista Trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro* XII (1849), segunda edição, Rio de Janeiro, 1874, p. 41-86.
RIBEIRO DE SAMPAIO. 1812. *Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do domínio português em o rio Amazonas e Negro*. Col. Notícias para a história e geografia das Nações Ultramarinas, vol. 1, nº 4. Lisboa, 1812.
RICE; Frederick John Duval. 1930. A pacificação e identificação das afinidades lingüísticas da Tribo Urubu dos estados Pará e Maranhão 1928-1929. *Journal de la Société des Américanistes, N.S.*, Paris (22), 1930.
__ . 1934. O idioma Tembé (Tupi-Guarany). *Journal de la Société des Américanistes, N.S.*, Paris (26):109-80. 1934.
RODRIGUES, Aryon Dall'igna. 1964. A classificação do Tronco Lingüístico Tupi. *Revista de Antropologia*, vol. XII, São Paulo, 1964.
__ . 1984. Caracterização dos sub-grupos da família Tupi Guarani. *Revista de Antropologia*, v. 27, São Paulo, 1985.
RODRIGUES, João Barbosa. 1872. Os índios Tembé. *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*, Rio de Janeiro, 1872.
__ . 1875. *Exploração e estudo do valle do Amazonas, rio Capim*. Rio de Janeiro, 1875. 52 p.
__ . 1881. O canto e a dança selvicola. *Revista Brazileira*, Rio de Janeiro, *3*(9), 1881.
__ . 1882. *Tribus dos Tembés, Ticunas, Wassahy, Amaqui e Pariquis*. MORAIS FILHO, Mello. *Revista Exposição Antropológica Brasileira*, Rio de Janeiro, 1882.
RODRIGUES, Lysias A. 1943. *Roteiro do Tocantins*. Rio de Janeiro, 1943.
ROLNAN, Pimenta. Os índios Gaviões fazem a sua Brasília. *Isto É*, São Paulo (221):28-31, mar. 1981.
RONDON, Cândido Mariano da Silva. 1953. *Índios do Brasil*. Rio de Janeiro, 1953. 2 v.
RUFFALDI, Nello. 1982. *Relatório sobre a visita aos Tembé do Guamá*. s.l., out. 1982. 1 p.
__ . 1983. *Os Anambé: contribuição ao volume Sudeste do Pará da série Povos Indígenas no Brasil*. Belém, CIMI NORTE II. 1983. 18 p. dat.
__ ; SALES, Noêmia; ESTEVES, Jaime. 1983. *Levantamento: Situação Atual dos Povos Indígenas no Brasil*: ficha padrão preenchida com informações referentes aos Tembé. São Paulo, 1983.
__ ; __ ; __ . 1983b. *Os Tembé do Guamá: contribuição ao volume do Pará da série Povos Indígenas no Brasil*. Belém, CIMI NORTE II. 1983. 55 p. dat.
SÁ, Jesuino Marcondes de Oliveira. 1865. *Relatório apresentado pelo Ministro e Secretário de Estado da Agricultura à Assembléia Legislativa*, Rio de Janeiro, 162 p.
SÁ E BENEVIDES, Francisco Maria Correa. 1876. *Relatório do Presidente da Província do Pará*. s.l., 15 fev. 1876.
SANTOS, Breno Augusto dos. 1981. *Amazônia: potencial mineral e perspectivas de desenvolvimento*. São Paulo, T. A. Queiroz e Ed. da USP, 1981, 256 p.
__ . 1982. "A realidade do Potencial Mineral". *Ciência Hoje*, ano 1, nº 3, nov. dez. 1982, SBPC, Rio de Janeiro, pp. 37-40.
SANTOS, Paulo Monteiro. 1971. *Apontamentos do Diretor do DGEP em Viagem de Inspeção ao PI Kuben-Kran-Kein, PI Gorotire,*

Base Pucuruí, Base Kararaô e 2.ª DR. Brasília, DF, 19 ago. 1971. 8 p. dat.

SANTIAGO, Felipe Passinho. 1971. *Diário de atividades na frente de penetração dos Parakanã, durante o período 20.10.70 a 02.04.71*. 16 p. dat.

__ . 1973. *Relatório de atividades da "frente de atração Rio Cajazeiras"*. 1973. 2 p. dat.

SANTOS, Salomão. 1979a. *Esquema de trabalho a ser desenvolvido pelas equipes de Atração dos Índios Arara*. Altamira, 11.07.1979, 5 p. dat.

__ . 1979b. *Informe sobre o relatório de viagem de R. N. Soares Holanda, na área interditada dos Índios Arara*. Altamira, 20.11.79, 1 p. dat.

__ . 1980. *Declaração assegurando ao índio M. R. da Silva Juruna o direito de permanecer na localidade Gaviãozinho, rio Xingu*. Altamira, 14 out. 1980. 1 p.

__ . 1983. *Entrevista do Delegado da 2.ª DR/FUNAI ao CIMI Norte II*. Belém, 1983, 1 p. dat.

__ . 1984a. *Atual situação da reserva indígena Kayapó*. Belém, 1984. 9 p. dat.

__ . 1984b. *Ofício n.º 089/2.ª DR/84 do Delegado Regional ao CEDI prestando informação sobre áreas Karajá e Juruna*. Belém, 26 abr. 1984. 1 p.

SANTOS, Silvio C. dos, et. al. 1980. *Encontro Parakanã sobre a questão de barragens*. Tucuruí, 18 dez. 1980.

SASSI, Iberê. 1982. *Levantamento: Situação Atual dos Povos Indígenas no Brasil*: ficha preenchida com informações referentes aos Parakanã. São Paulo, 1982.

__ . 1983. Relatório — Campo de Pouso Comará. Pia Marudjewara, MINTER/FUNAI, 05 maio 1983.

SILVA, Antonio Carlos Simoens da. 1930. Um enorme machado crescente dos índios do Brasil. IN: INTERNATIONAL CONGRESS OF AMERICANISTS (23º:1928:New York). *Proceedings*, New York, 1930.

SILVA; Nestor. 1979. *Relatório sobre a Operação Guamá*. Brasília, DF, MINTER/FUNAI. 02 agosto 1979. 2 p. dat.

SILVA, Orlando Sampaio. 1974a. *Aspectos do problema indígena na Amazônia Brasileira*: estudo para formulação de diretrizes de política indigenista. Belém, s.ed., 1974. 107 p.

__ . 1974b. Grupo tribal Anambé: estudo de caso. IN: __ . *Aspectos do problema indígena na Amazônia Brasileira*: estudo para formulação de diretrizes de política indigenista. Belém, s.ed., 1974. p. 65-70.

__ . 1974c. Territórios indígenas no Tocantins. *Separata dos Cadernos Rurais*, São Paulo, n. 7, out. 1974.

__ . 1976. *Grupos indígenas no vale do médio Tocantins*, relatório à HIDROSERVICE/SUDAM, São Paulo. 208 p. dat.

SNETHLAGE, Emilie. 1913. A travessia entre o Xingu e o Tapajoz. *Boletim do Museu Emílio Goeldi*, Belém (7):7-92, 1913.

__ . 1921. Die Indianerstämme am mittleren Xingú. Im besonderen die Chipaia und Curuaya. *Zeitschrift für Ethnologie*, Berlin, v. 52, 1921.

__ . 1931. Under nortosbrasilianischen indianern. *Zeitschrift für Ethnologie*, Berlin (62):111-205, 1931.

__ . 1931-1932. Worte und texte der Tembé-indianer. *Revista del Instituto de Etnologia de la Universidad Nacional de Tucuman*, Tucuman, n. 2, 1931-1932.

__ . 1932. Chipaya-und Curuaya-Wörter. *Anthropos*, Wien (28), 1932.

SOARES, Antonio Cotrim. s.d. *Relatório sobre epidemia gripal que assolou a comunidade indígena e suas conseqüências*. P.I. Koatinemo, s.d., 7 p. dat.

__ . 1968. Relatório sobre o contato com os índios Gavião, na região limítrofe do Pará e Maranhão, Belém, 28.11.68, 6 p.

__ . 1970. *Relatório ao coordenador da Base Kararaô, cel. Pedro da Silva Rondon*. Altamira, dez. 1970. 9 p. dat.

__ . 1971a. *Relatório ao coordenador da Base Kararaô, cel. Pedro da Silva Rondon*. Belém, fev. 1971.

__ . 1971b. *Os Asurini do Xingu*: relatório ao chefe da Base Kararaô, cel. Pedro da Silva Rondon. Belém, 20 out. 1971. 34 p.

__ . 1983. (*Entrevista a Eduardo Viveiros de Castro sobre sua experiência como indigenista — SPI/FUNAI*). Maceió, 15 maio 1983. 56 laudas dat.

SOARES TEMBÉ, João Pedro.1980. *Carta aos índios do Brasil*. s.l., set. 1980. 1 p. mimeo.

SOLLY, Robin. 1963.1970. *Hunting deer and other texts*. Brasília, DF, Summer Institute of Linguistics, 1963-1970.

__ . 1965a. *Tentative Asurini grammar*. Brasília, DF, Summer Institute of Linguistics, 1965.

__ . 1965b. *The gramatical structure of Asurini*. Brasília, DF, Summer Institute of Linguistics, 1965.

__ . 1970. *The Xingu Asurini*: report of a survey conduct during june-july 1970. s.l., s.ed. 1970.

__ . 1973. Jesus Cristo-Rehe omosywag Marcos (O Evangelho segundo Marcos na lingua Asurini). s.l., Ed. Preliminar, 1973.

SOTTO MAIOR, J. 1916. Diário da jornada que fiz ao Pacajá no anno de 1656. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 79, pte. 1, 1916.

SOUZA, Francisco Bernardino de. 1873. *Lembranças e curiosidades do Valle do Amazonas*. Belém, 1873. 328 p.

SPATI, Fred. 1977. *O ano Xikrin: copilação dos relatórios referentes à tribo Xikrin*. Brasília, DF, FUNAI, 1977.

SPI. 1953a. *Plano de pacificação das tribos hostis do estado do Pará*: parecer. Rio de Janeiro, 1953.

__ . 1953b. *Relatório das atividades do Serviço de Proteção aos Índios durante os anos de 1951-1952*. Rio de Janeiro, 1953. 127 p.

STEWARD, Julian & FARON, Louis C. 1959. *Native people of South America*. New York, McGraw Hill, 1959.

SUMMER INSTITUTE OF LINGUISTICS. 1976. *Relatório da atuação da equipe do SIL entre os Asurini de 1962-1976*. Brasília, DF, 1976.

TIURÉ. 1982. *Relatório ao CTI* (Projeto Suruí), 17.02.1982, dat.

TRANSCRIÇÃO das transmissões de imóvel rural, Denasa. ago. 1977.

TUCURUÍ e CARAJÁS. *Revista Comércio e Mercados*, jul. 1978.

TURNER, Terence, 1965. *Social structure and political organisation among the northern Kayapó*. Harvard Univ., 1965.

__ . 1969. Tchikrin: a central brazilian tribe and its symbolic language as bodily adornment. *Natural History*, New York, *78*(8):50-9 e 70, 1970.

__ . 1971. Norther Kayapó social structure. Verhandlungen des 38 Internationalen Amerikanistenkongresses, Munchen, Band 3: 365-371.

__ . 1978. The Kayapo of Central Brazil. *Face values*, A. S. ed., London, BBC, p. 245-277, 1978.

__ . 1979a. The Gê and Bororo societies as dialectical systems: a general model. MAYBURY-LEWIS, David, ed. *Dialectical societies*: the Gê and Bororo of Central Brazil, Cambridge, Mass., Harvard Univ. 1979, p. 147-178.

__ . 1979b. Kinship, household and Community structure among the Kayapó. IN MAYBURY-LEWIS, David, ed. *Dialectical societies*: the Gê and Bororo of Central Brazil. Cambridge, Mass., Harvard Univ. 1979. p. 179-246.

__ . 1980a. Le Dénicheur d'Oiseaux. *Antropologie et Société*, *4*(3): 85-115, 1980.

__ . 1980b. The social skin. IN: CHERFAS, Jeremy & LEWIS, Roger. *Not work alone*. London, Temple Smith, 1980.

__ . 1983. *Grupos Kayapó no médio Xingu e Araguaia*: contribuição ao volume sudeste do Pará da Série Povos Indígenas no Brasil. São Paulo, CEDI, 1983. 30 p. dat.

VALADÃO Virgínia. 1978. *Relatório de viagem aos índios Urubu-Kaapor*. São Paulo. 1978. 10 p. dat.

__ . 1981a. *Verônica Tembé: um caso de liderança política feminina entre os índios Tembé-Tenetehara*. São Paulo. 1981. 18 p. dat.

__ . 1981b. *Os Tembé do Gurupi*. São Paulo, 1981. 20 p. dat.

__ . 1982. *A chefia entre grupos Tupi*, São Paulo, 1982. 18 p. dat.

__ . 1984. *Área Indígena Alto Turiaçu: relatório encaminhado à FUNAI*. São Paulo. nov. 1984. 12 p. dat.

VENTURA, N. C. 1984. *População Parakanã* por faixa etária: segundo grupo, controlado em 22.03.1984, Altamira, FUNAI, 1 p. dat.

VIDAL, Lux. s.d. *Convênio FUNAI/CVRD, cronograma financeiro para 1983 PI Katete e PI Kokraimoro*. s.l., s.d. 4 p.

__ . 1974-1982. (*Cartas e relatórios enviados à FUNAI durante o período de 1974-1982*). Brasília, DF, 1982.

__ . 1976. As categorias de idade como sistema de classificação e controle demográfico de grupos entre os Xikrin do Catete e de como são manipuladas em diferentes contextos. *Revista do Museu Paulista, N.S.*, São Paulo, USP (23):129-42, 1976.

__ . 1977. *Morte e vida de uma sociedade indígena brasileira*. São Paulo, Hucitec-Edusp, 1977. 268 p.

__ . 1978. A pintura corporal entre índios brasileiros. *Revista de Antropologia*, São Paulo (21):87-93, 1978. (1ª parte).

__ . 1981a. "Contribution to the Concept of Person and Self in Lowland South American Societies". *Coleção Museu Paulista*, São Paulo, Série Ensaios, vol. 4, 1981.

__ . 1981b. Índios, um povo esquecido no Projeto. *Folhetim*, São Paulo (248):8-9, out. 1981.

__ . 1981c. Pequeno guia prático de como invadir uma área indígena. *Cadernos da Comissão Pró-Índio*, São Paulo (2):125-33, 1981.

__ . 1982a. *Levantamento da situação atual dos Índios Xikrin do PI Kateté*: recomendações iniciais frente ao Projeto Carajás. São Paulo, 1982. 72 p.

__ . 1982b. *Os Kayapó-Xikrin do Cateté: relatório*. Vitória, III Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1982.

__ . 1982c. *Os Parakanã*: breves informações sobre o grupo do Pucuruí. São Paulo, 1982.

__ . 1982d. Projeto Carajás. *Aconteceu Especial. Povos Indígenas no Brasil/1981*. Rio de Janeiro, CEDI/Tempo e Presença Ed., n. 10, abr. 1982.

__ . 1982e. *Levantamento da situação atual dos Índios Xikrin do PI Cateté:* julho de 1982. Recomendações iniciais frente ao Projeto Carajás. São Paulo, julho de 1982.

__ . 1983a. O espaço habitado entre os Kayapó-Xikrin e os Parakanã do médio Tocantins. IN: NOVAES; Silvia Caiubi, org. *Habitações Indígenas*. São Paulo, Ed. Nobel, 1983. p. 77-102.

__ . 1983b. *O impacto do projeto Ferro-Carajás nas comunidades indígenas* — pt. 1. avaliação do projeto financeiro para o segundo semestre de 1983, P.I. Katete e P.I. Kokraimoro. s.l., 1983. 4 p.

__ . 1983c. *Segunda viagem ao campo*: Xikrin do Cateté. s.l., 1983. 36 p.
Assessoria antropológica para a CVRD, projeto Ferro-Carajás.

__ . 1984a. *Considerações sobre o impacto do projeto Ferro-Carajás — pt. 2*. s.l., 15 jan. 1984. 6 p.

__ . 1984b. *Terceira viagem ao campo*: Xikrin do Cateté relatório preliminar para a programação do 2º semestre de 1984 e 1985. s.l., 1984. 6 p.
Assessoria antropológica para a CVRD.

__ . 1985. *Relatório à Companhia Vale do Rio Doce: a situação atual dos índios Xikrin do Bacajá/Pará, assistência ao Projeto de Apoio Ferro-Carajás*, São Paulo, setembro de 1985, 25 p dat.

__ & GOES, Jurson Caldas. 1980. *Levantamento: Situação Atual das Populações Indígenas no Brasil*: ficha preenchida com informações referentes aos Asurini do Trocará. São Paulo, 1980.

__ , et al. 1982. *Demografia dos grupos étnicos minoritários*: índios. Vitória, São Paulo, 1982. 61 p. dat.
Comunicação apresentada no 3º Encontro da ABEP, Vitória, 1982.

VIEIRA FILHO, João P. B. 1970a. A vacinação dos índios Suruí contra o sarampo. *Revista da Associação Médica Brasileira*, São Paulo, *16*(6), 1970.

__ . 1970b. *Os demartóglifos Palmares situando os Índios Xikrin no Contexto mundial*. Separata da Revista Ciência e Cultura, São Paulo, v. 22, n. 3, 1970.

__ . 1970c. Vacinação dos índios Xikrin, Suruí e Gaviões contra a varíola. *Revista da Associação Médica Brasileira*, São Paulo (16):357, 1970.

__ . 1972a. Aumento demográfico das populações indígenas Xikrin e Suruí. *Revista Paulista de Medicina*, São Paulo, *72*(1-2):42, 1972.

__ . 1972b. Considerações a propósito da inexistência de bócio entre os indígenas brasileiros Xikrin. *Revista da Associação Médica Brasileira*, São Paulo (18):345, 1972.

__ . 1972c. Novas contribuições aos estudos Palmares dos Xikrin. *Revista da Associação Médica Brasileira*, São Paulo (18):255, 1972.

__ . 1973. Estudo comparativo dos dematóglifos digitais dos Gaviões do Oeste e Suruí. *Revista da Associação Médica Brasileira*, São Paulo (19):273, 1973.

__ . 1975. Análise das glicemias dos índios das aldeias Suruí, Gaviões e Xikrin. *Revista da Associação Médica Brasileira*, São Paulo (21):253, 1975.

__ . 1978. Índios Parakanã com hipogonedismo hipogonadotrópico idiopético. *Revista da Associação Médica Brasileira*, São Paulo (24):363, 1978.

__ . 1979. *Contribuição ao estudo endocrinológico de populações indígenas brasileiras*. São Paulo, Escola Paulista de Medicina, 1979.

__ . 1980a. Relato de acontecimentos relacionados com a presença de madeireiras na reserva dos Xikrin. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP (23):173-6, 1980.

__ . 1980b. *Invasão do território dos Xikrin do rio Cateté*. 14.08.1980, 7 p. manuscritas.

__ . 1981a. O bócio entre os índios brasileiros. *Revista da Associação Médica Brasileira*, São Paulo (27):285, 1981.

__ . 1981b. *Carta ao Presidente da FUNAI*. 20.09.1981, 8 p. dat.

__ . 1982a. *Reserva dos Índios Suruí*, documento encaminhado à FUNAI em agosto de 1982, s.l., 4 p. manuscritas.

__ . 1982b. *Retrospectiva e atualidade da saúde dos Índios Xikrin e Gavião*: necessidades presentes e futuras frente ao projeto Carajás. s.n.t. 50 p. 1982.

__ . 1983a. *Principais diretrizes de saúde para os índios Xikrin, Parakanã do P.I. Marudjewara, Parakanã do Ig. Paranatinga, Suruí do P.I. Sororo eGavião do P.I. Mãe Maria*. São Paulo, jul. 1983. 64 p.

__ . 1983b. *Considerações e recomendações com a saúde das comunidades indígenas* Xikrin, Gavião, Parakanã do Marudjewara, Parakanã do Paranatinga, Suruí, frente ao impacto do "Projeto Carajás", São Paulo, nov. 1983, 17 p.

__ . 1983c. Prevenção das moléstias da cultura ocidental ou industrial: recomendações feitas ao projeto Carajás. *Revista de Antropologia*. São Paulo, vol. 26 (173-177), 1983.

__ . 1984a. *Diretrizes de saúde para os Gaviões*. s.l., 1984. 9 p.

__ . 1984b. *Diretrizes de saúde para os Parakanã de Marudjewara*. s.l., 1984. 17 p.

__ . 1984c. *Diretrizes de saúde para os Parakanã do Paranati e Parakanã do Bom Jardim*. s.l., 1984. 16 p.

__ . 1984d. *Diretrizes de saúde para os Suruí*. s.l., 1984. 11 p.

__ . 1984e. *Diretrizes de saúde para os Xikrin*. s.l., 1984. 24 p.

VILLA REAL, Thomaz de Souza. 1891. Viagem de Thomaz de Souza Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaya e Vermelho. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, Rio de Janeiro (42), 1891.

WAGLEY, Charles. 1943. Notas sobre aculturação entre os Guajajara. *Boletim do Museu Nacional, N.S., Antropologia*, Rio de Janeiro (2):1-12, jun. 1943.

WILBERT, Johannes. 1964. *Material lingüístico Ye*. Caracas, 1964. 303 p.

__ & SIMONEAU, Karin, ed. 1978. *Folk literature of the Gê indians*. Los Angeles, UCLA Latin American Center Publications, 1978. v. 1.

__ . 1984. *Folk literature of the Gê Indians, vol. II* (Ramkokamekra, Xavante, Xerente, Kraho, Kaiapó do Pau d'Arco, Mekranoti, Xikrin, Suya, Txucarramãe). Los Angeles, UCLA Latin American Center Publications, 1984, 684 p.

ZICA, Eni Pereira. 1976. *Relatório de viagem*: aldeia Anambé. FUNAI, BSB/DEP, 05 jul. 1976. 9 p.

ABA, 40
Abreu, Paulo Cesar da Silva, 39, 44, 141, 163, 201, 203
Acampamento Espírito Santo, 24
Açailândia, 85
Açaitewa, 171
Acará, 167, 168, 169
Acará-Miri, 167, 168, 170, 171, 173, 193
Acatanaçu, Fernando, 198
Água Azul, 122
Água Branca, 170
Água Clara, 151
Água-Preta, 197
AI Alto Rio Guamá (Tembé), IV, V, 173, 178, 182, 192, 193, 195, 196, 199, 204
AI Anambé, V, 158
AI Anhambé, 173
AI Arara, V, XIV
AI Araweté/Ipixuna, V, XIV
AI Cairari, 149
AI Cateté, V, XV, XVIII, 134, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 146
AI Kaiapó, IV, V, XV, 121
AI Koatinemo, V, XIV
AI Mãe Maria, 70, 83, 96
AI Paquiçamba, IV, V, XIV
AI Parakanã, 44, 46, 50
AI Sororó, IV, V, 113, 114, 117, 118
AI Tembé (ver AI Alto Rio Guamá)
AI Trocará, IV, 14, 16, 17
Aikewara, 99
Ajudância Autônoma de Marabá (AJAM), 9, 10, 12, 82, 134
Ajudância de Itaituba, 149
Akokakore, 19
Akrâtikatêjê, 53, 58
Akwáwa-Asuriní, 1, 19, 99
Akwapirema, 30
Alcobaça, IX, 3, 24, 26
Aldeia Velha ou Cuxiu-Miri, 152, 167, 170, 171
Alegre, 195
Alegria, 168
Alpercatas, 162
Almeida, Alfredo W. Berno de, X, XIV
Altamira, IV, XIX, 21, 28, 29, 38, 127
Altos Montes (Faz.), 101
Alvarez, Luis Paulo Santos, 142
Alves, Gerson da Silva, 81
Amanaios, 162
Amanajo, 161, 162, 168
Amanayé, III, V, 149, 157-159, 169, 180, 183
Amarante, 53
Amaury, Carlos, 141
Amazonas (Rio), XVIII
Amazônia Legal, X
Ambauá, 58, 62, 71
Anambé, III, 19, 149-158, 162, 179, 190
Anapu, 20, 21, 24, 28, 29, 39, 40
Anauera, 169
Anauera ou São Fidélis (Missão), 162
Andorinha, 20, 24, 37, 39, 40, 48
Andrade Gutierrez (construtora), XIV, 39, 137, 140
Andrade, Lúcia, 1, 6, 7, 9, 10, 17
Andreazza, Mário (Min.), 14, 48, 114
Angelini, Eduardo, 168
Anhambé, 167, 173
Anjos, Osmundo, 88
Apeí, 149, 158
Api, 102, 106, 107
Apuiterewa, 19, 20, 33
Aquiri, 121, 129, 137, 143, 146
Araçaiara, 193
Araçateua, 193, 198
Arapari, 162
Arara, IV, 19, 123
Ararandeua, 161, 162, 163, 183
Ararandeuara, 161, 163
Arara-Pariri, 19, 20, 24
Araújo, Maria Leopoldina, 54, 83
Araújo, Miguel, 123
Araweté, III, 19, 29, 30, 123
Arekasu, 102, 103
Ariraima (Faz.), 195
Arnaud, E., 64, 72, 77, 151, 152, 163
Arumateua, 168
Asuriní do Pacajá, 1
Asuriní do Tocantins, 1-17, 19, 24, 25, 30, 99, 175
Asuriní do Xingú, III, 1, 30, 181
Atoro, 136
Atzinger, Noé Van, 135
Auim, 19
Avá-Canoeiro, 99
Awamasu, 102, 107
Awacata, 44
Aypan, 154, 156

Babaquara (barragem), XIV
Bacajá, V, 20, 29, 121, 123
Bacuri, 20, 40, 42, 43, 44, 46, 48, 149
Badajoz, 168
Bahia (Cel.), 196
Bahia (local de mineral), 146
Baião, 149, 151
Baldus, H., 19
Banha, 178, 179, 192
Bananal, 171
Banco da Amazônia S/A, 196
Banco Denasa de Investimentos S/A, 192, 195, 197, 202, 204
Banco do Brasil, 76, 86, 109
Banco Mundial, XV, 79, 111
Banco Nacional de Paris, 39
Bandeira, Arthur Deodato, 170

Bandeira, Àntonio (Gal.), 103
Bandeira de Melo, J. (Gal.), IV, 192, 196
Bandarra, Luiz, 158
Bangu (empresa), 195
Bannak (Faz.), 29, 42
Barata, J. Magalhães C., 26, 149, 192, 193
Barbalho, Arnaldo Rodrigues, 78
Barbalho, Jáder, 195
Barrá, Raimundo (Turiwara), 171
Barrado, 149
Barreirinha, 161, 163
Base Avançada de Pucuruí, 20, 28, 43
BCG, 41, 42
BEC, 99
Belém, IX, 10, 12, 19, 28, 190
Belém-Brasília, I, IV, IX, 54, 196
Bemoti, 123, 126, 127, 142
Bep-Djare, 127
Bep-Kamrekti, 140, 142
Bep-Karoti, 123, 126, 127
Bitencourt, Valdo, 81
Bittencourt, João Guilherme Lameira, 193
Biteira, 170
BNCC, 39
Boa Esperança (Faz.), 178
Boa União (Faz.), 141
Boa Vista do Gurupi, 178, 188, 191
Bom Jardim (Igarapé), V, 20, 24, 30, 42
BR-153, 13
BR-316, 197
Bracinho, 193
Bragança, 196
Brasileiro, Luiz Costa, 158
Breu, 168
Brusque, 151, 180
Buatiê, 127, 142
Bujaru, 167
Burgo do Itacaiunas, 58

Cachoeira Itaboca, 3
Caírari, 149, 150, 151, 152, 154, 156, 158, 163
Caixa Econômica Federal, 81
Cajazeiras, 20, 28, 29
Cajuangawa, 5
Cajú-apara (Ig.), 161, 162
Cajuapara, 181
Cajueiro (aldeia), 101
Cajueiro (Ig.), 178, 179
Caldeirão (acamp. da DOCEGEO), 129, 134
Colônia de S. Pedro do Pindaré, 179, 180
Complexo Hidroelétrico de Altamira, V, XIV
Camargo Corrêa (construtora), 39
Caimetá, 3, 149
Campo (Ig. do), 163
Campos Altos (empresa), 142
Candirú-Açu, 163, 169
CAPEMI, 38, 39
Capim, 53, 58, 151, 161, 162, 163, 168, 169, 175, 179, 180
Capitão do Poço, 57, 178, 182, 188, 189, 190, 191, 193, 196
Caraipé, 151
Caranandeua, 171, 173
Carandiru, 162
Carelli, Vincent, 102
Caron, José (frei), 59, 72, 122, 127, 129, 134, 135
Carrapatal, 158
Carvalho, Brabo de, 199, 200
Carvalho, João, 38, 39, 163
Carvalho, Porfírio, 142
Carvalho, Ricardo, 38
Carvalho, Romildo, 204
Carú, 180
Caruari, 44
Casa do Índio em Icoaraci, 191
Casa Velha, 100, 105
Castanhal, 54
Castanhal Fortaleza, I, 118
Cateté (Rio), 121, 122, 123, 126, 127, 129, 137, 142, 143
Cavalcanti, José Costa, 43
CEME, 40, 82, 192
Cenci, Sady Luis, 142
Cia. Agropecuária do Pará, 178, 192, 196, 199
Cia. Nipônica, 170
CIBRAZEM, 189
CIDA, 64
CIDAPAR, 195, 197
CIMI-Norte II, 38, 99, 111, 113, 150, 154, 158, 163, 178, 182, 189, 190, 202, 203, 204
Cinelândia, 64
Cinzento, 146
Clínica Manuel Mendes,42
CNAE, 134, 190
CNEC, XIV
COBAL, 127
Colônia Januária, 180
Colônia Tomé-Açu, 173
COMARA, 40
Comissão de Desapropriados de Tucuruí, 44
Comitê de Ajuda aos Índios do Sul do Pará, 134, 135, 136
Conceição do Araguaia, X, XI, 56, 121, 123
Concórdia, 168
Convênio FUNAI/CVRD, 30, 41, 79, 80, 107, 111, 112, 113, 135
Cooperativa Mista Agropecuária, 188
COPAGRO, 199
Coraci-Paraná, 193, 196, 197, 199
Coral, 53, 55, 57, 58, 59, 62, 72, 73
Correia, João, 102, 103
CSN, X, 136, 141
Costa, Aeroldino, 136
Costa, Alfredo, 158
Costa, Clovis Ferro, 195
Cotia, 64, 79, 86, 89, 94
Cotrim, Antonio Soares, IV, 62, 63, 64
CPI/SP, 78, 93
CPT, 91, 204
CTI, 78, 110, 111, 112, 204
Cumaru, II, XIV, XIX, 151
Curumbu, 151
Curupity, 151
Cururuhy, 151
Cuxiu, 168
Cuxiu-Miri, 171, 173
CVRD, I, V, XII, XIV, XV, XVIII, 10, 39, 41, 44, 46, 67, 70, 71, 79, 80, 81, 82, 86, 90, 94, 95, 96, 110, 112, 127, 129, 134, 135, 136, 142, 143, 146, 191, 204

Dallari, Dalmo, 78, 81
Damásia, 162, 163
Davis de Freitas, Maria de Lourdes, 81
DERPA, 140, 197
DGO/FUNAI, 76, 200
DGPC/FUNAI, 40, 70, 74, 109, 111, 137
DGPI/FUNAI, 74, 137, 141, 198, 199, 200
Diocese de Bragança, 195
Diretorias Parciais, 169
Diretoria de Serviço Geográfico do Exército, 46
Djore, 121
DNPM, XV, XVIII, XIX, 50, 195
DOCEGEO, 122, 129, 134, 143, 146
Dodt, Gustavo, 162
Dória, Palmério, 102
DOU, 13
DPI, 46, 47, 113, 114
Doze, 55, 77, 83, 85, 89, 90, 94

Ehrenreich, 162
ELETROBRÁS, XIV
ELETRONORTE, V, XII, XIV, 6, 10, 12, 16, 40, 43, 48, 55, 67, 70, 71, 77, 78, 79, 82, 85, 86, 90, 91, 93, 94
EMFA, XIV
Emogeta, 12
Encontro Parakanã (I°), 40
Erlém,152
EPM, 41, 82, 112, 136
Espadilha (Fazenda), I
Estrada de Ferro Carajás, 55, 64, 80, 91, 94, 95, 96, 111
Estrada de Ferro Tocantins, 3, 24, 26, 38, 42
EVS, 12, 40, 42, 82, 112, 136, 171, 192
Exército, 103, 104, 111

Fay, David (Pe.), 162
Fernandes, Antonio Erman, 142
Fernandes, Manoel, 170
Ferraz, Iara, 57, 78, 79, 80, 82, 102, 111, 113
Ferreira, Expedito, 154
Ferreira, Moacir Pinheiro, 195
Ferreira Pena, 151
Figueiredo, João, 14, 45, 48, 114
Figueiredo, Napoleão, 151, 152
Flexeiras, 54, 62, 63, 94, 95, 96
Fontes, Telésforo Martins, 3
Fortaleza (Faz.), 102
Foti, Miguel, 142
Frades (Ig. dos), 63
Frasqueira, 178, 188, 190
Freire, Darcy de Oliveira, 94
Frikel, Protásio, 126, 127
Fuerst, René, 127
FUNAI/2ª DR, 10, 16, 20, 38, 44, 45, 46, 64, 65, 70, 74, 75, 76, 77, 78, 81, 91, 93, 109, 110, 111, 117, 134, 137, 139, 140, 141, 149, 154, 156, 158, 163, 171, 181, 182, 190, 196, 197, 199, 202, 203, 204
FUNAI/6ª DR/MA, 191, 192, 196
Fundação Brasil Central, 26, 42
FUNRURAL, 82, 191
Furo Bacuri, 149
Furtado Filho, Antenor, 142

Galvão, E., 182, 183, 185
Gameleira, 99, 117

Garrafão (lg.), 161, 163
Garrafão (povoado), 193, 197
Gavião, IV, V, XV, 53-96, 129, 151, 178
Gavião do Maranhão, 53
Geisel, Ernesto, 78
GETAT, V, X, XIII, XIV, 16, 17, 40, 43, 45, 46, 47, 48, 50, 91, 95, 113, 117, 118, 136, 137, 142
Giambellim, D. Miguel, 195
Gleba Araguaxim, XIV
Gleba Carajás, 46
Gleba Carapanã, 140
Gleba Cidapar, 195, 204
Gleba Mãe-Maria, XIV
Gleba Macaco, 195
Gleba Seringa A, XIII
Gleba Valentim, 46, 47
Goiás, X
Gomes Leitão, Gil (frei), 59, 72, 99, 101, 103, 104, 111, 113, 118
Gomes da Silva, José, 204
Gorotire, XVIII, XIX, 121, 122, 123, 127, 129, 141, 143, 146
Grande, 152
Grã-Reata (Faz.), 134, 137, 140, 141, 142
Grotão dos Caboclos, 99, 117, 118
Grupo Joaquim Oliveira, 195
Grupo Pau D'Arco, 140, 141
Grupo de Trabalho Interministerial (Grupão), 44
Guajá, 149, 180, 193, 196
Guajajara, 99, 162, 167, 175, 179
Guamá, 149, 152, 154, 156, 167, 168, 175, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 188, 189, 190, 193, 196, 197, 199, 201, 202, 203
Guarani, 55, 56, 86, 183
Guerrilha do Araguaia, 102, 127
Guimarães, L. R., XVIII
Gurupi, I, III, 161, 162, 167, 169, 175, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 196, 197, 199, 201
Gurupi-Mirim, 185
Gurupi-Mirim (Faz.), 195
Gurupiúna (aldeia), 192
Gurupy-Una (Rio), 170

Halfen, Fernando, 195
Hanneman, Estrugildo, 142
Hanemann, Laudelino, 141
Hanneman, Valdemar, 142
Harrison, Carl, 1
Hansen, Ivan Zanoni, 40
Heremence, Cândido de, 162
Hermans, Pedro (Pe.), 152, 154
Hidroelétrica de Tucuruí, III, IV, XIV, 16, 20, 28, 38, 40, 41, 43, 55, 57, 64, 65, 90, 91, 94
Holanda, Nonato de, 140, 141
Hospital Barros Barreto, 40
Hospital de Carajá, 136
Hospital da Fundação SESP de Marabá, 82
Hospital N. Senhora de Nazaré, 136

IBDF, 39, 45, 47, 90, 141
Icociraci, 154
Igarapé das Pedras, 178, 179, 192, 199
Ilha de Canindé-Assú, 181
Ilha dos Santos, 151
Ilha do Tauá, 151
Imperatriz, 63, 78, 85
INAN, 134
INCO, 140, 143
INCRA, XIV, 47, 91, 96, 113, 114, 117, 118, 137, 140, 142, 168, 171, 173, 195, 199, 200, 203, 204
INPA, 40
Instituto Evandro Chagas, 40, 136
Ipixuna, 29, 58, 71
Ipyrayeté, 118
Irinynaná, 151
Iriri Novo, V
Iriwäpepaÿã, 19
Iriwar, 167
Irmãos Coragem (Faz.), 193, 199, 201
Iruaná, 24
Iruwixara, 30
Itaboca, 23
Itacaiunas, 20, 121, 122
Itacaiunas, 20, 121, 122, 126, 129, 137, 143
Itaituba, IV
Itaqui, 71, 94
ITERPA, 95, 158, 173, 195, 199, 203
Itupiranga, 20, 42, 45, 47, 48, 56, 58, 59, 63, 72
Iwiwa, 30

Jacundá (povo), 23, 62
Jacundá (povoado), 3, 20, 42, 46, 47, 48
Jacundá (lg.), 2, 25, 54, 57, 58, 63, 94, 96
Jair Guimarães, 197
JAMIC — Imigração e Colonização Ltda., 167, 173
Janorité-Tapuíra, 151
Japomirá, 179
Japonês, 158
Jararaca, 181
Jatobal, 24
Jatuba, 163
Jê, 19, 58, 84, 85, 86, 121
Jê-Timbira, IV
Joana Peres (Vila), 3, 25
Joca (João Soares Tembé), 202, 203
Jokorenhum, 70, 84, 88
Juruá (barragem), XIV
Justiça Federal (Belém), 142

Kabacznik, Mejer, 193, 198, 199, 200, 201, 203
Kaiapó, I, IV, XIX, 3, 23, 28, 30, 57, 99, 121, 123, 127, 139, 141, 146, 178, 190
Kaikoturé, 55
Kamkrokro, 122, 126, 127
Kankreto, 22
Kararaô, IV, V, XIV, 28
Kararaô (barragem), XIV
Karowara, 9
Kawisa, 9
Kikretum, 123, 146
Kinaré, 64, 65, 73, 75, 84, 86, 89
Kluck, Hilmar, 72, 126
Koaci'nema, 3
Kokorekre, 121, 123, 126
Kosmos (Empresa), 195
Krahô, 84
Krikati, 77
Krohokrenhum, IV, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 63, 65, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 83, 85
Kruwa, 71,76, 86, 88, 89
Kubat, 22
Kupẽ-Rob, 23
Kyikatêjê, 53, 58

Ladeira Vermelha, 64, 73, 93
Lagoas (lg. das), 42, 43
Lagoa Comprida, 158
Lagoa Grande, 158
Lancha, 168, 170
Lange, 161, 163
Laraia, Roque, 1, 2, 3, 6, 7, 106
Laranjeira (Faz.), 141
Leal, Paulo, 142
Lemaitre, Eduardo (Pe.), 134
Lemos, Amyntas, 3, 25
Lisboa (Cel.), 45
Livramento, 193
Lontra (lg.), 20, 21, 24, 28, 30, 39, 42, 43, 44, 45, 46
Lontra (aldeia), 39, 40, 41, 43
Lopes, James Vita, 195
Lua, 20

Macaco (Faz.), 195
Macedônia (Faz.), 141
Maciel, Paulino dos Santos, 170
Madalena, 58, 59
Madeiro, 20, 22, 30, 42
Madeireira Karson, 141
Madeireira Marabá (J. M. S. Ind. Com. e Agropecuária Ltda.), 45, 50
Mãe Maria (aldeia), 55, 57, 64, 65, 67, 73, 75, 77, 80, 81, 85, 88, 93, 94
Mãe Maria (castanhal), 62, 73, 91, 94
Mãe Maria (ribeirão), 54, 62
Mahira, 7
Maíra, 184
Maison Lazard Frères, 39
Major Curió, 99, 141
Magalhães, A. C., 30, 32, 37, 38, 39, 40, 41, 43
Maguari, 64
Makakawa, 30
Malcher, José M. da Gama, 193
Mamãe Grande, 65, 89
Manajo, 161
Mananyé, 161
Manazewa, 161
Mancin, 19, 22
Manoel Luiz, 151
Marabá, IV, XIII, XIV, XIX, 9, 19, 24, 28, 38, 42, 45, 48, 54, 55, 58, 67, 71, 75, 76, 78, 81, 83, 85, 86, 88, 90, 91, 93, 95, 99, 104, 109, 110, 112, 113, 118, 121, 122, 123, 126, 127, 129, 136, 137, 139, 142
Maracassumé, 181
Marahi, 102, 103
Marabuto, Nelson, 44, 142
Marakareti, 19
Maranhão (aldeia), 53, 54, 55, 57, 63, 65, 70, 73, 75, 77, 83, 84
Marés, (vide Souza Filho, C. F. de), 79
Maria Bonita (garimpo), XIX
Maria, Luíz Cícero de, 189
Marinheiro (lg. do), 152

Mariz, A. C., 154
Marudjewara, 20, 22, 24, 29, 33, 35, 38, 41, 42, 44
Mattar Rodrigues, Laia, 137
MEAF, 44, 45, 95
Mearim, 179
Meewarth, 169
Médici, Emilio G., X, 43
Meirelles, Francisco, IV
Mellati, Júlio, 84
Mẽkragnoti, V
Milesi, José, 45
Milho (Ig. do), 198, 199
MINTER, 44
Mineração Caetetu, 143
MIRAD, 204
Miriti-Piranga, 169
Miriquitá-Grande, 169
Missão N. Sra. de Assunção, 180
MNTB , 62, 70, 77
Missão S. Francisco Xavier, 180
Mocajuba, 149
Moju, 57, 58, 59, 149, 151, 152, 154, 161, 162, 163
Mokotiwena, 19, 20, 23
Mombaça (Faz.), 171, 173
Montanha (aldeia), 53, 55, 57, 58, 62, 64, 65, 70, 71, 73, 77, 79, 83, 86, 89, 91, 93
Morada Nova, 54, 77, 90
Moraes, Almir, 118
Moreau, Alain, 78
Motikré, 126
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, X
MPEG, 26, 40, 204
Mucuim (garimpo), 30
Mudjetire, 99
Müller, Regina, 19, 22
Munduruku, 163, 178
Musená, 102, 106
Mutram, Cia. Beneficiadora S., 110

Nakawaé, 5, 7
Nascimento, João Simão, 154
Nascimento, Ronaldo, 198
Nicholson, Velda, 5, 12, 19
N5, 122, 129, 135
Nhiakrekampim, 123, 126
Nimuendajú, 19, 20, 24, 25, 26, 53, 85, 161, 162, 163, 167, 183
Nogueira, Antonio Augusto (Cel.), 70
Nunes, Domingos, 198
Nunes, Francisco, 168

Oliveira, Ismarth Araújo de, 40, 137, 140, 198, 199
Oliveira Freire, Darci, 80
Oliveira, Jorge Luiz de, 140
Oliveira, Otamiro Cichão, 142
Onça, 170
OP-2, 99, 104, 110, 111, 113, 117
OP-3, 117
Operação Guamá, 199
Ourém, 178, 181, 189, 190, 191, 193, 196, 197, 199
Owera, 7

PA-70, 53, 54, 55, 62, 70, 78, 85, 96
PA-150, 54, 55, 90, 91
PA-279, 121, 134, 135, 137, 140, 141
PA-332, 54, 90, 95
Pacajá, 23, 151
Pacajá (Rio), 1, 2, 3, 5, 13, 19, 23, 151
Pacajazinho, 20, 30, 46
Pacheco, José, 151
Pajaré, 65, 71, 89, 91, 93
Pará (Rio), 20
Paragominas, X, 167, 178, 179, 192, 196
Parakanã, III, IV, V, XIV, 3, 19-50, 99, 123, 175, 181
Paranamondo, 168
Paranatî, 20, 21, 22, 24, 26, 30, 32, 33, 35, 37, 38, 39, 41, 44
Paranoawé, 2, 30
Paraupebas, 121, 123, 126
Parise, Fiorello, 171, 173
Parkatêjê, 53-96
Parnaíba (Rio), XVIII, 162
Paternostro, 24, 26
Pau de Remo, 193, 197, 199, 201
PC do B, 102, 103
Pequeno (Rio), 170
Pedras de Amolar, 185
Pereira Neto, Antonio, 109, 111
Petean, Saulo, 75, 88
PF, 197, 199, 204
PIA Marudjewara, 40, 42
PIA Parakanã, 24
PIA Pucuruí, 24, 26, 28, 39, 42
PIA Trocará, 3
PI Bacajá, 57
PI Canindé, 178, 179, 181, 189, 190, 191, 192, 199
PI Felipe Camarão, 181
PI Kateté, 134, 135, 140
PI General Rondon, 181
PI Governador, 53
PI Guamá, 3, 154, 156, 171, 178, 179, 182, 189, 193, 204
PI Ipixuna, 29
PI Kokraimoro, 57
PI Lascasas, 122, 123, 126
PI Mãe Maria, 55, 57, 63, 65, 75, 77, 83, 85, 88, 91, 95
PI Pedro Dantas, 167, 181, 196
PI Sororó, 111, 112, 113
PI Tembé, 196
PI Trocará, 1, 2, 5, 9, 10, 12, 13, 14
Pimental, 162
Pimental, Jaime, 63, 72
PIN, IV
Pinariens, 179
Pindaré, 162, 175, 180
Pinheiro Filho, Antonio, 142
Pinheiro, Paulo, 136
Pinto, Lúcio Flávio, X, XII, 195
Piracau, 193
Piriá (Faz.), 195, 204
Piriá, 156, 168, 180, 196, 197, 199, 201, 203
Pista Nova (garimpo), 146
Pitomba, 178, 193, 197, 201
Pium Grande, 126, 136, 137, 140, 146
Plano Integrado de Desenv. Comun. Gavião-Suruí, 75, 109, 111, 112, 113
PLANTEL, 13, 17, 140, 198
PM, 195, 199
Poção dos Caboclos, 20, 29
Polamazônia, 112
Polícia Federal de Marabá, 45
Pombo, II, 146
Ponte, Esmael Moreira, 17
Portel, 24, 151
Possuelo, Sidney, 38, 141
Poteritá, 169
Potiguara, 77, 78, 110
PPM, 111
Pracateua, 169
Praia Alta, 53, 55, 72
Praia Grande ou Arapari, 151
Prelazia de Marabá, 59, 72
Projeto de apoio FUNAI/CVRD, 142, 146
Projeto Carajás, V, 204
Projeto Cumaru, XVIII
Projeto de Emergência para a Coord. da Safra de Castanhas, 75, 76
Projeto Especial de Apoio às Com. Indígenas, 10, 79, 83, 112, 134
Projeto de Extrativismo Vegetal/Castanha do Pará, 74
Projeto Ferro Carajás, XVIII, 38, 79, 136, 142
Projeto Parakanã, X, XVIII, 20, 21, 38, 40, 41, 43
Projeto Grande Carajás, V, XIV, XVIII, 10, 12, 16, 29, 30, 41, 71, 79, 82, 83, 90, 94, 111, 118, 136
Projeto Rondon, 75, 86
Projeto Serraria Tucuruí/FUNAI, 39
Projeto Suruí, 110, 111, 112
Projeto Tucumã, XIV, 137, 142
PROPARÁ, 195, 197, 204
Prosório, Felipe, 170
Província Mineral de Carajás, 142
Pucuruí, 24, 28, 29
Pucuruí (Rio), 20, 28, 30, 46
Pucuruizinho, 20, 28
Pukaré, 5
Pukatingro, 121
Purucarus, 121
Put Karôt, 120-147
PVK, 134, 141, 142, 146
Pỳkôbjê, 53, 55

Quarenta, 55, 85, 90, 94
Quatro Bocas, 171
Queimada, 99, 100
Queiroz Galvão S/A, 90
Queiroz Filho, João Anastácio, 73, 91, 94, 95, 96
Querari, Manoel Barroso, 168, 171, 173
Quintino, Armando, 195

RADAM, 173
Rangel Reis, Maurício, 67,76, 78
Raoni, II
Redenção, XIX, 137
Repartimento (ou Jacundá), 42
Reserva Amanayé, IV, 161, 162, 163
Reserva Anambé, 163
Reserva do Alto Rio Guamá, V, 150, 154, 158, 170
Reserva Indígena Alto Turiaçu, 178, 193
Reserva Indígena Cateté, XIII
Reserva Indígena Mãe Maria, IV, XV,78, 80, 91, 93,94
Reserva Indígena Parakanã, 20, 39, 40, 42, 44, 45

Reserva Indígena de Pucuruí, 20, 21, 24, 26, 29, 38, 39, 40, 44
Reserva Indígena Trocará, 2
Reserva Indígena Kaiapó, 143, 146
Resplan (empresa), 195
Rio Branco (garimpo), 146
Rio Branco (Rio), 20
Rio da Direita, 20, 30, 45, 46, 47, 48
Rio do Meio, 20, 29, 30, 46, 47
Rio Maria, XIX
Rio Preto (garimpo), 146
Rondônia, I
Rõhôkatêjê, 58
Rodrigues, Aryon, 149, 161
Rodrigues, Manoel (Cardoso), 141
Rodrigues Filho, Amado C. , 80
Rufo, Salomão Carvalho, 16

Salobo (lg.), 122
Salobo (Rio), 143, 146
Santa Cruz, 180
Santa Isabel, 101
Santa Leopoldina, 169, 181
Santa Maria (Faz.), 195, 204
Santinho, 158
Santo Antônio, 162
Santos, Bernardino Inácio dos, 152
Santos, Elias, 158
Santos, Salomão, 30, 44, 45, 46, 80, 117
São Domingos do Araguaia, 102, 103, 104, 105
São Domingos do Capim, X, 161
São Felix do Tocantins, 55, 85, 89, 90
São Félix do Xingu, IX, XI, XIV, XVIII
São Geraldo do Araguaia, 99, 104, 112
São João Do Araguaia, 54, 58, 96, 99, 113. 114
São José, 20, 21, 24, 29, 42
São Luis, 191
São Pedro, 178, 188, 190
São Pedro (Faz.), 17
São Raimundo, 100, 103, 104, 118
Sapucaia, 180
Saranzal, 63
Sassi, Iberê, 39
Sawara'á, 106
Sawarapy, 107, 110
Sebastião Moura (vide Major Curió)
Sêco, 122, 126, 127, 129, 137, 140, 141
Sec. Saúde Pública do Pará, 40
Sec. Seg. Pública do Pará, 40
Selly, Robin, 1
Serra das Andorinhas, 99
Serra da Desordem, 185
Serra da Seringa, 121
Serra dos Carajás, XV, 20, 29, 64, 71, 94, 121, 122, 143
Serra do Onça, 143
Serra Pelada, XIV, XIX, 89
Serra do Puma (ou Mutuca), 140, 143
Serraria Laranjeira, 142
SESC, 42
Sessenta e Seis, 85, 90
SIL, 1, 5, 7, 12, 19, 175, 192
Silva, José Ferreira da, 143
Silva, Jovina da, 158
Silva, Lauro Pires, 45
Sind. dos Trabalhadores Rurais de Marabá, 94
Sind. dos Trab. Rurais de S. Félix do Araguaia, 94
Sind. dos Trab. Rurais de Tucuruí, 44
Sipotema, 152
Soares, João Porfírio, 142
Sopemi (empresa), 195
Sororó (Rio), 99, 101, 102
Sororozinho, 99, 102, 117, 118
South American Garden, 195
Souza Filho, Carlos F. Marés de, 79, 80, 81
Spatti, Fred, 129, 140
SPI, 1, 2, 3, 5, 10, 25, 26, 28, 38, 42, 54, 58, 59, 62, 63, 71, 72, 73, 76, 91, 103, 123, 126, 149, 151, 154, 162, 163, 169, 170, 171, 175, 179, 181, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 196
SPI/2ª Inspetoria Regional, 73, 91, 154, 193, 196
SPU-Pará, 113, 201
STF, 195
SUCAM, 10, 41, 82, 163, 192
SUDAM, X, 28, 196
Supercílio, 88
Surubiju, 161, 162, 163
Suruí, IV, 99-118
Suruí de Rondônia, 99
Swift Armour, 192, 196, 199

Tabatinga, 170
Takunyapé, 23
Tambaiacu, 149
Taná (aldeia), 151
Tapirapé, 19, 99
Tapirapé (rio), 20
Tapüpy, 19, 20, 33
Tauari, 193
Tauari Grande, 193
Tavares, Juarez, 141
Tawari (rio), 7, 9, 178, 197, 201
Tawari (aldeia), 178, 188, 190
Tawarizinho (rio), 117, 118
Teixeira, José Valdeci, 80
Tekupeu, 30
Teles, Carlos, 3, 26
Telli, Gilberto, 141, 142
Tembé, III, V, 55, 56, 57, 99, 154, 156, 161, 162, 163-169, 175-206
Tembé-Turiwara, III
Tenetehara, 167, 175, 179, 180, 183, 184, 195
Terceiro Acampamento, 20, 29, 40, 43
TFR, 141, 142, 192, 195, 204
Tibaku, 107, 109
Timbira, 53, 84, 85, 179, 180, 193, 196
Timbira Oriental, 54
Tinga-Tinga (lg.), 40
Tiremé, 107, 110, 111
Tiuré, 77, 78, 110
TJ, 195
Tocantins, I, IV, IX, XIV, 2, 3, 5, 10, 13, 14, 16, 17, 23, 24, 28, 30, 40, 53, 54, 57, 58, 62, 71, 91, 111, 149, 150, 151, 162, 168
Tomé-Açu, 167, 170, 171, 173
Tomkins, Annette, 1, 5
Tóquio ou Japonesa (Faz.), 140, 141
Torão, 149
Trairão, V
Transamazônica, III, IV, V, 20, 21, 24, 28, 29, 39, 41-44, 48, 54, 64, 99, 104, 113, 181
Trans-Cametá, 14, 16
3 Alpha, 146
Trinta, 53, 54, 55, 56, 57, 63, 64, 71, 75, 77, 83, 84, 85, 89, 90
Trocará, 1, 2, 5, 9, 14
Trocarazinho, 5
Traquateua, 169, 180, 181
Tucum, 127
Tucumã, XIX, 135
Tucumandeua, 170
Tucuruí (munic.), 2, 3, 10, 12, 13, 14, 16, 17, 19, 20, 23, 24, 28, 29, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 57, 58, 62, 65, 71, 73, 77, 79, 82, 95
Tucuruí (lago), V, IX, XIV, 16, 43
Tupi, III, 1, 23, 24, 33, 106, 150, 151, 162, 167, 168, 169, 175, 181, 183
Tupi-Guarani, 1, 19, 99, 149, 161, 167, 175, 184
Turi, 167
Turiwara, 149, 151, 161, 162, 163-169, 180, 193
Turiuaru, 168
Tuwari, 154, 156

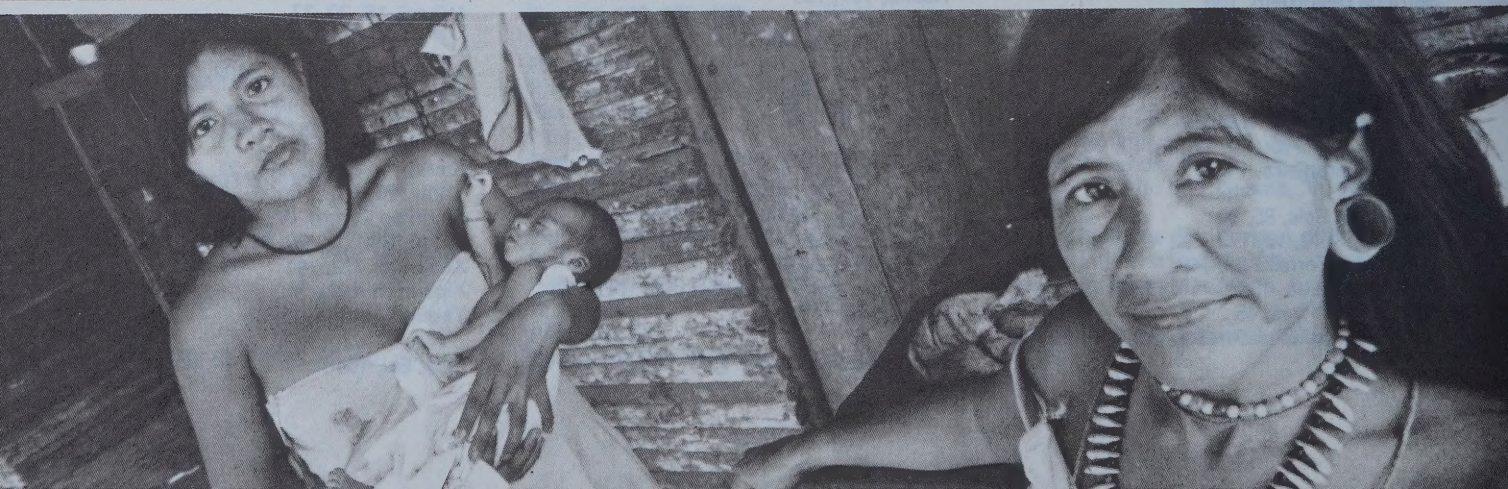
Uayá, 168
UFPa, 40, 54, 83, 204
UFSC, 40
Urubú, 55, 56, 149
Urubu-Kaapor, 163, 167, 168, 170, 175, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 189, 191, 192, 193, 196, 199, 204
USP, 40, 75

Valadão, Virginia M., 183, 192, 199, 204
Veiga, Cel. Nobre da, 71, 141, 163, 201
Vermelho, 121
Verônica, 183
Vidal, Lux, 30, 134, 137, 140, 141, 142, 143, 146
Vieira Filho, J. P. B., 21, 22, 29, 41, 82, 90, 112, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 142
Vila de Boca Nova, 178, 184, 188, 189
Vila de Repartimento, 20
Vila Permanente, 10
Vila Tailândia, 168
Viveiros de Castro, Eduardo, 19
Vizeu, 191, 193, 195, 196
Volta Grande do Xingu, V, XIV

Wagley, Charles, 182, 183, 185
Wandenbrook, Francelino, 76
Warini, 102, 118
Wirapï, 19, 20, 32

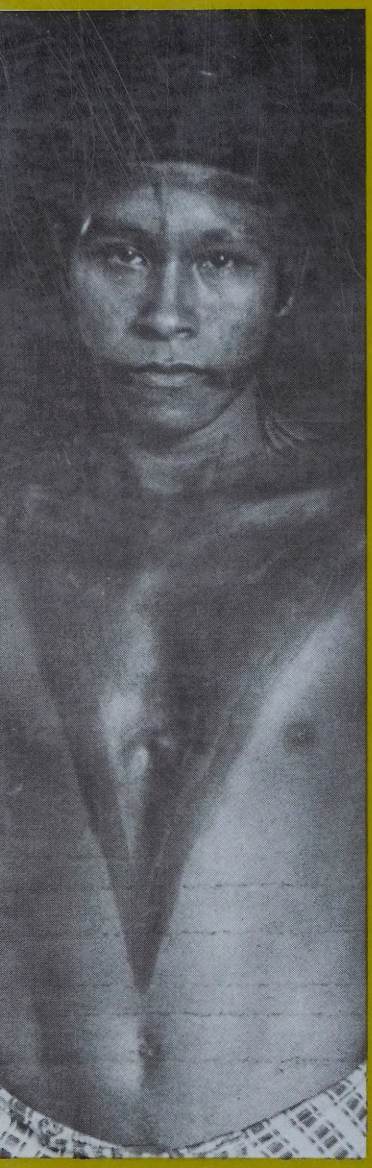
Xambioá, 55, 86, 101, 102, 104, 112
Xapomiwá, 192
Xawarapy, 30
Xerente, 55, 83
Xikrin do Bacajá, 19, 21, 22, 29, 57, 122, 123, 126, 127
Xikrin do Cateté, IV, V, XII, 22, 120-147
Xingú (Rio), IX, 20, 23, 29, 30, 195
Xinguara, 122, 141
Xipáia-Kuruáia, V
Yauariti Tapïya, 19, 23

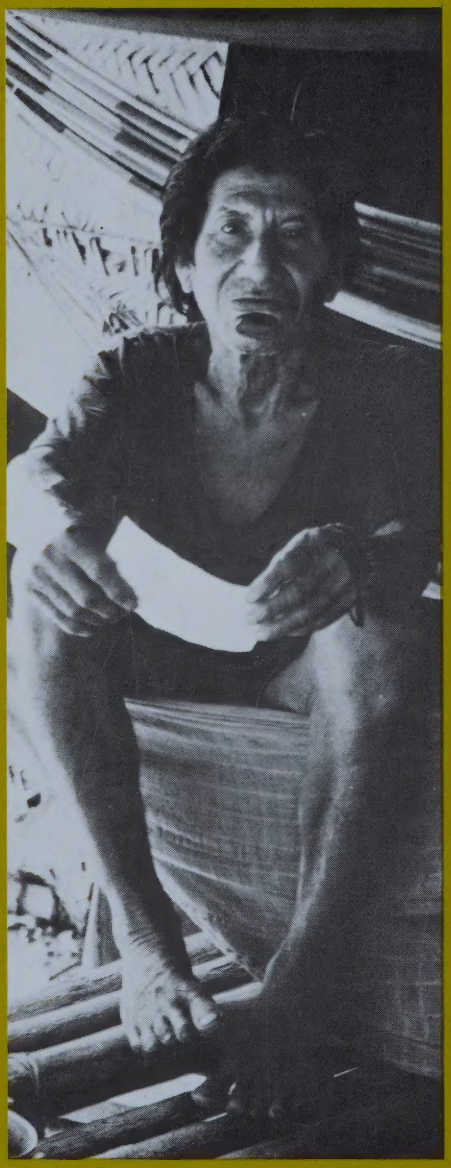
Zica, Eni, 154



COMUNIDADE PARAKATEJE
INDIGENA

UNIVERSITY OF ILLINOIS-URBANA
3 0112 054818932





ISBN 85-85017-01-5 obra completa
ISBN 85-85017-16-3 volume 8 tomo 2